

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO ESTADUAL
DA VERDADE
DO PARANÁ**

Volume 2

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO ESTADUAL
DA VERDADE
DO PARANÁ**

Volume 2

TIKI
books

FICHA TÉCNICA

2017 – Governo do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da Justiça,
Trabalho e Direitos Humanos

Tiragem: 300 exemplares

Distribuição gratuita

Elaboração, distribuição e informações

Comissão Estadual da Verdade do
Paraná – Teresa Urban – CEV-PR

Organização

Fátima Branco Godinho de Castro
Regina Bergamaschi Bley

Revisão

Ana Carolina Gomes
Dulce Correia
Fátima Branco Godinho de Castro
Fátima Ikiko Yokohama
Sílvia Cristina Trauczynski
Sonia Monclaro Virmond

Coordenação editorial

Hamilton Fernandes | Tikinet

Preparação de texto

Júlio César Ferreira | Tikinet
Richard Sanches | Tikinet

Revisão

Camila Leite Costa | Tikinet
Nicolas Leonezi | Tikinet

Capa e projeto gráfico

Natalia Bae | Tikinet

Diagramação

Natalia Bae | Tikinet
Patrícia Okamoto | Tikinet
Robson Santos | Tikinet

Catálogo

Ruth Simão Paulino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C733 Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban
Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná / Comissão Estadual
da Verdade Teresa Urban – São Paulo: TikiBooks, 2017.
Vol. 2; 432 p.

ISBN 978-85-66241-12-9

1. Ciência Política. 2. História Política do Brasil. 3. Golpe de 1964.
4. Ditadura. 5. Direitos Humano. 6. Urban, Teresa (1946-2013). 7. Comissão
Estadual da Verdade do Paraná. I. Título. II. Operação Condor. III. Outras
graves violações de direitos humanos. IV. Partidos políticos, sindicatos e ditadura.
V. Flávio Suplicy de Lacerda. VI. O papel das igrejas durante a ditadura civil-militar.

CDU 323.2

CDD 320

2017 – Comissão Estadual da Verdade Paraná – Teresa Urban (CEV-PR)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte e que não se altere o significado e o contexto do texto original.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO PARANÁ

Volume 2

Setembro
2017

COMISSÃO ESTADUAL
DA VERDADE
TERESA URBAN



TIKI
books

Governador do Estado do Paraná

Carlos Alberto Richa

Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

Artagão de Mattos Leão Júnior

Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban

Coordenadores

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes (2013-2014)

Olympio de Sá Sotto Maior Neto (2015-2017)

Membros titulares

Ivete Maria Caribé da Rocha

José Antônio Peres Gediel

Luiz Edson Fachin

Márcio Mauri Kieller Gonçalves

Maria Aparecida Blanco de Lima

Neide de Azevedo Lima

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Vera Karam de Chueiri

Membros suplentes

Angelo Aparecido Priori

Daniel de Oliveira Godoy Junior

Eduardo Faria Silva

Heloisa Fernandes Câmara

Norton Nohama

Roberto Elias Salomão

Silvia Calciolari

Secretaria executiva

José Antônio Peres Gediel (2013)

Regina Bergamaschi Bley (2014-2017)

AGRADECIMENTOS

Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça

Comissão de Anistia – Ministério da Justiça

Comissão Nacional da Verdade

Comissão da Verdade da OAB-PR

Comissão Camponesa da Verdade

Comissão da Verdade da UFPR

Ministério Público do Paraná – Centro de Apoio Operacional das

Promotorias de Justiça e Proteção aos Direitos Humanos (CAOPJDH)

Claudia Cristina Hoffmann, Jefferson de Oliveira Salles,

Mauro Domingues dos Santos, Raquel de Souza Ferreira Osowski,

Schirle Margaret dos Reis Branco

Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

Maria Tereza Uille Gomes (Secretária de Estado da Justiça, no período de

2011 a 2015), Leonildo de Souza Grota (Secretário de Estado da Justiça,

no período de 2015 a 2016), Ana Carolina Gomes (criação da capa e

diagramação da versão preliminar do Relatório da Comissão Estadual da

Verdade do Paraná), Elias Gandour Thomé (Coordenador Geral - SEJU),

Elson Faxina, Fátima Ikiko Yokohama, Giselle Camargo Faxina, Hatsuo Fukuda

(Diretor Geral - SEJU), Marcia Beatriz de Azeredo, Regina Bergamaschi Bley,

Silvia Cristina Trauczynski

Casa Civil do Paraná

Jaqueline Borges Monteiro, Carlos Artur Kruger Passos,

Luiz Guilherme Ribas Vieira

Secretaria de Estado da Cultura

Jaqueline Bertoni, Márcia A. de F. Medeiros

Secretaria de Estado da Educação

Derly de Fátima Movio dos Santos, Eziquiel Menta,

Fátima Branco Godinho de Castro

Secretaria de Estado da Saúde

Ana Lúcia Canetti, Eliene de Assis

Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná

Maria da Graça Simão, Gilberto Martins Ayres

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Universidade Estadual de Londrina – UEL

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Henrique Oliveira da Silva, Sonia Ana Charchut Leszczynski

Central Única dos Trabalhadores do Paraná – CUT/PR

Pelo apoio ao Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”

Comissão Nacional da Verdade, Memória, Justiça e Reparação da CUT

Pelo apoio ao Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”

Comissão Nacional da Verdade – GT dos Trabalhadores

Pelo apoio ao Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”

Grupo de Trabalho da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

Pelo apoio ao Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”

Rede Brasil – Verdade, Memória e Justiça

Pelo apoio ao Grupo de Trabalho “Operação Condor”

Grupo Tortura Nunca Mais

Narciso Pires

Arquivo Manoel Jacinto Correia

Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu

Aluizio Ferreira Palmar

Articulação dos povos indígenas da região Sul – Arpin-Sul

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos (CAOPJDH)

Pelo apoio aos Grupos de Trabalho “Grave Violação de Direitos Humanos no Campo” e “Graves Violações de Direitos Humanos contra os povos indígenas”

Estagiárias do CAOPJDH

Juliana Santos de Matos, Jhenifer Baptista, Amanda Zanoto Fouani, Julia Dias

Estagiária da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos à disposição da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban

Haysa Sottomaior

Colaboraram na elaboração das recomendações gerais do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban

Daniel de Oliveira Godoy Junior, Filipe Jordão Monteiro, Flávia Piovesan,
Heloisa Fernandes Câmara, Inês Virgínia Prado Soares

Colaboraram na construção da memória da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban

Fátima Branco Godinho de Castro, Márcia A. de F. Medeiros

Colaboraram na formatação da edição preliminar do Relatório da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban

Derly de Fátima Movio dos Santos, Jaqueline Borges Monteiro

LN Soluções em TI

Lucas Ciloto

Microbhras – Gerenciamento de informação

Carlos Felipe, Pietro Salla

V1 Cinevídeo

Lincoln Cesar Vendramel

Foto da capa da versão preliminar do Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban

Alexandre Mazzo

In memoriam

Milton Ivan Heller

O tempo não é uma linha
Nem a distância mais curta entre dois
----- pontos-----.
É uma estrada de mão única.
É curto, é longo.
É novelo de lã entre as patas de um gato.
Enrola, emaranha, embaraça, dá nó.
Estica, encolhe, prende, solta.
Faz, desfaz.
Esgarça, desfia.
Vira em 2, vira em 10.
Sobe, desce, parece que desaparece.
Não tem cor, mas às vezes dias de trevas,
Anos de chumbo, domingos sangrentos,
Séculos de luzes.
Horas mortais, perdidas.
+É demais, é de menos. –
Div/ide, multixplica.
É veloz, e lento.
Tem memória, faz esquecer.
É certo, é errado,
Ensina, consola.
Remedia,
Vai, mas não volta.
Não acaba, não tem replay nem ctrl z.
Teresa Urban, 1968: ditadura abaixo

APRESENTAÇÃO

*Ainda há muito que fazer para que toda a verdade venha à tona.
Ainda há muito que fazer para que nossa juventude jamais se esqueça
destes tempos duros e injustos.
Ainda há muito por esclarecer para que a verdade nos liberte e para que não tenhamos
“aquele” Brasil nunca mais.
Dom Paulo Evaristo Arns¹*

Mediante intervenção positiva do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, a Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban foi instituída pela Lei Estadual nº 17.362, de 27 de novembro de 2012, sancionada pelo governador Carlos Alberto Richa.

A comissão destina-se a investigar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no estado do Paraná, entre o período de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, assim como contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos previstos no artigo 3º, da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Considerados os ditames da Justiça de Transição, o trabalho desempenhado pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban direcionou-se a tratar sobre e contra o esquecimento, como também sobre a verdade, colocando-nos especialmente face a face com a ditadura civil-militar iniciada pelo golpe de 1964, a transição democrática e o dever de investigar, reparar e punir os crimes praticados no período estipulado pela Lei nº 12.528/2011.

Foi um árduo trabalho de investigação e coleta de documentos, sobretudo do significativo testemunho dos cidadãos que sofreram torturas, prisões e demais violações de direitos humanos, principalmente no período da ditadura civil-militar de 1964. Sem dúvida, o processo de dar voz às vítimas das violações ou a seus familiares foi o mais relevante. Rememorar os acontecimentos e os detalhes foi uma ação de luta contra o esquecimento.

¹ Rede de Direitos Humanos e Cultura (DHNET), trecho extraído do prefácio do *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (ARAÚJO, 1995).

Nesse sentido, este relatório foi organizado em onze capítulos e dois volumes, resultado das oitivas e das investigações realizadas pelos Grupos de Trabalho, coordenados pelos membros da comissão.

O primeiro volume consiste em seis capítulos: inicialmente, um breve resumo das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban; o segundo capítulo, “Ditadura, sistemas de justiça e repressão”, contempla os trabalhos de Daniel de Oliveira Godoy Junior, Maria Aparecida Blanco de Lima e Olympio de Sá Sotto Maior Neto; o terceiro capítulo trata das “Graves violações de direitos humanos” e foi elaborado por Vera Karam de Chueiri, José Antônio Peres Gediél, Eduardo Faria Silva e Heloisa Fernandes Câmara. O quarto capítulo relata as “graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas”, coordenado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto; o tema “Graves violações de direitos humanos no campo” intitula o quinto capítulo, coordenado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto e Angelo Aparecido Priori; finalmente, o sexto capítulo trata da “Segurança pública e militarização”, coordenado por Pedro Rodolfo Bodê de Moraes e Silvia Calciolari.

O segundo volume foi organizado em cinco capítulos: o primeiro intitulado “Operação Condor” e o segundo “Outras graves violações de direitos humanos”, ambos coordenados por Ivete Maria Caribé da Rocha e Norton Nohama; o terceiro capítulo, coordenado por Márcio Mauri Kieller Gonçalves e Roberto Elias Salomão, trata dos “Partidos políticos, sindicatos e ditadura”; por fim, a seção “Textos temáticos” contempla dois capítulos: “Flávio Suplicy de Lacerda”, escrito por Fátima Branco Godinho de Castro e “O papel das igrejas durante a ditadura civil-militar”, que contou com a colaboração de Maria Aparecida Blanco de Lima, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Angelo Aparecido Priori, Jefferson de Oliveira Sales, Raquel de Souza Ferreira Osowski e Mauro Domingues dos Santos.

Neste momento, a Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban apresenta o relatório final de seu trabalho (o relatório preliminar foi divulgado em 2014), tendo consciência que não representa um ponto final na perspectiva da Justiça de Transição. Pelo contrário, significa apenas importante passo no sentido do resgate da memória das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, no estado do Paraná, em busca da verdade e justiça, tão importantes para a desejada construção de uma sociedade livre, justa e solidária, conforme objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Curitiba, setembro de 2017.

Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban

SUMÁRIO

1. OPERAÇÃO CONDOR.....	25
1.1 Considerações iniciais.....	25
1.2 Encontro com Adolfo Pérez Esquivel.....	37
1.3 Objetivo principal do GT “Operação Condor”	39
1.4 A Chacina do Parque Nacional do Iguaçu (1974)	51
1.4.1 Antecedentes	52
1.4.2 As vítimas	56
<i>Daniel José de Carvalho</i>	57
<i>Joel José de Carvalho</i>	59
<i>Enrique Ernesto Ruggia</i>	59
<i>José Lavéchia</i>	61
<i>Onofre Pinto</i>	63
<i>Vitor Carlos Ramos</i>	68
1.4.3 As circunstâncias	74
1.4.4 Agentes da repressão envolvidos no caso.....	92
1.4.5 Recomendações	93
1.5 Gilberto Giovanetti e Maria Madalena Cavalcanti Lacerda.....	95
1.5.1 Recomendações	109
1.6 Major Joaquim Pires Cerveira.....	109
1.6.1 Agentes da repressão envolvidos em dezembro de 1973– janeiro de 1974.....	112
1.7 Rodolfo Mongelós, Aníbal Abbate Soley, Alejandro Stumpfs e César Cabral	112
1.7.1 Agentes repressores	113
1.8 Operação Colombo: o caso do jornal <i>O Dia</i> de Curitiba (PR).....	113
1.8.1 Recomendação.....	116
1.9 Agustín Goiburú	116
1.9.1 Agente envolvido	119
1.10 Guiomar Schmidt Klasko	119

1.11 Remigio Giménez Gamarra	120
1.11.1 Agentes da repressão brasileira envolvidos	131
1.11.2 Recomendações.....	131
1.12 Aluizio Ferreira Palmar.....	131
1.12.1 Agentes da repressão envolvidos.....	150
1.12.2 Recomendações.....	150
1.13 Liliana Inés Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa.....	151
1.13.1 Recomendação	152
1.14 Embaixador José Pinheiro Jobim.....	152
1.14.1 Recomendações.....	154
1.15 Recomendações gerais ao Grupo de Trabalho “Operação Condor”	155
Referências.....	157
2. OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	161
2.1 Considerações iniciais.....	161
2.2 Soldado Jorge Borges.....	161
2.2.1 Recomendação.....	162
2.3 Clarice Valença.....	162
2.3.1 Recomendações	167
2.4 Tsutomu Higashi.....	168
2.4.1 Antecedentes.....	169
2.4.2 Vítimas.....	181
2.4.3 Recomendações	201
2.5 Jane Argolo	202
2.5.1 Responsáveis identificados pelas violações de direitos humanos contra Perpétua Janeti Batista dos Santos – Jane Argolo	219
2.5.2 Recomendações	219
2.6 Benedito Lúcio Machado	220
2.6.1 Recomendação.....	220
2.7 Campo de Instrução Marechal Hermes – Papanduva (SC): graves violações no apossamento realizado pela 5ª Região Militar do Exército em áreas rurais de Papanduva e Três Barras (SC)	221
2.7.1 Breve história de Papanduva.....	224

2.7.2	As desapropriações.....	225
2.7.3	Das provas documentais.....	228
	<i>Do Poder Executivo</i>	228
	<i>Das correspondências enviadas e recebidas do Ministério do Exército</i>	229
	<i>Das irregularidades das transferências de titularidades</i>	235
	<i>Do Ministério Público</i>	237
	<i>Do Poder Legislativo</i>	241
	<i>Contratos de arrendamentos firmados pelo Ministério do Exército –</i> <i>5ª Região Militar – 5ª Divisão de Infantaria do Campo de Instrução</i> <i>“Marechal Hermes” (CIMH)</i>	243
	<i>Relação de documentos anexados no parecer do Ministério Público</i> <i>que também comprovam o desvio de finalidade do Exército nas áreas</i> <i>desapropriadas</i>	244
	<i>Das correspondências enviadas pelos desapropriados e outros</i>	245
	<i>Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP) – criada para defender os</i> <i>interesses dos expropriados</i>	246
	<i>Prisão arbitrária de Hamilton Gonçalves de Oliveira e o processo</i> <i>movido na Auditoria da 5ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM)</i>	246
	<i>Das notícias dos jornais sobre a desapropriação</i>	247
	<i>Depoimentos</i>	255
2.7.4	Desvio de finalidade do objeto da ação de desapropriação	259
2.7.5	Da anulação da desapropriação.....	260
2.7.6	Depoimentos à Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban	261
2.7.7	Termos de declarações à Procuradoria da República no estado de Santa Catarina: Ela Wiecko Volkmer de Castilho.....	261
2.7.8	Audiência pública conjunta das comissões da verdade do Paraná e de Santa Catarina, realizada no dia 14 de outubro de 2014, em Papanduva (SC)	267
2.7.9	Processo Nataniel Rezende Ribas, José Rezende Ribas e João Florindo Schadeck	279
	<i>Dos indiciados</i>	279
2.7.10	Novos documentos	280
2.7.11	Recomendações	280

2.8 Documentos recebidos em oitivas e pesquisas de campo	282
Referências.....	283
3. PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS E DITADURA.....	289
3.1 Considerações iniciais.....	289
3.2 Apresentação do Grupo de Trabalho.....	291
3.3 Metodologia do Grupo de Trabalho.....	291
3.4 Atividades desenvolvidas e parceiros	291
3.5 O movimento sindical.....	292
3.6 Os partidos políticos	293
3.7 O Grupo dos Onze	297
3.8 O Partido Comunista Brasileiro e o inquérito policial militar – zona norte do Paraná.....	297
3.9 Ação Popular Marxista Leninista	297
3.10 Inquérito policial militar nº 44 – sobre as atividades dos comunistas no Paraná e em Santa Catarina.....	298
3.11 Comissão Nacional da Verdade, Memória, Justiça e Reparação da CUT	299
3.12 Grupo de Trabalho “Resgate da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana”	300
3.13 Grupo de Trabalho “Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas do Paraná”	302
3.14 Entrevistas do projeto “Mapeamento das elites políticas do Paraná – os comunistas”	303
3.15 Entrevistas do projeto “DHPAZ/Paraná – depoimentos para a História”	303
3.16 Ato unitário sindical da Comissão Estadual da Verdade com as centrais sindicais do Paraná	304
3.17 Audiências públicas da Comissão Estadual da Verdade.....	304
3.18 Audiência pública da Comissão Estadual da Verdade em Curitiba.....	305
3.19 Caravana da agricultura familiar – Fetraf/Paraná.....	306
3.20 Audiência pública da Comissão Estadual da Verdade em Umuarama	306
3.21 Audiência pública da Comissão Estadual da Verdade em Maringá em parceria com o Sismmar e a Universidade Estadual de Maringá	308

3.22	Audiência pública da Comissão Estadual da Verdade na cidade de Londrina, em parceria com o Sindicato dos Bancários de Londrina, Câmara Municipal de Londrina e Universidade Estadual de Londrina.....	310
3.23	Projeto DHPAZ/Paraná – Depoimentos para a História: resumo das oitavas – entrevistas cedidas à CEV-PR	312
3.23.1	Edésio Franco Passos.....	312
3.23.2	Hiran Ramos de Oliveira	316
	<i>Depoimento do filho Cyro Viegas de Oliveira à CEV-PR sobre Hiran Ramos de Oliveira, em 9 de outubro de 2013</i>	<i>317</i>
3.23.3	Elizabeth Franco Fortes Nascimento.....	318
3.23.4	Gerson Zafalon Martins.....	320
3.23.5	Alcidino Bittencourt Pereira.....	322
3.23.6	Luiz Alberto Amaral Manfredini.....	324
3.23.7	Luiz Salvador	328
3.23.8	David Pereira de Vasconcelos.....	329
3.23.9	Antônio Pereira Santana	332
3.23.10	José Ferreira Lopes (dr. Zequinha).....	337
3.23.11	Hasiel Pereira.....	340
3.24	Projeto de mapeamento de elites políticas: velhos vermelhos (memória e história dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil)	343
3.24.1	Espedito Oliveira da Rocha	343
3.24.2	Hermógenes Lazier	343
3.24.3	Odílio Cunha Malheiros Jr.....	343
3.24.4	Nelson Torres Galvão	344
3.24.5	Milton Ivan Heller.....	344
3.24.6	Iraci Soares de Oliveira	347
3.24.7	Izaurino Gomes Patriota.....	348
3.24.8	Hugo Mendonça de Santana.....	352
3.24.9	Wilson Previdi.....	353
3.25	Projeto de 80 anos do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana – realizado com pessoas ligadas ao movimento sindical.....	356
3.25.1	Zaina	356
3.25.2	Luis Carlos Saldanha	356

3.25.3	Dr. Nilo Izidoro Biazetto.....	357
3.25.4	Clair da Flora Martins.....	357
3.25.5	Claudio Antônio Ribeiro.....	358
3.25.6	Angelo Carlos Vanhoni Nascimento.....	360
3.25.7	Moacir Visinoni.....	362
3.25.8	Fernando Tristão Fernandes.....	363
3.25.9	Horácio Vitor Costa.....	366
3.25.10	Francisco Luiz de França.....	368
3.25.11	Emanuel Barreto de Moura.....	369
3.25.12	Braulino Martins dos Santos.....	369
3.25.13	Francisco João dos Santos.....	370
3.25.14	Ildeu Manso Vieira.....	370
3.25.15	Leonor Urias de Souza.....	371
3.26	Recomendações do GT “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”.....	371
3.27	Recomendações ao GT “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” da CNV.....	372
3.27.1	Dos crimes contra a humanidade.....	372
3.27.2	Da legislação autoritária, antidemocrática e antissindical.....	374
3.27.3	Da segurança pública, da organização policial e das Forças Armadas.....	375
3.27.4	Garantia e priorização de recursos para a política de arquivo e de memória.....	376
3.27.5	Dos direitos sociais, trabalhistas e sindicais.....	377
3.28	Das reparações históricas e recondução dos mandatos legislativos.....	378
3.29	Considerações finais.....	379
	Referências.....	381

TEXTOS TEMÁTICOS

4. FLÁVIO SUPLYCY DE LACERDA.....	395
4.1 Considerações iniciais.....	395
4.2 A “Operação Limpeza”.....	396
4.3 A Lei Suplicy.....	399
4.4 O ex-ministro da Educação retorna à Universidade Federal do Paraná.....	406
4.5 Considerações finais.....	410
Referências.....	410

5. O PAPEL DAS IGREJAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	413
5.1 Considerações iniciais.....	413
5.2 A extrema direita católica no apoio ao golpe civil-militar no norte paranaense.....	414
5.3 Integrantes do clero que se opuseram à ditadura civil-militar no Paraná.....	417
5.3.1 Depoimento do Pastor Gernote Kirinus	417
5.3.2 Depoimento do Pastor Werner Fuchs	426
5.4 Atuação de freiras e padres da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR).....	429
5.4.1 Depoimento do Padre Paulo Cezar Loureiro Botas.....	429
5.4.2 Entrevista do Padre Orivaldo Robles.....	432
5.4.3 Depoimento das freiras Marie Chantal e Tereza Paula	433
5.4.4 Irmã Araújo (Freira Tereza Araújo).....	435
5.5 Considerações finais.....	436
Documentos	438
Referências.....	439

OPERAÇÃO CONDOR

Participaram deste capítulo:

Coordenadores

Ivete Maria Caribé da Rocha

Norton Nohama

Assessores

Ana Lúcia Canetti

Derly de Fátima Movio dos Santos

Jaqueline Bertoni

Jaqueline Borges Monteiro

Estagiários

Leonan Novaes

Fernando Tarastchuk

Colaboradores

Isacir Mognon

Laura Sica

Consultores

Aluizio Ferreira Palmar

Antônio Urban

Dimas Floriani,

Jair Krischke

Milton Ivan Heller,

Pastor Werner Fuchs

AGRADECIMENTOS A PESSOAS

Agradecemos a imensurável colaboração de Adolfo Pérez Esquivel, Aluizio Ferreira Palmar, Ana Juanche (Serpaj), Ana Paula Bracarense, Dimas Floriani, Jair Krischke, Maria Teresa Piñero, Martín Almada, Milton Ivan Heller, Narciso Pires, Pastor Werner Fuchs e Stella Calloni pela generosidade com que ofereceram a este Grupo de Trabalho (GT) os seus conhecimentos e vivências históricas acumuladas na luta e na dor e que serviram como estímulo, exemplo e orientação para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS A INSTITUIÇÕES

Agradecemos ao Arquivo Público do Estado do Paraná, na pessoa da servidora Solange Rocha, à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, à Universidade Federal do Paraná, à Comissão de Anistia, sediada no Ministério da Justiça, à Comissão Nacional da Verdade e à Rede Brasil – Verdade, Memória e Justiça pela parceria e apoio fundamentais que permitiram a realização das investigações ao ponto em que podemos neste momento oferecer à sociedade paranaense este relatório.

Agradecemos especialmente ao Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça que, junto com seus componentes, movimentos sociais, Sindicatos, representantes de partidos políticos, setores educacionais e sociedade civil em geral, deram impulso à criação da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná, a qual, após a morte de Teresa Urban, em junho de 2013, passou a ser denominada Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban em homenagem simbólica a todas as vítimas da ditadura civil-militar. Presa e torturada no final dos anos 1960 e 1970 pela repressão de estado, Teresa se destacou pela coragem como militante estudantil, mulher, jornalista, escritora e ambientalista até o final da vida.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradecemos a todas e todos aqueles que contribuíram para o levantamento da verdade e o registro da memória com seus testemunhos, nem sempre fáceis de reviver, sofridos na maior parte das vezes, mas essenciais para que o país possa conhecer a sua verdadeira história.

1. OPERAÇÃO CONDOR

O último grau da perversidade é o de pôr as leis a serviço da injustiça.
O advogado Lino Machado Filho citando Voltaire em defesa de Anita de Moraes Slad

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Stella Calloni (1999), representante do Diálogos do Sul na Argentina, a Operação Condor

[...] foi um pacto criminoso entre os países autoritários de Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai para intercâmbio de informação de inteligência entre os Estados membros, a localização de elementos “subversivos ou terroristas”, mediante tortura, execução ou o deslocamento do sujeito subversivo de qualquer outro país signatário da associação ilícita para delinquir, tudo para salvar supostamente a civilização ocidental e cristã das garras do comunismo ateu e apátrida.

A tortura foi convertida em uma política de Estado para desarticular as organizações sociais e impor a sangue e fogo o modelo neoliberal, quer dizer, a privatização, a entrega de nossa soberania [...].¹

Para entender como os países do Cone Sul chegaram ao pacto denominado “Operação Condor” é imprescindível voltar no tempo e lembrar a história revelada com detalhes por Nelson Werneck Sodré, historiador e general da reserva do Exército brasileiro, em sua obra *A história militar do Brasil* (1979) sobre os passos da dominação no Brasil pela Agência Central de Inteligência (CIA), que buscava dar respaldo à tentativa de impor os grandes interesses econômicos dos Estados Unidos na dominação dos recursos minerais do Brasil desde os anos 1930, motivando uma

¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2pDkdQY>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

grande campanha de resistência liderada por Monteiro Lobato, alguns intelectuais e militares nacionalistas denominada “O petróleo é nosso”.

Com o advento da Guerra Fria, no pós-Segunda Guerra Mundial, quando alguns militares que serviram na guerra conheceram e estabeleceram amizades com oficiais das forças norte-americanas, esses militares foram então convidados a participar de treinamentos em escolas militares dos Estados Unidos, onde aprenderam muito sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

O general Golbery do Couto e Silva, entre outros que frequentaram centros de treinamento militar nos Estados Unidos, aprimorou a DSN, aplicando-a não somente ao inimigo externo, mas também e radicalmente para o inimigo interno, que mais tarde se espalharia por vários países da América Latina. Nesse contexto, acentuou-se a interferência norte-americana no Brasil e em outros países do Cone Sul de forma consentida.

Na sequência, o Brasil assinou o famigerado “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos”, por beneplácito do ministro do exterior João Neves da Fontoura. Esse “acordo” impôs ao Brasil as leis de “Assistência e Defesa Mútua” e a “Lei de Segurança Mútua”, em verdadeira cópia da legislação norte-americana, nos anos de 1949 e 1951. Por meio dessas leis, o país se obrigou a receber militares norte-americanos incumbidos de “administrar e fiscalizar a assistência militar no Brasil”, obrigando-se ainda a pagar todas as despesas desses militares e conceder-lhes todas as imunidades diplomáticas.

Esses acontecimentos prepararam o golpe militar de 1964 e logo após, na década de 1970, a colaboração do Brasil na estruturação da chamada “Operação Condor”, gestada nos Estados Unidos e idealizada por Henry Kissinger no governo de Richard Nixon. Entre os países do Cone Sul, é na prática instaurada primeiramente no Brasil, especialmente, pela colaboração já existente de longa data entre os militares e outros órgãos dos dois países, de onde surgiram ações importantes para implantar e manter as demais ditaduras no continente latino-americano. Os documentos desclassificados recebidos pela Comissão Nacional da Verdade² são bastante esclarecedores da cooperação norte-americana com as ditaduras do Cone Sul.

Para isso, os Estados Unidos forneceram a estrutura necessária aos países do Cone Sul, mediante financiamentos e assistência técnica da CIA, que atuou como intermediária nas reuniões com os Esquadrões da Morte no Brasil e Uruguai, e com a

Aliança Anticomunista Argentina (Triple A) na Argentina, entre outros. Os Estados Unidos também enviaram agentes para treinamento, como é o caso de Dan Mitrione, que veio para o Brasil em 1960, permanecendo até 1967, em Belo Horizonte, onde ensinou “técnicas de torturas” brutais, formando muitos discípulos – calcula-se mais de mil agentes, só no Brasil. Depois, foi para o Uruguai fazer o mesmo trabalho de treinamento, para enfrentar os militantes Tupamaros, tendo sido assassinado em 10 de agosto de 1970 pelo grupo em Montevideú. Além disso, agentes de segurança latino-americanos receberam treinamentos na CIA, no Departamento de Estado no Texas, Estados Unidos.

Os Estados Unidos, por meio da CIA, segundo o relato de Stella Calloni (1999),

[...] facilitaram a coordenação entre as agências regionais de inteligência. Esta cooperação fez possível o intercâmbio de informações e de prisioneiros, inclusive de assassinatos conjuntos. Um exilado político podia ser sequestrado, tomado como refém e levado através das fronteiras, torturado e desaparecido, sem nenhuma autorização judicial.

Portanto, o Brasil já vinha exercendo essa prática desde o princípio dos anos 1970; no entanto, a formalização do “pacto de terror” só aconteceu em novembro de 1975, em Santiago, Chile. O Brasil esteve representado, mas não assinou o pacto, por orientação do então presidente Geisel e do general João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Continuou, porém, na mesma prática até os anos 1980.

No livro *A caixa-preta do golpe de 64* (2006, p. 60), Paulo de Mello Bastos comenta:

Todas as fases do aprendizado [no curso para encarregados de casos e agentes] eram supervisionadas pelo tenente-coronel João Baptista Figueiredo, chefe do ninho de serpentes venenosas do Sfici [Serviço Federal de Informações e Contrainformações], a SSOP [Subseção de Operações].

Mas não foram só os militares que atuaram na repressão. Fato que merece estudo detalhado foi o surgimento nos Estados Unidos da World Anti-Communist League (WACL), também conhecida como Liga Mundial Anticomunista (LAM) ou Confederação Anticomunista Mundial (CAM), logo após o término da Segunda Guerra Mundial e nos primórdios da Guerra Fria. Essa entidade exerceu importante

papel nas ditaduras latino-americanas,³ tendo colaborado estreitamente na implementação da Operação Condor no continente.

O general Hugo Banzer, que impôs sua ditadura na Bolívia entre 1971 e 1978, presidiu a seção latino-americana da LAM. Banzer organizou um plano (Plano Banzer) para eliminar opositores comunistas em 1975, que foi apresentado como um modelo a ser seguido durante um encontro latino-americano da LAM, em Assunção, em 1977, na presença do ditador paraguaio Alfredo Stroessner. Uma moção que aprovava, da mesma forma, a eliminação na América Latina de sacerdotes e seguidores religiosos da Teologia da Libertação foi apresentada pela delegação paraguaia e adotada pela Conferência Mundial da LAM em 1978.

O documento anterior, de 23 de fevereiro de 1976, da “Comisaria de Policia de La Capital, Asunción”, dá conta que o sr. Carlos Barbieri Filho, brasileiro, cuja família era proprietária do Banco Aplik (vendido no final dos anos 1970), era o presidente da Comissão Anticomunista Latino-americana, da qual também foi fundador e líder. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, edição de 15 de novembro de 2009:

[...] o primeiro passo de Barbieri foi fundar, em 1971, a Sepes (Sociedade de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais), sediada no Shopping Iguatemi, em São Paulo. Em seguida, se uniu à WACL, na qual teve carreira meteórica, assumindo a presidência mundial da organização em 1975. Entre 21 e 25 de abril daquele ano, reuniu cerca de 400 participantes de 65 países no oitavo congresso da WACL, num hotel no Rio.

[...]

Segundo o ex-banqueiro, toda entidade empresarial de São Paulo tinha um nome no conselho da Sepes. Citou como exemplo o representante da Fiesp (Federação das Indústrias dos Estados de São Paulo), Theobaldo De Nigris, de uma família dona de concessionária de veículos Mercedes-Benz. (VALENTE, 2009)

A Sepes mantinha estreita vinculação com os órgãos de repressão, tanto militares como os paralelos, caso da Triple A na Argentina, do Esquadrão da Morte e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no Brasil.

3 Anexo 114: Informe anunciando a chegada do presidente da Comissão Anticomunista Latino-americana e comitiva em Assunção, Paraguai.

Empresas transnacionais que se sentiam ameaçadas pelo nacionalismo de Brizola e de João Goulart também colaboraram com as ditaduras do Cone Sul. Na obra de Paulo de Mello Bastos (2006), há um relato que mostra bem como eram as relações brasileiras com empresas estrangeiras:

Depois de muitas idas e vindas, já no governo Jango, Brizola descobriu que o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Campos e o ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, haviam negociado em sigilo, com a cobertura do ministro da Guerra, Amaury Kruel, que era da Comissão Interministerial, uma indenização escandalosa pelas nacionalizações (em troca da desnacionalização da ITT [International Telephone and Telegraph]), Brizola denunciou a negociata na televisão e o Ministério caiu. O acordo sustado foi fechado, menos de um ano depois, pelo mesmo Roberto Campos, como ministro do Planejamento do ditador marechal Castello Branco.

A ITT viria a financiar, anos depois, outro golpe de Estado, dessa vez contra Salvador Allende, no Chile.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil e dos demais países do Cone Sul também exerceram papel fundamental no monitoramento de exilados/militantes e colaboraram com as forças da repressão, durante todas as ditaduras. De acordo com matéria assinada pelo jornalista Cláudio Dantas Sequeira, do jornal *Correio Braziliense*, publicada em 25 de julho de 2007:

O Itamaraty operou um poderoso serviço de inteligência, tendo como modelos o MI6 britânico e sua versão norte-americana – a CIA. Naquele período, os punhos de renda da diplomacia do Barão de Rio Branco ganharam abotoaduras de chumbo. Diplomatas de vários escalões foram recrutados para compor o chamado Centro de Informações do Exterior (Ciex), que agora, se sabe, foi a primeira agência criada sob o guarda-chuva do Sistema Nacional de Informação (SNI), o aparato de repressão política usado para sustentar o regime militar.

Na mesma matéria, o jornalista Cláudio Dantas Sequeira (2007) relata o caso do brasileiro Wânio José de Mattos, exilado no Chile:

O professor universitário Wânio José de Mattos caiu na malha do Ciex em maio de 1971, quando seu nome foi incluído na lista de brasileiros aos quais o governo Salvador Allende concedeu, por sua conta, passaportes para que deixassem o Chile, uma vez que o Itamaraty não quis fazê-lo. Embora Wânio fosse considerado por muitos asilados como um sujeito de confiança, no informe 100, de fevereiro de 1973, ele é arrolado entre os “suspeitos”, por parte da direção da VPR, por supostamente dar cobertura ao cabo Anselmo. De fato, Wânio foi preso pela polícia chilena logo depois do golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet. Por muito tempo se pensou que ele teria sido fuzilado no Estádio Nacional, como registra o informe 33, de 1976. No documento, há alusão a um esquema que envolveria suposto apoio dos militares brasileiros naquele golpe, e que o tenente-coronel Cyro Etchegoyen teria inclusive ordenado a execução de Wânio ao lado de Takao Amano e Onofre Pinto. O informe 656, de 31 de dezembro de 1973, é um dos mais importantes da coletânea, pois revela que o Itamaraty foi informado da morte de Wânio meses depois de sua prisão. Mesmo assim, esse fato foi ocultado por quase duas décadas até que o próprio governo chileno o confirmasse. A íntegra do texto: “Em anexo, fotocópia de nota do Ministério das Relações Exteriores do Chile e de ‘certificado médico de defunción’, que informam sobre o falecimento do asilado brasileiro Wânio José de Mattos, ocorrido em 16 de outubro de 1973”. Não foi possível localizar o anexo, que continua guardado no arquivo secreto do ministério. Há ainda outros informes que demonstram como o Ciex perseguiu Wânio, e que essas informações facilitaram sua prisão por parte das autoridades chilenas.

Em recente depoimento no Chile, o advogado paranaense e ex-perseguido político Vítório Sorotiuk, que esteve exilado no Chile e conheceu Wânio de Mattos, confirmou o caso acima relatado:

Depondo no Chile no 34º Juzgado del Crimen de Santiago.
Fiz dois depoimentos. O primeiro no Processo Rol nº 179-2011 que investiga a morte do brasileiro Wânio de Mattos Santos no Estádio Nacional do Chile em outubro de 1973 no dia 04 de janeiro de 2014. Passado tanto tempo, não se perguntar se não estaria prescrito.

No Chile, os crimes contra os direitos humanos são considerados imprescritíveis. Pois bem, eu fui um dos últimos brasileiros que viu Wânio em vida. Juntamente com outras três pessoas, cada um segurando em uma ponta de um cobertor, conduzimos o Wânio torcendo-se em dores até umas das tendas do exército chileno instaladas no entorno no Estádio Nacional de Chile. Eu havia sido preso no dia 13 de setembro, duas quadras abaixo do Palácio de La Moneda e levado para uma Comissaria, à Rua Teatinos, próxima do Rio Mapocho. Levado ao Estádio Nacional à noite, lá fiquei preso até o final do mês de outubro. Lá conheci o Wânio José de Mattos.

Lembro-me sempre pensando em como escapar do cativeiro e combater. Nos primeiros tempos, a comida era escassa: um bol de feijão e $\frac{1}{4}$ de allullia (pão amassado). Éramos mais de 160 naquele espaço de nosso camarim. Tínhamos que dormir por turnos, pois todos não cabiam deitados. Passadas duas semanas, a comida se regularizou. Aí pode estar a origem da doença de Wânio. Ele foi examinado pelo também brasileiro preso e médico Otto Brockes, que logo diagnosticou peritonite. O Wânio foi levado uma vez para atendimento médico e o devolveram para o camarim (cela).

Depois a sua saúde piorou e o conduzimos naquele cobertor para fora do estádio e nunca mais vimos o Wânio. Depois, soubemos de sua morte. Se tivesse o atendimento médico devido, sobreviveria ao Estádio Nacional. Sua filha é médica e reside em Londrina atualmente (...)⁴

O segundo depoimento, datado de 7 de novembro de 2014, no Processo Rol nº 368-2012, também do 34º Juzgado del Crimen de Santiago. As informações que pretendia o advogado do Ministerio del Interior y Seguridad Pública era sobre a presença de policiais ou militares brasileiros nos interrogatórios de prisioneiros brasileiros no Estádio Nacional do Chile, em outubro de 1973.

Vários presos brasileiros foram interrogados por agentes brasileiros no Estádio Nacional. Um dos casos mais graves foi a tortura em pau de arara e com choques elétricos sofridos por Osni Geraldo Gomes Mauro. Ele foi torturado em sessão de demonstração a oficiais chilenos de como se tortura em pau de arara e com choques elétricos. Ele já fez o seu depoimento por videoconferência à Comissão

4 Disponível em: <<http://bit.ly/2oWEgJI>>. Acesso em: 18 mar. 2017

Nacional da Verdade no Senado Federal em 14 de abril de 2013. Após o interrogatório, Fernando Batinga disse ter identificado o torturador brasileiro: “Quando fui interrogado pelos chilenos, eles ficavam atrás dando sugestões para as perguntas...”

Na cadeia dos construtores da Operação Condor, não há como deixar de citar o embaixador Manoel Pio Corrêa, diplomata de carreira, anticomunista ferrenho, que perseguiu diplomatas mais liberais, como Antônio Houaiss e Vinicius de Moraes, e foi também grande colaborador no golpe de 1964.

Em 1966, foi enviado pelo governo militar do marechal Castelo Branco como embaixador para o Uruguai, onde implantou o primeiro Ciex, com o objetivo de monitorar as ações de brasileiros no exterior. No Uruguai, assumiu essa tarefa, especialmente, monitorando o presidente João Goulart e Leonel Brizola, entre outros exilados naquele país.

Essa experiência lhe rendeu o cargo de secretário-geral do Itamaraty na gestão do chanceler Juracy Magalhães. A partir do Uruguai, implantou o Ciex em diversas embaixadas brasileiras, sob o amparo do general Golbery do Couto e Silva, criador do SNI. Era um órgão ultrassecreto, camuflado como Assessoria de Documentação de Política Exterior, mas decisivo na instauração e atuação da Operação Condor no Cone Sul.

Pio Corrêa é citado pelo agente da CIA, Philip Agee, em seu livro de memórias *Dentro da companhia: diário da CIA* (1976, p. 384), em que Agee revela que Pio, além de diplomata brasileiro, também era agente da CIA.

Encontram-se no Arquivo Secreto da “CIA brasileira” mais de 8 mil informes de pessoas no exterior durante a ditadura militar. Das pessoas monitoradas, 64 exilados foram mortos ou desaparecidos.

Para se ter uma ideia da importância do Ciex, o *Correio Braziliense* (SEQUEIRA, 2007) apresentou algumas informações reservadas, como a de que havia

verba reservada ao Ciex, subordinado à Secretaria Geral das Relações Exteriores, onde justamente Pio Corrêa foi secretário-geral. O Ciex foi batizado oficialmente de Assessoria de Documentação de Política Exterior, ou simplesmente *Adoc*. Até 1975 funcionou de forma insuspeita no gabinete 410, do 4º andar do Anexo I do Palácio do Itamaraty. A placa com o número da sala foi retirada, e assim permanece até hoje, confundindo quem busca a Divisão de Promoção do Audiovisual, ali instalada desde 2006. Toda essa parafernália de camuflagem visava evitar comoção e críticas dentro do ministério, e resguardava a imagem dos diplomatas perante a sociedade.

Entre os brasileiros que foram alvo do Ciex estão lideranças políticas, militares rebelados, opositores ao regime, estudantes e pessoas comuns que se manifestavam contra a ditadura militar. Para citar alguns exemplos, foram monitorados exaustivamente o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola; os deputados Miguel Arraes, Neiva Moreira e Márcio Moreira Alves; o ex-ministro e fundador da Universidade de Brasília (UnB) Darcy Ribeiro; o ex-almirante Candido Aragão e o ex-coronel Jefferson Cardim; os intelectuais Antônio Callado, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso; e até o ex-presidente liberal Juscelino Kubitschek.

Mas outros exilados, segundo a mesma matéria de Cláudio Dantas Sequeira (2007), do *Correio Braziliense*, também foram alvo do Ciex:

É o caso, por exemplo, de Wânio José de Mattos, preso em Santiago do Chile logo depois do golpe de Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Seus familiares passaram anos a fio sem saber o que havia ocorrido ao asilado, até que o governo chileno, em 1992, confirmou sua morte por “peritonite” no Estádio Nacional. O sofrimento da família poderia ter sido amenizado pois o Itamaraty recebeu, em 31 de dezembro de 1973, o informe 656, que registra a morte de Wânio “ocorrida em 16 de outubro” daquele ano. Anexo ao documento seguiu o “certificado médico de defunción (falecimento)”. Mesmo sabendo, o ministério silenciou.

Ainda de acordo com a mesma matéria do jornal (SEQUEIRA, 2007):

Os últimos passos do ex-capitão Carlos Lamarca, dirigente morto da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), também ganham uma nova dimensão com a descoberta dos arquivos do Ciex. O informe nº 304/1970 fala de contatos seus com “um emissário dos Tupamaros (guerrilha uruguaia)” no Acre, “em zona entre Rio Branco e a fronteira boliviana”, algo até agora desconhecido. Pouco se sabia também da atuação do ex-coronel Joaquim Pires Cerveira, desaparecido em 1973. Relegado a um papel menos importante na memória da resistência armada, Cerveira surge nos arquivos do Ciex como elemento de extrema periculosidade.

Braço direito de Leonel Brizola, Cerveira foi preso em 1970 com a dissolução da Frente de Libertação Nacional. Em pouco tempo, seria eleito por Fidel Castro para liderar nova tentativa de guerrilha rural no Brasil em 1971, segundo o informe nº 85. Já o relatório nº 469, de 1969, dá conta de que a versão oficial para o assassinato do ex-deputado Carlos Marighella, líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), teria sido forjada no intuito de incriminar os frades dominicanos. O informe nº 114/1973 abre uma vertente inédita nas investigações sobre o paradeiro de James Allen Luz, da VAR-Palmars.

O então major Cerveira viveu com sua família em Curitiba nos anos 1960 e 1970. Foi vereador e candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Paraná e tem relato desta comissão e depoimento de sua filha Neusah Cerveira.

Depois de se aposentar como embaixador, Manoel Pio Corrêa ocupou o cargo de presidente da Siemens do Brasil, com quem o Consórcio Binacional Itaipu acabou negociando e adquirindo as turbinas e outros equipamentos para a usina hidrelétrica de Itaipu (UHE).

O também embaixador José Pinheiro Jobim, conforme o depoimento de sua filha Lygia Jobim a esta comissão, havia reunido muitos documentos sobre a corrupção na obra da UHE de Itaipu e pretendia escrever um livro, porém apareceu morto em março de 1979 no Rio de Janeiro, numa simulação de enforcamento, tendo em seu corpo marcas de tortura e mutilações, fato até hoje não esclarecido.

Manoel Pio Corrêa morreu no Rio de Janeiro, em dezembro de 2013, aos 95 anos de idade.

As provas da existência da Operação Condor, apesar de inúmeros relatos e esparsos documentos encontrados, só foram efetivamente localizadas em dezembro de 1992, quando Martín Almada⁵ e Gladys Mellinger de Sannemann, dois

5 Martín Almada, Prêmio Nobel Alternativo da Paz, nasceu em Puerto Sastre, mas se mudou com sua família para San Lorenzo, perto da capital Assunção, quando tinha seis anos. Depois de terminar seus estudos em ciências da educação, em 1963, fundou a instituição de ensino “Juan Bautista Alberdi” em San Lorenzo e do “Centro de Animación Sociocultural”. Em 1972, tornou-se presidente da associação de educadores de San Lorenzo, um grupo de ação local que recebeu apoio de outros setores da sociedade e se posicionou como uma oposição da ditadura no poder do Paraguai na época. Formou-se pela Universidade de La Plata na Argentina. Sua tese sobre a educação no seu país de origem foi enviada ao governo do Paraguai (um ato de Intercâmbio de Informações sobre uma parte da Operação Condor). Como resultado, a obra de Almada foi rejeitada pelo regime de Alfredo Stroessner. Ele próprio foi preso como inimigo político em 1974, torturado quase até a morte, e mantido na prisão por cerca de três anos e meio. Sua esposa, em

ex-presos políticos da ditadura de Stroessner, encontraram algumas toneladas de documentos, que demonstram todos os caminhos e a forma da Operação Condor na América Latina.

Martín Almada prestou depoimento a esta comissão, em audiência pública do Grupo de Trabalho (GT) Operação Condor, em 1º de setembro de 2014, em Curitiba (PR) e entregou cópias de inúmeros e importantes documentos,⁶ que atestam a existência da colaboração entre os países do Cone Sul e a Operação Condor.

Ele ainda descreveu todos os horrores que sofreu nas prisões paraguaias e revelou que, em algumas sessões de tortura, pôde verificar que se encontravam presentes agentes brasileiros, argentinos e chilenos, entre outros. Era a “Escola do Terror” atuando.

O ditador Alfredo Stroessner governou o Paraguai por 35 anos, sendo derrubado em 1989. Durante seu governo, as prisões ficaram lotadas de perseguidos políticos, pequenos agricultores, professores; formaram-se centros clandestinos e até campos de concentração, onde as torturas eram praticadas nas formas mais cruéis e violentas e, ao mesmo tempo, a corrupção e as prisões ilegais de camponeses para a apropriação de suas terras eram a marca dessa longa e tenebrosa ditadura. A nova Constituição do Paraguai só foi promulgada em junho de 1992 e previa o habeas data: o direito de qualquer cidadão requerer e ter acesso a seu prontuário e seus documentos em arquivos públicos ou privados. O professor Martín Almada foi o primeiro a exercer esse direito e requerer os documentos sobre sua prisão, mas não era atendido.

A polícia paraguaia afirmava que seus documentos “estavam desaparecidos” desde a queda de Stroessner. Almada conseguiu então um importante aliado na pessoa do jovem juiz José Agustín Fernández, que exigiu a entrega do prontuário e de seus documentos. No dia de 22 de dezembro de 1992 pela manhã, Almada telefonou para a casa de Agustín Fernández, pedindo que o juiz viesse com urgência à Sección

prisão domiciliar, foi forçada a ouvir por um telefone gritos do marido enquanto ele era torturado, o que resultou no infarto que a levou à morte. Naquele momento, a polícia política disse à esposa falsamente que Martín tinha morrido e apresentaram como prova um cobertor coberto de sangue, com pregos que eles disseram que foram usados para lhe remover as unhas. Outros dois companheiros foram mortos pela ditadura naquela época. Uma campanha pela Anistia Internacional resultou na libertação de Almada em 1977. Ele foi para o exílio com sua mãe e seus filhos, primeiro no Panamá, onde escreveu o livro *Paraguay: la cárcel olvidada, el país exiliado...* De 1986 até 1992, trabalhou para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) quando voltou para o Paraguai. Lá, concentrou-se na publicação de documentos da ditadura que revelavam a repressão e a tortura e, em 1992, ele finalmente descobriu os “Arquivos do terror”. Recebeu vários prêmios por sua coragem e trabalho, incluindo o prêmio “Tocha a la libertad” da Fundación Libre, em Assunção, em 1999 e o Right Livelihood Award em 2002.

6 Anexo 111.

Producciones de la Policía Nacional, na cidade de Lambaré, região metropolitana de Assunção. Por volta das 11 horas, Fernández se encontrou com Almada no local indicado. Lá já estavam mais de 20 jornalistas, parentes de desaparecidos e curiosos. Ele queria o apoio do juiz para realizar uma busca, conforme seu relato a esta comissão.

O diretor da seção, Ismael Aguilera Rolón, sem muita convicção, tentou impedi-los. O juiz lhe falou com calma e segurança, lembrando que “estavam em uma democracia”. Em meio a policiais desconcertados, Almada e Fernández entraram em um dos prédios, subiram um lance de escada e pararam em frente a uma sala fechada com cadeado. A golpes de martelo, a porta foi aberta. Lá estavam – jogados de qualquer maneira – livros encadernados, pastas, fitas cassete, fichas completas (com endereços, telefones, lista de amigos e parentes) de perseguidos pela ditadura, folhas avulsas, fotografias, álbuns de casamento, batizado, aniversário e formatura, além de dossiês e relatórios com as assinaturas, feitas de próprio punho, dos responsáveis pelas ações realizadas em Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Estava atestada a existência de um sistema clandestino de cooperação entre as ditaduras da América do Sul que realizou sequestros e prisões ilegais, torturou e matou seus opositores das mais chocantes formas, como os “voos da morte”, que também aconteceram no Paraguai (aviões decolavam com prisioneiros políticos a bordo e aterrissavam sem eles). No mesmo local e, também foram desenterrados sacos plásticos que continham bolsas com mais pastas, além de armas e instrumentos de tortura.

Eram os 320 mil documentos do governo paraguaio – os “Arquivos do terror” – que comprovavam a existência da Operação Condor. Para dar conta de tamanho volume – mais de três toneladas de papel –, o que aconteceu em seguida foi impressionante. Formou-se uma corrente de homens, mulheres e até crianças que passavam as pastas de mão em mão, da sala até um caminhão, no qual os documentos eram cuidadosamente colocados. O caminhão com todos papéis só chegou ao Palácio da Justiça ao anoitecer daquele dia em que a história da América Latina mudou para sempre. A vitória de Almada. O professor começara sua saga havia 15 anos. Buscava a verdade sobre sua prisão e tortura; e sobre a situação em que ocorreu a morte de sua esposa. Almada também queria saber por que fora interrogado por policiais argentinos, chilenos, bolivianos e brasileiros. Com uma frase, resumiu o que aconteceu naquele dia:

Fomos do rumor sinistro à verdade comprovada. Mas faltava um ator nesse cenário. Durante o governo de Bill Clinton, os Estados Unidos desclassificaram 24 mil documentos que evidenciam a existência da operação e a participação norte-americana. Um deles, o telegrama

enviado por Robert Scherrer, chefe do escritório do FBI em Buenos Aires, além de explicar como funcionava esse sistema entre os países, ainda citava o termo “Operation Condor”.

Em seu livro *Paraguay, la cárcel olvidada: el país exiliado* (2013), Martín Almada relata toda sua história de vida: prisões e torturas, o exílio no Panamá e depois em outros países, a perda de sua esposa, Celestina Pérez de Almada, enquanto estava preso, a lembrança e o sofrimento de vários companheiros de cela e nas prisões que passou, os mortos e desaparecidos, o seu próprio calvário nas mais perversas sessões de torturas – tudo isso o levou a escrever o livro com suas memórias. Porém, as sequelas e marcas profundas não o impediram de continuar sua luta em busca da verdade, memória e justiça.

Almada criou a Fundação Celestina Pérez de Almada, em Assunção, um museu com enorme acervo documental da memória da ditadura paraguaia, onde há o acesso às provas do longo período repressivo do ditador Alfredo Stroessner e oferece educação alternativa em cultura, direitos humanos e práticas sustentáveis de preservação ambiental.

Nos documentos “Arquivos do terror” recebidos de Martín Almada, encontra-se comprovada a participação do Exército brasileiro em diversos eventos conjuntos com Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia e a colaboração efetiva de civis, como é o caso de Carlos Barbieri Filho, o então presidente da Aliança Anticomunista Latino-americana e depois, foi presidente em nível mundial dessa organização. Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, ao ser indagado se realizou algum tipo de ato concreto contra comunistas, não respondeu. Depois disse: “Foi um momento histórico de composições radicais que não encontram mais base no mundo atual”.

A participação dos militares e da repressão brasileira era intensa nas ditaduras do Cone Sul. Outro documento produzido pelo serviço de inteligência argentina e difundido para o Brasil dá conta do monitoramento de vários militantes brasileiros, entre os quais Daniel José de Carvalho.

1.2 ENCONTRO COM ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL

No dia 29 de agosto de 2015, a Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban teve um encontro com o argentino Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, na cidade de Mandirituba, região metropolitana de Curitiba (PR).

Adolfo Pérez Esquivel é arquiteto, escritor, escultor, pintor e professor de direitos humanos, mas sobretudo um militante dos direitos humanos na América Latina. Esteve presente em quase todos os processos de restauração das

democracias latino-americanas, tendo antes as enfrentado seguindo a filosofia gandhiana da não violência.

Por sua militância em favor dos perseguidos políticos da ditadura militar na Argentina, foi preso em 1977, em Buenos Aires, torturado e levado a um “voo da morte”, do qual milagrosamente foi salvo por ter seu nome indicado ao Prêmio Nobel da Paz, agraciado em 1980.

No Brasil, aproximou-se de dom Paulo Evaristo Arns, integrando-se à Comissão Justiça e Paz e, depois, à Campanha da Anistia aos Presos e Exilados Políticos, entre 1977 e 1978. Também foi preso no Brasil em duas ocasiões, durante a ditadura militar, sendo liberado por interferência do cardeal dom Paulo Evaristo Arns.

Em 1976, foi preso em Riobamba, no Equador, junto com 17 bispos, entre eles dom Leonidas Proaño, defensor dos indígenas e camponeses, e mais outras 40 pessoas (aproximadamente), entre as quais padres, religiosos, leigos e leigas. Foram todos levados por soldados armados de metralhadoras até um quartel de Quito e deixados numa sala, sem explicação. Segundo Esquivel, foi uma ação da Operação Condor, que prefere denominar “internacional do terror”. Lá, ficaram presos durante alguns dias, até que foram soltos devido a uma grande mobilização popular.

Em 1974, em Medellín, Colômbia, foi criado o Serviço de Paz e Justiça (Serpaj) por vários movimentos sociais, no qual Esquivel foi designado como coordenador para toda a América Latina e hoje é seu presidente honorário.

É notável sua atuação na preservação da memória e da justiça no caso das ditaduras latino-americanas, em especial da Argentina, onde preside a Comissão Provincial pela Memória, com sede na cidade de La Plata, onde há um enorme acervo documental dos casos de violações, mortes e desaparecimentos de militantes vítimas da ditadura. Jovens, estudantes e militantes de direitos humanos aprendem sobre a história recente de sua ditadura e fazem pesquisas nos arquivos documentais da referida comissão.

Indagado sobre sua avaliação acerca da transição democrática no Brasil e a questão da memória, verdade e justiça em comparação a outros países da América Latina, Esquivel afirmou que a Argentina está à frente do Brasil na investigação sobre os crimes da ditadura porque no governo do ex-presidente Raul Alfonsín, já no período de redemocratização, a partir de 1983, os militares foram levados a julgamento.

Anos mais tarde, os governos de Alfonsín e de seu sucessor, Carlos Menem, lançaram as leis de Obediência Devida e Ponto Final, definidas como anistia. As leis foram derrubadas no governo do ex-presidente Nestor Kirchner, que governou entre 2003 e 2007 e morreu em 2010.

“Talvez, a Argentina, do ponto de vista jurídico, tenha sido o país que mais avançou [nesta questão].” Pérez Esquivel defendeu que os crimes da ditadura sejam investigados para que “todas as gerações saibam o que aconteceu”.

“Algo importante que o brasileiro deve ter é a busca da memória e da verdade. Não é apenas buscar o passado. A memória deve iluminar o presente e ser base para as gerações futuras”, disse.

Ele afirmou que a anistia, como foi feita, “significa impunidade” e “impede a construção da democracia”. “No Brasil, lamentavelmente até agora impera a impunidade com essa lei de anistia”, o que significa de fato não ter acontecido ainda a completa consolidação democrática.

Acrescentou que “para o direito internacional, os crimes de lesa-humanidade jamais prescrevem. Esperamos que eles não aconteçam nunca mais”. Mas também por isso diz que é importante saber o que aconteceu no Brasil e em toda a região, em todo o mundo. Não é possível pretender que se esqueçam as graves violações, os desaparecimentos forçados, as mortes, as torturas, que se constituem como crimes de lesa-humanidade. Um de seus ensinamentos é de que “sobre a impunidade não se pode construir uma democracia”. Não por acaso, o lema do Serpaj é “a paz é fruto da justiça”.

O Grupo de Trabalho “Operação Condor” reconhece que a colaboração de Adolfo Pérez Esquivel, tanto pela sua própria vivência e memória desse período como especialmente nas atividades de campo deste Grupo de Trabalho em Buenos Aires, Argentina, onde foi fundamental para o aprofundamento das pesquisas, na indicação de arquivos para investigar o estabelecimento de contatos com reconhecidos especialistas no tema, como a jornalista e escritora Stella Calloni e a participante da associação civil Avós da Praça de Maio Nora Cortiñas.

1.3 OBJETIVO PRINCIPAL DO GT “OPERAÇÃO CONDOR”

O objetivo central deste Grupo de Trabalho (GT) se concentrou na investigação para localizar indícios, evidências e provas sobre a Operação Condor no Paraná que digam respeito a paranaenses e estrangeiros, envolvidos ou vitimados pela operação dentro e fora do estado do Paraná.

Para consecução desse objetivo, o GT “Operação Condor” buscou enfatizar quatro elementos basilares à investigação: 1) *as vítimas*: identificando individualmente, com clareza e precisão, cada uma delas; 2) *As circunstâncias*: descrevendo com a máxima exatidão, por meio dos elementos de formação de convicção (provas documentais produzidas pelo próprio regime de repressão, testemunhos, publicações especializadas, acervos públicos e particulares de fontes confiáveis, entre

outros), as circunstâncias em que as vítimas foram violadas em seus direitos civis e humanitários, precisando ainda os tipos sofridos de violação, os fatores diretos e acessórios concorrentes e as demais pessoas eventualmente vitimadas em cada evento ou caso investigado; 3) *os agentes responsáveis*: identificando com máxima precisão os agentes públicos (civis ou militares) e privados que concorreram diretamente para a consecução dos atos de violação de direitos humanos contra as vítimas identificadas; e 4) *a cadeia de comando*: identificando com máxima amplitude a estrutura, oficial ou clandestina, de decisão e comando dos agentes responsáveis pelas violações de direitos humanos contra as vítimas.

O sentido adotado para a expressão “violação de direitos humanos” é consubstanciado pela Comissão Nacional da Verdade e expresso em seu relatório final, a partir dos tratados internacionais, na qual foram consideradas aquelas que se caracterizam como “crimes de lesa-humanidade”.

Este relatório trata especificamente das graves violações perpetradas por agentes do Estado brasileiro e/ou a seu comando contra a população civil, de maneira intensa e continuada, com uso permanente de força, na maior parte extremada, sob o albergue da supressão dos direitos individuais e coletivos, da liberdade de expressão e com a imposição de um conjunto normativo autoritário que visava institucionalizar e legalizar atos e práticas típicas de regimes de exceção, sob a égide da prisão arbitrária, da suspensão do habeas corpus, da incomunicabilidade dos presos e da condenação sem provas reais, a partir de um sistema paralelo de combate aos opositores do regime baseado na obtenção de confissões e produção de provas forjadas sob tortura, no sequestro e desaparecimento forçado e na pena capital, via de regra executadas à margem do sistema legal e de maneira clandestina e trasladadas para o sistema normativo oficial por artifícios próprios como os inquéritos policiais militares.

A propósito da violência do regime, em 26 de fevereiro de 1970, o *The New York Review of Books* publicou três longas cartas⁷ recebidas de prisioneiros brasileiros que falam sobre a ditadura no Brasil e que foram publicadas pelo editor no intuito de denunciar ao mundo os crimes de lesa-humanidade praticados no país e alguns dos métodos mais cruéis utilizados. Extraímos dois textos que são especialmente exemplificativos da prática da tortura e que envolvem paranaenses, conforme a seguir:

7 Texto original em inglês disponível no site do *The New York Review of Books*: <<http://bit.ly/2oQiBR8>>. Acesso em: 5 maio 2016.

CARTA DE UM PRESO POLÍTICO BRASILEIRO

Um major do Exército chamado Valdir é o comandante da Operação Bandeirantes (OB), em São Paulo. Esta operação é confiada a três grupos que trabalham em turnos de vinte e quatro horas e são subdivididos em outros menores, encarregados de interrogatórios, capturas, investigações etc. Cada grupo tem um chefe, e normalmente o grupo encarregado de interrogatórios (torturas) é dirigido por um capitão do Exército. Particulares só são empregados como guardas. O resto do trabalho é feito por sargentos, oficiais, detetives e policiais. Estas são as pessoas responsáveis por torturas. Quando um prisioneiro chega, algemado, é arrastado até uma escada, enquanto seus guardas tentam desequilibrá-lo. Como ele é empurrado quando algemado, a queda geralmente significa um pulso quebrado.

Antenor Meyer, um estudante de direito, depois de ter quebrado as duas pernas foi assim arrastado e também quebrou um pulso.

Normalmente, um novo prisioneiro é imediatamente levado para o interrogatório no quarto do segundo piso da sede da OB, um prédio na rua Tutóia, em São Paulo, que está atrás da Delegacia de Polícia, nº 34, em frente a um estacionamento grande e barrento, sempre assistido por sentinelas armados.

Presos políticos da OB são mantidos em uma fileira de pequenas células, separados dos outros presos da delegacia. Não há água ou luz e barras de aço fazem as vezes de portas. A prisão é distante tanto da delegacia de polícia como do edifício da OB. Para chegar à sala de interrogatório, um prisioneiro tem que andar cerca de 150 metros, passando por duas portas de aço, duas escadas e várias pequenas divisórias de madeira.

29 de setembro de 1969 foi um dia chuvoso. Apesar do aguaceiro e da distância, os terríveis gritos daqueles que estão sendo torturados não tiveram problemas em cruzar as portas, paredes e o estacionamento para chegar às três celas comuns que continham dez homens cada. É difícil descrever os sons feitos por homens sendo torturados. Eles saem involuntariamente, do fundo dos pulmões. Eles não podem ser reproduzidos, mas aquele que ouviu, deles nunca esquece. Também é impossível dizer como são os gritos dos que estão sendo torturados, mas não é só dor.

A sala de interrogatório é pequena, talvez 2 por 2 metros, e está dividida por uma parede de madeira de dois metros de altura. A partir dessa altura, há um espaço aberto até o teto amplo do segundo andar com granito no chão. Não há cadeiras ou mesas para os torturadores se levantarem durante o trabalho, há apenas a “cadeira do dragão”, onde ninguém quer sentar.

Os equipamentos de trabalho do torturador são simples: quatro bancos de madeira, barras de aço, alguns telefones de campanha do Exército, varas, um balde com água, uma palmatória, cordas, camisas rasgadas e cobertores.

Este equipamento foi utilizado em mim durante duas horas, mas não há nenhum limite para as sessões de tortura e esta é, em si, uma forma de tortura.

Quando o preso chega à sala de interrogatório, é mandado, depois de alguns golpes e chutes, despir-se. Se ele se recusar, como já aconteceu, suas roupas são arrancadas de seu corpo. Nu, ele é obrigado a se sentar no chão e se inclinar para a frente, com as mãos em torno das pernas. Geralmente, tiras de manta são envoltas em torno dos punhos e tornozelos, em que as cordas serão amarradas, a fim de evitar cicatrizes duradouras. Depois de ser amarrado, uma barra de aço é passada sob seus joelhos e cotovelos. Ele é então levantado cerca de cinco pés do chão com as extremidades da barra assentadas em dois móveis. Nessa posição, o peso da pessoa repousa inteiramente no joelho e nas articulações. É então que a máquina de choque a palmatória são colocadas para trabalhar.

Existem vários tipos de máquinas de choque. Eu era uma vítima de umas cinco ou seis diferentes, mas o mais utilizado é um aparelho de telefone de campanha do Exército. Eu não tenho certeza, mas parece que ele funciona com uma corrente alternada de 90 volts. Uma máquina de 110 volts é também utilizada. Às vezes, um aparelho de TV em parte desmontado é empregado e para a “cadeira do dragão” os fios saem diretamente da parede. Eu não sei se eles usam um transformador ou algo dessa natureza, mas estou certo que a eletricidade vem de tomada normal.

No caso do uso habitual de um telefone de campanha, os dois fios que vêm de fora da caixinha são ligados às partes mais sensíveis do corpo. Normalmente um polo é ligado a um dedo da mão ou do pé,

enquanto o outro é frequentemente movido da língua para o pênis, em seguida ao nariz, o ânus, os lábios. O choque produz uma dor terrível e contração muscular violenta. Essas contrações são tão fortes que o corpo por vezes quase dobra completamente sobre si mesmo.

Quando a máquina para por um momento, os músculos relaxam e o corpo volta à sua posição original. Os choques são tão intensos que se a boca do prisioneiro não é recheada com um pedaço de pano, sua língua encolhe dentro de sua boca e se morde a ela mesma a tal ponto que por vários dias a pessoa é incapaz de falar ou comer. As contrações musculares e a posição em que a vítima é mantida por horas a fazem perder o controle sobre seus intestinos e bexiga. Enquanto ele está pendurado na barra de ferro, ele também está sendo espancado com paus nas solas dos pés, nádegas e costas.

Depois de algum tempo desse tratamento, a vítima já não é capaz de sentir as pernas ou o estômago, é reduzida a uma massa terrivelmente dolorosa que já não obedece a todas às ordens da mente. Eu pensei que as minhas pernas tinham sido completamente destruídas, como se eu tivesse sido atropelado por um trator. Nesse estado, já não se pensa e muito facilmente se desliza de semiconsciência à inconsciência total. Quando isso acontece, os torturadores tentam trazer de volta a sua vítima, jogando água em cima dele e dando mais choques. A água tem um efeito multiplicador de várias vezes sobre os choques.

Fui torturado dessa maneira por duas horas e meia na sede da OB e, posteriormente, por mais duas horas no DOPS, a polícia política. Eu acredito que eu não teria sobrevivido alguns minutos mais longos. Prisioneiros de uma constituição física mais forte do que eu foram torturados por muito mais horas. Um deles, Carlos Eduardo Fleury, que mais tarde tentou se suicidar, teve uma parada cardíaca e foi salvo por um policial que estava visitando a OB e lhe fez massagem cardíaca. Ele está vivo e pode confirmar esta história, assim como outras pessoas cujos nomes mencionarei, exceto Virgílio Gomes da Silva, assassinado, e aqueles que se tornaram insanos, um número bastante grande.

Jonas foi enterrado como indigente, mas em um caixão de primeira classe. Seu funeral e até mesmo seu terno preto formal eram presentes de seus assassinos, os agentes da OB que o torturaram até a morte em 29 de setembro de 1969. Pagaram-lhe uma última

homenagem de gala. Quase no mesmo momento em que o corpo de Jonas estava sendo enterrado, no dia 30 de setembro, Hilda Gomes da Silva, esposa de Virgílio, foi amarrada à “cadeira do dragão”, de onde viu seu filho de quatro meses de idade sendo torturado. O nome na clandestinidade de Virgílio Gomes da Silva era Jonas.

Carlos Eduardo Fleury, um estudante acusado de atividades subversivas, foi torturado durante três horas em seu primeiro dia na prisão, quatro horas no segundo, quando ele já estava mais fraco, três horas e meia no terceiro. Ele não poderia ser torturado no quarto dia, pois havia tentado o suicídio por duas vezes mergulhando um par de tesouras em seu peito.

Paulo de Tarso Venceslau, um líder estudantil, foi torturado por quatro horas em seu primeiro dia e quase 12 horas depois, próximo à manhã, foi novamente torturado durante quatro horas.

Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, um estudante acusado de ter trabalhado com o grupo que sequestrou o embaixador norte-americano Charles Elbrick, foi torturado durante três horas e meia, depois de fazer a viagem de 160 milhas de São Sebastião para São Paulo, amarrado dentro do porta-malas de um carro. A ele foi dada meia hora de descanso e depois levado para uma outra sessão de mesmo tempo – a tortura só havia sido interrompida enquanto os torturadores estavam jantando.

Susuki, um pintor, foi preso em uma rua do subúrbio de Osasco, enquanto caminhava com seu filho de quatro anos de idade, que ficou chorando na calçada. Um louco disse que ele era um membro de uma organização terrorista inexistente chamada “Apollo 11”. Ele foi levado para a sede da OB e torturado. Quando, alguns dias mais tarde, descobriu-se que seu acusador era insano, ele também perdeu a cabeça.

Takao Amano, um membro estudante de uma organização de resistência, foi preso durante um tiroteio com o Exército e tinha uma bala de calibre 44 na perna esquerda. Ele foi imediatamente levado para a sede da OB e, antes de começar qualquer tipo de assistência médica, foi torturado. Cada vez que nele era dado um choque elétrico, um jorro de sangue manchava as paredes e o chão. Quando finalmente foi levado para o Hospital Militar, ficou inconsciente por alguns dias. Assim que ele ficou melhor, uma equipe da OB começou a visitá-lo. Ele foi interrogado ainda no leito. As visitas terminaram quando um médico descobriu que os homens da OB estavam

enchendo a sua boca com folhas, a fim de evitar que os seus gritos pudessem ser ouvido. Takao foi torturado novamente alguns dias mais tarde, quando levado de volta ao quartel da OB, seus ferimentos foram curados apenas após a sua transferência para a prisão no DOPS, onde ele não foi mais torturado.

Carlos Lichtsztejn, um estudante de vinte e dois anos de idade, de origem austríaca, foi preso com Takao. Ele tinha dois tiros de Winchester em suas pernas e um fêmur quebrado. Ele também foi torturado antes de obter cuidados médicos e os oficiais da OB torceram a perna quebrada várias vezes. Ele sobreviveu ao cair em coma. Ele terá que manter o corpo engessado até março ou abril de 1970, e é possível que ele nunca se recupere totalmente.

Onde está o limite para a tortura? Capitão Guimarães – todos os torturadores se chamam de “Guimarães”, a fim de evitar a identificação – dá uma definição exata, quando ele diz: “Você aqui é nosso. Vamos mantê-lo aqui, porque nós precisamos fazer você falar. Todo mundo fala, ou nunca mais fala de novo, entendeu?”

Mas não se trata apenas de falar que a tortura é usada na OB. “dr.” Guimarães – ninguém sabe ao certo o nome verdadeiro, mas qualquer prisioneiro pode reconhecê-lo – tortura por prazer. Quando seu chefe já está cansado e o questionamento avança, ele pede mais 15 minutos. Ele sempre recebe seus quinze minutos, pois a OB tem apenas uma regra: a tortura, como rotina diária.

DECLARAÇÕES DE MULHERES PRISIONEIRAS MANTIDAS NA ILHA DAS FLORES (RJ)

Nós, as prisioneiras detidas na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, escrevemos esta carta, num momento em que o público brasileiro começa a ser informado sobre as atrocidades cometidas contra os presos políticos em nosso país e que ainda pode duvidar que estes crimes estão realmente acontecendo. Nós podemos garantir a todos, a tortura não só existe no Brasil, mas tudo o que é dito sobre os métodos de tortura é muito pouco em comparação com os fatos verdadeiros. Nós temos sido vítimas e testemunhas de torturas infligidas aqui e nós consideramos que é nosso dever para com a verdade e a justiça denunciá-las.

Muitos podem perguntar por que só agora é que as denúncias estão aparecendo, de todos os cantos do nosso país. Ameaças de mais torturas e até mesmo a morte têm, até agora, mantido-nos em silêncio. Recentemente, no entanto, as declarações do presidente da República e do ministro da Justiça, bem como os relatórios da imprensa local e internacional, fazem-nos crer que estamos mais protegidos contra essas represálias. Os fatos:

1. Ziléa Reznik, 22, presa no dia 5 de junho de 1969, acusada de pertencer ao MR-8, organização de resistência, foi mantida incomunicável por 45 dias – trinta e cinco dias mais do que até mesmo a lei militar permite e durante os quais ela foi muitas vezes espancada.

2. Rosane Reznik, 20, irmã de Ziléa, foi presa pelas mesmas acusações em 27 de julho de 1969. Despida por seus torturadores, ela foi espancada e sofreu choques elétricos em várias partes do corpo, incluindo seus mamilos.

3. Iná de Souza Medeiros, 20 anos, casada com Marco Antônio Faria Medeiros, preso sob as mesmas acusações em Curitiba, Paraná, no dia 6 de julho de 1969. Em Curitiba, ela foi obrigada a testemunhar as torturas infligidas sobre um de seus amigos, Milton Gaia Leite, que estava pendurado nu em um poste enquanto o rádio era mantido no mais alto volume, a fim de encobrir os seus gritos. No cárcere do DOPS (polícia política), ela foi informada de que seu marido, preso dois meses antes, tinha morrido. Ela entrou em pânico, mas essa informação mais tarde foi desmentida. Trazida para a prisão da Ilha das Flores, ela foi espancada, recebeu choques elétricos e ameaças de agressões sexuais.

4. Maria Cândida de Souza Gouveia, 22, presa em Curitiba no dia 3 de julho de 1969, sob as mesmas acusações, foi imediatamente espancada e chutada. Seus pulsos e tornozelos foram brutalmente torcidos. Ela também foi despida.

5. Maria Mota Lima Alvarez, 20, presa no Rio de Janeiro em 9 de julho de 1969, sob as mesmas acusações, foi despida e espancada. Um dos

dedos foi quebrado, como pode ser visto a partir de fotografias tiradas pela imprensa quando convidada a conhecer os membros do MR-8.

6. Marijane Vieira Lisboa, 22 anos, presa no Rio, em 2 de setembro de 1969, acusada de ser membro do movimento de resistência Ação Popular, foi despida, espancada e submetida a choques elétricos, que só terminaram quando ela desmaiou em decorrência de um problema no coração.

7. Márcia Savaget Fiani, 24, presa no Rio, no mesmo dia e acusações como a anterior, também foi despida e espancada. Os choques elétricos administrados a ela foram feitos mais intensos pela água anteriormente jogada em seu corpo. Por conta dos choques, ela tem agora uma paralisia parcial dos dedos de sua mão direita. Ela foi mantida incomunicável por 14 dias.

8. Solange Maria Santana, 25 anos, também foi presa no Rio, no mesmo dia e sob as mesmas acusações. Ela foi despida, espancada e submetida a choques elétricos. Ela se tornou momentaneamente insana.

9. Lida Brandle Siegl, 25 anos, presa no Rio, em 29 de outubro de 1969, foi despida, espancada e submetida a choques elétricos, incluindo em seus mamilos.

10. Maria Elodia Alencar, 38 anos, presa no Rio, em 30 de outubro de 1969, também foi espancada e sofreu choques elétricos. Ela foi torturada por estrangulamento e forçada a assinar seu testemunho final sob tortura. Seus torturadores persistentemente ameaçavam prender e torturar seu filho de quinze anos de idade.

11, 12, 13. Priscila Bredariol, 23, Vania Esmanhoto, 24, e Victoria Pamplona, 26, membros militantes da JEC, Juventude Estudantil Católica, foram presas no Rio, em 31 de outubro de 1969, sob a acusação de pertencerem à Ação Popular, todas foram espancadas e obrigadas a ouvir os gritos de Celso Bredariol, o marido de Priscila, e Geraldo Azevedo, mantenedor de Victoria, que estavam sendo

torturados na porta ao lado pelos oficiais do Cenimar (Centro de Informações da Marinha).

14. Dorma Tereza de Oliveira, 25 anos, presa no Rio, em 30 de outubro de 1969, sofreu os golpes habituais e choques elétricos, além de estrangulamento, afogamento, e ferimentos em seus seios, produzidos por pinças. Agulhas foram lançadas sob suas feridas produzidas por pinças nos dedos e em seus seios.

15. Marta Maria Klagsbrunn, 22, presa no Rio, em 2 de setembro de 1969. Seu marido, Victor Hugo Klagsbrunn, foi torturado e os carcereiros ameaçavam várias vezes levá-lo para ver como eles a tratavam.

16. Arlinda...presa em 14 de novembro de 1969, no Rio, é mantida incomunicável até o dia de hoje (8 de dezembro de 1969).

Também podemos testemunhar muitos outros casos de tortura. Podemos afirmar, por exemplo, o caso de Jean Marc Von Der Weid, presidente da União Nacional dos Estudantes, que foi espancado, pendurado em um poste e submetido a choques elétricos durante seis dias; como resultado, seus tímpanos foram perfurados e ele sofre de perturbações neurológicas graves. Celso Bredariol e Mario Fonseca Neto também foram torturados. Este último foi submetido à tortura chamada “galletto”. Enquanto ele estava pendurado em um poste, um incêndio foi criado sob seu corpo. Esta técnica foi empregada também contra Milton Gaia Leite.

Casos de tortura estão sendo infinitamente repetidos. Temos a certeza de que as seguintes pessoas foram torturadas: Luiz Carlos de Souza Santos, Sebastião Medeiros Filho, Marco Antônio Faria de Medeiros, Milton Gaia Leite, Rui de Abreu Xavier, Pedro Portirio Sampaio, Antônio Roger Garcia da Silveira, Geraldo Galiza, Thiago de Almeida, Nielse Fernandes, Aluizio Palmar, Umberto Trigueiros Lima, Hélio Medeiros, Jorge Valle, Rodrigo Faria Lima, Paulo Roberto das Neves Benchimol, Cesar Cabral, João Manoel Fernandes, Mauro Fernando de Souza, Joseph Bartold Calvet, Victor Hugo Klagsbrunn, Pedro Garcia Gomes, Mario Fonseca Neto, Celso Simões Bredariol, Geraldo

Azevedo, Luiz Henrique Perez, Antônio Oscar Fabino Campos, Flavio Monteiro e André Smolentzov.

Maria Luiza Garcia Rosa, 18, foi presa no Rio, estuprada e liberada rapidamente, pois ela não tinha qualquer ligação com as organizações de resistência.

Temos mais quatro pontos para esclarecer:

1. As sessões de tortura são comumente realizadas na prisão da Ilha das Flores, nos escritórios do Cenimar, no quarto andar do Ministério da Marinha, nos cárceres do DOPS, no Rio de Janeiro e Curitiba.
2. Os torturadores são oficiais do Cenimar de alta patente e as torturas são conhecidas pelos seus comandantes e todos os militares que servem aqui. Torturadores tentam esconder sua identidade sob apelidos, como dr. Claudio, comandante Mike, dr. Alfredo, dr. Breno, e vários outros.
3. Alguns civis e suboficiais são convidados a participar de sessões de tortura, como o sargento Álvaro e o soldado Sérgio.
4. Os torturadores costumam visitar a ilha e são “conselheiros técnicos” do comandante da ilha, comandante Clemente José Monteiro Filho.

Sabemos que a nossa atitude presente, denunciando torturas, pode desencadear represálias contra nós. Temos medo, pois não seria o primeiro caso, a simulação de uma fuga ou um suicídio para tentar esconder a verdade que agora estamos afirmando. Nos cabe chamar a atenção dos interessados em descobrir a verdade e na punição dos culpados para o fato de que estamos à mercê de todos os tipos de violência e precisamos agora, mais do que nunca, da ajuda decisiva de todos.

ILHA DAS FLORES
8 DE DEZEMBRO DE 1969.

Assinado por: Marta Maria Klagsbrunn, Priscila Magalhães Bredariol, Martha Alvarez, Rosane Reznik, Vania Esmanhoto, Dorma Tereza de Oliveira, Victoria Pamplona Monteiro, Iná de Souza

Medeiros, Marcia Savaget Fiani, Ilda Brandle Siegl, Maria Elodia de Alencar, Solange Maria Santana, Marta Cândida Gouveia, Marijane Vieira Lisboa e Ziléa Reznik. (TORTURE, 1970, tradução nossa)

Ainda sobre a tortura, esclarecedor e contundente, forte e sofrido, é o testemunho recente do jornalista Pinheiro Salles, preso por nove anos e aproximadamente dois sob intensa tortura, à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e publicado em formato de livro. Nas primeiras páginas, Laurenice Noleto Alves, que também acompanhou esse testemunho, a ele se refere:

O depoimento que durou mais de quatro horas provocou muitas emoções, deixando sensibilizadas todas as pessoas presentes. De Goiânia, Pinheiro Salles foi acompanhado pelo advogado Francisco Pinheiro Salles e por mim. Afirmo que, durante esse tempo, precisei fazer um imenso esforço para controlar as lágrimas. Tive de tomar goles de água para engolir o choro diante das cenas de terror pintadas com inquestionável precisão. Tudo era narrado com detalhes, incluindo o processo das torturas, os locais, os nomes dos torturadores e torturados, tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul, onde o jornalista ficou preso (SALLES, 2014, p. 15).

José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça e membro da CNV, manifesta-se na quarta capa do livro:

Pinheiro Salles, como jornalista, retrata a crueldade dos verdugos que foram os artífices da violência do golpe de 64. Li o livro num fôlego só. Pelo que aprendi como advogado de perseguidos políticos, afirmo com segurança que este livro é um dos mais importantes para que se conheça o golpe dentro das celas e das salas de tortura. Pinheiro Salles é fonte preciosa para o relatório que a CNV oferecerá à nação e ao mundo sobre o que representou a ditadura militar no Brasil (SALLES, 2014).

Assim como Pinheiro Salles e todos os demais anteriormente citados, no Paraná, os testemunhos são sempre estarrecedores e muito semelhantes: perseguição, tortura e morte. Isabel Fávero, Clarice Valença, Jane Argolo e Teresa Urban são algumas das inúmeras vítimas cujos testemunhos a Comissão Estadual da Verdade

do Paraná – Teresa Urban resgata neste relatório por meio de seus vários Grupos de Trabalho e cujos registros compõem o acervo da versão digital deste texto.

Cabe também ressaltar que o conjunto de provas arroladas em cada caso não foi apenas para formar convicção, mas, sobretudo, para a busca e afirmação da justiça de transição. Dessa forma, o conjunto probatório de cada caso poderá ser futuramente ampliado a partir da abertura (disponibilização de acesso) de arquivos militares e/ou sob domínio privado atualmente inacessíveis.

Visto que a ditadura, no caso brasileiro, foi viabilizada no âmbito do Poder Executivo do Estado, caberá primordialmente aos poderes institucionais que foram subjugados, o Legislativo e o Judiciário, a coragem de promover a necessária ruptura, ainda que excessivamente tardia e inconclusa, com o regime de exceção para permitir a efetivação de fato da justiça de transição e a consolidação plena da democracia enquanto expressão política preferencial de liberdade, soberania e autodeterminação do povo brasileiro, em seu tripé mais essencial: a verdade, a memória e a justiça.

Os casos investigados e a seguir relatados constituem uma fração amostral de um universo muito maior de eventos sobre os quais permanecerá ainda a necessidade de futuras investigações que poderão ser muito mais efetivas se forem capazes de transcender as barreiras geopolíticas dos países latino-americanos e estabelecer comissão da verdade conjunta, a exemplo do que sugere a Rede Brasil – Memória, Verdade e Justiça e o Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça: a Comissão da Verdade do Cone Sul.

Nesse sentido, este relatório não encerra em si a elucidação plena dos graves casos de violação de direitos humanos cometidos sob o “guarda-chuva” da Operação Condor; apenas avança em direção ao resgate da verdade, no registro da memória e na constituição de provas com vistas à efetivação da justiça, assim, sob o prisma baseado na ideia da não repetição que passamos a relatar o que segue.

1.4 A CHACINA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU (1974)

Essa foi uma operação militar realizada no ano de 1974 com o objetivo de eliminar cinco brasileiros e um argentino pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).⁸ Também conhecida como “Massacre da Estrada do

8 A VPR surge em 1966 a partir da união de dissidentes da organização Política Operária (Polop) com militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Sua opção de resistência à ditadura brasileira é pela via armada. Essa opção em certa medida está ligada à origem de vários integrantes que eram militares expulsos das forças armadas por não concordarem com o golpe de 1964. O filme de Silvio Tendler *Militares da democracia: os militares que disseram não* constitui importante registro da história deste grupo de brasileiros que tentaram resistir ao

Colono”, “Massacre de Medianeira”, ou ainda “Massacre do Parque Nacional”, foi executada no Parque Nacional do Iguaçu, na região de fronteira da cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná.

Nessa operação, seis militantes, entre eles um argentino, foram atraídos por Alberi Vieira dos Santos (agente colaborador da repressão infiltrado nos movimentos de resistência ao regime) para retornarem ao Brasil a partir de Buenos Aires, Argentina, onde os brasileiros viviam como refugiados políticos. Eles entraram por Santo Antônio do Sudoeste (PR), na fronteira seca do Brasil com a Argentina, sob a promessa de que haveria uma estrutura muito bem montada para a retomada da resistência à ditadura brasileira, com a formação de um grupo de guerrilha, no oeste do Paraná. Essa operação foi coordenada pelas forças da repressão no Brasil e tinha como objetivo eliminar os militantes, especialmente Onofre Pinto, ex-militar, participante do Movimento dos Sargentos em 1964 e que mantinha liderança entre os exilados políticos.

Os cinco brasileiros e o argentino foram conduzidos por Alberi e Otávio Rainolfo da Silva, agente do Centro de Informações do Exército (CIE) também infiltrado entre os militantes, em uma Rural Willys dirigida por Otávio, no dia 13 de julho de 1974, para o Parque Nacional do Iguaçu, para serem executados em uma emboscada preparada pelo Exército brasileiro. Otávio Rainolfo da Silva prestou depoimento à CNV e à Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, em 28 de junho de 2013,⁹ em oitiva reservada, durante a audiência pública de Foz do Iguaçu e relatou os fatos que constam neste relatório.

1.4.1 ANTECEDENTES

Nos primeiros anos da década de 1970, a ditadura brasileira, por meio dos braços armados, a exemplo dos famigerados Comandos de Caça aos Comunistas (CCC), intensificou um conjunto de operações de busca, captura e extermínio de opositores ao regime militar.

Nos inúmeros depoimentos colhidos por este Grupo de Trabalho e na vasta documentação existente da época, constata-se que essas operações foram levadas a termo completamente à margem do próprio regime oficial de exceção da aparente “legalidade” estabelecida na Lei de Segurança Nacional e dos Atos Institucionais,

golpe dentro das fileiras das forças amadas e, a partir dos testemunhos, ajuda a compreender o caminho, em certa medida natural, desses militares para os grupos de resistência armada.

visto que nem mesmos estes instrumentos permitiam a execução sumária de pessoas sem o devido processo formal e consequente julgamento.

Os instrumentos de exceção até então utilizados, como os Inquéritos Policiais Militares (IPM),¹⁰ muito comuns naquela época, já não atendiam satisfatoriamente à necessidade do regime de eliminar toda e qualquer resistência civil. Para além disso, era necessário eliminar a simples possibilidade de sua existência, por menor, mais remota e distante que fosse.

A verdadeira dimensão da violência das operações, como a que resultou na do Parque Nacional do Iguaçu, pode ser compreendida como uma forma de superação das limitações dos IPM e, ao mesmo tempo, como uma extensão deles próprios. Note-se que esses inquéritos, desde o início (nos primeiros anos do golpe de 1964) constituíam-se, por si só, em instrumentos de ruptura ao Estado democrático de direito, de negação a todos os tratados internacionais de direitos humanos e, como regra, destinavam tratamento aos acusados e presos que, consideradas as convenções internacionais, a exemplo da Convenção de Genebra, equivaleram a violações de guerra.

Na entrevista publicada na revista *Veja* de 18 de novembro de 1992,¹¹ cuja chamada de capa é “Exclusivo: Num depoimento dramático, um ex-agente do DOI conta como foram assassinados e enterrados os desaparecidos: ‘eles matavam e esartejavam’”, Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do DOI-CODI de São Paulo, revela detalhes da barbárie praticada contra os que ousavam resistir à ditadura civil-militar e ajuda a entender o quanto a aparente legalidade da época era apenas uma “fachada” para apresentar à opinião pública. Evidentemente que a prudência da busca da verdade recomenda cautela na leitura da entrevista, haja

10 Os IPM eram realizados sob o manto das prisões arbitrárias e sem provas, muitas delas mais se assemelhavam a sequestros clandestinos do que a atos oficiais de Estado. A imposição da incomunicabilidade dos presos estabelecia na prática o cerceamento do direito à defesa. A violência foi adotada como conduta padrão de tratamento aos acusados e, como regra, a tortura se transformou na antessala de preparação dos interrogatórios, cujas confissões não raras vezes eram apenas um capricho de seus algozes num roteiro macabro de eliminação de pessoas. Os IPM nº 709/1964, coordenado pelo coronel Ferdinando de Carvalho, e o nº 574/1971, conduzido pelo major de arma de infantaria Francis de Assis Pinheiro Dias, por exemplo; o primeiro, iniciado muito antes mesmo do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que transformou em legislação a doutrina de Segurança Nacional e do AI-5; e o segundo, levado a termo inteiramente na capital do estado do Paraná, somados aos inúmeros depoimentos de vítimas que sobreviveram à repressão, coletados pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban e matérias divulgadas na imprensa à época; constituem-se em vasto material que corrobora essas práticas pelo regime militar.

11 Anexo 1.

vista o histórico do entrevistado – não obstante, ele confirmou a maioria de suas afirmativas em depoimento à CNV no dia 28 de fevereiro de 2014.¹²

Aprofunda-se sobremaneira nesse período a cooperação brasileira com as demais ditaduras do Cone Sul e países aliados como estratégia de hegemonia geopolítica (sobretudo dos Estados Unidos), marcada pela busca e pelo extermínio de asilados e clandestinos que se abrigavam principalmente nos países fronteiriços. Mais tarde, essa cooperação para eliminar seres humanos veio a ser denominada “Operação Condor”.

A Chacina da Estrada do Colono foi preparada com o destacamento de uma equipe de agentes infiltrados, de “cachorros” e colaboradores dos vários países por onde circulavam, e coordenada a partir de um complexo e extenso sistema de inteligência.

Os registros feitos por Aluizio Palmar no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (PALMAR, 2005) são bastante elucidativos para se entender como os agentes infiltrados e “cachorros”¹³ atuaram nos países vizinhos ao Brasil em busca de militantes:

[...] com a eliminação de todas as organizações que optaram pela luta armada, a ditadura mandava para o exterior seus agentes infiltrados ou recrutados dentro da própria esquerda. Esses agentes procuravam aqueles militantes que estavam propensos a continuar a luta e os convidavam a regressar ao Brasil. O cabo Anselmo e Alberi são os mais famosos desses agentes que, disfarçados de militantes de esquerda, agiram com desfaçatez e atraíram para a morte exilados que estudavam, trabalhavam ou constituíam família no exterior.

O ex-cabo Anselmo é o responsável por várias prisões e mortes de militantes de esquerda. Ele montou uma armadilha em que, no dia 8 de janeiro de 1973, os membros da VPR Eudaldo Gomes da Silva,

12 Vídeo do depoimento de Marival Chaves à CNV. Disponível em: <<http://bit.ly/2pIPAJK>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

13 Eram denominados “cachorros” pelos militares os ex-militantes de oposição ao regime convertidos em colaboradores e que, a serviço dos militares, eram infiltrados entre os resistentes para ações de espionagem, delação, contrainformação, preparação e execução de operações militares de repressão. Marival Chaves informou em seu depoimento que a expressão “cachorro” foi cunhada pelo delegado Fleury, fazendo alusão à obediência que os convertidos deveriam ter, os quais eram “contratados” com remuneração mensal de 300 dólares.

Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Philippe Reichstul e Soledad Barret Viedna foram presos, torturados e assassinados. Seus corpos apareceram numa chácara em São Bento, na Grande Recife.

Oito meses após o massacre de Pernambuco, os militares enviaram Alberi para o Chile com a missão de atrair o que havia restado da VPR para uma armadilha no Sul do país. Porém, com o golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende, o recrutador da morte acabou indo parar no México. Nesse país, ele recebeu passaporte, foi para a Argentina atrás dos exilados e só descansou quando os levou para a emboscada armada dentro do Parque Nacional. (PALMAR, 2005, p. 7-8)

Com efeito, a circulação de infiltrados, como Alberi, cabo Anselmo, Gilberto Giovannetti e Maria Madalena, por vários países da América Latina revelam a facilidade com que transitavam entre fronteiras e uma capacidade “surpreendente” de escaparem do cerco dos militares. Lamentavelmente, tantos militantes vitimados, como os das Chacinas da Estrada do Colono e do Recife, não perceberam a emboscada que os vitimou.

De fato, a Operação Condor, do ponto de vista da cooperação entre as ditaduras do Cone Sul, ao menos no que se refere ao Brasil, é muito anterior ao acordo firmado em 1975 no Chile, conforme já explanado. Vale destacar o papel central do estado do Paraná em razão de alguns aspectos especialmente relevantes, sendo que o primeiro é que, em Curitiba, encontrava-se a sede do Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria (5ªRM/DI), com jurisdição sobre os estados do Paraná e Santa Catarina e subordinada ao então 3º Exército, com sede em Porto Alegre e jurisdição sobre os três estados do Sul. A 5ª RM/DI tinha em seu território comandos subordinados de artilharia divisionária, brigadas de infantaria, regimentos e batalhões de infantaria, grupos de artilharia, regimentos de cavalaria e unidades de apoio. Outro aspecto é que a região de Foz do Iguaçu, conhecida como tríplice fronteira, é limítrofe com Argentina e Paraguai e vizinha do Uruguai. Essa configuração geográfica favorecia, de um lado, o trânsito nos vários sentidos territoriais, de militantes perseguidos pelos regimes de exceção dos vários países do Cone Sul, o que motivava o interesse dos militares em seu controle e, de outro, facilitava o trânsito de milícias, agentes infiltrados e informações entre os comandos militares e de inteligência.

E, por último, com o início da construção da usina hidrelétrica (UHE) de Itaipu, a partir de 1975, e a constituição da Assessoria Especial de Informação (Aesi) dentro de suas instalações, tanto as operações de informação e inteligência do regime na região, incluindo a cooperação entre os governos vizinhos, como o financiamento de operações secretas eram facilitados pelo abundante fluxo de recursos binacionais envolvidos na construção da usina.

1.4.2 As vítimas

A Chacina do Parque Nacional do Iguaçu objetivava o extermínio de militantes sobreviventes, em especial da VPR, refugiados nos países vizinhos (Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai) que alimentavam ainda a esperança de retomar a luta contra a ditadura brasileira:

Éramos revolucionários e imaginávamos que o Chile seria apenas uma estação até a volta ao Brasil para continuar a luta. Tomados pela ideia fixa de voltar ao Brasil e retomar a luta armada, alguns companheiros chegavam ao cúmulo de recusar assistência dentária. No meu exílio chileno, convivi com alguns militantes que me respondiam quando eu queria saber o porquê de não tratarem os dentes: “Pra quê? Quando a repressão me pegar vai ter um cadáver de dentes podres”. (PALMAR, 2005, p. 25)

Os militares brasileiros, cientes desse sonho libertário, dele tiraram proveito lançando mão de agentes infiltrados e “cachorros” que se movimentam desde os primeiros anos da década de 1970 entre os vários grupos de brasileiros asilados, principalmente no Chile, entre 1970 e 1973, onde o curto período de liberdade democrática instaurada pelo presidente Allende¹⁴ serviu como ponto de refúgio e encontro de muitos asilados políticos brasileiros. Aluizio Palmar relata fatos significativos para a compreensão dos antecedentes da chacina:

Eu morava no casarão que a VPR mantinha no Paradero Deciocho, da Avenida Santa Rosa, em Santiago, quando o cabo Anselmo chegou ao Chile em outubro de 1971. Nós estávamos reunidos e de repente

14 Salvador Allende Gossens, eleito democraticamente pelo povo chileno, governou entre 1970 e 1973. Foi deposto por um golpe de Estado liderado por seu chefe das Forças Armadas, Augusto Pinochet.

houve um alvoroço. Era Ubiratan Vatutim procurando o José Duarte para ir reconhecer alguém importante que havia chegado do Brasil. Mais tarde, eu soube que a agitação foi causada pelo aparecimento do cabo Anselmo. Porém, eu estava longe de desconfiar, tal como os demais companheiros, que o mítico líder da Revolta dos Marinheiros de 1964 era o mais recente “cachorro” da repressão e peça-chave de uma operação conjunta do Centro de Informação da Marinha (Cenimar) e do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Estava sendo inaugurada uma nova estratégia da repressão que até então punha os seus agentes para seguir os militantes de esquerda esparramados pelo mundo. Agora se tratava de atraí-los para a volta clandestina ao Brasil e matá-los. Anselmo foi a isca para a repressão localizar, atrair, prender, torturar e matar todos aqueles que caíssem na armadilha.

O ex-marinheiro chegou a Santiago em outubro de 1971 e foi posto em contato com a ex-dirigente da VPR Maria do Carmo Brito, por intermédio de Angélica Fauné, militante do MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionária.

O plano da repressão poderia ter sido abortado naquele encontro, pois alguns dias antes Maria soube que Anselmo havia sido preso por uma amiga que conseguiu visitar na prisão, a também ex-dirigente da VPR Inês Etienne Romeu.

Aquela informação seria o suficiente para o cabo cair do cavalo, pois pela lógica se alguém como ele tinha sido preso, continuaria preso ou morto, e não circulando livremente por Santiago [...]. (PALMAR, 2005, p. 12)

Nos dias que antecederam a chacina, os cinco brasileiros estavam na capital argentina Buenos Aires, hospedados no Cecil Hotel, localizado na Avenida de Maio, nº 1.200, onde o alto comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) abrigava os exilados brasileiros.

A peregrinação do infiltrado Alberi naqueles países resultou no convencimento de cinco brasileiros e um argentino a retornar ao Brasil para a retomada da resistência democrática pela via da VPR. São eles:

DANIEL JOSÉ DE CARVALHO

Filho de Ely José de Carvalho e Esther Campos de Carvalho, Daniel José de Carvalho nasceu no dia 13 de outubro de 1945, no município de Muriaé, estado de

Minas Gerais.¹⁵ Metalúrgico e torneiro mecânico, foi executado aos 29 anos junto com seu irmão Joel José de Carvalho.

Casado com Maria Aparecida da Silva Carvalho, teve dois filhos: Magda Cristina de Carvalho, nascida em 25 de janeiro de 1968, e Magno Castro de Carvalho, nascido em 26 de agosto de 1965. Os irmãos tinham respectivamente seis e nove anos de idade quando ficaram órfãos. Sua esposa faleceu em 13 de dezembro de 1987, aos 42 anos de idade, no pronto-socorro de Diadema (SP), sem deixar bens de herança aos filhos.¹⁶

Membro de uma família de operários de esquerda, militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), na Ala Vermelha, no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e, por ocasião de sua morte, na VPR.

Foi preso e torturado violentamente em 1970 pela Operação Bandeirantes (Oban), no Presídio Tiradentes, e banido do país em 1971, junto com outros presos políticos, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.¹⁷

Daniel José de Carvalho consta da relação do Anexo 1, sob o nº 23, da Lei nº 9.140/1995, que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências” (BRASIL, 1995).¹⁸

Fichado pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná no ano de 1970,¹⁹ os registros feitos dão conta de que Daniel vinha sendo monitorado no Paraná a partir do Chile e da Argentina nos anos de 1972 e 1973, pela Central de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Cisesp) e pela 5ª Região Militar.

15 Certidão de nascimento no Anexo 2.

16 Certidão de óbito no Anexo 3.

17 *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (ARAÚJO, 1955) e Anexo 4.

18 A Lei nº 9.140/1995 (BRASIL, 1995) foi criada a partir do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos para permitir que eles pudessem dar consequência aos vários aspectos legais relativos às questões decorrentes da certeza de que eles não voltariam. Este ato formal da lei não configura a decretação de morte para os efeitos prescricionais tipificados no código penal brasileiro, de modo que, em face da não localização dos corpos e de não haver esclarecimento sobre as circunstâncias dos desaparecimentos, todos configuram ainda crimes continuados, portanto não prescritos, conforme Anexo 5. Ver também o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (ARAÚJO, 1995).

19 Ficha DOPS-PR (Anexos 6 e 7).

JOEL JOSÉ DE CARVALHO

Nascido no dia 13 de julho de 1948, na cidade de Muriaé, em Minas Gerais,²⁰ Joel José de Carvalho era irmão de Daniel José de Carvalho.

Trabalhador no ABC paulista, era operário gráfico. Sua trajetória política é contemporânea e similar à de seu irmão Daniel.

Fichado pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná em 1970,²¹ os registros feitos dão conta de que Joel, em 1969, era monitorado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo.

Como seu irmão, também foi torturado pela Oban e, em seguida, preso no Presídio Tiradentes. Lá, permaneceu até janeiro de 1971, quando Joel com seu irmão e mais outros 68 militantes foram banidos do Brasil em troca da libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, que havia sido sequestrado pela VPR em 7 de dezembro de 1970.

Joel tinha 26 anos quando foi morto. Deixou esposa, Maria das Graças de Souza Alves, e um filho, Jocimar Souza Carvalho, nascido em 12 de julho de 1973. Por ironia do destino, o filho completava aniversário de nascimento de um ano na véspera e o pai na madrugada do dia de sua execução. A partir de então e para sempre, para o filho Jocimar, comemorar aniversário é também reviver o luto da perda daquele que sua tenra memória à época sequer pôde registrar. Um luto insepulto, sem corpo, sem lembranças, sem rito de despedida, sem referência de espaço, sem um local para onde depositar a dor da ausência, a saudade e a paz que para a maioria das pessoas o tempo acolhe.

Joel José de Carvalho também consta da relação do Anexo 1, sob o nº 66, da Lei nº 9.140/1995 que “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências” (BRASIL, 1995).²²

ENRIQUE ERNESTO RUGGIA

Nascido em 25 de julho de 1955, na cidade de Corrientes, capital da província de Corrientes, Argentina,²³ filho de Atilio Carlos Ruggia e Ana Violeta Bambula,

20 Certidão de nascimento no Anexo 10. A Ficha DOPS-PR registrou erroneamente o mês de nascimento como ocorrido em junho.

21 Ficha DOPS-PR (Anexos 8 e 9).

22 Anexo 5.

23 Certidão de nascimento no Anexo 11.

Enrique Ernesto Ruggia foi um estrangeiro executado por militares brasileiros em solo brasileiro, com apenas 18 anos de idade. Completaria aniversário pouco mais de uma semana após sua morte.

Solteiro, tinha uma irmã, Lilian Clotilde Ruggia, à época com 20 anos, estudante de psicologia, que relatou à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e à Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban (CEV-PR)²⁴ como fora o último contato que teve com o irmão em vida e o que ele lhe confidenciara na véspera da tragédia, em seu local de trabalho:

Me deu um beijo, disse que voltaria em uma semana ou dez dias, que iria fazer uma tarefa política e se foi. Fiquei petrificada. Eu estava num escritório público, a rua cheia de gente... Fiquei assim por um segundo. Quando retomei a ação, me largo pelas escadas, chego na rua, mas nunca mais o vi.²⁵

Lilian jamais desistiu de tentar descobrir o que aconteceu ao irmão.²⁶ Percorreu países, órgãos públicos, organismos de defesa dos direitos humanos, localizou inúmeros documentos, testemunhos de pessoas que poderiam ter informações na Argentina, no Brasil e em outros países. Transformou sua busca em uma missão de vida. Sua resposta, ainda pendente, como a de todos os parentes das vítimas da ditadura brasileira, é um dever do Estado e, quanto àqueles vitimados em território paranaense, também um compromisso inalienável e inadiável da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban.

Seu pai faleceu aos 46 anos de idade em decorrência de um infarto do miocárdio no dia 19 de junho de 1974, portanto menos de um mês antes de sua execução. Sua mãe, Ana, faleceu aos 55 anos de idade, em 15 de maio de 1986, doze anos mais tarde, de insuficiência cardíaca aguda, sem a oportunidade de sepultar o corpo do filho e ao menos depositar uma lágrima sequer sobre seu túmulo.

24 Audiência pública conjunta da CNV e CEV-PR, em parceria com a Comissão Especial (CEMDP) sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMP) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, realizada na Câmara Municipal da cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, nos dias 27 e 28 de junho de 2013.

25 Trecho extraído do testemunho de Lilian Clotilde Ruggia à CEV-PR e à CNV, durante a audiência pública em Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://bit.ly/2p9m2lu>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

26 Relato da busca incansável de Lilian Clotilde Ruggia por seu irmão está contido em documento escrito por ela no ano de 1992 e no qual descreve os seus esforços feitos até aquele ano. Também explicita este esforço na carta enviada à Anistia Internacional no mesmo ano. Anexos 12 e 13, respectivamente.

Estudante de medicina veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, acabou se incorporando à VPR por meio de Joel José de Carvalho, com quem formou amizade no ambiente universitário.

Enrique era militante da Juventude Peronista em San Pedro, província de Buenos Aires. Todos recordam em sua cidade que quando o padre Carlos Mugica foi assassinado pela Aliança Anticomunista Argentina (Triple A – grupo de direita com forte atuação na Argentina), Enrique, com outros companheiros, escreveu no muro do Conselho Deliberante da Cidade: “Mugica é peronista”.

Enrique, por ser argentino, por muito tempo não constou nos registros oficiais brasileiros como desaparecido político. Também não constava nos registros argentinos, pois seu desaparecimento ocorrera dois anos antes do golpe militar naquele país.

Foi reconhecido como morto político em território brasileiro e aprovada a emissão de certidão de óbito em 1996, com base na Lei 9.140/1995 (BRASIL, 1995).²⁷ A busca incansável, permanente e sofrida de sua irmã, Lilian Ruggia, em parte documentada e entregue à CEV-PR e à CNV, até o momento não foi alcançada pela verdade, equidistante da justiça em proporção ainda maior.

JOSÉ LAVÉCHIA

Filho de Leo Lavéchia e Feliza de Matheu, nasceu em 25 de maio de 1919, na cidade de São Paulo.²⁸ Sapateiro de profissão, morreu aos 55 anos de idade sem deixar bens e nem filhos. Residia no sítio da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), localizado no Vale do Ribeira, onde esteve com Lamarca. Era responsável por manter a “fachada” para que a área de treinamento do grupo não fosse descoberta e testava os couros das botas dos guerrilheiros.

A área foi descoberta pelos órgãos de segurança em 5 de maio de 1970, obrigando-o a fugir pela mata junto com os demais militantes. Foram encontrados dois dias depois, em 7 de maio de 1970.

Foi banido do Brasil a partir do dia 15 de junho de 1970, em troca do embaixador da Alemanha no Brasil, Ludwig von Holleben, que havia sido sequestrado pela VPR. Deslocou-se, então, para a Argélia com mais 39 presos políticos, depois para Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha, e, por último, para o Chile. Ficou naquele país até o golpe de Estado que o forçou a se mudar para Argentina.

27 Ofício nº 020-MJ, de 15 de abril de 1996, na qual a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) solicita emissão de assentamento de óbito (Anexo 14).

28 Certidão de nascimento no Anexo 15.

Embora não fosse paranaense, o DOPS do Paraná mantinha uma ficha de Lavéchia,²⁹ na qual fora registrado monitoramento oriundo do SNI e do Centro de Informações do Exército (CIE).

Em depoimento reservado à CEV-PR e à CNV, Otávio Rainolfo da Silva, o agente infiltrado que dirigiu o veículo que levou os seis militantes até o local da chacina, na Estrada do Colono, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, revelou que Lavéchia, em dado momento do trajeto em direção à emboscada, ficou desconfiado e exigiu uma arma, pois nenhum dos cinco militantes que foram mortos no parque estavam armados. Rainolfo teria dado o seu próprio revólver para acalmá-lo. No momento da chacina, Lavéchia ainda reagiu disparando justamente com este revólver, contudo sem acertar ninguém:

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Não entro desarmado [afirmativa de Lavéchia]. Eu falei: não, então pega a minha [arma].
[...]

O SR. ANDRÉ VILARON (Comissão Nacional da Verdade): — O senhor fala que o Lavéchia disparou contra o senhor? Como o senhor sabe que foi ele?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Porque foi pra ele que eu emprestei a arma.

O SR. ANDRÉ VILARON (Comissão Nacional da Verdade): — Mas lhe feriu, essa é a pergunta. Ele acertou os tiros no senhor?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Não, atirou no rumo, na hora em que eu deitei [...] ³⁰

Seu irmão, Luiz Lavéchia, em processo junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), obteve, no ano de 1996, atestado de óbito de José Lavéchia,³¹ fazendo-o constar sob nº 71, do Anexo 1 da Lei 9.140/1995 (BRASIL, 1995).³²

29 Anexos 16a e 16b.

30 Transcrição da oitiva de Otávio Rainolfo da Silva, Anexo 17, fls. 8, 9 e 15.

31 Certidão de óbito de José Lavéchia no Anexo 18.

32 Anexo 5.

ONOFRE PINTO

Nascido em 26 de janeiro de 1937, na cidade de Jacupiranga, São Paulo, filho de Júlio do Rosário e Maria Pinto do Rosário, casou-se em 1966 com Idalina Maria Pinto³³ e teve uma filha de nome Kátia Elisa Pinto, que havia completado sete anos um mês antes da morte do pai, executado aos 36 anos de idade. Não deixou bens, conforme certidão de óbito expedida em 1996.³⁴

Formado em contabilidade, foi sargento do Exército brasileiro. Teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, e prisão preventiva decretada em 8 de outubro de 1964, pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, como decorrência de sua participação no “Movimento dos Sargentos”.

Indiciado por um Inquérito Policia Militar (IPM) instaurado pela 2ª RM em 2 de fevereiro de 1966, foi preso em 2 de março de 1969 por elementos do DOPS e da 2ª Companhia da Polícia do Exército.

Seu banimento do Brasil ocorreu em setembro de 1969, quando ocorreu o sequestro do embaixador americano no país Charles Burke Elbrick. Viajou para o México com outros 14 presos políticos.

Sempre ligado ao movimento de resistência ao regime de repressão, esteve em diversos países e residiu em Santiago, Chile, e em Buenos Aires, Argentina.

O monitoramento de Onofre Pinto pela repressão era muito intenso, conforme registrado em prontuário próprio pelo DOPS de São Paulo. Na pasta, constam fichas de monitoramento, ofícios, dossiê e outros documentos produzidos pelos vários órgãos de vigilância e repressão do regime, incluindo o monitoramento de familiares, como o de sua irmã, Judi Moreira, que morava na cidade de Jacupiranga, São Paulo, e era funcionária da Caixa Econômica daquele estado.³⁵

Na referida documentação, chamam a atenção os registros feitos na ficha de Onofre Pinto nos dias 1º e 27 de agosto de 1974, portanto após a emboscada no Parque Nacional do Iguaçu, o que revela que ao menos o órgão responsável pelo monitoramento e registro em questão não sabia que Onofre já havia sido executado ou, se sabia, dissimulava um alibi para o regime.³⁶ O Pedido de Busca nº 91-E/1974, oriundo do 2º Exército, expedido em 27 de agosto de 1974, São Paulo, e difundido para o DOPS de Santos, referente ao informe nº 138/1974 consta:

33 Certidão de casamento no Anexo 19.

34 Certidão de óbito no Anexo 20.

35 Prontuário de Onofre Pinto no DOPS-SP (Anexo 21).

36 Prontuário de Onofre Pinto no DOPS-SP (Anexo 21, p. 5).

[...] que JUDI MOREIRA [...] Jacupiranga/SP, funcionária da Caixa Econômica do estado de São Paulo [...] entrou em férias para encontrar-se com o mencionado [Onofre Pinto], que é seu irmão e que teria voltado para o Brasil.³⁷

No mesmo sentido, a informação nº 427/74, datada de 25 de novembro de 1974, oriunda do DOPS de São Paulo, difundida para o mesmo órgão, ainda referente ao mesmo Pedido de Busca nº 091-E/74 anteriormente citado, traz mais detalhes sobre a situação e atividades de Judi Moreira:

1 [...] [Judi Moreira] em gozo de férias [...] tendo comentado com pessoa de sua confiança que iria para a Europa, procurar contato com o seu irmão ONOFRE PINTO. Esteve fora mais ou menos dois meses.

2 [...] reside à rua [...] (mora com uma filha [...] Proprietária do veículo Volkswagen sedan, 1300, bege alabastro, placa WN-5725 chassi nº BJ-029686.

A sra. JUDI MOREIRA continua a ser observada para a obtenção de novas informações e posterior comunicação a esse Serviço de Informações.³⁸

Nas folhas que compõem o “histórico político” de Onofre, do mesmo prontuário, chamam a atenção os seguintes registros:

- do dia 15 de fevereiro de 1971 e que revela que Onofre Pinto vinha sendo monitorado no Chile:

Conforme informação, [Onofre Pinto] já se encontra atualmente no Chile. No Chile, reuniria, com elementos recrutados por JOAQUIM PIRES CERVEIRA e APOLÔNIO DE CARVALHO para penetrarem no Brasil.³⁹

- do dia 24 de março de 1971, no qual é informado que pelo menos um irmão de Onofre Pinto, Júlio Pinto Rosário, e um cunhado, Walter Pinto Ribas, foram presos na Operação Registro. Somado ao monitoramento da irmã, Judi Moreira, fica claro que, de um lado, se tratava de uma família de

37 Prontuário de Onofre Pinto no DOPS-SP (Anexo 21, p. 16).

38 Idem, p. 17.

39 Idem, p. 13.

militantes e, de outro, que o regime os atingiu e perseguiu em grande parte de seus membros:

Seu irmão, Júlio Pinto do Rosário, é suspeito de subversão, tendo sido preso pela “Operação Registro”. Sua irmã, Maria Clodomiro Toledo Lazaro, vive maritalmente com Walter Pinto Ribas, preso também pela “Operação Registro”, por suspeita de terrorismo, uma vez que é pai do terrorista Antonio Ribas, chefe de um “aparelho” em Ibiúna-SP.⁴⁰

- do dia 3 de janeiro de 1979, que informa que um decreto do presidente da República de 29 de dezembro de 1978 teria revogado o ato de banimento de Onofre Pinto, podendo este retornar ao Brasil, à época já morto, desde que respondesse a processo na justiça. Cumpre lembrar que a Lei de Anistia, Lei nº 6.683, foi promulgada em 28 de agosto de 1979.

Segundo o jornal A Tribuna, o Presidente da República, assinou decreto de 29.12.78, publicado no DO de ontem, revogando o Ato que baniu o marginado do território Nacional, podendo este, retornar ao país, desde que responda a processo na Justiça.⁴¹

Outro documento que chama especial atenção é o informe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) nº 1019,⁴² emitido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) no dia 12 de junho de 1973, baseado em PB nº 1009-DSI/MRE, de 8 de maio de 1972, no qual consta que um documento de identidade em nome de Wilton Fernandes, emitido pelo Departamento de Polícia Federal em Brasília, estaria com Onofre Pinto, com a foto deste. Essa informação foi passada por um informante.

Note que a data de emissão do informe original, o de nº 1009-DSI/MRE, de 8 de maio de 1972, é anterior em mais de um ano em relação à data da emissão da carteira de identidade, que foi emitida em 13 de maio de 1973. Mesmo que se admita que o ano 1972 datilografado no informe DSI nº 1019 possa ter sido erro de datilografia, ainda assim a informação teria sido divulgada pelo menos cinco dias antes da emissão da carteira, o que sugere que essa carteira possa ter sido fornecida

40 Prontuário de Onofre Pinto no DOPS-SP (Anexo 21, p. 13).

41 Idem, p. 13.

42 Idem, p. 14.

pelos próprios militares, possivelmente já dentro do plano da operação da chacina para facilitar o monitoramento de Onofre em seu deslocamento do Chile para o Brasil, qualquer que fosse o roteiro que ele fizesse.

Soma-se a essa tese a afirmação de Marival Chaves, em carta endereçada a Lilian Ruggia, irmã de Enrique Ernesto Ruggia, na qual revela que o agente infiltrado Alberi esteve no Chile justamente nessa mesma época dos idos de 1973, podendo ter sido Alberi o portador do documento falso:

b. Quanto a ENRIQUE RUGGIA, cumpre relatar todos os dados que disponho, que servirão como subsídios para uma possível conclusão, se não vejamos: através de indiscrições do Exército (CIE), tomei conhecimento de que, no ano de 1973, aquele órgão estabeleceu uma operação de informação, que findou em 1974, na região de Medianeira, Norte do Paraná, com o objetivo principal de “prender” ONOFRE PINTO, dirigente da VPR, bem como outros ativistas da esquerda revolucionária que se encontravam fora do País. Tal operação, que utilizava como infiltrado o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ALBERI, que na ocasião transitava pelo Chile e Argentina com o propósito de atrair brasileiros refugiados políticos naqueles países, consistiu na montagem pelo CIE e Batalhão do Exército, com sede em Foz do Iguaçu, de uma área fictícia de treinamento de guerrilha para que ONOFRE e seu grupo exercessem atividades e tivessem um local seguro em território brasileiro. (PALMAR, 2005, p. 55)

A esse respeito, outro trecho do livro de Aluizio Palmar é mais específico:

ANTÔNIO MAFFI e ALBERI saíram do Brasil por Santana do Livramento. Pararam em Buenos Aires, onde o ex-sargento manteve alguns contatos, e chegaram a Santiago 15 dias antes do golpe militar. Na capital do Chile, foram direto para a casa de BRUNO PIOLA, que também havia sido da base de Passo Fundo do Partido Operário Comunista, o POC, e um dos 70 presos trocados pelo embaixador suíço. (PALMAR, 2005, p. 140)

Visto que o golpe no Chile ocorreu em 11 de setembro de 1973, Alberi teria chegado naquele país lá pelo dia 26 de agosto do mesmo ano.

Um mês antes da Chacina na Estrada do Colono, no dia 14 de junho de 1974, é expedido pelo Comando da 5ª Região Militar, em Curitiba, pedido de busca nº 147-E/2-1974⁴³ contra Onofre Pinto. O documento é oriundo do Centro de Informações do Exército (CIE), destinado à Polícia Federal do Paraná e difundido para vários outros órgãos do sistema de repressão. Chama a atenção a evidência de que o documento se baseava em informações colhidas de uma fonte.

1. DADOS CONHECIDOS:

ONOFRE PINTO (foto anexa), de acordo com Infe [sic] recebido, está para entrar no Brasil nos próximos dias, a fim de executar uma operação, que segundo conversa entre elementos pertencentes a grupos subversivos no URUGUAI, é de muita importância.

Os registros localizados no Arquivo Público do Paraná sobre Onofre Pinto (Ficha nº 32.411),⁴⁴ são esparsos e iniciam em 1969. A mesma informação constante no pedido de busca nº 147-E/2-1974 citado anteriormente fora registrada na Ficha do DOPS do Paraná, no apontamento datado de 18 de junho de 74, oriunda da Central de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Cisesp), portanto aproximadamente um mês antes de sua morte. Há registros com informações até 1977, repetindo a persistência dos órgãos de repressão em investir recursos públicos para produzir provas contra alguém que o próprio regime já havia eliminado.

Seu nome consta na lista dos desaparecidos políticos reconhecidos pela Lei Federal nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, sob nº 105 (BRASIL, 1995)⁴⁵ e também no livro *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* (ARAÚJO, 1995).⁴⁶

Marival Chaves Días do Canto, que durante a ditadura trabalhou na Operação Bandeirante (Oban) em São Paulo, afirma que Onofre Pinto foi executado por ordem do CIE. Declarou ainda que a operação foi coordenada pelo coronel do Exército Paulo Malhões – matérias sobre este testemunho foram publicadas no *Jornal do Brasil* de 10 de abril de 1993,⁴⁷ *Folha da Tarde* e *Diário Popular*,⁴⁸ *O Globo*

43 Anexo 22.

44 Anexo 23.

45 Anexo 5.

46 Anexo 24, p. 16, 57, 221 e 283.

47 Anexo 25.

48 Anexo 26.

e *Folha de S.Paulo*.⁴⁹ O próprio coronel Paulo Malhães, em depoimento tomado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 2014, afirma que

reconheceu que o Exército adotou uma política de desaparecimento com uma técnica de ocultação de cadáveres em que retirava a arcada dentária, as pontas dos dedos e cortava o ventre das vítimas antes de colocá-las em sacos impermeáveis e lançá-las em um rio na região serrana do Rio de Janeiro, tornando impossível sua localização e identificação; o desenterro dos restos mortais do deputado Rubens Paiva; o assassinato de Onofre Pinto no massacre de Medianeira em Foz do Iguaçu e o destino dado ao seu corpo, com a mesma técnica de desaparecimento.⁵⁰

VITOR CARLOS RAMOS

Nascido no dia 18 de janeiro de 1944, na cidade de Santos, São Paulo, filho de Santana Silva Ramos e Feliciano Ramos,⁵¹ era escultor.

Seu irmão, Paulo Roberto Ramos, médico de profissão, no ano de 1996 requereu a aplicação da Lei nº 9.140, de 5 de dezembro de 1995, incluindo a localização dos restos mortais de Vitor Carlos Ramos.⁵² No processo, relata brevemente a trajetória de vida do irmão, a perseguição a que foi submetido pela ditadura brasileira, o exílio, a mulher amada Suzana Machado, 21 anos, com quem teria um filho se não tivesse morrido grávida em circunstâncias suspeitas:

BREVE HISTÓRICO

Meu irmão, Vitor Carlos Ramos, nasceu em 18 de janeiro de 1944 [...] Após 1964, iniciou sua participação política ingressando em diversos quadros de esquerda. Em 1969, foi para o Uruguai, onde entrou ilegalmente, permaneceu nesse país juntamente com outros asilados brasileiros.

49 Anexo 27.

50 Anexo 28.

51 Certidão de nascimento no Anexo 29. Note-se que a grafia do nome na referida certidão é “Vitor”, já na documentação produzida pela repressão é sempre utilizado “Victor”.

52 Anexo 30.

Do Uruguai foi para o Chile, onde ficou até a morte de Allende em 1973, durante essa permanência distúrbios o obrigaram a um tratamento psiquiátrico, que durou alguns meses.

O golpe militar do Chile obrigou os refugiados buscarem asilo em outros países, Vitor seguiu com um grupo de brasileiros para a Argentina. Na Argentina, começou a sair da clandestinidade, tentando integrar-se à sociedade. Como tinha conhecimento na área de artes plásticas (escultura, desenho e gravura), conseguiu uma vaga para lecionar. Conheceu a argentina Suzana, com quem passou a viver; às vésperas de seu casamento, sua noiva morreu num acidente (informaram que ela teria sido assassinada por participar de movimentos de esquerda argentinos). Suzana estava grávida quando morreu.

O próximo fato nos foi relatado pessoalmente por Dona Idalina, esposa do Onofre Pinto, com quem conversamos recentemente na sua casa em São Paulo (em anexo, xerox das declarações aos jornais), ela informa que Vitor Carlos Ramos (ou Silva, sobrenome materno, que as vezes ele usava) saiu da Argentina em 11 de julho de 1974 com um grupo formado por Onofre Pinto, do qual faziam parte também Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho e Enrique Ernesto Ruggia.

As declarações de Dona Idalina são corroboradas pelas declarações do ex-sargento do exército Marival Dias Chaves; segundo eles, o grupo foi vítima de uma armadilha montada pelo DOI-CODI, que resultou na morte de todo o grupo. Onofre teria sido executado como exemplo, por ser ex-militar participante de movimento de esquerda.⁵³

Vitor Carlos Ramos morreu meses depois da morte de Suzana, executado no Parque Nacional do Iguaçu, aos 30 anos de idade.

Como resultado da prática habitual do regime militar, Vitor Carlos Ramos é acusado e processado em vários IPM, principalmente em 1969 e nos anos seguintes, a partir de provas frágeis, dúbias, controversas, produzidas sem aderência à verdade e sem correspondência à realidade dos fatos, muitas vezes obtidas em sessões insuportáveis de torturas durante as fases de investigação e inquérito, em órgãos como o DOI-CODI. A análise da documentação permite identificar não

53 Anexo 30, p. 7.

apenas as inconsistências do conjunto acusatório produzido pela ditadura contra Vitor Carlos Ramos, mas também as contradições construídas pela comunidade de informações do regime e as disputas e divergências internas entre os vários órgãos de repressão. Frisa-se que a situação apontada neste caso, longe de ser exceção, foi a regra para todos os casos analisados por este Grupo de Trabalho.

Documento emitido pelo Gabinete do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, datado do dia 18 de junho de 1969, informa a situação relativa ao “inquérito policial sobre a subversão em São Paulo”. No documento consta o seguinte:

O DOPS concluiu inquérito policial sobre a subversão em São Paulo, consubstanciando em 21 volumes, em que estão indiciados por terrorismo, assaltos a banco, roubo de armas e explosivos, furtos de automóveis e homicídios, sessenta e oito (68) elementos da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do “Grupo Marighella”, todos eles enquadrados na Lei de Segurança Nacional e em dispositivos do Código Penal, por crime comum.

Dentre estes indiciados, trinta e dois (32) deles estão presos e trinta e seis (36) estão foragidos, tendo sido pedida a prisão preventiva de cinquenta e sete (57) dos culpados.⁵⁴

O nome de Vitor Carlos Ramos consta como acusado em lista anexa do referido inquérito sob o nº 63.⁵⁵ Também compõe a mesma relação, sob nº 46, Onofre Pinto.

Apesar de a lista de acusações ser extremamente extensa,⁵⁶ tanto quanto a quantidade de acusados, na parte do processo que trata da “participação dos indiciados”, traz a seguinte informação sobre Vitor Carlos Ramos:

[...] vulgo “GILSON”. Contra o mesmo existe apenas uma acusação isolada feita por HERMES CAMARGO BATISTA, que assevera pertencer o mesmo a VPR. E que teria sido ele, quem levou um grupo de São Paulo, dirigindo uma perua até o estado da Guanabara, onde iriam

54 Anexo 30, p. 18.

55 Anexo 30, p. 23.

56 A lista de acusações era composta por vinte e três crimes diversos, entre assaltos a bancos e outros estabelecimentos comerciais, atentados a bombas, homicídios, furto de um caminhão e vinte e seis veículos de pequeno porte, conforme consta no Anexo 30, p. 21.

assaltar a Guarnição Militar do Palácio do Governo; ação essa que não chegou a se concretizar [sic].

Encontra-se foragido. Foi qualificado indiretamente. É elemento conhecido deste Departamento pois já foi indiciado em Inquérito Policial por prática de subversão. Os dados para o seu enquadramento, acreditamos insuficientes (“testis unus, testis nullus”).⁵⁷

Mais adiante no processo, no documento que trata do “pedido de prisão preventiva”, Vitor Carlos Ramos é incluído em lista de exceção “em razão de insuficiência de elementos incriminadores contra o mesmo”.⁵⁸ O relatório do inquérito é assinado pelo delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do DOPS Wanderico de Arruda Moraes.⁵⁹

Vitor Carlos Ramos é citado em outro relatório de inquérito da 2ª Auditoria do Exército, 1ª Circunscrição Judiciária Militar, relativo à apelação nº 40.157, vinculado ao processo nº 65/970C, de 1970, recurso criminal nº 5.248, referente aos réus Romulo Noronha de Albuquerque, Francisco Eduardo Sebão e Linda Tayah.⁶⁰ Nesse processo, que trata de acusação de assalto a banco por grupo da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vitor é excluído da acusação e todos os réus são absolvidos, conforme consta da decisão do Conselho Permanente de Justiça. Chama especial atenção a manifestação “quase” jocosa do tenente coronel Edson de Carvalho contra o delegado que conduziu as investigações:

[...] o sr. Marques, que assina o documento de fls. 97, só em 9 de junho é que “descobriu” os participantes deste assalto: que o indivíduo de nome VICTOR CARLOS RAMOS, cuja foto se encontra às folhas 91, “não tomou parte no assalto etc...”. Tal texto está inserido, para justificar o “engano” feito por 12 testemunhas que reconheceram VICTOR CARLOS RAMOS.⁶¹

57 Anexo 30, p. 51.

58 Idem, p. 63.

59 Idem, p. 65.

60 Anexo 31.

61 Anexo 31, p. 12.

Apesar da foto citada não ter sido localizada, consta outra no processo nº 12/1970, referente à apelação nº 39.826 dos réus Carlos Eduardo Fayal de Lira e Carlos Roberto Nolasco Ferreira, acusados de crimes relacionados à ALN, também junto da 2ª Auditoria do Exército, 1ª Circunscrição Judiciária Militar. Nesse processo, a referida foto é indicada como de Vitor, contudo não tem no citado documento a correspondente qualificação, o que indica a precariedade da identificação.⁶²

Nesse segundo processo, Vitor é arrolado a partir de uma análise subjetiva produzida pelo detetive Alfredo Augusto Gomes Filho, do DOPS da Guanabara, em 24 de março de 1970, utilizando-se inclusive da mesma acusação de assalto ao Palácio da Guanabara que não ocorrera, trazida ao processo anteriormente citado e no qual Vitor já havia sido absolvido quase um ano antes. Diz o informe:

Dando cumprimento ao despacho da fl. 96, informo que fiz o local do evento à mesma hora do ocorrido, estando aberto apenas um bar localizado defronte do prédio da TV, no nº 6.023 da Rua Visconde de Pirajá, onde o sr. Hernesto, funcionário do estabelecimento, e mais dois funcionários presenciaram parte do ocorrido, ou seja, logo após o disparo de uma das armas de fogo por parte dos assaltantes, o que provocou uma correria na rua. Alegou não poder, no entanto, reconhecer os marginais, pois o desenrolar foi repentino e o que mais sabe já é do conhecimento geral. *Quanto a suspeita e reconhecimento informo que o elemento que por seu “modus operandi” melhor se adapta às técnicas empregadas é*, filho de Feliciano Ramos e Santina Silva Ramos, de nacionalidade brasileira, natural de Santos-São Paulo, residente à Rua dos Ingleses, 414. Segundo fontes da S.B.E. usa o codinome “GILSON” e foi escultor. Em 13.6.69, encontra-se foragido e *indiciado em Inq. instaurado pelo DOPS/SP, que apura atividades extremistas da organização VPR, existindo contra o mesmo acusação isolada feita por Hermes Camargo Batista que assevera pertencer o mesmo à VPR, e que teria sido ele, quem levou um grupo de São Paulo, dirigindo uma Perua, até a GB, onde iriam assaltar a guarnição militar do Palácio do Governo, ação essa que não chegou a se concretizar.* Quanto ao paradeiro, é desconhecido sabendo-se

que o mesmo atua em SP, onde a operação “Bandeirantes” efetuou diversas prisões no mês em curso.⁶³ (grifo nosso)

Não obstante a fragilidade das acusações, os órgãos de repressão expediram e mantiveram a ordem de prisão ativa por vários anos. Página de processo não identificado, mas no qual é possível saber a fonte da informação e o ano, registra que:

VITOR CARLOS RAMOS

[...] Segundo informação nº 1285 de 2/12/1971, para aqui enviada pelo Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal do Estado de São Paulo, foi expedido contra o epigrafado mandado de prisão pela 2ª Auditoria da Justiça Militar, em virtude de o mesmo encontrar-se envolvido em atividades subversivas.⁶⁴

O Boletim Informativo (confidencial) nº 1/1976 do Serviço de Polícia do III Exército, de março de 1976, portanto quase dois anos após a sua execução, traz o seguinte teor:

BOLETIM INFORMATIVO DA CHEFIA DO SERVIÇO DE POLÍCIA DO
III EXÉCITO

ANO VII – BOL INFO Nº 1/70 – PORTO ALEGRE-RS, MAR 76

I – Elementos foragidos (incursos na LSN e CPM), procurados pela polícia judiciária militar [...]

VICTOR CARLOS RAMOS – responde ao processo n.º 139/69 e tem prisão preventiva decretada pela 2ª CJM, como inc no Art 21 do Dec-Lei nº 314/67.⁶⁵

Durante o processo de cooperação entre as ditaduras dos vários países do Cone Sul e que mais tarde viriam a oficializar a Operação Condor, o I Exército emitiu o informe nº 2646/1973-SC, de 12 de outubro de 1973, classificado como confidencial, cujo assunto tratava do “asilo de brasileiros na embaixada da Argentina no Chile”. Originário do SNI/ARJ e difundido em grande parte do sistema de repressão, o informe dizia: “Esta agência remete, como informação, a Relação anexa de

63 Anexo 32, p. 84.

64 Anexo 30, p. 104.

65 Anexo 30, p. 100 e 103.

brasileiros que, após a deposição do Presidente ALLENDE, no Chile, solicitaram asilo na Embaixada da Argentina, naquele país”.⁶⁶

Na relação anexa ao citado informe, constam 115 nomes, entre os quais duas vítimas do Parque Nacional do Iguaçu: Vitor Carlos Ramos⁶⁷ e José Lavéchia,⁶⁸ o que indica que os militares brasileiros tinham conhecimento da localização exata de ambos menos de um ano antes de serem mortos.

Diversos outros informes foram emitidos acerca de mandados de prisão de Vitor Carlos Ramos, como o da 2ª Auditoria Militar, do dia 22 de setembro de 1971;⁶⁹ do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, do dia 2 de dezembro de 1971,⁷⁰ e do Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro, da Guanabara, do dia 23 de fevereiro de 1972.⁷¹

No dia 30 de maio de 1996, a CEMDP aprova parecer e voto⁷² referente ao requerimento de nº 331/1996, proferido pelo deputado Nilmário Miranda, reconhecendo Vitor Carlos Ramos como desaparecido político, para efeitos da Lei nº 9.140 (BRASIL, 1995). Este parecer tem o mérito de, entre outros, acolher o conjunto de provas que o irmão de Vitor reuniu e que consubstanciam a convicção de que Vitor estava entre os seis militantes executados na Estrada do Colono, em Foz do Iguaçu, Paraná.

1.4.3 AS CIRCUNSTÂNCIAS

O ambiente do país no início da década de 1970 era de grande violência militar contra os opositores do regime. As organizações de esquerda que optaram pela luta armada contra a ditadura estavam aniquiladas. Sobrevivia a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB. Os guerrilheiros resistiram por mais um ano.

A partir de 1973, como já dito, o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos circula pelo Chile, Argentina e demais países vizinhos visando atrair para uma emboscada militantes dispostos a voltar para o Brasil. Onofre Pinto foi procurado e convencido por ele, que lhe ofereceu a possibilidade de retornar do exílio e reiniciar a guerrilha, a partir de uma base no sudoeste do Paraná. Onofre aceitou a proposta de Alberi,

66 Anexo 30, p. 105.

67 Idem, p. 108

68 Idem, p. 109.

69 Idem, p. 121.

70 Idem, p. 122.

71 Idem, p. 124-125.

72 Anexo 33.

reuniu os militantes Joel, Daniel, Lavéchia, Vitor e Enrique e, no dia 11 de julho de 1974, partiram para o Brasil. Pedro Lobo de Oliveira, no documentário *Militares da democracia: os militares que disseram não*, de Silvio Tendler (2014), declara ter dito a Onofre para não voltar ao Brasil, mas não o convenceu.

Em janeiro de 1974, Alberi e Onofre procuram Aluízio Palmar na Argentina e o convidam para se incorporar ao grupo. Aluízio, cauteloso e receoso com o ambiente tenso e perigoso daquele momento, não aceitou e ficou na Argentina – não fosse isso, teria sido executado com os demais militantes.

O grupo liderado por Onofre Pinto chegou no dia 12 de julho de 1974 ao sítio de Niquinho Leite, tio de Alberi, no município de Capanema.⁷³ Niquinho não tinha ideia de que o sobrinho estava traindo os companheiros. Segundo os relatos colhidos, naquela atmosfera familiar, Alberi explicou ao grupo que no dia seguinte iriam expropriar uma agência do Banestado em Medianeira. Onofre, porém, não deveria ir, por ser muito conhecido. Na noite do mesmo dia, partiram para o Brasil no início da noite em direção à Estrada do Colono, onde haveria um acampamento com armas e munição para a ação.

Assim que cruzaram a fronteira, já de madrugada, na região de Santo Antônio do Sudoeste, embarcaram numa perua Rural Willys dirigida por Otávio Camargo (codinome utilizado à época pelo agente infiltrado Otávio Rainolfo da Silva)⁷⁴ e na companhia de Alberi.

Atravessaram o rio Iguaçu de barco e seguiram mata adentro pela Estrada do Colono. Soldados do Exército tomaram as duas extremidades da estrada, não permitindo a entrada de ninguém na área. Segundo Otávio Rainolfo da Silva, ele era o único que tinha uma arma. José Lavéchia estava desconfiado e Otávio lhe entregou a sua arma para acalmá-lo.

Seguiriam de carro até a clareira onde o exército havia montado a emboscada. Otávio Rainolfo da Silva e Alberi haviam ido no dia anterior à clareira com o grupo

73 O município de Capanema é limítrofe ao Parque Nacional do Iguaçu. A distância entre Capanema e Foz do Iguaçu, por meio da Estrada do Colono (atualmente fechada por atravessar o Parque de Preservação Ambiental), é de aproximadamente 100 km. No ano da ocorrência da chacina, a Estrada do Colono funcionava normalmente.

74 Conforme testemunho tomado de Otávio Rainolfo da Silva (Anexo 17), no dia 28 de junho de 2013, em Foz do Iguaçu, pela Comissão Nacional da Verdade, pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban, pela Comissão da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça da Universidade Federal do Paraná.

do exército para conhecer o local e repassar os últimos detalhes dos preparativos para a chacina.

Naquela madrugada, o grupo de extermínio organizado pelo major Sebastião Rodrigues Curió (que usava o nome de “dr. Marco Antônio Luchini”) aguardava. O combinado era: ao chegarem na clareira, Otávio e Alberi deveriam se jogar no chão para que os militares pudessem metralhar as vítimas. Assim foi feito. Lavéchia, ao receber os primeiros tiros, caiu no chão e ainda deu um único tiro com a arma que havia pegado de Otávio Rainolfo, mas não acertou ninguém. O último a morrer foi Ernesto Ruggia, de 18 anos. Segundo Otávio, ele “não queria ir”, mas então um militar atirou e ele “foi”.

Otávio e Alberi ficaram na clareira com os militares por algum tempo e depois foram buscar Onofre. Otávio acredita que os cinco mortos estejam enterrados nas imediações da clareira.

Chegaram à clareira novamente já na manhã do dia 13, desta vez com Onofre, que ainda não sabia o que ocorrera com os companheiros (os corpos já haviam desaparecido), mas estava tenso. Em certo ponto, quando já haviam descido da Rural e entrado na picada, Onofre suspeitou de traição e tentou escapar. Foi detido pelo braço, dominado e algemado, levado para Foz do Iguaçu, sendo mantido em cativeiro em uma “casa de apoio” dos militares⁷⁵ por vários dias. Nesse período, foi levado a uma agência dos correios para mandar um telegrama para a mulher, para não levantar suspeitas.

Segundo o tio de Alberi Vieira dos Santos, Virgílio Soares da Silva, em declaração gravada pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP) de Foz do Iguaçu, seu sobrinho no ano de 1974 morou numa casa localizada a aproximadamente seis quilômetros do centro de Foz do Iguaçu, na Rodovia 469, nas imediações do aeroporto e das Cataratas do Iguaçu.

Disse ainda Virgílio que certa ocasião Alberi teve a companhia de alguns militares que vieram de fora, acrescentando que em duas ocasiões certo “coronel Teixeira” esteve na casa dele e entregou dinheiro para Alberi.

Com a colaboração de Ruth Pinheiro, sobrinha de Alberi, pesquisadores do CDHMP de Foz do Iguaçu descobriram que a casa ficava num bosque que pode ser acessado pela BR 469, que dá acesso às Cataratas do Iguaçu e a um quilômetro de uma área onde o Exército faz adestramento dos recrutas.

Segundo Ruth Pinheiro, Alberi morava sozinho na casa e os únicos autorizados a ir até a moradia, que ficava a 300 metros da estrada, eram ela e o tio Virgílio Soares da Silva. Diz ainda Ruth que eles tinham que se identificar para um guarda à paisana que cuidava do portão e que, em certa ocasião, durante um mês, eles não foram autorizados a visitar Alberi. No depoimento de Virgílio Soares da Silva, ele diz que naquela casa eram “cometidas muitas maldades”.

Outra informação sobre a localização de uma “casa da morte” de Foz do Iguaçu parte do ex-agente do CIE, Otávio Rainolfo da Silva, que aponta sua localização nas proximidades da Capitania Naval de Foz do Iguaçu, proximidade do Rio Paraná.

Os militares queriam convencer Onofre a trabalhar como “cachorro”. Aluizio relata que o capitão Areski de Assis Ponto Abarca, do Serviço de Inteligência do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu, tentou recrutar Onofre, que contou com a concordância do coronel Paulo Malhães. Segundo Otávio e Malhães, ele teria sido “convencido”. Contudo, segundo Otávio, o próprio chefe do SNI naquele momento, de Brasília, deu ordem por telefone para executar Onofre Pinto, pois ele era ex-militar e teria que servir de exemplo.

De acordo com o ex-agente Otávio Rainolfo da Silva, Onofre Pinto foi executado com uma injeção de Shelltox,⁷⁶ na casa onde foi mantido prisioneiro. Otávio declarou em depoimento que ainda viu Onofre agonizando, “estrebuchando”⁷⁷ no chão do banheiro. Diz ainda que, depois de morto, o corpo de Onofre foi transportado no porta-malas de um carro. Otávio afirma que acompanhou o transporte em outro veículo que seguia atrás mantendo distância. Relata que a barriga de Onofre foi aberta e nela foi introduzida uma caixa de câmbio para fazer lastro, e que seu corpo foi jogado de uma ponte sobre o rio Santa Helena, hoje alagado pela usina hidrelétrica de Itaipu.

O tenente Aramis Ramos Pedroso, ex-agente S2, do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, foi acusado por Marival Chaves de ter comandado a cilada contra a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e de ser o “carrasco da tropa”. Aramis e o tenente S2 João Neusar Machado deixaram o Exército um ano depois do Massacre de Medianeira e foram para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, com a missão de organizar a Polícia Militar daquele estado recém-criado.

76 O inseticida Shelltox, produzido pela indústria Orniex, era utilizado na época para matar baratas. Conhecido por seu alto grau de toxicidade, era difundido em propagandas no rádio.

77 Anexo 17, p. 32-33.

Ambos os ex-tenentes S2 do Batalhão da Fronteira em Foz do Iguaçu lideraram o sequestro do único filho do senador Lúdio Coelho. O rapaz sequestrado foi morto e enterrado no Pantanal. Os sequestradores foram presos e condenados. Segundo a polícia de Campo Grande, Aramis foi morto pelos guardas da penitenciária em 1981, quando tentou fugir, e Neusar Machado cumpriu pena na Penitenciária de Piraquara, Paraná.

A irmã de Enrique Ruggia, Lilian Ruggia, conforme já relatado, prestou depoimento⁷⁸ na audiência pública de Foz do Iguaçu, narrando as circunstâncias da vinda do irmão para o Brasil e a sua busca em todos esses anos, inicialmente por informações de seu paradeiro e depois pela localização de seu corpo.

Conforme relato de Otávio Rainolfo da Silva, os corpos dos cinco militantes (José Lavéchia, Enrique Ernesto Ruggia, Vitor Carlos Ramos e os irmãos Daniel José e Joel José de Carvalho) devem ter sido enterrados ali mesmo no parque, porém as buscas já feitas no local pela CEMDP, sediada na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, até o momento resultaram infrutíferas.

Adão Luiz Almeida prestou testemunho⁷⁹ na audiência pública de Foz do Iguaçu, relatando as buscas realizadas aos corpos das vítimas em 2004, 2005 e 2009 e reafirma vários detalhes relatados por Otávio Rainolfo da Silva e as descobertas resultantes das pesquisas de Aluizio Palmar, entre eles que os militares envolvidos eram em grande maioria de outras regiões. Que toda operação foi realizada por militares não uniformizados e com veículos sem identificação oficial.

Ivan Seixas, integrante da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, também membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que participou com Aluizio Palmar da tomada de depoimentos de Rainolfo e outras testemunhas em outras ocasiões e das buscas aos corpos desaparecidos, em seu testemunho confrontou as informações que havia coletado naquelas ocasiões e que confirmam o relato de Rainolfo, tendo ainda descrito em detalhes os referidos procedimentos de busca dos corpos realizadas anteriormente, todas infelizmente sem resultado efetivo.

Em 2004, Aluizio Palmar conseguiu fazer uma aproximação com Gilberto Giovanetti, que em várias correspondências mantidas com Aluizio afirma que ele e

78 O vídeo do depoimento de Lilian Ruggia encontra-se no acervo da Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban e da CNV e está disponível no link <<http://bit.ly/2p752v0>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

79 O vídeo do depoimento de Adão Luiz Almeida. Disponível em: <<http://bit.ly/2vaqyXR>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

Maria Madalena Cavalcanti Lacerda (também conhecida como Ana Barreto Costa), foram cooptados pelo CIE, após terem sido presos na rodoviária de Curitiba a caminho de Foz do Iguaçu no dia 13 de julho de 1974.⁸⁰ O casal, por intermédio de Maria Madalena, era ligado a Onofre Pinto e o elemento de contato era o ex-sargento Alberi Vieira dos Santos. A cooptação de Maria Madalena e Gilberto Giovanetti, segundo declaração deste último, teria ocorrido durante o cativeiro do casal em um estabelecimento do Exército no estado de Goiás.

Ivan Seixas confirmou também que o capitão Paulo Malhões⁸¹ consultou Brasília sobre o que fazer com Onofre Pinto, recebendo a ordem de execução da vítima. Acrescentou que o capitão Ênio Pimentel Silveira participou da emboscada. Além disso, segundo Seixas, Laicato era o nome de guerra de Rubens Gomes Carneiro, que gostava de ser chamado Laicato Boa Morte Bezerra, sargento do Exército, que possivelmente está vivo e residindo atualmente no Rio de Janeiro.

Informou ainda que o sargento Marival Chaves, em depoimento em São Paulo, contou que antes do golpe de 1964 militares brasileiros já haviam dado curso de tortura para militares argentinos, uruguaios e chilenos, o que reforça os estudos realizados por este Grupo de Trabalho de que já naquela época o que se poderia chamar de pré-Operação Condor vinha sendo efetuada. Informa ainda que nos treinamentos de tortura a última etapa era realizada com torturas reais em presos políticos. Acrescenta que Paulo Malhões, vulgo “dr. Pablo”, teve este apelido cunhado em curso de tortura que ele proferiu para militares chilenos no Estádio Nacional do Chile, reforçando a cooperação brasileira na Operação Condor.

Entre os fatos relatados, chama a atenção a informação fornecida por Otávio Rainolfo sobre o pagamento de prêmios em dinheiro aos agentes da ditadura civil-militar que capturavam e/ou executavam militantes e/ou opositores que eram alvos da repressão. Ivan Seixas também ouviu essa revelação de um carcereiro conhecido como “Marechal”, por ocasião de sua prisão, quando tinha apenas 16 anos. Esse mesmo carcereiro revelou a ele que o prêmio pela “cabeça” de Carlos Lamarca valia 1 milhão e 500 mil dólares a ser dividido com a equipe que o executasse e que havia o chamado “butim de guerra”, que era a divisão dos bens e valores encontrados com os militantes capturados ou executados entre os agentes que participavam da operação.

80 A respeito de Gilberto Giovanetti e Maria Madalena Cavalcanti Lacerda e o seu processo de cooptação, ver o item 1.5 deste volume.

81 Paulo Malhões também é citado no livro de Aluizio Palmar (2005).

Sobre o depoimento tomado em reservado de Otávio Rainolfo da Silva, estão transcritos abaixo alguns dos trechos mais relevantes em razão da riqueza de detalhes sobre o caso e da sua contundência:⁸²

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu era do Exército, era soldado, depois comandante e depois me passaram a disposição do CIE e a SNI.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu era S2, do batalhão. Aí me passaram para esse órgão, olha, você vai dirigir o pessoal, você conhece a região, coordenado por eles. Mas eu recebia ordem mais diretamente do Aramis.

[...]

A SRA. MARIA CARIBÉ DA ROCHA (Comissão Estadual da Verdade): — O senhor falou que nesse dia em que o senhor saiu para ir a essa missão, de quem o senhor recebeu a ordem?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Sempre quem falava no quartel era o Aloizio. Ele era tenente. Era Aloizio Ramos Pedroza.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Meia noite. Acredito que por volta de três horas nós estávamos chegando no local [da chacina, na Estrada do Colono, Parque Nacional do Iguaçu].

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu já andei menos, a gente andou uns 30 metros [até o local combinado para as execuções], Alberi pegou na minha perna assim. Eu não falei nada, eu sabia que era para parar ali. Daí paramos.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Sabia, tinham me falado: quando você chegar aqui [no local das execuções], acendeu a luz e vocês dois deitam. Eles não davam muitos detalhes.

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — Você sabia que era tiro?

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Saber eu sabia, porque as maneiras que estavam fazendo, só pode ser tiroteio, que eu poderia ter sido morto também.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Quando deu naquele toco [local combinado para as execuções] já acendeu a luz, parecia um computador, acendeu, e eu também já sabia que era para deitar e eu deitei, os outros se assustaram, no meio de um mato daqueles, ver luz acender. Até eu me assustei, eu que sabia assustei, imagina quem não sabia.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Não, tinha muitas pessoas. Muitas que eu digo, dez, quinze pessoas que estavam [no local das execuções]. Depois daquilo, as luzes se apagaram. Lembro que deram um sanduíche. O cara falou: quer coca ou quer uísque? Não, eu quero uísque, até nem comi.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Alberi, eu sei que ele comeu. Eu vi ele com um sanduíche na mão.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Curió, várias vezes falavam o nome dele, Curió.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Curió, eu ouvi algumas vezes falar no nome dele.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Nessa operação?

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Nessa. Mas não era doutrinado a gente ficar perguntando, ninguém sabia quem era coronel, quem era capitão, quem era soldado, ninguém sabia quem era quem. Eles sabiam.

[...]

O SR. ANDRÉ VILARON (Comissão Nacional da Verdade): — Não houve perseguição a nenhum deles? Todos foram mortos na hora?

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — E enterrados ali?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Aí eu já não sei [se foram enterrados ali], porque eu deixei lá e já saí. Era bom, se eu tivesse ficado (...).

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Vocês saíram para buscar o Negão [Onofre Pinto]? E aí trouxeram o Negão para o mesmo local?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Para o mesmo local.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — [disse ao Onofre:]Vamos para o acampamento, onde está o pessoal aguardando, só que você não vai ao assalto, porque você é muito conhecido. Aí ele aceitou. Quando paramos ali, o Onofre viu que era emboscada, ele quis correr.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Onde foi isso?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Na entrada. Saindo da estrada. Ele quis correr, o Alberi segurou, já estava do lado de fora, ele sentiu. Quis sair e o Alberi juntou ele. Daí eu peguei ele também.

A SRA. ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA (Comissão Nacional da Verdade): — O Alberi era grande assim? Forte?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Grande e forte, tinha uma destreza boa. Quando acaba a bala, ele vai na unha, aquele era valente.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Aí quando o Onofre percebeu e tentou correr, o Alberi travou ele.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Aí veio um negão bem mais forte do que ele, que segurou melhor.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Quem é esse?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Ele é o que falava Laicato. Segurou e levou lá para dentro [na casa do Exército]. Aí ficaram conversando (...).

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Alberi que me disse que eles queriam ele vivo, o Negão [Onofre Pinto] você tem que trazer vivo.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA:— Era uma casa do Exército, quando vinha visita ficavam ali.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Não, era próximo da Marinha, fora do quartel.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA:— Eu sei onde é [a casa], mas não tem mais nada, virou tudo prédio.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O prazo de ir lá, eu sei que tirar [os corpos] dali [do local da chacina], eles não tiraram, porque não tinha para onde levar, não tinha viatura com eles lá.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA:— Dali eu perdi o contato com o Onofre, depois vieram e falaram: vai lá, pega o Negão aqui e leva no Correio.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Operações, operações não, mas eu que tinha que levar ele [Alberi]. Depois já virou passeio [rotina], a gente ia para Rio Grande do Sul. Dessa vez que [1975-1976] nós fomos presos, [...] Coronel, eu sou do SNI, estou acompanhando o Alberi, o senhor liga para alguém desse número. “Você com o número do CIE, é mentira sua”. Se o senhor acha, por que não liga? Com muito custo ele ligou. Eu ouvi uns gritos do Figueiredo lá, que ele ficou vermelho na minha frente. Ele não era presidente ainda, ele gritou muito com esse coronel.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Ele [Onofre] chegou a ver os corpos dos outros?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Não. E nem perguntou nada, porque ele já sabia, não chegou nem a perguntar. De lá para cá, o Alberi tentou convencer ele, tentou de todo jeito, que eu vi a conversa que era para ele passar [mudar de lado].

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA:— A hora que eu passei pelo banheiro, eu vi ele [Onofre] deitado meio elétrico. Aquela hora ele já devia estar com a injeção [de veneno] no corpo. Depois eu sei que levaram ele para o rio.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Assim não, eu passei para ir no outro banheiro eu vi ele [Onofre] tremendo.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — E como você sabe que [o veneno] era Shelltox?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Porque eu escutei alguém falando para comprar Shelltox. “Será que eles vão matar barata”.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Então, na boa, fica tranquilo quanto a isso. Então, assim, você disse que viu ele [Onofre] lá com a barriga aberta, puseram a caixa de câmbio [dentro da barriga], amarraram com arame e levaram ele para jogar na ponte do rio. Foi isso que o senhor falou, eu tenho registrado, então não há [dúvida].

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Se foi isso aí, eu confirmo que é, mas eu que eu participei junto, não. Dentro de uma casa você escuta tudo.

[...]

O SR. ANDRÉ VILARON (Comissão Nacional da Verdade): — Mas quando o corpo do Negão [Onofre] está no porta-malas e o senhor segue esse carro, [em direção ao rio] ele [Alberi] já não estava mais?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Alberi? Não, só estava eu, me mandaram ir atrás daqueles carros.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Aquilo para mim era uma tortura na minha cabeça. Na maneira de dizer. Não sei o que será de mim daqui pra frente, eu não sei qual é a segurança. Isso aqui vai se tornar público? Livro? Televisão? Foto? É isso que eu quero saber, qual a segurança que os senhores vão me dar, pra minha família, pra mim não precisa, mas para a minha família, que nasceram aqui, meus filhos, meus netos, minha mulher, eu não sou daqui. Nós trabalhamos aqui há quarenta anos.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Então houve toda essa história, jogaram o corpo [de Onofre] etc. Quem é que estava lá? Você falou do Laicato, Nei, quem mais?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Esses são o que eu mais tive contato [durante a operação], tinha mais gente, mas eles não procuravam mostrar pra gente quem era.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA:— Vale, se eu falei é porque eu me lembrei na época.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Você falou do Nei, Laicato [Rubens Gomes Carneiro], Presuntinho, Camarão [Antônio Waneir de Lima]. O Bira estava lá?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Não me lembro.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — e o Pablo [Paulo Malhães]?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Pablo. Comentaram que ele estava no quartel.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Esses que eu já falei, o Pablo.
A SRA. ROSA MARIA CARDOSO CUNHA (Comissão Nacional da Verdade): — E o Curió [Sebastião Rodrigues Curió] que o senhor disse ter visto.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu não vi, eu ouvi na conversa entre eles, mas não o vi, esse eu tenho certeza que não vi.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Mas depois você passou para o CIE e passou a ter ordem de alguém?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Aramis [Aramis Ramos Pedroso], acho que era uma estratégia deles para enaltecer o Aramis.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Você falou que eles consultaram um general fora daqui.

O SR. ANDRÉ VILARON (Comissão Nacional da Verdade): — Você sentiu em algum momento que eles desistiram de trazer o Onofre para o nosso lado [da repressão] e seria o momento de executar, o senhor sentiu algo? Alguma movimentação.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu senti que um falou para o outro no meio da conversa que o Negão [Onofre] é duro, é difícil.
[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Era normal, como se fosse um quartel, era uma casa de apoio aos militares, grande parte ficaria ali. Um hotel de trânsito.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Depois disso, você foi para outras operações do CIE, vocês fez em outros lugares?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — As operações aqui acabaram, eu ficava muito andando com o Alberi e ele escrevia muito, só que eu nunca via o que ele escrevia e emitia para alguém no Rio de Janeiro.
[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Deixa eu te perguntar, aquela gravação que eu fiz naquela conversa que a gente teve, você oficializa aquilo?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Pode claro, se eu disse, eu confirmo.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Então está bom, eu vou entregar para a comissão [da Verdade] a sua gravação e eles vão escrever para saber que foi dito. Nós vamos escrever e confirmar que isso aconteceu mesmo.
[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Mas você afirma sem nenhuma dúvida que o Onofre morreu ali? Foi jogado no rio Santa Helena?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Foi jogado lá no rio Santa Helena nessa ocasião.
[...]

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — Porque o senhor estava falando antes, estava narrando um momento que tiraram o Onofre do porta-malas do Opala.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Na distância que eu estava, eu vi eles tirando e jogando, estava a uns 20, 30 metros.
[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Aquele local que a gente foi [na tentativa de localizar os corpos na Estrada do Colono], você repete que aquele é o local?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Sim, nenhuma dúvida.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Enterraram em outro lugar.

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — Então o senhor está afirmando que os corpos permaneceram ali naquela região?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Quando eu voltei [no dia das execuções], eu não vi mais.

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — Então se a gente for buscar lá, pode ser que a gente ache bala.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Bala pode ser, porque foi bastante tiro.

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — Aí eu queria tocar nesse assunto, foi bastante tiro quanto? Rajada?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Uma rajada ou duas.

[...]

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Você contou para mim na gravação que estavam os irmãos Carvalho, o Vitor, e o menino argentino [Enrique] com 6 balaços de 45 e ele saiu rastejando para mim [Rainolfo], apontou aqui e ele não queria ir, e ele foi, houve um tiro de misericórdia.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Houve, mas quem deu [o tiro], eu não sei.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Foi tudo ali naquele momento. Enquanto pisavam em cima deles [dos corpos].

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Mas enquanto ele [Enrique] estava se rastejando.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Depois que houve o tiroteio, foi questão de minutos, apagaram as luzes. Que alguém poderia ver.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — [...] o Onofre era sangue ruim. Ele não era como Alberi que passou para o outro lado pra entregar os “irmãozinhos”, ele foi professor do capitão Lamarca, ele que doutrinou o capitão, Lamarca que ensinou ele a atirar, ensinou nossa querida presidente. [...]

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu só quero saber dos senhores, se eu precisar de uma segurança, de qualquer maneira, porque familiares, esse pessoal [militares da repressão da época] poderá vir pra cima de mim, como eu vi o filho de um deles dando entrevista na televisão, o rapaz homem, igual eu. Se fizessem isso com meu pai ou com meu filho e eu conseguisse ver quem foi que participou, pode ter certeza que eu ia buscar ele.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — E com o exército. Porque mataram um coronel em Porto Alegre esses tempos.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu digo se houver alguma represália do Exército, a quem eu procuro?

[...]

O SR. NORTON NOHAMA (Universidade Federal do Paraná): — Deixa eu fazer uma pergunta, da equipe que fez atuação na Estrada do Coluno, era toda equipe do batalhão ou tinha gente de fora?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Daqui que tinha era o Aramis e às vezes o Jamil [Jamil Jomar de Paula], e eu.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Zezão, o Zezão que eu conheço é um soldado retardatário, que fala, que se apresentou para servir bem velho, com 27 anos. Estava na minha companhia, quando eu estava servindo, era bandidão, bandido. Não, ele era bandido do mundo, era pistoleiro. Um dia chegou de madrugada, ele cuidava da fazenda, onde é Itaipu, de madrugada, quando o povo da guarda, e o oficial do dia, ele chega com uma cabeça na mão. Mas Zezão, o que é isso? Matei, ele queria me matar. O cara veio para roubar porco, cortou um braço, cortou outro, e eu cortei a cabeça dele.

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — O Zezão ficou quanto tempo aí?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Zezão ficou uns 5, 6 anos.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — No batalhão de fronteira?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — É, serviu aqui, aí transferiram ele para o Amazonas e matou 15 soldados. Foi fazer uma patrulha no mato e metralhou todo mundo.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Os colegas dele?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Colegas dele.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — É um alto, magro, tipo baiano. Foi me matar um dia, eu chegando em casa e vi ele, no tempo era assim, antes da delegacia, era capim, eu ia a pé e eu vi o Zezão em pé atrás. Eu sabia que ele gostava de matar os outros. Eu falei, esse cara tem alguma coisa. Eu falei: oi, Zezão. Ele falou: uai, eu vim te matar. Falou assim. Mas eu já estou com a pistola no jeito. Mas eu não vou te matar não porque eu gosto de você, você está servindo comigo. E sabe quem mandou? O sargento Reis, que era ladrão, assaltante, um sargento que virou bandido.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Na Itaipu, eu trabalhei na Itaipu.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Trabalhou de que lá? Trabalhou de segurança?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu trabalhei de motorista, mandaram eu ir trabalhar lá para observar tudo que acontecia.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Então, lá tinha um centro de informação.

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Tinha e muito bom. Eu era mais encarregado disso, pegava um carro aqui, pegava outro.

O SR. IVAN SEIXAS (Comissão da Verdade de São Paulo): — Mas vocês não chegaram a fazer operação com o pessoal da Itaipu?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Operação não, meu serviço era observar o ponto de segredo, se alguém colocava uma bomba, já deixar alguma coisa montada para o futuro. Isso eu observava muito, mas sempre estava em Itaipu, dirigindo um carro, eu pegava o carro

que eu queria no transporte, para sair ali. Não tinha nada que amarrava para pegar.

A SRA. MARIA CARIBÉ DA ROCHA (Comissão Estadual da Verdade):

— Quanto tempo o senhor trabalhou lá?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Trabalhei uns quatro anos.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Quando eu passei a trabalhar no S2, passei para o S2. Eu fiquei até 87, em 87 que eu dei baixa

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Mas eu já pedi a minha ficha um dia, olhei e não tem nada (...). Na realidade, só tem elogios.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu acredito que se colocaram, tiraram. Porque depois dessa virada [da redemocratização], eles tiraram, os arquivos (...).

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — O Curió também, disse que foram na casa dele, puxaram arma. Disse que tinham muitos documentos. Eu, sinceramente, o que eu tinha, eu destruí.

[...]

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu tinha muito relatório que eu fazia. Não sobrou nada.

A SRA. ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA (Comissão Nacional da Verdade): — Você destruiu, queimou foi?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Queimei.

[...]

O SR. GILLES GOMES (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República): — Mas os corpos, o senhor acha, então, que está lá?

O SR. OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA: — Eu acho que está lá. Como eu afirmei aquele dia, até aqui eu vi, daqui para cá eu não vi mais nada.

Nos anos seguintes à execução dos seis militantes da VPR, uma sucessão de fatos ocorridos levanta a suspeita de que podem estar relacionados à “queima de arquivo”. Quem os relata é Aluizio Palmar em seu livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2005).

No dia 3 de fevereiro de 1977, foram encontrados na Estrada do Colono, Parque Nacional do Iguaçu, os corpos do irmão de Alberi, José Soares dos Santos, e de Godoy Sobrinho. Os corpos tinham sinais evidentes de tortura. Eles foram presos em Santo Antônio do Sudoeste, acusados de assalto e conduzidos até o local onde foram mortos pelo agente policial Oulivério Pires e pelo policial militar Davi Nunes Sobrinho, acompanhados pelo alcaguete Ailton Balbinoti. Para justificar a morte de José Soares e Godoy Sobrinho, os policiais simularam uma tentativa de fuga com tiroteio. O agente Oulivério foi julgado em outubro de 1983 e condenado a seis anos de prisão.

Anos mais tarde, após a Chacina do Parque Nacional, Alberi se tornou fazendeiro em Rondonópolis, no Mato Grosso. Quando soube da morte do irmão, decidiu voltar ao Paraná, não sem antes, de acordo com seus familiares, ter escrito um dossiê, com cerca de 50 páginas datilografadas, no qual revelava os nomes dos assassinos do irmão, detalhes de suas passagens pela prisão e informações sobre a Guerrilha de Três Passos, da qual participara.

No dia 11 de fevereiro de 1979, Alberi foi morto com quatro tiros disparados por pistola privativa do Exército. Seu corpo foi encontrado na estrada que liga Medianeira ao município de Missal. O dossiê que estava com ele desapareceu e nunca foi encontrado.

Severino Miola, em cujo hotel, em Ramilândia (PR), Alberi se hospedou por uma noite quando chegou de Rondonópolis, foi assassinado em 26 de fevereiro do mesmo ano, quinze dias após Alberi, por Floriano Ojeda, policial lotado na delegacia de Matelândia, próximo à Medianeira.

A verdadeira conexão entre essas execuções e o Massacre na Estrada do Colono precisa ainda ser aprofundada em futuras investigações.

Em 2009, foi instaurado no âmbito do Ministério Público Federal, por iniciativa da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e do Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, procedimento nº 5012437-62.2012.404.7002, IPL nº 0967/2012-4-DPF/FIG/PR,⁸³ para investigar esse caso. A denúncia apontava autoria de: Paulo Malhães – coronel do Exército brasileiro (dr. Pablo); José Brant Teixeira – coronel do Exército brasileiro (dr. César); Marival Chaves do Canto Dias – ex-sargento do DOI-CODI de São Paulo; Areski de Assis Pinto Abarca – capitão do Exército brasileiro e chefe do serviço de inteligência do quartel do Exército de Foz de Iguaçu; Sebastião Rodrigues Curió –

83 Anexo 34.

major do Exército brasileiro (dr. Marco Antônio Luchini). Em 2014, o referido procedimento foi arquivado:

Passados 40 (quarenta) anos, nunca foram encontrados quaisquer indícios que corroborem tal versão. Em que pese a possível veracidade, pois tais crimes eram comuns na época, não há indícios suficientes para deflagrar uma ação penal.⁸⁴

1.4.4 AGENTES DA REPRESSÃO ENVOLVIDOS NO CASO

Presidente da República: general Ernesto Geisel

Chefe do SNI: general João Baptista de Oliveira Figueiredo

Chefe do CIE: general Miltinho Tavares

Chefes da operação: coronel José Brandt Teixeira; coronel Paulo Malhães;

Comandantes do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu (PR): tenente Aramis Ramos Pedroso; tenente Jamil Jomar de Paula, substituto do tenente Aramis Ramos Pedroso.

Comando da operação de campo no local da chacina: tenente João Neusar Machado, S2, lotado no 1º Batalhão Fronteiras de Foz do Iguaçu.

Chefe do Serviço de Inteligência do 1º Batalhão de Fronteiras: capitão Areski de Assis Pinto Abarca.

Encarregado do monitoramento dos militantes: sargento Marival Chaves.

Organizador do grupo de extermínio: major Sebastião Rodrigues Curió (codinome “cr. Marco Antônio Luchini”).

Comandante de ordens de Otávio Rainolfo da Silva: tenente Aloizio Ramos Pedroza.

Membro integrante da operação: capitão Ênio Pimentel Silveira, conhecido como “Nazistinha”.

Executores: Antônio Waneir Pinheiro Lima, conhecido como “Camarão”, agente do CIE que foi deslocado da Casa da Morte de Petrópolis para Foz do Iguaçu para esta operação; executor Sargento Rubens Gomes Carneiro, conhecido como “Laicato”, agente do CIE, deslocado da Casa da Morte de Petrópolis para Foz do Iguaçu para esta operação.

Demais executores: “Presuntinho” e outros a serem identificados.

Agentes infiltrados: Otávio Rainolfo da Silva, motorista que levou os 5 brasileiros e o argentino para o local da execução; Alberi Vieira dos Santos, foi primeiramente ao Chile e, depois da queda do governo da Unidade Popular, foi a Buenos Aires convencer as vítimas a retornarem ao Brasil para serem executados e os levou até o local onde foram mortos.

As informações que subsidiam este relatório se encontram nas várias fontes consultadas e obtidas pela CEV-PR, em especial na oitiva e no livro de Aluizio Palmar (2005), *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*, no depoimento do agente do SNI e CIE à época, Otávio Rainolfo da Silva, nas oitivas de Ivan Seixas e Lilian Ruggia, no portal “Brasil Nunca Mais Digital”, no site “Documentos Revelados”, no acervo DOPS do Arquivo Público do Paraná, além de outras fontes documentais citadas ao longo do texto.

1.4.5 RECOMENDAÇÕES

1. Que a CEMDP, com apoio dos relatórios da CNV e da CEV-PR, retome a busca dos corpos das cinco vítimas executadas na Estrada do Colono (Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavéchia, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia). A sexta vítima, Onofre Pinto, pelo relato de Otávio Rainolfo da Silva, foi jogada no rio, mais tarde encoberto pela represa de Itaipu, o que torna sua localização improvável;
2. Que este relatório seja enviado ao Ministério Público Federal para, diante das novas provas colhidas neste relatório a partir de informações, documentos, testemunhos e evidências, em especial o testemunho de Otávio Rainolfo da Silva, reabra o procedimento nº 5012437-62.2012.404.7002, IPL nº 0967/2012-4-DPF/FIG/PR, no sentido de oferecimento de denúncia de crime contra os militares relacionados adiante, conforme a cadeia de comando da chacina resultante da Operação de Execução do Parque Nacional do Iguaçu à época, por formação de quadrilha e coautoria nos seguintes crimes: a) sequestro continuado de Onofre Pinto; b) execução e ocultação de cadáveres de Joel José de Carvalho, Daniel José de Carvalho, José Lavéchia, Vitor Carlos Ramos, Enrique Ernesto Ruggia; c) outros crimes correlacionados:

Presidente da República à época: general Ernesto Geisel;

Chefe do SNI à época: general João Baptista de Oliveira Figueiredo;

Chefe do CIE à época: general Milton Tavares;

Chefe da operação à época: coronel José Brandt Teixeira;

Chefe da operação à época: coronel Paulo Malhães;

Comandante do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu (PR) à época: tenente Aramis Ramos Pedroso;

Comandante substituto do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu (PR) à época: tenente Jamil Jomar de Paula;

Agente S2, serviço reservado do 1º Batalhão de Fronteiras, comandou a equipe de campo no local das execuções: tenente João Neusar Machado;

Chefe do Serviço de Inteligência do 1º Batalhão de Fronteiras à época: capitão Areski de Assis Pinto Abarca;

Encarregado do monitoramento das vítimas: sargento Marival Chaves;

Organizador do grupo de extermínio: major Sebastião Rodrigues Curió;

Membro integrante da operação: capitão Ênio Pimentel Silveira;

Comandante de ordens de Otávio Rainolfo da Silva à época: tenente Aloizio Ramos Pedroza;

Condutor do veículo que levou as vítimas à emboscada: Otávio Rainolfo da Silva;

Participante do grupo de execução: Rubens Gomes Carneiro, vulgo “Laicato Boa Morte Bezerra”; Antônio Waneir Pinheiro Lima, codinome “Camarão”,⁸⁵ “Presuntinho”.

3. Que a comissão que venha a dar continuidade aos trabalhos da CEV-PR e o Ministério Público Federal aprofundem as investigações buscando identificar os demais envolvidos, muito especialmente o grupo que participou da execução no local, entre os quais, precariamente identificado, “Presuntinho”, e, assim, ofereça-se denúncia de crime aos ainda vivos.
4. Que a comissão que venha a dar continuidade aos trabalhos da CEV-PR investigue os eventos ocorridos após 1974 relatados neste relatório que sugerem “queima de arquivos” e que envolvem a morte de várias pessoas que poderiam ter conhecimento dos fatos, eventos e pessoas envolvidas nesta chacina.

85 Matéria publicada no site do jornal *O Globo* informa que a Polícia Federal identificou e localizou o soldado reformado do Exército Antonio Waneir Pinheiro Lima, cujo codinome quando em atividade era “Camarão”, e que pode se tratar da mesma pessoa que participou do caso em tela. Disponível em: <<https://glo.bo/2pZT1N9>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

5. Que o Estado brasileiro inclua o local na Estrada do Colono onde as vítimas foram executadas e o Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu (PR) como locais de memória política brasileira e patrimônio histórico do Brasil, em memória das vítimas da Operação Condor, muito especialmente do Parque Nacional do Iguaçu.

1.5 GILBERTO GIOVANETTI E MARIA MADALENA CAVALCANTI LACERDA⁸⁶

Gilberto Giovanetti e sua companheira Maria Madalena Cavalcanti Lacerda, brasileiros e ex-militantes contra a ditadura civil-militar, tornaram-se colaboradores dessa mesma ditadura. Durante o período de repressão, utilizaram os nomes de Gilberto Gomes Pereira e Ana Barreto Costa. Suas histórias começaram a ser reveladas por Gilberto em troca de e-mails com Aluizio Palmar, publicados no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2005), e recentemente reveladas à CEV-PR e à CNV, após décadas de silêncio, em duas oitivas realizadas em momentos diferentes. Maria Madalena não pôde ser ouvida, a pedido do esposo, sob justificativa de problemas de saúde (mal de Alzheimer).

Os relatos dos fatos narrados por Gilberto Giovanetti e a documentação por ele trazida à CEV-PR como complemento de seu testemunho, confrontados com as demais provas testemunhais e documentais levantadas por esta comissão e, a partir disso, a formulação de uma linha factual temporal, revelam inconsistências e apontam lacunas importantes para determinar o papel que o casal desempenhou enquanto colaboradores da repressão em todo o período e em especial nos preparativos da operação que vitimou os seis militantes na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, caso relatado anteriormente.

Na audiência pública realizada em Foz do Iguaçu,⁸⁷ Gilberto Giovanetti declarou que iniciou militância no movimento estudantil e “galgou” posição na luta armada da organização. Foi militante da Ala Vermelha, do PCdoB, de 1967 a 1969, em São Paulo. Utilizava os codinomes “Tadeu”, “Dito” e “Giba”. Quando se encontrava foragido no ano de 1969, foi indiciado pela DEOPS/SP para apurar diversos atentados terroristas, tendo sido decretada sua prisão. Esta comissão não logrou êxito em localizar quaisquer registros que pudessem fazer referência a esses fatos alegados.

⁸⁶ Este caso está intimamente ligado ao caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, relatado anteriormente.

⁸⁷ Depoimento de Gilberto Giovanetti à CEV-PR. Disponível em: <<http://bit.ly/2uJltp>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

Gilberto Giovanetti conheceu Maria Madalena Cavalcanti Lacerda, ou Ana Barreto Costa, meses depois do massacre no Recife (também conhecido como Massacre da Chácara São Bento, ocorrido em 1973)⁸⁸ e mais tarde se casaram.

Maria Madalena conheceu Onofre Pinto no exterior, em atividades da VPR, período em que esteve na Argélia e no Chile. Por volta de 1974, Ana Barreto (Maria Madalena) se comunicava com Onofre por mensagens que eram ocultadas dentro de cartões postais. Ana esteve em contato com Onofre duas vezes na Argentina e uma no Chile.

Ainda em 1974, Gilberto Giovanetti ocupava a função de supervisor de pesquisa da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de São Paulo, com nome falso de Gilberto Gomes Pereira.⁸⁹ Maria Madalena Cavalcanti Lacerda nessa época já usava o nome falso Ana Barreto Costa.

No início de 1974, familiares de Gilberto teriam sido presos pelo DOI-CODI, o que o teria forçado a deixar o emprego e a se mudar de casa. Em razão disso, ele e Ana Barreto teriam mandado recado para Onofre avisando que a situação deles “estava em risco”. Em seguida, alguém com nome falso de Jonas, que mais tarde ficariam sabendo ser Alberi, teria feito contato com eles trazendo uma mensagem de Onofre Pinto escondida dentro da capa de uma bíblia, para a qual eles responderam que não fariam parte. A mensagem de Onofre dizia: “um novo momento na luta se aproxima”.

Dias depois, Alberi teria novamente feito contato com eles por meio do engenheiro Cassio Ignara, contato da VPR em São Paulo. Alberi teria lhes oferecido fuga do país por meio de Foz do Iguaçu. Conforme relata, Gilberto Giovanetti foi com Ana Barreto de ônibus para Curitiba e, ao desembarcarem na rodoviária da cidade, no dia 13 de julho de 1974,⁹⁰ foram presos e levados para Goiás, passando por São Paulo. Uma vez em Goiás, foram conduzidos, presos, nus e acorrentados. Gilberto afirma que Laicato estava presente.

Teriam ficado 20 dias presos nesse local. No entanto, os militares não lhes perguntaram nada. Sobre torturas, afirma que “só psicológicas”. Alega que os militares sabiam de todas as atividades deles, inclusive dos contatos com Alberi e Onofre Pinto. Relata que foi nesse momento que ele e Ana Barreto fizeram acordo com os militares para trabalharem infiltrados como informantes. Eles foram soltos e

88 *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (BRASIL, 2014), p. 482, 484 e 511.

89 Anexo 45: Carteira de Trabalho de Gilberto Gomes Pereira (Gilberto Giovanetti).

90 A Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, conforme apurado, ocorreu na madrugada do dia 12 para o dia 13 de julho de 1974.

começaram a trabalhar para a repressão.⁹¹ Alega que só fizeram coisas que não tiveram consequências para ninguém, que ninguém morreu por causa deles. Afirma também que os agentes envolvidos tinham muita autonomia em relação ao poder central. Relata que fizeram curso de espionagem no SNI em Brasília.

Gilberto e Maria Madalena receberam da repressão documentação com os nomes falsos e passaporte para viajar para Lisboa. A missão era monitorar uma lista de exilados, pois os militares estariam preocupados com uma guerrilha que estaria sendo organizada pelo almirante Cândido Aragão, ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, no governo João Goulart. Giovanetti afirma que, por convicção própria, se encontrasse essa tal guerrilha iria “detonar, melar”.

Ele também alega não ser adequado condenar Laicato, por exemplo, pois, em seu entendimento, pessoas como ele eram instrumentos. No contexto de uma pergunta de Aluizio Palmar, que entra no mérito da remuneração de 300 dólares que os “cachorros” recebiam, Gilberto diz que se negou a receber e que “se era para a democracia, trabalhava até de graça”. Não obstante, mais adiante admitiu que a manutenção de suas despesas, bem como as de Ana Barreto, eram cobertas pelos militares.

A respeito do nome da Operação Juriti, alega que era o nome da operação de captura dele e de Ana Barreto e não a de execução dos militantes em Foz do Iguaçu. Justifica que o nome teria sido escolhido porque Ana Barreto teria fisionomia que lembraria o pássaro juriti.

Ivan Seixas, confrontando a versão de Gilberto Giovanetti, disse que em oitiva realizada com Idalina Pinto, esposa de Onofre, esta informou que o marido tinha contatos muito frequentes em Buenos Aires com Ana Barreto Costa e que esta teria a tarefa de trazer Onofre e o grupo para o Brasil. Traz ainda a informação de que teve oportunidade de fazer a oitiva de Ana Barreto Costa, que confirmou que ela e Gilberto Giovanetti tinham de fato essa missão e que Ana declarou que “se eles escapassem de Foz do Iguaçu, seriam presos e executados em São Paulo”. Acrescenta ainda que Ana Barreto informou que o local onde o casal foi cooptado pelos militares se deu no sítio 31 de Março,⁹² em São Paulo e não em Goiás como alega Gilberto.

91 Cada um dos chamados “cachorros” da repressão tinha um militar que os comandava e controlava. No *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* consta que, segundo Marival Chaves, o Capitão de Artilharia Ênio Pimentel Silveira era o controlador de Gilberto Giovanetti e Maria Madalena (BRASIL, 2014, p. 640, o. 2). Conforme apurado por Ivan Seixas, da Comissão da Verdade de São Paulo – Rubens Paiva, esse mesmo capitão participou da operação da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

92 A respeito da fazenda 31 de Março, ver Relatório da CNV (BRASIL, 2014), p. 806-809.

Essas informações dadas por Ana Barreto, além de modificar significativamente a versão relatada por Gilberto de como teria se dado a cooptação do casal, sugere que eles já eram infiltrados e estavam a serviço dos militares na preparação da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu. Gilberto alega desconhecer essas declarações de Ana Barreto e que, se ela as deu, teria mentido para ele, Gilberto.

No percurso do sequestro sofrido (para cooptação), quando passavam por São Paulo, Gilberto Giovanetti relata que foi levado a um local que deduz ser o cemitério de Perus, e que foi colocado de pé diante de um militar e percebeu que estava sendo arrastado um corpo que ele não viu, mas deduziu, pela expressão de horror nos olhos do militar, que era de Onofre Pinto. Levanta a possibilidade de que o corpo de Onofre poderia ter sido levado no mesmo carro que ele ou em outro veículo para São Paulo.

O testemunho de Suzana Keniger Lisbôa⁹³ à Comissão de Anistia, em novembro de 2010, traz outros elementos importantes para a compreensão deste caso. Transcrevemos a seguir dois parágrafos:

Com a abertura da vala clandestina do cemitério Don Bosco, em Perus/SP, em setembro de 1990, fora criada uma CPI na Câmara de Vereadores de São Paulo, presidida pelo vereador do PDT Júlio César Caligiuri. E era exatamente no gabinete de Júlio César que a agente da repressão trabalhava – em 1991 ainda usava nome falso! Já não lembro desde quando ali exercia suas tarefas nem até quando permaneceu. Tinha como advogado Luiz Eduardo, que buscava na justiça a retificação da identidade, já que ela vivia há muitos anos com o mesmo nome falso de Ana Barreto Costa, com o qual fizera faculdade e fora nomeada para o gabinete do vereador. Era uma pessoa muito bem relacionada dentro da esquerda – fora apresentada ao advogado por Francisco Weffort, e apresentava como testemunhas no processo de retificação de identidade, entre outros, Fernando Henrique Cardoso e Almino Affonso.

Ao mesmo tempo em que buscávamos entender o que se passava, ligamos os fatos ao nome usado por ela – Ana Barreto – e nos demos

93 Suzana Keniger Lisbôa à época desse testemunho era assessora da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Transcrição de seu testemunho no Anexo 35.

conta de que ela era a mesma pessoa a que se referia Idalina Maria Pinto, mulher de Onofre Pinto, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária, e desaparecido político desde 1974. Idalina, que estava exilada na Argentina com Onofre, nos relatava que essa mulher era o contato de Onofre com o Brasil, e que fora ela quem a avisara, em Buenos Aires, do desaparecimento do marido em solo brasileiro.

No dia 1 de agosto de 2013, a CEV-PR colheu novo depoimento de Gilberto Giovanetti,⁹⁴ que havia solicitado na audiência de Foz do Iguaçu a oportunidade de uma nova oitiva em Curitiba, pois desejava revelar novos fatos, contudo o faria apenas em outro ambiente mais propício. Dessa oitiva em Curitiba, destacam-se as seguintes informações relatadas por Giovanetti:

1. Giovanetti reitera que conheceu Maria Madalena Cavalcanti Lacerda em 1973 e que Ana Barreto Costa era o seu codinome usado pelo SNI;
2. Após a cooptação pelos militares, o casal fora para Brasília, onde passaram a residir em apartamento funcional;
3. A partir de 1975, passaram a viajar pela América do Sul (Bolívia, Chile, Peru e Argentina) em busca de informações (vistas e ouvidas) a serviço do SNI/DOI-CODI, e ele utilizou o nome falso de Roberto Mendes Pereira.⁹⁵ Os documentos apresentados por Gilberto, inclusive algumas folhas de passaporte, registram apenas viagem ao continente europeu;
4. A escolha dos militares por eles para atuarem como infiltrados teria sido motivada pelo fato de que Madalena conhecia metade da esquerda e Gilberto conhecia a outra metade, o que lhes garantia não só conhecimento amplo da esquerda mas também trânsito privilegiado entre os militantes dentro e fora do país;
5. Gilberto e Maria Madalena receberam treinamento na Guiana para trabalharem com câmera camuflada, aprenderam técnicas de microfilmagem e revelação, e técnicas de campo;

94 Depoimento de Gilberto Giovanetti à CEV-PR. Disponível em <<http://bit.ly/2uJiltp>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

95 A cópia do passaporte entregue por Gilberto Giovanetti à CEV-PR registra na folha de identificação o nome quase ilegível de “Roberto Mendes de Oliveira” (Anexo 46, p. 1).

6. Gilberto atuou em fevereiro de 1976 em Lisboa, Portugal,⁹⁶ sob as ordens do general João Batista Figueiredo,⁹⁷ depois em Bonn, Alemanha,⁹⁸ para identificar manifestantes que se organizavam em protesto contra Geisel, que visitaria esse local para tratar de assuntos referentes à energia nuclear.⁹⁹ A estratégia era observar brasileiros que residiam na Europa e que haviam entrado como visitantes. As viagens foram pagas pelo Exército brasileiro para trazerem informações. Os documentos falsos eram organizados pelo SNI.¹⁰⁰

Gilberto Giovanetti apresentou o requerimento de anistia política nº 2002.01.08034 em 17 de maio de 2002,¹⁰¹ que foi aprovado parcialmente, sendo que, naquele momento, consoante informado pelo próprio Giovanetti, a Comissão de Anistia desconhecia o histórico de atuação do casal como colaboradores da repressão. De fato, várias informações fornecidas por ele naquele processo não são compatíveis com a realidade dos fatos ora revelados.

Gilberto entregou à CEV-PR vários documentos seus e de Maria Madalena para consubstanciar seu depoimento e, no que entendeu oportuno e conveniente, o testemunho não tomado de Maria Madalena. Todos esses documentos compõem o acervo de anexos deste relatório e estão disponíveis na versão digital. Nessa documentação, na parte referente à Maria Madalena, algumas questões chamam a atenção.

96 Conforme tratado mais adiante, o passaporte de Roberto Mendes de Oliveira (Gilberto Giovanetti), apesar de constar como expedido no ano de 1974, registra viagens a Portugal, Espanha e França somente a partir de fevereiro de 1977 e até setembro de 1988. No mesmo sentido, consta em certidão de inteiro teor de dados existentes produzidos pelos órgãos setoriais de informação durante o período de 1964 a 1990 e depositados nos fundos documentais do Arquivo Nacional a respeito de Maria Madalena Cavalcanti Lacerda que ela residiu em Lisboa, Portugal, nos anos 1977/78, ainda com a identidade de Ana Barreto (Anexo 38, p. 2).

97 João Batista Figueiredo foi chefe do SNI entre 15 de março de 1974 e 14 de junho de 1978.

98 No referido passaporte de Roberto Mendes de Oliveira (Gilberto Giovanetti), não foi possível identificar entradas ou saídas da Alemanha.

99 “O acordo nuclear Brasil-Alemanha foi um acordo assinado no ano de 1975 pelo Brasil e pela Alemanha, representada ainda pela empresa KWU do grupo Siemens, para a construção de oito reatores nucleares [...]. Geisel visita a Alemanha em 1978 para discutir o acordo que incluiu a construção no país de centrais nucleares, responsáveis pelo desenvolvimento das diversas etapas do ciclo de produção de energia nuclear.” Disponível em: <<http://bit.ly/2p1bSXQ>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

100 Além do documento de identidade, Ana Barreto Costa tinha outros documentos, como carteira de trabalho, carteira de estudante e até certificado de registro de professor, conforme Anexo 48.

101 Anexo 36: Cópia parcial do processo de Anistia Política nº 2002.01.08034 fornecido por Gilberto Giovanetti à CEV-PR.

Consta uma certidão de casamento não autenticada e sem assinatura, de 1959,¹⁰² em nome de Maria Madalena Cavalcanti Lacerda, com o primeiro marido, Gilberto Orcelo de Azevedo, no qual ela passa a assinar como Maria Madalena Lacerda de Azevedo. Este nome passaria a ser seu nome legal até sua alteração, já após a reabertura democrática, quando volta a usar o nome de solteira. Ela teria vivido de 1964 até 1970 refugiada, fora do território nacional. Esse exílio teria sido motivado pelo fato de o primeiro marido haver sido vinculado ao governo deposto em 1964.¹⁰³

O DOPS-PR registra ficha em nome de Maria Madalena Lacerda de Azevedo (nome de casada que, segundo depoimento de Gilberto Giovanetti, ela deixou de usar a partir da década de 1970) com dupla numeração: 2.947¹⁰⁴ e 30.747. A ficha é datada do dia 29 de novembro de 1976, portanto já no período em que trabalhava para a repressão. Curiosamente, Gilberto Orcelo de Azevedo, o ex-marido de quem se separara ainda na década de 1960, também tem ficha no DOPS-PR, sob números 2.912¹⁰⁵ e 30.700, datada de 26 de novembro de 1976. Mais do que contemporâneas, as fichas contêm informação única, muito parecida:

- Ficha de Gilberto Orcelo de Azevedo: “Em 26/11/76 – Conf. Enctº nº 552-SI/SR/DPF/PR de 12/10/76 o fichado é asilado e refugiado brasileiro no Uruguai. É solicitado comunicar com urgência o seu retorno ao País. (V/P=Procurados/76).”
- Ficha de Maria Madalena Lacerda de Azevedo: “Em 29/11/76 – Conf. Enctº nº 552-SI/SR/DPF/PR de 12/10/76 a fichada é asilada e refugiada brasileira no Chile. É solicitado comunicar com urgência o seu retorno ao País. (V/P=Procurados/76).”

Considerado o fato assumido de que Maria Madalena no ano de 1976 atuava infiltrada nos movimentos de resistência sob o comando da ditadura brasileira e que, portanto, as referidas fichas DOPS-PR eram parte da “fachada” criada pelo SNI dentro do sistema de contrainformação, duas questões chamam a atenção: a) Maria Madalena possivelmente usava em 1976 também o nome de casada “Maria Madalena Lacerda de Azevedo”, além do nome “Ana Barreto Costa”; b) é possível

102 Anexo 37.

103 Esta informação consta em requerimento de Maria Madalena de certidão de inteiro teor de dados existentes produzidos pelos órgãos setoriais de informação durante o período de 1964 a 1990 e depositados nos fundos documentais do Arquivo Nacional (Anexo 38, p. 2).

104 Anexo 39.

105 Anexo 40.

que Gilberto Giovanetti nessa mesma época utilizasse o nome de “Gilberto Orcelo de Azevedo” visto que o casal não só atuava em conjunto para a repressão como de fato viviam maritalmente. Segundo informações sobre Maria Madalena em certidão de inteiro teor de dados existentes produzidos pelos órgãos setoriais de informação durante o período de 1964 a 1990 e depositados nos fundos documentais do Arquivo Nacional,¹⁰⁶ ela se divorciou oficialmente do primeiro marido apenas em 3 de novembro de 1988.

A cédula de identidade de Ana Barreto Costa,¹⁰⁷ apresentada por Gilberto Giovanetti, foi emitida em 26 de maio de 1973, com fotografia de 2 de maio de 1973. O documento sugere que, em 1973, portanto em data anterior à Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, Maria Madalena já utilizava o nome Ana Barreto Costa. Em seu pedido de anistia política,¹⁰⁸ junto à Comissão de Anistia, Ana Barreto Costa informa que viveu casada com Gilberto Giovanetti a partir de março daquele ano de 1973, o que indica que ela passou a utilizar nome falso dois meses após a união.

Em um dos registros listados na pesquisa do Arquivo Nacional,¹⁰⁹ sob o assunto: “militantes, asilados e simpatizantes de organizações subversivas”, entre elas a VPR (organização na qual Onofre Pinto militava, relativo ao ano de 1971), consta o nome Maria Madalena Lacerda de Azevedo. Prossegue a informação de que “muitos dos elementos assinalados como presos já estão em liberdade controlada”, o que significa que ao menos durante o período da prisão esses “elementos” se encontravam em território nacional. É importante frisar que o único evento de prisão de Maria Madalena que Gilberto Giovanetti menciona é a que teria ocorrido no dia 13 de julho de 1974, na rodoviária de Curitiba, na qual o casal teria sido cooptado, conforme já citado.

A linha temporal de eventos de Maria Madalena prossegue controversa no registro do Arquivo Nacional, referente a 26 de julho de 1972, assunto: “Rui Mauro de Araújo Marini”,¹¹⁰ no qual consta o nome de Maria Madalena em “relação de subversivos asilados e exilados no exterior”, no ano de 1972. No processo junto à Comissão de Anistia, consta que Ana Barreto Costa passou a adotar uma “nova identidade a partir de uma certidão de nascimento expedida pela 2ª Circunscrição

106 Anexo 38, p. 2

107 Anexo 41.

108 Anexo 42.

109 Anexo 38, p. 3-4.

110 Anexo 38, p. 4.

do Registro Civil da cidade de Nova Iguaçu, folha 141, livro 109-A, nº 74.987 em 27 de novembro de 1969”.¹¹¹ A aparente inconsistência cronológica e de fatos requer maior aprofundamento, visto que poderá estabelecer com maior exatidão a data a partir da qual Ana Barreto Costa passou a colaborar com a repressão.

A narrativa de Gilberto Giovanetti a respeito de Maria Madalena e a da própria Maria Madalena não explicam como ela, havendo se refugiado fora do Brasil entre 1964 e 1970 (ou 1972, conforme apontado anteriormente), conheceu e manteve contato em alto grau de confiança e frequência (conforme relatado por Idalina Pinto e Suzana Keniger Lisbôa) com Onofre Pinto, a ponto de receber mensagens de Onofre, uma delas trazida por Alberi, revelando intenção de retornar ao Brasil. Esse episódio está relatado nas duas oitavas de Gilberto Giovanetti à CEV-PR, e também está relatado por ele em carta enviada a Lilian Ruggia:

Nada sabíamos da intenção do grupo de entrar no país e organizar guerrilha em Medianeira-PR e fomos procurados por Alberi em São Paulo, trazendo senha de Onofre e pedindo um “ponto” (encontro). Tomei todas as precauções que o momento exigia. Temos um amigo que intermediou o contato e pode provar o que se passou em São Paulo. Alberi trouxe um bilhete de Onofre em uma capa dura de uma Bíblia. Onofre escrevia que um novo momento da luta se iniciava e achei aquilo muito estranho, pois a luta armada já havia sido totalmente eliminada e se renunciava um novo momento político. Me apressei em responder pela mesma via, desaconselhando qualquer iniciativa e descartando minha participação em ações armadas. Só que o portador era Alberi... E acho mesmo, por triste experiência que no desvario daqueles tempos, Onofre não me daria ouvidos. O mesmo ocorreu em 69, quando abandonei, pela razão e não por covardia, a linha militarista. Não me deram ouvidos. Pouco antes do contato de Alberi eu havia sido procurado mais uma vez, por outros motivos, pela polícia política, e Alberi nos ofereceu fuga por Foz do Iguaçu. No dia 13/julho/74 pela manhã fomos sequestrados em Curitiba, ao descer da estação rodoviária.¹¹²

111 Anexo 50, p. 3.

112 Anexo 43: Carta de Gilberto Giovanetti enviada a Lilian Ruggia.

Em relação à documentação fornecida por Gilberto Giovanetti sobre si mesmo, chamam a atenção que consta na informação nº 1146/1974-LS, expedida em julho de 1974 pelo Comando do II Exército, em São Paulo, com base no Informe nº 418/1974, originário do DOI-CODI, vinculado ao mesmo comando, que Gilberto, usando o nome falso de Gilberto Gomes Pereira, retirou vários documentos falsos “através de trâmites legais”, indicando a data de emissão:

1. GILBERTO GIOVANETTI [...] subversivo-terrorista da ALA VERMELHA DO PC DO B:
2. Através de trâmites legais, tirou os seguintes documentos falsos, com nome de GILBERTO GOMES PEREIRA:
 - a) Certificado de Dispensa de Incorporação nº 25 534-série B expedido pela 4ª CSM/2ª RM, em 12 Mar 68.
 - b) Declarou Imposto de Renda [...] em 16 Mai 74.
 - c) Atestado de Antecedentes, expedido pelo 44º DP, em 27 Mar 74, RG-8.131.313-SP.
 - d) Certificado de Quitação da Justiça Eleitoral, expedido em 08 Jul 74, pela 5ª Zona Eleitoral (Título Eleitoral nº 499.599 – 5ª Seção – Vila Olímpia – São Paulo/SP).
 - e) Declaração expedida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, datada de 19 Jan 73, onde consta que foi aluno regularmente matriculado no 1º ano do Curso de Ciências Sociais no ano letivo de 1967, período noturno.¹¹³

Com efeito, a expressão “através de trâmites legais” reserva particular diferencial em relação a: outros perseguidos políticos (que utilizavam documentos falsos para fugirem da repressão); quanto à quantidade de documentos falsificados; a capacidade de acesso a órgãos públicos (naquele momento, fortemente controlados pela repressão); e à forma de sua emissão. Dois desses documentos são particularmente insólitos: certificado de dispensa de incorporação (emitido em 1968) e atestado de antecedentes (emitido em 1974). Curiosamente, Gilberto obteve essa facilidade dentro da própria estrutura do sistema de informação do regime exatamente em momentos em que o governo endurecia a repressão (anos de 1968 e 1974). Ademais, a informação de que no ano de 1968 Gilberto Giovanetti já adotava nome

falso pode indicar com mais precisão a data a partir da qual ele passou de fato a operar como colaborador do regime militar, data que pode ser muito anterior à Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

O registro feito na carteira de trabalho¹¹⁴ de Gilberto Gomes Pereira dá conta de que ele iniciou atividades no IBGE em 20 de maio de 1974 e saiu em 14 de junho de 1974 (menos de um mês depois), não havendo informação acerca dos motivos da saída. De toda forma, o registro não é de abandono de emprego, o que seria comum no caso de militantes que se viam obrigados a abandonar suas vidas no Brasil em fuga para o exílio. Aliás, antes disso, chama a atenção o fato de Gilberto haver conseguido tal registro de emprego no IBGE com documentos falsos em pleno período de intensa repressão em que os órgãos públicos, empresas públicas e subsidiárias, tinham por praxe consultar os órgãos de informação a respeito da vida pregressa de seus candidatos a empregados e exigir atestado de antecedentes políticos para contratação.

As folhas do passaporte entregues por Giovanetti, cujo nome constante da folha de identificação é “Roberto Mendes de Oliveira” e cuja validade é de 18 de fevereiro de 1974¹¹⁵ a 17 de fevereiro de 1979, registram entradas e saídas em outros países apenas em 1977 e 1978, o que indica que a ação do casal como colaboradores do regime militar, da sua cooptação até o mês de fevereiro do ano de 1977, e após setembro de 1978 e até o fim da ditadura, se deu predominantemente em solo brasileiro. Os registros legíveis¹¹⁶ acusam as seguintes datas e países onde ele esteve:

País ¹¹⁸	Entrada	Saída
Brasil	–	28 fev. 1977
Portugal	1º mar. 1977	9 jun. 1977
Portugal	9 jun. 1977	–
Portugal	15 jun. 1977	31 jul. 1977
–	31 jul. 1977	–
Portugal	11 ago. 1977	–
–	11 ago. 1977	–
Portugal	–	22 dez 1977

(continua)

114 Anexo 45.

115 Note que o início da validade deste documento é anterior em seis meses à Chacina do Parque Nacional do Iguaçu.

116 Alguns poucos registros não são legíveis e por isso não foram considerados.

117 Os registros na tabela cujo “país” não está identificado indica que o país não é legível. Não obstante foi possível identificar a data e a que se refere, se “entrada” ou “saída”.

País	Entrada	Saída
-	23 dez. 1977	-
Portugal	8 jan. 1978	22 fev. 1978
França	22 fev. 1978	-
França	4 mar. 1978	-
Espanha	4 mar. 1978	-
Portugal	4 mar. 1978	10 ago. 1978
Espanha	23 ago. 1978	-
Portugal	24 ago. 1978	18 set. 1978
Brasil	19 set. 1978	-

A partir dessas informações é possível concluir que o casal Gilberto Giovanetti e Maria Madalena permaneceu mais de um ano circulando em países europeus a serviço e às expensas da ditadura brasileira, caçando brasileiros refugiados naqueles países. Isso revela – fora o custo ao erário público deste caso particular que certamente não é o único – a extensão e o alcance da repressão brasileira para além das fronteiras nacionais.

Evidentemente, podem existir outras folhas do mesmo passaporte, ou mesmo outros passaportes de Gilberto Giovanetti (além do passaporte de Maria Madalena) que ele não forneceu à CEV-PR e que podem ampliar sobremaneira o conhecimento da atuação do casal no exterior.

Saber quem eram os perseguidos políticos monitorados pelo casal, que significado as informações fornecidas por eles teve para a repressão brasileira e o quanto elas influenciaram em seus destinos são questões que demandarão o aprofundamento futuro das investigações.

Antes de serem ouvidos pela CEV-PR nas audiências públicas realizadas em Foz do Iguaçu e em Curitiba, Gilberto Giovanetti obteve em juízo a “Interdição – Tutela e Curatela” de Maria Madalena.¹¹⁸ Ainda que a interdição possa ter sido motivada por outras razões, isso determinou o silêncio de Maria Madalena a partir daquele momento.

118 Anexo 47: “Mandado de citação e Intimação – Interdição” nº 001.2012./010385-1, expedido em 5 de março de 2012 e “Termo de Compromisso de Curados Definitivo”, de 10 de junho de 2013, relativos ao processo nº 0050510-34.2011.8.26.0001, transitado na 3ª vara da Família e Sucessões. Foro Regional I – Santana, Comarca de São Paulo, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

De fato, os testemunhos de Gilberto Giovanetti nas audiências públicas de Foz do Iguaçu e em Curitiba, especificamente sobre a Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, contêm questões que requerem maior aprofundamento. Destas, destacamos aquelas que têm maior relevância para o esclarecimento do caso, suscitam contradições¹¹⁹ e sugerem desfazer, sem elementos de prova mais consistentes, pontos importantes do caso que são já bastante consolidados tanto pela historiografia existente como pelos testemunhos e documentos consolidados durante a investigação, ou seja, Gilberto Giovanetti:

1. Tira Laicato, um dos executores dos militantes da VPR, do local da chacina na Estrada do Colono ao alegar que este estaria presente no momento em que o casal estava sendo levado para o estado de Goiás para ser cooptado, no dia 13 de julho de 1974;
2. Contraria e desqualifica a versão relatada pela testemunha ocular e partícipe confesso da emboscada Otávio Rainolfo da Silva de que a data da execução do grupo no Parque Nacional do Iguaçu teria ocorrido na madrugada do dia 12 para 13 julho de 1974 e que Onofre Pinto fora mantido vivo por vários dias antes de ser executado e de ter seu corpo lançado nas águas do rio Santa Helena, em Foz do Iguaçu, uma vez que na versão de Gilberto, este alega que o casal teria sido preso na manhã do dia 13 na rodoviária de Curitiba e que o corpo de Onofre estaria no cemitério de Perus, em São Paulo, na noite do mesmo dia 13. As distâncias entre Foz do Iguaçu, Curitiba e São Paulo tornariam muito pouco prováveis esses deslocamentos em tão pouco tempo;
3. Alega que os níveis intermediários da estrutura operacional da repressão tinham “certa autonomia para agir”, o que sugeriria, convenientemente, uma ruptura na cadeia de comando em operações como a Chacina do Parque Nacional do Iguaçu e, portanto, desvinculando de responsabilidade os níveis hierárquicos superiores com ações de torturas e execuções;
4. Apresenta a si próprio e Maria Madalena como vítimas da mesma operação que executou os seis militantes na Estrada do Colono, alegando que a prisão do casal, denominada por ele de Operação Juriti, tratava-se de uma suboperação da

119 A observação acurada dos vídeos que registraram estas oitivas é bastante esclarecedora não apenas acerca das informações colhidas, mas também sobre a dinâmica em que elas ocorreram.

chacina. Contudo, não explica qual era a importância e relevância desta suposta suboperação para o evento maior, tampouco fica claro em seu relato o sentido de tratamento tão diferente para os seis militantes que foram sumariamente executados numa emboscada e o casal que não foi torturado fisicamente e acabou poupado para colaborar com o regime.

Por fim, a alegação de Giovanetti de que o casal, atuando como informantes, não teria causado danos àqueles que eram perseguidos pela ditadura e que foram vítimas de sua espionagem não coaduna com o destino habitual das vítimas da repressão, sobretudo se se levar em consideração que os fatos narrados ocorreram exatamente na década de 1970, no momento em que a repressão era especialmente violenta e implacável. No mesmo sentido, não contempla razoabilidade essa alegada atuação do casal que não produzia consequências e era simplesmente aceita pelos seus chefes militares. Estes fatores por si só causam não só estranheza, mas a convicção de que há elementos importantes que precisam ainda ser investigados com mais profundidade.

Com efeito, não resta dúvida de que Gilberto Giovanetti e sua companheira, Maria Madalena Cavalcanti Lacerda, foram cooptados pela repressão para atuar como informantes e que tal fato se deu sob ausência de qualquer forma de tortura física. O próprio testemunho de Giovanetti deixa claro que a adesão do casal se deu em certa medida de convicção.

Também não resta dúvida de que o casal tinha relação com a vítima Onofre Pinto – substantivamente anterior à sua execução –, e que tinham conhecimento do projeto da vítima de retornar ao Brasil. Dessa forma, as evidências colhidas até o momento indicam que várias questões a este respeito necessitam ser estabelecidas com maior clareza e precisão temporal, pois estabelecerão a real participação do casal nos eventos que culminaram com a execução dos seis militantes da VPR pela operação militar conhecida como Chacina do Parque Nacional do Iguaçu ou Chacina da Estrada do Colono, assim como ajudarão a esclarecer as relações, os eventos e as circunstâncias em que outros militantes com quem Gilberto e Madalena tiveram contato foram vitimados.

Além disso, merece especial atenção a cópia do parecer da Comissão de Anistia fornecido por Gilberto Giovanetti à CEV-PR, na qual, salvo melhor juízo, informações importantes acerca da cooptação e colaboração do casal com o regime militar e participação como infiltrados nos movimentos de esquerda, bem como do período em que isso aconteceu, foram omitidas pelo requerente e não eram de conhecimento da citada comissão por ocasião do julgamento que lhe foi favorável.

1.5.1 RECOMENDAÇÕES

1. Que uma nova comissão da verdade aprofunde as investigações acerca do caso Gilberto Giovanetti e Maria Madalena Cavalcanti Lacerda no sentido de entender com maior clareza os fatos, as circunstâncias e a exatidão temporal da atuação do casal como informantes da ditadura civil-militar, de modo a superar as inconsistências e a incoerência referentes ao caso e que, a partir do que for apurado, decida-se sobre o envio de relatório ao Ministério Público Federal para o que couber;
2. Que seja enviado à Comissão de Anistia, sediada no Ministério da Justiça, cópia deste relatório, bem como seus anexos e arquivos de áudio e vídeo para que a comissão possa, à luz dos novos elementos ora apurados, reavaliar a anistia política concedida a Gilberto Giovanetti e, caso tramite processo em favor de Maria Madalena, esses autos possam também servir de subsídios de formação de convicção e instrução desse processo;

1.6 MAJOR JOAQUIM PIRES CERVEIRA

Brasileiro, militar reformado do Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM), engenheiro em telecomunicações, nascido em 14 de dezembro de 1923, na cidade de Pelotas (RS), casado com Maria de Lourdes Romanzini Cerveira. Militou na Frente Libertadora Nacional (FLN) e foi vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O major viveu em Curitiba (PR) nos anos 1960 e 1970, tendo sido vereador pelo PTB e candidato a deputado estadual. Por suas posições políticas, foi preso em Curitiba logo após o golpe de 1964, sendo colocado na reserva, na patente de major.

Em 1966, organizou a fuga do coronel Jefferson Osório de Alencar Cardim, que estava preso no Quartel do Boqueirão, em Curitiba, após o desbaratamento da Guerrilha de Três Passos, no oeste do Paraná. Cerveira conseguiu levar o coronel Cardim para o Rio de Janeiro, de onde ele partiu para o exílio.

Por essa atuação e sua militância na FLN, passou a ser muito perseguido em Curitiba. Na tentativa de evitar sua prisão, acabou indo para o Rio de Janeiro em 1970, onde foi preso, junto com a mulher e o filho, depois foi trocado juntamente com outros presos políticos pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, indo para o Chile como exilado político. Com o golpe militar no Chile, em 11 de setembro de 1973, o major pediu refúgio na Argentina, onde passou a morar e conviver com outros brasileiros, militantes da VPR, entre eles Onofre Pinto e os listados no chamado Massacre da Estrada do Colono (caso nº 1) e o catarinense

João Batista Rita Pereda, todos mortos e desaparecidos. Em dezembro de 1973, ele e Rita Pereda foram sequestrados por agentes da repressão brasileira, tendo à frente o delegado Fleury, em colaboração com policiais argentinos. Foram levados para São Paulo, para a sede do DOI-CODI, torturados pela equipe do coronel Brilhante Ustra e depois levados em ambulância, já à beira da morte, para o Rio de Janeiro, de onde nunca mais foram vistos. Seus corpos nunca foram encontrados.

Há um “pedido de busca”, documento do Exército ao DOPS/PR, de 7 de março de 1973, solicitando dados de qualificação de várias pessoas, incluindo Joaquim Pires Cerveira Filho. Conforme documentos do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, Cerveira tinha status de refugiado, mas seu sequestro foi autorizado por autoridades argentinas. Cerveira tinha ligações com os brasileiros assassinados no Parque Nacional do Iguaçu, já que militavam no mesmo grupo. Ele e Rita Pereda podem ter sido as primeiras vítimas da Operação Condor.

Entrevista do coronel Ustra a Neusah Cerveira, sobre a morte do major Joaquim Pires Cerveira:

NC – Não tenho dúvida de que o major Cerveira morreu dentro das dependências de um quartel do Exército brasileiro. Por que seus restos não são devolvidos para encerrar definitivamente a questão e permitir que sua viúva morra em paz?

BU – O nosso trabalho era extremamente compartimentado para a segurança das operações. Só tomava conhecimento delas na minha área de atuação. Não posso opinar sobre o desaparecimento do seu pai.

Trecho do depoimento de Neusah Cerveira:

[...] No início de 1968, nossa casa foi novamente invadida. Minha mãe havia saído com um de meus irmãos para fazer compras e ambos foram sequestrados em uma ação conjunta da Polícia Federal, Exército e Cenimar. Os militares invadiram nossa casa e eu fugi com meu irmão mais novo. Os militares disseram que só libertariam minha mãe quando meu pai se apresentasse. Meu pai estava em Curitiba reorganizando a FLN.

Enquanto minha mãe e meu irmão eram torturados pelos militares, meu pai anunciou que estava com a esposa de um coronel e só a

libertaria se minha mãe e meu irmão fossem libertados, caso contrário, a mataria. Somente assim libertaram os dois.

Com o apoio de companheiros, a família deslocou-se para São Paulo e de lá para o Rio de Janeiro. Passamos todos à clandestinidade, vivendo em aparelhos. Minha mãe não aceitou ir para Cuba. Nessa época, meu pai mantinha contatos e fazia ações conjuntas com o Lamarca, então comandante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. A VPR preparou, em conjunto com a FLN, o sequestro do embaixador alemão Von Holleben. A FLN tinha como tarefa a logística e a segurança da operação. Dias antes do sequestro, um membro da VPR caiu e revelou as informações sobre meu pai.

Uma operação para tirar minha família do Brasil foi montada. Mas quando tudo estava pronto, o carro que levava minha mãe e meus irmãos foi cercado.

Era abril de 1970. Todos foram levados para o DOI-CODI e torturados. Meu pai estava preso em uma cela solitária e minha mãe foi colocada na sala das “mulheres perigosas”. Eu, a única em liberdade, fui deixada em uma igreja em Copacabana, onde seria apanhada. Sem saber da prisão da minha mãe e irmãos, fiquei um dia inteiro esperando. O padre estranhou minha demora e eu pensei que ele fizesse parte do apoio. Contei tudo a ele, que foi para a sacristia. Cheguei mais perto e ouvi que ele dava com a língua nos dentes sobre mim. Saí correndo e cheguei até o Arpoador, quando senti que alguém me tocava os ombros. Me assustei, mas eram novos companheiros do meu pai, que me levaram para um local seguro.

[Somente depois Neusah saberia que o casal de companheiros com quem estava eram Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, dirigentes da VPR]. Dando continuidade aos planos de sequestrar o embaixador alemão e trocá-lo por presos políticos do regime militar fascista, Lamarca incluiu o nome do major Cerveira entre os prisioneiros a serem libertados e enviados ao exílio na Europa [...]

A família busca seu corpo até hoje. Na Argentina, o caso está listado na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) sob o nº 7.691.

1.6.1 AGENTES DA REPRESSÃO ENVOLVIDOS EM DEZEMBRO DE 1973–JANEIRO DE 1974

Presidente da República: general Emílio Garrastazu Médici

Chefe do SNI: Orlando Geisel

Chefe do DOI-CODI de São Paulo: coronel Alberto Brilhante Ustra

Delegado Sérgio Paranhos Fleury, São Paulo

Delegado Freddie Perdigão, “Perdigão”, Rio de Janeiro

Chefe do DOI-CODI do Rio de Janeiro

1.7 RODOLFO MONGELÓS, ANÍBAL ABBATE SOLEY, ALEJANDRO STUMPFS E CÉSAR CABRAL

Paraguaios, refugiados políticos no Brasil por pertencerem a movimentos de oposição à ditadura de Alfredo Stroessner Matiauda, viviam na cidade de Foz de Iguaçu (PR). Foram presos pela polícia brasileira, em várias ocasiões, principalmente, por ocasião das visitas ao Brasil pelo ditador paraguaio general Stroessner. Foram sequestrados no mês de dezembro de 1975 por uma equipe liderada pelo “dr. César”. Em duas ocasiões, sofreram torturas físicas e psicológicas, foram trazidos para Curitiba, na sede do DOPS, onde sofreram torturas, como relatado por Rodolfo Mongelós, em depoimento à CEV-PR e à CNV, em 27 de junho de 2013, na audiência pública de Foz do Iguaçu (PR). Eram acusados de planejar atentado contra a vida do ditador paraguaio Alfredo Stroessner devido à atuação política que tiveram, quando viviam em seu país.

Em dezembro de 1975, no governo do presidente Ernesto Geisel, um comando do Exército brasileiro sequestrou os quatro paraguaios em Foz do Iguaçu. “Mais uma vez a mão do major Curió baixava na fronteira. Agora era uma ação secreta da Operação Condor e com a ordem de levar os quatro exilados paraguaios para Goiás, provavelmente para Anápolis”, segundo Palmar (2005). Durante 24 dias, eles ficaram numa casa, com simulações de fuzilamento, vigiados pelo major Curió, do grupo de repressão aos militantes políticos opositores ao regime militar. Após muita pressão de organizações internacionais, não foram enviados ao Paraguai, mas deixados no centro do Rio de Janeiro, com a ordem de se mudarem de Foz de Iguaçu.

Rodolfo Mongelós, que ainda vive no Brasil, relatou em depoimento na audiência pública realizada em Foz do Iguaçu, em 27 de junho de 2013, que ele e os outros paraguaios exilados no Brasil – Aníbal Soley, Alejandro Stumpfs e César Cabral, entre outros, eram constantemente detidos no Quartel do Batalhão de Fronteiras quando o ditador Alfredo Stroessner vinha ao Brasil.

Stella Calloni (1999) relata uma Conferência Bilateral de Inteligência entre os Exércitos do Brasil e Paraguai para tratar de “atividades subversivas internas e a sua conexão com o exterior”, onde o assunto principal eram os exilados políticos e a sua resistência.

1.7.1 AGENTES REPRESSORES

Sebastião de Moura “Curió” e sua equipe – (“dr. César”)
Agentes do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu (PR)
Delegado Ozias Algauer – DOPS-PR

1.8 OPERAÇÃO COLOMBO: O CASO DO JORNAL *O DIA DE CURITIBA* (PR)

O jornal *O Dia*, um dos mais antigos do Brasil, foi fundado em 2 de julho de 1870, relançado em 1896, 1901, 1923 e novamente relançado em Curitiba em 1975 pelo jornalista Almir Hoffmann de Lara, um dos proprietários na época da empresa Imperium Sociedade Jornalística e Publicitária Ltda.¹²⁰ A impressão dessa nova versão do jornal foi feita na gráfica Cromo Gráfica e Editora Limitada, na época situada na rua Augusto Stelfels, nº 793.

Após o relançamento em 1975, o jornal teve somente três edições publicadas, tratando de várias matérias sobre o governo de Pinochet.

O fato importante é que, em 25 de junho de 1975, o periódico foi o primeiro a noticiar uma lista com os nomes de 59 desaparecidos políticos chilenos, tidos como mortos em confronto com a polícia argentina, segundo matéria intitulada “Terroristas chilenos no interior da Argentina”.¹²¹

De fato, a reportagem foi pioneira em divulgar uma versão oficial, que se revelou falsa (“plantada”), sobre o desaparecimento de 59 chilenos sob a ditadura Pinochet e hoje é prova (intencional ou não) da colaboração do veículo de comunicação com a Operação Colombo, revelando a participação de membros da sociedade civil no Paraná, mormente de parte da imprensa, com a repressão no Cone Sul durante a ditadura brasileira.

Dias após a publicação brasileira, a revista argentina *LEA*, em 15 de julho de 1975, divulga também uma lista com mais 60 nomes de chilenos desaparecidos a

¹²⁰ Contrato social da empresa Imperium – Sociedade Jornalística e Publicitária Ltda., de 4 de dezembro de 1970. O documento registra que Almir Hoffmann de Lara e Raquel Maria Athayde de Lara constituíram naquela data sociedade por cotas na qual o primeiro detinha 80% das cotas e a segunda 20%. Disponível em: <<http://bit.ly/2vMbgbs>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

¹²¹ Anexo 115.

partir da matéria “La vendetta chilena: los que callaron para siempre”, afirmando que tinham sido assassinados devido a brigas entre si.

Só a partir dessas duas matérias é que os noticiários chilenos iniciam a divulgação da macabra conta de 119 chilenos mortos (soma dos 59 de *O Dia* e 60 de *LEA*), sob o manto dos falsos motivos estampados nesses periódicos que teriam produzido a chacina cujo nome era “Operação Colombo”.

Seguindo a mesma versão do jornal *O Dia*, o jornal *La Segunda* publicou em seguida a matéria “Exterminados como ratones”.

Vale ressaltar que em janeiro de 1974 a embaixada chilena no Brasil enviou um relatório ao Chile com a informação de que estavam ocorrendo reuniões de grupos de esquerda em Salta com a presença de 25 a 30 brasileiros e de 40 a 50 chilenos. Além disso, em 13 de junho de 1975, dias antes da falsa notícia de *O Dia*, o jornal chileno *La Tercera* publica a matéria “Ejercito guerrillero forman contra Chile”, na qual informa que mais de 2 mil extremistas chilenos estariam recebendo treinamento de guerrilha na Argentina.

Anos depois, Fernando Díaz Palma, do jornal *Las Últimas Noticias*, que também publicou matéria sobre o caso, reconheceu que a operação foi uma fraude:

30 años después hemos venido a escuchar muchas cosas de lo que estaba pasando... Muertos, desaparecidos, desenterrando gente... Claro, si nosotros hubiéramos podido o hubiésemos sabido esas cosas las habríamos tenido que investigar sin perjuicio de correr riesgos... Faltó haber cubierto las cosas y haber hecho las investigaciones propias. (GONZÁLEZ, 2008)¹²²

Alguns pesquisadores e jornalistas divulgam possíveis participantes na cadeia de comando para a construção da matéria do jornal *O Dia* a partir dos agentes da Diretoria de Inteligência Nacional (Dina): Gerardo Evangelista Roa Araneda, que esteve no Brasil na época da elaboração da matéria; Jaime Valdés, responsável pela imprensa na Embaixada Chilena; e Álvaro Puga Cappa.

Um memorando de nº 3 do governo argentino em Buenos Aires, do dia 16 de maio de 1975, no item 3.1 do relatório, informa que Martín Ciga Correa era um dos três chefes de uma organização paramilitar denominada Triple M (MMM),

identificada como Milícia Nacional Justicialista, e que esse grupo teria sido responsável pela execução com perfeição da primeira etapa da Operação Colombo.

A respeito das relações de Almir Hoffman de Lara com o governo militar brasileiro, o próprio Almir publicou texto no site do *Diário Indústria & Comércio*, no dia 6 de novembro de 2013, rememorando fatos da época (1973/1974), em que revela ter tido atuação relevante na representação brasileira no exterior e afirma que gozava de “excelente relacionamento com o ministro Delfim Neto”:

Importante: participei até de reuniões do Fundo Monetário Internacional na Europa. Participei de seminários de investimentos na Áustria, Estados Unidos, Alemanha e Singapura.

Também tive excelente relacionamento com o ministro Delfim Neto, na época condutor da política financeira do Brasil. Parei quando resolvi morar na Espanha atuando como correspondente de imprensa da Gazeta, de 1986 até 1991. Foi quando fui convocado para ser estagiário da comunidade europeia (hoje União Europeia) na sede em Bruxelas. (LARA, 2013)¹²³

O Colectivo familiares detidos desaparecidos en Operación Colombo, em 21 de março de 2006, fez denúncia no Tribunal de Ética y Disciplina, Colégio de Periodistas de Chile,¹²⁴ bastante minuciosa e esclarecedora sobre a Operação Colombo e do significado da participação do jornal *O Dia* para o conjunto do sucesso da referida operação.

Em contatos mantidos com órgãos de direitos humanos do Chile, por intermédio da sra. Margarita Romero, ex-diretora do Museu de Villa Grimaldi¹²⁵ – local que se tornou um “sítio de memória”, pois na propriedade, após sequestro pela estrutura de repressão do Estado, eram mantidos prisioneiros políticos clandestinos sob tortura –, a dra. Ivete Caribe da Rocha, coordenadora do GT “Operação Condor”, teve audiência com representantes do comitê dos familiares dos presos assassinados na Operação Colombo, os quais manifestaram muito interesse em obter mais informações desse caso.

123 Disponível em: <<http://bit.ly/2pLdOCX>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

124 Anexo 109.

125 O site de Villa Grimaldi pode ser acessado pelo link <<http://villagrimaldi.cl>>. Nele há um universo intenso e importante de informações históricas sobre as graves violações de direitos humanos caracterizadas como crimes de lesa-humanidade contra o povo chileno, muitas delas no arcabouço da Operação Condor.

No dia 23 de outubro de 2014, a CEV-PR e a CNV tomaram depoimento de Almir Hoffmann de Lara,¹²⁶ que alega não se lembrar de detalhes dessa publicação. Também nega conhecer os editores dos demais jornais latinos que publicaram matérias a partir da que foi publicada no jornal *O Dia*. Alega desconhecer Gerardo Evangelista Roa Araneda que esteve no Brasil na época da matéria em referência, tendo inclusive matéria de sua lavra publicada no mesmo jornal *O Dia*. Almir também nega conhecer Jaime Valdés, responsável pela imprensa na Embaixada Chilena, e Álvaro Puga Cappa. Diz ainda que não se lembra da fonte que originou a matéria e informou que o jornal deixou de circular depois de apenas três edições, motivado por dificuldades próprias.

De fato, não há como negar que as publicações veiculadas no jornal *O Dia* foram determinantes na construção de uma versão “oficial” para justificar o extermínio de 119 cidadãos chilenos, numa flagrante ação articulada entre as ditaduras do Cone Sul e os meios de comunicação. Sendo assim, a matéria publicada se revela um grande obituário sobre o qual se alega não se lembrar da fonte da informação e nem do procedimento de checagem de sua veracidade, como se se tratasse de uma informação trivial, de menor importância para um veículo de comunicação que estava iniciando suas atividades e que, de fato, não passou disso.

1.8.1 RECOMENDAÇÃO

Que este caso seja aprofundado em investigação conjunta com os demais países envolvidos para determinar as responsabilidades de brasileiros e estrangeiros na ocultação da verdade sobre a execução de 119 vidas latino-americanas, cujas famílias aguardam há décadas pela verdade.

1.9 AGUSTÍN GOIBURÚ

Paraguaio, médico ortopedista, fez especialização no Brasil, e foi um dos fundadores do Movimento Popular Colorado (Mopoco) no Paraguai, tendo pedido refúgio político na Argentina, onde vivia em Misiones. Era amigo dos paraguaios Rodolfo Mongelós, Aníbal Soley e Alejandro Stumpfs, que viviam em Foz do Iguaçu (PR), e foi visitá-los por algumas vezes. Por essa razão e a pedido da repressão paraguaia, era monitorado pelos serviços de informações brasileiros, inclusive pela Assessoria de Segurança e Informações de Itaipu (Aesi), suspeitando-se de ajuda da repressão brasileira no seu sequestro, em 1977. Com base na

126 Os documentos pesquisados pela CEV encontram-se em cópias no acervo do Museu de Direitos Humanos de Santiago, Chile.

cooperação entre os países e como parte da Operação Condor, em fevereiro de 1977, numa ação das polícias paraguaia e argentina, na cidade de Paraná (Entre Ríos, Argentina), Agustín Goiburú foi levado ao Paraguai e está até hoje desaparecido. Documentos chamados “Arquivos do Terror”¹²⁷ mostram a comunicação entre os órgãos de repressão do Paraguai com o Brasil, desde 1971, com informações sobre Goiburú.

Stella Caloni, em seu livro *Los años del lobo* (1999), referindo-se aos documentos encontrados por Martín Almada (Arquivos do Terror), afirma que:

Entre los numerosos informes cruzados, hay uno que le llama La atención. Es um documento marcado como “confidencial” enviado por el Ministerio del Ejército de Brasil, fechado el 13 de octubre de 1975, donde se da a las autoridades paraguayas de una reunión realizada el dia 16 de agosto de 1975 em Resistencia (Chaco-AR), por el Movimiento de Defensa de La Patria (MODEPA), al que asistió entre otros Goiburú. Está escrito em português y em El punto 4 señala: “Difusão desde origem: Agregado Argentina, Paraguai, Venezuela. (CALLONI, 1999, p. 148)

O filho de Goiburú – Rogelio Agustín Goiburú Benitez – prestou emocionante e detalhado depoimento à Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 22 de maio de 2006, sobre a prisão e o desaparecimento de seu pai. Nessa ocasião, informou que Agustín Goiburú foi médico do Hospital da Polícia “Rigoberto Caballero” em Assunção. Atendendo muitos pacientes que chegavam feridos e moribundos, ficou ciente das graves violações cometidas pela ditadura de Stroessner a cidadãos que se manifestavam pacificamente. Tendo-as denunciado, foi expulso do trabalho, passando a ser perseguido pela polícia paraguaia. Escondeu-se por vários dias em casa de amigos e depois fugiu em um caminhão de carga de carvão, disfarçado de operário, indo para a região de Misiones, na Argentina, onde a família se juntou a ele alguns meses mais tarde.

As perseguições nunca cessaram, tendo ocorrido várias tentativas de assassinato e sequestro de seu pai, inúmeras mudanças de endereços, até que, em 9 de fevereiro de 1977, seu pai foi sequestrado na cidade de Paraná, província de Entre Ríos,

127 Martín Almada, em seu testemunho na audiência pública ao GT “Operação Condor”, da CEV-PR, cedeu cópia de um conjunto substantivo e importante de documentos (Anexo 111) que comprovam as relações e cooperações dos sistemas de inteligência e repressão das ditaduras brasileira, uruguaia e argentina, entre outras.

Argentina, no marco da Operação Condor, a mando do general Fretes Dávalos, pastor Coronel, e do coronel Benito Guanes Serrano do Paraguai, com a ajuda da repressão argentina. Obteve informações mais tarde de outros presos de que viram seu pai ser duramente torturado por mais de um mês e depois ser morto com dois tiros. Seu corpo nunca foi apresentado e até hoje a família procura seus restos mortais.

Hasta el día de la fecha es mucho lo que sabemos y nos falta saber solamente el lugar donde lo enterraron. El secuestro. La detención ilegal, el traslado desde la Argentina al Paraguay se realizó en el marco del Operativo Cóndor, cuyos jefes del lado Paraguayo eran: el General Fretes Dávalos, el Coronel Benito Guanes Serrano y un Oficial de la Marina de nombre Lázaro Sosa. Luego, una vez traído a Paraguay y entregado a Pastor Coronel. Éste le comunica a Stroessner diciéndole: misión cumplida mi General! Durante un mes aproximadamente en el Departamento de Investigaciones lo torturaron salvajemente. Existen testigos que lo vieron. Luego encontrándose en un estado deplorable lo internan por dos días en el Hospital Rigoberto Caballero (desde donde 18 años atrás había trabajado e iniciado sus luchas). También hay testigos que lo vieron, los primeros días de marzo de 1977. En dicho hospital. Luego deciden asesinarlo y lo trasladan una noche entre cuatro altos oficiales de la Policía y uno de ellos lo ejecuta de 2 balazos.¹²⁸

Há fundada suspeita da estreita colaboração da repressão brasileira no sequestro de Agustín Goiburú, diante da documentação encontrada e do pacto de assessoramento da Operação Condor.

A pesquisadora Jussaramar da Silva e o jornalista Aluizio Palmar mencionam que:

Dois meses após a AESI/Itaipu ter enviado o relatório aos militares paraguaios, Goiburú, que estava asilado na Argentina e costumava vir a Foz do Iguaçu visitar os amigos, desapareceu. Anos mais tarde, o professor paraguaio Martín Almada (3) descobriu durante pesquisa no arquivo secreto da polícia de Stroessner que Agustín Goiburú havia sido

sequestrado e levado para o Paraguai, onde foi torturado até a morte no Regimento Escolta Presidencial, em Assunção. (PALMAR, 2013)

1.9.1 AGENTE ENVOLVIDO

AESI: general Costa Cavalcanti.¹²⁹

1.10 GUIOMAR SCHMIDT KLASKO

Brasileira, estudante, morava em São José dos Pinhais (PR), antes de se casar, em 1971, com o argentino Mario Raul Klasko, militante do Exército Revolucionário do Povo (ERP) em Buenos Aires, Argentina. Em 1972, já casada e vivendo em Buenos Aires, foi acusada de ter participado do sequestro e morte de Oberdán Sallustro, presidente da Fiat Argentina.

Foi presa em 10 de abril de 1972, ficando por mais de três anos em Buenos Aires. Não há informação da possível prisão de seu marido. Apesar de inúmeros pedidos de seu pai às autoridades brasileiras para mais informações sobre Guiomar, não houve qualquer providência, muito menos de parte da Embaixada Brasileira na Argentina. Foi absolvida do crime que lhe foi imputado e, ao ser libertada, voltou para Curitiba, onde faleceu em janeiro de 2013.

Em documentos do SNI, obtidos no Ministério das Relações Exteriores da Argentina, o nome de Guiomar é mencionado, junto com o do marido, como pertencentes a um grupo denominado Liga Comunista Revolucionária, no qual militavam vários brasileiros, entre eles Flávio Koutzil e Paulo Antônio Paranaguá, ligados à IV Internacional na França. Documentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – quando era embaixador Azeredo Silveira, prestando informações ao SNI sobre o grupo de brasileiros e argentinos – incluíam Guiomar como participante na morte de Oberdán Sallustro.

Documentos do arquivo público do estado do Paraná e cópias de recortes de jornais mostram que foi um caso de ampla repercussão em Brasil, Argentina e Itália, conforme demonstram documentos anexos à versão digital deste relatório.

Declarações sobre Guiomar Schmidt, na Argentina:

Conforme a testimonios posteriores, la joven brasileña carecía de antecedentes policiales en el Brasil y su “pasión par las armas” habría sido uno de los elementos que la vincularon, por azar, con Klasko.

129 Outras informações disponíveis em: <<http://bit.ly/2q2Pbm7>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

Se habían casado en enero del año anterior, luego de conocerse en una armería de Camboriú, ciudad donde el terrorista argentino estaba pasando sus vacaciones. Según se desprendía de las cartas encontradas, al contraer matrimonio “Guio”, como la llamaban, ignoraba las actividades delictivas de su marido, en aquel tiempo estudiante de arquitectura.

Según un familiar que viajó apresuradamente a Buenos Aires, tres años antes la joven se había recibido de profesora de Historia de la Civilización en Curitiba, y consideraba que “la violencia es responsable de los retrasos del mundo”. Nadie de la familia se podía explicar cómo había cambiado tanto en tan corto período. (PETRIC, 1980, p. 43-86)

Pendente de maiores informações deste caso junto à Justiça Argentina e dos familiares de Guiomar, ainda não localizados. Houve omissão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e de Azeredo da Silveira, embaixador em exercício na Argentina.

1.11 REMIGIO GIMÉNEZ GAMARRA

Paraguaio, nascido em 1º de outubro de 1925, filho de Anselmo Giménez e Primitiva Gamarra. Agricultor, casado com Marcelina Giménez, pai de oito filhos, refugiado político desde 1959, inicialmente foi morar em São Paulo, onde trabalhava legalmente na construção civil como ajudante de maquinista.¹³⁰

Sua filha, Domiciana Giménez Antunes, acompanhada da mãe Marcelina Giménez (que não pode testemunhar em razão de idade avançada e problemas de saúde), fez relato¹³¹ emocionante sobre a vida de seu pai, as dificuldades que a família passou decorrentes de décadas de ausência do seu genitor e o seu sequestro em Foz do Iguaçu, o preconceito da sociedade, a luta pela liberdade e sobre a carta-testemunho de Remigio em que ele conta o que lhe aconteceu.

No ano de 1959, quando o pai desapareceu, Domiciana tinha dez anos. Eram sete irmãos; mais tarde nasceu o oitavo. A mãe costurava para manter os filhos com

130 Conforme carteira de profissional de trabalho nº 39.385 (Anexo 56, p. 12).

131 O testemunho de Domiciana Giménez Antunes foi tomado em audiência pública da CEV-PR, realizada nos dias 20 e 21 de março de 2014, nas instalações da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), na cidade de Cascavel.

muita dificuldade e a família foi muito discriminada em razão do desaparecimento do pai, acusado de ser comunista. Diziam que o pai havia falecido.

Após quatro anos, receberam uma carta com notícias de seu pai, dando conta de que ele estava vivo. Passado mais algum tempo, sem posses, seu pai chama a família para se mudar para Foz do Iguaçu. Nessa carta, Remigio conta que ele e outros companheiros eram muito perseguidos pela polícia paraguaia e que haviam ido para Ponta Porã, andaram na mata por três meses até atravessar para o Brasil. Estavam trabalhando numa fazenda e, no dia 24 de dezembro, quando iam comemorar o Natal, foram presos pela polícia e carregados em uma camionete, amarrados dois a dois.

Mandaram descer no mato e à medida que desciam iam sendo mortos. Remigio conseguiu soltar as mãos e, por milagre, apesar de ferido no rosto, conseguiu fugir. Apenas um outro companheiro, Alberto Antonio Arsen, conseguiu sobreviver. Remigio relata esse episódio no livro *Masacrados en nochebuena* de Efraín Cuevas. Refugiado, foi para São Paulo, não vinha até a fronteira por medo, pois nessa região era muito perseguido.

Conta que, passado mais algum tempo, o pai sempre vinha visitar a família e um dia, em Foz do Iguaçu, onde ele conhecia muita gente, estava na ponte internacional, em uma loja de amigos e chegou uma pessoa convidando ele para subir em um carro de polícia do Brasil. Ele subiu e dentro do veículo estava um paraguaio que ele conhecia (pois havia vendido alguns produtos para ele para custear a passagem de vinda de São Paulo), e em seguida passaram para o lado paraguaio. Esse evento ele conta em carta:

Remigio Giménez Gamarra, número de cédula de identidade 2.453.187; 17 de dezembro de 1978. Uma declaração: eu fui preso às nove horas da manhã pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Me sequestraram e me passaram para o Paraguai e me entregaram para o Destacamento da Marina em Cidade de Leste. Após mais ou menos meia hora três investigadores me entregaram para eles e me levaram para Assunção. Chegamos em Assunção às duas da tarde. No mesmo dia, às oito da noite me levaram à sala de tortura e aí me acusaram como comunista, guerrilheiro, Movimento 14 de Maio, três homicídios, onde roubava carros em Cidade de Leste e tráfico de drogas. Me bateram 20 a 25 minutos. Me pegaram: o comissário Cevio Torres e [ininteligível] do Uruguai, Compalo Alambre Trensado e outra coisa mais... Bertoldo, e estava na câmara de tortura o diretor Cantero Sabriga, 2º oficial Juan Martinez,

Comissário Cuenca. Me torturaram desde às 08 da noite até as 4 da manhã, e 3 pessoas me levaram, me atiraram na cela, meio morto e me torturaram mais no dia seguinte. Na segunda noite me levaram, me torturaram pela segunda vez. Me perguntaram muitas coisas do Movimento 14 de Maio, me golpearam com [inaudível], Uruguai, soco no meu estômago, chutes [...] porque estava fazendo eles de bobos pois não estava contando as coisas e aí eu digo a eles que não aguento mais, que me matem e os torturadores me dizem: não, vai apurar-te, que vais morrer mesmo. Eu lhes digo que se for um pouco rápido, vou agradecer-lhes. Mais ou menos de madrugada me levaram outra vez para a cela. Depois de dois meses [inaudível]. Depois [...] um ano, dois meses e vinte e dois dias na Chefatura de Polícia e Investigação, Seção Política e depois me passaram à Guarda de Segurança, aí um ano e sete meses em um calabouço, e depois ao cárcere de Catambu. Total que fiquei preso de onze anos. Em 1989, 29 de agosto, saí em liberdade, graças a Deus passou aquela época.

Testemunharam o sequestro de Remigio no Brasil: César Cabral, Rigoberto, Elisa Moon, Gaspar Arsenal Baez. Remigio ganhou processo contra o estado uruguaio, contudo a sentença ocorreu após a sua morte e até hoje a esposa e filhos jamais receberam a indenização a que Remigio tinha direito.

Martín Almada¹³² e Jair Krischke¹³⁴ trouxeram¹³⁵ substantivas informações e documentos sobre a vida de Remigio Giménez Gamarra e a evolução das perseguições a que ele foi submetido em território paraguaio, bem como sobre seu sequestro em solo brasileiro.¹³³ Os esforços de Aluizio Palmar para localizar informações sobre vários casos de perseguidos políticos resultaram na identificação de documentos sobre este caso no acervo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu.

132 Martín Almada – advogado e professor, paraguaio, pesquisador dos arquivos da Operação Condor e vencedor do Prêmio Nobel da Paz Alternativo de 2002, descobriu em 1992, no Paraguai, a maior coletânea de arquivos existente sobre a repressão e cooperação entre os regimes militares de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia e a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), que ficou conhecida como “Arquivos do Terror”. Almada se debruçou durante mais de 15 anos da investigação desses documentos, trabalho pelo qual ganhou outros prêmios, como a Medalha de Gratidão, do Movimento das Avós da Praça de Maio, em 1997, e a Medalha Chico Mendes de Resistência, em 1999.

133 Os testemunhos e toda a documentação cedida por Martín Almada e Jair Krischke, incluindo aquela referente ao caso Remigio Giménez Gamarra, compõem o acervo da CEV-PR e estão disponíveis no Anexo 111.

No arquivo do DOPS-PR, foi possível localizar documentos sobre Remigio Giménez em duas pastas temáticas que versavam sobre o Comando de Libertação Nacional (Colina). A análise desse conjunto documental, consignada à devida cautela por se tratar de informações produzidas pelos sistemas de repressão, é útil para a compreensão deste caso.

Após um silêncio documental sobre Remigio de uma década desde os eventos de 1959, em 1969 surgem novos documentos produzidos pelas polícias políticas brasileiras e paraguaias. Em 17 de junho de 1969, uma nota, de nº 85, emitida pelo então secretário-geral do Ministerio do Interior do governo do Uruguai, Miguel Angel Bestard, e dirigida ao diretor da Oficina Nacional de Assuntos Técnicos, Don Antonio Campos Alum, chama a atenção por três aspectos: 1) menciona com clareza a cooperação que já à época vigorava entre os sistemas de informação e repressão de ambos os países; 2) apresenta informações sobre movimentos de resistência em Brasil, Argentina e Paraguai, caracterizando-os como uma ameaça continental, atribuindo aos resistentes capacidade de organização, estrutura, milícias e armamento irreal, beirando a ficção; e 3) a fonte dessas informações é o Brasil.

Remigio é citado de maneira indireta como envolvido na conspiração internacional contra os governos ditatoriais. Diz o documento:

Tengo el agrado de dirigirme a Ud., transcribiéndole para su conocimiento y fines consiguientes, la nota B/448 de fecha 10 de junio del corriente año, elevada a este Ministerio por el Jefe del Estado Mayor General del Ejército, que copiada dijo:

[...] A. – Información provenientes del Brasil indican que se estarían formando una Organización compuesta por Brasileños, Argentinos, Paraguayos y Cubanos, llamada “Frente Unido Amplio” (FUA). El objetivo principal del FUA, sería el de realizar un movimiento simultáneo contra los Gobiernos del Brasil, Argentina y Paraguay, para eliminar mediante asesinatos a personalidades importantes de esos países, consta que el Ex-Coronel del Ejército Paraguayo Nelson Rolon e Hilario Bareto Benitez, expulsado del Paraguay sería algunos de los elementos encargados de establecer contactos entre Buenos Aires-Curitiba-San Pablo e Rio de Janeiro en constante viajes. El Movimiento en lo referente al Brasil sería coordinado por Paulo Melo, contando con la participación de General Jefferson Cardin Osorio, ex-Oficial del Ejército Brasileiro y del Ex-Almirante Candido Aragao. Este grupo habría

efectuado ligaciones con el grupo Terrorista de Carlos Marighela, con el objeto de coordinar sus acciones y actuar simultáneamente.

B. En el transcurso de las diligencias realizadas para investigar las actividades de elementos subversivos y actos de terrorismo practicados en el país, habría sido descubierto em Foz Iguazú, la existência de una Cuadrilla de elementos paraguayos comandados por el brasileño Ramiro Moura Pacheco con el fin de realizar asaltos a bancos, buscando juntar fondos para una contra-revolución en el Paraguay [...] La Policia Paranaense prendió a algunos de los integrantes del Grupo [...] Tambien forman parte de la Cuadrilla las siguientes personas: [...] Remigio Giménez, o (Restello) [...] Consta además que esa cuadrilla está traficando armas para el território brasileño. [...] ¹³⁴

No dia 25 de julho de 1969, o chefe da Agência Regional do SNI em Curitiba, coronel R/1 Carlos de Almeida Assumpção, encaminha ao delegado do DOPS-PR o ofício nº 137/SC/3/1969, no qual é anexada “carta-relatório de Angelino Moliterno, Investigador Policial de Quarta Divisão Policial de São Paulo, narrando as investigações em torno do Comando de Libertação Nacional (Colina), quadrilhas do ex-major húngaro Janus Stronfield,¹³⁵ de paraguaios e contrabando de armas”. Composto por seis páginas e datado do dia 6 de fevereiro de 1969, esse relatório contém grande parte dos elementos contidos na nota, de nº 85, de 17 de junho de 1969, mencionada no parágrafo anterior e possivelmente serviu de fonte da informação. Diz o documento:

Há cinco meses, quando recrudesciam os atos de terrorismo e assaltos às organizações bancárias [...] propus-me a investigar [...] para tanto obtendo autorizações verbais de V. Sa. [Delegado Auxiliar da Quarta Divisão Policial, Mário Perez Fernandes] e de nosso ilustre Delegado Geral, Dr. José Renné Mota. [...]

- COMANDO DA LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLINA) [...]

- QUADRILHA DO MAJOR JANUS – Roubo – Subversão – Bombas Molotov [...]

Quadrilha de Paraguaios – Tráfico de Armas – Assaltos.

¹³⁴ Anexo 111.

¹³⁵ Ficha do DOPS-PR de Janus Stronfield no Anexo 58.

Não parei por aí [...] Assim é que descobri que um grupo de paraguaios, descontentes com seu país, rumou para Foz do Iguaçu, ali se organizando em quadrilha chefiada pelo brasileiro Ramiro Moura Pacheco,¹³⁶ com o escopo de realizar assaltos em bancos, com o propósito de angariar fundos para uma contrarrevolução em seu país de origem. E iniciou esse grupo suas atividades, no próprio estado do Paraná, onde assaltaram três bancos de Curitiba.

Acontece que a polícia daquele estado deitou a mão sobre alguns de seus integrantes. Fui lá e colhi todos os elementos possíveis a respeito dessa “gang” que é composta de:

[...]

4) Remigio Giménez ou (Restelho)

Nem todos foram presos, sendo que somente Ramiro Moura Pacheco, Osório Bueno, Manoel Ceferino Barrios e Olavo Ferreira Dias, estão recolhidos à prisão do Estado do Paraná.

Descobri, sobre alguns deles, o seguinte:

[...]

Na Eletro Rádio Braz e na Luzitana, firmas de São Paulo, estão empregados¹³⁷ alguns desses paraguaios, como por exemplo Remigio Giménez, Leocadio Valentim Morinigo Quimenez, Justo Pastor Gimenez e Vicente Castilho.

Toda esta quadrilha está traficando armas para o nosso território.

Do dinheiro proveniente dos assaltos, grande parte é enviada ao PARAGUAI [...]

- TERRORISMO E CONTRABANDO DE ARMAS [...]

Uma parte foi investigada e encaminhada aos setores competentes.

A outra creio que V. Sa. e o DR. RENÉ MOTA, darão o destino certo.”¹³⁸

136 Anexo 53, p. 8-10: A pasta temática de nº 792 nominada “Colina” do acervo do DOPS-PR contém recorte do jornal *Tribuna do Paraná*, edição nº 3.816, do dia 27 de agosto de 1969, que traz uma longa reportagem sobre Ramiro de Moura Pacheco, que contém parte significativa do conteúdo da carta-relatório do investigador policial de Angelino Moliterno e acrescenta que este policial, também conhecido como “Russinho”, havia chegado em Curitiba e era integrante do Esquadrão da Morte de São Paulo. Anexo 59: No último registro na ficha do DOPS-PR de Ramiro, datado de 16 de dezembro de 1969, consta: “O jornal *Tribuna do Paraná* publicou que o fichado foi morto a tiros no Paraguai, tendo sido enterrado em Foz do Iguaçu (PR)”.

137 Esta informação é o segundo registro de que Remigio Gimenez não só estava em São Paulo, como de fato trabalhava naquela cidade entre 1960 a 1969.

138 Anexo 54, p. 9-16.

Os elementos centrais desse relatório constam da informação nº 101-69-C.O.,¹³⁹ de 16 de outubro de 1969, emitida pela Delegacia Regional no Paraná e Santa Catarina do Departamento de Polícia Federal, sediada em Curitiba. A fonte de informação é o Centro de Informações do III Exército e é difundida para vários órgãos estaduais e federais desses estados. Dias depois, em 4 de novembro de 1969, o Serviço de Informações do Setor de Segurança da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina retransmite a mesma informação aos demais órgãos do sistema de repressão, ampliando o cerco.¹⁴⁰

O informe nº 2/1975, de 28 de abril de 1975, da “Asesoría General de Seguridad e Informaciones” da parte paraguaia da Itaipu Binacional (equivalente à Aesi que funcionava na parte brasileira da usina, tanto na fase de construção como nos primeiros anos de funcionamento) detalha informações sobre atividades de comunistas e reuniões que ocorreriam em Foz do Iguaçu, assessoradas por “Juan Remigio Giménez, ex-guerrilheiro, muito chegado à casa e que viaja constantemente a São Paulo e vice-versa”.¹⁴¹

CESAR CABRAL U OSCAR CABRAL con domicilio en FOZ DE YGUAZÚ [...] recibe visitas en forma periódica con vehículos con chapas de Brasilia y Sao Pablo; el citado fue secuestrado con Anibal Abatte, Alejandro Stumpfs y Rodolfo Mongelós.¹⁴²

Ainda que não seja seguro afirmar que Juan Remigio Giménez a que se refere o documento era o mesmo Giménez, fato é que César Cabral havia sido sequestrado pela repressão brasileira e alguns anos mais tarde foi testemunha do sequestro de Giménez.¹⁴³

139 Anexo 54, p. 5-8.

140 Anexo 53, p. 2-6.

141 Anexo 55, p. 2.

142 Anexo 55, p. 2. Ver também relato do caso Rodolfo Mongelós, Aníbal Abbate Soley, Alejandro Stumpfs e César Cabral neste relatório.

143 César Cabral é citado como um dos prisioneiros torturados no documento escrito por presas políticas da prisão de Ilha das Flores, intitulado “Declarações de mulheres prisioneiras mantidas na Ilha das Flores (RJ)”, do dia 8 de dezembro de 1969. O documento é assinado com o testemunho de: Marta Maria Klagsbrunn, Priscila Magalhães Bredariol, Martha Alvarez, Rosane Reznik, Vania Esmanhoto, Dorma Tereza de Oliveira, Victoria Pamplona Monteiro, Iná de Souza Medeiros, Marcia Savaget Fiani, Ilda Brandle Siegl, Maria Elodia de Alencar, Solange Maria Santana, Marta Cândida Gouveia, Marijane Vieira Lisboa e Ziléa Reznik. Ver texto integral neste capítulo na seção 1.3 sobre os objetivos do GT “Operação Condor”.

Além disso, Remigio era monitorado pelos órgãos de repressão brasileiros e paraguaios, como mostram os diversos documentos da época e a ele atribuíam diversas acusações de atividades subversivas e de terrorismo que supostamente ameaçavam as várias ditaduras do Cone Sul, o que evidenciava especial interesse em sua captura e eliminação. Próximo ao Natal de 1978, Remigio vai para Foz do Iguaçu e, no dia 17 de dezembro, é preso pela Polícia Federal Brasileira e entregue à repressão paraguaia no dia 19 de dezembro.

Em janeiro de 1979, o chefe do Terceiro Departamento de Investigações da Polícia da Capital, Assunção, Paraguai, oficializa termo de declaração de Remigio Giménez Gamarra.¹⁴⁴ O documento cita parcialmente os episódios que vitimaram Giménez no ano de 1959 e que resultou no massacre de vários companheiros, conforme relatado na carta de Remigio apresentada pela filha Domiciana na audiência pública de Foz do Iguaçu, agrega alguns elementos das acusações produzidas pela repressão brasileira e acrescenta outras próprias da repressão paraguaia. Essas acusações, obtidas segundo testemunho de Remigio na citada carta, sob intensas sessões de tortura, ignoram por completo o fato de que ele havia se radicado em solo brasileiro desde os dramáticos eventos ocorridos no massacre de 1959 e que permaneceu trabalhando em atividades braçais humildes, inclusive com carteira de trabalho registrada,¹⁴⁵ na cidade de São Paulo.

Em setembro de 1981, o diretor de Vigilância e Delitos, Aurelio Cáceres Spelt, do Departamento de Investigações da Polícia da Capital, Assunção, Paraguai, encaminha relatório “con el objeto de elevar a su conocimiento el resultado de un procedimiento efectuado sobre los delitos de asalto a mano armada, homicidio con fines de robo, tráfico y comercialización de drogas peligrosas, robo de autovehículos y contrabando, ocurridos en esta Capital e interior del país, siendo supuesto autor el sujeto Remigio Giménez Gamarra [...]”.¹⁴⁶

O caso Giménez sensibilizou brasileiros, paraguaios e mobilizou a comunidade internacional.¹⁴⁷ Ainda que não tenham conseguido evitar as torturas, o cárcere em condições sub-humanas, a manipulação de acusações e os processos judiciais,

144 Anexo 51, p. 7-14.

145 Anexo 51, p. 3.

146 Anexo 51, p. 4-6.

147 Vários jornais da época, como *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *La República*, e revistas, como *Veja* e outras, repercutiram o caso Remigio Giménez Gamarra, mobilizando a Anistia Internacional, religiosos e outras entidades. Anexo 51, p. 15-20; Anexo 56, p. 3-6; Anexo 56, p. 15-16.

acabaram por evitar sua execução. Ativistas como Jair Krischke forçaram a ditadura brasileira a se manifestar sobre o sequestro de Remigio em solo brasileiro.

Revestido de incoerências e omissivo em informações, o Departamento de Polícia Federal, por meio do seu Centro de Informações, sob pressão internacional, expediu o informe nº 136-01/V/1986-CI/DPF, datado do dia 29 de janeiro de 1986, difundido para a Agência Central do SNI, Centro de Informações do Exército e Marinha e para a Divisão de Segurança e Informação do Ministério das Relações Exteriores, no qual consta que:

1. REMIGIO GIMÉNEZ [...] chegou ao Brasil em 10 mar 61, registrado como Permanente, na Divisão de Estrangeiros e Passaportes/SSP/SP, sob o nº RNE 0889.887, em 11 dez 75.

2. Em 15 fev 74, foi indiciado no IPL nº 020/74/DPF/FI, como incurso no artigo 281 do CPB, tendo sido condenado pela 3ª Vara Federal, à pena de um ano de reclusa e multa de 50 vezes o maior salário mínimo, sentença prolatada em 22 jul 74, transitou em julgado em 08 ago 74.

2.1. Em 15 fev 75, foi posto em liberdade, por cumprimento da referida pena.

[...]

3.1. Em 31 jul 81, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) informou ao MJ que o nomeado fora preso pela Polícia paraguaia, no dia 17.12.78, na cidade de PORTO PRESIDENTE STROESSNER – PARAGUAI.

[...]

6. Em documento datado de 31 jul 81, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL informou ao MJ que “não são verdadeiras as alegações de que o Sr. Giménez tenha sido preso pela Polícia Federal ou que tenha sido entregue às autoridades paraguaias”.¹⁴⁸

Após o processo de reabertura democrática, Aluizio Palmar, em busca de informações sobre o que havia ocorrido com os companheiros vitimados na Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, consegue autorização para fazer busca de documentos no arquivo da repressão existente na unidade da Polícia Federal de Foz do Iguaçu.¹⁴⁹ Entre os documentos localizados, consta: “Info DPFFI 1505/ 74 –

148 Anexo 56, p. 7-8.

149 Aluizio Palmar relata, assim, experiência do contato com o arquivo: “Um mês após o Ministério da Justiça disponibilizar os arquivos da Polícia Federal à Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos, eu fui credenciado para pesquisar a papelada existente na Delegacia de Foz do

Extenso relatório sobre caso Remigio Giménez, que foi sequestrado no Brasil por agentes da ditadura do Paraguai e levado para Assunção, onde ficou preso por vários anos”.¹⁵⁰

Em outro documento localizado por Aluizio, consta que:

Remigio Giménez Gamarra [...] Em 1959 ingressou no Movimento 14 de Maio. No mês de outubro do mesmo ano entrou no Paraguai cruzando o Rio Paraná em bote como integrante do Movimento 14 de Maio, armado com fuzis e pistolas metralhadoras com abundantes cartuchos.

Em 17.12.78 foi preso em Ciudad del Este. Relatório do delegado José Bocomino é uma cópia de um texto expedido pela polícia política do Paraguai.¹⁵¹

Outros dois documentos¹⁵² produzidos pela repressão brasileira a partir das denúncias publicadas na imprensa nacional e internacional como forma de instrumentalizar o Ministério das Relações Exteriores de informações contra Remigio Giménez, sempre negando o envolvimento da Polícia Federal no sequestro de Remigio, procuram passar a ideia de que se tratava ora de um criminoso político no Paraguai, ora de um criminoso comum no Brasil.

Remigio, último preso político no Paraguai, é acusado pela repressão daquele país de cometer três homicídios e um assalto a banco nos anos 1960 e 1961, época em que morava e trabalhava em São Paulo. As contradições dessas acusações integram as diversas peças de defesa impetradas na justiça por Digno Britez, advogado do Comitê de Igrejas, que acompanhou a maior parte da prisão de Giménez.

Iguaçu. Durante dois meses revirei caixas e pastas A-Z vasculhando os mandados de prisão, informes, radiogramas, ofícios recebidos e expedidos, dossiês, relatórios e outros tipos de documentos produzidos pela burocracia policial. [...] Durante minha pesquisa no arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu eu esmiucei os quase vinte mil documentos ali existentes, buscando pistas que indicassem as circunstâncias das mortes dos desaparecidos políticos. [...] Apesar de não ter acessado todas as pastas e caixas contendo documentos, consegui, ao longo do período que trabalhei numa sala localizada no subsolo do antigo prédio da PF, tomar nota de vários acontecimentos para a construção da história das regiões oeste e sudoeste do Paraná” (Anexo 57, p. 1-2).

150 Anexo 57, p. 42.

151 Anexo 57, p. 84.

152 Documentos de nº 054728-86 e 001647, datado de 19 fev. 1986 (Anexo 56, p. 1-2) e informação número 058S/102-A10-CIE, datada de 25 fev. 1986, contendo anexo prontuário de Remigio Giménez Gamarra (Anexo 56, p. 10-14), produzido a partir de demanda do SNI expedida no telex nº 00409/421/AC, datado de 19 fev. 1986 (Anexo 56, p. 9).

De fato, os testemunhos colhidos são claros ao afirmar que Remigio Giménez Gamarra, camponês, trabalhador, integrante do Movimento 14 de Maio no ano de 1959 no Paraguai, tendo escapado de uma chacina naquele ano, buscou asilo em solo brasileiro. Obteve trabalho e residência fixa em São Paulo e lá permaneceu por muitos anos. Os testemunhos de sua detenção, na forma de sequestro no Brasil, e a sua entrega à polícia paraguaia, foi completamente irregular e dela decorreu um conjunto extenso e sistemático de violências de natureza física, legal e humanitária. Remigio ficou preso por onze anos, dos quais dois anos e oito meses permaneceu incomunicável, sem qualquer processo formal. Nesse período, foi submetido a diversas torturas.

Com efeito, não fosse verdadeira a afirmação de que a Polícia Federal brasileira sequestrou, prendeu e entregou à ditadura paraguaia Remigio Giménez, não seria menos grave se os sequestradores fossem policiais paraguaios atuando em solo brasileiro, haja vista a legislação internacional que trata de refugiados políticos (caso de Remigio)¹⁵³ e a legislação brasileira que regula as questões de territorialidade e jurisdição.

Além disso, causa estranheza que a ditadura brasileira concedesse visto permanente, como de fato o fez para Giménez, fosse ele elemento tão “perigoso” como a repressão informava. Causa maior estranheza ainda o fato de o governo brasileiro, especialmente por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, não haver exigido a libertação, ou ao menos a repatriação de Giménez, visto que, no momento de sua prisão, ele se encontrava sob a proteção das leis do solo brasileiro, limitando-se a produzir informações no intuito de negar envolvimento com o caso.

Em março de 1989, clandestinamente, em visita feita por Jair Krischke a Remigio na prisão, este gravou uma entrevista em áudio que foi trazida escondida, junto com o rolo de filme, ao Brasil. Graças a esse estratagema, a polícia não conseguiu apreender o material. A fita de áudio integra o acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Esses fatos foram relatados por Jair Krischke em audiência pública realizada pelo Grupo de Trabalho “Operação Condor”, nos dias 1º e 2 de setembro de 2014, nas instalações do Teatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

A foto e o áudio gravado por Jair serviram para desencadear as várias campanhas já citadas das igrejas e de organizações no Brasil e no exterior, que, somadas às greves de fome de Remigio na prisão, permitiram que o caso fosse denunciado à

153 Conforme registrado nos documentos de nº 054728-86 e 001647, datados de 19 fev. 1986 (Anexo 56, p. 1, 12 e 13).

Anistia Internacional. Último preso político no Paraguai, Remigio foi libertado em agosto de 1989.

Esse é tipicamente um caso pré-Operação Condor em que um estrangeiro é preso em solo brasileiro pela repressão brasileira e entregue à repressão de outro país sob falsas acusações para ser mantido sob tortura, em cárcere, por onze anos.

1.11.1 AGENTES DA REPRESSÃO BRASILEIRA ENVOLVIDOS

Agentes da Polícia Federal brasileira que o sequestraram em Foz do Iguaçu (PR) e o entregaram para a polícia paraguaia, em Ciudad Del Este, Paraguai.

1.11.2 RECOMENDAÇÕES

1. Que o órgão que venha a suceder a CEV-PR providencie a recuperação do referido arquivo de áudio tomado à época por Jair Krischke em entrevista no cárcere com Remigio, para registro de memória da Operação Condor no Paraná;
2. Que o órgão que venha a suceder a CEV-PR aprofunde as investigações para determinação de responsabilidades individualizadas de agentes e autoridades públicas brasileiras no caso;
3. Que este relatório seja enviado para apreciação da Comissão da Anistia, consideradas as provas e os documentos arrolados neste documento;
4. Remeter relatório e provas deste caso à Comissão da Verdade do Paraguai, ou equivalente, bem como às autoridades judiciárias e ligadas a direitos humanos daquele país, para conhecimento e providências de competência daquela nação.

1.12 ALUÍZIO FERREIRA PALMAR

Aluízio nasceu em maio de 1943, no estado do Rio de Janeiro. Casado com Eunice de Almeida,¹⁵⁴ teve quatro filhos: Florita, Andréa, Alexandre, Ana Luiza e Janaína de Almeida Palmar, os dois primeiros nascidos no exílio.

Integrante de uma família humilde, ingressou na militância na juventude, ao mesmo tempo que ia descobrindo o mundo e os sonhos, desvelando a política e as

¹⁵⁴ Certidão de casamento, anexa ao requerimento de anistia nº 2001.01.00330, de Aluízio Palmar (Anexo 60, p. 27).

adversidades de um país em que a maior parte da sociedade enfrentava imensas dificuldades no cotidiano:

Eu tinha 18 anos quando ingressei no Partidão, mas minha aprendizagem começou na adolescência. Antes de completar 15 anos, já havia lido *A Mãe*, de Górkki, algumas obras de Graciliano Ramos e também de Jorge Amado. Eu tomava os livros emprestados do doutor Cunha, um geólogo que pesquisava o solo rico de malacacheta de minha cidade natal, São Fidélis, norte do estado do Rio.

Meu primeiro contato com o marxismo aconteceu em 1958. Foi por intermédio de um grupo de operários calceteiros que pavimentava com paralelepípedos as ruas da cidade. Eles pertenciam a uma base do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da vizinha cidade de Campos. [...]

O péssimo serviço prestado pela empresa concessionária do transporte marítimo entre Niterói e Rio de Janeiro deu origem, em maio de 1959, a uma revolta popular de grande envergadura. O que havia começado como um protesto localizado acabou propagando-se por toda a cidade e assumindo um aspecto de insurreição. A manifestação começou pela manhã, atravessou a noite e o saldo foi a depredação da estação das barcas, intervenção militar, seis mortos e uma centena de feridos.

Eu participei ativamente da rebelião das barcas, que por sua vez teve uma grande influência em meu processo de conscientização. Durante a revolta popular, chamou minha atenção a atitude democrática e de solidariedade com a massa trabalhadora tomada pelo então governador fluminense Roberto Silveira, um dos mais influentes políticos do PTB.

[...]

Em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou, minha militância no movimento estudantil de Niterói era intensa. Mais uma vez a então capital do estado do Rio se mobilizou, dessa vez para defender a legalidade, ameaçada pela tentativa de impedir a posse de João Goulart. Esse fato impulsionou o movimento de massas e elevou o nível de consciência dos trabalhadores. Naqueles dias a trincheira de luta era no Sindicato dos Operários Navais, localizado no bairro de Barreto, e lá estávamos reunidos esperando as ordens do Comitê Central do Partido.

[...]

Nós não tínhamos dinheiro para sentar à mesa de bar, éramos trabalhadores assalariados, cheios de contas e vivendo num país devorado pela inflação.

[...]

Naquela altura do campeonato, não bastasse eu ainda morar em São Gonçalo, trabalhar no Rio e estudar em Niterói, já não viajava mais no sucateado trem da Leopoldina. Passei a andar de bonde, de ônibus e de trólebus, que era um ônibus elétrico; dependendo é lógico de quanto havia sobrado do salário minguado ou do que havia restado da férias na gaveta do armazém de papai. (PALMAR, 2005, p. 169-174)

Daquele ambiente conturbado, adveio o golpe de 1964. O livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos* (PALMAR, 2005), cujos trechos foram anteriormente citados, é em boa medida uma autobiografia e um testemunho daquele fatídico período e de décadas de militância e resistência, percorrendo fatos e eventos que atingiram muitos dos que ousaram se opor à ditadura brasileira e permite conhecer um pouco mais sobre vários daqueles que foram presos, torturados, desaparecidos ou mortos. Aluizio relata a experiência do golpe de 1964 da seguinte forma:

Em 1963 e 1964 o Brasil começava a pensar por si mesmo, a tomar consciência de seus problemas e de como resolvê-los por conta própria. Parecia que o país inteiro estava ficando mais inteligente. Em todos os cantos, nos botequins e salas de aula, nos papos da fila do ônibus, na saída do cinema, na praia, todo mundo tinha ideias novas, questionava e queria descobrir o que estava errado com o Brasil. As pessoas estavam conscientizando-se e acreditavam que as mudanças eram possíveis.

No dia 13 de março, mais de cem mil pessoas se concentraram no Comício da Central. O presidente João Goulart afirmou para a multidão que era chegada a hora das reformas e que as estruturas do país estavam ultrapassadas e não poderiam mais realizar o milagre da salvação nacional de milhões de brasileiros. Ainda no Comício Pró-Reformas de Base, Jango disse que “a maioria dos brasileiros não se conforma com a ordem social vigente, imperfeita, injusta e desumana”. Foi então que aconteceu o golpe militar patrocinado pelas elites econômicas e políticas brasileiras que viam no governo João Goulart

uma antessala para a instalação de um regime comunista no Brasil. Na exacerbação da luta de classes e paranoia da Guerra Fria, as propostas de reformas de base do governo foram atropeladas por tanques e fuzis, sob o aplauso entusiasmado de empresários, fazendeiros, grande parcela da Igreja Católica e da classe média. Ruas e praças foram ocupadas por tropas do Exército e os agentes policiais corriam de um lado para outro em busca dos perigosos agentes de Moscou, Pequim e Havana. Para evitar que eu fosse preso, meu pai me levou às escondidas para o sítio do tio Antônio, na Serra da Venturosa, em São Fidélis, interior do Estado do Rio. (PALMAR, 2007, p. 176)

Em outra passagem, Palmar relata:

Na véspera, ainda resistíamos nas ruas de Niterói. As notícias eram de mobilização de tropas em Minas Gerais e de manifesto golpista. Na tarde do dia 31 de março organizamos uma passeata e saímos em marcha pela Avenida Almirante Amaral Peixoto gritando palavras de ordem em defesa do governo João Goulart, da democracia e das reformas.

[...]

Na manhã seguinte, 1º de Abril, estávamos na sede do PCB no Edifício Ajax, atentos ao noticiário que informava sobre o avanço dos golpistas em todo o país, quando alguém exclamou, não sei se foi Afonsinho ou Miguel Batista: “Vamos resistir”! Foi então que eu peguei o Aquiles Reis pelo braço e pedi que me acompanhasse até São Gonçalo para despedir-me de meus pais e apanhar umas mudas de roupa.

Chegamos em casa por volta das onze horas da manhã. Mamãe estava na cozinha e quando ela nos viu diminuiu o volume do rádio, que, naquela altura dos acontecimentos, transmitia apenas marchas e dobrados militares. Tirou o avental e nos recebeu com beijos. Não foi nem preciso que eu revelasse o motivo de minha chegada, assim, sem mais nem menos. Sua intuição materna era suficiente para que ela percebesse o que estava acontecendo. Por isso não disse nada. Preparou o café com leite, destapou a manteigueira e ficou muda enquanto nos acompanhava até o portão. Beije-i-lhe a face molhada pelas lágrimas de seu pranto mudo e fui. (PALMAR, 2007, 167-168)

Naqueles tempos de juventude, Aluizio estudou ciências sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF) e, devido à sua militância revolucionária, não terminou o curso:

Em meados de 1968, tive que abandonar meus estudos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da UFF, por haver sido intimado a comparecer no Forte Rio Branco, em Niterói. Sabendo da prisão de outros colegas naquela guarnição da Marinha, me desloquei para o Paraná, onde fui preso em 04 de abril de 1969.¹⁵⁵

Fundador do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹⁵⁶ (o primeiro, de Niterói), em 1969 é preso e trocado junto com outros revolucionários pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Após sua libertação e seu banimento do país, passou a militar na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização em que militavam também as seis vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, caso relatado anteriormente. Com a anistia política de 1979, voltou ao Brasil e deu início à carreira jornalística em Foz do Iguaçu.

Documento oriundo da subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, datado de 1º de dezembro de 1997, relaciona os registros localizados à época nos arquivos da repressão a respeito de Aluizio Palmar, sob a guarda daquele órgão. O documento evidencia a extensão e a intensidade do monitoramento de Aluizio de 1969 até 1988, já em pleno processo de redemocratização do país:

Em conformidade com a Portaria nº 008, de 16 jan 96, da Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, [...] informo que nos arquivos em poder desta Subsecretaria há registros sobre fatos e situações com as seguintes indicações a respeito do requerente:

ALUÍZIO FERREIRA PALMAR [...]

Foi redator do semanário “Hoje Foz”; editor e redator do semanário “Nosso Tempo” em Foz do Iguaçu/PR; presidente da Comissão

155 Requerimento de anistia nº 2001.01.00330, de Aluizio Palmar (Anexo 60, p. 3, 8-10 e 71).

156 O MR-8 era uma organização política de ideologia marxista. Surgida em 1964 no meio universitário da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) foi depois rebatizada em memória ao dia em que Ernesto “Che” Guevara foi capturado, na Bolívia, em 8 de outubro de 1967.

Executiva Municipal do Partido Democrático Trabalhista de Foz do Iguaçu/PR (PDT/FI/PR); e membro do Diretório Regional do PDT/PR. Em 69, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado no Rio de Janeiro, para apurar atividades desenvolvidas pela organização subversiva denominada Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). No relatório do inquérito foram registrados os seguintes dados sobre o requerente: codinome “André”; foi um dos fundadores e dirigentes do movimento, pois tomou parte na Frente de Quadros; em mar 68, partiu para o sudoeste do Paraná a fim de fazer um levantamento topográfico da região e sobre as condições de vida de seus habitantes; e, comprou um sítio para servir de “aparelho” ao movimento. Em 29 set 69, o encarregado do inquérito concluiu que o requerente infringiu os arts. 21 e 23 do Decreto-Lei nº 314/67. Como os fatos apurados constituíam crimes de competência dos tribunais militares, remeteu os autos ao Chefe do Estado-Maior da Armada, a quem incumbia providenciar sobre a remessa à autoridade competente na forma do art. 117, § 2º, do CMJ.

Em 25 fev 69, foi intimado a comparecer no quartel do Forte Rio Branco, a fim de prestar declarações no caso em que era indiciado Lizi Benjamin Vieira. Não constam maiores dados sobre o assunto.

Em 07 abr 69, foi preso na 5ª Cia de Polícia do Exército,¹⁵⁷ por determinação do comandante da 5ª Região Militar, por estar indiciado em IPM. Em 28 maio 69, foi transferido para o 1º Distrito Naval no Rio de Janeiro.

Em maio 69, foi indiciado em IPM, mandado instaurar pelo Comandante da 5ª Região Militar (5ª RM) e 5ª Divisão de Infantaria (5ª DI), conforme portaria nº 119-AJ/4, de 11 BAR 69, para apurar atividades subversivas em Cascavel/PR e municípios adjacentes. No relatório do inquérito, verificou-se que no dia 04 abr 69 o requerente foi detido em Cascavel/PR, após um acidente de trânsito e que além de tentar usar um documento de identidade falso em nome de JOSÉ DE AUGUSTO LIMA, transportava vários livros e publicações de

157 A 5ª Cia de Polícia do Exército e o comando da 5ª Região Militar funcionavam em edificação do exército onde atualmente é a Praça Rui Barbosa, em Curitiba. Nesse local, muitos dos presos políticos foram torturados e mantidos incomunicáveis, sem direito à defesa ou a um advogado. Décadas mais tarde a edificação foi demolida e deu lugar a novo espaço da Prefeitura Municipal de Curitiba denominado “Rua da Cidadania”, onde funcionam serviços municipais, um mercado ambulante e estacionamento público.

caráter comunista, conforme constou do auto de apreensão. [...] Do exposto, o Encarregado do inquérito concluiu que o requerente fazia parte de um grupo organizado orientado por uma chamada “coordenação”, com elementos intermediários chamados “contatos” e com executantes, grupo cujo objetivo era o de implantar no país um regime comunista obedecendo a um planejamento que passava pelas fases de levantamento das possibilidades, da politização esquerdista e da insurreição armada. Em 09 maio 69, solicitou a decretação da prisão preventiva do requerente de acordo com a letra “b” do art. 149 do CJM. E como o fato apurado constituía crime da competência da justiça militar, remeteu os autos ao comandante da 5ª RM e 5ª DI, a quem incumbia solucionar e remeter à autoridade competente, na forma do § 2º do art. 17 do CJM. Em 23 maio 69, o comandante da 5ª RM e 5ª DI, verificou que o fato apurado constituía crime previsto no Decreto-Lei nº 314/67, modificado pelo Decreto-Lei nº 510/69, e determinou que os autos fossem remetidos ao auditor da Auditoria daquela Região Militar, para fins de direito de acordo com o art. 44 do Decreto-Lei nº 510/69. Em sessão de 22 maio 69, o Conselho Permanente de Justiça (CPJ) da Auditoria da 5ª RM, por unanimidade, decretou a prisão preventiva do requerente, a fim de que permanecesse preso à disposição do encarregado do IPM. Em 02 jun 69, foi denunciado no processo nº 127/70, na 5ª Circunscrição Judiciária Militar (5ª CJM), recebida em 06 jun 69. Pelo desaforamento nº 174, o Superior Tribunal Militar (STM) determinou a remessa dos autos para a 2ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, por haver conexão com o processo nº 70/69,¹⁵⁸ seguindo o processo o rito do antigo CJM, na forma do art. 711, Código de Processo Penal Militar (CPPM), com interrogatório ao final. Não encontrado o acusado, foi expedido edital de intimação, para o dia 13 mar 79.

158 O IPM 70/69 (Anexo 61), aberto no Rio de Janeiro pela 1ª Auditoria da Marinha, teve como encarregado do inquérito o militar Clemente José Monteiro Filho e investigava o MR-8. Foram denunciados na peça acusatória inicial de onze páginas, pelo procurador da Justiça Militar, João Vieira do Nascimento, trinta e três pessoas, entre elas Aluizio Ferreira Palmar, César Cabral e Luiz Fábio Campana. O processo atingiu mais de 8.400 páginas (9 volumes, 26 anexos, 3 apensos e um índice). Um segundo IPM, de número 600/71 (Anexo 62), foi aberto em Curitiba a partir de denúncia do procurador da Justiça Militar da 5ª CJM, Alceu Alves dos Santos. Ambos os processos integram o acervo do “Brasil Nunca Mais Digital” e estão disponíveis no seu repositório em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/>>. Luiz Fábio Campana foi ouvido pela CEV-PR em audiência pública realizada pela Comissão nos dias 29 e 30 de setembro de 2015 e seu testemunho está disponível no Anexo 5 do Capítulo 5 do volume 1 deste relatório.

Em 29 ago 70, foi condenado pela 2ª Auditoria da Marinha da 1ª CJM, no processo nº 70/69, à pena de 06 (seis) anos de prisão, como incurso no Decreto-Lei nº 510/69, tendo sido considerado o início da pena em 27 de maio 69.

Em jul 69, constou de relação de militantes presos pertencentes a Organização Político Militar (OPM), conhecida como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em nov 69, foi encaminhado ao Cenimar no Rio de Janeiro/GB, onde foi indiciado em novo IPM. Encontrava-se preso à disposição da justiça. Em 09 dez 69, constou de relação de presos políticos pertencentes ao MR-8 à disposição da 1ª Auditoria da Marinha, em fase de sumário de culpa e que se encontravam em greve de fome no presídio da Marinha. Em 70, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional elaborou exposição de motivos ao Presidente da República, relativamente a representação do presidente da extinta Comissão-Geral de Inquérito Policial Militar (CG/IPM), para suspensão dos direitos políticos do requerente, estudante no Paraná, nos termos do Decreto-Lei nº 459, de 10 fev 69. A Secretária-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsar a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelos demais Órgãos de Informações e ouvir o Conselho de Segurança Nacional (CSN), sugeriu, na conformidade do art. 5º do Ato Complementar nº 39, a suspensão dos direitos políticos do requerente pelo prazo de 10 (dez) anos, consoante disposição no art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 dez 68 (AI/5).

Em dez 70, constou de relação de presos considerados subversivos, recolhidos sob custódia na Superintendência do Sistema Penitenciário (Susipe) na Ilha Grande/RJ.

Ainda em dez 70, foi proposto para ser trocado pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado a 07 dez 70, no Rio de Janeiro/GB. Em declaração de próprio punho concordou com a indicação de seu nome, arcando com a consequente medida de banimento do país. Através do Ato Institucional nº 13, de 05 de set 69, Decreto nº 68.050, de 13 jan 71, foi banido do Território Nacional e expulso, na conformidade do art. 108 e seu § único, combinado com o art. 108 do Decreto nº 66.689, de 11 jun 70, em troca da liberdade do embaixador suíço no Brasil.

Constou de relação de brasileiros banidos que viajaram ao Chile em 14 jan 71.

Em 72 constou de relação de brasileiros que deixaram o Chile.

Em 01 jan 79, com a entrada em vigor da emenda Constitucional nº 11, de 17 out 78, o requerente deixou de ser considerado pessoa banida do Território Nacional.

Em ago 78, constou de relação de brasileiros refugiados na República da Argentina, com provável localização no município de Rafael Castillo/RA.

O jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 03 jan 79, publicou relação onde constou o nome do requerente como sendo um dos beneficiados com a revogação de banimento, determinado pelo Ato Complementar nº 64, de 05 set 69 e pelos Decretos nº 66.319/70, 66.761/70 e 68.050/71.

Em mar 79, fez parte de uma relação de ex-banidos, que tiveram seus processos ou condenações sobrestadas por força do banimento, revogado pelo Decreto nº 82.960, de 29 dez 78.

Em 19 jun 79, retornou ao Brasil, sendo integrado a equipe redatorial do semanário “Hoje Foz”, em Foz do Iguaçu/PR, onde passou a residir. Entre 02 e 03 fev 80, participou do Encontro dos Comitês Brasileiros pela Anistia da Região Sul, realizado em Curitiba/PR.

Em 22 fev 80, fez a segurança pessoal de Leonel Brizola, quando de sua chegada a Foz do Iguaçu/PR, para participar da reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro local.

Em 14 jul 80, representando a Comissão de Justiça e Paz de Foz do Iguaçu/PR, participou dos debates, conversações e reivindicações, nas proximidades do escritório regional da Itaipu em Santa Helena/PR, entre os agricultores residente na área do futuro lago da hidrelétrica e o Diretor Jurídico Adjunto da Itaipu Binacional.¹⁵⁹

Em out 80, estava a serviço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em Foz do Iguaçu/PR.

Em mar 81, participou de reunião do Partido Comunista Paraguaio, em Foz do Iguaçu/PR.

Em abr 81, editor e sócio-proprietário do semanário “Nosso Tempo”, de Foz do Iguaçu/PR, foi indiciado no inquérito policial nº 030/81/DPF/SR/PR, mandado instaurar pelo comandante a 5ª [inelegível]

159 Sobre os eventos que atingiram camponeses e indígenas no processo de construção da usina hidrelétrica de Itaipu-Binacional, Aluizio Ferreira Palmar foi ouvido em audiência pública realizada pela CEV-PR nos dias 29 e 30 de setembro de 2015.

com a finalidade de apurar responsabilidades quanto à veiculação no referido semanário, de artigos considerados ofensivos às Forças Armadas e autoridades constituídas, por infringência dos arts. 14 e 42, item V, da Lei nº 6.620/78. Em 15 jun 81, foi denunciado na Auditoria da 5ª CJM, com base no art. 14 da Lei nº 6.620/78, cujo processo tomou o nº 10/81-9. O Juiz-Auditor da 5ª CJM não aceitou a denúncia solicitada, alegando que a acusação omitiu elementos e requisitos indispensáveis à caracterização do delito. Da decisão do Juiz-Auditor, o Procurador Militar junto a 5ª CJM recorreu ao STM que, por unanimidade, determinou que a denúncia fosse aceita. Em 27 set 82, após interrogatório do acusado e audiência das testemunhas arroladas pelo Ministério Público Militar (MPM) e defesa, o requerente foi julgado e absolvido. Houve recurso para o STM. Em 28 abr 83, por maioria, foi mantida a absolvição do requerente, entretanto, houve embargo do MPM ao STM quanto à absolvição.

Em 23 set 81, como editor do semanário “Nosso Tempo” editado em Foz do Iguaçu/PR, foi acusado de contravenção penal, juntamente com outros, no Processo Contravencional nº 202/81, tipificado no art. 47 da Lei das Contravenções Penais, Decreto-Lei nº 3.688, de 03 out 41, instaurado pela Divisão de Polícia Federal de Foz do Iguaçu/PR. O requerente foi acusado de exercer no período entre abr e maio de 81, a profissão de jornalista, em desacordo com o Decreto-Lei nº 972/69, regulamentado pelo Decreto nº 83.284/79, segundo estava demonstrado nos autos de infração nº 22.837 e 22.843 lavrados, respectivamente, nos dias 27 e 30 abr 81, pela Delegacia Regional do Trabalho em Foz do Iguaçu/PR.

Em 24 nov 81, a Câmara Municipal de Cascavel/PR aprovou requerimento consignando voto de repúdio a denúncia proferida pelo procurador da Justiça Militar contra o requerente e outros jornalistas pertencentes ao quadro editorial do semanário “Nosso Tempo” de Foz do Iguaçu/PR, acusados de terem violado o art. 14 da LSN.

Em 82, constou de relação de candidatos à deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT/PR), às eleições de 15 nov 82, apoiados por organizações subversivas.

Em 25 jul 82, foi escolhido candidato à Câmara Federal nas eleições de 15 nov 82, através da Convenção Regional do PDT/PR, realizada em Curitiba/PR.

Em jan 83, era membro da Comissão de Justiça e PAZ (CJP) de Foz do Iguaçu/PR, reconduzido para o biênio 82/84.

Em 12 jun 83, esteve presente à reunião do Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Paraguaio, realizada no plenário da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR, tendo como objetivo discutir os problemas dos presos políticos daquele país.

Em out 83, escreveu um artigo no semanário “Nosso Tempo”, em defesa do presidente chileno Salvador Allende.

Em dez 83, era ligado ao Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Paraguaio.

Constou de relação de pessoas que no período entre 02 e 04 abr 84, visitaram Juvêncio Mazarollo na prisão.

A imprensa paraguaia publicou que o requerente, Deputado Estadual pelo PDT, iria presenciar um comício em comemoração ao 48º aniversário da Revolução de Fevereiro, organizado pelo Partido Revolucionário Febrerista (PRF) do Paraguai, numa praça pública de Assunção.

Entre 11 e 12 ago 84, secretariou uma reunião denominada “Jornada de Solidariedade ao Povo Paraguaio”, realizada no Colégio Agrícola Manoel Moreira Pena, de Foz do Iguaçu/PR, com a finalidade de protestar contra a ditadura paraguaia e emprestar solidariedade ao povo daquele país na luta pela democratização.

Em 85, era membro do Diretório Regional do PDT e presidente do Diretório Municipal daquele partido em Foz do Iguaçu/PR.

Em 17 mar 85, compôs a mesa diretora do I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Santa Terezinha do Itaipu/PR, cuja finalidade foi debater a situação do trabalhador sem-terra e a reforma agrária.

No período de 21 a 22 abr 85, durante a realização do I Encontro dos Estudantes Universitários do Oeste, em Foz do Iguaçu/PR, teceu críticas ao regime anterior, em decorrência da situação socioeconômica do país e, pelas negociações realizadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em 21 jul 85, na qualidade de membro do diretório regional do PDT de Foz do Iguaçu/PR, compôs a mesa dos trabalhos do I Encontro da Juventude Árabe-Palestina do Paraná, realizado no salão de Convenções Dona Leopoldina do D. Pedro Palace Hotel, em Foz do Iguaçu/PR.

Em 01 out 85, foi indicado candidato a vice-prefeito de Foz do Iguaçu/PR, às eleições de 15 novembro de 1985, pelo PDT/PR. Entretanto desistiu da candidatura.

Em 19 nov 85, esteve presente no ato público de lançamento oficial da Comissão Diretora Municipal Provisória (CDMP) de Foz do Iguaçu/PR do Partido Comunista Brasileiro (PCB), realizado na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

Entre 14 e 15 dez 85, participou do II Fórum das Juventudes Políticas do Cone Sul, promovido pela Juventude Estadual do PMDB, realizado em Foz do Iguaçu/PR.

Em 86, pertencia do Comitê Regional do MR-8 no Paraná.

Em 05 fev 86, foi coordenador de um debate sobre reforma agrária, promovido pela Coordenação Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores, realizado no Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC), em Curitiba/PR.

No período de 23 a 24 agosto de 1986, participou da mesa diretora do I Encontro de Dirigentes de Base, com lideranças camponesas do Departamento do Alto/Paraguai realizado em Foz do Iguaçu/PR.

Em mar 87, constou de relação de militantes, simpatizantes das facções comunistas e atividades de esquerda, infiltrados nos órgãos de comunicação social do Paraná.

Em 08 maio 88, foi escolhido membro do diretório regional do PDT, para o biênio 88/90, através da Convenção Regional do Partido, realizada em Curitiba/PR.

É o que se contém arquivado neste Órgão até a presente data.”¹⁶⁰

Isolamento, incomunicabilidade e tortura acompanharam Aluizio Ferreira Palmar em todas as vezes em que esteve preso nas mãos da repressão, sob a guarda e responsabilidade do Estado. Em 4 de abril de 1969 na cidade de Cascavel, após passar uma noite no pau de arara, recebendo choques elétricos e afogamento, foi enviado para o 1º Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu, onde continuou sendo torturado e, por fim, conduzido algemado na parte traseira de um veículo veraneio para a cidade de Curitiba. Na capital do estado do Paraná, passou por torturas na

Companhia da Polícia Exército, então situada na Praça Rui Barbosa¹⁶¹ e em diversas ocasiões na sede da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). O relatório da DOPS-PR, de 18 de novembro de 1970, “referente às detenções [...] do MR-8 [no Paraná]”,¹⁶² assinado pelo delegado Ozias Algauer, registrou as unidades que o prenderam e os locais onde ficou detido:

[...] detido pelo delegado de Polícia da 7ª Subdivisão Policial – Cascavel, naquela cidade, e conduzido a esta capital por elementos desta DOPS, ficando detido na 5ª Cia de Polícia do Exército, à disposição do Cenimar.¹⁶³

Contraditórios, os vários relatórios da DOPS-PR registravam informações diferentes, de acordo com a sua finalidade. Nos documentos destinados à comunidade de informações, passava a ideia de que os movimentos de resistência à ditadura haviam sido debelados, seus membros presos e punidos e os que estavam soltos não mais perseveravam no propósito de combater a ditadura.

Complementava que durante as detenções haviam logrado apreender materiais impressos subversivos e publicações comunistas. Já nos relatórios que instruíam os inquiridos, informavam que os presos, no ato da detenção, estavam fortemente armados, que pertenciam a grupos de terroristas muito bem organizados e de alta periculosidade e que alguns tinham reagido à prisão, o que justificava militantes feridos. Exemplos dessa contradição é o relatório de 8 de maio de 1969, do mesmo delegado Ozias Algauer:

Em relatórios anteriores esta DOPS informou que os Movimentos Estudantis estavam em fase de decadência, dadas as prisões e consequentes condenações dos seus líderes.

161 Refere-se ao Quartel da Polícia do Exército, que funcionava na Praça Rui Barbosa, em Curitiba (PR).

162 O relatório informa que haviam sido detidos no Paraná, além de Aluizio Ferreira Palmar, na cidade de Laranjeiras do Sul: Sebastião Medeiros Filho, Marco Antônio Faria de Medeiros, Antônio Rogério Garcia da Silveira e Joseph Bartholo Calvet. Em Curitiba, foram detidos Nielse Fernandes, João Manoel Fernandes, Maria Cândida de Souza Gouveia, Iná de Souza Medeiros e Milton Gaia Leite. Anexo 67, p. 1-4. Outro relatório, relativo ao ano de 1969, datado de 29 de dezembro do mesmo ano, inclui mais dois presos à lista: Ivens Marchetti do Monte Lima e Maria da Glória Leite. Anexo 68, p. 1-20. A prisão dessas pessoas, segundo relatório de 17 de julho de 1969, do delegado Ozias Algauer, foi uma operação, um “plano conjunto DOPS-RP-RFFSA/SET/SEG”, com a ajuda da 5ª CIA.

163 Anexo 67.

[...]

Também, no transcurso do mês findo, foi detido como GUERRILHEIRO E SUBVERSIVO o estudante: ALUÍZIO FERREIRA PALMAR, que, apesar de residente no Rio de Janeiro, exerce suas atividades no Paraná.

[...]

Em poder do mesmo, foram apreendidos diversos mapas referentes a várias áreas de terras – Zona Cascavel –, onde o mesmo fazia seus treinamentos juntamente com outros pertencentes ao grupo.

[...] a previsão é que continue como está, ou seja, quase inerte, ninguém querendo ser líder, face às penas que o Governo justamente as aplica, através dos órgãos competentes.¹⁶⁴

O relatório da DOPS, de 29 de dezembro de 1969, do mesmo delegado Ozias Algauer, especificamente sobre o MR-8, corroborava a mesma informação, dizendo que “[...] [a organização do MR-8] era composta de jovens, na maioria estudantes [...] vindo [a DOPS-PR] a desbaratar uma Organização já meio dispersa”.¹⁶⁵

No relatório de julho de 1969, o citado delegado informa o que fora apreendido com os detidos, não constando na lista armas e munições:

Foram arrecadados pouco mais de NCr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros novos) em dinheiro, alguns móveis, vários objetos de estimável valor, três veículos, sendo, uma Rural Wyllis e dois Volkswagen, além de farto material subversivo, que serviram para caracterizar os objetivos da Organização (materiais esses, em poder do Cenimar, mediante auto de apreensão feito por esta DOPS).¹⁶⁶

Não obstante, o relatório de 18 de novembro de 1970, também do delegado Ozias Algauer, portanto bem posterior a todos os outros citados, produzido para responder à imprensa que havia divulgado notícias sobre violências ocorridas durante as prisões de integrantes do MR-8 no Paraná, informa que, dos cinco detidos em Curitiba, três estariam armados e com grande estoque de munições, sendo que um teria reagido “à mão armada” e que os demais só não o fizeram porque a eficiência da ação policial não lhes permitiu.

164 Anexo 68, p. 8-9 e 11.

165 Idem, p. 1.

166 Idem, p. 6.

Neste relatório, há também insistente registro que todos teriam recebido “tratamento condigno, como é de praxe” e encerra afirmando que “torturas, e outros meios de se obter confissões, não foram usados por esta especializada, que em princípio, é contra tal prática”.¹⁶⁷

O jornalista gaúcho Políbio Braga, em seu livro *Ahú: diários de uma prisão política* (2004), relata as noites de terror em que Aluízio Palmar era tirado do Presídio do Ahú e levado para a tortura.

Com a queda do MR-8, a repressão identificou a real organização política de Palmar e ele foi mandado para o Rio de Janeiro, onde novas torturas lhe foram impingidas no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Presídio da Ilha das Cobras e na Base Naval da Ilha das Flores, até que após sua condenação foi cumprir pena no Presídio da Ilha Grande, estado do Rio de Janeiro.

No processo de apelação nº 38.495, uma das raras oportunidades em que os presos políticos eventualmente conseguiam registrar as torturas a que eram submetidos durante os interrogatórios, Aluízio conseguiu registrar sucintamente o que acontecia nas verdadeiras masmorras da repressão:

[...] que no dia 4 de abril de 1969 foi preso às 17 horas, na cidade de Cascavel; que dessas 17 horas até as 20 horas foi submetido a um brutal espancamento por parte de 20 homens, policiais da delegacia de Cascavel e jagunços [...] fiscais das companhias imobiliárias e que estão a serviço da polícia; que nesse espancamento aplicaram ao declarante, telefone, espancamento nos rins, no estômago até que o deixassem sangrando; que, após essas 20 horas, como já não fossem suficientes esses espancamentos o colocaram no famoso pau de arara e que ficou pendurado no pau de arara das 20 horas às 3 horas do dia seguinte; que foi preciso, inclusive, substituir um ferro que eles usam para pendurar porque o outro tinha amassado depois de tanto tempo em que o declarante estava pendurado; que enquanto estava no pau de arara continuaram os espancamentos e lhe aplicaram uma tortura chamada “caldo”, ou seja, afogamento, isto é, aplicação de água nas narinas e jato d’água no rosto e como isto não fosse suficiente ainda, colocaram um pano molhado em seu rosto e continuaram com os jatos d’água; que saiu desta tortura às 3 horas do dia 5 de abril de 1969; que

167 Anexo 68.

ficou paralítico durante quase uma hora após o suplício, ou seja, não sentia tato e não tinha controle dos órgãos motores; que as torturas continuaram no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, no DOPS de Curitiba, prosseguindo, então, com menor intensidade; que os responsáveis por essas torturas são representantes de uma mentalidade obscurantista, dr. Agostinho, delegado de Cascavel e policiais que só deram apelidos; que isso com a convivência da 5ª Região Militar foi instaurado Inquérito Policial Militar, ainda em abril de 1969, pelo comandante da 5ª Região Militar, para apurar a sua prisão e os motivos dela; que respondeu a este inquérito no Primeiro Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, sendo responsável pelo mesmo o capitão Gralha; que respondeu a este inquérito, em uma situação de total incomunicabilidade; que não podia fumar, receber visitas, ler jornal ou qualquer outra publicação e sem banho de sol; que ficou dois meses e meio incomunicável, setenta e cinco dias incomunicável, constantemente ameaçado de novas torturas, de fuzilamento e coação sob sua família; que, em maio de 1969, entre os dias 20 a 30 foi decretada a sua prisão preventiva pela Auditoria da 5ª Região e dias após veio transferido para a Ilha das Flores no Rio de Janeiro, indiciado como lhe disseram neste IPM sob a responsabilidade do capitão José Clemente; que ficou mais vinte e cinco dias incomunicável; que ficou trancado vinte e cinco dias num banheiro, sem ventilação, local onde teve três desmaios; que perguntava sempre ao encarregado do IPM o porquê de sua incomunicabilidade e o porquê de sua remoção para o Rio se já estava sub judice, com audiência de qualificação marcada para junho em Curitiba; que as suas perguntas ele respondia que fatos novos surgiram; que foi aberto outro IPM e que o Inquérito do Paraná seria anulado; que terminou o IPM e hoje se vê em situação ilegal, [...] que foi submetido a torturas brutais, dois meses e meio de isolamento, está há nove meses e meio preso, [...] ¹⁶⁸

Lamentavelmente, neste processo há intenso conjunto de denúncias de torturas de todas as maneiras – espancamento nos rins, no estômago, na cabeça e em outras partes do corpo, telefone, além de pau de arara, afogamento (também chamado

de “caldo”), ameaça de morte por fuzilamento, enforcamento, queda, ameaça de tortura de familiares, isolamento, incomunicabilidade e outras formas de violência de grande parte dos indiciados.

No quadro a seguir, estão relacionados os presos processados com Aluizio Palmar no processo nº 38.495. Note-se que, dos 21 acusados, 20 registraram severas torturas. Destes, um teve morte por queda, que foi sugerida como suicídio, possivelmente decorrente das condições da prisão (torturas), e, de outro, não há referências sobre a condição do preso.

Seq.	Nome do preso ¹⁶⁹	Situação em relação à tortura
1	Aluizio Ferreira Palmar	Torturado
2	Antônio Rogério Garcia Silveira	Torturado
3	Antônio Santos Nunes	Torturado
4	César Cabral	Torturado
5	Francisco das Chagas Cordeiro dos Santos	Torturado
6	Geraldo Galiza Rodrigues	Torturado
7	Hélio Gomes de Medeiros	Torturado
8	Herberto João Gonçalves Tavares	Torturado
9	Iná de Souza Medeiros	Torturada
10	Ivens Marchetti	Torturado
11	João Manoel Fernandes	Torturado
12	Jorge Medeiros Valle	Torturado
13	Joseph Bartholo Calvert	Torturado
14	Luiz Carlos de Souza	Torturado
15	Marcos Antônio Farias de Medeiros	Torturado
16	Martha Mota Lima Alvarez	Torturada
17	Mauro Fernandes de Souza	Não especificado
18	Rosane Reznik	Torturada
19	Rui Cardoso de Abreu Xavier	Torturado
20	Sebastião Medeiros Filho	Torturado
21	Reinaldo Silveira Pimenta	Morto

Em janeiro de 1971, Aluizio Palmar e outros 69 presos políticos foram trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil e enviado para o Chile. No país andino,

169 A lista com mais detalhes sobre as prisões consta no Anexo 69.

ficou um ano e meio se preparando para voltar ao Brasil e coordenando por um período a estrutura da VPR naquele país.

Vários documentos reforçam o intenso monitoramento¹⁷⁰ da repressão sobre Aluizio no Brasil e exterior. O informe nº 86/1974, de 16 de julho de 1974, oriundo do DOI-CODI do Rio de Janeiro, revela não só os movimentos de Aluizio, mas também o interesse dos militares no local de residência de sua família:

13. Que na volta ao Brasil o depoente esteve com a mulher de “Lucho” em Foz do Iguaçu; que a mulher era conhecida no local como “D. Flora” e era costureira; que o depoente entregou a “D. Flora” um bilhete fechado mandado por “Lucho” e acredita fazer “D. Flora” parte do esquema de entrada de elementos da VPR de volta ao Brasil; que a grosso modo o croqui para se localizar a casa de “D. Flora” é o seguinte [...].

14. que reconhece “Lucho” na fotografia de Aluizio Ferreira Palmar (“André”), banido do território nacional [...]; que Aluizio Ferreira Palmar (“Lucho”, “André”) era mais ligado a Onofre Pinto e de ter permanecido com ele [...]¹⁷¹

O informe nº 5/1972-IDN, do Setor de Segurança e Informações da 11ª Divisão da Rede Ferroviária Federal S.A, cuja sigla é identificada como “SETS/11ªDV/RFFSA” e difundido para “E2/5ª RM – DPF/DR/PR – SNI/ACT – 5ª DN – DOPS/PR”, é expressivo ao afirmar nas primeiras linhas a existência de um informante, entre tantos, que atuava fora do território brasileiro:

1 – ALUÍZIO FERREIRA PALMAR foi visto por informante em Assunção nos dias 10/2 e 13/2 p.passados.

2 – Segundo a mesma fonte, a esposa e filha do epigrafado já se radicaram em Foz do Iguaçu, enquanto ALUÍZIO estaria homiziado em Posadas ou em algum outro local da fronteira Argentina-Paraguai.

170 O monitoramento de brasileiros no exterior, com uso de agentes infiltrados e “cachorros”, aparece em inúmeros documentos que revelam o trânsito intenso e a cooperação estratégica entre as ditaduras do Cone Sul, tanto na fase anterior à Operação Condor como em plena operação. O “Capítulo 5 – A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior” e o “Capítulo 6 – Conexões internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor” do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) é especialmente revelador sobre como a repressão brasileira atuou contra seus nacionais em territórios estrangeiros. Disponível em: <<http://bit.ly/2pKqzfb>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

3 – Consta ainda que teriam eles desistido de algum antigo projeto de realizar curso superior na Dinamarca para que ALUÍZIO faça treinamento de guerrilhas no Chile.¹⁷²

Em junho de 1972, Aluízio Palmar saiu do Chile disfarçado, acompanhado pelo militante do Exército de Libertação da Bolívia, David Acebey Delgadillo, e ambos se instalaram na região de divisa entre Brasil e Argentina, fronteira Paraná, Santa Catarina e noroeste do Rio Grande do Sul.

O plano era organizar bases de adaptação e rotas de entrada no território brasileiro para os quadros da VPR que estavam no Chile e em Cuba.

Durante esse período de sua militância política, seus contatos no Paraná, todos coordenadores de grupos (José Carlos Mendes e Lauro Consentino, na região oeste do Paraná, Hatsuo Fukuda, em Curitiba, João Roberto Castro de Pinho, na região centro-norte do Paraná), estavam rigidamente estancados, sem contatos diretos entre si e sem contato direto com Aluízio, numa tentativa de evitar que a ditadura brasileira descobrisse quem eram e suas localizações.

Em janeiro de 1974, ano marcado pela intensificação das operações de caça aos comunistas, como a Operação Marumbi no Paraná, Barriga Verde em Santa Catarina etc., Aluízio Palmar foi a Buenos Aires, 1.200 quilômetros de distância de sua base operacional, para ter contato com João Roberto Castro Pinho. O assunto era a desmobilização completa da VPR. As organizações da resistência armada estavam “depondo armas” e seus militantes estavam desmobilizados.

Enquanto esperava o horário do encontro com o contato que atuava em Apucarana e cidades vizinhas, Aluízio saiu a passear pelo centro de Buenos Aires e casualmente viu, a distância, na esquina da Avenida Corrientes com a Rua Florida, Onofre Pinto conversando com o ex-sargento de Brigada Gaúcha, Alberi Vieira dos Santos.

Aluízio entrou em um café para não ser visto, mas poucos minutos depois apareceu Alberi, que tocou no seu ombro, e após as conversas de praxe, disse que tinha um esquema de entrada clandestina por Santo Antônio do Sudoeste, estado do Paraná, e uma forte base de apoio camponesa e militância instalada nas regiões oeste e sudoeste.

Alberi revelou que tinha conhecimento do trabalho que Palmar desenvolvia na região e o convidou para unir os dois trabalhos numa frente comum de luta.

172 Anexos 64 e 65.

Disse ainda que no projeto estava Onofre Pinto e outros quadros da VPR. Palmar marcou um encontro para mais tarde, à noite e saiu às pressas de volta para sua base operacional, onde ficou até ir para o Rio de Janeiro e aguardar a anistia política.

Esse episódio, relatado no caso da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, entrelaça os destinos de Aluizio e dos seis militantes da VPR em um desfecho trágico, do qual Aluizio escapou e que veio a transformar sua vida numa missão de busca pela verdade, traduzida em parte no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2005).

A morte de Aluizio chega a ser noticiada na imprensa. Os jornais do dia 30 de março de 1979, como o *Jornal do Brasil*, publicam matéria informando que Aluizio Palmar juntamente com Madre Maurina haviam sido absolvidos em IPM da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar e que Aluizio estaria morto ou desaparecido. Uma das chamadas, na *Folha de S.Paulo*, estampa: “Ex-banido morto é absolvido no Rio”.¹⁷³

1.12.1 AGENTES DA REPRESSÃO ENVOLVIDOS

Delegado de Polícia, Cascavel, 1969: Agostinho Cardoso Neto

2ª seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente Mário Espedito Ostrovski e Capitão Marion Joel Gralha

Agente da Polícia Federal, Curitiba (PR): Fábio Guttemberg

Capitão de Infantaria, Curitiba (PR): Aluizio Marques de Vasconcelos

Capitão de Corveta do Presídio de Ilha das Flores (RJ): Alfredo Magalhães

Chefe da DOPS, Curitiba (PR): Ozias Algauer

1.12.2 RECOMENDAÇÕES

Que este relatório seja enviado ao Ministério Público Federal para oferecimento de denúncia crime contra os militares relacionados a seguir (se ainda vivos) por formação de quadrilha, sequestro, tortura e tentativa de homicídio de Aluizio Ferreira Palmar:

Delegado de Polícia, Cascavel, 1969: Agostinho Cardoso Neto

2ª seção do 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu: tenente Mário Espedito Ostrovski e capitão Marion Joel Gralha

Agente da Polícia Federal, Curitiba (PR): Fábio Guttemberg

Capitão de Infantaria, Curitiba (PR): Aluizio Marques de Vasconcelos

Capitão de Corveta do Presídio de Ilha das Flores (RJ): Alfredo Magalhães

Chefe da DOPS, Curitiba(PR): Ozias Algauer

1.13 LILIANA INÉS GOLDEMBERG E EDUARDO GONZALO ESCABOSA

Liliana era integrante da organização peronista Montoneros e morreu em 2 de agosto de 1980 junto com seu companheiro Eduardo, ao tentar ingressar na Argentina por Foz do Iguaçu, de onde saíram por barco para a província de Misiones, Argentina. O caso ocorrido:

num sábado, 2 de Agosto de 1980, Liliane, de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de 30 anos, embarcaram na lancha Caju IV, pilotada por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como “Tatu”. Antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal. Cercados, Liliane e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana Argentina. Assim que perceberam que haviam caído numa cilada, Liliane e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida, abriram um saco plástico, tiraram os comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do Rio Iguaçu. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto. (PALMAR, 2013, p. 3)

Segundo a revista *Veja*, de 13 de agosto de 1980, “Tatu foi convocado à Capitania dos Portos de Foz do Iguaçu e à Prefectura Naval e aconselhado a esquecer o caso”.¹⁷⁴

A informação de nº 32/1980-SI/DPF/FI/PR,¹⁷⁵ do dia 26 de agosto de 1980, expedida pela Seção de Informações da Divisão de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, limita-se a registrar o evento fatídico, imiscuindo-se da devida investigação sob alegação de que o fato ocorrera fora da jurisdição do órgão, já no lado Argentino, ignorando o fato de que a embarcação era de bandeira brasileira.

¹⁷⁴ Anexo 112.

¹⁷⁵ Anexos 113a e 113b.

Foi interposto pela Procuradoria da República de Foz do Iguaçu, Inquérito Civil Público nº 1.25.003.005011/2013-54. Os nomes dos agentes repressores envolvidos no caso são desconhecidos.

1.13.1 RECOMENDAÇÃO

É necessário aprofundar as investigações deste caso em cooperação com a Argentina, uma vez que os registros e informações localizados até o momento foram insuficientes e inconclusivos.

1.14 EMBAIXADOR JOSÉ PINHEIRO JOBIM

No dia 5 de setembro de 2016, a CEV-PR, por meio do Grupo de Trabalho “Operação Condor”, ouviu o depoimento de Lygia Maria Collor Jobim, que reside no Rio de Janeiro, filha do falecido embaixador José Pinheiro Jobim, morto entre os dias 22 e 23 de março de 1979 na cidade do Rio de Janeiro.

Lygia relatou à CEV-PR que seu pai era diplomata de carreira do Itamaraty e, alguns meses antes do golpe de 1964, ele foi enviado à cidade de Assunção pelo presidente João Goulart, em missão especial, como ministro conselheiro, para iniciar negociações com o governo do ditador paraguaio Stroessner sobre a construção da usina hidrelétrica (UHE) de Itaipu.

Nessa ocasião, levava proposta do governo brasileiro para a aquisição das turbinas da UHE da Rússia, que detinha tecnologia e preço bem melhores que aqueles oferecidos pela empresa Siemens. O projeto de construção da usina, no governo João Goulart, previa até então a preservação das Sete Quedas. José Pinheiro escreveu um relatório sobre essa missão que, em razão da ocorrência do golpe naquele momento, acabou sendo entregue ao presidente Castelo Branco.

Após o golpe, seu pai foi chamado pelo Itamaraty para servir no Uruguai e monitorar os exilados políticos, especialmente João Goulart e Leonel Brizola, mas se negou a ir para esse trabalho, que foi passado ao embaixador Manoel Pio Corrêa. Seu pai foi então enviado para a Colômbia.

Já nos anos 1970, ainda que não envolvido no projeto da UHE de Itaipu, continuou a acompanhar as negociações, vindo a saber que o governo militar acabou negociando as turbinas com a empresa Siemens, por valor aproximadamente 10 vezes maior do que o preço apresentado pela Rússia, e que o embaixador Manoel Pio Corrêa, ligado ao golpe militar, tornara-se presidente da Siemens do Brasil, após se aposentar como embaixador. Nesse cargo de presidente da Siemens, foi o negociador das turbinas e equipamentos para a UHE de Itaipu.

José Jobim havia juntado muitos documentos sobre todo o caso da obra de Itaipu e o envolvimento do governo ditatorial em corrupção. Ele guardava esses documentos em uma mala em sua casa, pois pretendia escrever um livro de memórias, onde relataria o caso de Itaipu.

Entre 15 e 20 de março de 1979, permaneceu em Brasília para a posse do embaixador Saraiva Guerreiro como ministro das Relações Exteriores, ocasião em que comentou com o senador Gilberto Marinho, em um círculo de conhecidos, que possuía muitos documentos sobre a obra da UHE de Itaipu e tinha conhecimento da corrupção nessa obra, pretendendo escrever um livro sobre tudo o que sabia desse caso.

No dia 22 de março, já de volta à sua casa no Rio de Janeiro, saiu para comprar um blazer e ir ao Palácio do Governador, mas não retornou até a noite. Esse fato causou muita preocupação à família, que se pôs a buscá-lo entre amigos e parentes, sem sucesso. No dia seguinte, a pretexto de investigar, a casa de seus pais foi invadida por policiais da 9ª Delegacia do Catete e os familiares foram impedidos de sair. Sem localização ou notícia de seu pai, às 3h da madrugada do dia 24 de março de 1979, uma amiga de sua mãe lhe telefonou para dizer que ouvira uma notícia numa rádio que fora encontrado o corpo de José Jobim na praia da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Seu carro fora encontrado antes numa ribanceira no bairro Cosme Velho. No entanto, a família somente foi informada do fato às 7h da manhã daquele dia.

O corpo estava com uma corda em volta do pescoço, pendurado numa árvore, com os joelhos dobrados sobre uma pedra. Na autópsia feita, não foram encontrados sinais de asfixia por enforcamento, mas havia muitos sinais de torturas e mutilações por todo o corpo. O embaixador Manoel Pio Corrêa indicou o delegado Rui Dourado da 9ª Delegacia do Rio de Janeiro para investigar o caso. Ele era muito ligado ao embaixador Pio Corrêa, tendo inclusive o acompanhado quando este, em 1966, foi nomeado embaixador no Uruguai, com o objetivo de monitorar os exilados políticos que lá viviam e para montar o Centro de Informações do Exterior (Ciex), na embaixada brasileira.

O delegado Rui Dourado disse à família de José Jobim que a sua morte não foi por enforcamento, mas não deu mais detalhes e também não instaurou inquérito para investigar. Somente foi aberta sindicância policial e arquivada dias depois. Por mobilização e esforço da família, somente dois anos depois foi instaurado um inquérito policial que não produziu resultado algum.

A depoente Lygia teve informações de que duas testemunhas teriam visto seu pai ser sequestrado na frente de casa no dia 22 de março de 1979.

Surgiu também um bilhete escrito à máquina, que supostamente seu pai teria escrito à família e deixado numa farmácia. Mas não era a redação usual de seu pai.

Alguns anos após a morte de seu pai, resolveram abrir a mala em que ele guardara os documentos da UHE de Itaipu, com o propósito de entregá-los para a promotora Telma Musse Diuana, mas a mala estava vazia.

Nos dias que se seguiram à morte de seu pai, sempre havia policiais em volta da casa, a pretexto de dar proteção à família, e sua mãe recebeu várias ameaças de morte, que perduraram por longo tempo. Soube também que seu pai tinha recebido várias ameaças de morte.

Em 2015, quando foi gravar um vídeo intitulado *A quem interessa a escuridão*, para o Instituto João Goulart, a própria depoente recebeu ameaças, de um telefone oriundo de Curitiba.

Durante o governo estadual de Leonel Brizola, em 1983, este determinou a reabertura do caso e nomeou a promotora Telma Musse Diuana para acompanhar as investigações e a conclusão foi de homicídio, com “autor desconhecido”, sendo o inquérito arquivado em 1985. Atualmente, o caso se encontra no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro para novas investigações.

1.14.1 RECOMENDAÇÕES

1. Solicitar ao Grupo de Trabalho “Justiça de Transição” do Ministério Público Federal o aprofundamento das investigações do caso, incluindo-se a exumação do corpo do embaixador José Pinheiro Jobim para estudo forense e confrontação com o laudo da autópsia e demais registros e fotografias produzidos à época da sua morte, com o objetivo de determinar a eventual existência de sinais de tortura, a(s) causa(s) da morte, a circunstância em que ela ocorreu e eventuais autores envolvidos;
2. Solicitar ao Grupo de Trabalho “Justiça de Transição” do Ministério Público Federal investigar a denúncia feita à CEV-PR por Lygia Maria Collor Jobim de haver recebido ameaças de um telefone oriundo da cidade de Curitiba (PR);
3. Solicitar ao Grupo de Trabalho “Justiça de Transição” do Ministério Público Federal, que investigue a denúncia feita à época pelo embaixador José Pinheiro Jobim de corrupção e superfaturamento na compra das turbinas da usina de Itaipu.

1.15 RECOMENDAÇÕES GERAIS AO GRUPO DE TRABALHO “OPERAÇÃO CONDOR”

1. Requisitar toda a documentação existente nos ministérios de Relações Exteriores, ou seus equivalentes, relativos à ditadura no Brasil, em especial sobre a Operação Condor, nos seguintes Estados: Alemanha, Suíça, Vaticano, Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Argélia, França, Itália, China, Rússia e Estados Unidos da América;
2. Aprofundar as investigações sobre a Operação Condor no Continente Latino-americano, com a constituição de uma comissão da verdade do Cone Sul para tratar das violações de direitos humanos praticadas pelos regimes ditatoriais ocorridos na região naquele período;
3. Rescisão de todos os convênios para treinamentos de membros das Forças Armadas e polícias civil ou militar do Brasil, na Escola de Fort Benning – Columbus, na Geórgia, Estados Unidos –, e outros centros de treinamento existentes em diversos países, como Israel e Alemanha, nos quais há denúncias aos organismos internacionais de direitos humanos de que ocorrem práticas de violações aos direitos humanos;
4. Identificar e investigar todos os gastos e empréstimos internacionais realizados durante o regime ditatorial, para financiamento da repressão, em especial: as empresas nacionais e internacionais que colaboraram financeira ou materialmente com a repressão; em que condições foram feitas doações ou empréstimos dos milhões de dólares pelo governo brasileiro para a Argentina, ocorridos em 1975, como ação “entre amigos” da ditadura e quais os personagens e instituições públicas envolvidas. Este evento aconteceu por ocasião da vinda do ditador Pinochet ao Brasil, recebido com honras de chefe de Estado pelo Congresso Nacional, com exceção de alguns parlamentares opositores ao regime, caso do deputado federal baiano Francisco Pinto, cujo discurso corajoso lhe custou o mandato parlamentar consumado em ato de cassação assinado pelo ditador-general Ernesto Geisel;
5. Instalar um centro de memória na Tríplice Fronteira, em Foz do Iguaçu, para abrigar todo o acervo histórico relativo às graves violações de direitos humanos ocorridas na região;

6. Garantir o financiamento público de editais para áreas de pesquisa relacionadas à ditadura brasileira e no Cone Sul por agências de fomento (Capes, CNPq, Fundação Araucária e outras) para pesquisadores e instituições que se dediquem a investigar e realizar projetos que visem: aprofundar a investigação sobre o tema; tratamento e armazenamento adequados dos acervos históricos existentes ou que venham a ser descobertos; democratização e popularização do acesso à informação e ao conhecimento sobre o tema, com a constituição de uma base de dados nacional aberta para fins de pesquisa em todos os níveis de ensino; disponibilização de todos os acervos, as pesquisas, os relatórios e as bases de dados para acesso público e aberto em meios digitais, em especial na internet; produção de materiais didáticos e audiovisuais relacionados ao tema;
7. Implementar políticas públicas na educação federal, estadual e municipal para a elaboração de materiais didáticos e a inclusão nos currículos escolares, ampliando os enfoques pedagógicos, sobre direitos humanos e cidadania, incluindo o resgate histórico da memória, da verdade e da justiça, em especial sobre o período de que trata este relatório;
8. Pedido formal de desculpas do Estado brasileiro aos cidadãos brasileiros e de países latino-americanos pelas graves violações cometidas contra aqueles identificados como vítimas da repressão da Operação Condor.

Por fim, soa apropriada e bem atual a advertência do escritor uruguaio Eduardo Galeano, em comentários de capa na obra de Stella Calloni (1999):

¿Qué dimensión tuvo el mercado común de la muerte, en los años de mugre y miedo a las dictaduras militares? ¿Cuántos países abarcó, cuántas fronteras borró, cuántas vidas humanas mutiló o aniquiló? Y, ahora, en plena era de la globalización, ¿qué garantía tenemos contra el regreso del horror globalizado?

Hay que conocer lo que ocurrió, para que no vuelva a ocurrir. Para la buena salud de la democracia, que tanto invocan los presidentes en sus discursos, es imprescindible sacar al sol aquellos sucios secretos, guardados bajo siete llaves en los Estados Unidos y en nuestros países del sur.

Estas páginas abren puertas y revelan La punta Del iceberg.

REFERÊNCIAS

- AGEE, P. *Dentro da companhia: diário da CIA*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- ALMADA, M. *Paraguay, la cárcel olvidada: el país exiliado*. 14. ed. Asunción: Marben, 2013.
- ARAÚJO, M. A. A. et al. (Orgs.). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <<http://bit.ly/2p9514J>>. Acesso em: 7 fev. 2017.
- BASTOS, P. M. *A caixa-preta do golpe de 64: a república sindicalista que não houve*. Rio de Janeiro: Família Bastos, 2006.
- BRAGA, P. *Ahú: diários de uma prisão política*. 1. ed. Porto Alegre: Movimento XXI, 2004.
- BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 5 dez. 1995.
- BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014. 2v.
- CALLONI, S. *Los años del lobo: Operación Cóndor*. 1. ed. Buenos Aires: Continente, 1999.
- GONZÁLES, M. El rol de los medios en la Operación Colombo. Centro de Investigación Periodística, Santiago de Chile, 28 maio 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2qDroqa>>. Acesso em 9 fev. 2017.
- LARA, A. H. Ainda de tempos pioneiros. Diário Indústria & Comércio, Curitiba, 6 nov. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2pLdOCX>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- MILITARES da democracia: os militares que disseram não. Direção: Silvio Tendler. Produção: Ana Rosa Tendler. Locução: Eduardo Tornaghi. Brasília, DF: EBC, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1B00aH>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- PALMAR, A. Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor. *Documentos revelados*, Foz do Iguaçu, 7 maio 2013.
- PALMAR, A. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PETRIC, A. *Así sangraba la Argentina*. Buenos Aires: Depalma, 1980. (Coleção Humanismo y Terror).

SALLES, P. *Ninguém pode se calar*: depoimento na Comissão Nacional da Verdade. Goiânia: Kelps, 2014.

SEQUEIRA, C. D. O serviço secreto do Itamaraty. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 25 jul. 2007.

SODRÉ, N. W. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TORTURE in Brazil. *The New York Review of Books*, New York, 26 fev. 1970. Disponível em: <<http://bit.ly/2oQiBR8>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

URBAN, T. *1968: ditadura abaixo*. Curitiba: Arte Letra, 2008.

VALENTE, R. Célula anticomunista atuou no Brasil durante a ditadura. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2pauwbf>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

WILLIAM, W. O primeiro voo do Condor. *Revista Brasileiros*, São Paulo, 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2p1LVYk>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

**OUTRAS GRAVES
VIOLAÇÕES DE DIREITOS
HUMANOS**

Participaram deste capítulo:

Coordenadores

Ivete Maria Caribé da Rocha

Norton Nohama

Colaboradores

Aluizio Ferreira Palmar

Antonio Urban

Dimas Floriani

Isacir Mognon

Jair Krische

Milton Ivan Heller

Werner Fuchs

Assessoria técnica

Ana Lúcia Canetti

Derly de Fátima Movio dos Santos

Jaqueline Bertoni

2. OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os membros do Grupo de Trabalho “Operação Condor”, ao longo dos trabalhos de investigação, em razão de necessidades diversas, investigaram casos não relacionados ao seu objeto de pesquisa (envolvidos na Operação Condor) e que serão relatados a seguir.

2.2 SOLDADO JORGE BORGES

Jorge Borges, brasileiro, casado, ex-soldado do Exército, autônomo, residente em Foz do Iguaçu (PR). Em seu depoimento, relatou que foi soldado do exército nos anos 1970, servindo no Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu.

Durante os anos que serviu como soldado no Batalhão de Fronteiras, lá também serviam o ex-tenente Mario Ostrowski, Otávio Rainolfo e Júlio Cerdá, entre outros. Não concordava em fazer diligências com esses militares e, por isso, passou a sofrer perseguições, constantes castigos e prisões por desobediência. Outro fato que motivou mais perseguições foi a amizade que o depoente tinha com pessoas que os militares alegavam serem subversivas e pertencerem ao chamado “Grupo dos Onze”, apenas por pertencerem ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Era constantemente questionado pelos militares do batalhão por ter conversado com essas pessoas e era ameaçado de ser processado.

Acusado de ter furtado armas do batalhão, foi preso, respondeu processo e acabou saindo do Exército, uma vez que não suportava mais as perseguições e o ambiente pesado do local de trabalho.

Por ter sofrido acusação e processo por furto de arma, crime que não cometeu, nunca mais conseguiu emprego formal em empresas da cidade de Foz do Iguaçu após a saída do Exército, tendo passado a vida trabalhando sem carteira assinada e não alcançando sequer o sustento de sua família, que passou por muitas privações.

Sofreu muitas humilhações pela falsa acusação de furto, pois quando tentava algum trabalho formal, vinha sempre a negativa em razão do processo que respondeu, fato que foi alardeado na cidade de Foz do Iguaçu.

Embora o próprio Exército tenha descoberto onde se encontravam as armas que alegavam terem sido furtadas pelo depoente, jamais houve qualquer retratação. Muitos anos depois do ocorrido, o depoente soube que, na verdade, essa acusação foi feita para que deixasse o Exército, já que não compactuava com as atividades dos demais militares do Batalhão, que participavam das ações contra militantes e exilados em Foz do Iguaçu e na Tríplice Fronteira, e por ter amizades com pessoas consideradas subversivas.

2.2.1 RECOMENDAÇÃO

Encaminhar este relatório para a Comissão de Anistia para ser analisado e o que demais couber.

2.3 CLARICE VALENÇA

Clarice Valença foi ouvida na audiência pública realizada nas instalações da Universidade Estadual de Londrina (UEL), naquela cidade, no dia 7 de agosto de 2014.

Sua oitiva não havia sido inicialmente prevista, mas foi tomada a partir da solicitação da depoente e, depois de constatada a relevância do caso, foi investigado pelo Grupo de Trabalho “Operação Condor”.

Nascida no dia 18 de agosto de 1926,¹ Clarice Valença é filha de Antônio Ramos Valença Filho e Elvira Francisca Valença Emerick. A família se instalou na cidade de Londrina em 1936, onde vivem até os dias atuais.

Seu pai, comerciante, foi dono de um estabelecimento chamado “Pensão Fluminense”. Religioso, ajudou a fundar a Igreja Presbiteriana. Militou no PTB em Londrina, conforme registra sua carteira de filiação de 4 de abril de 1946, registrado sob nº 46,² tendo sido nominada uma rua de Londrina com seu nome, em sua homenagem.

Em 1947, com pouco mais de vinte anos de idade, Clarice passou a lecionar no Grupo Escolar Hugo Simas e, assim, iniciou a grande vocação de sua vida: o magistério. Dotada de bela voz de soprano, era muito requisitada para eventos cívicos, festas, principalmente cerimônias de casamento. Acabou estudando canto com o professor André Nuzzi, compositor do Hino de Londri-

1 Anexo 71.

2 Anexo 72.

na. Na escola que lecionava, dedicava-se ao canto orfeônico,³ cuidando de hinos, bandeiras, dramatizações, poesias etc. Isso demonstra que a jovem londrinense gozava de grande prestígio naquela sociedade, tanto pelas suas qualidades artísticas como pelo fato de ser professora, atividade muito reconhecida na época.

Em seu testemunho, Clarice informa que na época da ocorrência dos fatos relatados era militante do PTB, partido no qual exerceu liderança política, e se esforçava muito para superar as dificuldades da vida e sustentar os pais já idosos.

No final de 1970, estava em sala de aula, lecionando no Colégio José de Anchieta, em Londrina, quando de repente apareceram na sua sala quatro militares para conversar. Contudo, eles a algemaram já na conversa e deram voz de prisão. Clarice Valença saiu algemada da sala de aula.

Foi levada algemada em um jipe da polícia até sua casa para dar satisfação à família (por muita insistência dela) e depois levada ao Batalhão do Exército de Apucarana. Na época, tinha uma filha de criação com apenas 15 anos de idade. Seu pai tinha mais de 70 anos e sua mãe 68; sobreviviam apenas com o minguado rendimento da aposentadoria do pai, por isso Clarice era arrimo de família, de quem eles dependiam.

No Batalhão de Apucarana, foi mantida algemada em um beliche, com um soldado na cabeceira apontando uma metralhadora para sua cabeça, num cubículo que parecia um almoxarifado do exército.

Ficou dois meses nesse local sob luz acesa 24 horas por dia. Já havia perdido a visão do olho direito devido a uma catarata e, com a claridade e o calor da lâmpada, ficou com apenas 25% da acuidade visual do olho esquerdo com correção, conforme laudo oftalmológico datado de 5 de junho de 2001, emitido pela rede pública de saúde.⁴

3 “O canto orfeônico teve origem na França no Século XIX, e o termo orfeão veio a ser aplicado pela primeira vez no sentido de coro em 1883 por Bouquillon Wilhem, professor de canto nas escolas de Paris, onde a expressão referia-se a Orfeu, deus da música na mitologia grega. No Brasil a palavra orfeão veio para designar conjuntos vocais escolares, militares, de professores, operários, pessoas que interpretavam sem fins profissionais repertórios vocais acessíveis [...] De tal maneira, conclui-se quanto à história do C.O. que desde seus primórdios foi uma prática da massa, da coletividade, buscava organizar-se em espaços de maior concentração de pessoas, buscava leigos musicais, com intuito de tornar acessível a todos o contato com a música e com o canto, instrumento musical intrínseco das pessoas. A prática utilizava de um repertório acessível a seus praticantes, que, exclusivamente no método brasileiro diz respeito aos hinos pátrios, cantigas populares, cantos folclóricos, fazendo o elo assim com o culto a pátria e ao movimento nacionalista.” (FRANZ, [2013], p. 7-8)

4 Anexo 73.

Nos primeiros três dias de cárcere, não comeu nada, tinha medo de ser envenenada, pois sabia da violência do exército. Na prisão, foi torturada para confessar sobre coisas que não sabia, com sessões de afogamento em um tambor de lavagem (água suja misturada com restos de comida). Nesse período, os militares invadiram a casa de Clarice várias vezes à procura de provas.

No interrogatório, o militar do Batalhão de Apucarana queria saber os motivos de Clarice sair todas as noites e chegar em casa às duas horas da manhã e porque viajava tanto a Curitiba. Justificou que estudava na casa de amigas para um concurso do Estado para o magistério, conforme guia de recolhimento de inscrição emitida pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado do Paraná, carimbada com data de 21 de dezembro de 1973.⁵ Quanto às viagens constantes a Curitiba, justificou que estava fazendo curso de museologia, o qual duraria um ano. O delegado inquiridor confirmou que os fatos eram verdadeiros.

Após a comprovação desses fatos, foi acusada, com base em informação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, de ser a “loira amante de Marighella que havia sumido e que participara com ele de vários assaltos naquela cidade”. Clarice informou que não tinha ideia de quem era Marighella e que nunca tinha ido a São Paulo.

O militar que a interrogou exigiu que ela comprovasse que de fato estava apenas estudando e que não tinha relação nenhuma com a acusação do DOPS-SP. Para tanto, foi obrigada a demonstrar seus conhecimentos prestando concurso que estava sendo realizado em São Paulo para o cargo de agente da Polícia Federal.⁶ Ela se submeteu à exigência e foi aprovada com média 86. Apesar da insistência do militar que tentou cooptá-la para trabalhar para a repressão assumindo o cargo, recusou pois sua vocação era o magistério e a experiência com os militares havia sido muito ruim.

Foi liberada das acusações, contudo as sequelas sociais foram profundas, a ponto de a casa onde ela e os pais moravam haver sido até apedrejada por populares. Não sabe identificar o nome dos militares que a prenderam e a torturaram. Na prisão, viu vários outros presos, como Manoel Jacinto Correia, Arno Giesen, Geneci Guimarães, Flávio Ribeiro e Amadeu Felipe. Também conviveu com vários estudantes de Maringá que estavam presos.

5 Anexo 73.

6 Anexo 74: Ficha de inscrição de Clarice Valença, registrada sob nº E-0788, emitida em 20 de maio de 1972.

Sabe apenas o nome de um militar, tenente Antunes, que, diferentemente dos demais, ajudou a ela e sua família durante aquele período e que poderia dar testemunho dos fatos relatados.

O advogado Morita, presente à oitiva, foi aluno de Clarice Valença e confirmou os fatos relatados por ela. Informa também que foi professora do atual governador Carlos Alberto Richa.

De fato, embora Clarice desconhecesse até o momento de sua oitiva na Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban (CEV-PR), o DOPS-PR já a vinha monitorando desde 30 de março de 1954, conforme consta da ficha existente do arquivo do órgão, sob nº 45.070:

Em 30/3/54: a fichada, em companhia de outros elementos comunistas, assinaram [sic] um manifesto lançado à Nação, por ocasião da Convenção Estadual de Emancipação Nacional.⁷

Comum para o padrão de monitoramento de perseguidos políticos, seus pais também foram monitorados. Não é difícil perceber que esses apontamentos contribuíram para que os agentes da repressão em 1970 estabelecessem uma conexão antiga entre a família e o comunismo, a subversão e a resistência à ditadura.

A ficha do DOPS-PR de sua mãe, registrada com grafia de “Elvina Emerick Valença”, sob nº 45.072 e arquivada sob nº 45.972a, aberta na mesma data em que a de Clarice, contém exatamente o mesmo registro:

Em 30/3/54: a fichada, em companhia de outros elementos comunistas, assinaram [sic] um manifesto lançado à Nação, por ocasião da Convenção Estadual de Emancipação Nacional.⁸

A ficha do DOPS-PR de nº 45.068, de seu pai Antônio Ramos Valença, registra em 15 de março de 1956 o seguinte apontamento:

Em 15/3/56: o fichado, em companhia de outros elementos comunistas, assinou reportagem do jornal “A GAZETA DO NORTE, editado em

7 Anexo 75.

8 Anexo 77.

Londrina, o qual é a favor da ANISTIA AMPLA AOS PRESOS POLÍTICOS”.
(Jornal arquivado no prontuário nº 1919 de Flávio Ribeiro).⁹

Muito embora Clarice não tenha sido processada, muito menos condenada por quaisquer acusações resultantes da prisão em 1970, sua ficha no DOPS-PR condenou o futuro de sua carreira profissional. No mês de dezembro do ano de 1973,¹⁰ novamente em dezembro de 1974¹¹ e, por fim, em 1978,¹² portanto depois de sua prisão, Clarice solicitou certidão negativa de antecedentes para fins de posse em cargo no magistério e em todas as ocasiões lhe foi negada pelo delegado Ozias Algauer, conforme registrado nos apontamentos da ficha do DOPS-PR referente aos requerimentos de 19 de dezembro de 1973, de 16 de dezembro de 1974 e de 10 de abril de 1978.

As reiteradas negativas citadas impediram que Clarice Valença pudesse construir uma carreira como docente do quadro do magistério público no estado do Paraná, apesar de qualificada e aprovada em vários concursos, conforme já mencionado anteriormente. Com efeito, para o regime, alguém qualificado como a professora Clarice Valença, que pudesse ensinar às crianças brasileiras a pensar diferente do determinado pelo regime, a ver e a interpretar a realidade brasileira à luz da liberdade, era considerado uma ameaça à segurança nacional e banido do exercício profissional mais importante para a construção de uma sociedade livre, justa, soberana e desenvolvida: a docência.

A pedido do Grupo de Trabalho “Operação Condor”, o Arquivo Nacional localizou em seu acervo apenas uma informação¹³ a respeito de Lourival Bevenuto Antunes de Oliveira, na qual o nome Clarice Valença aparece de maneira imprecisa. Apesar de não conservar paralelo com a acusação a ela imposta, de toda forma registra seu monitoramento.

Seu irmão, Jair Ramos Valença, falecido, funcionário público federal do Instituto Brasileiro do Café (IBC), foi preso político e torturado já nos primeiros dias do golpe de 1964, quando era vereador em Mandaguari. Sua ficha do DOPS-PR de nº 45.075, registra o seguinte teor:

9 Anexo 76.

10 Anexo 78.

11 Anexo 79.

12 Anexo 80.

13 Anexo 81.

Em, 8/4/64: o fichado, por determinação do Exmo. Sr. Cel. Secretário de Segurança Pública do Estado, foi recolhido preso à Prisão Provisória do Ahú, por exercer atividades subversivas. (Of. nº 51/64, de Mandaguari).¹⁴

Clarice Valença foi anistiada política como vítima da ditadura militar pela Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos do estado do Paraná, Decreto nº 4721/1998 do Governo do Estado do Paraná, sob parecer nº 239. Essa condição não lhe restituiu os prejuízos decorrentes do impedimento à posse e ao exercício do magistério estadual, tampouco foram processados e punidos os militares que, por ação deliberada e injustificada, deram causa às sequelas de saúde irreversíveis em sua visão.

2.3.1 RECOMENDAÇÕES

1. Que os autos, os documentos e o arquivo em vídeo com o depoimento de Clarice Valença sejam encaminhados à Comissão de Anistia, em caráter de urgência, para análise naquela instância e o que demais couber;
2. Que os autos, os documentos e o arquivo em vídeo com o depoimento de Clarice Valença sejam encaminhados ao Ministério Público Federal para oferecimento de denúncia de crime contra o Chefe do Batalhão do Exército de Apucarana à época, caso ainda esteja vivo, por prisão ilegal, cárcere privado e tortura;
3. Que os autos, os documentos e o arquivo em vídeo com o depoimento de Clarice Valença sejam encaminhados ao Ministério Público Federal para oferecimento de denúncia contra o delegado do DOPS-PR à época, Ozias Algauer, caso ainda esteja vivo, pelo abuso de autoridade em prerrogativa de expedição de certidão negativa de antecedentes político-sociais para fins de posse em cargo no magistério, o que condenou Clarice Valença tanto ao impedimento do exercício profissional em carreira pública como a receber os benefícios e a aposentadoria decorrentes dessa condição.

14 Anexo 82.

2.4 TSUTOMU HIGASHI

O caso do professor Tsutomu Higashi é singular, embora lamentavelmente não seja único e nem um caso isolado. A leitura simplista e descontextualizada poderia sugerir que se trata de perseguição política pontual contra um professor da, à época, Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL).

Não obstante, a análise mais acurada e detida revela um conjunto de ações sistemáticas e organizadas que se traduziam em monitoramento, vigilância e repressão muito mais amplos na região norte do Paraná e que se instrumentalizaram com mais eficiência com a implantação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI), sediada na Reitoria da FUEL a partir do ano de 1974, por ato do reitor à época. A ação dessa assessoria, subordinada à reitoria da instituição, sob o comando de um civil, estabelece uma relação incomum e conveniente entre os interesses da ditadura e os daqueles que comandavam esse sistema (que, nesse caso, foi também de repressão) na região norte do Paraná, com reflexos amplos em outras regiões do estado.

Com efeito, os documentos existentes no acervo do DOPS-PR não deixam dúvidas de que foram monitorados e investigados milhares de civis, como também centenas de instituições da sociedade civil organizada, movimentos sociais e empresas, muitos sem qualquer relação com os movimentos de resistência ao regime de exceção, o que revela que os interesses que motivaram essas atividades eram muito diversos e evidentemente permitiam beneficiar setores e pessoas que dominavam o sistema de informações. Pelo menos centenas foram perseguidos, presos e torturados pelos órgãos de repressão a partir das informações produzidas por aquela ASI.

O acervo do DOPS-PR contém um conjunto de vinte pastas e milhares de páginas que são apenas uma parcela do que existia oriundo da ASI da FUEL. Os arquivos da própria assessoria certamente eram muito maiores e continham um arquivo individualizado de monitorados. Esse importantíssimo acervo, que não foi localizado até o momento e em parte se confunde com a própria documentação da universidade à época, precisa ser reconstituído para que seja possível à sociedade paranaense conhecer a extensão do que foi a repressão no norte do Paraná e suas consequências.

Nesse sentido, o caso Tsutomu Higashi é a ponta de um imenso iceberg e será relatado de forma ampla a seguir, permitindo o conhecimento, ainda que limitado, daquele ambiente e, ao mesmo tempo, inserindo-o no devido contexto sem o qual o caso não pode ser adequadamente entendido.

As imagens presentes nos anexos¹⁵ deste capítulo retratando a reunião do último dia de manifestações de estudantes realizada na Concha Acústica da FUEL, no dia 10 de junho de 1978, foram extraídas de Relatório Especial de Informações nº 3/1978-ASI/FUEL, do dia 16 de junho de 1978.

O relatório de 64 páginas foi produzido pela ASI da universidade e tratava do “movimento estudantil contra o regimento da FUEL”. O objetivo era relatar para a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Cultura (MEC) o conjunto de manifestações organizadas pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) que aconteceram entre os dias 5 e 10 de junho daquele ano. Extenso, o relatório contém nove anexos, inclui várias fotos para identificação dos manifestantes e identifica o capitão da Polícia Militar (PM) Aparecido Rodrigues como “responsável pela segurança interna da FUEL”.¹⁶

2.4.1 ANTECEDENTES

Mesmo antes do golpe de 1964, a região norte do Paraná se sobressaía em razão de uma militância aguerrida, ligada em grande parte ao Partido Comunista e que, a partir do golpe, passa a ser foco de intensa resistência e por isso considerada pelo regime militar como um problema. A cidade de Londrina, um dos principais centros da região, era conhecida pelo regime como “Londrina Resistente” em alusão à posição política de muitos de seus moradores.

Vários registros da polícia nas fichas dos perseguidos políticos, como a de Manoel Jacinto Correia,¹⁷ datam da década de 1940, revelando que aquela região há muito tempo era de interesse e de perseguição política.

Uma das muitas referências à prática sistemática de perseguição e violação de direitos humanos do regime militar é o inquérito policial militar (IPM) nº 616 e respectiva apelação nº 39.984,¹⁸ datados do início da década de 1970 e que compõem parte dos diversos inquéritos que integram o que ficou conhecido como “IPM Norte do Paraná”, cuja missão foi investigar os fatos relacionados e punir os envolvidos, nesse caso específico, ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas que também abordou a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Esse IPM, de partida, denunciou 30 pessoas:

15 Anexos 83a e 83b.

16 O citado relatório é parte integrante da pasta do DOPS-PR nº 1665, identificada como “FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina 1978”. Anexo 98, p. 1, 121, 127, 156 e 169.

17 Ficha e pasta do DOPS-PR de Manoel Jacinto Correia no Anexo 96.

18 Parte do IPM nº 616 e respectiva apelação nº 39.984 no Anexo 83.

1. Ademir Joel Cardoso
2. Alberto Vinicius Melo do Nascimento
3. Arnaldo Agenor Bertone
4. Arno Andreas Giesen
5. Beluce Belucci
6. Cétimio Vieira Zagabria
7. Deisi Deffune
8. Deonísia Zimowski
9. Diva Ribeiro Lima
10. Edmilson Jacinto Correia
11. Elinor Mendes Brito
12. Elizabete Suga
13. Elza Pereira Correia¹⁹
14. Galdino Moisés De Oliveira
15. Henrique Roberti Sobrinho
16. Hilaria Zimovski
17. José Aparecido Sforni
18. Juvêncio Batista dos Santos
19. Laércio de Figueiredo Souto Maior²⁰
20. Licínio Lima
21. Manoel Jacinto Correia
22. Maurício Paredes Saraiva
23. Norival Trautwein
24. Pedro Amâncio da Silva
25. Pedro da Silva Polon
26. Ramires Moacir Pozza
27. Ruth Ribeiro de Lima
28. Sirley Batista
29. Tadeu Moacir Lima
30. José Tarcísio Pires Trindade

19 Elza Pereira Correia foi ouvida em audiência pública realizada em Londrina, no dia 7 de agosto de 2014. O arquivo em vídeo com os seus testemunhos está disponível no link: <<http://bit.ly/2siqjQJ>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

20 Laércio de Figueiredo Souto Maior foi ouvido pela CEV-PR e o arquivo em vídeo com o seu testemunho está disponível no link: <<http://bit.ly/2ssyHlC>>. Acesso em: 4 out. 2016.

Na cidade de Apucarana, funcionava o Batalhão do Exército, cuja área de abrangência alcançava toda a região, incluindo Londrina. Segundo relatos de vítimas coletados pela CEV-PR e documentos recuperados, o batalhão atuava na repressão política com extrema violência e inclusive torturas, como foi o caso de Clarice Valença, anteriormente relatado. Docentes e alunos da FUEL foram mantidos presos nesse batalhão.

Nesse ambiente externo hostil da ditadura, a FUEL, criada em 1970, na gestão de seu primeiro reitor, Ascêncio Garcia Lopes,²¹ nomeado pelo então governador Paulo Pimentel, experimenta um ambiente interno promissor e de entusiasmo. O reitor Ascêncio relata que naquele ambiente institucional de crescimento acadêmico e científico, em que prevalecia um clima de liberdade e democracia institucional, não havia manifestações públicas dentro da universidade contra a ditadura, contudo individualmente havia professores que tinham posições contra o regime, inclusive dentro de sua equipe de gestão.

Nessa época, foi criado o DCE, totalmente autônomo, com sede própria e eleições diretas. Ascêncio relata que na sua gestão os estudantes eram muito ativos e tinham um jornal chamado *Poeira*, que progressivamente foi assumindo importante papel político de resistência como meio de comunicação dentro e fora da universidade, por isso sofreu fortes reações repressivas por parte do regime. A CEV-PR ouviu, em Curitiba, o testemunho do jornalista Marcelo Eiji Oikawa²² que foi estudante na FUEL e participou intensamente desse jornal e dos movimentos de resistência contra a ditadura que se instalaram na instituição a partir do mandato do segundo reitor.

Com o intuito de dar transparência à gestão da universidade, Ascêncio criou um boletim mensal, distribuído para toda a comunidade interna, no qual constavam todos os atos e acontecimentos da administração da universidade. A partir da gestão seguinte, do reitor Oscar Alves, o boletim deixou de ser publicado.

As portas da reitoria, segundo relata Ascêncio, estavam sempre abertas e qualquer pessoa podia falar com o reitor para reclamar do que quer que fosse, o que não era incomum visto que se tratava de uma universidade que estava iniciando,

21 Ascêncio Garcia Lopes foi o primeiro reitor da FUEL. Sua gestão, responsável pela criação da universidade a partir da fusão de unidades isoladas, foi de 1970 a 1974. Ouvido na audiência pública realizada em Londrina, no dia 8 de agosto de 2014. Nos Anexos 85, 86 e 87 deste capítulo constam a respectiva ficha do DOPS-PR e demais documentos.

22 O testemunho de Marcelo Eiji Oikawa foi gravado em vídeo e se encontra disponível no link: <<http://bit.ly/2sPaZmw>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

na qual faltava muita coisa e se ressentia da falta de apoio governamental às suas demandas, sempre muito frequentes.

Relata que no propósito de crescimento institucional e da neutralidade política haviam conseguido algum distanciamento em relação à ditadura e nunca haviam sido procurados para quase nada. Não obstante, tiveram professores que desapareciam por dias, levados pela repressão, a exemplo do professor Nelson Rodrigues dos Santos,²³ que à época era secretário-geral do reitor Ascêncio. Nelson²⁴ era referência nacional e internacional, com conhecimento e posições à frente de sua época, e lutava pelo melhor para a universidade e para a comunidade.

Quando ocorreu a mudança de governo, em 1974, o governador de então pediu ao reitor Ascêncio que entregasse o cargo. Ele negou sob o argumento de que havia sido eleito e, portanto, tinha um mandato a cumprir e o faria até o fim.

Na gestão de sua reitoria, os professores da FUEL eram contratados por concurso de âmbito nacional. Entre eles foram contratados para a disciplina de

23 Uma das prisões do professor Nelson Rodrigues dos Santos levou estudantes da FUEL a intercederem em seu favor junto ao então presidente Geisel, do ministro da Justiça Armando Falcão e do ministro da Educação Ney Braga. Diz trecho do telegrama parcialmente publicado em matéria do jornal *Folha de Londrina*: “A prisão injustificada do eminente professor e cientista Nelson Rodrigues dos Santos, no último dia 11, está provocando um clima de intranquilidade na universidade e na comunidade londrinense, com reflexos nas atividades escolares. Preocupados com a sorte do professor e para que o fato não tome maiores dimensões e prejuízos, solicitamos sua intercessão e providências. Comemoraremos condignamente o Dia do Professor, defendendo os Direitos Humanos. Na vigília, subscrevemo-nos.”

24 Contratado nos primeiros dias do ano de 1970 para a disciplina de Higiene, Medicina Preventiva e Medicina do Trabalho, em regime de dedicação exclusiva, o professor Nelson Rodrigues dos Santos é um dos diversos docentes oriundos de São Paulo, onde era intensamente perseguido pela repressão. Em 1973, foi nomeado pelo reitor Ascêncio Garcia Lopes para o cargo de diretor do Centro de Ciências da Saúde. No campo da medicina comunitária, passou a prestar assistência técnica e consultoria para a Organização Pan-Americana da Saúde, ligada à Organização Mundial da Saúde, inclusive na coordenação da Secretaria Técnica do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), o que lhe rendeu diversas perseguições dentro da FUEL após o término da gestão do reitor Ascêncio, a partir de 1975. Foi repreendido formalmente pela Portaria nº 10.355/1978 que culminou com sua demissão (oficialmente a pedido) por meio da Portaria nº 10.500/1978. Em carta endereçada ao chefe do Departamento Materno Infantil e Saúde Comunitária, na qual formaliza seu pedido de demissão, ele registra da seguinte maneira aquele momento: “[...] continuamos com imensa vontade de retornar à UEL, retorno este que não ocorre no momento devido a infeliz deslize da política administrativa e técnico-normativa desta Universidade.” (Anexo 83, p. 51). A ficha do DOPS-PR de nº 37.846, dedicada ao professor Nelson Rodrigues, contém diversos registros informados pela universidade, nas quais o professor é acusado de cometer irregularidades dentro da instituição, subversão, sabotagem, ser esquerdista e comunista. Registra ainda prisões a que foi submetido no Paraná e sua mudança para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Estranhamente, consta na sua pasta individual no DOPS-PR que a FUEL mandou instaurar inquérito policial contra Nelson Rodrigues e outra punição funcional, informações que não existem em sua pasta funcional na universidade (Anexo 84).

parasitologia dois professores que haviam sido cassados pelo regime militar e retornado para São Paulo após exílio no exterior: Erney Camargo e Luís Rey.

Questionado à época, alegou que os contratos eram acadêmicos e que suas ideologias não seriam “colocada à mesa”. De fato, um relatório de meados de 1975 enviado pela FUEL ao DOPS-PR²⁵ registrava 57 docentes oriundos de São Paulo em atividade na FUEL, dos quais 31 em atividade no Centro de Ciências da Saúde. No total, eram 78 docentes provenientes de outras regiões do país, vários eram perseguidos pela ditadura nos seus estados de origem. Aproximadamente 20 eram originários da Universidade de São Paulo (USP). Dotados de grande conhecimento, foram trazidos pelo reitor Ascêncio para trabalhar e ajudar a transformar o curso de Medicina da FUEL em um dos melhores do Brasil. O departamento de parasitologia, por exemplo, foi montado pelo professor Samuel Barnsley Pessoa,²⁶ comunista assumido da USP. Convidou também o professor Hélio Lourenço de Oliveira,²⁷ também perseguido pelo regime, para vir para a universidade e a professora Nitis Jacon de Araújo Moreira, ouvida pela CEV-PR na audiência pública de Apucarana e cujo esposo, Abelardo de Araújo Moreira, médico e dono de hospital, atuou com ela de maneira especialmente importante no auxílio humanitário, material,

25 Disponível em: <<http://bit.ly/2umijUf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

26 “Um dos maiores cientistas que o mundo já teve nas áreas da Saúde Pública e da Parasitologia foi um médico brasileiro. Seu nome Samuel Pessoa. Autor de mais de 300 trabalhos científicos, ele foi um dedicado pioneiro nos estudos epidemiológicos das doenças endêmicas das comunidades rurais brasileiras.” A respeito da biografia acadêmica, científica e política de Samuel Pessoa e de sua passagem por Londrina, ver Anexo 108, do qual foi extraído o trecho citado, bem como o Anexo 107.

27 “Hélio Lourenço de Oliveira (Porto Ferreira, 9 de julho de 1917 – Ribeirão Preto, 14 de março de 1985) foi médico, professor e pesquisador brasileiro. Hélio Lourenço de Oliveira foi professor de clínica médica da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP – USP) e decano da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. Entrou para a Escola Médica da USP em 1934, se formando em 1940. Como bolsista do Pan-American Sanitary Bureau, esteve nos Estados Unidos entre 1941 e 1942, estagiando na Escola Médica da Universidade de Nova York. Sua especialidade era a nefrologia. Eleito vice-reitor da USP, foi reitor em exercício de 1967 a 1969, quando o reitor Luís Antônio da Gama e Silva se afastara do cargo para assumir o Ministério da Justiça do general Costa e Silva. Foi cassado do cargo por iniciativa do próprio prof. Gama e Silva, em um decreto direcionado a USP que demitiu Hélio e mais 23 professores. Quando terminou o Regime Militar no Brasil, foi alvo de desagravo por parte da universidade e da reitoria, que incluiu seu quadro na galeria de reitores da USP. Foi forçado a se exilar do país com parte de sua família ao final da década de 1960. Neste período, até 1972, trabalhou em Alexandria como conselheiro da Organização Mundial de Saúde, após ter sido membro de missão da Unesco, na Síria, encarregada de assistir na reforma e desenvolvimento do ensino superior no país. Retornou ao Brasil, onde seguiu com sua carreira médica. Em julho de 1980 é reintegrado à USP. Em 1983 foi eleito diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e no ano seguinte pró-reitor da USP. Seu nome foi dado a uma escola e uma unidade de saúde em Ribeirão Preto”. Disponível em: <<http://bit.ly/2qnPJ3r>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

financeiro e de saúde para aqueles que eram perseguidos políticos e seus familiares (muitas vezes enfermos ou feridos), muitos em fuga, inclusive para o exílio.

O professor Baldy se refere a esse período em documento entregue à CEV-PR, como parte integrante de seu testemunho, do qual se extrai a seguinte referência:

Em plena ditadura militar, o dr. Ascêncio admitiu como docentes da UEL vários professores que tinham sido cassados no primeiro momento de atuação arbitrária do golpe militar de 1964, entre os quais, no Curso de Medicina, os Professores Doutores Samuel Pessoa e Luiz Rey. Nunca exigiu o famigerado “Atestado de Bons Antecedentes (políticos)” dos professores da UEL contratados durante o seu mandato.²⁸

Ainda sobre o relatório mencionado, constata-se que se trata possivelmente da relação completa dos docentes da universidade por departamento, nome de pai e mãe, data de admissão e cidade de origem.²⁹ A relação foi elaborada pela Coordenadoria de Assuntos Educacionais e enviada ao DOPS-PR, o que evidencia com maior ênfase que o regime estava especialmente interessado em identificar todo o quadro docente da universidade e suas origens. Nesse relatório, estão registrados os seguintes quantitativos de docentes oriundos de outros estados e países:

- Alagoas: 1
- Bahia: 1
- Brasília: 4
- Estados Unidos: 2
- Guanabara: 1
- Minas Gerais: 1
- Pernambuco: 3
- Rio de Janeiro: 5
- Rio Grande do Sul: 3
- São Paulo: 57 (destes, 31 eram do Centro de Ciências da Saúde)

28 Trecho extraído do testemunho de José Luís da Silveira Baldy, professor titular aposentado (1971-2008) do Departamento de Clínica Médica do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina, Paraná (Anexo 87, p. 2).

29 Disponível em: <<http://bit.ly/2hH4ca8>>. Ver também <<http://bit.ly/2vfRTpN>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

Faltando três meses para acabar o seu mandato de reitor, Ascêncio recebeu um ofício do então ministro da Educação, Ney Braga,³⁰ determinando que instituisse um sistema de inteligência, uma ASI para vigiar a comunidade. Negou-se a cumprir a determinação e engavetou a ordem. Soube mais tarde que o reitor que o sucedeu, Oscar Alves (genro do ministro), criou o referido sistema de inteligência que passou a ser chamado pelos estudantes de “Swat” e foi comandado no início pelo sargento Raul Silva.

Ascêncio nunca soube que fora fichado pelo DOPS-PR e que, por ironia, havia sido monitorado pela própria universidade que ele criou. A sua ficha no DOPS-PR, de nº 31.789 e nº 22.099³¹ (segundo número registrado à mão), foi aberta em 13 de abril de 1977, portanto após o término de sua gestão como reitor, sendo que a maior parte das anotações nela contidas são oriundas da própria universidade. Como exemplo do reflexo dessa inclusão de Ascêncio na relação de subversivos de interesse da repressão, tem-se o Pedido de Busca S.I. nº 12/1977,³² de 9 de dezembro de 1977, originado na DOPS-PR e difundido para: FUEL, DOI-CODI, Departamento de Polícia Federal (DPF) e Serviço Nacional de Informações (SNI), no qual é solicitada a “qualificação dos nominados” em caráter de “urgência” de: Ascêncio Garcia Lopes, Tsutomu Higashi (médico), Vanoly Acosta Fernandes, Pedro Alexandro Gordon (médica), Eliane Christina F. de Oliveira Wanderley (médica), Dora Maria Grimaldi Guerra (médico), Mauro José de Almeida Alves, Floriano Guilhen, Eduardo Peixoto dos Santos, Luiz Reinaldo de Figueiredo Walter, Manoel Ferraz de Almeida e Sonia Maria de Carvalho Fraga, todos vinculados à universidade naquela data ou anteriormente. Além desses, constam no pedido os deputados estaduais José Antônio Del Ciel;³³ Álvaro Dias; Márcio José de Almeida (médico), secretário de Saúde de Londrina; Edesina de Lima Oliveira, professora secundarista; Dalton Fonseca Paranaguá (médico), ex-prefeito do município à época; Bruno Piancastelli Filho (médico); Darci Oliveira Pereira; e João Fernandes Fonseca (odontólogo).

30 Ney Braga foi ministro da Agricultura do presidente e marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de 19 de novembro de 1965 a 12 de agosto de 1966, e mais tarde ministro da Educação do governo de Ernesto Geisel, de 15 de março de 1974 a 30 de maio de 1978.

31 Anexo 85.

32 Anexo 86.

33 José Antônio Del Ciel, deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dois anos antes, em 1975, integrou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação instalada na Assembleia Legislativa do Paraná para apurar irregularidades no setor educacional do estado, incluindo irregularidades na FUEL. A CPI ouviu o professor Tsutomu Higashi e o então reitor Oscar Alves. O jornal *Folha de Londrina* noticiou as convocações na publicação do dia 3 de outubro de 1975 (Anexo 95, p. 16-19).

Na gestão seguinte, foi levado ao posto de diretor do Hospital Universitário um militar, Rubens Passerino Moura, que logo de início demitiu entre oito e dez professores, que mais tarde foram para a USP e Unicamp e se destacaram como expoentes em suas áreas.

Outros quase vinte professores pediram demissão por causa da mudança de ambiente institucional trazido com o novo reitor. Ascêncio informa que a demissão, sem nenhuma acusação, do professor Tsutomu Higashi, que tinha ideias mais avançadas na sua área de atuação na medicina, ocorreu por ordem do governo do estado e que foi referendada pelo Conselho Universitário. Lamentavelmente, o referido professor foi demitido³⁴ e impedido de defender sua tese de doutoramento que aconteceria naqueles dias. Lembra também que o professor Vanoly Acosta, também severamente atingido pela repressão que se instalou na universidade, era secretário de Cultura em sua gestão.

Ao concluir seu mandato na Reitoria da então Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), no mês de maio de 1974, o professor Ascêncio Garcia Lopes rescindiu seu contrato com a instituição.³⁵

Assumiu a Reitoria o professor Oscar Alves, no dia 7 de junho de 1974,³⁶ por decreto do governador do estado nº 5.538, de 29 de maio daquele ano. A posse do novo reitor foi prestigiada pelos escalões mais altos do governo do estado, conforme mostram as matérias dos jornais da época arquivadas em sua respectiva pasta no DOPS-PR: a *Folha de Londrina* do dia 9 de junho de 1974³⁷ estampa a chamada “Londrina: novo reitor toma posse, com a presença de três secretários”; e o *Diário do Paraná* do dia 23 de julho do mesmo ano publica: “Reitor, a força

34 O jornal *Folha de Londrina* do dia 4 de setembro de 1975 registrou com a chamada de matéria “Reitoria não recebe recurso de Higashi” as barreiras intransponíveis criadas pela administração da universidade, em especial a assessoria jurídica, a reitoria e o seu conselho universitário para impedir que o professor pudesse em grau de recurso questionar sua demissão (Anexo 95, p. 14-15).

35 Conforme consta no termo de rescisão de contrato de trabalho, documento integrante da pasta funcional de Ascêncio Garcia Lopes. Disponível em: <<http://bit.ly/2umijUf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

36 Conforme consta no termo de posse e exercício, documento integrante da pasta funcional de Oscar Alves e que compõe o acervo da versão eletrônica deste relatório (Anexo 88, p. 18).

37 Anexo 88, p. 19.

capaz de unir a Arena³⁸ de Londrina”.³⁹ Ao final de seu mandato, em 10 de junho de 1978, permanece como assessor do novo reitor João Carlos Pinotti até 21 de setembro daquele ano.⁴⁰

Oscar Alves fora contratado pela FUEL em 1971,⁴¹ como os muitos admitidos pelo reitor Ascêncio, sem exigência de atestado de antecedentes políticos do DOPS, regra que mais tarde ele próprio não seguiria. Estranhamente, em 1972 Oscar Alves logrou obter uma certidão negativa de antecedentes político-sociais⁴² autorizada pelo Delegado Ozias Algauer, apesar de à época ter ficha no DOPS⁴³ por haver sido indiciado em IPM instaurado em 1964. Esse episódio revela o tratamento especial que ele recebeu por parte do DOPS-PR, diferentemente da maioria absoluta dos outros cidadãos atingidos pelo regime de exceção. Mais tarde, em 23 de abril de 1974, o Serviço Nacional de Informações (SNI) – Agência de Curitiba emitiu a informação nº 594/ARQ/ACT/74, ao Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública (Cisesp) do estado do Paraná reafirmando os registros preexistentes à emissão da referida certidão negativa, que apontavam as acusações, o julgamento militar e o enquadramento legal de condenação:

[...] indiciado no Inquérito Policial Militar, instaurado em 1964, para apurar atividades subversivas na área estudantil de Curitiba, tendo sido enquadrado pelo Comando da 5ª RM/DI, nas sanções

38 “A Aliança Renovadora Nacional (Arena) foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do golpe de Estado no Brasil em 1964. No programa do partido, adotado em convenção nacional realizada em Brasília, em 21 de setembro de 1975, a Arena assim se posicionou em relação a sua criação e sua existência: ‘Expressão política da Revolução de Março de 1964, que uniu os brasileiros em geral, contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa e da ação radical das minorias ativistas, a Arena é uma aliança de nosso povo, uma coligação de correntes de opinião, uma aliança nacional. Predominantemente conservadora, sua criação se deu em decorrência do Ato Institucional nº II, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Ambos foram baixados pelo Regime Militar e terminaram com o pluripartidarismo existente, naquela época, no Brasil. Assim foram extintos os 13 partidos políticos legalizados no país e determinada a implantação do bipartidarismo. Seus membros e eleitores eram chamados de ‘arenistas’”. Disponível em: <<http://bit.ly/2b54dls>>. Acesso em: 2 maio 2016.

39 Anexo 88, p. 18.

40 Conforme Portaria nº 10.682, de 26 de junho de 1978, documento integrante da pasta funcional de Oscar Alves e que compõe o acervo da versão eletrônica deste relatório (Anexo 88, p. 21).

41 Conforme consta nos registros da pasta funcional de Oscar Alves, documento que compõe o acervo da versão eletrônica deste relatório (Anexo 88, p. 8-9).

42 Certidão e sua respectiva ordem de emissão, datada de 14 de julho de 1972, do delegado Ozias Algauer (Anexo 88, p. 10).

43 Anexo 88.

previstas no art. 2º, inciso III da Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953 e no art. 33 do CPM.⁴⁴

Com efeito, a pesquisa de antecedentes junto à DOPS, como critério para selecionar docentes, passa a ser regra nas gestões que se instalaram na universidade após a gestão do reitor Ascêncio. Exemplo típico é o “pedido de busca nº 10-AESI-FUEL, de 12 de novembro de 1975”, já na gestão de Oscar Alves, cujo investigado é Oeldes Volci, que estava “sendo cogitado para o cargo de professor da FUEL” e no qual é solicitado “o que constar sobre o nominado”.⁴⁵

A resposta recebida oito dias depois foi lacônica: “Feito of. nº 1537/75 informando que registra antecedentes positivos”.⁴⁶

Em 13 de junho de 1975, o trânsito de informações nos órgãos de repressão sobre a FUEL já era bastante evidente. O Cisp do Paraná, por exemplo, enviou à DOPS-PR nessa data encaminhamento nº 84/DI/1975,⁴⁷ para “conhecimento e devidos fins”, “Carta Aberta dos Estudantes da FUEL”, divulgada no jornal *Poeira*, no qual os alunos denunciavam a tramitação no Conselho Universitário da instituição de Código Disciplinar consoante com o Decreto-Lei nº 477 que seria votado por aqueles dias:

Com a existência do 169, você nunca saberá se sua reivindicação, se a nossa atuação não será tachada de atos que visem a organização de movimentos subversivos. E também nunca teremos certeza de que nossos boletins, jornais ou qualquer outro instrumento de manifestação dos estudantes não serão enquadrados no item IV, do artigo 1º do referido projeto: ‘Fazer, imprimir, ter em depósito, divulgar ou distribuir material subversivo de qualquer natureza.’⁴⁸

Outro trecho do mesmo jornal fazia referência à atuação do reitor e da ASI da FUEL, o que deixa claro que a assessoria já havia sido criada e funcionava sob comando e influência da Reitoria, mesmo porque a ela era subordinada:

44 Anexo 88, p. 16.

45 Anexo 89, p. 1.

46 Anexo 89, p. 2.

47 O referido encaminhamento encontrado dentro da pasta do DOPS identificada como “Universidade Estadual de Londrina”, nº 004633, e nota escrita à mão PT2353.268 (Anexo 90, p. 1-7.)

48 Anexo 90, p. 3.

No dia 3 de abril, o 5º período de Psicologia, por falta de condições de funcionamento de seu laboratório de Psicologia Experimental, assistiu a suas aulas no pátio do Centro de Ciências Biológicas.

Este fato foi amplamente noticiado pela imprensa, adquirindo posteriormente conotação de verdadeira crise: o presidente do DASCCB [...] foi convocado a depor sobre os acontecimentos ao diretor do Centro, João Batista Guerra.

O depoimento do estudante durou três horas e tinha como principal objetivo encontrar o responsável por um telefonema que provocou a presença da imprensa no local.

A professora da turma, Erika Wrobal [sobrenome ilegível], considerada pelos estudantes como uma das melhores, acabou tendo que fazer seu relatório também.

As coisas não ficaram por aí.

No dia 9 de abril, o presidente do DASCCB, após um telefonema da reitoria convocando-o para conversar com o reitor, novamente prestou declarações.

Entretanto, na reitoria o estudante foi encaminhado diretamente à sala do professor Luiz Emilio, um dos assessores da Assessoria Especial de Segurança e Informação – AESI – da Universidade, que não se identificou como tal, dizendo apenas estar cumprindo ordens [trecho cortado] reitor.

[...] insistiu na pergunta: quem telefonou para a imprensa [...]

Após o depoimento na reitoria apenas no dia 16, o estudante recebeu uma resposta oficial de como a situação ficaria: “está tudo certo, não tem problema nenhum”, respondeu o assessor da AESI.

Para o presidente do Diretório CCB, no entanto, a situação não foi considerada tão simples assim: “Durante o depoimento que prestei ao Diretor do CCS, me foi dito diversas vezes que eu poderia estar enquadrado no decreto 477. [...] [sic]”⁴⁹

O professor Baldy, no mesmo documento mencionado anteriormente, traduz de maneira muito concisa as três gestões da FUEL que sucederam a do reitor Ascêncio Garcia Lopes, da seguinte maneira:

49 Anexo 90, p. 7.

O mandato do segundo reitor caracterizou-se pelos arranjos burocrático-institucionais que facilitassem a implantação das medidas discricionárias – sob o patrocínio e a proteção da ditadura militar que, desde 1964, submetia a população brasileira ao seu poder despótico e repressivo, não só no decorrer do período de 1974 a 1978, mas sobretudo aquelas executadas servilmente pelo terceiro reitor. O quarto reitor, já numa fase em que a sociedade civil estava alcançando forças e organização para dar fim aos vinte anos de ditadura militar, teve que exercer um mandato hesitante, reticente, cheio de cautelas – quase envergonhado, no qual lhe foi difícil, quase penoso, sustentar a lealdade que devia aos dois colegas que o precederam na reitoria, cujos princípios e ideias sempre comungara e defendera.⁵⁰

A CEV-PR enviou dois ofícios à reitoria da então Universidade Estadual de Londrina (UEL), nº 53/CEV⁵¹ e nº 66/CEV,⁵² respectivamente de 24 de junho e 28 de julho de 2014, requerendo informações e documentos da época para incorporar ao conjunto das investigações e ampliar o conhecimento acumulado dos acontecimentos que envolveram aquela instituição naquele período e que certamente não guardam relação de qualquer natureza com o momento presente.

O primeiro ofício foi respondido apenas ao final da audiência pública de Londrina (ocorrida nos dias 6 e 7 de agosto de 2014) pelo reitor em exercício, prof. dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos, de modo que não pôde subsidiar os membros da CEV-PR durante as oitavas tomadas.⁵³ O segundo ofício não foi respondido até o fechamento da versão impressa deste relatório.

O ofício não respondido solicitava em relação à ASI-FUEL:

- Quando foi criada e extinta;
- Ato administrativo de criação e extinção;
- A quem se reportava dentro da UEL;
- Onde funcionava;
- Quem comandava a unidade e por quem era escolhido;

50 Anexo 87, p. 2-3.

51 Anexo 91.

52 Anexo 92.

53 Anexo 116.

- Quem trabalhava na unidade;
- Localização dos arquivos da unidade.

Em relação à universidade:

- Cópia dos ofícios REI/FUEL de números 1 a 11, este último datado de 1º de dezembro de 1977, citados na ficha do DOPS-PR do ex-reitor Ascêncio Garcia Lopes, bem como demais ofícios recebidos/enviados pela administração da UEL e Hospital aos órgãos de informação do Exército, polícias Militar e Civil e outros órgãos do regime militar no período de 1970 (ano de criação da UEL) até 5 de outubro de 1988;
- Relação nominal e documentação relacionada, pastas funcionais e processos de exoneração e/ou punição dos 5 docentes do hospital universitário demitidos em 1979 e que deram origem a uma greve que é referida na ficha do DOPS-PR do ex-reitor Ascêncio Garcia Lopes;
- Relação nominal de todos os demitidos no mesmo processo do prof. Tsutomu Higashi e documentação relacionada, pastas funcionais e processos de exoneração e/ou punição dos envolvidos;
- Cópias de todas as edições do jornal *Poeira*, se possível originais, para documentação.

2.4.2 VÍTIMAS

Os relatos coletados pela CEV-PR e a documentação localizada dão conta de substantivo número de demissões⁵⁴ resultantes de perseguições de natureza política e repressiva. Os testemunhos coletados referem que em 1974 foram exonerados entre 8 e 10 professores, e em 1979, outros 4.

Além desses, aponta-se que entre 18 e 20 docentes teriam pedido demissão logo após 1974 por não suportarem e/ou não aceitarem se submeter ao ambiente

54 Uma medida possível, ainda que insuficiente, da dimensão do quantitativo de demissões ocorridas já nos primeiros meses da nova administração da FUEL, após o término da gestão do reitor Ascêncio Garcia Lopes, é o edital CAE nº 26/1975, publicado no jornal *Folha de Londrina* do dia 19 de outubro de 1975 que abre “inscrições ao Concurso para Admissão de Docentes para professor titular, professor assistente e/ou auxiliar de ensino, para 39 departamentos e 89 áreas de conhecimento da universidade”. Disponível em: <<http://bit.ly/2fqmkV5>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

de repressão que se instalou na universidade a partir daquele período. Os que permaneceram, muitos por absoluta impossibilidade de fazer escolha diferente, foram submetidos à imposição do silêncio, da falta de autonomia e do medo, filhos perversos que a ditadura impôs e que aprisionou o espírito humano e sequestrou a liberdade, sem a qual a alma humana não pode evoluir; o coração humano petrifica e se torna prisioneiro da maldade, da falta de humanidade, distanciando-se da verdade e da justiça.

Aqueles que optaram por sair não sabiam, mas a estrutura de repressão representada pela ASI, sob o comando da reitoria da universidade, poderia alcançá-los sempre que desejasse. O professor Tsutomu Higashi teve o infortúnio de vivenciar o alcance e o poder avassalador dessa perseguição sistemática e permanente mesmo quando já havia sido expulso do quadro de docentes da instituição. A CEV-PR logrou investigar o caso do professor Tsutomu Higashi que será relatado a seguir.

Tsutomu Higashi nasceu na cidade de Bastos, estado de São Paulo, no dia 10 de outubro de 1943, filho de Yutaka Higashi e Kinuko Higashi. Após terminar sua residência do curso de medicina, no Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo, que na época equivalia ao mestrado, mudou-se para Londrina com o intuito de lecionar. Aprovado em concurso público, em 9 de março de 1972 assumiu a cadeira de “Patologia Aplicada” (Patologia Clínica) na FUEL como professor auxiliar de ensino, em regime de 24 horas semanais, conforme Portaria nº 6/1972,⁵⁵ expedida pelo reitor Ascêncio Garcia Lopes.

Mário Seki e Júlio Higashi, à época alunos de medicina, ouvidos pela CEV-PR na audiência pública realizada em Londrina, no dia 6 de agosto de 2014, ao se referirem ao então professor Tsutomu Higashi, são tácitos em afirmar que o docente não tinha nenhuma atividade político-partidária, tampouco se envolvia com temas de natureza ideológica, nem em favor do regime militar e nem contra, visto que se dedicava integral e intensamente a suas atividades como professor e pesquisador.

Enfatizaram também a qualidade e dedicação científica e acadêmica do docente e entregaram à CEV-PR, como elementos de prova de seus testemunhos, diversos documentos de natureza acadêmico-científica relacionados à vida do professor Higashi naquele período: três prêmios Samuel Barnsley Pessoa, de âmbito estadual, recebidos em 1974, 1975 e 1976, nos quais obtiveram 1º lugar pelos trabalhos científicos apresentados, fruto de esforço de pesquisa a que atribuem a tutela acadêmica

do professor. Esses trabalhos foram inclusive publicados em revistas especializadas, o que segundo eles era muito raro acontecer com trabalhos de alunos e revelam a qualidade alcançada.

- Prêmio 1974: “Redução do nitrobluetetrazolium (NBT) na esquistossomose mansônica, na doença de chagas e em parasitoses intestinais”;⁵⁶
- Prêmio 1975: “Contribuição ao estudo da resistência bacteriana. Fatores R em universitários de londrina (PR)”;
- Prêmio 1976: “Lipoproteína-X (LP-X): estudo metodológico e sua aplicação prática em nosso meio”.

Além desses trabalhos premiados, foram apensados à investigação as seguintes publicações que corroboram a atuação de Tsutomu Higashi como docente e pesquisador:

- “Curva glicêmica: uma análise dos critérios de interpretação”.⁵⁷ Trabalho realizado no Instituto Paranaense de Patologia Clínica (Biopar). Apresentado no IX Congresso Brasileiro de patologia clínica (Recife, novembro de 1975). Autores: Tsutomu Higashi (médico, diretor científico do Biopar); Mário Seki (acadêmico do 5º ano de medicina, bolsista do Biopar); Kazuhiro Ito (acadêmico do 5º ano de medicina); Júlio Takeuki Higashi (acadêmico do 5º ano de medicina); Raimundo Nonato Teixeira (acadêmico do 4º ano de medicina); Luís Carlos Lucio Carvalho (acadêmico do 4º ano de medicina); Lucio Masahiro K. Oba (biomédico do Biopar); Maria Amélia N. Simões (bioquímica do Biopar). Apresentado nos congressos integrados de patologia: X Congresso Latino-Americano de Patologia; IX Congresso Brasileiro do Patologia Clínica; XI Congresso Brasileiro de Patologia, realizado em Recife, Brasil, de 16 a 21 de novembro de 1975. Nome da publicação não especificada.
- “Hipoglicemia no teste de sobrecarga a hidratos de carbono”.⁵⁸ Trabalho realizado no Biopar. Autores: Tsutomu Higashi (médico, diretor científico do Biopar); Mário Seki (acadêmico do 5º ano de medicina, bolsista

56 Disponível em: <<http://bit.ly/2uD3hJ0>>. Acesso em: 16 jun. 2017

57 Disponível em: <<http://bit.ly/2vMoV2l>>. Acesso em: 30 out. 2016.

58 Disponível em: <<http://bit.ly/2vgp78N>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

do Biopar); Kazuhiro Ito (acadêmico do 5º ano de medicina, bolsista do Biopar); Júlio Takeuki Higashi (acadêmico do 5º ano de medicina, bolsista do Biopar); Raimundo Nonato Teixeira (acadêmico do 4º ano de medicina, bolsista do Biopar); Luiz Carlos Lúcio Carvalho (acadêmico do 4º ano de medicina, bolsista do Biopar); Lucio Masahiro K. Oba (biomédico do Biopar); Maria Amélia N. Simões (bioquímica do Biopar). Apresentado nos congressos integrados de patologia: X Congresso Latino-Americano de Patologia; IX Congresso Brasileiro do Patologia Clínica; XI Congresso Brasileiro de Patologia, realizado em Recife, Brasil, de 16 a 21 de novembro de 1975. Nome da publicação não especificada.

- “Frequência da lipoproteína-X (lp-X) em doentes ictericos: confronto com alguns dados bioquímicos”.⁵⁹ Trabalho realizado nos setores de bioquímica e imunologia do Biopar. Autores: Tsutomu Higashi (diretor científico do Laboratório Médico de Londrina); L. C. L. Carvalho (interno do curso de medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina); M. Seki (interno do curso de medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina); M. H. Onishi (Bioquímica do Setor de Imunologia do Biopar); J. M. R. Zeitune (professor assistente do Setor de Doenças de Aparelho Digestivo, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina). Nome da publicação não especificada.
- “Redução do nitroblue tetrazolium (NBT) e resultados falso-positivos: esquistossomose mansônica e doença de chagas”.⁶⁰ Trabalho realizado no Biopar. Autores: Tsutomu Higashi (auxiliar de ensino da disciplina de Patologia Aplicada, Departamento de Patologia do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina, Paraná); José Luís da Silveira Baldy (professor titular da disciplina de Doenças Transmissíveis, Departamento de Clínica Geral e Saúde Comunitária do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina, Paraná); José Frutos Oliveira (auxiliar de ensino da disciplina de Patologia Aplicada, Departamento de Patologia do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina, Paraná); Luiz Carlos Bertoni (biomédico do Biopar); Lucio Masahiro Kanayama Oba (biomédico do Biopar); Mário Seki (acadêmico de medicina da Universidade Estadual de Londrina, Paraná); Raimundo

59 Disponível em: <<http://bit.ly/2vfUb8o>>. Acesso em: 5 maio 2017.

60 Disponível em: <<http://bit.ly/2uD3hJ0>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Nonato Teixeira (acadêmico de medicina da Universidade Estadual de Londrina, Paraná); Júlio Takeuki Higashi (acadêmico de medicina da Universidade Estadual de Londrina, Paraná). Publicado na *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo* da Universidade de São Paulo.

- “Fosfatase alcalina: timolftaleina monofosfato – substrato de escolha”.⁶¹ Trabalho realizado no Biopar. Apresentado no IX Congresso Brasileiro de Patologia Clínica. (Recife, novembro de 1975). Autores: Tsutomu Higashi (médico, diretor científico do Biopar); Lucio Masahiro K. Oba (biomédico do Biopar); Maria Amélia N. Simões (bioquímica do Biopar); Júlio T. Higashi (acadêmico de medicina, bolsista do Biopar); Mário Seki (acadêmico de medicina, bolsista do Biopar); Kazuhiro Ito (acadêmico de medicina, bolsista do Biopar); Raimundo Nonato Teixeira (acadêmico de medicina, bolsista do Biopar); Luiz Carlos Lúcio Carvalho (acadêmico de medicina, bolsista do Biopar). Apresentado nos congressos integrados de patologia: X Congresso Latino-Americano de Patologia; IX Congresso Brasileiro do Patologia Clínica; XI Congresso Brasileiro de Patologia, realizado em Recife, Brasil, de 16 a 21 de novembro do 1975. Publicado da *Revista Brasileira de Patologia Clínica*, v. 12, n. 4, jul./ago., 1976.

Os já referidos documentos recebidos da UEL em resposta ao primeiro ofício enviado pela CEV-PR e que dizem respeito à pasta funcional de Tsutomu Higashi não registram qualquer evento que desabonasse sua conduta até o fim da gestão do reitor Ascêncio Garcia Lopes.

Apenas em 18 de junho 1975 surge parecer, assinado pelo assessor jurídico José Hosken de Novaes e Luiz Aranda, versando sobre reclamação contra o docente Higashi, formulada no dia 29 de maio de 1975 pelo professor Alair Alfredo Berbert e endereçada ao reitor Oscar Alves. O parecer assim se manifesta:⁶²

A comunicação relata que o aludido professor [Tsutomu Higashi] insinuou possíveis erros didáticos no ensino teórico administrado pelo comunicante, no curso de Farmácia e Bioquímica, e

61 Disponível em: <<http://bit.ly/2vj8uHJ>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

62 Essa manifestação da assessoria jurídica da reitoria da UEL parece sugerir que o professor Higashi houvera cometido “crime de opinião” ao se manifestar criticamente sobre a qualidade do conteúdo lecionado por outro docente e da necessidade de “melhoramento científico” do departamento. Disponível em: <<http://bit.ly/2hGB42F>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

também opinou pela “necessidade de um melhoramento científico do Departamento”.

Mais adiante, sobre as provas apresentadas, complementa:

A ata em anexo [de difícil leitura] dá notícia das ocorrências, sendo o ponto mais grave a passagem em que se diz que “o prof. Tsutomu Higashi argumentou que o prof. Alfredo Berbert estava ensinando errado aos alunos”. [Algumas assinaturas da Ata são indecifráveis.]

Por fim, sentencia:

2. Os fatos relatados podem constituir matéria de repressão disciplinar ou rescisão contratual por justa causa, se devidamente apurados e esclarecidos, em investigação sumária.

Isto não foi feito. Pode ser feito, se nesse sentido houver determinação da autoridade competente.

O despacho⁶³ no anverso do documento, datado do dia 23 de junho de 1975, com visto e inscrito “G.R.”, que se presume ser “Gabinete do Reitor”, encaminha “à Divisão de Pessoal para efetuar os cálculos”. No mesmo dia, o citado departamento efetuou os cálculos rescisórios⁶⁴ e no dia 18 de agosto de 1975 foi publicada a Portaria nº 4.241/1975⁶⁵ do reitor, que “resolve rescindir o contrato de trabalho de Tsutomu Higashi [...] a partir desta data”.

A rescisão de contrato de trabalho registra dispensa sem justa causa.⁶⁶ De fato, não há na pasta funcional menção a processo administrativo disciplinar ou equivalente que, de um lado, oficiasse acusação de qualquer natureza e a correspondente investigação, e de outro, oportunizasse a ampla defesa e o contraditório para, por fim, concluir ou não pela procedência da acusação e conseqüente medida punitiva aplicável. Mário Seki corrobora o fato de que uma série de acusações foram impingidas ao professor Tsutomu Higashi para justificar sua demissão. Contudo, nunca foram provadas e tampouco lhe foi dada a oportunidade de se defender.

63 Página 10 do documento mencionado na nota 62.

64 Páginas 26 e 28 do documento mencionado na nota 62.

65 Página 14 do documento mencionado na nota 62.

66 Página 13 do documento mencionado na nota 62.

Sobre a demissão, Júlio Higashi lembra da estranheza da decisão haver ocorrido diretamente pela Reitoria, quando o normal era ocorrer por iniciativa do chefe imediato e seguir trâmite na hierarquia da instituição até chegar à decisão final da Reitoria e, por fim, do Conselho Universitário.

O jornal *Folha de Londrina* do dia 21 de agosto de 1975, sob o título “Professores apoiam colega demitido pela Universidade”, registrou a surpresa e o inconformismo da comunidade universitária com a demissão:

Surpreendeu os docentes da Universidade, principalmente os do Centro de Ciências da Saúde, a demissão do professor Tsutomu Higashi [...] por ordem do reitor Oscar Alves, no dia 18 deste mês. [...] Segundo os docentes “ao que consta, o professor Higashi não infringiu normas disciplinares e nem foi instaurado contra ele inquérito disciplinar para averiguação de qualquer responsabilidade, o que seria competência do Conselho de Administração. Além disso, relatam que o docente dispensado tem participação destacada nas atividades científicas, técnicas e didáticas da Universidade.

Higashi já fez parte da banca examinadora para o concurso de títulos de especialista, pela Associação Médica Brasileira, atuou no assessoramento de oito meses de doutoramento, posteriormente apresentados no CCS e deu orientação a trabalhos científicos, recompensados com prêmios de incentivo à Ciência.⁶⁷

A Associação Médica Brasileira, em matéria publicada no jornal *Folha de Londrina* do dia 20 de setembro de 1975, sob o título “Associação Médica Brasileira faz apelo em favor de Higashi”, traduz a relação do docente com a academia e a ciência:

Em carta dirigida ao reitor Oscar Alves, o presidente da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica (Departamento de Patologia Clínica da Associação Médica Brasileira), Evaldo Melo, estranhou e repudiou o fato da Universidade haver dispensado, sem justa causa, o docente Tsutomu Higashi [...] tomou conhecimento do fato, através

67 Disponível em: <<http://bit.ly/2vK0XnM>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

do jornal “O Estado de São Paulo” [...] e confessa que leu a notícia “com extrema angústia”.

[...] baseia-se no fato de conhecer o professor Higashi – “um dos mais entusiasmados residentes que tive e por conhecer seu amor pela Universidade e pelo ensino de Patologia Clínica”. Mais adiante, Evaldo Melo refere-se a eficiente participação de Higashi em trabalhos científicos, assegurando que o dr. Higashi colaborou eficiente e seriamente com a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, tanto apresentando trabalhos para publicação, quanto auxiliando bancas examinadoras ou coordenando estudantes do CCS em temas livre dos Congressos da SBPC.⁶⁸

Como resposta à demissão do docente, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) assim se posicionou em matéria veiculada pelo jornal *Panorama*, de 2 de outubro de 1975, intitulada “SBPC ameaça excluir patologistas coniventes e suspender congresso”:

[...] “vossa senhoria [Tsutomu Higashi] encontra apoio no Código de Ética, pois neste não há dispensa de médico sem justa causa”. Por outro lado a SBPC decidiu, em função da medida tomada pelo reitor Oscar Alves contra Tsutomu Higashi, não realizar em Londrina, no próximo ano, conforme estava programado o congresso anual de patologia clínica, “a menos que o quadro esboçado em sua cidade (Londrina) apresente total mudança até 16 de novembro de 1975.⁶⁹

A ficha do DOPS-PR e correspondente pasta individual do professor Higashi, respectivamente nº 18403 e nº 4559, registram aspectos que chamam a atenção:

- A ficha foi aberta provavelmente em 22 de março de 1977, portanto quando Higashi já não era mais docente da universidade. Contudo, registra nos dois primeiros apontamentos eventos do ano de 1975.

68 Página 11 do documento mencionado na nota 67.

69 Página 3 do documento disponível em: <<http://bit.ly/2vgrqZh>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

- O segundo apontamento, baseado no informe nº 515/1975-PM-2, de 3 de outubro de 75, informa sindicância aberta pela ASI da FUEL, por ato de sabotagem praticado por vários professores, entre eles Tsutomu Higashi, no laboratório da FUEL. No entanto, não há qualquer outro registro a respeito, sequer do resultado. Aliás, não há também qualquer registro a respeito na pasta funcional do docente.
- O quarto apontamento trata de informação fornecida pela Reitoria da universidade, de nº 11, de 1º de dezembro de 1977, no qual consta que “[...] o fichado [Tsutomu Higashi] deu sua contribuição ao Grupo Poeira nas eleições estudantis do DCE (V/P-FUEL)”⁷⁰

Este apontamento é especialmente importante, pois revela que não foi fornecido pela ASI (órgão que já existia nessa data), mas diretamente pela Reitoria, fazendo as vezes de assessoria de informações do regime, em data que equidista mais de dois anos que o docente havia sido demitido pelo reitor.

O apontamento efetivado em 22 de junho de 1979 registra e confirma a demissão de cinco docentes do Hospital Universitário, conforme testemunhos colhidos e relatados anteriormente:

Em 22/06/79 – Conf. Of. nº 658/10 Sub-Div. Pol. Londrina, de 07/05/79, o fichado [Tsutomu Higashi] participou da mesa composta pelo apresentador Menoli, dos debates em defesa dos 5 docentes demitidos do Hospital Universitário FUEL. (V/P – Hospital Universitário/FUEL).⁷¹

O reitor à época era José Carlos Pinotti, sucessor de Oscar Alves e, segundo os referidos testemunhos inclusos neste relatório, foi escolhido por ele. Conforme o professor Baldy, as demissões foram sumárias, sem justificativa e nunca foi dada qualquer explicação. A maioria dos docentes do Hospital Universitário reagiu entrando em greve, instalados na Associação Médica de Londrina. Nenhum resultado positivo foi alcançado.

70 Disponível em: <<http://bit.ly/2fpIaaY>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

71 Página 4 do documento mencionado na nota anterior.

Dos cinco docentes demitidos, dois deles são hoje professores titulares na USP e um na Unicamp. Os outros dois são médicos conceituados que nunca mais voltaram à UEL.

A *Folha de Londrina*, no dia 4 de abril de 1979, publicou anúncio da Associação de Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, na página 5, com o seguinte texto:⁷²

**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA:
ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

A Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, em reunião realizada em 3/4/79, em vista dos graves fatos que vêm ocorrendo nesse hospital, já divulgados pela imprensa, desde a posse do coronel-médico Rubens Passerino Moura, como diretor superintendente, e que culminaram com a demissão sumária através de portarias assinadas pelo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, [...], dos cinco docentes e médicos de elevado conceito, [...], decidiu decretar greve imediata, com suspensão completa das atividades didáticas e parcial das atividades assistenciais aos doentes, até que sejam atendidas todas as condições impostas, entre outras:

- a) Readmissão dos docentes punidos;
- b) Demissão do diretor-superintendente coronel-médico Rubens Passerino Moura;
- c) Demissão do diretor clínico, [...];
- d) Revogação do ato executivo do vice-reitor em exercício, que aprovou o Regimento Interno vigente.

Esclarecemos ao público que os docentes continuarão atendendo o Pronto Socorro e dando assistência a todos os pacientes internados, limitando-se a paralisação do atendimento exclusivamente aos casos de ambulatório.

72 O texto foi reproduzido a partir da documentação fornecida pelo professor José Luís da Silveira Baldy (Anexo 87, p. 6).

Contando com a compreensão e o apoio da Opinião Pública, comprometemo-nos a mantê-la informada dos desdobramentos desta crise.

A DIRETORIA da
Associação de Docentes do Hospital
Universitário Regional do Norte do Paraná

O apontamento na ficha do DOPS-PR do professor Higashi, do dia 11 de setembro de 1979, oriundo da ASI, de nº 117, do dia 13 de agosto de 1979⁷³ chama atenção para três aspectos distintos: 1) também é fornecido pela universidade; 2) menciona atividade partidária no MDB, no entanto, apesar do regime de exceção que vigia, a legenda MDB não se encontrava enquadrada na ilegalidade; 3) refere-se ao professor Tsutomu Higashi como “ex-docente da FUEL (demitido por prática de sabotar no Laboratório Clínico do HU) [...]”, tese já tratada anteriormente. O apontamento seguinte segue a mesma abordagem de vinculação a atividade partidária.

Dos apontamentos constantes nas fichas mencionadas, destacam-se ainda mais três aspectos: 1) aqueles que se referem à negativa de emissão de atestado de antecedentes para fins de emprego e renda, o que certamente causaram prejuízos importantes não só para o professor Tsutomu como também para toda a sua família, conforme seu testemunho à CEV-PR;⁷⁴ 2) vários apontamentos continuaram a ser fornecidos pela Reitoria e pela ASI ao DOPS-PR e demais órgãos de informação do regime militar em períodos sobre os quais a instituição não mais detinha a prerrogativa funcional do contrato de trabalho que havia sido rescindido muito antes; 3) comparando as fichas do DOPS-PR⁷⁵ do professor Tsutomu com as do professor Baldy, nota-se que várias das anotações são idênticas e oriundas da mesma fonte (geralmente ASI ou Polícia Militar), o que revela uma sincronia de registros que visavam atingir várias pessoas ao mesmo tempo.

73 Anexo 93, p. 4.

74 O professor Tsutomu Higashi solicitou certidão negativa de antecedentes políticos e sociais para fins de emprego por duas ocasiões, em 2 de março e em 27 de abril de 1978, negados respectivamente em 22 de março e em 28 de abril do mesmo ano. Essas negativas o impediram de exercer a atividade profissional pretendida à época (Anexo 93, p. 7-12).

75 Fichas da DOPS-PR de Tsutomu Higashi e José Luís da Silveira Baldy, respectivamente Anexos 93 e 94, apontamentos dos dias 31 de março de 1977, 24 de julho de 1978 e 22 de agosto de 1979.

Tsutomu Higashi relata ainda que, depois de sua demissão e até aproximadamente 1976, recebia semanalmente ligações de um então tenente do Exército de Apucarana, que o ameaçava e o ridicularizava.

A repercussão do caso Higashi na imprensa e a proporção que alcançou acabou por expor uma crise muito maior.⁷⁶ O jornal *Panorama* do dia 2 de dezembro de 1975 estampa a chamada de matéria “Professor demitido pela Universidade vai depor na CPI”. No corpo da matéria, consta:

A CPI da Educação instalada na Assembleia Legislativa para apurar irregularidades no setor educacional do Paraná, analisando nesta fase o setor universitário, convocou por solicitação do deputado Antonio Del Ciel,⁷⁷ para a reunião de amanhã o professor Tsutomu Higashi, que foi vítima de polêmica demissão da Universidade Estadual de Londrina por decisão do reitor Oscar Alves.

No seu depoimento, o professor Tsutomu Higashi deverá contestar o ato do reitor e o desrespeito total à hierarquia e espírito universitário, assim como “o abuso do poder que tem sido uma constante na atual administração que fabrica crises e as debita ao corpo docente da Universidade”, segundo Del Ciel.

O professor Higashi recebeu no dia 31 de outubro de 1975 o grau de comendador da Cruz do Mérito Cultural, registrado no Ministério da Educação e Cultura pelos relevantes serviços prestados a cultura e num reconhecimento a sua intelectualidade, honra e amor a humanidade [...].⁷⁸

Outra demissão traumática naquele período foi a do professor Vanoly Acosta Fernandes, secretário de Cultura na gestão do reitor Ascêncio Garcia Lopes e diretor do Centro de Comunicação e Artes da universidade, que foi fechado pelo reitor Oscar Alves como parte das ações repressivas. O caso é relatado nos testemunhos do professor Tsutomu Higashi, Mário Seki, Júlio Takeuki Higashi, José Luís da

76 O substantivo acervo de matérias divulgadas na imprensa foi cedido à CEV-PR pelas testemunhas e também obtido pela comissão ao longo da investigação.

77 Antônio Del Ciel, já citado anteriormente, à época era deputado pela legenda do MDB.

78 O registro da audiência da CPI e o depoimento do professor Tsutomu Higashi na Assembleia Legislativa foram publicados em matéria do dia 4 de dezembro de 1975 do jornal *Panorama* e está disponível no acervo da versão digital deste relatório (Anexo 95, p. 1).

Silveira Baldy (que trabalhou na universidade de 1971 a 2008 e, portanto, percorreu uma jornada de 37 anos de vida na instituição) e Nits Jacon.

Esse episódio se soma ao conjunto das ações da ditadura que não por acaso cuidou de reprimir, censurar e impor o silêncio sobre o campo das artes, área em que a UEL atuava com bastante vitalidade e era reconhecida nacionalmente, exercendo a função de provocar o diálogo e a reflexão com a comunidade sobre os problemas do Brasil daquela época.⁷⁹ O jornal *Panorama* do dia 2 de novembro de 1975 registrou alguns dos acontecimentos daquele conturbado ambiente com a chamada de capa “Reitor extingue o Centro de Comunicações” e complementa: “Primeiro o reitor da Universidade de Londrina suspendeu o professor Vanoly Acosta e depois extinguiu o Centro de Comunicações e Artes”.⁸⁰ No corpo da matéria, lê-se:

O professor Vanoly Acosta Fernandes, diretor do Centro de Comunicações e Artes da Universidade Estadual de Londrina, foi suspenso pelo reitor Oscar Alves, por 20 dias, no último dia 31, véspera da reunião do Conselho Universitário, que aprovou entre outras coisas, a extinção do Centro de Comunicações e Artes, transformando-o em simples Departamento.

[...] O clima de tensão e medo é, segundo professores e alunos, uma constante em quase todos os centros da Universidade de Londrina, onde seus funcionários não podem emitir qualquer declaração, sem antes passar pelo crivo de Oscar Alves.⁸¹

O próprio reitor, em outra matéria do mesmo jornal, justifica a suspensão de Vanoly Acosta da seguinte maneira:

[...] suspenso por vinte dias por suas constantes atitudes indisciplinadas, não compatíveis com a posição de um diretor de centro [...].⁸²

79 Uma das pastas do arquivo do DOPS-PR contém 91 páginas sobre o XIV Festival Universitário de Teatro de Londrina – Mostra Estadual de Peças da FITAP, evento que homenageava Nelson Rodrigues, ocorrido entre os dias 3 e 11 de abril de 1982. Nessa pasta, é possível identificar o agente Zenório Valdemiro Medvid e os investigadores criminais Moacir Bora e Renato Ferreira de Souza que foram infiltrados para monitorar os participantes, conforme registrado em vários relatórios e despachos. Anexo 97, p. 4, 5, 51-54, 69, 71 e 78.

80 Anexo 95, p. 12-13.

81 Idem, p. 13.

82 Idem, p. 29.

No dia 18 de novembro de 1975, o professor Vanoly Acosta, após ser suspenso e destituído da direção do Centro de Comunicação e Artes, foi desligado da universidade. Segundo sua declaração:

Minha restituição [retorno ao órgão de origem como consequência de seu desligamento da UEL] foi feita em nome de uma sindicância cujos resultados só eles sabem e na qual sequer fui ouvido.

Então, professores universitários, como somos, fundadores desta instituição, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e as mais variadas profissões que além da formação específica ainda têm que se gabaritem para o magistério do nível superior, estamos sendo julgados unilateralmente, sem direito de defesa, sem conhecimento de nossas “culpas”, sem a elementar comissão de inquérito administrativo ou disciplinar para esses casos [...] ⁸³

Em meio ao ambiente já conturbado e conflituoso, no começo do mês de setembro de 1975, atendentes, serventes e auxiliares de enfermagem do Hospital Universitário protestaram contra a política salarial. A resposta pública do reitor ficou registrada nas páginas da *Folha de Londrina* com a chamada de capa “Reitor dá explicações e diz que ‘culpados serão punidos’”⁸⁴ e o título da matéria “Universidade aciona seus órgãos para enquadrar funcionários do HU”⁸⁵ (edição do dia 6 de setembro de 1975).

Fato que também marcou aquele período foi a invasão do DCE. José Luís da Silveira Baldy⁸⁶ atesta que a invasão foi coordenada pela ASI, relatando que os estudantes haviam organizado um evento com a participação do deputado federal

83 Anexo 95, p. 26.

84 Idem, p. 20.

85 Idem, p. 21.

86 O professor José Luís da Silveira Baldy foi ouvido na audiência pública realizada em Londrina, no dia 7 de agosto de 2014 (Anexo 87). Em seu relato, registra que foi intimado a comparecer ao DOPS-PR em Curitiba, cuja sede funcionava naquela época na rua João Negrão, por três ocasiões. Foi localizado no acervo DOPS-PR uma anotação feita à mão (Anexo 100, p. 1) sobre o professor Baldy, Lúcio Tedesco Marchese e José Ivan Cipoli Ribeiro. Essa anotação gerou um pedido de busca emitido pelo delegado Ozias Algauer da DOPS-PR ao delegado Tácito Pinheiro Machado da DOPS-SP, transmitido no dia 8 de junho de 1973 (Anexo 101). Possivelmente, esses documentos estão associados a um dos interrogatórios a que o professor Baldy foi submetido no DOPS-PR.

Aliomar Baleeiro.⁸⁷ Quando o deputado chegou, foi cercado e arrastado pela polícia para local desconhecido e o evento não aconteceu. O jornal *Folha de Londrina* publicou matéria intitulada “Debate dos estudantes é impedido pela polícia”.⁸⁸

Baldy relata também que logo que o reitor Oscar Alves assumiu a Reitoria, mudou o nome do Hospital Universitário de Londrina para Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, numa estratégia de autopromoção junto aos prefeitos da região. Isso causou um impacto muito negativo para o hospital, uma vez que não houve nenhuma mudança no sentido de preparar o nosocômio, que atendia apenas à demanda local e passou a receber uma demanda regional muito maior, para a qual não estava preparado.

Relata também que os agentes que monitoravam a comunidade acadêmica eram contratados e o faziam de maneira aberta, intimidadora. Ressalta inclusive que a ASI tinha um quadro de agentes contratados muito grande. O advogado Roberto M. Morita,⁸⁹ à época aluno da universidade, relatou que eram constantes as invasões nas aulas de direito por agentes da ASI e que ele mesmo e vários outros alunos foram fisicamente agredidos por esses agentes dentro do campus.

O movimento estudantil na então FUEL, bem como os atingidos pelo IPM Norte do Paraná, especialmente a repressão sobre o Partido Comunista e depois o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entre outros, são temas que conservam estreita relação com a história daquela universidade, que a partir de 1974 assume, da parte da administração central da instituição, papel fundamental como membro integrante da estrutura de repressão, atingindo não só a sua comunidade interna, mas também, e em extensa medida, toda a comunidade da região norte do Paraná.

Dessa forma, é necessário registrar que a ASI, desde o início de seu funcionamento no Gabinete da Reitoria, sempre cumpriu a missão de vigiar e informar aos demais órgãos do sistema de inteligência e repressão do regime militar acerca de atividades não só da comunidade interna, como também de cidadãos comuns que dela não faziam parte, muitos deles oriundos e/ou residentes em outros municípios da região.

87 Aliomar de Andrade Baleeiro (Salvador, 5 de maio de 1905 – Rio de Janeiro, 3 de março de 1978) foi jornalista, advogado, professor, jurisconsulto, político brasileiro e deputado federal pela Bahia e pela Guanabara. Foi também presidente do Supremo Tribunal Federal de 1971 a 1973.

88 Anexo 99.

89 Morita, na década de 1970, era aluno do curso de direito na FUEL. Sua ficha no DOPS-PR, nº 26.850 (Anexo 102), contém dez anotações, todas oriundas da ASI.

Portanto, a atuação desse órgão, uma presença nefasta e cotidiana na região norte do Paraná, ao subsidiar o sistema de informações da ditadura militar, concorreu intensamente para produzir ao longo do tempo inúmeras violações de direitos humanos, entre elas os famosos IPM, a produção de provas falsas e acusações ao sabor e interesses dos mais diversos, as prisões arbitrárias, os mandados de busca e apreensão e na maioria das vezes sequestros, torturas e desaparecimentos forçados. Esse conjunto substantivo de documentos é apenas uma amostra de tudo que precisa ainda ser investigado e que transcende o caso Tsutomu Higashi.

Os arquivos relacionado à FUEL, localizados no acervo do Arquivo Público do Paraná, classificados ou não como “ASI-FUEL”,⁹⁰ apesar de serem documentos originais, pertencem ao conjunto que existia no DOPS-PR, portanto não se constituem no acervo-fonte completo daquela ASI, que certamente são muito mais substantivos em quantidade de documentos e diversidade de focos de interesse do regime ditatorial daquele período.

No mesmo sentido, esses documentos explicitam as mais variadas ações de monitoramento sobre a sociedade civil e de repressão, em consonância com os relatos coletados, evidenciando que diferentemente de algumas outras ASI instaladas em outras universidades, que se mantinham no restrito espaço da espionagem e

90 Foram localizadas vinte pastas no acervo DOPS-PR sob guarda do Arquivo Público do Estado. Esses documentos não são os originais oriundos do arquivo da ASI da FUEL, mas apenas os que a DOPS recebia, dava encaminhamento e arquivava em pasta própria da ASI ou outra. São 4.088 páginas de documentos que revelam muito sobre quem eram os alvos de interesse de quem comandava a assessoria, o que ela fazia e como operava. O estabelecimento das conexões entre esse arquivo com as fichas individuais e os dossiês de perseguidos políticos da DOPS-PR, com os IPM e outros documentos, constituem-se em um imenso acervo que precisa ser ainda reconstruído a partir da localização do acervo original da ASI, que certamente é muito maior, mais completo e revelador. O acervo da ASI da FUEL aqui referido consta nos Anexos 97, 98 e 99 deste capítulo. 1) pasta nº 679, nominada Centro Acadêmico Sete de Março – Londrina; 2) pasta nº 1584, nominada Festival Universitário de Teatro de Londrina; 3) pasta nº 1665, nominada FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina 1978; 4) pasta nº 4633, Universidade Estadual de Londrina; 5) pasta nº 1662, Fundação Universidade Estadual de Londrina FUEL; 6) pasta nº 1666, nominada FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina 1978; 7) pasta nº 1668, FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina – 1978 – pasta nº 3; 8) pasta nº 1669, FUEL – Fundação Universidade Est. Londrina – pasta nº 2/1979; 9) pasta nº 1671, FUEL – Fundação Universidade de Londrina – 1979; 10) pasta nº 1672, FUEL – Fundação Universidade de Londrina 1979; 11) pasta nº 1673, FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina – pasta nº 2/1979; 12) pasta nº 1674, FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina 1979-1980; 13) pasta nº 1675, FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina 1979-1980; 14) pasta nº 1676, FUEL – Fundação Universidade Est. Londrina – pasta nº 2/1980; 15) pasta nº 1678, FUEL – Fundação Universidade Est. de Londrina – pasta nº 3/1980; 16) pasta sem identificação de capa (ASI – FUEL I); 17) pasta sem identificação de capa (ASI – FUEL II); 18) pasta sem identificação de capa (ASI – FUEL III); 19) pasta sem identificação de capa (ASI FUEL XVI); 20) pasta sem identificação de capa (ASI FUEL XVII).

delação de alunos, professores e servidores da universidade onde atuavam, a ASI da FUEL também exercia papel de agente de repressão e de inteligência do sistema, organizando informações, produzindo relatórios analíticos/circunstanciais e ações de maior envergadura.

O que poderia parecer, para incautos, uma “arapongagem” sem maiores consequências pode ser melhor exemplificado no exemplo a seguir, relativo a Ulisses Telles Guariba Netto: em 19 de setembro de 1979, o informe nº 69/1979 da ASI comunica ao SNI que identificou e localizou Ulisses em Londrina, informando também à Divisão de Segurança e Informação da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, dando conta inclusive das atividades e pessoas do curso de medicina da FUEL com quem ele teve contato:

O nominado, professor da USP SP e membro da Diretoria da Associação dos Docentes da USP, ADUSP-SP, esteve em Londrina no dia 18 do corrente, na ocasião visitou a sede do DCE LIVRE e manteve contatos com as lideranças locais do ME [movimento estudantil], onde tratou de vários assuntos, destacando-se:

- Política Estudantil na USP e PUC-SP.
- Movimento pela Criação de Novas Associações de Docentes
- Movimento para Criação de Novas Escolas de Medicina.

Estiveram com o nominado os seguintes Alunos do Curso de Medicina da Universidade de Londrina:

- Marco Antonio Fabiani
- Carlos Augusto Dias
- Cezar T. Kohatsu
- Gilberto Berguio Martins⁹¹

No dia 16 de outubro do mesmo ano, o DOPS-SP emitiu a informação nº 669/79, em atendimento ao pedido de busca nº 42/1979 sobre Ulisses, na qual a última informação listada é exatamente a que havia sido enviada pela ASI da FUEL. Conforme consta da informação nº 450/1979, Ulisses havia sido preso pela Operação Bandeirantes (Oban) em 1969, ocasião em que fora acusado de ter:

91 Disponível em: <<http://bit.ly/2vvqVrh>>. Acesso em: 29 set. 2015.

alguma relação com os últimos incêndios de estações de televisões e com a bomba que explodiu na Caixa Econômica, por ocasião da visita do Governador Rockefeller.⁹²

Ulisses havia sido preso em 1971. Sua esposa, Heleny Ferreira Telles Guariba, foi presa na mesma época no presídio Tiradentes, de onde desapareceu e, segundo testemunhos, foi torturada até a morte na Casa da Morte de Petrópolis.⁹³

Os desdobramentos dessa malha de informações, da qual a ASI fazia parte, sobre Ulisses e os demais citados no informe original, não foram aqui aprofundados. De toda forma, permite entender que a ASI alimentava um sistema de inteligência de informações sobre milhares de pessoas que eram monitoradas e perseguidas. Muitas delas, a partir das informações “construídas” nesse sistema, passavam a ser acusadas em IPM, tinham suas casas invadidas por militares munidos de ordens de busca e apreensão, eram presos ou sequestrados e submetidos à incomunicabilidade, sem direito a advogado ou habeas corpus.

Interrogados a partir dessas informações que órgãos como a ASI da FUEL produziam, foram torturados, mortos e muitos são hoje desaparecidos políticos, cujos corpos seus familiares jamais tiveram a oportunidade humanitária de sepultar dignamente. É exatamente nesse sistema largamente difundido e utilizado pela ditadura brasileira que a Reitoria da FUEL, em especial a sua ASI, aderiu, contribuiu intensamente e se sustentou a partir de 1974 e pelos anos seguintes.

Para que se tenha uma ideia mais completa da abrangência da atuação da ASI da FUEL, foram incluídos no “Anexo I – Documentação exemplificativa do acervo DOPS-PR relativo à Fundação Universidade Estadual de Londrina” deste relatório, apenas como amostra, algumas das folhas iniciais dos relatórios de informação que eram sistematicamente enviados ao DOPS-PR,⁹⁴ ao SNI, à Polícia Federal, à 5ª RM

92 Disponível em: <<http://bit.ly/2vvqVrh>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

93 Dossiê sobre Heleny Ferreira Telles Guariba no volume 3 do *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014), p. 642-646. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

94 A propósito do acervo DOPS-PR, vale registrar que a documentação depositada no Arquivo Público do Paraná e digitalizada contém 43.730 fichas individuais, 3.775 pastas individuais e mais 2.377 pastas temáticas digitalizadas, representando cerca de 80% do total do acervo físico. As pastas temáticas se referem a toda sorte de organizações da sociedade civil, sindicatos, instituições religiosas, partidos políticos, empresas, associações de bairros, associações de classe, órgãos públicos, legislativos, judiciários etc. A relação completa dessa milhares de pessoas e instituições está disponível no link <<http://bit.ly/2vc8D32>>. Evidentemente, trata-se aqui apenas do acervo DOPS-PR, que representa uma pequena parcela do universo de documentos produzidos no Paraná pelos órgãos de repressão, que é imensamente maior. Entre eles estão os arquivos não

e a outros órgãos que se abasteciam delas e alimentavam imensos arquivos de monitoramento de cidadãos em superestruturas de inteligência nas Forças Armadas, na Polícia Federal, no SNI e em outros órgãos integrantes da comunidade de informações do regime e depois desciam aos grupos operacionais de campo, como DOI-CODI e os Comandos de Caças aos Comunistas (CCC) para as ações de repressão.

É imprescindível notar que essas informações eram coletadas ao sabor e interesse de quem as registrava (militares do regime, agentes públicos em posição de comando em órgãos públicos ou empresas estatais, agentes infiltrados, colaboradores civis, empresas e “cachorros”) e dos que comandavam essas pessoas, sem compromisso com a verdade.

Aliás, ao longo das investigações ficou evidente a corrupção do sistema, que não raras vezes produzia informações falsas contra cidadãos e empresas em favor de colaboradores do regime, para auferir tanto ganhos econômicos como benefícios políticos. Essa prática de corrupção foi relatada em várias audiências públicas, como as de Apucarana, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Cascavel, Curitiba e também por grande parte dos testemunhos coletados, inclusive de militares e colaboradores da ditadura à época.

De todo o acervo que foi possível analisar da ASI da FUEL, não foi localizada uma única informação produzida por aquela assessoria cuja veracidade tenha sido contestada pelos órgãos com os quais ela se comunicava, de modo que uma vez no sistema de inteligência, a informação assumia de partida status de verdade. A partir disso, cada fichado passava a ser culpado do que quer que fosse acusado e dificilmente conseguiria, por exemplo, obter um atestado de antecedentes negativo na DOPS-PR para ter acesso a um emprego, um passaporte ou uma autorização de viagem para o exterior.

Além disso, não foi possível localizar uma única ordem dentro do sistema de repressão determinando excluir o registro de qualquer fichado, ou seja, uma vez dentro do sistema, mesmo que a acusação não se confirmasse, caso que eventualmente acontecia ao final de alguns IPM, o fichado não deixava de sê-lo.

disponibilizados à CEV-PR ou não localizados da Polícia Federal em Curitiba, Foz do Iguaçu e outras cidades, assessorias de informação da RFFSA, Universidade Federal do Paraná, Itaipu – Binacional e outras, arquivos das várias unidades das Forças Armadas, em especial: 5ª RM; Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu; 30º Batalhão de Infantaria Mecanizada de Apucarana; CPOR; Divisão de Informação da Secretaria de Segurança Pública do Paraná; Polícia Militar do Paraná; Quartel de Paranavai; delegacias de polícia de várias cidades como Cascavel, Pato Branco e Laranjeiras do Sul; entre outras unidades. Estas foram reportadas durante as investigações da CEV-PR e/ou na documentação do acervo Brasil Nunca Mais e Documentos Revelados, entre outros.

Na documentação do Anexo I, como dito, apenas uma pequena amostra para se ter uma visão da abrangência da atuação da ASI que atuavam na FUEL, é importante observar os vários elementos que compõem cada documento, como datas, órgão gerador das informações e órgãos para os quais as informações eram difundidas. O nível de detalhe e confidencialidade das informações revela o uso de agentes infiltrados ou “cachorros”. A forma de obtenção da informação revela, em vários casos, violação de correspondência e de privacidade de telefonia, acesso a informações confidenciais de empresas colaboracionistas e, em vários casos, furto de documentos de pessoas e de empresas.

Além disso, é importante observar, em especial, a diversidade de atingidos, os assuntos de interesse manifestos nos documentos (muitos completamente estranhos à universidade) e a finalidade para a qual as informações eram difundidas dentro da estrutura de repressão da ditadura brasileira.

No curso das investigações, ficou evidente a dificuldade de diferenciar, a partir da segunda administração da FUEL, o ponto em que terminava a alta administração da universidade, sobretudo a Reitoria, e o ponto em que começava a unidade orgânica do sistema repressivo da ditadura.

A própria Reitoria, em vários momentos relatados e documentados, seja antes da criação da ASI ou mesmo ao longo de sua existência, serviu como órgão direto de informação à DOPS-PR, ao SNI, ao comando da 5ª RM etc., mas o que é mais lamentável é que atuou como centro de inteligência do sistema repressivo contra sua própria comunidade interna e contra a sociedade na qual estava inserida.

Não resta dúvida de que a ruptura, caracterizada pela demissão sumária de muitos docentes de alto nível de comprometimento institucional e de qualificação técnica e científica, a exemplo do professor Tsutomu Higashi, agravado pelo êxodo de outros tantos igualmente qualificados, produziu atraso tanto científico e tecnológico quanto de prestação de serviços à comunidade, em especial os relativos ao Hospital Universitário, cujas consequências para o povo paranaense, em especial daquela região, precisam ainda ser mais completamente conhecidas e explicitadas.

Não obstante esse quadro de lamentável retrocesso vivido naquele período dentro da FUEL, é preciso reconhecer, como destaca o professor José Luís da Silveira Baldy, o importante trabalho de criação democrática exercido pelo primeiro reitor Ascêncio Garcia Lopes em pleno processo ditatorial e que foi tão brutalmente antagonizado nos períodos seguintes.

É indispensável também registrar o valor imprescindível de docentes, alunos e demais servidores que naquele período difícil da vida nacional resistiram

à ditadura – muitos se enfileiraram nas lutas de resistência e outros tantos, como Abelardo de Araújo Moreira, dispuseram-se ao ato generoso e humanitário de acolher e proteger os que eram mais brutalmente perseguidos. Ascêncio Lopes Garcia e tantos docentes e alunos resistentes daquele período são um exemplo que precisa ser registrado em toda a sua magnitude, não apenas para o reconhecimento da história, mas para a recuperação plena da verdade e, nos casos como o do professor Tsutomu Higashi, a efetivação da justiça, ainda que tardia.

2.4.3 RECOMENDAÇÕES

1. Encaminhamento deste relatório à Comissão de Anistia, sediada no Ministério da Justiça, para conhecimento e o que demais julgar apropriado relativo ao caso Tsutomu Higashi, diante das graves violações de direitos humanos a que foi submetido e que se traduziram em perseguições sistemáticas, demissão, atentado continuado a honra, subtração do direito à defesa de tese de doutoramento, impedimento de posse em emprego público e sequestro continuado do exercício da docência e da pesquisa. Pode-se ainda incluir os demais docentes demitidos entre os anos de 1974 a 1986;
2. Encaminhamento deste relatório ao atual Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para:
 - Conhecimento dos fatos ora relatados e providências quanto à obstrução das investigações, traduzida no não fornecimento de informações requisitadas, albergadas tanto na Lei Estadual de criação da CEV-PR, aprovada na Assembleia Legislativa do Estado como na Lei de Acesso à Informação;
 - Considerar recomendação de que aquela instância universitária constitua uma comissão da verdade, com autonomia plena e orçamento independente e suficiente para o aprofundamento das investigações que a CEV-PR iniciou e aqui foram relatados, incluindo em sua constituição observadores externos não vinculados à instituição, em quantidade não inferior a um terço de seus membros titulares.
3. Encaminhamento deste relatório ao Conselho Estadual de Educação, à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Paraná, ao Conselho Federal de Educação e ao ministro da Educação para conhecimento, registro e o que demais couber relativo aos fatos aqui relatados e às pessoas envolvidas.

4. Encaminhamento deste relatório ao Ministério Público Estadual para conhecimento, instrução e investigação, com eventual oferecimento de denúncia contra os gestores envolvidos à época da então FUEL dos fatos aqui relatados, especialmente relativos ao caso Tsutomu Higashi, podendo ainda incluir, na qualidade de vítimas, os demais docentes e alunos atingidos, demitidos ou não, de 1974 a 1986.

2.5 JANE ARGOLO

Jane Argolo, filha de Atilio Batista dos Santos e Djanira Vieira dos Santos, nasceu em 20 de dezembro de 1947 na cidade de Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul. Foi batizada com o nome Perpétua Janete Batista dos Santos, porém Jane Argolo foi o nome cunhado na clandestinidade e que, após tantos anos de perseguição, optou por manter até hoje. Seu pai foi integrante do Grupo dos Onze, perseguido político e preso em 1964. Jane é herdeira de uma luta por liberdade, por reformas de base e um Brasil melhor.

Em seu testemunho cedido à CEV-PR, no dia 28 de julho de 2014, Jane relata que participou do movimento estudantil desde o ensino médio, fez vestibular e passou como excedente no curso de jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Residente da Casa da Estudante, compartilhava o quarto com duas outras colegas, Marta e Lídia.⁹⁵ Uma das colegas com quem morou tinha vindo para a universidade para organizar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em 1968, a Reitoria havia fechado o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR (com uso de força da Polícia Militar) e cortado os recursos da alimentação dos alunos. Como reação, os alunos promoveram a ação que ficou conhecida como a “tomada da Reitoria”.

95 A Casa da Estudante se situa em um complexo de edificações da UFPR composto pelo edifício da Casa da Estudante num extremo, no outro extremo o DCE, no meio fica a Biblioteca Central e na parte inferior o Restaurante Universitário. Esse conjunto de edificações se localiza de frente para a rua General Carneiro e as laterais para as ruas Amintas de Barros e Conselheiro Araújo, no centro de Curitiba. Do outro lado da face para a rua Amintas de Barros, situam-se os demais prédios do complexo da Reitoria, cercado pelos edifícios D. Pedro I, D. Pedro II, Teatro e Pátio da Reitoria. Este pátio foi palco de um dos grandes protestos dos estudantes da universidade em 1968, conhecido também como “Cercos da Reitoria”. O episódio que quase resultou em tragédia fazia parte dos vários atos organizados pelos alunos em protesto à implementação do ensino pago e reuniu um número muito grande de estudantes que foram cercados pela polícia que fez um imenso cordão de isolamento constituído de militares armados lado a lado. Os alunos arrancaram as pedras de petit-pavé das calçadas e desceram dos prédios móveis, entulhos e tudo o que servisse para a construção de uma barricada de proteção. Buscaram pedaços de paus e de ferro das construções vizinhas e se prepararam para o confronto com polícia. Essas barricadas anos mais tarde viriam a ser lembradas várias vezes com o nome de chapas de grupos de alunos em eleições para o DCE. A TV da UFPR tem em seu acervo um vídeo que contém várias tomadas desse episódio e estudos indicam que tenham sido feitas pelo cineasta Vladimir Kozák.

Durante o confronto em que os alunos foram expulsos do DCE, a ação militar, com uso de muita violência e gás lacrimogêneo, forçou os estudantes a correrem para o lado em que se localizava o Hospital de Clínicas, passando pelo Passeio Público e sendo cercados pela Polícia Militar pelos dois lados da rua. Um segundo grupo de estudantes veio por trás dos militares, de um dos lados e os forçou a baterem em retirada, contudo um policial ficou para trás e foi feito refém. Após esse episódio, um grupo de alunos (dos quais Jane fazia parte) retomaram o DCE. Para compensar o fechamento do Restaurante Universitário, traziam da fazenda do Canguiri,⁹⁶ com uma Kombi da entidade que era dirigida por sua colega Lídia, produtos que eram feitos naquela unidade para preparar comida na entidade. Em represália, a Reitoria aplicou a Lei Suplicy.⁹⁷

A respeito da postura da Reitoria da UFPR naquele período, Jane avalia que era claro para ela e demais alunos que militavam no DCE que a posição era de “entreguismo”: “assumia que fazia parte da ditadura”, inclusive porque a alta administração tinha clareza das intenções do governo militar em relação ao projeto MEC-USAID.

O DOPS registrou na ficha⁹⁸ de Jane, nº 37.968, sobre o episódio do fechamento do DCE, a seguinte informação:

Em 07/03/69 – A fichada esteve participando das manifestações estudantis subversivas, ocorridas no período de férias escolares tendo juntamente com outros elementos furtado máquinas e outros objetos do DCE, por ocasião do seu fechamento, tendo na oportunidade pichado o Estabelecimento em sinal de protesto. (V. Pasta DOPS – Relat. dos dias 4 e 5/03/69).

Nessa época, Jane trabalhava no Banco Riachuelo, emprego que conseguiu com a ajuda do advogado Cláudio Ribeiro,⁹⁹ no setor de compensação e, certo dia,

96 A Fazenda do Canguiri é uma fazenda experimental do curso de agronomia da universidade.

97 Sancionada em 9 de novembro de 1964, a Lei nº 4.464, que ficou conhecida como Lei Suplicy, proibia atividades políticas estudantis e colocou na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as correlatas entidades estaduais, que passaram a atuar na clandestinidade. A partir daí todas as instâncias da representação estudantil ficam submetidas ao Ministério da Educação.

98 Anexo 103, p. 2.

99 Cláudio Ribeiro foi estudante da UFPR, militante, bancário, sindicalista e advogado do Sindicato dos Bancários, exercendo a advocacia e a militância política até os dias atuais. Preso pela repressão no Quartel da Polícia do Exército, perseguido e torturado, seu testemunho foi recepcionado

na saída do trabalho, foi presa por dois militares que a levaram para a DOPS-PR. Consta na ficha do DOPS-PR de Jane que a data dessa prisão ocorreu no dia 10 de março de 1969. Esta data equidista do registro anteriormente citado em apenas três dias: “Em 10/03/69 – A fichada esteve detida nesta Especializada, nesta data, tendo prestado declarações. (V. Pasta DOPS-dia 10/03/60).”

No auto de declaração referente a essa prisão, tomado pelo delegado Ozias Algauer, este a interroga “[...]sobre um manifesto subversivo encontrado em seu poder, feito pela UBES [União Brasileira dos Estudantes Secundaristas] e dirigido aos secundaristas [...]”.

O auto de apreensão registrado pelo delegado em questão juntou transcrição do mencionado manifesto que pretendia “transformar o dia 28 de março, data do assassinato de Edson Luiz, num grande dia de luta nacional contra a repressão da ditadura”.¹⁰⁰ Esse questionamento sobre sua relação com o movimento estudantil secundarista foi importante no conjunto das acusações que lhe serão imputadas mais tarde. No mesmo dia, 10 de março, o delegado Ozias Algauer encaminhou Jane para o comandante da 5ª Companhia da Polícia do Exército,¹⁰¹ major Celso Conceição de Lima, conforme consta do ofício nº 60/1969.¹⁰²

No mesmo dia, foram presas também outras duas estudantes: Ana, que cursava odontologia, e Magda, que morava junto com Jane e, pelo que ela se lembra, cursava história. Ficou aproximadamente uma semana presa. Os interrogadores queriam saber, entre outras coisas, porque ela, sendo universitária, estava sempre com dois jovens secundaristas japoneses.

Ao sair da prisão, foi para Campo Grande, local de origem da colega Magda. Estava se preparando para o Congresso de Ibiúna, mas acabou não indo, dedicando-se a preparar o Congresso da Chácara do Alemão, que lhe rendeu um mandado de prisão preventiva decretado pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército e expedido pela 5ª RM, em Curitiba, conforme registrado em sua ficha do DOPS-PR:

Em 16-11-70 – A fichada teve decretada sua prisão preventiva através do Conselho Permanente de Justiça do Exército, juntamente com

pela CEV-PR e pela Comissão da Verdade da OAB-Pre seu registro em vídeo está disponível no link: <<http://bit.ly/2vaeuG0>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

100 Anexo 104, p. 149 e 152.

101 A 5ª Companhia da Polícia do Exército funcionava no quartel da Praça Rui Barbosa, junto com o comando da 5ª Região Militar e onde muitos perseguidos políticos foram presos e torturados.

102 Anexo 104, p. 148.

10 estudantes participantes do congresso da UNE na denominada “Chácara do Alemão”, nesta Capital. (vp Auditoria – rec. Jornal Trib. do Paraná de 17/9/60).¹⁰³

Nesse episódio da Chácara do Alemão, Jane estava chegando no local quando a polícia surgiu. Conseguiu escapar e não chegou a ser presa com os demais estudantes. A professora Judite Trindade,¹⁰⁴ ouvida pela CEV-PR no dia 8 de outubro de 2013, em seu relato faz referência a Jane Argolo naquele período em que ambas militaram no movimento estudantil.

Com efeito, em 30 de dezembro de 1968, o representante do Ministério Público e da 5ª RM ofereceram denúncia inicialmente contra 15 estudantes presos na Chácara do Alemão.¹⁰⁵ Somente após o ofício nº 1029/CO/1969,¹⁰⁶ de 13 de janeiro de 1969, emitido pelo Coronel Waldemar O. Bianco, delegado regional da Polícia Federal do Paraná e de Santa Catarina, em que ele informa ao juiz auditor da 5ª RM a relação de alunos presos por aquele órgão na Chácara do Alemão que a lista passa para 35 alunos. Contudo, Jane ainda não estava entre os listados. Seu indiciamento foi feito por uma via transversa.

No IPM nº 477, instaurado para investigar justamente esse episódio da Chácara do Alemão, chama especial atenção o parecer denominado “laudo pericial ideológico”, senão pelo ineditismo de seu objetivo ao menos pela origem de seus peritos, professores da UFPR: desembargador Lauro Fabrício de Mello Pinto e reitor José Nicolau dos Santos (gestão 1964-1967), designados pelo juiz auditor do referido IPM para analisar os documentos apreendidos com os alunos na citada chácara. Esse laudo, que responde aos quesitos requeridos no termo de compromisso assinado pelos professores peritos,¹⁰⁷ foi encaminhado da Polícia Federal ao procurador de Justiça Militar pelo ofício nº 6.868/C/1968¹⁰⁸ e serviu de base para todo o processo de acusação da Justiça Militar, inclusive nos graus de recurso e apelação. Diz o laudo:

103 Anexo 103, p. 4.

104 O testemunho da professora Judite Trindade está disponível no link: <<http://bit.ly/2sql1JH>>. Judite foi uma das estudantes processadas no IPM nº 477/1969 da Chácara do Alemão, presa desde o evento, e cumpriu pena no Presídio do Ahú.

105 Anexo 103, p. 9-18.

106 Anexo 105, p. 471-478.

107 Idem, p. 471-478.

108 Idem, p. 231.

Os peritos nomeados para proceder ao exame dos documentos apreendidos e constantes nos autos, assim respondem aos quesitos que lhes foram propostos:

1º) Pela leitura atenta e reiterada dos textos dos dez (10) documentos apresentados a exame, chegaram os peritos à convicção de que tais documentos exteriorizam, com evidência, ideias dos sequazes das doutrinas marxistas, leninistas ou stalinistas. Os conceitos espostos pelo materialismo dialético, as expressões usadas pelos sectários dessas doutrinas, os seus conhecidos slogans, o objetivo de expor à desmoralização a autoridade constituída nos estados democráticos, a reiterada técnica de criar e estimular o ódio entre classes sociais, sob o pretexto de defender o País contra o colonialismo e o imperialismo, tudo isso está claramente expresso e afirmado nos papéis em exame.

2º) Sim. O documento nº 4 preconiza ações violentas, tendentes a modificar a estrutura político-social vigente no País. Além de traçar um plano de agitação em todo o território nacional, plano coordenado com organizações internacionais, e de propor auxílio material para ocupação de fábricas e terras, prega a utilização de meios violentos para eliminar “os entraves do processo de transformação da sociedade brasileira”.

3º) Sim. O documento nº 7, depois de cindir o povo brasileiro em classes fundamentais, recomenda e incita abertamente a luta de classes, com o emprego da violência, aconselhando o estudante a “fazer greves”, a “ocupar as escolas”, a distribuir panfletos, a pichar muros, a rejeitar o diálogo com autoridades, a confiar na força e não dar tréguas ao inimigo, na luta de massas.

4º) Sim. Os documentos de nºs 1 e 3 encerram ofensas ao governo constituído e às classes armadas. A injúria e a difamação içam os papéis examinados.

O Governo é capitulado, no doc. nº 1, como “ditadura dos monopólios capitalista”; como “governo integrado na política do imperialismo

norte-americano”; e como “governo que garante a exploração latifundiária do campo”.

O doc. nº 2 tacha as classes armadas como “vendilhões traidores”; como “camarilha militarista que assaltou o Poder da República”; como instrumentos do “regime ditatorial-militar”, ao qual se deve mover guerra sem quartel.

5º) Sim. Depois de nomear o Governo com os epítetos depreciativos de Ditadura e de Ditadura Militar Entreguista, o doc. nº 6 esclarece o objetivo dos seus autores: “Derrubar a Ditadura e expulsar o Imperialismo”.

Para atingir esse desiderato, que consideram a tônica de suas manifestações, os autores desse documento recomendam o emprego de “todas as forças de luta”, para “o combate sem tréguas e sem conciliações à ditadura”, acentuando categoricamente que a violência é justa.

Nada mais tendo que responder ou declarar, pelos peritos foi datilografado este laudo, em duas vias, devidamente assinadas e rubricadas.

Curitiba, 28 de dezembro de 1968.¹⁰⁹

A decisão de condenação do primeiro grupo de alunos foi proferida em 24 de março de 1969, estando todos os condenados presos desde o evento.¹¹⁰ Durante a audiência de julgamento, o advogado Otto Luiz Sponholz, representando a defesa de Mauro Daisson Otero Goulart, um dos acusados, contestou o laudo anterior nos seguintes termos:

Que a acusação é pueril e falha em todos os sentidos e que o laudo que o MP mandou anexar à denúncia, foi feito pelo Sr. José Nicolau dos Santos, que é professor de Geografia, não tendo portanto, condições para aquilatar o valor subversivo ou não de tais documentos.

109 Anexo 105, p. 228-229.

110 Anexo 105, p. 974-982.

Antonio A. Breda, advogado constituído de Judith M. B. Trindade, Elizabeth Franco Fortes e Hélio Urnau, prossegue nos argumentos das defesas:

[...] afirmando que a denúncia é flagrantemente inepta e que o processo penal é um caminho da busca da verdade e não uma guerra do mais astuto.¹¹¹

De fato, a documentação do referido IPM nº 477/1969 sugere que os militares haviam se perdido entre tantas acusações, processos e prisões arbitrárias. O despacho do procurador de Justiça Militar Alceu Alves dos Santos ao auditor do processo, do dia 14 de maio de 1971, diz:

Deve haver um equívoco, por parte da responsável Sentença de fls. 819 a 830, pois todos os [elementos] que figuram no Auto de Prisão em Flagrante, de fl. 61 a 77, foram denunciados e condenados, nos presentes autos.

No entanto, encontramos, das fls. 349 a 355, uma relação de elementos detidos no local dos fatos, alguns deles não denunciados, nos presentes autos, [mas] sim naqueles do processo nº 494, encabeçado por Ana [Maria] da Costa.

Nessas condições, solicito seja certificado pelo Sr. Escrivão, quais as pessoas que responderam, [ou] respondem, ao citado processo nº 494, desta Auditoria [sendo] juntado cópia autêntica da respectiva sentença, com que se comprovará já ter sido cumprido o item “e” da parte decisória da Sentença de fls. 810 a 830, [proferida] nos presentes autos.¹¹²

Com efeito, como anteriormente dito, nas folhas do IPM em que estão listados os acusados, não consta o nome de Perpétua Janeti Batista dos Santos (Jane Argolo).¹¹³

O nome Perpétua Janeti Batista dos Santos surge em meio à informação juntada aos autos referente à apelação nº 37.214 do processo de nº 477/1969, que remete ao IPM nº 494/1969, apelação nº 38.485, na qual era investigado outro grupo de estudantes, entre eles Perpétua (Jane), também envolvidos no mesmo episódio.

¹¹¹ Anexo 105, p. 976.

¹¹² Idem, p. 1.219.

¹¹³ Idem, p. 472-478.

Essa mesma informação foi disseminada para o Rio de Janeiro e apensada ao IPM nº 20/1970, o qual será tratado mais adiante. O processo nº 494/1969 não foi localizado,¹¹⁴ não sendo possível avaliar as informações nele contidas e tampouco de que maneira Jane foi incluída no rol de denunciados. Não obstante, consta que o processo resultou na absolvição de todos os acusados pelo Conselho Permanente de Justiça em 9 de dezembro de 1970:

Certifico, para os devidos fins e, em face do respeitável despacho do Exmo. Sr. Dr. Juiz Auditor desta Auditoria da 5ª CJM, que [...] está consignado o registro do Proc. 494 em que figuram como acusados – ANA MARIA DA COSTA e OUTROS (num total de 25 denunciados), incurso nos artigos 23, 36 e 38-II, do Dec. Lei 314/67, cujos fatos delituosos se relacionam com a reunião na denominada “Chácara do Alemão” e que são: [...] LÍDIA Lucaski [...] PERPÉTUA Janeti Batista dos Santos [...] ROMEU Bertol [...], sendo que estes Autos foram autuados em 27 de junho de 1969, recebida a denúncia em oito de julho de 1969 e, a final, julgado em 09 de dezembro de 1970, tendo o Conselho Permanente de Justiça os absolvido por unanimidade de votos. O Processo encontra-se no Egrégio Superior Tribunal, em grau de apelação interposta pelo dr. Procurador Militar junto a esta auditoria.¹¹⁵

A ficha do DOPS de Perpétua (Jane) registrou a seguinte informação:

Em 28-08-69 – A fichada seria qualificada pela Aud. 5ª RM, na data mencionada no processo instaurado para punir os implicados no XXX Congresso da UNE, tentado ser realizado n/Capital. (V. recorte do jornal tribuna do pr. 28-8-69).(Pasta Auditoria 5ªRM). [sic]¹¹⁶

114 Ofício nº 640/DSJ, de 29 de março de 1973, enviado pelo diretor-geral Norival da Costa Guimarães, do Superior Tribunal de Justiça em Brasília ao auditor da 5ª Circunscrição Judiciária Militar em Curitiba, informa: “tenho a hora de remeter a V. Exª os autos da Apelação nº 37.214, referente a Hélio Urnau e outros, que constituíram nesse Juízo o Processo nº 477-69, e no Colendo Supremo Tribunal Federal o Recurso Ordinário Criminal nº 1.118, do supracitado Hélio Urnau. Quanto ao Processo nº 494/69 (Apelação nº 38.485), referente a Ana Maria da Costa e outros, estão os autos sendo desarquivados para igual atendimento” (Anexo 105, p. 1301).

115 Anexo 105, p. 1.221.

116 Anexo 103, p. 2.

Naquele período, seguiam em curso investigações de vários processos, entre eles o IPM nº 70/1969 (que investigava o MR-8, suas ligações com o PCBR e a ALN) e o já citado IPM nº 20/1970 que investigava o PCBR, ambos abertos no Rio de Janeiro e que envolviam militantes do Paraná, inclusive de Curitiba. O relato de Jane Argolo acerca dos interrogatórios a que foi submetida permite presumir que os interrogadores buscavam informações, além de envolvê-la em outras acusações que possivelmente estão relacionadas a esses outros IPM e que eram estranhos ao inquérito da Chácara do Alemão. Isso pode justificar a participação do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do DOPS nos interrogatórios e torturas a que foi submetida.

Nesse sentido, o cruzamento das informações inclusas nos IPM aqui citados permitem estabelecer uma conexão entre si e as perseguições, prisões e torturas sofridas por Jane. Nos autos do IPM nº 20/1970, que tramitava no Rio de Janeiro, fora juntado às folhas de nº 707 e seguintes (numeração original do processo) a transcrição de denúncia feita pelo representante do Ministério Público junto à Auditoria da 5ª RM contra 25 estudantes, entre eles Perpétua Janeti Batista dos Santos (Jane Argolo).¹¹⁷ Essa informação é justamente aquela do IPM nº 494/1969 que foi disseminada para outros processos. Consta contra Jane no citado texto, nas folhas 718:

Em seu poder, foi apreendida cópia do original de um manifesto da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), como se vê às fls. 133. O citado documento, pelas suas características estava a caminho do mimeógrafo. Trata-se de manifesto destinado a provocar a guerra revolucionária ou subversiva, pois visa a “Transformar o dia 28 de março, data do assassinato de Edson Luiz, num grande dia de luta nacional contra a repressão da ditadura”. Este documento demonstra a ligação entre a UNE e a UBES, órgãos diretores do movimento estudantil subversivo, ligados ao movimento “28 de março”, do qual participam o guerrilheiro Adamastor Bonilha e outros. A denunciada frequentava o DCE e a CEUC, daí a relação entre ela e o que foi apurado quanto ao denunciado Hamilton J. B. de Faria [...].¹¹⁸

117 Anexo 106, p. 686-702.

118 Anexo 106, p. 698.

Essa documentação, acostada no IPM nº 20/1970, da 2ª Auditoria Militar, sugere que Jane, segundo os militares, era um dos importantes elementos ligados ao movimento estudantil no Paraná que fazia a conexão entre a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a UNE, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) e o PCBR e a articulação com a “guerrilha armada”. É importante acrescentar que nos inquéritos contra o PCBR constavam várias acusações de assaltos a bancos, questão recorrente nos interrogatórios de Jane.

Reforça essa tese o fato de que no IPM nº 20/1970 estavam sendo acusados militantes que também eram ligados ao movimento estudantil em Curitiba e outras regiões do estado do Paraná. Além disso, havia nesse processo referência a algumas pessoas apenas pelo codinome e que poderiam ser interpretadas pelos militares como sendo Jane. Também era constante nas peças de acusação, nos IPM que investigavam o PCBR, informação de que uma de suas áreas de ação prioritária era o movimento estudantil, em especial os secundaristas e universitários representados pela Ubes, pela UNE e pelos DCEs, justamente no qual Jane era identificada como militante.

A partir disso decorrem possivelmente as acusações e inquirições violentas feitas em interrogatórios a Jane e sobre as quais ela não sabia do que se tratavam. Cumpre observar que são abundantes os registros e denúncias de uso de torturas de extrema violência durante os inquéritos contra o PCBR e o MR-8 em todos os estados em que houve investigação, inclusive no Paraná, o que coaduna com as torturas relatadas por Jane.

Seguem fragmentos do conteúdo de algumas páginas do IPM nº 70/1969, uma elaborada peça que facilita a compreensão do exposto anteriormente:

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro teve sua origem no movimento estudantil em Niterói, por volta de 1966. [...] Em 1967, outros elementos do movimento Estudantil foram se identificando com os temas desenvolvidos pela “Organização” em formação, que já poderia ser definida como sendo de ideologia socialista-marxista, desenvolvendo uma política com raízes na nacionalidade brasileira e propugnando pela implantação do socialismo através da luta armada [...] A partir de então, escolhida a região sudoeste do Estado do Paraná, como propícia para o prosseguimento dos estudos de campo, a luta política e o estabelecimento de focos guerrilheiros, a “Organização” dividiu sua atuação, passando a operar na Guanabara e no Estado do Paraná. [...] Em agosto, o grupo dirige-se

para Curitiba e [...] para Tubarão, em Santa Catarina [...] no Rio de Janeiro [...] preparam um golpe a ser dado no Banco Mercantil de Niterói [...] contando com parte do dinheiro expropriado do Banco Lar Brasileiro S. A.

[...]

Conseguindo um “aparelho” em Curitiba, todos se dirigiram para lá [...]

[...] parte do assalto ao Banco Aliança S.A. [...]

[...] área para treinamento de guerrilheiros e escolhe a região entre Mafra, Lages, Curitiba e Rio do Sul, em Santa Catarina.

[...] para fazer o levantamento de uma agência do Banco do Brasil, mas o local foi considerado impróprio para assalto. [...] Os remanescentes alugam novo “aparelho”, também em Curitiba [...]

Enquanto isso acontecia no sul do país, a “Organização” desenvolvia, também, atividades no Estado do Rio e na Guanabara [...]

Nessa época [...] os componentes da “Organização” dedicavam-se a estudos, reuniões e elaboração de trabalhos manuscritos e mimeografados de cunho subversivo.

[...]

Daí resultou o assalto, em 6 de janeiro de 1969, do Banco Lar Brasileiro – Agência Ipanema, precedido de roubo de um automóvel; o aluguel de novos aparelhos; o roubo, em março, de um Volkswagen e o assalto ao Banco Aliança S.A.

[...]o fornecimento de Cr\$70.000, 00, um fuzil Mauser e uma lista de agências do Banco do Brasil que possuíam em seus cofres centenas de mil cruzeiros novos.

Planeja-se, em abril, o assalto ao Banco Nacional Brasileiro S.A.[...] que implicou no roubo de três automóveis.

[...]

Este entra em contato com o Embaixador da Síria no Brasil, com a finalidade de obter ajuda através do fornecimento de armas.

[...] vem a saber que o “MR-8” planeja a libertação dos presos da Ilha das Flores, prontificando-se a conseguir uma lancha veloz, pessoal junto ao PCBR e equipamento de mergulho.

[...]

Fizeram contatos com a Dissidência de São Paulo e com elementos de outras organizações no Rio de Janeiro, além do movimento COLINA, Frente de Libertação Nacional e Organização de Marighella.

[...] contatos internacionais, com organizações paraguaias e argentinas, bem como com os Tupamaros.

[...] também manteve contato [...] com o fito de obter um investimento no exterior para financiar a Revolução das Esquerdas no Brasil.

[...] procurou contato com um advogado esquerdista em Milão, para conseguir material eletrônico de comunicações e armas, e tentou a mesma coisa com guerrilheiros do Peru.¹¹⁹

Soma-se ao já explanado anteriormente o ambiente dentro do regime militar à época: a teia de confusões e disputas dentro dos órgãos de repressão e dentro dos processos (IPM) chegava em alguns momentos, se não fosse trágico, ao limite do hilário; a prática da violência generalizada em todos os níveis do regime, ocorria grande parte de forma gratuita e sem propósito; as “verdades e certezas” construídas pelos interrogadores sob tortura dos presos e que depois eram disseminadas entre os órgãos, alimentando uma rede de informações e repressão que fortalecia a ideia do “inimigo interno”; a lógica do “negócio pago por cabeça de militante” capturado, preso e exterminado; a corrupção e o favorecimento político ou pessoal decorrente desse ambiente de degradação institucional generalizada transformavam muitos dos perseguidos políticos em alvos preferenciais. Jane, naquele momento, era um desses alvos.

A observação atenta das fichas de Perpétua (Jane) – localizadas no acervo DOPS-PR e aqui tratadas – é necessária para que se possa ter a visão do conjunto dos registros aqui citados e da sequência temporal deles. É importante observar também que as fichas devem ser vistas, como toda a documentação produzida pela ditadura, com a devida reserva em razão do apontado no parágrafo anterior. Alguns desses registros foram feitos a partir de informações de jornais,¹²⁰ o que por si só revela sua fragilidade. Ademais, em especial em relação a essas fichas, mais adiante serão apontadas outras inconsistências e incongruências que devem orientar a sua leitura.

119 Anexo 61, p. 18-26.

120 Anotações dos dias 28 de agosto de 1969, 16 de novembro de 1970 e 29 de setembro de 1971 (Anexo 103, p. 2 e 4).

Em decorrência da primeira detenção, Jane perdeu o emprego e acabou indo para Santa Catarina trabalhar em um consultório médico. Com problemas de saúde, viaja para a casa de seus pais, em Itapiranga,¹²¹ levando uma pasta com papéis¹²² que ela acabou esquecendo no ônibus e que a ficha do DOPS registra no apontamento do dia 4 de setembro de 1969 da seguinte forma:

Em 4.9.69 – Foi encontrado no interior de um ônibus que faz a linha XAPECO uma pasta com diversos documentos de propaganda comunista,¹²³ presumindo-se que pertence à fichada. (p. própria, inf. 85-E2/69)¹²⁴

Dentro das pastas apreendidas, havia uma receita médica, o que possibilitou a identificação de Jane.¹²⁵ Como desdobramento dessa apreensão, a casa dos pais de Jane foi sitiada por um grande número de militares que a capturaram, algemaram, prenderam e levaram para uma instalação do Cenimar em Santa Catarina. Embora Jane não saiba precisar o local dessa prisão,¹²⁶ lembra que era uma casa com escadas, na qual havia mais presos.

Periodicamente, faziam interrogatórios com perguntas (ver as informações já mencionadas anteriormente sobre os IPM do PCBR e do MR-8, entre outros) que ela não sabia responder e que eram intercalados de torturas.

121 Itapiranga é um município situado no extremo oeste de Santa Catarina, às margens do Rio Uruguai, limítrofe com o estado do Rio Grande do Sul, a 60 quilômetros da cidade de Três Passos, onde ocorreram a Guerrilha de Três Passos e onde vários Grupos dos Onze foram formados no início da década de 1960. Nesta cidade, foi realizada, no dia 13 de junho de 2014, audiência pública da Comissão da Verdade do Rio Grande do Sul e Caravana da Anistia com objetivo de tomar os testemunhos de várias vítimas que à época compuseram os Grupos dos Onze. Representante do Grupo de Trabalho “Operação Condor” da CEV-PR participou das audiências para capturar informações visto que vários brasileiros que compunham aqueles grupos na época, para escapar da repressão militar, buscaram refúgio no Paraná e em outros países vizinhos, como Paraguai e Argentina. Muitos nunca mais voltaram ao Brasil. A respeito desses Grupos dos Onze e da Guerrilha de Três Passos, a CEV-PR tomou depoimento de várias vítimas na audiência pública de Cascavel, realizada nos dias 20 e 21 de março de 2014.

122 Os papéis encontrados na pasta de Jane e apreendidos no ônibus estão no Anexo 103 deste capítulo. Nessa pasta, havia jornais, um conjunto de textos do movimento estudantil e uma folha de prescrição médica de Jane, o que permitiu à polícia identificá-la.

123 Anexo 104, p. 5 e 114.

124 Anexo 103, p. 2.

125 Anexo 104, p. 74.

126 As referências de locais de prisão e torturas, datadas destas ocorrências e agentes responsáveis não são precisas em razão de que Jane, como muitas das demais vítimas, eram presas, encapuzadas e levadas a locais clandestinos de tortura sob privação da noção de local e tempo.

Sua cela era conhecida como cela do “castigo”. Não tinha nada, nem cama. Os próprios carcereiros demonstravam incômodo com a sua situação em razão do estado precário de sua saúde. Certo dia, foi levada para o Hospital de Caridade, que não a aceitou em razão da gravidade de seu quadro, retornando à casa-prisão. Esta casa, provavelmente um centro clandestino de tortura em Santa Catarina, não foi investigada pela CEV-PR.

Seu estado de saúde piorou ainda mais. Certo dia, acordou no Hospital Naval, na ilha de Florianópolis. Ao se recuperar, foi levada para outro local na mesma cidade, onde podia ouvir muitos gritos de tortura de outros presos. Depois, foi levada para outra prisão, já na área do continente. Até esse momento, em razão da incomunicabilidade que lhe fora imposta, os seus familiares não sabiam onde Jane era mantida presa.

Dias depois, Jane foi conduzida para Curitiba, a um quartel próximo da Faculdade de Medicina da Universidade Pontifícia Católica e que ficava próximo da Auditoria Militar. Mais tarde, foi levada para o Presídio do Ahú.

Jane afirma que a tortura mais violenta sofrida até então foi no dia 8 de outubro de 1969, na qual os algozes justificaram dizendo que era uma “homenagem ao Che”, referindo-se à data da morte de Che Guevara, em 8 de outubro de 1967. Aluizio Palmar, em seu testemunho no livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* (2005), refere-se ao episódio como “a noite do terror”:

Quando cheguei ao Ahú fui direto para o Fundão da Quarta, que é como é chamada a solitária da Quarta Galeria, rotineiramente utilizada pela segurança do presídio quando decidia torturar alguém. Eu parecia um trapo humano, totalmente desestruturado, tão insensível que não me importava com a cela fedida, sem colchão e cobertor, e com o frio que deixava azuis os dedos dos pés e das mãos. Só saí daquele calabouço hediondo graças ao movimento dos presos políticos do piso superior.

[...]

A rotina da “cela dos estudantes” só foi interrompida quatro vezes. Duas ao me tirarem para novas torturas no DOPS. A terceira quando fomos acordados no meio da madrugada por tiros e gritos de dor. Corremos até a janela e vimos um preso sendo chutado enquanto tentava sair de um buraco. Nossos gritos desesperados foram tão fortes que os guardas, assustados, pararam de chutar o preso entalado no buraco de fuga. A batalha pela vida havia sido ganha. Naquela noite o

coletivo não dormiu, passou a noite pensando nas porradas que estavam recebendo os presos que procuraram obter a liberdade.

O “sossego” na “cela-sala” foi rompido pela quarta vez no dia em que conduziram a estudante gaúcha Jane Argolo para a tortura. Já era noite avançada quando agentes do DOPS levaram aquela menina baixinha e magra. Quando ela voltou de madrugada, ficamos sabendo que tiraram as roupas de Janetinha e a fizeram ficar com os pés descalços sobre duas latas sem tampa. Em seguida, o delegado Ozias Algauer e seus subordinados penduraram aquele corpo frágil no pau-de-arara e a submeteram a longas sessões de afogamento. Fiquei horrorizado ao pensar que uma das nossas meninas estava sendo torturada. Mais tarde, já na Ilha das Flores, eu sofri com as torturas a que foram submetidas Ziléia e Rossana Reznik, Iná Meireles e Marta Alvarez. (PALMAR, 2005, p. 195-196)

A respeito dessa tortura, Jane se lembra de uma mulher obesa e um militar que foram os mais violentos e disputavam entre si para saber quem era mais violento. Pela postura e linguagem, Jane acredita que possivelmente fossem do DOPS. Rememorando os tipos de tortura a que foi submetida até o amanhecer daquele dia, relata que foi deixada completamente nua (prática comum em quase todos os interrogatórios a que foi submetida) – o que a desmontou como ser humano, pois isso tirou-lhe a dignidade e a autoestima –, com torturas como pau de arara, afogamento; a certa altura caiu e quebrou dois dentes, choques elétricos, teve seu corpo “lavado” com o próprio sangue, e a partir de certo momento não sentia mais as mãos e pernas.

Consegui ver que um dos interrogadores já a havia interrogado em Florianópolis. Foi levada desfalecida de camburão novamente ao Presídio do Ahú. Quando acordou, estavam no presídio o bispo de Curitiba, a mãe de Celso Paciornik, uma pessoa que não se lembra o nome e seu pai. Ficou na enfermaria por uma semana. Teve várias audiências na Auditoria Militar nesse período. As acusações sobre as quais lhe interrogavam era que fora acusada como assaltante de bancos e de uma casa de armas (ver as referências anteriores aos IPM do PCBR e do MR-8).

O último interrogatório foi no dia 20 de dezembro de 1969, quando recebeu prisão domiciliar, condicionada a se apresentar regularmente. No Presídio do Ahú, conviveu com várias pessoas além do Aluízio; lembra-se de uma moça de nome Beti, do Mauro, da Vera (já falecida, que era militante da Ação Popular, e cujo

marido é militante do PCdoB até os dias atuais), Celso Paciornik e Beto Curvo (mato-grossense), grande parte destes processados no mesmo IPM que Teresa Urban ou no IPM nº 477/1969 da Chácara do Alemão.

Estranhamente, há um registro do dia 5 de fevereiro de 1970, na ficha de Jane no DOPS-PR em que o juiz auditor da 5ª RM, por meio do ofício nº 126, solicita ao DOPS-PR informar se Jane “encontrava-se presa em algum estabelecimento penal deste Estado”, tendo sido “informado não ser do conhecimento desta DOPS”:

Em 5-2-70 – O Juiz Auditor da 5ª RM c/ of. 126, solicitou se a mesma encontrava-se presa em algum estabelecimento desta DOPS; encaminhado o of. à DPC; v. cópia na pasta da mesma.¹²⁷

De fato, o registro feito imediatamente antes deste, do dia 4 de fevereiro de 1970, registra que:

Em 04-02-70– A fichada foi posta em liberdade, em data de 28-11-1969, em cumprimento ao Alvará de Soltura expedido pelo Capitão Major Pedro Fernando Gouveia de Oliveira – Encarregado – IPM – of. 3967/69 SCP-P.P.C.¹²⁸

Esta informação da ficha DOPS confrontada com o ofício nº 37/1970, de 28 de janeiro de 1970, do delegado adjunto divisional da Divisão de Polícia Especializada em que solicita ao delegado do DOPS, Ozias Algauer, informações a respeito de denúncia do procurador de Jane de que:

elementos dessa Delegacia, retiraram no dia 08 de outubro de 1969, a acusada da Prisão Provisória do Ahú, e que nas dependências dessa D.O.P.S., a mesma fora submetida a uma série de torturas, etc.¹²⁹

Sugere que o referido registro, o que dizia “informado não ser do conhecimento desta DOPS”, diga-se de passagem muito tardio, foi feito na referida ficha em decorrência do questionamento formulado, numa tentativa de dissimular informação que desvinculasse a tortura de Jane do dia 8 de outubro da equipe do DOPS-PR.

¹²⁷ Anexo 103, p. 2 e Anexo 104, p. 142-143.

¹²⁸ Anexo 103, p. 2 e Anexo 104, p. 140-141.

¹²⁹ Anexo 104, p. 135.

Nesse período, a casa dos pais de Jane foi invadida várias vezes e a família teve que se mudar para Porto Alegre (RS), porque o ambiente numa comunidade pequena como aquela, em que a filha era acusada de assaltante de banco, tornara-se insuportável.

Em 1970, exilou-se na Argentina, depois no Uruguai. Quando voltou ao Brasil, foi morar com um grupo ligado à Teologia da Libertação na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, usando o nome de Maria das Graças Cigalis. Depois, foi para a casa de Marta Rota, quando a polícia “estourou o aparelho” com aproximadamente cinco pessoas além dela. Novamente, foi presa e levada ao DOPS-RS, onde o método dos militares era deixar o(a) preso(a) nu(a), bater e interrogar. Como os documentos falsos que ela portava foram obtidos no Uruguai, o nome da mãe que constava nesses documentos era uruguaio e isso lhe custou um agravamento de sua situação naquele momento, pois os militares pensavam ser ela ligada ao grupo dos Tupamaros.¹³⁰ Conviveu com muitos presos no DOPS-RS e viu muita gente bastante torturada. Nesse episódio, o DOPS-RS não a identificou pela sua identidade verdadeira, o que lhe salvou de agravar mais ainda sua situação. Ficou algum tempo lá antes de ser liberada.

Em 6 de março de 1970, foi expedido mandado de prisão preventiva pelo juiz auditor da 5ª RM.¹³¹ Em 27 de julho de 1972, o Cenimar difundiu no seu âmbito e junto à DOPS-PR a solicitação de informação nº 295 sobre o paradeiro de Jane, que foi respondida em 3 de setembro do mesmo ano, enviando fotografia de Jane e informando que desconhecia o seu paradeiro.¹³²

Na clandestinidade, Jane conseguiu emprego, casou-se utilizando o nome de Maria das Graças Cigalis. Até 1980, quando deixou de utilizar este nome e passou a legalizar o nome Jane Argolo. Desde o exílio no Uruguai, nunca mais voltou a usar o nome de batismo e jamais deixou a luta de resistência à ditadura militar. Nesse período, militando no PCdoB, fazia com frequência a tarefa de transportar outros companheiros perseguidos de vários grupos diferentes e que envolvia a travessia de Porto Alegre para Jaguarão e Santana do Livramento.

130 Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T), ou simplesmente Tupamaros, foi uma organização de resistência à ditadura civil-militar no Uruguai entre 1973 a 1985. Naquela época, as Forças Armadas uruguaias lançaram uma campanha sangrenta de prisões em massa e “desaparecimentos” forçados que se traduziram em extermínio de milhares de pessoas. Alguns desses casos estão relatados na Operação Condor e foram investigados por este Grupo de Trabalho (caso do jornal *O Dia*).

131 Anexo 103, p. 4.

132 Anexo 104, p. 160, 161.

Conforme registrado na ficha do DOPS-PR, Jane continuava sendo procurada no ano de 1977 pela polícia do Paraná,¹³³ apesar de a mesma ficha apontar que ela foi absolvida pela 5ª Auditoria Militar.

2.5.1 RESPONSÁVEIS IDENTIFICADOS PELAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS CONTRA PERPÉTUA JANETI BATISTA DOS SANTOS – JANE ARGOLO

Delegado do DOPS-PR em Curitiba: Ozias Algauer

Comandante da 5ª Companhia da Polícia do Exército: major Celso Conceição de Lima

Juiz auditor da 5ª RM: Célio de Jesus Lobão Ferreira

Delegado regional da Polícia Federal no Paraná e Santa Catarina: coronel Waldemar O. Bianco

Diretor da Prisão Provisória de Curitiba (Presídio do Ahú): Lamartine R. Soares

2.5.2 RECOMENDAÇÕES

1. Envio deste relatório ao Ministério Público Federal para oferecimento de denúncia de crime por formação de quadrilha, sequestro, cárcere privado e tortura, contra aqueles ainda vivos:

Delegado do DOPS-PR em Curitiba: Ozias Algauer

Comandante da 5ª Companhia da Polícia do Exército: major Celso Conceição de Lima

Juiz auditor da 5ª RM: Célio de Jesus Lobão Ferreira

Delegado regional da Polícia Federal no Paraná e Santa Catarina: coronel Waldemar O. Bianco

Diretor da Prisão Provisória de Curitiba (Presídio do Ahú): Lamartine R. Soares

2. Envio deste relatório à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para o que couber em relação a eventual pedido de anistia política de Jane Argolo, à época Perpétua Janeti Batista dos Santos.

133 Anexo 103, p. 4 e Anexo 104, p. 2-3.

2.6 BENEDITO LÚCIO MACHADO

Zeli Aureliano Machado, esposa de Benedito Lúcio Machado, prestou depoimento à CEV-PR em 10 de abril de 2014. Brasileira, viúva de Benedito Lúcio Machado, Zeli declarou que seu marido foi prefeito de Santo Antônio da Platina pelo PTB e depois deputado estadual pelo MDB. Logo após o golpe militar de 1º de abril de 1964, em maio do mesmo ano, foi preso em casa por agentes da repressão e trazido para Curitiba, acusado de ser comunista. Sofreu torturas e muitas ameaças. Foi indiciado em IPM pela 5ª RM, sob a acusação de atividades subversivas, e enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em 1966, a denúncia foi aceita pelo juiz auditor no processo nº 382, sendo julgado em 1967 e absolvido. Porém, houve recurso da decisão pelo procurador militar, tendo o processo subido para o Superior Tribunal Militar, tudo conforme a certidão fornecida pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em 30 de setembro de 2004.¹³⁴

Durante a prisão de seu marido, a depoente e sua família ficaram em Santo Antônio da Platina, mas Zeli tinha de vir constantemente para Curitiba ver seu marido, que estava preso no Ahú, e para falar com seu advogado, deixando os filhos pequenos com parentes e vizinhos.

Foi um período de muitas dificuldades financeiras, privações e muitas humilhações sofridas. Os vizinhos e amigos evitavam conversar com a depoente e seus filhos. Até mesmo na Igreja Católica que antes frequentavam, foram certa vez impedidos pelo padre de entrar, porque toda a cidade os via como comunistas.

Quando seu marido finalmente foi absolvido do processo, aos poucos a comunidade foi se inteirando da verdade, ou seja, de que ele jamais pertencera ao partido comunista e nunca exerceu atividade subversiva, tratando-se de uma falsa acusação, talvez praticada por um adversário político para os órgãos de repressão, visando a sua desmoralização perante a comunidade.

Esses fatos abalaram muito a vida de toda a família e, apesar de seu marido voltar à vida política, a prisão e humilhação sofridas marcaram suas vidas para sempre. Muitos anos mais tarde, vieram morar em Curitiba, onde a depoente reside até hoje.

Benedito Lúcio Machado faleceu em 4 de junho de 1978.

2.6.1 RECOMENDAÇÃO

Que seja enviado este relatório à Comissão de Anistia, para apreciação do caso em face de pedido expresso da viúva, senhora Zeli Aureliano Machado.

**2.7 CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES – PAPANDUVA (SC):
GRAVES VIOLAÇÕES NO APOSSAMENTO REALIZADO PELA 5ª REGIÃO
MILITAR DO EXÉRCITO EM ÁREAS RURAIS DE PAPANDUVA E TRÊS
BARRAS (SC)**

ACAMPAMENTO “SÃO JOÃO MARIA”

Papanduva, 25 de setembro de 1985

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado

Ao Exmo. Sr. Ministro do Exército

Ao Exmo. Sr. Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário

Ao Exmo. Sr. Presidente da República

1. Em 1956 fomos arbitrariamente desapropriados pelo Decreto 40.570 do então presidente Juscelino Kubitschek;
2. Éramos 41 famílias de agricultores com elevada produção agrícola e agropecuária;
3. A terra de nossos antepassados passou tristemente à mão do Exército Nacional que destruiu todas as benfeitorias, as casas, lavouras e passou ilicitamente a explorar a erva-mate e o pinheiro araucária;
4. Usando apenas duas vezes durante o ano para manobras ou “teatrinho de guerra” como diz o atual comandante do Campo, coronéis arrendam as nossas terras para terceiros;
5. Sem nenhuma indenização, o Exército fez manobras no Campo, de 1956 até 1962, com os agricultores ainda morando e trabalhando dentro da área;
6. Em 1963, no governo João Goulart, o Exército expulsou os moradores dando 48 horas de prazo para sair. Os que não tinham para onde ir foram jogados pelo próprio Exército na praça de Canoinhas;
7. Sem entender o que acontecia, os agricultores deixaram à força suas terras e, até hoje, dispersos pelo Brasil inteiro, tentam reconstruir suas vidas;
8. A maioria absoluta – em torno de 95% – não conseguiu refazer a vida e hoje são pequenos proprietários, boias frias, assalariados rurais, arrendatários, meeiros, subempregados na cidade etc.

9. Nestes anos todos de injustiças, não abandonaram a luta. Tentamos a via judicial e até hoje nada conseguimos
10. Contatos e conversas foram feitos com todos os governantes estaduais e federais, com políticos ministros, etc. Até hoje, só promessas.
11. Cansados de acreditar na justiça e nos políticos, tentamos reaver nossas terras de outros modos: em 1980 tentamos reocupar as terras e fomos corridos pelo Batalhão de Choque do Exército;
12. Cansamos. Nestes anos todos, só promessas, e o pior, ameaças, prisões, torturas, repressão e violência;
13. Apesar de nossa simplicidade, pobreza, resistimos, e agora, decidimos acampar ao lado do Campo de Manobras;
14. É uma medida extrema, um brado final para que a justiça seja feita e nós trabalhadores, voltemos a ter a paz e a segurança que até hoje o Exército não nos deu;
15. Hoje, acampados precariamente e tendo o Exército à nossa frente, fazendo suas manobras de guerra, dando demonstração de força, fazendo do acampamento, das pobres famílias e das crianças lá acampadas, um alvo de inimigos, aprimorando seu poder de repressão e nos considerando inimigos de guerra. Nestas condições impossíveis de se viver, queremos apenas, dialogar, buscar uma solução pacífica.

O texto é parte da carta escrita pelos colonos expulsos de suas terras durante acampamento próximo à área invadida pelo Exército brasileiro, no ano de 1985, após um quarto de século de lutas por justiça que jamais alcançaram.

Para as investigações deste caso, além das oitivas individuais coletadas pela CEV-PR, foi realizada audiência pública conjunta da CEV-PR e da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina no dia 14 de outubro de 2014, na cidade de Papanduva. Ressalte-se a importância do testemunho e da consultoria do pastor Werner Fuchs para o esclarecimento deste caso.

Por mais de cinco décadas, proprietários legítimos de terras destinadas à agricultura e à pecuária, onde viviam e tiravam seu sustento, numa área totalizada em 7.614 ha, situadas nos municípios de Papanduva e Três Barras, sofreram graves violações de direitos humanos, em seus direitos fundamentais, além da violenta e abrupta expulsão de suas terras. Perseguidos por defenderem seus direitos, colonos que não eram e não tinham militância política, muito menos participavam de

movimentos de resistência à ditadura militar, foram fichados pelos órgãos de repressão, monitorados, alguns presos e torturados e outros submetidos a processos militares que tinham o único objetivo de intimidar e ameaçar.

A motivação do Exército brasileiro para a prática de tais violações era a implantação de um campo de instrução e treinamento da 5ª RM. O estudo do caso revela que a prática cotidiana das Forças Armadas naquela região vai muito além, nos limites da corrupção institucionalizada, da apropriação indevida dos meios de produção de colonos, das riquezas naturais e cultivadas e da adoção de trabalho análogo ao que se poderia classificar como trabalho escravo¹³⁵ para o fim de enriquecimento ilícito da instituição militar e particular de alguns militares que tinham sob sua responsabilidade a administração da área.

Foram levantados os diversos processos da esfera militar e inúmeros documentos que envolvem este caso, cuja extensão em número de vítimas (mais de 70 famílias) e a persistência até os dias atuais das violações sofridas o tornam um caso especialmente relevante, pois exemplifica de maneira intensa e permanente a perpetuação da ditadura que se abateu no país em 1964 e perdura até os dias atuais, em que a sociedade brasileira alcança o exercício de uma democracia em aperfeiçoamento.

135 O conceito de trabalho escravo moderno é uma expressão genérica ou coletiva para aquelas relações de trabalho, particularmente na história moderna ou contemporânea, nas quais pessoas são forçadas a exercer uma atividade contra sua vontade, sob ameaças de indigência, detenção, violência e inclusive morte. Muitas dessas formas de trabalho podem ser acobertadas pela expressão “trabalhos forçados”, embora quase sempre impliquem o uso de violência. A escravidão moderna inclui todas as formas de escravidão (embora a servidão seja tecnicamente uma forma de escravidão moderna, o termo “servo” é usado geralmente apenas em relação a sociedades pré-modernas, sob sistemas políticos feudais). Embora a escravidão no Brasil tenha sido oficialmente extinta em 13 de maio de 1888, em 1995 o governo brasileiro reconheceu a existência de condições de trabalho análogas à escravidão no território nacional. Entre 1995 e 2005, 18 mil trabalhadores foram libertados por ações conjuntas do Ministério do Trabalho e Emprego e das polícias estaduais e federal. No caso em tela, a apropriação indevida e ilegal, sem indenização da terra, dos patrimônios nela contidos (incluindo-se imóveis, galpões, equipamentos etc.) e das riquezas nela contidas pelo Exército, a expropriação dos meios de produção, o uso da violência continuada e ameaças com armamento pesado (tanques de guerra, canhões de curto e médio alcance etc.) e forte aparato militar e transformação do proprietário em “sem-terra”, com forte e continuada campanha de desmoralização do grupo atingido, obrigando muitos deles a se tornarem arrendadores de suas próprias terras em troca de sobrevivência, exigindo-lhes pagamento aos posseiros militares pelo uso de suas próprias terras em cotas de produção, o que revela uma condição inusitada e ímpar de adoção de trabalho escravo por imposição do Estado brasileiro por meio de suas Forças Armadas. Passados 50 anos, analogamente como ocorreu na abolição da escravatura brasileira em que os libertados o foram sem qualquer possibilidade de sobrevivência, abandonados à própria sorte, neste caso específico, os colonos continuam sob o jugo do abandono.

O GT “Operação Condor” relata o caso, motivado por três questões:

1. os primeiros testemunhos e provas deste caso foram colhidos pela CEV-PR;
2. os processos promovidos pela Justiça Militar contra os colonos e o pastor Werner Fuchs tramitaram pela 5ª RM, sediada em Curitiba;
3. Papanduva, nos seus primórdios, pertenceu à Província do Paraná, tendo sido distrito de Rio Negro (PR).

2.7.1 BREVE HISTÓRIA DE PAPANDUVA

A história de Papanduva (SC) se inicia com a passagem dos tropeiros que vinham do Rio Grande do Sul, com destino a São Paulo, passando por Santa Catarina e Paraná. Desde 1730, passou a ser ponto de descanso dos tropeiros e suas tropas por ter água cristalina e boas pastagens (o nome da cidade vem da linguagem indígena “papuã”, que significa capim doce). Com a criação da Província do Paraná, com seus limites até os Campos de Lages, Papanduva pertencia ao Paraná. Mais tarde, fez parte do município de Rio Negro (PR) e, por fim, foi distrito de Canoinhas (SC).

Somente após o término da Guerra do Contestado é que Papanduva veio a pertencer ao estado de Santa Catarina. Foi palco dessa guerra, na qual caboclos sem trabalho e posseiros foram expulsos de suas terras pelos governantes, que as destinavam para concessões a grandes empresas, como a Southern Brazil Lumber Colonization Co., tirando a fonte de subsistência dos pequenos posseiros. Além deles, uma leva de desempregados da Estrada de Ferro se juntaram e formaram uma guerrilha contra tais injustiças, e assim vagavam pelas matas e vilarejos, lutando pelo ideal de uma vida melhor.

No início do século XX, Papanduva começa a receber os primeiros imigrantes europeus, vindos do leste. Os primeiros foram os poloneses, depois os ucranianos e alguns alemães. As casas típicas desses imigrantes compunham a paisagem e a arquitetura da vila que começava a nascer pelos idos de 1930 e foi formalizada como distrito, pelo Decreto nº 292, de 15 de maio de 1938, pelo prefeito de Canoinhas (SC), sendo criado o município em 30 de dezembro de 1953 e instalado em 11 de abril de 1954.

Papanduva tinha grande produção de erva-mate, sendo este um dos produtos que alavancaram sua economia. Ainda hoje há na região armazéns (barrações) que guardavam a erva-mate para ser embarcada nos trens que passavam próximo da região. Tinha grande reserva de mata nativa, com variadas espécies da cobiçada “madeira de lei” e de mata de araucária; além disso, possui excelentes terras para a agricultura, onde se cultivava trigo, milho, feijão e batata, que mantinham em alta a economia da região.

Depois de tantos conflitos, a paz e a prosperidade reinavam na região de Papanduva, graças ao enorme sacrifício e o trabalho incansável dos imigrantes e nativos, que trouxeram a sua cultura e novas técnicas de trabalho.

A Southern Brazil Lumber Colonization Co., empresa norte-americana que construiu a Estrada de Ferro da região oeste de Santa Catarina, obteve do Governo Federal a posse de uma área de 2 mil hectares na região. Com a paralisação das atividades da Lumber, essa área voltou a ser propriedade da União, que a repassou ao Ministério da Guerra para ser instalado o Campo de Instrução Militar “Marechal Hermes” (CIMH). Porém, o Exército alegou que necessitava de uma área maior.

Assim, entre 1953 e 1954 iniciaram as medições de terras dos agricultores cujas propriedades eram contíguas à área original da Lumber. O primeiro decreto, nº 40.570 de 1956, desapropriava 89 propriedades, mas os valores propostos eram ínfimos, gerando várias contestações. Em 1963, já no processo de pré-golpe, a Justiça concedeu a imissão de posse ao Exército, exigindo a desocupação em 48 horas. Grande parte dos colonos ficou, de uma hora para outra, sem terra, teto, indenização ou ter de onde tirar o sustento para suas famílias, passando a morar em casebres nas margens da rodovia.¹³⁶

2.7.2 AS DESAPROPRIAÇÕES

A União Federal promoveu as ações de desapropriação das áreas a partir do Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, com alteração da redação pelo Decreto nº 44.458, de 3 de setembro de 1958, declarando-a de utilidade pública, com objetivo de instalar o Campo de Instrução do Exército, denominado “Marechal Hermes”. Acontece que, após a imissão na posse provisória pela União, o Exército adentrou nas áreas e determinou a saída das famílias dos proprietários, em 48 horas. As famílias foram retiradas de suas casas, com seus pertences pessoais e alguns poucos animais em caminhões do Exército e carroças, muitas delas sem ter para onde ir e sem o mínimo recurso, e todas as famílias foram deixadas na Praça da Cidade, abandonadas à própria sorte, haja vista que não tinham recebido qualquer importância de indenização.

Essa situação lhes causou profunda humilhação, revolta e desespero, uma vez que, da noite para o dia, foram transformados em moradores de rua e das marginais da rodovia BR-116, onde alguns vivem até hoje em precárias condições. Entre outras famílias, citamos a família Pacheco, conforme consta na reportagem do *Diário Catarinense* de 8 de junho de 1996; a família Boiko, reportagem do *Jornal de*

¹³⁶ Sinira Damaso Ribas conta todas essas histórias em seu livro *Resgate de memórias: Papanduva em histórias – famílias*, de 2004.

Santa Catarina de 10 de outubro de 1985, e a família Wojciechowski, reportagem de *Correio do Norte* de 30 de julho 2010.

Se não bastassem essas humilhações, os proprietários e suas famílias passaram a sofrer todo tipo de ameaça às suas vidas por parte dos militares. Alguns poucos que resistiram tinham suas casas frequentemente cercadas por intensas explosões de artefatos lançados propositalmente durante os treinamentos do Exército, com o objetivo de assustá-los e desestimular a permanência em suas moradias.

O Exército, no entanto, só ocupou e ocupa de fato para seus treinamentos um percentual estimado de 20% do total da área desapropriada, destinando o remanescente para exploração própria de erva-mate, corte de árvores da floresta nativa, como imbuia e araucária, para a indústria madeireira, arrendamentos de terras a terceiros para cultura agrícola e pecuária, conforme farta documentação anexa à versão digital deste relatório.

Durante todos os quase 60 anos de desapropriação, as indenizações referentes aos processos expropriatórios nunca foram pagas, conforme relatos das vítimas nas oitivas tomadas pela CEV-PR e pela Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina (CEV-SC), além da documentação arrolada neste relatório, corroboradas pelas notícias de jornais de circulação.¹³⁷

Conforme verificado nos anexos à versão digital deste relatório, os proprietários receberam o apoio de várias autoridades, políticos e membros do Ministério Público Estadual e Federal, que sempre lhes demonstraram solidariedade, indignados com a grande injustiça que sofreram e sofrem até hoje.

Todos sempre foram unânimes em reconhecer a ilegalidade do ato expropriatório, pois não cumpriu os requisitos subjetivos e objetivos do processo expropriatório, fato que inclusive o próprio Exército reconhece não ter cumprido os trâmites legais, como consta de seu relatório que diz: “A desapropriação não obedece aos parâmetros exigidos por lei, sendo em consequência tumultuada”.

Durante todos esses anos na luta por uma solução justa e favorável, nenhum sucesso foi obtido, restando a constatação de que graves e irreparáveis violações de direitos humanos ocorreram e ainda persistem, as quais em tempo devem ser corrigidas.

Das 70 ações primitivas, na Justiça Federal existem hoje 60, mas sete foram reunidas numa só e quatro não foram localizadas até hoje, portanto existem propriedades que nem sequer tem ação de desapropriação, sem qualquer possibilidade de regularização por parte do Exército.

Ocorre que, desde o início da instalação do CIMH, os proprietários foram privados de produzir, usufruir, gozar e dispor de suas propriedades, enquanto o Exército desfrutou da instalação em toda a sua plenitude, arrendando as terras a terceiros e até mesmo aos ex-proprietários, dos quais eram cobrados valores estabelecidos pelo Exército. Além disso, comercializaram as riquezas naturais como árvores da mata atlântica, araucárias, erva-mate etc.

O Exército, além de usar a propriedade para fins comerciais, reconhece em alguns documentos que as suas riquezas naturais deveriam ser avaliadas na desapropriação e não o foram, o que se comprova no decreto desapropriatório.

Até a presente data a União não conseguiu transferir para sua titularidade todas as propriedades que fazem parte do CIMH, tendo em vista as irregularidades ocorridas nas ações de desapropriações, até mesmo pela falta da correta descrição de algumas áreas e na falta de pagamentos das devidas e justas indenizações, conforme comprovam a vasta documentação anexada a este relatório.

A União, conforme demonstraram os pareceres judiciais nos processos nº 23.492/1984 e 24.452/1984, pretendia incorporar ao seu patrimônio as propriedades pro intermédio da Portaria nº 475/1983, posto que após duas décadas não havia logrado êxito no Poder Judiciário, em notável atentado contra os mais reconhecidos princípios constitucionais, da justa e prévia indenização aos processos de desapropriação, conforme afirma o senhor Ebrahin G. de Oliveira, em correspondência encaminhada ao general Oswaldo Pereira Gomes, diretor-geral do Patrimônio do Exército, do Ministério do Exército, em Brasília, no ano de 1987.

De fato, os legítimos proprietários reagiram à tomada de suas terras e o Exército brasileiro, e como forma de retaliação instaurou vários inquéritos militares, que posteriormente se transformaram em ações penais militares, na 5ª Circunscrição da Justiça Militar em Curitiba, envolvendo proprietários, herdeiros e outros representantes de entidades sociais que deram apoio à causa dos desapossados. Citamos inicialmente o *processo de nº 45.225-7 contra os herdeiros Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson Oliveira*, que foram presos na propriedade lindeira à área militar, sendo que Edilson conseguiu escapar da prisão, indo comunicar aos familiares acerca da prisão de Hamilton G. de Oliveira. Este, preso pelos militares, foi levado para o quartel de Rio Negro, onde sofreu inúmeras torturas e sua liberdade somente foi possível com a participação de várias entidades sociais como: Comissão Pastoral da Terra, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do

Estado de Santa Catarina (FETAESC), Companhia Energética de Brasília (CEB), Diretório Acadêmico de Teologia e Partido dos Trabalhadores, entre outras. A prisão de Hamilton deixou marcas visíveis e profundas, conforme demonstrado em audiência perante a CEV-PR, em Curitiba.

O segundo processo, de nº 45.003-7, envolveu o representante da Comissão Pastoral da Terra, o pastor Werner Fuchs, que foi julgado e condenado, em razão de sua manifestação pública de apoio às famílias expropriadas. Este processo teve repercussão internacional.¹³⁸

O terceiro processo nº 24/85-2 envolveu os expropriados Nataniel Rezende Ribas, José Rezende Ribas, João Florindo Schadeck, sendo julgados pelos crimes previstos nos artigos nº 240 e 257 do Código Penal Militar.

As irregularidades denunciadas pelos expropriados, acerca do desvio de finalidade da desapropriação, foram confirmadas pelo subtenente Heitor Freire de Albuquerque Filho, que denunciou o fato ao Ministério Público Federal em Mafra (SC), citando nomes e ações de vários militares de alta e baixa patente envolvidos em esquemas de comércio ilegal de madeira de lei e erva-mate, afirmando ainda que as licitações para arrendamentos a terceiros eram de “fachada”, pois entravam caminhões das empresas licitadas e caminhões que pertenciam a um sargento, citando que houve venda de madeira direta do Exército para uma empresa.

2.7.3 DAS PROVAS DOCUMENTAIS

DO PODER EXECUTIVO

Doc. 1

Decreto nº 40.570/1956 e 44.458/1958 de Desapropriação

Em 18 de dezembro de 1956, o presidente da República Juscelino Kubitschek, por meio do Decreto nº 40.570/1956, modificado pelo Decreto nº 44.458/1958 de 3 de setembro de 1958, declarou de utilidade pública 89 glebas de terras, com a área de 7.614 ha, atingindo 70 proprietários.¹³⁹

Antes do Decreto, a União havia retornado ao seu patrimônio a área da Southern Brazil Lumber Colonization Co., cujo acervo era composto de uma área de 2 mil ha e que posteriormente foi destinada ao CIMH.

¹³⁸ Anexo 119.

¹³⁹ Anexo 120.

A União, não satisfeita com a área do acervo da Lumber para o funcionamento do campo de instrução, desapropriou áreas circunvizinhas, baseada na informação de que a área era improdutiva. Na realidade, as propriedades eram altamente produtivas, 90% delas, com lavouras de feijão, milho, trigo, arroz, batata, centeio, soja, cevada etc., e no campo da pecuária tinha um manancial de criação de bovinos, equinos, caprinos, ovinos, aves etc. Portanto, eram terras férteis.

Nelas era preservada a cultura permanente de erva-mate, das matas naturais e o fomento de reflorestamento.

Ressalta-se que o preço oferecido em 1956 (data do Decreto) por um hectare era inferior ao valor de um cafezinho à época.

Em 1979 um grupo de mais de 100 pessoas expropriadas e seus herdeiros dependentes, invadiram pacificamente as áreas que lhes pertenciam e pertencem para chamar atenção do próprio Ministério do Exército e das autoridades constituídas, clamando pela definição do litígio. O resultado dessa mobilização foi inócuo.

Até a presente data a União não conseguiu titular todas as propriedades pertencentes ao CIMH, porém 23 propriedades foram transferidas de forma irregular, tendo em vista que as devidas indenizações jamais foram pagas.

DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Doc. 2

Ministério do Exército – Gabinete do Ministro

Ofício nº 4455-SA-2.3 – Brasília/DF de 22 de novembro de 1985

O subchefe do Gabinete do Ministério do Exército, Tamoyo Pereira das Neves, Cel Inf. QEMA, encaminha ofício nº 4455/1985 ao deputado estadual Francisco Kuster da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em resposta à correspondência enviada pela Comissão Especial Externa àquele Ministério, na qual apresentou as pretensões referente ao CIMH. Transcrevemos parte do seu teor:

[...] o que atendimento das pretensões que vêm sendo apresentadas – revogação do Decreto de expropriação, com a devolução da área do Campo de Instrução “Marechal Hermes” (CIMH) aos seus expropriados ou a revisão dos valores das indenizações devidas aos mesmos – é decisão que foge à competência deste Ministério, ao qual cabe tão somente guardar o patrimônio entregue a sua responsabilidade e dar-lhe o uso devido.

E continua:

[...] este Ministério não é infenso à ideia, já levantada pelos reivindicantes, de uma permuta da área ocupada pelo CIMH por outra, a ser indicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina e que seja adequada à finalidade a que se destina; uma vez imitado na posse dessa nova área, este Ministério solicitaria a reversão daquela que hoje ocupa ao Serviço de Patrimônio da União, com o qual o Executivo Catarinense procederia os entendimentos necessários para atender aos postulantes.

O documento anterior admite a possibilidade de reversão do mal feito, contudo lamentavelmente avoca ao Governo Estadual de Santa Catarina a obrigação de indicar outra área para permuta e devolução da área original aos seus proprietários. Esse princípio de corresponsabilidade entre União e Estado não havia sido evocado por ocasião do ato desapropriatório de 1958.

Doc. 3

Ministério do Exército – 5ª RM/5ª DE – Campo de Instrução Marechal Hermes

Autorização de 04/10/1962 – Concedida a autorização pelo Diretor do CIMH, o tenente-coronel Ovídio Souto da Silva, que autorizava o José da Silva Lima a *prender e trazer a sua presença* todo e qualquer indivíduo que tentasse retirar toda e qualquer benfeitoria, matas, pinheiros, imbuías ou qualquer outra madeira, erva-mate, ou qualquer espécie de bens imóveis, como era encarregado da retirada de animais cavalares que causassem danos aos pinheiros. (grifo nosso)

Este documento, ao arripio do Código Militar e das leis constitucionais vigentes à época, delegou a um civil poderes para prender e conduzir diante de autoridade militar qualquer cidadão que ao seu julgamento devesse ser acusado e privado de liberdade no interesse da posse da terra. Naqueles tempos, aquele que recebesse a delegação de poderes poderia ser denominado de “jagunço”.

Doc. 4

Ministério do Exército – 5ª RM/5ª DE – Campo de Instrução Marechal Hermes

Permissão de 14 de abril de 1986, concedida pelo diretor do CIMH, coronel Newton Rodrigues Romeiro, que autorizava os senhores Antônio Adão e Ivan Adão a levantar as manchas de erva para posterior exploração.

Este documento deixa evidente o uso da terra para fins comerciais, em flagrante desvio de finalidade.

Doc. 5

Do Relatório do Ministério do Exército, relatório parcial do arquivo 5ª Região Militar/DE – anexo 3, folhas 61 e 62, de 30 de agosto de 1986.

Relatório de fatos observados em torno da questão da desapropriação de terras do CIMH, era feito por ordem cronológica de período:

1956 – O Decreto nº 40.570, de 12 de dezembro de 1956 (Bol. Ex. nº 52, de 29 de dezembro de 1956) declara de utilidade pública a Gleba “A” e Gleba “B” constituindo o Campo de Manobras. Estes dois imóveis se somariam a outros três oriundos da Lumber. “A desapropriação não obedece aos parâmetros exigidos por lei, sendo em consequência tumultuada”. (grifo nosso).

1958 – O Decreto nº 44.458, de 3 de setembro de 1958 (Bol. Ex. nº 38, de 20 de setembro de 1958), dá nova redação ao decreto anterior, desapropriatório, porém “ainda desta vez não atinge aos objetivos” (grifo nosso).

Os dois documentos, conforme dito anteriormente, apontam divergências legais que nunca foram superadas. Apesar disso, a desapropriação foi, no que se refere à expulsão dos colonos, levada a termo.

Doc. 6

Anexo 8

Elaborado pelo coronel diretor do CIMH José Newton Rodrigues Romeiro, período de outubro de 1984 e seguintes.

Doc. 7

Ministério de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Aviso nº 330/1986, de 23 de outubro de 1986: por meio deste, o ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário sr. Dante Martins de Oliveira agradece ao ministro de Estado do Exército, general de Exército Leônidas Pires Gonçalves, pelo empenho na solução dos problemas referentes ao campo de instrução, conforme expresso em seu Aviso nº 159.

Este documento explicita de maneira inequívoca que o Alto Comando do Exército não só tinha conhecimento dos problemas referentes à área em discussão como também outros ministérios.

Doc. 8

Ofício nº 918/CC, Florianópolis de 14 de fevereiro de 1984.

Governador Esperidião Amin Helou Filho encaminha ao general da divisão Waldir Eduardo Martins, comandante da 5ª RM/5ª DE, o ofício nº 918/CC, Florianópolis, de 14 de fevereiro de 1984, no qual solicita a especial consideração ao assunto, em face do seu significado de cunho socioeconômico, tanto para o Governo do Estado como para inúmeros agricultores catarinenses:

Pelos Decretos nos. 40.570, de 18/12/56 e 44.458 de 03/12/58, foi expropriado uma área de 7.614 hectares, de diversos proprietários que, somados à área da ex-Lumber (compreendendo uma urbana de 924 hectares e outra de 1850 hectares) perfaz a área total 10.388 hectares, hoje utilizada pelo Exército Nacional para manobra de adestramento. Porém, que até hoje as ações de desapropriações não tiveram sua conclusão.

Em 1978, foi criada em Papanduva a *Sociedade Núcleo Rural Papuã*, entidade jurídica que cuidava especificamente dos interesses dos desapropriados, que vem diligências no sentido de regularizar a situação de seus integrantes, sendo que, em 12/08/82, esteve no Ministério, oportunidade que deixou um dossiê com suas reivindicações.

A área ocupada pelo “Campo de Instrução Marechal Hermes” é, em quase sua totalidade, altamente produtiva em termos agrícolas, sua exploração poderá propiciar um aumento de produção em torno de 500 mil sacos de diversas culturas de grãos (soja, trigo, arroz, milho, cevada, centeio etc). Por outro lado, o campo, que está situado numa área de 10 mil hectares de florestas de araucárias e erva-mate, presta-se também à exploração da pecuária, altamente difundida na região. (grifo nosso)

E continua o chefe do Poder Executivo:

No momento, estas são as únicas terras não cultivadas dentro de uma grande região produtiva, motivo que, aliado ao grande número de agricultores que estão a reivindicar o retorno às suas propriedades desapropriadas, faz daquela área foco de grande tensão social.

Senhor Comandante, em virtude do acima exposto e da documentação que a este anexo, submeto a Vossa Excelência proposta de permuta da área do “Campo de Instrução Marechal Hermes” por uma das quatro áreas constantes dos mapas em apenso.

Esta permuta, se concretizada, iria resolver o problema dos proprietários de terras prejudicadas na desapropriação, bem como propiciaria a meu Governo a possibilidade de dispor de terras a serem utilizadas no Projeto Fundo de Terras.

Este documento, como resposta ao ofício nº 4455/1985 do subchefe do Gabinete do Ministério do Exército, Tamoyo Pereira das Neves, Cel. Inf. QEMA, encaminhado ao deputado estadual Francisco Kuster, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, já citado anteriormente, explicita, ainda que por via transversa, o conhecimento do problema e a necessidade de solução, que infelizmente não se realizou.

Doc. 9

Manifestação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) favorável aos desapropriados em 14 de maio de 2009.

Por meio do Memo/Incra nº 153/2009, de 14 de maio de 2009, o superintendente regional do Incra de Santa Catarina (Incra-SC), João Paulo Lajus Strapazzon, responde ao Memo nº 1081/2009-GAB, encaminhado pelo chefe de Gabinete Francisco José Nascimento, relatando o histórico das graves violações sofridas pelos desapropriados quando da formação CIMH, em 1962, na fazenda da Lumber, empresa do grupo econômico de Percival Farquar, que transcrevemos:

A partir daquele momento, o Exército lá instalou o Campo de Instrução Marechal Hermes. Porém, como a área daquela fazenda era considerada insuficiente, buscou-se desapropriar as áreas circunvizinhas. Cerca de 89 propriedades, numa extensão de 7.595 ha, cujos agricultores eram proprietários legais, foram declarados de utilidade pública e desapropriados pelo Decreto 40.570 de 1956. Entretanto, *o Decreto tinha várias falhas, com inclusive a não exata localização da área desapropriada, impedindo o cálculo preciso do valor indenizatório.*

A partir de 1957 os militares passam a pressionar diretamente os agricultores, intimidando-os, inclusive com manobras de guerra. *Mesmo*

sem ter ocorrido o devido pagamento, pois ainda se estava negociando o valor indenizatório, em 1963 o juiz concede a posse provisória das terras para o Exército, expedindo ordem para que os desapropriados deixassem suas terras em 48 horas. Os colonos são, então, expulsos de forma arbitrária e violenta, sendo despejados em qualquer lugar, com a promessa de serem ressarcidos, apesar da lei lhes assegurar o direito de permanecer na área até o recebimento da indenização.

[...]

A partir dos anos de 70, o Exército permite que fazendeiros explorem a riqueza da área, especialmente os ervais, indignando os desapropriados, que permaneciam possuindo a posse escritural da área. Isto gerou uma reação dos mesmos, levando inclusive à reocuparem algumas vezes suas antigas propriedades entre a década de 70 a 80. Porém, cada vez que isto ocorria, os militares foram intransigentes e utilizaram a força.

[...]

Apesar da corporação militar nunca respeitar e legalidade nem a propriedade que não lhes pertencia, em determinado momento ela (corporação) reconheceu que tais terras eram extremamente férteis e que seriam mais úteis à nação se utilizadas produtivamente. (grifos nossos)

Conclusão do Incra

Na sua conclusão, o superintendente regional do Incra deixa claro seu posicionamento favorável aos desapropriados, mas também reconhece a impossibilidade da interferência do Incra em seu favor, conforme a seguir:

Pelo histórico pode-se desprender que o Incra de Santa Catarina nada pode fazer em relação a este problema histórico entre a União/ Exército e os expropriados que não receberam suas indenizações.

[...]

Sentimos e pedimos escusas mas não temos poder suficiente e nem base legal para intervirmos neste conflito que deverá completar mais de 50 anos. (grifos nossos)

O documento é bastante revelador, tanto sob o ponto de vista da ilegalidade cometida contra os colonos pelo Exército brasileiro como pelo relato minucioso sobre as circunstâncias da desapropriação inicial, em que fica claro que não havia exatidão sequer na localização exata da área a ser desapropriada. Diante dessa falha fundamental e grave, o Exército escolheu, a seu “bel-prazer” e sob o manto do autoritarismo, quais os colonos que seriam prejudicados e expulsos de suas terras.

Doc. 10

Processo movido pela Titular do Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, senhora Eulália Glaba Kohlbeck.

A senhora Eulália Glaba Kohlbeck, titular do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas, questionou a legalidade do procedimento de transferência das propriedades para a União por meio de uma ação judicial de dúvida protocolada sob nº 23.492/1984, na 1ª Vara do Estado de Santa Catarina, face ao expediente consubstanciado no Of. PFN-SC nº 1.700/1983, do titular da Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina.

A titular do cartório solicitou informações para esclarecer sobre a transcrição, em seu cartório, de imóvel pertencente à União, conforme descrito na certidão nº 6/1983, da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União naquele estado, com apoio da Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973, sob a alegação de haverem sido constatados vários proprietários, com títulos devidamente registrados, cujos imóveis foram atingidos e incluídos no documento apresentado.

Naquele momento, a decisão do juiz federal Jonas Nunes de Faria, da 1ª Vara do Estado de Santa Catarina, em 16 de outubro de 1984, foi pela procedência da dúvida, a qual descrevemos sua parte final:

Na verdade o que se pretendeu foi a fusão de matrículas, aliás, pela via oblíqua de um processo discriminatório falho, tanto que não se observou os mínimos requisitos e formalidades procedimentais, salvante apenas a forma, já que houve delegação, no pressuposto de que a UNIÃO detinha o domínio do imóvel em questão (art. 1º, I da Lei 5.972, de 11/12/73, arts. 19 e 22 a 31, do Decreto-Lei 9.760, de 05/09/46 e art. 1º, parágrafo único, do Decreto 83.869, de 21/08/79).

Entretanto, tal pertence a terceiros, além de parte do imóvel registrando estar “sub judice”, como demonstram os autos, *daí a impossibilidade do registro reclamado, pois, a sua admissão equivaleria, quando muito, verdadeiro confisco* (art. 153, parágrafo 22, da Constituição Federal e art. 3º, 5.972/73 cit.).

Também não se pode cogitar de averbação do ato expropriatório, a que se refere o digno representante do “parquet” federal, em razão mesmo dos estritos limites, subjetivos e objetivos, deste processo.

Isto posto e tudo o mais que dos autos consta julgo procedente a dúvida para determinar, como o faço, *a restituição dos documentos à parte requerente independentemente de traslado, anotado o fato no Protocolo e cancelada a prenotação*, desde que trânsito em julgado este decisório (art. 4º da Lei 5.972, de 11/12/73 c/c. o art.203, I da Lei 6.015, de 31/12/73, alterada pela Lei 6.216, de 30/06/75). (grifos nossos)

A manifestação do Exmo. juiz federal acerca da consulta promovida pela titular do Cartório de Registro de Imóveis é singularmente substantiva visto que no mérito fala por si mesmo e igualmente importante na medida em que incorpora o entendimento do Poder Judiciário acerca da questão em favor dos legítimos proprietários.

Doc. 11

Mandado de segurança movido por Maria da Glória Wojciechovcki, 14 de junho de 1984.

A desapropriada Maria da Glória Wojciechovcki impetrou um mandado de segurança para que pudesse cumprir o contrato de compra e venda referente à madeira de sua propriedade rural, julgado procedente.

A segurança foi concedida pelo juiz federal Manoel Volckmer de Castilho à impetrante, que é proprietária do imóvel rural denominado “Fazenda do Gato”, para que pudesse alienar, mediante contrato de compra e venda, mil metros cúbicos de madeira de sua propriedade, e cumprido todos os requisitos legais, bem como a elaboração do plano de desmate que foi autorizado o desmatamento e demais providências junto do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

O ilustre magistrado decidiu pela concessão da segurança por entender que as terras estavam matriculadas em nome da impetrante que, por isso, gozava da presunção do art. 859 do Código Civil (à época), independentemente de quaisquer providências expropriatórias que lhe ameaçassem a titularidade enquanto não houvesse realizado o pagamento da indenização e que, por sinal, também não foi provado. Transcrevemos parte da decisão:

Por fim, ainda que admitido o domínio e posse do imóvel pela União daí não se segue também o domínio e posse das árvores – bens móveis

por destinação – como as do caso em vista, essencialmente comercializáveis, do que é testemunho o próprio órgão autorizador, ainda mais quando não foram elas objeto da expropriação.

[...]

Finalmente, não posso deixar de mencionar a Portaria 475/83 do sr. Secretário Geral do Ministério da Fazenda (fls.49). Funda-se o ato em exame no dispositivo do art. 2º, I, da Lei 5972/73 (determina o registro da propriedade de bens da União, possuídos ou ocupados por órgãos de sua administração, sem interrupção ou oposição, durante vinte anos).

Ora, a prova máxima da oposição à ocupação (quem busca expropriação e posse judicial não pode alegar ausência de oposição) é a existência de sentença que o próprio impetrado data de 08/12/69 (há menos de 20 anos, pois). *Além disso, a Portaria 475/83 pretende de golpe incorporar ao patrimônio da União o que não logrou obter perante o Poder Judiciário ao longo de mais de duas décadas, em notável atentado ao mais reconhecido dos princípios constitucionais: o do dever de indenizar justa e previamente, qualquer apropriação imobiliária de bem de terceiro.*

A Portaria em exame é *tristemente nula*. (grifos nossos)

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Doc. 12

Ministério Público de Santa Catarina – Promotor Luiz Adalberto Villa Real, em 11 de junho de 1986.

O documento encaminhado pelo promotor de Justiça Luiz Adalberto Villa Real ao procurador-geral da Justiça manifesta sua opinião a favor dos expropriados, por entender que a União propôs as ações sem observar as devidas cautelas legais. Transcrevemos:

Em 1961 a União propôs as pertinentes ações de desapropriação por via de petições elaboradas sem a observância das cautelas legais, nas quais não foram descritas as áreas desapropriadas, nem referidos os correspondentes registros imobiliários.

[...]

A União não está conseguindo registrar no ofício imobiliário, as propriedades emergentes das sentenças prolatadas nas ações de desapropriação em face da insuficiência de requisitos exigidos pela Lei de Registros Públicos nas cartas de sentença respectivas, decorrentes da ausência dos aludidos requisitos nas próprias iniciais, o que impede a abertura das pertinentes matrículas. (grifos nossos)

Doc. 13

Procurador Geral de Justiça, João Carlos Kurtz em ofício DECOM nº 185/1986 de 17 de junho de 1986.

O procurador-geral de Justiça João Carlos Kurtz encaminha ofício nº 185/1986 ao governador do estado Esperidião Amin Helou Filho, para conhecimento e adoção de providências que entender oportunas a respeito do processo expropriatório referente às terras ocupadas pelo CIMH, em Papanduva e Três Barras. Transcrevemos:

Consoante esse estudo, as ações de desapropriação foram propostas sem observância das cautelas legais, resultando daí a impossibilidade de operar-se, em favor da União, os competentes registros imobiliários das áreas atingidas. De outra parte, não houve indenização integral dessas áreas e, tampouco, uniformidade de critérios na fixação dos respectivos valores.

[...]

Dada as dimensões do problema e a dificuldade de solucioná-lo, tal como se encontra, na esfera judicial, parece-me que seria conveniente concentrar esforços com vistas a uma solução extrajudicial. (grifos nossos)

Doc. 14

MPF – Procuradoria da República de Santa Catarina – Procurador Rui Sulzbacher, em 4 de dezembro de 1985.

O procurador da República Rui Sulzbacher encaminha ao procurador-geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence o ofício nº PR/577/1985, de 4 de dezembro de 1985, para que fosse encontrada uma solução satisfatória, visto que a situação de injustiça perdurava pelo tempo.

O ofício foi encaminhado para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) tomasse conhecimento e as providências que julgasse pertinentes:

Visto o problema é antigo, e periodicamente volta à tona pela situação injusta causada com o decorrer do tempo, em desprestígio do Ministério do Exército, da Procuradoria da República e da Justiça, e ainda recomenda que a solução satisfatória parece ser a do acordo extrajudicial.

Porém, o ilustre Procurador da República menciona que as ações de desapropriação foram feitas mediante petições padronizadas e desacompanhadas na maior parte dos casos de certidões de registros, ou com certidões deficientes e insuficientes. Nos anos de 1962 a 1963 imitiu-se a União na posse.

Continua ainda o ilustre procurador da República:

Recebidos seus representantes pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército, o qual teria admitido (ainda consoante a imprensa) a possibilidade de mudar o campo para outra gleba que for oferecida pelo Estado de Santa Catarina, parece que desistiram do seu intento.

E ainda: “Espera-se que tal seja a solução, mesmo porque durante algum tempo desvirtuou-se a finalidade do CIMH através de arrendamento de frações aos desapropriados ou terceiros [...]”.

Doc. 15

MPF – Procuradoria da República de Santa Catarina, Carlos Antônio Fernandes de Oliveira, em 21 de outubro de 1992.

O procurador da República Carlos Antônio Fernandes de Oliveira encaminha ao subprocurador-geral da República Arthur Pereira de Castilho Neto o ofício nº PR/692/1992/SC/GAB, de 21 de outubro de 1992, em resposta ao seu pedido de informações sobre as ações desapropriatórias destinadas à instalação do CIMH em Papanduva e Três Barras (SC), relatando o seguinte:

Embora encarregado da defesa da União Federal em referidas ações (Portaria PGR 241 de 25/05/88 – DO 27/05/88), não posso me furtar em externar profunda indignação com a “lastimável injustiça” cometida contra os proprietários dos imóveis.

[...]

É de se ressaltar que estas ações foram tumultuadas desde o início, posto que proposta já expirando o prazo de validade do Decreto expropriatório e as áreas nele descrita não correspondiam à sua real situação, inclusive em relação a seus legítimos proprietários.

Segundo informações obtidas junto às Autoridades Militares, bem com junto a alguns expropriados, quando a União foi imitada na posse dos imóveis que hoje constitui o Campo de Instrução Marechal Hermes, *os desapropriados tiveram que arrendar da União Federal parte de suas terras para manter a criação de gado. Este arrendamento vigorou de 1964 até 1980, tendo sido pago de arrendamento valor bem superior ao recebido de indenização.*

[...]

As terras eram férteis, onde era explorada a agricultura e pecuária, além da vasta cobertura vegetal. *O cultivo da erva mate continua, até os dias de hoje, sendo explorada pelo Exército, por meio de licitação.*

[...]

No início tinham 41 proprietários diretamente interessados, hoje este número supera a casa de duas mil (2.000) pessoas interessadas, entre proprietários e herdeiros.

Algumas ações foram julgadas, as precatórias expedidas, sem que as partes se interessassem pelo recebimento ante a ínfima quantia depositada, que sequer cobria a despesas de deslocamento para este fim.

Em algumas, foi expedido o mandado de transcrição que não foi cumprido, por força de dúvida suscitada pelo oficial do Registro de Imóveis, julgadas procedentes, face a incoerência entre a descrição do imóvel e do respectivo registro.

Outras ações tiveram melhor sorte, tendo sido transcritos os imóveis em nome da União, em que pese a falta de pagamento.

Em outras, ainda, foi indeferida a expedição de mandado de transcrição ante a falta de pagamento da indenização.

As descrições dos imóveis foram tão imprecisas que até hoje, várias ações possessórias tramitam em torno do Campo de Instrução, o que alimenta permanente conflitos entre desapropriados e Exército.

[...]

A questão, Senhor Subprocurador-Geral, não é de fácil desenlace. Porém não é impossível, porque temos de um lado, os desapropriados querendo a justa indenização e do outro o interesse jurídico da União na transcrição do imóvel em seu nome, o que não é possível, no meu entender, sem a unificação dos registros e uma única transcrição, o que, por sua vez, depende da participação e anuência dos expropriados.

Isto posto, peço vênua a Vossa Excelência, para ousar em indicar as duas únicas soluções que no momento me apresenta.

A primeira seria uma solução administrativa, que poderia ser efetivada de duas formas a saber:

- a) devolução do imóvel aos desapropriados e instalação do Campo em outro imóvel e local, mediante regular processo desapropriatório, ou
- b) indenização, mediante acordo, a todos os desapropriados e herdeiros destes, tendo como parâmetro o valor obtido em levantamento pericial a ser procedido.

A segunda solução seria uma medida judicial onde se reunisse no polo ativo todos os expropriados para propiciar um posterior acordo. (grifos nossos)

Este documento emitido pelo Ministério Público Federal e dirigido ao subprocurador-geral, em poucas laudas, resume o histórico formal da questão de maneira clara, traçando alternativas de solução que infelizmente não lograram efetivar-se por qualquer caminho, reforçando mais uma vez a posição autoritária do Exército brasileiro.

DO PODER LEGISLATIVO

Doc. 16

Comissão Especial Externa – Florianópolis, em 23 de outubro de 1985.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio da Comissão Especial Externa, encaminha documento ao ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, em Brasília (DF).

Consta no referido documento que: os proprietários das terras desapropriadas eram na maioria minifundiários, cujos meios de sobrevivência eram baseados exclusivamente no trabalho agropastoril; que as indenizações ainda não foram pagas pela União; que os proprietários e herdeiros, após reiteradas e não atendidas solicitações, decidiram se mobilizar e acampar nas áreas contíguas à ocupada pelo CIMH, buscando sensibilizar a opinião pública e especialmente as autoridades competentes.

O Poder Legislativo Catarinense, preocupado com a grave situação que envolve atualmente em torno de 200 (no ano de 1985) famílias, e acolhendo apelos dos desapropriados, determinou a instalação de uma Comissão Especial Externa, formadas pelos deputados estaduais Francisco Kuster, como presidente, Dionísio Badin, Cláudio Ávila da Silva e Geovah Amarante.

A comissão formada teve a finalidade precípua de questionar as autoridades no sentido de possibilitar o diálogo entre as partes e consequente solução para o problema.

Questionam pontualmente o ministro do Exército sobre o ofício nº 918, datado de 14 de fevereiro de 1984, oriundo do Governo do Estado de Santa Catarina, encaminhado ao comandante da 5ª Região Militar, por meio do qual foi proposto pelo Governo do Estado, o que segue:

Senhor Comandante, em virtude do acima exposto e da documentação que a este anexo, submete a Vossa Excelência proposta de permuta da área do Campo de Instrução Marechal Hermes por uma das quatro áreas constantes dos mapas em anexo.

Entendemos desnecessário um relato mais minucioso dos fatos que justificam este movimento, em razão de que esse Ministério já dispõe de um amplo dossiê, entregue no dia 12 de junho próximo pretérito por uma Comissão formada por antigos proprietários.

Doc. 17

Audiência com o vice-presidente e ministro da Defesa José de Alencar e deputada federal Luci Choinacki, em 24 de fevereiro de 2005.

Audiência com o ministro da Defesa e vice-presidente José de Alencar traz novo encaminhamento para o caso de Papanduva (SC), que se comprometeu em tentar encaminhar uma solução definitiva para o problema.

Um encontro foi realizado entre representante das famílias, Procuradoria Jurídica e o Exército para encontrar um acordo possível entre as partes. A deputada reconhece que o ministro demonstrou boa vontade em encontrar soluções. Mesmo assim, decide continuar articulando para que os órgãos competentes encontrem a solução.

Todos os esforços foram infrutíferos, posto que até a presente data nenhuma solução definitiva foi encontrada.

Doc. 18

Três Barras – Deputado Carlito Merss (SC) tem reunião com o Ministério Público Federal.

O deputado esteve em Brasília em audiência com Ela Wiecko Wilkmaer de Castilho, procuradora-geral da República para os direitos do cidadão, para discutir a situação das terras desapropriadas e encontrar a melhor solução para o impasse que já perdura por quase 60 anos.

O deputado teve audiência com o Comando da 5ª RM, com Eliane Fernandes, secretária do Patrimônio da União, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento. Assim como as devidas e justas indenizações não foram devidamente pagas, Eliane Fernandes esclareceu que o litígio judicial não garantiu à União a posse definitiva das áreas, estando a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sem jurisdição sobre as propriedades.

O deputado entrou em contato com o advogado-geral da União à época, José Antônio Toffoli, que designou Luiz Henrique Martins dos Anjos para tratar do assunto.

O deputado Carlito Merss esteve em audiência com o Comando do Exército em Curitiba, com o comandante do Exército e com o ministro da Defesa, mas não encontrou solução.

CONTRATOS DE ARRENDAMENTOS FIRMADOS PELO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – 5ª REGIÃO MILITAR – 5ª DIVISÃO DE INFANTARIA DO CAMPO DE INSTRUÇÃO “MARECHAL HERMES” (CIMH)

Os arrendamentos dos imóveis desapropriados pela União e sob a responsabilidade do Comando da 5ª RM/5ª DE eram procedimentos corriqueiros, conforme comprova o modelo anexado ao Edital de Tomada de Preços nº 9, CRL/5-1984, de 30 de abril de 1984. Lista-se abaixo alguns deles para exemplificar o uso das terras, em desvio de finalidade e em absoluta ilegalidade haja vista a ausência do domínio da terra:

Doc. 19

1. Contrato de arrendamento, celebrado entre o Ministério do Exército/Campo de Instrução Marechal Hermes e o sr. José da Silva Lima, firmado em 27 de junho de 1969.

Doc. 20

1. Contrato de arrendamento celebrado entre o Ministério do Exército e o sr. Roberto Katsumi Shimoguri, realizado no Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, firmado em 4 de novembro de 2003.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXADOS NO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE TAMBÉM COMPROVAM O DESVIO DE FINALIDADE DO EXÉRCITO NAS ÁREAS DESAPROPRIADAS

Doc. 21

1. Contrato de arrendamento nº 10/FA/1970, celebrado entre o Ministério do Exército e o sr. João Gonçalves de Lima Filho, firmado em 14 de fevereiro de 1970.
2. Contrato de arrendamento nº 11/FA/1970, celebrado entre o Ministério do Exército e o sr. Argemiro Gonçalves de Lima, em 14 de fevereiro de 1970.
3. Recibo de Cr\$ 67,20 passados em 22 de novembro de 1971 pelo tesoureiro do Quartel em Três Barras, em favor de Argemiro Gonçalves de Lima, quitando o arrendamento de pastagem para criação de 8 reses pelo prazo de 1 ano.
4. Recibo de Cr\$ 84,00 passados em 16 de novembro de 1971 pelo tesoureiro do Quartel em Três Barras, em favor de Victor Gonçalves de Lima, quitando o arrendamento de terra para criação de 10 cabeças de gado vacum.
5. Contrato de arrendamento nº 2-FA/1973, celebrado entre o Ministério do Exército e Victor Gonçalves de Lima, firmado em 15 de maio de 1973.
6. Carta de autorização expedida pelo diretor do CIMH, em Três Barras, em 2 de abril de 1974, para Victor Gonçalves de Lima usar a título precário a pastagem da área de manobras para gado, mediante pagamento com trabalhos de roçadas nas margens das estradas das áreas de manobra.

7. Ofício nº PR/577/nº 1985, expedido em 4 de dezembro de 1985 pelo procurador da República, em Santa Catarina ao procurador-geral da República.
8. Aviso nº 61, expedido em 26 de março de 1986 pelo ministro do Exército ao sr. ministro da Reforma Agrária.
9. Permissão do diretor do CIMH a Antônio Adão e Ivan Adão para percorrerem a área de manobras, datada de 14 de abril de 1986.
10. Ofício nº PR/0120/1986, expedido em 17 de abril de 1986 pelo procurador da República, em Santa Catarina ao sr. procurador da Fazenda Nacional, em Santa Catarina.
11. Minuta de termo de compromisso a ser firmado entre os representantes da 5ª RM, do Incra e dos desapropriados, tendo como data base o mês de maio do 1986.

DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS PELOS DESAPROPRIADOS E OUTROS

Doc. 22

Denúncia do capitão Heitor Freire de Albuquerque Filho

O capitão Heitor Freire de Albuquerque Filho formulou denúncia das irregularidades que ocorriam no interior da Unidade CIMH contra os denunciados cabo Honório e o comandante João Carlos Amaro Neto.

A denúncia referia-se à venda de pinheiros, imbuia, erva-mate e ao aluguel de terras aos proprietários já desapropriados, além da exploração agrícola da terra pelos próprios militares.

Por isso, o denunciante teria sofrido perseguições, com o impedimento de sua promoção, e a pecha de criador de confusão do Exército, inclusive o conduzindo ao Hospital de Curitiba, sob a alegação de que havia “perdido o juízo”.

Devido à perseguição que sofreu, o capitão Heitor moveu ação judicial contra a União, e teve como testemunha em seu processo o senhor Ibrahim Gonçalves de Oliveira, que disse que o autor teve uma “atitude muito corajosa e honesta”, e por isso foi prejudicado.

Conforme documentos anexados a este relatório que comprovam o arrendamento de terras.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ (SNRP) – CRIADA PARA DEFENDER OS INTERESSES DOS EXPROPRIADOS

Doc. 23

Encaminhados em 10 de agosto de 1982.

A sociedade foi fundada em 9 de setembro de 1978, constituída para defender os interesses dos expropriados das terras que compõe o CIMH, nos municípios de Três Barras e Papanduva (SC), presidida pelo sr. João Florindo Schadeck, que lutou incansavelmente para solucionar os problemas advindos das desapropriações.

Sempre procurou pela SNRP esclarecer, reivindicar e sugerir soluções para o fim do impasse tanto para os expropriados quanto para o CIMH e a União. Nos documentos que encaminhava, descrevia detalhadamente os fatos, acontecimentos e irregularidades.

Documentos encaminhados ao ministro do Exército Gal. Walter Pires, ao presidente do Incra dr. Paulo Yokata, ao ministro da Justiça Ibrahim Abi Ackel, ao governador do estado de Santa Catarina sr. Henrique H. V. Cordova, de 1º de setembro de 1982.

PRISÃO ARBITRÁRIA DE HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA E O PROCESSO MOVIDO NA AUDITORIA DA 5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR (CJM)

Doc. 24

Em 2 de março de 1987, Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson José de Oliveira estavam na propriedade da família, que é divisa com o CIMH. Apareceram dois sargentos, um aspirante e dois soldados. Edilson, percebendo que algo estranho estava acontecendo, já que foram convidados a entrar no campo de instrução para uma conversa, negaram-se a entrar sob a alegação de que os desapropriados eram proibidos de entrar na área ocupada e os militares também não deveriam entrar na propriedade particular deles.

Edilson conseguiu fugir e avisar seu pai e o pai de Hamilton que seu filho havia ficado preso no campo de instrução. Hamilton foi transferido para a prisão em Rio Negro e depois de ser muito torturado pelo coronel Romeiro, comandante do CIMH, seus familiares, com ajuda de um advogado, conseguiram colocá-lo em liberdade.

Edilson e Hamilton foram denunciados pelos crimes tipificados como desacato a militar e desobediência perante a Auditoria da 5ª CJM, em Curitiba (PR) e, ao final, a denúncia foi julgada improcedente, e os acusados foram absolvidos.

Doc. 25

Documento de Ibrahim Gonçalves de Oliveira, enviado ao general Oswaldo Pereira Gomes, diretor-geral do Patrimônio do Exército – Ministério do Exército, em 1987:

Anexo os pareceres judiciais nos Processos 23.492/1984 e 24.452/1984, em que se mostra que a União pretendia incorporar ao seu patrimônio as propriedades através da Portaria 475/83, posto que após duas décadas não havia logrado êxito no Poder Judiciário, em notável atentado contra os mais reconhecidos princípios constitucionais, que exigem que se indenize justa e previamente qualquer desapropriação de bem de terceiros [...].

Este documento não logrou obter resposta.

Doc. 26 e 26A

Certidões nos nomes de José da Silva Lima e Miguel Benoski, fornecidas pelo Cartório de Registro Geral de Imóveis, demonstrando que os imóveis ainda permanecem em nome dos legítimos proprietários. Os títulos de domínio ainda estão em nome dos desapropriados nominados.

DAS NOTÍCIAS DOS JORNAIS SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO

Diversos jornais noticiaram os fatos relativos à desapropriação e às injustiças deste caso, desde os primeiros anos.

Doc. 27

Jornal – *Correio do Norte* – Santa Catarina – de 1º de maio de 1965.

Manchete – “*Assume proporções inquietantes a situação dos lavradores que foram desapropriados de suas terras pelo Exército Nacional*”.

Não é possível que o sr. Ministro da Guerra e o sr. Presidente da República tenham conhecimento do que está se passando no Município de Canoinhas e no Três Barras, se tivessem, não estariam

anunciando que a “*casa está em ordem*”, como também não é possível acreditar que a Revolução de 31 de Março, feita para combater as injustiças, permita que homens injustiçados estejam sofrendo provações devido a não cumprimento de uma Lei, justamente pelos homens que fizeram a Revolução. (grifos nossos)

Em setembro de 1985, quando da ocupação do Campo de Manobras pelos expropriados:

Doc. 28

Jornal – *Barriga Verde* – Canoinhas (SC) – de 29 de setembro de 1985.

Manchete – “Acampamento prossegue”.

O acampamento promovido pelos proprietários das terras ocupadas pelo CIMH e atingidas pelo Decreto 40.570, continua aumentando, dia a dia, com a chegada de outros proprietários ou descendentes que atualmente residem em outros municípios e até mesmo, em outros estados.

Na semana que passou, uma comissão de representantes esteve em Florianópolis, em contato com o Governador do Estado e Deputados Estaduais, oportunidade em que ficou definido a comissão de parlamentares que irá intermediar as negociações e, também, foi reafirmado o propósito de permuta anteriormente manifestada pelo Governador Esperidião Amin.

Na sua estada em Florianópolis, mais propriamente na Assembleia Legislativa, a comissão dos acampados entregou à imprensa uma carta aberta dirigida a autoridades federais e ao Governador do Estado, cujo texto transcrevemos a seguir.

ACAMPAMENTO “SÃO JOÃO MARIA”

Papanduva, 25 de setembro de 1985

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado

Ao Exmo. Sr. Ministro do Exército

Ao Exmo. Sr. Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário

Ao Exmo. Sr. Presidente da República

Em 1956 fomos arbitrariamente desapropriados pelo Decreto 40.570 do então presidente Juscelino Kubitschek;

Éramos 41 famílias de agricultores com elevada produção agrícola e agropecuária;

A terra de nossos antepassados passou tristemente à mão do Exército Nacional que destruiu todas as benfeitorias, as casas, lavouras e passou ilicitamente a explorar a erva mate e o pinheiro araucária;

Usando apenas duas vezes durante o ano para manobras ou “teatrinho de guerra” como diz o atual comandante do Campo, coronéis arrendam as nossas terras para terceiros;

Sem nenhuma indenização, o Exército fez manobras no Campo, de 1956 até 1962, com os agricultores ainda morando e trabalhando dentro da área;

Em 1963, no governo João Goulart, o Exército expulsou os moradores dando 48 horas de prazo para sair. Os que não tinham para onde ir foram jogados pelo próprio Exército na praça de Canoinhas;

Sem entender o que acontecia, os agricultores deixaram a força suas terras e, até hoje, dispersos pelo Brasil inteiro, tentam reconstruir suas vidas;

A maioria absoluta – em torno de 95% – não conseguiu refazer a vida e hoje são pequenos proprietários, boias frias, assalariados rurais, arrendatários, meeiros, subempregados na cidade, etc.

Nestes anos todos de injustiças, não abandonaram a luta. Tentamos a via judicial e até hoje nada conseguimos

Contatos e conversas foram feitos com todos os governantes estaduais e federais, com políticos ministros, etc. Até hoje, só promessas.

Cansados de acreditar na justiça e nos políticos, tentamos reaver nossas terras de outros modos: Em 1980 tentamos reocupar as terras e fomos corridos pelo Batalhão de Choque do Exército;

Cansamos. Nestes anos todos, só promessas, e o pior, ameaças, prisões, torturas repressão e violência;

Apesar de nossa simplicidade, pobreza, resistimos, e agora, decidimos acampar ao lado do Campo de Manobras;

É uma medida extrema, um brado final para que a justiça seja feita e nós trabalhadores, voltemos a ter a paz e a segurança que até hoje o Exército não nos deu;

Hoje, acampados precariamente e tendo o Exército a nossa frente, fazendo suas manobras de guerra, dando demonstração de força, fazendo do acampamento, das pobres famílias e das crianças lá acampadas, um alvo de inimigos, aprimorando seu poder de repressão e nos considerando inimigos de guerra. Nestas condições impossíveis de se viver, queremos apenas, dialogar, buscar uma solução pacífica;

DO GOVERNO DO ESTADO QUEREMOS:

Mediação junto ao Governo Federal;

Abertura de um canal de negociação imediatamente;

Uma resposta esclarecedora do porque o Coronel Comandante do Campo de Manobras está dizendo que as autoridades estaduais estão envolvidas e se beneficiaram com a nossa miséria;

Que o Governador intensifique, junto ao Ministério do Exército, a proposta já sugerida por nós de uma permuta de terras;

Que o Governo apresente a área a ser permutada com o Exército e as famílias já instaladas sejam devidamente ressarcidas. Para isto propomos a área pertencente originariamente à multinacional Southern

Brazil Lumber Colonization Co. Área esta localizada no centro do Campo de Manobras e altamente agricultável;

DO GOVERNO FEDERAL QUEREMOS:

Abertura imediata de negociações para esclarecimento e finalização deste conflito;

Aceitação de proposta de permuta de área apresentada pelo Governo Estadual e por nós sugerida;

Doc. 29

Jornal de Santa Catarina – de 2 de outubro de 1985.

Manchete – “Colonos já ameaçam invadir área militar”.

[...] *Uma família desamparada* –Fim da assembleia, uma homenagem para Lourenço Boiko, boia-fria desde os 11 anos de idade, quando foi expulso pelo Exército, casado, pai de três filhos de 9, 6 e 4 anos. A bandeira brasileira foi hasteada e depois de cantar o Hino Nacional os acampados observaram um minuto de silêncio em memória do companheiro infartado, morreu sábado, aos 33 anos.

De improviso saiu a biografia de Lourenço que “expulso dos sete alqueires de terra de sua família, teve que trabalhar como boia-fria o resto da vida e não deixou previdência para a família”. Os acampados denunciaram também que o agricultor morto “durante dois anos derubou árvores para firmas, que compravam madeira do comandante do acampamento [...]”.

Doc. 30

Jornal – *Barriga Verde* – Canoinhas (SC) – de 18 de maio de 1986.

Manchete – “Corte de erva-mate na área litigiosa do CIMH”.

Doc. 31

Jornal de Santa Catarina – de 4 de fevereiro de 1987.

Manchete – “Soldados impedem invasão de terras”.

Doc. 32

Jornal Estado de Santa Catarina – de 06 de março de 1987.

Manchete – “Exército prende e tortura colono de Papanduva”.

Florianópolis – Os desapropriados e herdeiros de Papanduva denunciaram ontem a prisão [...] pelos soldados que mantêm guarda no Campo de Instrução Marechal Hermes, do agricultor Hamilton Gonçalves de Oliveira [...] sobrinho de Ibrahim Gonçalves de Oliveira [...] O filho de Ebrahin – um dos herdeiros da área – Edilson José de Oliveira [...] conseguiu fugir na confusão, apesar dos dois tiros disparados por um tenente e um soldado, com a intenção de alvejá-lo.

Os incidentes [...] Hamilton Gonçalves de Oliveira se encontra preso atualmente na Cadeia Pública de Rio Negro, no Paraná.

[...]

Tortura e Interrogatório [...] “O meu sobrinho, no entanto, foi preso, amarrado e transportado para o campo, onde o torturaram, depois de submetê-lo a um intenso interrogatório”, contou Ebrahin.

[...]

Hamilton foi levado para a sede do Campo de Instrução em Três Barras. *O advogado Francisco Vital Pereira, tentou por várias vezes conversar com o preso, mas foi impedido pelo diretor do Campo, o coronel José Nilton Romero, que inclusive negou que Amilton estivesse preso no local. Mas o tenente Sabatini, que é médico do Campo de Instrução conheceu o agricultor e informou a sua irmã Silmara de que ele efetivamente se encontrava preso em Três Barras. Mais tarde, sob a acusação de desacato à autoridade e desobediência, Hamilton foi transportado para a Cadeia Pública de Rio Negro. Ontem, o advogado Francisco Vital Pereira entrou com um “habeas corpus” preventivo em favor de pessoas indiretamente ameaçadas: Ebrahin e Hercílio Gonçalves de Oliveira. (grifos nossos)*

Doc. 33

Jornal *O Estado* – Florianópolis – de 7 de março de 1987.

Manchete – “Líder dos sem-terra de Papanduva continua preso”.

Doc. 34

Jornal *O Estado* – Florianópolis – de 7 de março de 1987.

Manchete – “Entidades se mobilizam para libertar filho de expropriado”.

“Exército nega violência”.

Doc. 35

Jornal *Estado de Santa Catarina* – de 7 de março de 1987.

Manchete – “Entidades exigem a liberdade de colono preso”.

Doc. 36

Jornal *de Santa Catarina* – de 31 de março de 1987.

Manchete – “Um ano de penúria e pouca vitória”.

Doc. 37

Jornal *Diário Catarinense* – de 8 de julho de 1996.

Manchete – “União não paga dívida há 35 anos”. “Famílias de agricultores tiveram que abandonar 7.614 hectares de terras, desapropriadas pelo governo para servirem de treinamento militar”.

Transcrevemos parte de maior relevância da matéria:

De acordo com Pereira (advogado Francisco Pereira, em favor de 25 dos atingidos), quase todos os donos ou herdeiros são pobres. “Foi o maior calote da história do Exército brasileiro”, declara o advogado. Enquanto aguardam a sentença, as cerca de mil pessoas atingidas protestam dizendo que apenas 20% da área está em uso.

Doc. 38

Jornal *Diário Catarinense* – de 8 de julho de 1996.

Manchete – “Ex-donos querem reaver terreno – Família Pacheco é uma das mais inconformadas com a perda das terras que deixou oito irmãos, todos ainda jovens na época, envelheceram pobres.”

O Deputado Federal Carlito Mers em visita a Papanduva em 27/04/07 encontrou com os desapropriados de Papanduva, no Plenário da Casa legislativa que: “...cobraram uma solução para o problema das terras do Campo de Manobras Marechal Hermes, usurpadas, há 50 anos, no Governo Juscelino Kubistchek Oliveira, e ocupadas efetivamente pelo Exército Brasileiro *durante a ditadura militar*.”

Essas terras foram desapropriadas pela União, 1956/57, mas permaneceram à disposição dos antigos proprietários até 1962, quando as Forças Armadas se desalojaram da área para construir o CIMH.

[...]

VERGONHA NACIONAL – Mais uma. Este caso é *mais uma das tantas vergonhas que a Ditadura Militar nos legou.*

[...]

A área foi desapropriada, mas não foi paga. Aconteceu um CALOTE. São cerca de duas mil pessoas, hoje, entre herdeiros e proprietários ainda vivos, que foram lesados em seus direitos. Em 1986 quando, depois de infrutíferas tentativas de reaver suas terras ou o pagamento justo e merecido pelo que lhes foi tirado, dezenas de famílias ocuparam a área que continuava, na prática, sendo sua (até a presente data as terras ainda estão registradas em nome dos legítimos proprietários), foram expulsos aos golpes de baioneta pelo exército. Isto é, foram expulsos de suas próprias terras.

[...]

Conforme a entrevista, o parlamentar constatou que o problema era muito maior do que imaginava, pois:

Algumas famílias já receberam a indenização;

Outras recusaram a indenização porque os valores estavam muito abaixo do preço do mercado;

E outras, ainda, *a maioria, NUNCA recebeu nada.*

O exército está alugando, arrendando, cedendo por interesses comerciais ou políticos, ou quaisquer outros interesses desconhecidos, parte das terras para os agricultores da região, incluindo alguns dos antigos proprietários e, especificamente, a família que tem a maior área envolvida no imbróglgio para o cultivo de lavouras ou criação de gado.

O Exército NÃO SABE com exatidão o tamanho da área.

Cerca de 2 mil alqueires de terra foram queimados recentemente, provocando a destruição da fauna e flora e um prejuízo incalculável para a natureza e para o próprio patrimônio tido como da União, ou seja, não há controle pelo exército da área sob a sua jurisdição.

O exército está agindo arbitrariamente em todos os sentidos, pois tenta manter uma área que documentalmente não é sua, sob o pretexto de cumprir a lei. Lei que ele próprio não está cumprindo: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.

As tentativas de acordos judiciais que têm sido realizadas em Brasília são repelidas, com ameaças de prisão aos advogados representantes dos herdeiros e aos ex-proprietários das terras; [...]. (grifos nossos)

DEPOIMENTOS

Depoimento do sr. Ibrahim Gonçalves de Oliveira:

Em 1986, quando nós fizemos aquele movimento para tentar uma solução para o caso, fomos ao Presidente da República, que fez um despacho para o Incra resolver o assunto e foi decidido que a *Dra. Ela W. W. de Castilho*, (Procuradora) fosse à Brasília, onde convenceu o Ministro do Exército que era melhor devolver a área para os legítimos proprietários e o Ministro Lêonidas Pires concordou. Eu tenho um documento dele, comprovando que não era ruim a ideia levantada pelo reivindicante de uma permuta de área que atendesse as duas partes. Assim que o Estado fornecesse uma área eles transfeririam o campo de manobras e devolveriam a área para nós. Aí fomos chamados na Procuradoria da República, em Santa Catarina e o Dr. Rui Subake fez uma proposta para nós de devolução da área desde que nós não reclamássemos as perdas dos anos que nós deixamos de usar as terras e as benfeitorias, os pinheiros, a erva-mate, e arrendamento da terra que havia sido feito. Então, todos concordaram em voltar para a terra na situação em que ela se encontrava, sem benfeitorias, sem os pinheiros, sem erva-mate, aí o Dr. Rui, falou que era um acordo feito a facção, que o nosso direito era voltar para a terra, e a indenização pelo tempo em que eles usaram o terreno, mas se nós aceitássemos a devolução assim, sem ônus para a União, eles a devolveriam. Fizemos esse acordo através do advogado Dr. Francisco Vital Pereira, que foi junto conosco e, três meses depois, quando voltei a Procuradoria, o Dr. Rui me mostrou o documento que ele recebeu do Ministro do Exército dizendo que a proposta da Procuradoria da

República estava oficializando o roubo do exército em cima da área pela venda dos pinheiros e demolição das benfeitorias que existiam na área. Dessa maneira, não devolveriam mais o terreno e puseram um “marco zero” na história e acabou encerrando todo o processo pelo qual nós lutamos tanto e deixaram de devolver a terra para os legítimos proprietários. Então, como se vê, a gente já chegou a um ponto de acordo para devolver a terra e simplesmente o exército voltou atrás e disse que não devolveria mais. (grifos nossos)

Doc. 39

Jornal *Correio do Norte* – Canoinhas – de 16 de julho de 2010.

Manchete – “A tortura continua...” e “Esta terra é minha terra” (Segunda do livro de Valmor Schiochet)

Doc. 40

Jornal *Correio do Norte* – Canoinhas – de 16 de julho de 2010.

Manchete – “Herança da ditadura – Em nome do país”.

CN inicia série de três reportagens que relembram um dos episódios mais conturbados da história de Três Barras e Papanduva: a desapropriação de 9,1 mil hectares de terras pelo Exército Brasileiro em 1956. Herdeiros de 89 famílias lutam até hoje por uma indenização justa, mas em décadas de luta, não conseguiram nada além de promessa e indignação.

Doc. 41

Depoimento do subtenente Heitor Freire de Albuquerque Filho.

Publicado no jornal *Correio do Norte* – Canoinhas – de 30 de julho de 2010, p.16.

Manchete – “Herança da ditadura – denúncia liga militares a comércio ilegal de madeira”.

Depoimento dado ao procurador da República na região liga militares à retirada ilegal de madeira de lei da área ocupada pelo CIMH. Transcrevemos parte da matéria para melhor elucidar:

Na sequência da dramática desapropriação de 9.196 mil alqueires de terras na divisa entre Três Barras e Papanduva, para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), há

mais arbitrariedade. É o que afirma o subtenente Heitor Freire de Albuquerque Filho em denúncia feita no início deste ano para o Ministério Público Federal (2010) sediado em Mafra. O procurador da República Daniel Holzmann Coimbra não comenta as denúncias, alega que o processo corre em segredo de Justiça e que as ações que o Ministério Público pode tomar estão em andamento.

[...]

Demonstrando coerência e convicção, o subtenente hoje afastado das funções no Exército, cita nomes e revela as ações de vários militares de alto e baixo escalão envolvidos num suposto esquema de comércio de madeira de lei retirada do CIMH.

Quatro anos antes, Gerson Wojciechowski, casado com uma das herdeiras de uma das glebas de terras hoje ocupadas pelo CIMH, prestou depoimento no Ministério Público de Santa Catarina fazendo a mesma denúncia.

Natural do Recife, Filho veio para Três Barras justamente para investigar as denúncias feitas por Gerson. *Acabou comprovando tudo o que disse o motorista aposentado. Segundo ele, descobriu muito além do que Gerson havia denunciado.*

Filho disse ao procurador que os militares teriam formado um esquema para lucrar com o arrendamento de áreas utilizadas por agricultores.

Amparado na lei, o Exército *até hoje arrenda partes do CIMH para plantio de diversas culturas como soja e milho.*

O que no papel são pequenas áreas, segundo Filho, na prática compreende grande parte do CIMH. Ele revela que testemunhou vários caminhões retirando madeira de lei da área. “As licitações (para arrendamento) são fachadas. Entravam caminhões das empresas licitadas, mas entravam também caminhões que pertenciam a um sargento”, cita Filho se referindo a um dos militares de alta patente do CIMH em 2005. “Era madeira, erva, não pinus. Pinheiro, imbuia e até bracatinga”, afirma.

Filho cita ainda uma empresa que teria comprado madeira direto do Exército. O CN entrou em contato com a empresa que confirmou a compra feita em 2005.

INTIMIDAÇÃO

Filho conta na gravação que ao descobrir que as denúncias de Gerson eram verdadeiras, passou a ser considerado traidor do CIMH. Diz ter sido perseguido, perdeu uma promoção e no ano de 2007 respondendo a processos administrativos. Ele disse que chegou a ser levado ao Hospital Geral, em Curitiba e passou por exames de sanidade com psicólogos e psiquiatras.

Ainda de acordo com Filho depois da denúncia feita por Gerson e avalizada por ele o comandante do CIMH foi afastado e entrou para a reserva. Um major foi nomeado interino. “Perguntou ao major se ele havia vindo legalizar a coisa ou me perseguir, porque se ele fosse me perseguir eu procuraria a Polícia Federal”, conta a gravação.

Demonstrando interesse em resolver a questão, ele teria conversado com Gerson, a partir de então, ele chamou os sargentos que seriam ... do suposto esquema. “Um vivia melhor que muito oficial. Melhorou de vida da água para o vinho”, afirma.

Um dos sargentos, inclusive, seria um dos arrendatários de terras. Ele teria usado o dobro pelo Exército. Com trator e colheitadeira, além de uma pocilga, o sargento foi questionado pelo major sobre ter ultrapassado os limites estabelecidos na licitação. Segundo a denúncia de Filho, ele teria revelado que metade do que ganhava com a exploração da área era entregue para o comandante do CIMH. O major teria mandado ele retirar os animais imediatamente da área e reduzir seu plantio ao que determinava a licitação.

Filho diz que o major que tentou ajeitar a situação acabou deixando o CIMH e outro coronel passou a administrar o CIMH.

Além de não fazer nada, conta Filho, o novo comandante passou a persegui-lo. “Passei a ser um lixo”, reclama.

As denúncias feitas por Filho se referem ao período de 2005 a 2007, quando ele serviu ao CIMH.

Proprietários tiveram de arrendar a própria terra, afirmam herdeiros.

Segundo documentos apresentados por Gerson Wojciechowski, vários proprietários tiveram de pagar para arrendar a própria terra. Segundo comprovam os documentos, os militares cobravam pelo arrendamento primeiramente via pagamento em dinheiro e tempo depois, a contrapartida seria manter a área limpa.

Em 1983, Gerson fez parte de um grupo de herdeiros que montou acampamento permanente em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Florianópolis, a fim de sensibilizar as autoridades sobre o problema. “As pessoas passavam e nos chamavam de sem-terra, mas não conheciam a história. Na verdade nós somos os legítimos sem-terra, de quem a terra foi tirada à força”, diz Gerson.

O caminhoneiro aposentado luta há décadas para fazer justiça pelo sogro que, segundo ele, morreu de desgosto ao ver suas terras tomadas pelo Exército. “Não deve ser à toa que sempre que tem manobras no Campo, chove. Deve ser as lágrimas de quem morreu esperando por justiça”, acredita.

2.7.4 DESVIO DE FINALIDADE DO OBJETO DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO

Uadi Lammêgo Bulos define que a desapropriação é “filha do Estado Democrático de Direito”, uma vez que “surge em sentido contrário ao confisco, instrumento arbitrário dos déspotas e monarcas, que se apropriavam das terras sem qualquer justificativa nem indenização” (BULOS, 2007, p. 198)

A desapropriação encontra fundamento no art. 5º, XXIV da Constituição da República, que exige a existência de lei disciplinadora do procedimento, elege os pressupostos da necessidade ou utilidade pública ou os do interesse social e, em regra, da justa e prévia indenização em dinheiro.

A desapropriação que ocorreu em 1956, por meio do decreto assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que declarou de utilidade pública as propriedades

situadas nas cidades de Três Barras e Papanduva no estado de Santa Catarina, para instalação do CIMH, verifica-se que várias irregularidades ocorrem durante todo o período, configurando nitidamente o desvio de sua finalidade, conforme descreve-se adiante.

As propriedades que foram expropriadas são utilizadas somente entre 20 a 30% para o treinamento das tropas do Exército, ao restante das terras tem sido dada outra destinação, foram e ainda são exploradas economicamente, como arrendamento para o cultivo de diversas culturas como soja e milho, o comércio de madeira e erva-mate, desviando totalmente sua finalidade.

Pode-se verificar que a imissão provisória na posse que ocorreu em 1963-1964, e deveria ter cumprido os requisitos legais, ou seja, o poder expropriante deveria declarar a urgência da medida e efetuar em juízo o depósito prévio segundo o critério legal do parágrafo 1º do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, sob pena de ter sido considerado um verdadeiro confisco.

Pietro (2010, p. 159) conceitua a desapropriação como sendo “o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização”.

A indenização justa, no entender de Pietro (2010), é aquela que apura um valor considerado necessário para recompor integralmente o patrimônio do expropriado, de modo que não sofra nenhuma redução, englobando o valor do bem expropriado, com todas as benfeitorias, os lucros cessantes, os danos emergentes, os juros compensatórios e moratórios, os honorários advocatícios e a correção monetária.

Trata-se de garantia fundamental inserta na Constituição para defesa de um direito fundamental: o direito de propriedade.

Finalmente, visto que requisitos legais não foram devidamente respeitados, caberia ao Poder Judiciário, provocados por aqueles que tem os legítimos interesses para agir, fulminar por nulidade o ato administrativo ilegalmente praticado.

2.7.5 DA ANULAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO

No entender de Hely Lopes Meirelles, a desapropriação é passível de anulação:

A ilegalidade da desapropriação tanto pode ser formal quanto substancial, pois em certos casos resulta da incompetência da autoridade ou da forma do ato, e noutros provém do desvio da finalidade ou da ausência de utilidade pública ou de interesse social, caracterizadora

do abuso de poder. Esta, aliás, é a ilegalidade mais comum nas desapropriações. Assim, se, ao invés de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social, se deparar na desapropriação motivo de favoritismo ou de perseguição pessoal, interesse particular sobrepondo-se ao interesse da coletividade e qualquer outro desvio de finalidade ou imoralidade administrativa, o ato expropriatório é nulo e deverá ser invalidado pelo Poder Judiciário. (2009, p. 629-630)

2.7.6 DEPOIMENTOS À COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE – TERESA URBAN

1. **Hamilton Gonçalves de Oliveira:** sobrinho de Ibrahim Gonçalves de Oliveira, prestou depoimento à CEV-PR, no miniauditório do Palácio das Araucárias, em Curitiba, no dia 15 de maio de 2014, confirmando todas as violações praticadas pelos militares, quando foi preso nas terras de sua família, junto ao CIMH e levado para vários locais, mantido incomunicável por vários dias, ocasião em que sofreu torturas que lhe deixaram sequelas físicas e psíquicas permanentes, além de responder processo perante a 5ª Auditoria Militar, em Curitiba. Vive hoje de trabalho avulso nas propriedades rurais de Papanduva (SC).
2. **Edilson Gonçalves de Oliveira:** também prestou depoimento em Curitiba, à CEV-PR, no miniauditório do Palácio das Araucárias, em Curitiba, no dia 15 de maio de 2014, relatando todas as violações sofridas no mesmo episódio que resultou na prisão de seu primo Hamilton. Contou ainda sobre o sofrimento das famílias que perderam suas terras e até hoje nada receberam a título de indenização. Também respondeu processo perante a 5ª Auditoria Militar de Curitiba, sendo ao final absolvido.

2.7.7 TERMOS DE DECLARAÇÕES À PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO

Transcrevemos os termos de declarações por terem as mesmas afirmações prestadas à CEV-PR:

Hamilton Gonçalves de Oliveira

Aos dezesseis dias do mês de março de um mil novecentos e oitenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, no gabinete da Procuradoria da

República no Estado de Santa Catarina, sita à Praça Pereira Oliveira nº 16, sala 803, na presença da Procuradora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, encarregado do Setor de Direitos Humanos, conforme Portaria nº 184, de 13 de maio de 1985, do Procurador-Geral da República, e de Tarcísio Agostinho da Silva, Agente Administrativo desta Procuradoria, aí se fez presente HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA, técnico em Contabilidade, solteiro, residente na Rua Tiradentes, 152, Mafra/SC, cédula de identidade 1.459.370-SSP/SC, filho de Hercílio Gonçalves de Oliveira, que declarou: lido o termo de declaração prestado pelo seu primo EDILSON JOSÉ DE OLIVEIRA confirma os seus termos, esclarecendo porém, que no momento da fuga de Edilson foram disparados os 6 tiros, dois pelo tenente que estava atrás de si, dois pelo aspirante e outros dois por um soldado nas imediações do trator. Os tiros foram dados com a intenção de assustar. Aduz que no momento em que o tenente mandou Edilson calar a boca, o declarante tentou falar e sentiu o cano da pistola na cabeça e ouviu a ordem do tenente de só falar quando perguntado. Depois da fuga de Edilson, o declarante tentou correr mas o tenente derrubou-o e deu ordem aos soldados que o segurassem e amarrassem com as cordas de náilon, pedindo rapidez. O declarante teve a impressão de que os militares temiam ser vistos por alguma testemunha. O declarante foi puxado por uma corda, indo de arrasto e de costas cerca de 100 metros até o ponto do rio onde se localizava uma antiga ponte e de onde foi transportado para a outra margem do rio. Nesse ponto o rio corre entre os dois barrancos e o declarante teve que saltar para dentro d'água, sendo puxado para a margem do Campo de Instrução pelos cabelos. Em frente estava estacionado um jipe para onde foi conduzido. Antes de ser levado para o Quartel General, na área do Campo de Instrução, o aspirante, já várias vezes referido pelo declarante e por Edilson, deu-lhe um bofetão no rosto dizendo: “olha rapaz! Isso é para você não esquecer de mim, marque bem”. No Quartel General do CIMH, o declarante foi interrogado pelo coronel Mousinho que não lhe deixou explicar tudo o que tinha ocorrido e, ante a sua negativa de invasão do Campo, comentou que seus subordinados diziam o contrário e que, portanto, o declarante os estaria chamando de mentirosos. O declarante ficou sabendo através do coronel que os seus subordinados haviam-no acusado de invasão do CIMH, de desacato e resistência à

ordem de prisão. O coronel, não lhe dando o menor crédito, ainda disse: “Com esse fato, você acaba de estragar tua vida”, e assustou-o declarando que não ia conseguir mais emprego, que iria para a penitenciária, que iria pagar pelo erro. Findo o interrogatório o Coronel deu ordens a um sargento e a um tenente que o levassem para um Quartel em Três Barras, com a recomendação: “Não encostem a mão no rapaz”. Todavia, durante o percurso, levou vários “cascudos”, toda vez que tentava levantar a cabeça para ver onde estava e repetidas vezes bateu a cabeça num rádio transmissor porque se encontrava em posição de desequilíbrio e a mercê dos militares. Esclarece que, desde o momento da prisão se encontrava com as mãos atadas nas costas e viajou até o Quartel General no CIMH e até o Quartel em Três Barras (23 km), nessa condição e com a cabeça forçada para os joelhos, seguro pelos cabelos. Chegando no Quartel de Três Barras, o coronel Romeiro veio em pessoa até o jipe e gritou: “Desce daí, vagabundo”, puxando-o pelos cabelos. Era só assim que lhe dirigiam a palavra e continuava sem permissão para levantar a cabeça. Foi conduzido pelo coronel até a sala deste, só conseguindo vê-lo da cintura para baixo, percebendo que estava vestido à paisana. Na sala, o coronel o encostou numa parede, perto do cofre e passou a dar-lhe tapas no rosto com a mão aberta, bem como, simultaneamente, nas duas orelhas (telefone), dizendo: “vai falando, vagabundo, o que vocês estavam fazendo dentro da área!?” Quando o declarante tentava falar, o coronel voltava a bater. Enfim, desamarrou a corda de náilon, passou-a em volta do pescoço do declarante, apertando-a: “Vontade de acabar com essa raça de acampado”. Pelas perguntas feitas, o declarante deu-se conta de que estava sendo confundido com um primo, que realmente estivera acampado e que participaram de manifestações para a devolução da área desapropriada. E o coronel: “Avisa teu primo, teu pai e teu tio Ebrahin, que vamos dar um sumiço neles. Quando o Exército faz, faz bem feito”. Os tapas no rosto continuaram e tudo isso foi presenciado pelo sargento e pelo tenente que tinham vindo no jipe. O coronel Romeiro mandou o declarante sentar e foi até a sua mesa, onde pegou um revólver. Nesse momento deu ordem às testemunhas que saíssem. Revólver no rosto do declarante, o coronel repetiu mais uma vez: “Vontade de acabar”. Apesar de atemorizado, o declarante percebeu que não havia bala no tambor e teve coragem de olhar para o coronel

e rir. Isso o enfureceu e o coronel deu-lhe chutes nas costelas e nas pernas porque o declarante estava sentado no chão. Em seguida telefonou para o Dr. Sabatini, médico, para o Delegado de Polícia e para o Comandante da PM de Canoinhas, estes para que viessem testemunhar o depoimento de Hamilton. Enquanto as testemunhas não vinham, foi conduzido até uma sala onde recebeu uma bandeja com comida. Acha que botaram alguma coisa para lhe dopar porque sentiu um gosto amargo ao comer e durante o depoimento sentia muito sono, a cabeça rodando, a boca seca, a língua amarrada. As 14h horas, porque viu no relógio, deram início ao seu depoimento. Foi-lhe concedido a oportunidade de indicar curador, devendo ser militar. Hamilton optou pelo médico, senhor Sabatini, já seu conhecido, acreditando que ele pudesse lhe dar uma força. Realmente o curador lhe auxiliou, porque fez-lhe lembrar de dizer se era ou não inocente, mas apesar do curador o declarante não teve coragem de mencionar sobre os maus tratos recebidos e especialmente sobre as agressões praticadas pelo coronel Romero. O declarante começou a ser ouvido em primeiro lugar, mas o depoimento foi interrompido pelo depoimento de três militares que participaram da prisão, sendo retomado por volta das 18h. Findas as inquirições, o declarante aguardou para ser levado até o Hospital de Mafra, onde deveria se submeter a exame de lesões corporais porque isso seria exigido na Delegacia de Polícia. Curiosamente, ao despachar o declarante, o coronel Romeiro deu ordens para que não lhe batessem, justamente ele que mais lhe agrediu. O declarante foi levado ao Hospital de Mafra. Depois, ao quartel do 5º RCC, em Rio Negro e finalmente ao Hospital Bom Jesus em Rio Negro. Só aí foi feito o exame por um médico do qual não sabe o nome. Teve medo de relatar as agressões, demonstrar o nariz machucado no momento da prisão, quando o derrubaram e por um bofetão pelo coronel Romeiro; as orelhas vermelhas que doíam, o couro cabeludo amortecido. Teve medo porque, antes do exame, um dos militares disse-lhe de modo incisivo: “Você vai entrar e fazer o laudo médico, mas você não vai contar nada, não vai dizer que está machucado”. Além disso, o exame foi feito na presença desse mesmo militar, e esse militar é o mesmo que lhe dava os “cascudos” na viagem ao Quartel de Três Barras. O exame foi feito por volta da meia-noite e à 1:00 hora da madrugada do dia 03 de março o declarante deu entrada na Delegacia de Polícia de Rio Negro, com

a recomendação ao carcereiro de que não informasse a ninguém a detenção do declarante. O declarante conseguiu fazer chegar aos seus parentes a notícia do local onde se encontrava preso através de estratégia, captando a simpatia de duas moças que passavam pela rua e que aceitaram em transmitir um recado pelo telefone aos familiares de Hamilton. Lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelo declarante, pela Procuradoria e por mim que o datilografei.

Edilson José de Oliveira

Aos cinco dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta e sete, nesta cidade de Florianópolis, no gabinete da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, sita à Praça Pereira Oliveira nº 16, sala 803, na presença da Procuradora Ela Wiecko Volkmer de Castilho, encarregada do Setor de Direitos Humanos conforme Portaria nº 184, de 13 de maio de 1985, do Procurador-Geral da República, e de Tarcísio Agostinho da Silva, Agente Administrativo desta Procuradoria, aí se fez presente EDILSON JOSÉ DE OLIVEIRA, Agricultor, casado, residente em Papanduva na Rua José Reva, 310, Título Eleitoral nº 164446409/73 de Papanduva/SC, que declarou: no dia 02 de março de 1987 por volta das 11h da manhã juntamente com o seu primo Hamilton Gonçalves de Oliveira foi à lavoura para pulverizar a plantação de soja. Essa lavoura pertence a Hercílio Gonçalves de Oliveira e a Ibrahim Gonçalves de Oliveira tio e pai, respectivamente, do declarante. A lavoura faz divisa com o Campo de Instrução Marechal Hermes e fica no lugar onde anteriormente havia um acampamento dos desapropriados do referido Campo de Instrução. Como de costume dirigiram-se até a cerca antes do rio para ver se estava em ordem e também porque pretendiam tomar banho. Esclarece que a divisa pelo Rio Papanduva. Chegando à barranca do rio, divisaram do outro lado um soldado, bem como um tanque e uma barraca que ali está instalada desde o dia em que um grupo de desapropriados tentaram invadir o Campo, no início de fevereiro passado. Em seguida apareceram dois sargentos e um aspirante que, descendo até a margem do rio, perguntaram ao declarante e a Hamilton, de forma grosseira: tem algum problema? Respondendo que não havia qualquer problema e que tinham vindo ver os animais e pulverizar a lavoura,

ambos se afastaram em direção a um tanque, digo, a uma cachoeira. Saindo do banho, Hamilton que é um rapaz de 20 anos de idade, que tem por hábito fazer ginástica fez alguns exercícios do tipo que são feitos no quartel. O declarante auxiliou Hamilton no ritmo, cantando “Em cima, embaixo”. O declarante fez isso em tom de gozação, mas não sabia que neste momento dois sargentos, um aspirante e dois soldados, depois de terem atravessado o rio e adentrado no terreno dos Gonçalves de Oliveira, cercaram o declarante e Hamilton por trás. O declarante surpreso e atemorizado falou para o aspirante que não estava certo o que eles estavam fazendo, que se os desapropriados não podiam entrar na área do Campo de Instrução, os militares também não podiam entrar naquela propriedade particular. O aspirante mandou que não interessava se estavam [...] Ante a identificação do declarante e Hamilton, o aspirante disse: “Então é com vocês mesmos que nós queremos falar. Vamos passar para o lado de lá para responder a umas perguntinhas. Edilson e Hamilton se recusaram e foram obrigados a sentar no chão, enquanto um soldado foi buscar o tenente que veio acompanhado de um aspirante, um sargento e um soldado. O declarante reclamou ao tenente que não era direito levá-los para a área do Campo de Instrução, mas o tenente manteve a decisão e passou a cochichar com o aspirante e depois com um sargento. [...] O aspirante tomou a Cédula de Identidade do declarante, até agora em poder dos militares, e um outro sargento trouxe umas cordas de náilon. Cada vez mais atemorizados, Edilson reclamou, mas já então a conversação que começara em tom amigável assumiu proporções agressivas. O Tenente mandou Edilson calar a boca, “não abrir o bico” e só responder o que lhe fosse perguntado. O declarante quer esclarecer que antes de trazer as cordas de náilon, o mesmo sargento tirara o cadarço das botas e o manipulava de forma provocante, dando a entender que os rapazes seriam amarrados. O declarante, certo de que seria preso, aproveitou-se de uma oportunidade e saiu correndo, conseguindo chegar ao trator em que viera e empreender fuga até a residência do seu tio Hercílio, a uns quatro quilômetros. Enquanto corria, o aspirante tentou deter o declarante disparando um tiro. Outro tiro foi disparado, quando já estava no trator, por um soldado. O declarante retornou ao local algum tempo mais tarde junto com o seu tio Hercílio e não encontrando mais ninguém foram até o local

do acampamento militar. Aí, o mesmo aspirante que participava dos fatos revelou que Hamilton estava respondendo a umas perguntinhas e que já voltaria. Mas em seguida chegaram o tenente e o capitão que chefiava o acampamento, o qual disse, que Hamilton estava preso numa delegacia sob a acusação de invasão de terras. O declarante e seu tio Hercílio e outros familiares de Hamilton passaram a procurá-lo, só conseguindo localizá-lo na tarde de dia seguinte na delegacia de Rio Negro, no estado do Paraná, isso em virtude de um telefonema anônimo. O declarante esclarece que sabe identificar perfeitamente as graduações militares porque serviu no Batalhão da Polícia do Exército em Brasília. Esclarece ainda que o episódio envolvendo ele, Hamilton e os militares deve ter durado de trinta a quarenta minutos. O declarante quer ainda observar que ao se identificarem como Gonçalves de Oliveira, o aspirante fez-lhes perguntas a respeito da propriedade de uns fuscas que circulam na lavoura. Esses carros pertencem a Hercílio e Ibrahim são iguais com a diferença de que a placa do primeiro é de Curitiba e a segunda de Papanduva. O declarante revelou inclusive o número das placas e diante dos fatos tem receio de que seus parentes possam ser prejudicados. Segundo soube através do advogado Francisco Vidal Pereira que manteve contato com Hamilton na delegacia de Rio Negro, os militares pretendem “pegá-lo”. Lido e achado conforme vai assinado e rubricado pelo declarante, pela procuradora e por mim que datilografei.

Apelação nº 45.225-7, Processo sob nº 587-41

Movido contra:

Hamilton Gonçalves de Oliveira– brasileiro, solteiro, contabilista, natural de Curitiba, filho de Hercílio Gonçalves de Oliveira e Carolina Lima de Oliveira, preso na Cadeia Pública de Rio Negro (PR).

Edilson José de Oliveira– brasileiro, solteiro, filho de Ibrahim Gonçalves de Oliveira e Judith Lima de Oliveira, residente em Papanduva (SC).

2.7.8 AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DAS COMISSÕES DA VERDADE DO PARANÁ E DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2014, EM PAPANDUVA (SC)

Na audiência pública do dia 14 de outubro de 2014, foram feitas visitas ao CIMH e à residência da Família Boiko, onde foram relatadas as condições sub-humanas

em que foram obrigados a viver, após a desocupação feita pelo Exército: sem casa para morar, sem local para trazer os animais de criação, tiveram que viver em galpões por mais de 20 anos, em condições miseráveis e nunca conseguiram se recuperar financeiramente das perdas sofridas.

Foram ouvidos vários depoimentos. Entre eles o do pastor Werner Fuchs, que sofreu processo por parte do Exército, 5ª RM de Curitiba, devido à defesa pública que fez em 1987 sobre os direitos dos proprietários das terras desapropriadas para o CIMH. Na condição de representante da Comissão Pastoral da Terra, na época em que houve uma manifestação dos desapropriados, em Curitiba, o pastor Werner Fuchs criticou em discurso o Exército por ter se apropriado das terras, sem indenizar as famílias e arrendá-las aos próprios expropriados. Por essa manifestação, foi processado nos autos nº 1486-5, durante quatro anos, até que finalmente foi absolvido no Supremo Tribunal Federal.

Esses fatos lhe causaram muitos constrangimentos, visto que na condição de representante da Comissão Pastoral da Terra e da Igreja Luterana, ter contra si um processo-crime, ainda que por uma demonstração de solidariedade a uma causa justa, não era aceitável para alguns. Foi um período muito difícil em sua vida religiosa, passando por sérias dificuldades financeiras, para atender ao andamento processual.

O êxito, ao final no referido processo, deveu-se à grande mobilização de vários movimentos sociais e da grande repercussão na mídia, conforme já demonstrado anteriormente, com reportagens até em jornais da Alemanha, dada a atuação coerente do pastor Werner Fuchs, que sempre defendeu os menos favorecidos contra as injustiças, como aconteceu também no caso dos desapropriados da Usina de Itaipu.

O processo de Werner Fuchs se iniciou com o IPM instaurado pela Portaria nº 5-SV Just., de 27 de agosto de 1986. Foi encarregado do IPM o tenente-coronel Jairo Goalberto Fernandes, concluído em 2 de outubro de 1986. O IPM foi encaminhado à 5ª CJM pelo general de divisão Eduardo Cesar Lucena Barbosa, e foi denunciado pelo procurador militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz, em 20 de outubro de 1986.

No processo nº 1486-5, na Auditoria da 5ª CJM, o pastor Werner Fuchs foi condenado por unanimidade pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército e Auditoria da 5ª CJM, em 26 de maio de 1987. O Conselho era composto pelos seguintes membros: major Orlando Moreira de Godoy (presidente), capitão Raul Péricles Moro Martins (juiz), capitão Hudson Camilo de Souza (juiz) e doutor Carlos Augusto Cardoso De Moraes Rego (juiz-auditor).

A apelação nº 45.003-7, no Superior Tribunal Militar, foi negada por maioria dos votos, sendo os votos vencidos dos ministros Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira e José Luiz Clerot, que acompanharam o voto vencido do relator ministro Aldo Fagundes, que ensejou os embargos infringentes junto do Superior Tribunal Militar, julgado pelo presidente, ministro tenente-brigadeiro-do-ar Antônio Geraldo Peixoto, ministro tenente-brigadeiro-do-ar George Belham da Motta, revisor, e o relator para o acórdão, ministro Aldo Fagundes.

Foi voto vencido o ministro Aldo Fagundes, que ensejou embargos infringentes, o qual embasou a apelação, sendo o julgamento desse recurso, pela manutenção da sentença “a quo”. No entanto, por meio de habeas corpus, o qual faz referência, citando o brilhantismo das palavras do citado voto vencido, só admitidos os embargos infringentes, que transcrevemos em parte, dada a importância da fundamentação apresentada, conforme a seguir:

Apelante – WERNER FUCHS – civil, condenado a 6 meses de detenção, incurso no art. 219, do COM, com o benefício do “sursis”, pelo prazo de 2 anos, independentemente do direito de apelar em liberdade.

Apelada – A sentença do Conselho Permanente da Justiça da Auditoria da 5ª CJM, de 26-05-87.

Três aspectos merecem ser destacados neste processo.

O primeiro é a prova. Trata-se de um discurso e o julgamento aqui não é de ordem ética, na apreciação de um texto bom ou ruim, com ideias corretamente expostas ou não. Isto implicaria um juízo subjetivo de valor, envolvendo até questões literárias, com tributo à eloquência e à retórica. Não é disto que se trata.

A denúncia fala em um discurso e a sentença condenatória também, mas evidentemente a ação penal não foi proposta para analisar um discurso e, afinal, decidir em que categoria colocá-lo:

O julgamento não é do discurso, mas do homem que o pronunciou. E a questão fundamental, portanto, é esta: ao falar, na praça pública, em Curitiba, em nome da Pastoral da Terra, o Pastor Werner Fuchs cometeu um crime, ou não?

Como o ônus da prova cabe a quem alega, esforçou-se o nobre representante do MPM para provar o que alegou na denúncia. E atento a tudo que dos autos consta, o Julgador, quanto à prova, não pode deixar de considerar a questão da fita magnética.

A fita foi um elemento decisivo na forma na formação da convicção do juízo condenatório, na primeira instância e aparece referida em dois documentos importantes: as Alegações Finais do MPM (fls. 357) e a Sentença (fls. 381).

–“Os fatos narrados atribuídos ao acusado foram judicialmente reconstituídos , não obstante terem se passado na forma verbalizada. Ainda que se desprezasse a totalidade da prova testemunhal – aliás em nenhum momento contraditada – restaria a incontestável prova fonográfica”.

E a Sentença:

–“Se não fosse suficiente tal prova testemunhal, sem qualquer incoerência ou contradição, restaria ainda a prova fonográfica, que, na ocasião do interrogatório, foi exibida, sem a menor contestação, ao acusado”.

Vê-se, pois, claramente, que a fita magnética influiu muito na condenação do acusado. No entanto, não há nenhuma referência, nos autos, à origem dessa fita – quem a fez ou quem a apresentou – mesmo porque foi anexada ao processo.

Na prova testemunhal, a ênfase está no depoimento de Maurício Laffitte (fls. 177), e Antônio Olímpio Ramires Lima (fls. 179). Ambos são oficiais da Polícia Militar do Paraná e confirmam que ouviram “as palavras tidas como ofensivas às Forças Armadas”. Mas esses depoimentos são contraditados pelo acusado/apelante, pelo menos quanto ao propósito do discurso pronunciado.

Ao exame deste Julgador pois, a prova neste processo, fica reduzida a uma dimensão simples, frágil, imprópria para um juízo condenatório.

O segundo aspecto deste processo, que desejo analisar, é a tipicidade do crime capitulado no Art. 219 do COM.

Desde a famosa premissa de Beccaria, em seu célebre “Dos Delitos e das Penas”, os parâmetros do juízo criminal estão contidos na máxima “nullum crimen nulla poena sine lege”. Não basta a existência de um comportamento antissocial. É necessário que haja uma prévia definição legal do seja um crime. E o jurista e filósofo Jeremy Bentham ensina que o “direito é um círculo contido por outro círculo maior chamado moral”. Isto faz com que nem tudo que a moral condena seja também condenado pela lei, que é o direito positivo. A tipicidade criminal, é, assim, a análise de se o comportamento incriminado tem adequação, clara e perfeita, ao texto legal.

Nesta parte, cabe lembrar uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em caso que alcançou ampla divulgação, para definir o crime capitulado no art. 219 CPM. Trata-se do julgamento do jornalista LOURENÇO DIAFÉRIA, absolvido, sem voto divergente, no Pretório Excelso, das sanções penais desse mesmo artigo.

Os dois casos, aquele e este, têm muito em comum. Lá, uma crônica publicada em jornal de grande circulação; aqui, um discurso pronunciado perante um auditório de mil pessoas, aproximadamente, mas em ambos os casos a mesma acusação: ofensa às Forças Armadas e, em especial, ao Exército Brasileiro.

Como se sabe, em tempos idos, quando a liberdade de expressão achava-se limitada pela rigidez da legislação vigente, foi aquele jornalista condenado neste Tribunal e depois absolvido, em Recurso Ordinário interposto perante o Supremo Tribunal Federal, acusado que fora de haver ofendido o Patrono do Exército – o insigne DUQUE DE CAXIAS.

Do Acórdão prolatado pelo Excelso Pretório no Recurso Criminal nº 1.413 – de 12 de fevereiro de 1980 – merecem destaque, por analogia ao caso *sub examen*, os seguintes tópicos:

“A tipicidade do art. 219 do COM reclama que a ação delituosa seja caracterizada pela divulgação de fatos, precisos, e determinados,

que o agente sabe inverídicos, mas que tenham a aparência de realidade, e sejam potencialmente ofensivos às Forças Armadas, não bastando para tanto manifestações, mesmo injuriosas, que não tenham sentido factual”.

“Nenhum fato histórico inverídico foi propalado pelo autor do artigo, não passando sua crônica de opiniões pessoais, fruto do esforço de um fato verdadeiro”.

“Não sendo possível adequar-se a conduta do recorrente ao artigo 219 do CPM., mas se admitidas como efetivamente ofensivas à honra das Forças Armadas as opiniões emitidas pelo cronista a capazes de desacreditar o Exército perante o povo, só seria penalmente viável a adequação do fato a dispositivos da lei definidora dos crimes contra a segurança nacional”.

“Já o crime definido no art. 219 do Código Penal Militar, não se trata de atribuir fatos, mas sim – e essa diferença é fundamental – do divulgar fatos, sempre inverídicos, capazes não apenas de ofender a reputação das forças armadas, mas, também, de objetivamente abalar a confiança que devem merecer do público”.

“A simples opinião, entretanto, é o conceito emitido por um indivíduo para expressar a sua visão do mundo exterior, ou seja, o seu ponto de vista pessoal sobre pessoas, acontecimentos, ideias, coisas”.

Do voto em separado proferido pelo Eminentíssimo Ministro RAFAEL MAYER, destaco o seguinte:

“O crime tipificado no art. 219 do CPM, sob a rubrica *ofensa às forças armadas*, é inconfundível com o crime de difamação, mas – digo eu, – é forçoso reconhecer que com ele guarda estreitas afinidades, como com as demais figuras de crimes contra a honra, sob cuja categoria a igual se insere.

O tratamento diferencial constante da figura penal-militar advém de uma transposição conotativa para compreender sob a proteção

criminal da honra, o bem jurídico da reputação e da pretensão ao respeito de que agora se dá como titular não uma pessoa, física ou jurídica, mas uma instituição, como as Forças Armadas, aspecto doutrinário superiormente focalizado, como vimos, no douto voto.

Como bem advertido pelo ilustre Relator, o núcleo da ação tipificada pela norma jurídico-penal, em foco, *está na divulgação de certos e determinados fatos, de fatos inverídicos, cientemente inverídicos, e no entanto, fatos idôneos, aptos, hábeis, capazes de ofender a dignidade ou abalar o crédito das forças armadas ou a confiança que estas merecem do público*”.

A meu ver, a erudita fundamentação doutrinária dos votos, tanto o que foi prolatado pelo Ministro Cunha Peixoto, como aquele que separado, do Ministro Rafael Mayer, não deixa dúvidas de que, *in casu*, não se encontram os elementos constitutivos do crime do Art. 219 do CPM.

O terceiro aspecto que desejo destacar neste processo, são as condições pessoais do acusado/apelante e o momento no qual o discurso foi pronunciado. Admitamos como argumentação, que o discurso houve como descrito na denúncia, ressalvado que o autor deu às palavras usadas uma conotação diferente, sem o caráter, segundo ele, de ofender às Forças Armadas.

Então o quadro é este: um discurso de mais ou menos três minutos, para um auditório de cerca de mil pessoas, pronunciado de improviso em uma Praça, em concentração popular no “Dia do Colono”.

Deste fato não há nenhuma divergência. Dou ênfase ao improviso. O acusado não sabia que fazia uso da palavra. Não se preparou para falar. Não escreveu nenhum texto, nem se recolheu para um ato de reflexão ou para amadurecer o pensamento em torno de alguma tese que pretendesse abordar.

O discurso foi, assim, pronunciado em momento de grande emoção, com o povo gritando e aplaudindo. Não me surpreende que um

improviso nesse contexto tenha sua tônica mais apaixonada do que uma exposição serena em recinto fechado – uma conferência ou uma aula, por exemplo.

Faço diferença entre o improviso desastrado e o discurso meditado do orador irresponsável. Aquele abre o seu coração, na emoção incontida do momento; este tem na palavra friamente arquitetada o instrumento de seu rancor.

Não conheço este Pastor, nem acompanho a vida administrativa da Igreja Luterana. Mas, pelo que tenho visto e ouvido, sei que as comunidades cristãs no Brasil, católicas e protestantes, mais modernamente estão muito motivadas para o discurso social e político. Obviamente, não é este processo o local apropriado para discutir esta matéria, senão como referencial para o perfil psicológico do acusado.

Verifico que o apelante, sendo Ministro do Evangelho, pertencente à Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil, está integrado, de corpo e alma, na postura crítica adotada por muitos líderes de sua denominação religiosa.

País de dimensões continentais, o Brasil abriga grande contrastes, onde convivem analfabetos e letrados, abastados e famintos. Grandes latifúndios, com grandes favelas. O nosso índice de mortalidade infantil é comparável aos países mais pobres do Continente Africano.

Cientes de tais contrastes e sensíveis à pregação da fraternidade que Cristo trouxe ao mundo, muitos pregadores católicos e evangélicos, têm adotado uma postura clara em defesa das classes populares. Essa numerosa parcela acredita que, ‘revestidos da couraça da justiça e empunhando a espada da verdade’ estão fazendo a vontade de DEUS, no apoio sistemático aos menos favorecidos.

Chego a pensar que a Igreja da qual o apelante faz parte, está hoje firmemente convencida de que a condenação que lhe foi imposta é uma consequência direta do testemunho dado como seguidor dos ensinamentos de Cristo.

Antes da concentração pública do Dia do Colono o apelante já se havia manifestado por diversas vezes solidário com as famílias dos colonos desprezados em Papanduva, participando da situação de angústia de tais famílias com a lentidão da justiça em resolver a questão da desapropriação de terras naquela região.

E essa posição adotada pelo Apelante e sua Igreja insere-se no contexto da ampla liberdade religiosa existente no Brasil.

Coerente com o discurso de sua convicção religiosa, os autos mostram o Pastor Werner Fuchs ao lado dos camponeses, despossuídos e marginalizados.

Não é preciso aceitar as ideias que ele defende mas é possível respeitá-lo.

O fato, sob o ponto de vista do direito penal militar – é só este tópico que interessa ao processo – não está na palavra vulgar porventura proferida. O fato gerador da concentração popular e, portanto, raiz do discurso existe, é verdadeiro, está retratado nos autos. Em 1958 houve uma desapropriação de terras em Papanduva-SC e até hoje existem processos tramitando na justiça, causando enorme inquietação social.

Comprovam estes fatos os seguintes documentos:

Às fls. 211 – Documento extraído do Noticiário do Exército, Campo de Instrução Marechal Hermes. Exército cumpre dever. Desse documento, transcrevo os seguintes tópicos:

“O campo situa-se em Três Barras-Papanduva-SC e engloba terras cuja desapropriação, ocorrida em 1956, ainda está parcialmente em pendência porque nem todos os desapropriados aceitam a valor indenizatório”.

“A continuidade do processo foi prejudicada por inúmeros percalços, tais como o desinteresse e omissão de vários desapropriados ou sucessores e a falta ou insuficiência de documentos comprobatórios da propriedade. A situação atual é, em resumo, a seguinte:

– Definitivamente julgados.....	78
– Sem julgamento definitivo.....	7
– Não localizados (processos com situação e paraderos não conhecidos.....	4
Total.....	89

Às fls. 218 está um ofício assinado pelo Gen. Div. Eduardo César Lucena Barbosa, Comandante da 5ª RM, onde se lê:

“Em atenção ao solicitado no documento em referência, informo-vos o seguinte:

Ações Judiciais

Nº. de lotes.....	89
Nº. de ações.....	64
Ações pagas.....	9
Ações arquivadas.....	22
Precatórios não expedidos.....	17
Sem julgamento.....	6
Sem notícias.....	6
Não localizadas.....	4

Às fls. 295 está a cópia de um ofício enviado, em 17 de junho de 1986, ao Governador de Santa Catarina, assinado pelo Procurador Geral da Justiça, naquele Estado, onde se lê:

– “Destaca, por fim, que passados quase 30 anos de uma solução definitiva, o número de pessoas atingidas subiu de 500 para 2000 aproximadamente, criando, assim, um foco de descontentamento e tensão social, que preocupa sobretudo o Ministério Público”.

E, no relatório encaminhado com esse ofício, assinado pelo Promotor de Justiça Luiz Adalberto Villa Real, lê-se este trecho:

– “Persiste entre os expropriados e seus sucessores um clima de desconformidade e revolta contra a situação reinante, posto que desapossados das áreas há 30 anos, até a presente data não foram, na maioria, indenizados”.

Antes, às fls. 194, no depoimento da testemunha Ibrahim Gonçalves de Oliveira, consta: [...]“tais representantes, ao que sabe o depoente, dirigiram-se aos coordenadores do movimento do dia 25 de julho, pedindo para que os problemas de Papanduva fossem abordados na manifestação”. E, mais adiante: “foi solicitada a colaboração das mais importantes entidades, inclusive a da Igreja; que, em dezembro de 1985, o Pastor Fuchs, como representante da Igreja, compareceu ao acampamento; que, nesta ocasião, foi relatado ao Pastor o problema existente, vale dizer, que tendo as terras sido desapropriadas em 1956 e retirados os colonos em 1963, por tropas do Exército Brasileiro, não forma defasada; que o Pastor ficou muito impressionado com o problema dos acampados”.

A atuação do Pastor Werner Fuchs, portanto, visava encontrar uma solução para um problema que existe, é real e verdadeiro. E é indiscutivelmente grave.

Estas considerações, Sr. Presidente, fazem-se concluir que não comparece neste processo um criminoso. Falta-lhe o animus para delinquir, que caracteriza o dolo. Falta-lhe a vontade, o impulso, a intenção, o propósito de ferir. Aqui vejo apenas um homem com ordenação sacerdotal ao lado do povo sofrido da comunidade onde ele vive.

A que serviria a condenação deste Pastor? Neste momento histórico da vida nacional, entendo que o Brasil não deve dar demonstração ao mundo de que um Pastor Evangélico Luterano foi condenado pela Justiça Militar, por palavras impensadas proferidas em praça pública, contendo expressões pejorativas ao Exército Brasileiro. E o mundo nos olha com espírito crítico. E o tema do discurso era a injustiça social.

Além do mais, gosto de pensar em um generalizado esforço a favor da paz e da conciliação, em nome da comunidade nacional. Há pouco, saindo o País de uma crise político-institucional, o generoso manto da anistia reconciliou os brasileiros, apagando processos e anulando sentenças de casos muito mais severos do que este.

Na absolvição deste Pastor eu vejo as Forças Armadas do meu País enfrentando e vencendo as gloriosas batalhas da paz; sem revanche e sem rancor. E vejo a Justiça Militar em sua dimensão verdadeira: equilibrada, serena e justa.

Não é função do Poder Judiciário, eu sei, mas declaro solenemente que tão impressionado fiquei com este processo, que irei procurar o Ministro da Reforma Agrária para, à luz dos fatos aqui descritos, apelar para que seja encontrada uma solução para tão grave problema. Aqui existem informações, também, de que o Sr. Ministro do Exército deseja resolver o caso, com a maior brevidade.

Existem apoios políticos: o Governador Álvaro Dias, do Paraná; Deputados, Prefeitos, Diretórios e diversas Câmaras de Vereadores (fls. 428 e seguintes), existem apoios de líderes religiosos: a Igreja Luterana no Brasil e na Alemanha, Bispos Católicos e comunidades locais (fls. 281, 282, 429), tudo isto expresso em dezenas e dezenas de documentos.

Enfim, este Pastor está neste processo com o que tem de mais precioso – o seu nome e a sua fé. E não anda sozinho porque tem amigos.

Por estes três aspectos, Senhores Ministros, minha convicção é a mais profunda de que não posso condenar o Pastor Werner Fuchs, ora apelante. A prova é frágil; o fato não se enquadra nos parâmetros do Art. 219 do CPM e as condições pessoais do acusado e o momento do discurso incriminado explicam o tom emocional e apaixonado das palavras. O voto foi acompanhado pelo Ministro Luiz Clerot.

HABEASCORPUS nº 67.387-2 – Supremo Tribunal Federal – Ementa – “Habeas Corpus – CRIME DE OFENSA ÀS FORÇAS ARMADAS. ATIPICIDADE – Condenação pelo art. 219 do COM, que reclama ciência da inveracidade dos fatos prolatados. Hipótese em que os fatos mencionados em discurso eram verazes, não corresponde a conduta, dessarte, ao tipo penal aventado. Habeas Corpus concedido para anular a ação penal. (grifos nossos)

2º depoimento – Ibrahim Gonçalves de Oliveira:

Ibrahim foi herdeiro de um dos desapropriados que perdeu suas terras, casa e animais e nunca foi indenizado. Liderou e ainda lidera uma intensa luta em favor de todas as famílias de desapropriados, embora já bastante cansado pelos anos de insucesso. Sua família jamais recebeu indenização pelas terras desapropriadas e nem pelas casas, animais, plantações, pinheiros, erva-mate e outros bens que tiveram de deixar. Muitos já morreram, outros contraíram doenças e depressão por não ver a solução do problema.

3º depoimento – Maria da Glória Pacheco Wojciechowski:

Seu pai, sr. Erotides Pacheco Prates, que era proprietário legítimo de quase 4 milhões de metros quadrados, nunca recebeu indenização e ficou mentalmente perturbado, devido à incessante luta para encontrar a solução do impasse – ao final, morreu louco. As duas herdeiras, sendo uma a depoente, já fizeram o inventário e agora as propriedades estão legalmente em seus nomes.

Maria da Glória contou que perdeu seu esposo, Gerson Wojciechowski, recentemente, dizendo que morreu amargurado pela injustiça sofrida com a desapropriação de todas as terras e bens pelo Exército, sem ter recebido indenização e sendo obrigado a arrendar as próprias terras do Exército.

4º depoimento – **Edilson Schadeck**, neto do desapropriado João Florindo Schadeck:

Cresceu ouvindo falar das injustiças e violações sofridas pelas famílias de agricultores da região, que tiveram suas terras desapropriadas pelo Exército, sem nunca ter recebido a devida indenização. Sua família também foi vítima dessa expropriação.

2.7.9 PROCESSO NATANIEL REZENDE RIBAS, JOSÉ REZENDE RIBAS E JOÃO FLORINDO SCHADECK

Processos que foram movidos na Auditoria Militar da 5ª CJM:

- Inquérito Policial Militar, Portaria nº 03-SV JUST, de 20 de agosto de 1984;
- Processo nº 24/85-2, da Auditoria da 5ª CJM, e
- Apelação nº 45.196-0, Superior Tribunal Militar.

DOS INDICIADOS

- Nataniel Rezende Ribas: brasileiro, casado, empresário, natural de Papanduva. Não consta seu nome como desapropriado;
- José Rezende Ribas: brasileiro, casado, empresário, natural de Papanduva;
- João Florindo Schadeck: brasileiro, casado, empresário, natural de Mafra.

Inquérito Policial Militar: encarregado do IPM tenente-coronel Sylvio Cardoso, instaurado pela Portaria nº 03-SV JUST, de 20 de agosto de 1984, substituído pelo tenente-coronel João Sitniki Filho, em 20 de novembro de 1984, por motivo da transferência para a reserva de João Sitniki. Concluído em 28 de setembro de 1984, figuraram como indiciados os civis Nataniel Rezende Ribas, José Resende Ribas, João Florindo Schadeck, Erotides Pacheco Prates e Sizenando Jungles Gonçalves. Escrivão Maurício Oesterreich, 3º Sargento.

O IPM foi encaminhado ao comandante da 5ª RM/DE, o general de divisão Waldir Eduardo Martins.

Denunciado pelo procurador militar Péricles Aurélio Lima de Queiroz, em 03 de dezembro de 1985. Foram absolvidos Nataniel Rezende Ribas e José Rezende Ribas, por reconhecer a extinção da punibilidade.

2.7.10 NOVOS DOCUMENTOS

Após audiência pública conjunta entre a CEV-PR e a CEV-SC, realizada em Papanduva no dia 14 de outubro de 2014, em novas pesquisas deste Grupo de Trabalho teve-se conhecimento que em 10 de maio de 1991 houve a revogação dos decretos desapropriatórios nº 40.570/1956 e 44.458/1958, por meio da publicação no *Diário Oficial da União* de 13 de maio de 1991, por ato do presidente Fernando Collor de Mello, com assinatura conjunta de vários ministros de então, inclusive do coronel Jarbas Passarinho.

Esse decreto de revogação deve ser do conhecimento de todos os órgãos da administração federal, inclusive do Exército, já que foi publicado no *Diário Oficial da União*, contudo, de forma ilegal, continuaram os procedimentos de transferência dos registros dos imóveis, conforme se vê em uma das matrículas sob o nº 23.407, do Cartório de Canoinhas (SC), datada de 19 de dezembro de 1995. A desistência das desapropriações mal efetivadas, por ato do então presidente da República, ante o desvio de finalidade nesse caso, viria, se levada a termo, a corrigir uma injustiça que se perpetuava, declarando que a União não mais tem interesse sobre as áreas.

Portanto, cabe à União efetivar a medida, reintegrando os proprietários legítimos em suas áreas.

2.7.11 RECOMENDAÇÕES

Todas as ações, esforços e movimentos feitos pelos colonos em defesa de seus direitos dentro do período temporal em que vigorou a ditadura militar brasileira até aqui descritos não lograram êxito, não obstante o reconhecimento das ilegalidades

e impropriedades cometidas pelo Exército brasileiro contra os colonos, incluindo-se as graves violações de direitos humanos já relatados.

A permanência dessas arbitrariedades já no período em que o país goza de regime democrático de direito coloca em dúvida se houve mesmo a necessária ruptura entre o regime de exceção e o de democracia. A persistência dessas graves violações de direitos humanos nos tempos atuais, por parte do Exército brasileiro, perpetua um legado de violências, impunidade, corrupção e desrespeito à Carta Magna, não sem motivos denominada Constituição Cidadã.

É imperioso superar esse legado, de um lado com o devido reconhecimento dos erros e crimes cometidos contra aquela comunidade e consequente pedido de desculpas oficiais; de outro, com a devida indenização, computados todos os danos materiais e imateriais (alguns deles impagáveis), e a devida punição de todos os militares e civis que, sob tais circunstâncias, com domínio dos fatos, autoridade e capacidade de decidir, decidiram em desfavor dos colonos: omitiram-se, locupletaram-se e acobertaram todo tipo de crime, ilegalidade e abuso de autoridade até os dias atuais.

De maneira mais específica, recomenda-se:

1. Para que seja feita justiça no presente caso, a devolução aos proprietários e familiares/herdeiros das terras que hoje abrigam o CIMH, mediante a declaração da revogação dos decretos nº 40.570/1956 e 44.458/1958, conforme antes relatado, retornando assim a situação original das propriedades localizadas nas cidades de Papanduva e Três Barras (SC), tendo em vista inclusive a visível perda do objeto, que se verifica pelo desvio de finalidade dos decretos de desapropriação, considerando-se que várias áreas de terras foram, desde o início, arrendadas a agricultores e criadores de gado, e que apenas um percentual aproximado de 20% das áreas é utilizado para treinamento. Considerando ainda especificamente o decreto firmado pelo ex-presidente Collor, em 10 de maio de 1991, fato que demonstra a completa ilegalidade da permanência do Exército nas áreas em questão;
2. A imediata reintegração de posse dos desapropriados, conforme a sua relação nominal constante nos decretos nº 40.570/1956 e 44.458/1958, inclusos neste relatório;
3. A indenização de todas as benfeitorias, como cercas, casas, galpões e demais edificações, árvores, pinheiros e erva-mate retirados das áreas, não contemplados nos decretos de desapropriação;

4. A indenização pela renda não realizada ao longo dos 60 anos em que os colonos deixaram de produzir em suas terras em razão dos impedimentos aqui relatados;
5. O encaminhamento deste relatório à Comissão de Anistia, para conhecimento e o que demais julgar necessário, tanto em relação aos colonos atingidos como em relação ao capitão Heitor Freire Albuquerque Filho, perseguido e punido já dentro do período democrático por expor a verdade referente ao período de exceção;
6. A emissão pública e oficial de pedido de desculpas do Exército brasileiro pelas graves violações dos direitos humanos, dos direitos civis e patrimoniais dos colonos atingidos e seus familiares;
7. O envio deste relatório ao Ministério Público Federal, para oferecimento de denúncia de crime contra os militares responsáveis pelas graves violações cometidas contra os desapropriados e seus familiares e pelos crimes de confisco ilegal de propriedade particular, corrupção ativa, enriquecimento ilícito, uso de trabalho escravo, adoção de força paramilitar equiparada a jagunços para ameaça e controle de população civil, prisões arbitrárias, tortura e abuso de autoridade;
8. Que seja construído um memorial, em local adequado, num esforço conjunto do município de Papanduva, do estado de Santa Catarina e da União, para homenagear e lembrar a grande luta dos atingidos pelas desapropriações.

2.8 DOCUMENTOS RECEBIDOS EM OITIVAS E PESQUISAS DE CAMPO

Arquivos do Movimento Justiça e Direitos Humanos – Jair Kriscke.

Documentos obtidos no Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Documentos recebidos do dr. Martin Almada, referentes aos “Arquivos do Terror”.

Documentos recebidos de Jair Krischke do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, organização não governamental que há mais de quatro décadas promove a defesa dos direitos humanos e pesquisa os casos de violações ocorridos na América Latina, no marco da Operação Condor.

Periódicos, revistas, jornais de época.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. P. *Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; São Paulo: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARGENTINA. Comisión Provincial por la Memoria. *Informe anual 2012*. Buenos Aires: Ferrograf, 2012.
- ARGENTINA. Comisión Provincial por la Memoria. *Informe anual 2013*. Buenos Aires: Ferrograf, 2013.
- BRASIL. Comissão de Anistia. *Relatório anual da Comissão de Anistia 2010*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2010. 98 p.
- BRASIL. Comissão de Anistia. *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013. 414p.
- BRASIL. Comissão de Anistia. *Livro dos votos da Comissão de Anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Florianópolis: Instituto Primeiro Plano, 2013. 612 p.
- BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014.
- BULOS, L. U. *Constituição Federal anotada*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CAMARANO, M. *João Sem Terra: veredas de uma luta*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. (Coleção Camponeses e o Regime Militar, v. 1). 104 p.
- CARNEIRO, M. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 360 p.
- COELHO, M. J. H.; ROTTA, V. (Orgs.). *Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão*. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012. 340 p.
- FRANZ, M. J. F. *Canto orfeônico: um olhar sobre a trajetória social do ensino de música na educação básica*. Blumenau: Furb, [2013]. Disponível em: <<http://bit.ly/2lZUwWJ>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

GADOTTI, M.; ABRÃO, P. (Orgs.). *Paulo Freire: anistiado político brasileiro*. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2012.

GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003. (Sério O Sacerdote e o Feiticeiro, v. 1).

IGLESIAS, G.; KRISCHKE, J. *Compañero Harald Edelstam: su ejemplar combate por la vida, contra el miedo y la neutralidad*. Montevideo: UTA; MJDH, 2013. 16p.

IVAN, H. G. *A CIA e a quartelada: os 50 anos do golpe de 64*. 1. ed. Curitiba: Serzegra, 2014.

JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITADURAS E DIREITOS HUMANOS: HÁ 40 ANOS DOS GOLPES NO CHILE E NO URUGUAI, 2., 2013, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: Corag, 2013. 437 p.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

PADRÓS, E. S. *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente*. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf; UFRGS, 2013.

PADRÓS, E. S.; VIVAR, J. E. E. *Memórias da resistência e da solidariedade: o movimento de justiça e direitos humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: ASF-Brasil, 2013.

PALMAR, A. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PIETRO, M. S. Z. D. *Direito administrativo*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SPIELER, P.; QUEIROZ, R. M. R. (Orgs.). *Advocacia em tempos difíceis: ditadura militar, 1964-1985*. Curitiba: Edição do autor, 2013. 912 p.

SALOMÃO, R. E. *Os anos heroicos: o Partido dos Trabalhadores do Paraná do nascimento até 1990*. Curitiba: Partido dos Trabalhadores, 2010.

SALLES, P. *Ninguém pode se calar: depoimento na Comissão Nacional da Verdade*. Goiânia: Kelps, 2014. 94 p,

SILVA, J. A ação da Assessoria Especial de Informações da usina binacional de Itaipu. In: CONGRESSO REGIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 3., 2009, Jataí. *Anais...* Jataí: Gráfica Rápica, 2009.

SILVA, J. *A usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1988)*. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SODRÉ, N. W. *A história militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VIANA, M. T. *70 anos de CLT: uma história de trabalhadores*. Brasília, DF: Tribunal Superior do Trabalho, 2013. 152 p.

VIEIRA, I. M. *As sequelas das torturas: história da tortura, a praga do século XX*. Mandaguari: Gráfica Mandaguari, 2005.

Sites

Brasil Nunca Mais Digital: <<http://bit.ly/2rjBITT>>

Armazém Memória: <<http://bit.ly/2rjrCSK/>>

Site Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional: <<http://bit.ly/2pDIffG>>

Memórias Reveladas: <<http://bit.ly/2nMsssR>>

Documentos revelados – Aluizio Palmar: <<http://bit.ly/2qp5gjF>>

Documentários

Projeto Marcas da Memória – Comissão de Anistia – Ministério da Justiça:

1. “Repare bem” (2012; 105 min)

Direção: Maria de Medeiros

2. “Duas histórias” (2012; 52 min)

Direção: Ângela Zoé

3. “Damas da liberdade” (2012; 28 min)

Direção: Célia Gurgel e Joe Pimentel

4. “Vou contar para os meus filhos” (2011; 24min)

Direção: Tuca Siqueira

5. “Em nome da Segurança Nacional” (2012; 45 min)

Direção: Renato Tapajós

6. “O fim do esquecimento” (2012; 54 min)

Direção: Renato Tapajós

7. “Anistia 30 anos” (2009; 17 min)

Direção: Luiz Fernando Lobo

8. “A mesa vermelha” (2012; 78 min)

Direção: Tuca Siqueira

9. “Eu me lembro” (2012; 96 min)
Direção: Luiz Fernando Lobo
10. “Ainda hoje existem perseguidos políticos” (2012; 54 min)
Direção: Coletivo Catarse
11. “Se um de nós se cala” (2013; 68 min)
Direção: Célia Maria Alves e Vera Côrtes
12. “Os advogados contra a ditadura: por uma questão de justiça” (2013; 130 min)
Direção: Sílvio Tandler
13. “Militares da democracia: os militares que disseram não” (2013; 100 min)
Direção: Sílvio Tandler

**PARTIDOS POLÍTICOS,
SINDICATOS E DITADURA**

Participaram deste capítulo:

Coordenador

Márcio Mauri Kieller Gonçalves

Suplente

Roberto Elias Salomão

Colaboradores

Central Única dos Trabalhadores do Paraná – CUT/PR, federações e sindicatos filiados

Comissão Nacional de Verdade, Memória, Justiça e Reparação da CUT/Brasil

Comissão Estadual da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná

Grupo de Trabalho dos Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade – CNV

Grupo Tortura Nunca Mais– Projeto DHPAZ Paraná

Grupo de Trabalho de Verdade Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas do Paraná

Grupo de Trabalho de Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Bancários de Curitiba e região

Arquivo Público do Paraná – Secretaria de Administração do Estado do Paraná

Assessoria Técnica

Eliane de Assis

Fátima Branco Godinho de Castro

3. PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS E DITADURA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban é fruto da organização e da luta travada por entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais, sindicais, dos partidos políticos progressistas, movimentos estudantis, e de combate à tortura, grupos de busca por mortos e desaparecidos e de combate às graves violações aos direitos humanos, entre tantos outros, que se mobilizaram para lutar pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Mais de 60 entidades do estado do Paraná reuniram-se no Fórum Paranaense de Resgate de Verdade, Memória e Justiça.

Com a criação da CNV pela Lei Federal nº 12.528, de novembro de 2011, e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, abriu-se espaço para a criação das comissões estaduais da verdade.

No Paraná, também por incentivo, luta e mobilização do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, e pela elaboração da Lei Estadual nº 17.362, de 27 de novembro de 2012, foi criada a CEV-PR, a ser composta por sete membros. A lei garantia o poder de indicação de um dos setes nomes pelo Fórum Paranaense, sendo que os outros seis nomes seriam de prerrogativa do governador do estado do Paraná.

Em maio de 2014, a lei sofreu uma alteração e a comissão passou a ser denominada “Comissão Estadual da Verdade do Paraná – Teresa Urban”. A mudança de nome foi escolhida por unanimidade pelos membros da CEV-PR como forma de homenagear uma histórica lutadora contra as graves violações aos direitos humanos, Teresa Urban, militante social, ambiental e política, uma mulher que até o fim da vida trilhou o caminho da busca pelo pleno restabelecimento da verdade, memória e justiça.

A CEV-PR, criada pela Lei nº 17.362, de 27 de novembro de 2012, prestará apoio administrativo às ações e atividades, as quais não terão caráter jurisdicional ou persecutório. Tem por finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, além de contribuir com a CNV na consecução dos objetivos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Deve-se destacar que a Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT-PR), participa da CEV-PR, ocupando a vaga prevista na Lei Estadual, no âmbito do Fórum Paranaense de Verdade, Memória e Justiça. Contando com um bom número dos seus sindicatos e por ter livre trânsito entre entidades sindicais do campo e da cidade – o que facilita o levantamento de dados e o resgate da verdade, memória e justiça nesses setores – foi a entidade escolhida como representante no referido Fórum.

A CEV-PR, após realizar diversas atividades, muitas delas em conjunto com algumas entidades cooperadas – a exemplo de oitivas, coleta de documentos das vítimas de graves violações aos direitos humanos – inicia uma nova etapa, com a elaboração de seu relatório final e das recomendações finais.

Para que se possa atingir o objetivo comum de identificar e tornar públicas as questões relacionadas às violações dos direitos humanos perpetradas no período de repressão, é necessário um trabalho conjunto e compartilhado. Reforça-se, assim, a solicitação junto das entidades sindicais para que enviem informações sobre as graves violações cometidas aos seus dirigentes que, porventura, tenham sido cometidas, assim como sobre as entidades sindicais.

Portanto, para efeitos deste relatório são necessárias algumas informações pontuais de cada entidade:

- nome da entidade (Sindicato, Federação etc.);
- dados sobre as intervenções sofridas por parte dos aparelhos de repressão no período compreendido entre 1946-1988;
- nomes completos e/ou codinomes dos dirigentes sindicais que eventualmente tenham sido mortos, desaparecidos forçadamente, exilados, presos ou torturados, ou ainda aqueles que sofreram represálias de ordem física, psicológica ou econômica.

É também fundamental para o resgate histórico e político o conhecimento da existência de colaboração de qualquer natureza (informações, contribuições, suporte) por parte das empresas com os agentes da repressão no período anteriormente mencionado.

Essas informações são fundamentais para o resgate da verdade, memória e justiça e também para que possam ser feitas as devidas reparações históricas de forma que esse período de exceção que o Brasil viveu não seja esquecido e nunca mais se repita.

PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!

3.2 APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

Na lógica de organizar e sistematizar os trabalhos de coleta de documentos, oitivas e depoimentos, a CEV-PR Teresa Urban constituiu, para seu eficaz funcionamento, seis grupos de trabalho, entre os quais o Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”.

Este GT, cujas atividades são direcionadas às informações sobre a repressão de entidades políticas e sindicais, elaborou sua dinâmica de trabalho partindo da constatação de que os maiores atingidos pelo golpe civil-militar instalado no Brasil em 1º de abril de 1964 foram os trabalhadores brasileiros.

O objetivo deste GT é, portanto, levantar, por meio de dados documentais, depoimentos históricos, oitivas de história oral e realização de audiências públicas, quais foram as consequências da intervenção civil militar para os partidos de esquerda da época, para os movimentos sociais organizados e entidades sindicais (federações e sindicatos), e qual o grau das violações sofridas tanto pelos trabalhadores quanto pela própria entidade.

Este GT busca, ainda, conhecer outra grave face do golpe civil-militar, esclarecendo quais foram as contribuições de empresas e seus empresários para financiar a repressão e a ditadura militar naquele período.

3.3 METODOLOGIA DO GRUPO DE TRABALHO

O calendário das atividades a serem desenvolvidas pela CNV foi estendido até o final de 2016, para que as comissões pudessem aprofundar os trabalhos. Neste GT ainda deverão ser realizadas oitivas, audiências públicas, transcrições de documentos e de entrevistas para a efetiva conclusão dos trabalhos.

Com relação ao movimento sindical, têm sido realizadas as oitivas e a elaboração dos resumos de todas as entrevistas. Nesse sentido, a metodologia de trabalho adotada partiu do levantamento das graves violações, da identificação de quem foram as pessoas a elas submetidas, se as entidades envolvidas nessas ações sofreram algum tipo de intervenção ou penalização e se houve financiamento ou contribuição de qualquer tipo ou natureza de empresas, indústrias, fábricas, bancos e demais instituições para que essas violações fossem praticadas.

3.4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E PARCEIROS

No decorrer dos trabalhos do GT, milhares de documentos foram recolhidos nos arquivos sindicais e no Arquivo Público do DOPS-PR. Muitos documentos também foram entregues à CEV-PR por pessoas que foram ouvidas.

A CEV-PR coletou mais 100 depoimentos entre oitivas individuais ou em suas nove audiências públicas em Foz do Iguaçu, Apucarana, Curitiba e Cascavel; em Ato Unitário Sindical em Curitiba e Umuarama; no Seminário “Operação Condor – Curitiba”; em audiência sobre Ditadura, Sistemas de Justiça e Militarização em Curitiba; em audiências nas cidades de Maringá e Londrina; no Seminário Conjunto com a Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, sobre Papanduva; em audiência pública de oitiva dos militares e agentes da repressão em Curitiba.

Das pessoas que sofreram graves violações contra os direitos humanos, juntamente com as oitivas e depoimentos colhidos pelas entidades parceiras e conveniadas da CEV-PR, totalizamos cerca de 300 oitivas e depoimentos. Entre estas, 40 oitivas ou depoimentos referiam-se às pessoas ligadas diretamente ao movimento sindical. Se contabilizarmos os depoimentos dos que na época eram advogados, médicos, jornalistas, professores, autônomos e profissionais liberais, chega-se a um percentual próximo a 80% de oitivas e depoimentos de trabalhadoras e trabalhadores.

3.5 O MOVIMENTO SINDICAL

O movimento sindical, os sindicatos, os sindicalistas e os trabalhadores foram, de modo geral, os que mais resistiram e também os que mais sofreram graves violações cometidas no período de exceção política que o país viveu entre 1946 e 1964 (período em que o Partido Comunista do Brasil, o PCB, passou a atuar na clandestinidade).

Após a decretação do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, estendeu-se a violência do estado contra o PCB e contra todos aqueles que se contrapunham à ditadura – que perdurou até 1988 – e lutavam pela volta da democracia no Brasil. Já no início do golpe, mais precisamente no dia 2 de abril, iniciaram-se as prisões, como se pode observar na relação de presos obtida no Arquivo Público do DOPS.¹

O fato da simples interrupção do funcionamento dos sindicatos teve implicação direta nas lutas políticas, sociais e econômicas. Ao intervir em uma entidade sindical, o governo civil-militar tolhia toda a capacidade de organização e de mobilização dos trabalhadores para obterem conquistas sociais e econômicas para suas respectivas categorias, o que se traduziu em graves violações, tendo em vista que militantes sindicais foram perseguidos, mortos, exilados forçadamente, presos e torturados nos porões da ditadura e nas delegacias do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Identificar e avaliar o caráter da intervenção que cada entidade sofreu é fundamental para que se possa mensurar os prejuízos materiais, humanos e psicológicos, individuais e coletivos que foram causados a determinadas categorias profissionais e suas entidades de representação. O fechamento de entidades, a perseguição aos trabalhadores, com demissões e pressões patronais, e a pressão para que os trabalhadores delatassem os supostos subversivos foi prática constante no período do regime militar.

A estrutura sindical atual é, em larga medida, um reflexo da luta por democracia e pluralidade na sociedade, o que foi negado à classe trabalhadora, principalmente porque sofria com a influência e hegemonia do PCB, desde 1947.

Os sindicatos não alinhados à política do sindicalismo corporativo oficial não tinham os mesmos direitos de organização e sofriam intensa perseguição política e monitoramento desde a cassação pública dos registros do PCB em 1947. Este partido foi, aliás, o único que passou pelo período mais longo de clandestinidade, que se estendeu por 37 anos, só sendo reconhecido como organização política após a Lei da Anistia.

3.6 OS PARTIDOS POLÍTICOS

O amplo leque de partidos políticos organizados tinha como base a organização partidária estabelecida a partir da Constituição de 1946, e só se altera com o pedido de cassação política, pelo Congresso Nacional, que colocou o PCB em mais um longo período de clandestinidade.

À revelia da Constituição de 1946, o PCB mergulhou na clandestinidade em 1947 no Governo Dutra, que dispunha de ampla maioria no Congresso Nacional. Contudo, jamais abriu mão de seu direito de atuar politicamente, chegando a ocupar os cargos de direção, principalmente nos sindicatos dos ferroviários, portuários, da indústria de tecidos, jornalistas, médicos e advogados e no sindicato e na federação dos bancários. O Ministério do Trabalho frequentemente intervinha nos sindicatos para afastar as “lideranças vermelhas” e substituí-las por elementos mais dóceis e subservientes. Mas, na primeira renovação de mandatos, os comunistas (em alguns casos irmanados com o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) reconquistavam o comando perdido. Após a Segunda Grande Guerra, muitos setores populares e da classe média aproximaram-se do “partidão” que parecia crescer mais na clandestinidade.

Em 1962, porém, o PCB perdeu grande parte de sua força política e metade dos seus quadros dirigentes com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o surgimento de outras dissidências após o golpe civil-militar de 1964.

Uma febre ou uma grande ilusão de que “divididos venceremos”. Inconformados com a liderança incontestável de Prestes, veteranos dirigentes do PCB o abandonaram: Carlos Marighella, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Jacob Gorender, João Amazonas e outros. Acusavam o PCB de adotar uma linha pacifista e prometiam combater a ditadura com a luta armada. Com exceção do PCdoB na frustrada tentativa do Araguaia que foi exterminada, as demais dissidências caíram no imobilismo e desapareceram ou foram alcançadas pela repressão e torturadas. Isso originou inúmeras denúncias e edições de autores diversos, como a dissertação de mestrado em sociologia política de Márcio Kieller (2004), sob o título *A elite vermelha*, focalizando o tema da luta armada.

No quadro político aprovado na Constituinte de 1946 existiam partidos ideológicos, como o PTB (nacionalista e defensor dos assalariados), a União Democrática Nacional (UDN), de extrema direita, e o Partido Social Democrático – PSD (representante do latifúndio). O Partido Social Progressista (PSP) era propriedade de Ademar de Barros, que foi prefeito e governador de São Paulo (os adversários cunharam a expressão “rouba mas faz”), e também havia os nanicos Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido de Representação Popular (PRP) liderado por Plínio Salgado, líder integralista.

O PCB foi vítima de uma rasteira no Governo Dutra e caiu na clandestinidade, assim como aconteceu com o extinto Partido Libertador (PL), que defendia o parlamentarismo e a lei do divórcio.

O “alto comando” do golpe de 1964 suprimiu essas legendas com o Ato Institucional 2 (AI-2), de 9 de abril, e criou um partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e um de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Este, apesar de moderado, teve dezenas de deputados (federais e estaduais) e senadores cassados por decreto do ditador de plantão (HELLER, 1988).

Os militantes reconhecidamente comunistas e os sindicatos não podiam atuar. Estes integrantes sofreram prisões, isolamentos e desaparecimentos. Por outro lado, a presença do movimento comunista após a Segunda Guerra Mundial aproximou muitas categorias da classe média dos sindicatos de orientação comunista. Existia uma presença muito forte dos dirigentes sindicais comunistas nas categorias dos bancários, ferroviários, portuários, jornalistas, médicos e advogados.

Esses militantes dos partidos comunistas que tiveram origem no movimento sindical só podiam trabalhar e se organizar no movimento se estivessem sob o manto de outra legenda política: o trabalhismo. No campo da militância partidária, sofriam o mesmo constrangimento, pois não podiam militar abertamente, sob a pena de serem presos.

Quando algum sindicato tinha algum dirigente de frente sabidamente comunista, o órgão sofria intervenção do Ministério do Trabalho e era substituído por outro vinculado ao sindicalismo de estado.

O recorte temporal de 1946 a 1988 que a CNV estabeleceu para levantar e apurar graves violações cometidas foi fundamental, principalmente para levar em conta a perseguição e a constrangedora situação política de ilegalidade que o PCB viveu após 1947.

No Paraná não foi diferente, pois o PCB, além de ter seu deputado estadual José Rodrigues Vieira Neto cassado e impedido de exercer sua cátedra, vereadores, em diversas cidades do estado, tiveram também seu mandato cassado em 1947. Vale lembrar que o trabalho desenvolvido pela CEV-PR sempre teve como norte restabelecer historicamente esses mandatos.

Assim foi feito com relação à Assembleia Legislativa do Estado, que em sessão solene devolveu o mandato ao Dr. José Rodrigues Vieira Neto, eleito deputado estadual pelo PCB nas eleições de 1946.

A clandestinidade fez a organização comunista se ramificar em diversas outras legendas após 1960. O PCB dividiu-se e organizou-se em PCdoB, que manteve o nome e mudou a sigla; e PCB, que mudou de nome, manteve a sigla e também deu origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entre outras pequenas facções comunistas, algumas delas também com presença no norte do Paraná.

A dissertação de mestrado em sociologia política de Marcio Kieller (2004), que versa sobre o PCB no Paraná, traz uma relação com o nome de 126 pessoas, tendo por objetivo traçar o perfil socioeconômico dos dirigentes e de recuperar as direções do PCB do Paraná que atuaram no estado entre 1945 e 1964. Vários deles foram perseguidos por sua atuação política no período. Houve também indivíduos presos e torturados após a decretação do golpe civil-militar no Brasil, em 1º de abril de 1964.² Pôde-se constatar, em diversos momentos após o golpe, a presença dos mesmos nomes desses históricos dirigentes em documentos e listas de presos e perseguidos políticos pela repressão.

No quadro político partidário do pós-1946, com exceção do Partido Comunista, que foi colocado na ilegalidade em 1947, havia o PTB; o PSD; o Partido Social Trabalhista (PST); a UDN; o PL; e o Partido Republicano (PR), a esquerda democrática que se tornaria, mais tarde, o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

2 Anexo 1.

Após o golpe civil-militar de 1964 e com a decretação do AI-2 que, entre outras mudanças, acaba com o pluripartidarismo, a representação política passa a se reorganizar social em dois grandes blocos: a Arena e o MDB.

Porém, com o fim dos partidos políticos tradicionais pelo AI-2, as agremiações revolucionárias não desapareceram, mas proliferaram-se na clandestinidade. O PCdoB, ilegal desde 1947, assim continuou, como se pode observar em diversos depoimentos e trabalhos de história política, principalmente nas obras *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, de Jacob Gorender (1987); *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1980), ou, ainda, um capítulo do *Livro dos votos da Comissão Nacional da Anistia* (BRASIL, 2013); ou no capítulo do livro *Brasil: nunca mais* (ARNS, 1985), intitulado “As organizações de esquerda”. Nesses textos pode-se identificar, entre outras siglas, o PCB e o PCdoB, que haviam rompido na V Conferência do Partido, em 1960, dando origem não à primeira, mas à mais importante cisão do Partido.

Também são citadas as seguintes organizações: Ação Popular Marxista Leninista (APML); Política Operária (Polop); Ação Libertadora Nacional (ALN); também dissidência do PCB, capitaneada por Carlos Marighella; PCBR, com forte atuação no norte do Paraná; Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Comando de Libertação Nacional (Colina); Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); Ala Vermelha (dissidência do PCdoB); Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT); Partido Operário Comunista (POC); Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente); Movimento de Libertação Popular (Molipo); Partido Comunista Revolucionário (PCR); Resistência Democrática (Rede); Movimento Nacional Revolucionário (MNR); Resistência Armada Nacional (RAN); Movimento de Ação Revolucionária (MAR); Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26); Frente de Libertação Nacional (FLN); Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G); Movimento Comunista Revolucionário (MCR); Dissidência Universitária de São Paulo (DISP) do PCB; e Grupo dos Onze.³

Desses grupos políticos de resistência à ditadura, armados ou não, os que tinham uma atuação mais presente no Paraná, ou em algumas regiões do estado, eram o PCB, o Grupo dos Onze, o PCdoB, o PCB e o PCBR, com forte presença nos anos 1960 e 1970 na região norte do estado.

3 O Grupo dos Onze teve forte influência no Sul do país e no Paraná também. A ideia foi incentivada por Leonel Brizola, que orientava que pequenos grupos de onze pessoas se reunissem para discutir organização e política, como forma de não criar grandes aglomerações.

3.7 O GRUPO DOS ONZE

O Grupo dos Onze foi concebido pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, em 1963, que antevia a necessidade da organização popular a partir de grupos coesos e politizados, porém não muito numerosos. Idealizou, assim, a organização de agremiações integradas por no máximo onze pessoas como células de atuação política, os denominados “grupos dos onze”. Instalando-se nos movimentos sindicais e estudantis, estas organizações adquiriram significativa força política, contribuindo decisivamente para a formalização de alianças operárias e estudantis.

De acordo com alguns depoimentos, esses grupos se expandiram no Sul do Brasil por influência do governador do Rio Grande do Sul. No Paraná também tiveram atuação marcante, disseminando-se por diversas regiões do estado. Nos depoimentos coletados nas audiências de Umuarama, Apucarana Londrina e Maringá, esses grupos foram citados.

3.8 O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O INQUÉRITO POLICIAL MILITAR – ZONA NORTE DO PARANÁ

Depois de 1980, com a instalação da anistia, o quadro partidário voltou a se pluralizar com o retorno de alguns partidos que existiam no pós-1946, como PTB, PCB, PCdoB, Partido Democrático Trabalhista (PDT), PSB e também alguns novos que se criaram após a volta do pluripartidarismo, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da República (PR), Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Após o golpe civil-militar de 1964, o PCBR teve forte penetração na região norte do Paraná. Fruto de mais uma das divisões do PCB e capitaneado por Mário Alves, o PCBR conseguiu arregimentar um expressivo número de militantes no interior do estado, nas regiões de Londrina e Maringá, onde diversos militantes desse partido foram perseguidos por inquérito policial militar (IPM). Foram arroladas, nesse IPM, figuras conhecidas dos movimentos sociais e filiadas ao PCB(R) e que eram as mais perseguidas, como o ex-vereador de Londrina, Manoel Jacinto Correia, ou algumas lideranças populares em Maringá, como José Rodrigues dos Santos, Janeci Guimarães, Bonifácio Martins, entre outras. Esse caso foi também estudado por outros grupos de trabalho da CEV-PR.

3.9 AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA

Esta organização se constituiu em um movimento que se originou da anti-ga Juventude Universitária Católica (JUC), com a denominação de Ação Popular

Marxista Leninista, estabelecendo ramificações no estado do Paraná e forte presença no movimento sindical e urbano.

Foi criada em junho de 1962 a partir de um congresso realizado em Minas Gerais pela ação dos militantes estudantis da JUC e da Ação Católica. Optando pelo socialismo humanista e buscando inspiração ideológica em uma vertente protestante compunha-se, essencialmente, de lideranças estudantis, entre as quais se destacaram Betinho, que foi coordenador até 1964, José Serra, Aldo Arantes e Haroldo Lima. Participaram também lideranças camponesas e operárias em certas áreas do estado de São Paulo e no Paraná.

Apesar de não ser numericamente expressiva, a AP era uma força estudantil, a exemplo da militância do PCB, uma das mais mobilizadas e organizadas. Sem abandonar completamente o interesse pelos problemas políticos, desenvolveu uma atividade de caráter mais acentuadamente religioso e interno.

A partir de 1960, alguns de seus militantes chegaram à presidência de diversos diretórios estudantis estaduais e da UNE, de onde forjaram, nos anos 1960, uma ampla aliança com as forças da esquerda, entre as quais o PCB e o PCdoB, ao qual vai se unir no início dos anos 1970.

Em 1960, o movimento estudantil hegemôniza-se a partir da UNE, mesmo período em que passa a produzir seu periódico *Brasil Urgente*.

No Paraná, diversos militantes fizeram parte da AP, a exemplo de Edésio Passos, Zélia Passos, Clair da Flora Martins, José Ferreira Lopes – o Zequinha, Cláudio Antônio Ribeiro, entre outros, que desenvolveram um método de educação popular baseado nos ensinamentos de Paulo Freire para as ações revolucionárias e de formação política desenvolvidas nas cidades e no campo.

3.10 INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 44 – SOBRE AS ATIVIDADES DOS COMUNISTAS NO PARANÁ E EM SANTA CATARINA

Em 1975 foi instaurado o IPM nº 44 e elaborado um dossiê das atividades comunistas no Paraná e em Santa Catarina, que ficou conhecido nacionalmente como “Operação Marumbi”. Essa operação mapeou as áreas de atuação do partido no movimento estudantil, seus direcionamentos e os grupos políticos que dirigiam o partido.

O mapeamento dos comunistas permitiu que houvesse uma atuação mais detalhada das forças da repressão política: ali começaram as prisões, já que dispunha de um esboço muito bem definido dos dirigentes e das atividades desenvolvidas pelo PCB.

Havia, na época, um panorama muito bem traçado das alas de atuação do partido. João Tezza, Vitório Sorotiuk e Hiran Ramos de Oliveira eram militantes da Ala Estudantil, com presença muito forte no movimento estudantil da UFPR e na União Paranaense dos Estudantes. Hiran Ramos de Oliveira, membro da direção estadual no inquérito que reconstituiu a direção do PCB, foi caracterizado como sendo um dirigente que trafegava entre os grupos que compunham as alas do Partido Comunista no Paraná, conhecido como Zona 3, que abrangia Curitiba, região metropolitana, o litoral e algumas regiões de Santa Catarina. O Diretório Estadual era assim constituído:

– Comitê Estadual no Paraná: Aparecido, Laélio Andrade, Vieira Neto (José Rodrigues Vieira Neto), Jorge Karan, Dilma, Manoel Jacinto Correia, Hiran Ramos de Oliveira, Antônio Mendonça, Espedito (Espedito Oliveira Rocha), Marilda, Paulino, Berek Krieger, Malaquias, sendo suplentes, Vinholes, Juca e Pacífico.

– Eram membros do Comitê Executivo: Laélio Andrade, Paulinho e Jorge Karan; membros do secretariado: Paulino, Paulo Dias e Aparecido.

– Membros do Comitê Municipal: Aparecido (Aparecido Moralejo), Marilda, Dilma, Hiran Ramos de Oliveira, Antônio Albino, Vitorio Sorotiuk, Wanderlei, Leonil, Serrano e Tezza (João Tezza).

A estrutura do Diretório Estadual estava ligada aos comitês municipais de Paranaguá, Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Ponta Grossa, Cornélio Procópio, entre outros.

3.11 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, MEMÓRIA, JUSTIÇA E REPARAÇÃO DA CUT

Márcio Mauri Kieller, como membro da CEV-PR e com origem no movimento sindical participa, também, como membro da Comissão Nacional da Verdade, Memória, Justiça e Reparação da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil). Participou igualmente de diversas atividades realizadas por essa Comissão e pelo Grupo de Trabalho “Graves Violações contra os Trabalhadores e o Movimento Sindical”. Entre as atividades das quais participou destacam-se:

- Três reuniões nacionais da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça;
- O Ato Unitário Sindical Nacional realizado em São Paulo no Sindicato Nacional dos Aposentados;
- 3º Seminário Internacional “O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Direito à Memória e à Verdade”, realizado no Rio de Janeiro, de 16 a 23

de setembro de 2013, evento no qual uma das expositoras foi a dra. Rosa Cardoso, então coordenadora da CNV.

- Apresentação do método de trabalho e construção do Relatório Parcial do Grupo de Trabalhadores da CNV, intitulado “Graves violações contra os trabalhadores e o movimento sindical”, realizado em São Paulo.
- Ato Unitário Sindical da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro;

3.12 GRUPO DE TRABALHO “RESGATE DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA”

No âmbito das atividades referentes às reflexões sobre os 50 anos do golpe civil-militar que se instalou no Brasil, encabeçadas pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná e pela Comissão Estadual da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (OAB-PR), o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, reunido em sua direção executiva, criou o Grupo de Trabalho “Resgate da Verdade, Memória e Justiça dos Bancários”.

A categoria bancária, no Paraná, tem mais de oito décadas de mobilizações e de representação de bancárias e bancários e seu sindicato foi um dos que enfrentaram diversos momentos da história da república, desde a década de 1930, passando pelo Estado Novo Vargas, à semiclandestinidadade na qual mergulharam dirigentes sindicais comunistas após a cassação do registro em 1947, e também após o golpe civil-militar de 1964.

O sindicato esteve sempre presente e à frente das lutas políticas e sociais, sendo seus dirigentes referências históricas das lutas sociais e sindicais. Os bancários são, portanto, uma das categorias que, assim como os ferroviários, professores, portuários e profissionais liberais, têm muita história para contar e são parte constitutiva de um processo de levantamento das graves violações que foram cometidas contra os trabalhadores.

Prisões, desaparecimento forçado, torturas, como também violações de direito das entidades, intervenções, fechamento de entidades, depredação de patrimônio histórico e cultural das entidades ocasionaram estragos significativos nas estruturas e um atraso importante em termos de conquistas políticas e econômicas que esses sindicatos viriam a ter.

Assim, a iniciativa de construir o Grupo de Trabalho “Resgate da Verdade, Memória e Justiça dos Bancários” tem por objetivo desenvolver atividades de pesquisa, busca de fontes, coleta de depoimentos de história oral e, também, propiciar

o reconhecimento histórico dos bancários que sofreram graves violações cometidas contra as trabalhadoras e os trabalhadores bancários. Com forte histórico de lutas sociais e de participação cidadã, para além das lutas meramente economicistas, o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana deu importante contribuição à luta dos trabalhadores e da sociedade nos seus 82 anos de existência.

Muitos documentos precisam ainda ser sistematizados e organizados no acervo do sindicato, assim como é necessário pesquisar depoimentos de muitos bancários que contribuíram com a luta sindical nos “anos de chumbo” e na época da clandestinidade do pós-Estado Novo. Ou seja, é fundamental que se recupere a história dos heróis bancários que resistiram, mas não deixaram de sofrer com as mãos pesadas das ditaduras do Estado Novo Vargasista e do golpe civil-militar de 1964.

A comissão, criada em 22 de abril de 2014, é composta pelos dirigentes sindicais bancários: Elias Hennemann Jordão – presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba; Marcio Kieller – diretor de Políticas Sindicais do Sindicato, vice-presidente da CUT-PR e membro da CEV-PR e da CNV da CUT-Brasil; Antônio Luís Fermino – secretário-geral do Sindicato; André Machado Castelo Branco – diretor do Sindicato; e Júnior César Dias – presidente da Federação dos Trabalhadores em empresas de crédito do Paraná. Ao tomar conhecimento sobre a criação do grupo de trabalho, o ex-dirigente sindical Sérgio Athayde dispôs-se a colaborar com os trabalhos e atividades a serem desenvolvidos pelo GT de Trabalho “Resgate da Verdade, Memória e Justiça dos Bancários”.

A ideia inicial é que o grupo de trabalho estabeleça um cronograma de atividades que possa ser desenvolvido para dar sustentação aos trabalhos da CEV-PR e também da CNV.

A essa iniciativa se somam as mais de duas centenas de grupos de resgate da verdade, memória e justiça que foram criados por todo o país com o intuito de oferecer à atual e às futuras gerações a possibilidade de conhecer a história política de sua cidade, seu estado e seu país pela perspectiva dos trabalhadores bancários que participam da vida em coletividade, vivem e sofrem os problemas sociais como todos os cidadãos e cidadãs.

O acesso à história daqueles que não tiveram voz e que agora a têm, mesmo que tardiamente, possibilita à sociedade optar por outra abordagem social e histórica que não somente a história oficial. Isso permitirá também que muitos se perfilarem ao lado daqueles que defendem a democracia como valor e que não querem que se repita jamais o que aconteceu nos períodos passados da história política do país. Para reforçar o que se tem dito insistentemente é que se justifica a proliferação

desses grupos de trabalho de resgate da verdade, memória e justiça: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Uma das primeiras ações do GT “Resgate da Verdade, Memória e Justiça dos Bancários” foi disponibilizar à CEV-PR todas as 16 entrevistas realizadas para o projeto do livro de comemoração dos 80 anos do sindicato: *Memória e História*.

O livro, que aborda as oito décadas de existência do sindicato, é uma contribuição importantíssima porque teve como personagens do movimento sindical diversos bancários que eram líderes sociais e também militantes partidários (muitos deles filiados ao PCB), ou de organizações de resistência ao golpe civil-militar de 1964, como a Ação Popular Marxista Leninista. Os entrevistados desse projeto foram os seguintes bancários e bancárias: Ângelo Vanhoni, Antônio Batista, Antônio Zamiak, Athos Freceiros, Claudio Ribeiro (presidente e secretário-geral do sindicato na gestão 1967-1969 e que sofreu intervenção), Carlos Zaina, Fernando Tristão Fernandes, Edwiges de Oliveira, José Daniel Farias, José Francisco Fumagalli, Luís Salvador (presidente do sindicato na gestão de 1969-1971), Luís Carlos Betenhausen, Luís Carlos Saldanha de Almeida (presidente do sindicato em intervenção de 1975-1984), Marcos Sadok, Marisa Stedile, Moacir Visinoni, Nilo Izidoro Biazetto (vice-presidente na gestão de 1946 e presidente do sindicato, na gestão de 1953 a 1958), Otávio Dias, Paulo José Zanetti, Pedro Eugênio Leite, Roberto Antônio Von Der Osten, Sérgio Athayde, Tadeu Veneri, Vitor Horácio Costa e Wilson Previdi. Os resumos dessas entrevistas constarão do relatório final do Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”.

O Grupo de Trabalho também recebeu das mãos do advogado José Daniel Godoy, que trabalha com o tema do financiamento privado do golpe militar de 1964 em seu mestrado, diversos documentos relativos às listas de denúncias de empregados bancários que eram identificados como participantes de ações “subversivas”, ou como “comunistas que se organizavam dentro dos bancos”.

3.13 GRUPO DE TRABALHO “VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DO PARANÁ”

Este grupo de trabalho foi organizado para mapear as graves violações aos direitos humanos e aos direitos de liberdade de expressão e criado pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná, o qual tem feito um levantamento dos jornalistas que foram vítimas do golpe civil-militar de 1964. Este é um grupo de trabalho fundamental porque os jornalistas foram uma das categorias mais perseguidas pelos agentes da repressão política no estado.

Este grupo participou de diversas reuniões ordinárias da CEV-PR e contribuiu com os debates para identificar possíveis vítimas das graves violações entre os jornalistas do estado e também os órgãos de imprensa que estavam a serviço dos agentes da repressão política e contra a liberdade de expressão no Paraná.

Entre as atividades que o grupo de trabalho realizou destaca-se a participação no congresso da categoria, numa mesa sobre o Resgate da Verdade, Memória e Justiça. A CUT-PR e a CEV-PR também foram representadas.

3.14 ENTREVISTAS DO PROJETO “MAPEAMENTO DAS ELITES POLÍTICAS DO PARANÁ – OS COMUNISTAS”

Também chegou à CEV-PR um livro de entrevistas, parte do projeto desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Sociologia Política (Nusp), que realizou o mapeamento das elites políticas paranaenses, identificou as direções do Partido Comunista do Paraná e entrevistou dez antigos dirigentes do PCdoB, no Paraná. Os entrevistados foram Chaim Israel Jugend – relojoeiro; Espedito de Oliveira Rocha – trabalhador da construção civil; Hermógenes Lazier; Hugo Mendonça Sant’ana – jornalista; Iraci Soares de Oliveira – operário; Milton Ivan Heller – jornalista; Nelson Torres Galvão – bancário e administrador de empresa; Odílio Cunha Malheiros – jornalista; e Wilson Previde – bancário.

O livro intitulado *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná* (CODATO; KIELLER, 2008) analisa as entrevistas e é de autoria do membro da CEV-PR e mestre em Sociologia Política pela UFPR Márcio Kieller, e do professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor Adriano Codato.

Essas duas contribuições totalizam 27 entrevistas que não estão computadas entre as mais de 200 entrevistas realizadas, apesar de se repetirem, como é o caso das entrevistas de Cláudio Antônio Ribeiro, Milton Ivan Heller e Wilson Previde, entre outras poucas.

3.15 ENTREVISTAS DO PROJETO “DHPAZ/PARANÁ – DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA”

O projeto do DHPAZ/Paraná, vinculado ao Ministério da Justiça e à Comissão Nacional de Anistia, Depoimentos para a História, e a Resistência à Ditadura Militar no Paraná, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho “Tortura Nunca Mais”, conveniado à CEV-PR, realizou e já tornou públicas mais de 170 entrevistas,⁴ que

4 Anexo 4.

estão disponíveis no YouTube (a maioria delas trabalhadores que sofreram graves violações de seus direitos, em decorrência do golpe civil-militar que se instalou no Brasil após 1964).

O GT “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura” mapeou, identificou os militantes e dirigentes do movimento sindical que realizaram as entrevistas e produziu um resumo das entrevistas focado nos interesse do GT de trabalhadores da CNV, que são os de identificar as violações, os desaparecimentos forçados, as mortes, prisões, torturas e também as contribuições das empresas para a manutenção do golpe militar. Essa atividade foi e continua em andamento pelos componentes do grupo de trabalho.

3.16 ATO UNITÁRIO SINDICAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE COM AS CENTRAIS SINDICAIS DO PARANÁ

No dia 20 de março de 2014, realizou-se em Curitiba, por iniciativa da CEV-PR Teresa Urban, pela Comissão da Verdade, Memória, Justiça e Reparação da CUT-Brasil, do GT de trabalhadores da CNV e da Comissão Estadual da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, o Ato Unitário Sindical – 50 Anos do golpe civil-militar.

Além dos parceiros da CEV acima descritos, contou-se na participação e apoio na organização com sete centrais sindicais organizadas no Paraná: a CUT-PR; a Força Sindical-PR; A União Geral dos Trabalhadores (UGT-PR); a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST/PR); a Central Sindical do Brasil (CSB/PR); a Intersindical/Paraná e a Central Sindical e Popular (CSP) – Conlutas-PR.

O Ato Unitário Sindical, realizado pelo Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”, em parceria com o GT de trabalhadores da CNV, com a CNV da CUT e com a Comissão da Estadual da Verdade da OAB-PR, contou com mais de 200 pessoas de diversos sindicatos das bases das centrais que estavam à frente da organização desse evento. Foi todo gravado pela Comissão Estadual da Verdade e faz parte do acervo histórico da CEV-PR.

3.17 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE

Destacam-se, aqui, as audiências públicas que tiveram participação mais efetiva no GT “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”, encaminhadas pelas entidades filia-das à CUT-PR, a exemplo do Ato Unitário Sindical – 50 Anos do golpe civil-militar, as audiências realizadas em Umuarama e o evento “Um dia de debates sobre verdade, memória e justiça”, da Caravana da Agricultura Familiar do Paraná (Fetraf-PR). As demais audiências já foram anteriormente mencionadas neste relatório.

As audiências públicas constituíram-se em fontes importantes para a coleta de informações sobre graves violações aos trabalhadores e aos movimentos sindicais, conforme relatado nos depoimentos das vítimas e seus familiares. Além de um ato unitário sindical, sediado na OAB – cujo foco foi o GT “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura” –, foram realizadas nove audiências públicas: uma em Foz do Iguaçu, voltada às investigações sobre o massacre em Medianeira; uma em Apucarana, visando esclarecer a morte dos estudantes Nelson Brianezi e Antônio dos Três Reis de Oliveira; e uma em Cascavel, que tratou da oitiva de líderes indígenas. Vale destacar que uma das audiências públicas sobre Ditadura, Sistemas de Justiça e Militarização foi realizada na OAB-PR.

Dessas atividades, seis foram realizadas com abordagem de interesse do Grupo de Trabalho “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura”: a) audiência pública de Curitiba, realizada na Câmara Municipal de Curitiba, com sessão especial voltada aos partidos políticos e ao movimento sindical; b) audiência pública realizada no Teatro da Reitoria da UFPR, em Curitiba, sobre a “Operação Condor”; c) audiência pública realizada em Umuarama, na Câmara de Vereadores daquela cidade, com foco no movimento sindical; d) audiência pública realizada na cidade de Maringá, nas dependências da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e no auditório da Câmara Municipal; e) audiência pública na cidade de Londrina, cuja ênfase foi o movimento sindical.

3.18 AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE EM CURITIBA

Em Curitiba, a audiência pública da Comissão Estadual da Verdade teve a duração de três dias, estruturando-se em três sessões: da Comissão da Verdade da UFPR, da Comissão Estadual da Verdade da OAB e da sessão da Comissão Estadual da Verdade.

Foram ouvidos o filho do militante do PCB Iran Ramos de Oliveira; Cyro Viegas de Oliveira; o dirigente do PCB Francisco Luís França; o dirigente do PCdoB Luís Aberto Manfredini; o advogado e ex-militante do PCB Cláudio Benito Antunes Ribeiro; Cláudio Antônio Ribeiro, advogado e secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Curitiba, em 1967, quando foi decretada a intervenção no sindicato.

Houve, também, o depoimento do advogado de presos políticos Luís Eduardo Greenhalgh, ligado ao Comitê Brasileiro de Anistia (CBA), que trouxe informações sobre a localização das ossadas do estudante paranaense Antônio dos Três Reis, localizadas no cemitério clandestino de Perus, na zona norte da cidade de São Paulo.

Tentou-se, na ocasião, ouvir o agente da repressão Mário Expedito Ostrovski, acusado de tortura por depoentes na audiência em Foz do Iguaçu.

3.19 CARAVANA DA AGRICULTURA FAMILIAR – FETRAF/PARANÁ

Por sugestão da CUT-PR, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/CUT-PR) organizou no calendário na cidade de Realeza (PR), no campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Caravana da agricultura familiar, que percorreu diversas cidades do estado e promoveu debates e coletou depoimentos de militantes da Agricultura Familiar e da Resistência à Ditadura.

Durante o evento foram ouvidos depoimentos de militantes históricos da agricultura familiar que atuavam no período da ditadura militar e que haviam sofrido forte repressão dos militares. Algumas das lideranças se comprometeram a dar seus depoimentos a Pedro Toneli, representante das primeiras lideranças sindicais e primeiro deputado federal das entidades sociais da região.

Nos depoimentos foram relatados o início dos movimentos de oposição ao governo, o fechamento da Estrada do Colono e a criação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), com a presença do presidente Ives Bianchini; de Antônio Marcos Myskiw, professor da UFFS – Campus Realeza; do senhor Jaci Poli, representante da luta dos movimentos sociais no sudoeste; e de Altair José Anzileiro, representante da classe dos agricultores familiares. O encontro teve cunho de formação, voltado aos acadêmicos da instituição, às lideranças e aos ex-dirigentes sindicais e à população.

3.20 AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE EM UMUARAMA

Umuarama foi o quinto município do Paraná a receber audiência pública da Comissão Estadual da Verdade. Foi ouvido o depoimento do advogado Wagner Brussolo Pacheco, que reside em Umuarama desde 1961, e foi detido duas vezes, em 1965 e 1966, por causa de suas atividades de oposição ao regime.

Foram ouvidos, também, o bancário aposentado Osni Miguel Santana, que alega ter sido perseguido de 1978 a 1980, quando era editor e redator de jornais de Umuarama; o médico José Alcindo Gil, que foi uma das pessoas responsáveis pela manutenção do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, na clandestinidade, na cidade vizinha de Cruzeiro do Oeste, de 1975 a 1979; e, por fim, foi ouvido o filho de José Dirceu, o deputado Zeca Dirceu, que é fruto de um relacionamento do ex-ministro durante o seu refúgio em Cruzeiro do Oeste.

Por iniciativa da CNV, da CUT, da CUT-PR, da regional da CUT-PR Noroeste e do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis e Região, realizou-se, na Câmara Municipal de Umuarama, uma audiência pública conjunta da CEV-PR e do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis e Região.

Lá foram realizadas quatro oitivas:

1. Do dr. Wagner Brussulo Pacheco, advogado criminalista e ex-presos político residente em Umuarama desde 1961, que foi detido duas vezes, em 1965 e 1966, por suas atividades de apoio aos militantes que lutavam contra o regime militar, em especial aos ligados ao campo. Sua ficha no DOPS-PR, porém, não tem nenhuma informação a respeito. Wagner fez um minucioso relato de sua primeira detenção, ocorrida em 1965. Ele foi detido em sua casa, à noite, e levado apenas de pijama para um quartel em Ponta Grossa. Sofreu tortura psicológica desde sua detenção até sua soltura, três dias depois. Foi solto, ainda de pijama, em Ponta Grossa, sem nenhuma assistência ou recurso para retornar a Umuarama; passou frio, fome e sede em seus três dias de detenção.
2. De Osni Miguel Santana, ex-aluno da Escola de Cadetes, ex-dirigente sindical e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis e Região. Osni, que alega ter sido perseguido de 1978 a 1980 quando era editor e redator de jornais de Umuarama, entregou à CEV-PR diversos documentos da época em que serviu na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, na cidade de Campinas, onde teve contato com oficiais que participaram da repressão. Osni fez um cuidadoso trabalho de investigação de dois oficiais com quem conviveu na Escola de Cadetes e que admitiam ter participado da perseguição e tortura de militantes que lutavam contra o regime militar. Osni descobriu seu paradeiro e que ambos ainda atuam contra o processo de democratização do país, nas redes sociais e na articulação de pessoas que compartilham de suas ideias autoritárias. Ele lembrou os nomes de militares que ministravam cursos de tortura e métodos de guerrilha de campo e de guerrilha urbana.
3. Houve, ainda, a oitiva do médico José Alcindo Gil, perseguido de 1963 a 1969. Gil foi um dos responsáveis pela manutenção na clandestinidade do ex-ministro da Casa Civil e ex-deputado federal José Dirceu, na cidade vizinha de Cruzeiro do Oeste, de 1975 a 1979, e, por fim, do deputado federal Zeca Dirceu, fruto de um relacionamento do ex-ministro durante o seu refúgio em Cruzeiro do Oeste.

4. Também foi ouvido o deputado federal Zeca Dirceu, filho do vice-presidente da UNE e ex-deputado federal José Dirceu. Zeca Dirceu, ou José Carlos Becker de Oliveira e Silva, evidentemente não vivenciou a repressão, mas relatou as consequências dela em sua vida. Uma das afirmações mais marcantes foi a do constrangimento que vivenciou na sua infância, discriminado porque seu pai havia sido preso. Afinal de contas, para o senso comum, se foi preso, é porque o pai era “bandido”.

Pela CEV-PR, participaram Márcio Kieller, Ivete Caribé da Rocha e, também, Edilson José Gabriel, coordenador do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis e Região.

Além da OAB da região de Umuarama e outras entidades ligadas à questão da verdade, memória e justiça da região, Umuarama foi o quinto município do Paraná a receber uma audiência pública em razão da existência de organizações políticas de oposição ao regime na região, como o “Grupo dos Onze”.

3.21 AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE EM MARINGÁ EM PARCERIA COM O SISMMAR E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

A audiência pública realizada na cidade de Maringá foi realizada nos dias 4 e 5 de agosto de 2014, na UEM e no Auditório da Câmara Municipal de Maringá. Atuaram como parceiros o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá (Sismmar) e os professores Angelo Priori (suplente da CEV-PR) e do prof. Reginaldo Dias, da UEM e da Câmara Municipal de Maringá.

Pela CEV-PR estiveram presentes os membros Márcio Kieller, Ivete Caribé Rocha, Maria Aparecida Blanco, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Angelo Priori e Norton Nohama (suplentes da CEV-PR). Vale destacar o suporte recebido pela assessoria nas figuras de Jeferson de Oliveira Salles, historiador, e Schirle Margaret dos Reis Branco, socióloga do Ministério Público.

Foram dois dias de oitivas em que homens e mulheres relataram as graves violações dos direitos humanos sofridas, seja pela ausência dos seus familiares, seja por estarem diretamente envolvidos e/ou por terem sido envolvidos involuntariamente.

Novos fatos surgiram a partir dos depoimentos e diversos documentos foram entregues à CEV-PR. A região norte do Paraná foi um importante foco de efervescência política e de organização de resistência histórica à repressão, seja no processo da ditadura civil-militar instalada no Brasil, seja nos processos de resistência posteriores a 1946, que englobou a resistência contra o processo de colonização do

estado do Paraná. Nesse período, muitos índios e camponeses foram mortos ou afastados de suas terras de origem, separados de suas famílias e tribos em nome do desenvolvimento agrário do estado do Paraná, realizado pelos colonizadores.

Houve ampla resistência, inclusive com a organização coordenada pelo PCB, e a Revolta de Porecatu, conhecida historicamente como “A Guerra de Porecatu”⁵. Conforme descreveram os representantes da tribo Xetá – Claudemir da Silva e Divaldo da Silva – e da tribo Kaingang – João Maria Tapeixi –, em oitivas privadas nas dependências da UEM, várias tribos foram dizimadas na região pelos colonizadores de terras a serviço do Governo Lupion. As oitivas dos indígenas, que tiveram acompanhamento de especialistas para que se pudesse tirar o maior proveito possível dos depoimentos, foram gravadas e estão à disposição do acervo de imagens da CEV-PR.

No segundo dia da audiência, realizada no auditório Hélio Moreira da Prefeitura Municipal de Maringá, foram ouvidos, em uma rápida mesa de abertura, parceiros da construção da audiência pública na cidade de Maringá, entre eles o representante do prefeito, da presidenta do Sismmar, do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, do presidente da Câmara de Vereadores, do reitor da UEM e o representante da CEV-PR.

Após esse ato político, foram realizadas oitivas públicas com João Maria Tapeixi, cacique indígena dos Kaingang; com o indígena Xetá Claudemir da Silva; com Ivana Martins Costa, filha do vereador cassado Bonifácio Martins; com o advogado do movimento sindical Jorge Haddad; com a ex-presa política Ruth Lima; com os irmãos do deputado Arno Preiss, morto pela ditadura; com a senhora Elga Preiss e João Preiss; com o militante e ex-preso político José Tarcísio Pires Trindade; com o padre Orivaldo Robles, perseguido pelo DOPS; e, também, com uma contribuição de Reginaldo Benedito Dias, professor de história da UEM. O professor descreveu um panorama histórico da região, principalmente no campo e na região de Maringá, onde houve diversos tipos de perseguições a pessoas que não concordavam com o regime ditatorial instalado após 1964. Também no campo acadêmico houve intervenções, afastamentos de professores, alunos e monitoramento de suas atividades.

5 Sobre o Movimento dos Posseiros de Porecatu, ou a Guerra de Porecatu, como ficou historicamente conhecido o movimento, o prof. Angelo Priori (membro suplente da CEV-PR) abordou o assunto com riqueza de detalhes no Grupo de Trabalho “Violações no Campo e dos Povos Indígenas”.

Foram dois dias de intensos trabalhos, todavia muito gratificantes para nossos objetivos. Por esse motivo não podemos deixar de agradecer, em nome da CEV-PR: Iraídes Baptistoni, dirigente nacional da CUT e presidenta do Sismmar; Angelo Priori (membro suplente da CEV-PR); e Reginaldo Benedito Dias, professores da UEM e também idealizadores dessa audiência.

Por fim, a CEV-PR deve um grato cumprimento ao vereador Carlos Mauricci, do PT, pela organização da sessão solene da Câmara Municipal de Maringá, que realizou a devolução simbólica do mandato do vereador Bonifácio Martins.

A devolução simbólica do mandato foi o ponto alto da audiência pública em Maringá. Bonifácio Martins, que exerceu mandatos de vereador entre 1956 a 1960 e de 1960 a 1964, teve que se evadir de Maringá com a esposa e duas filhas (uma, inclusive, de colo), por ocasião da perseguição durante o IPM da Zona Norte do Paraná. Nesse episódio, dezenas de militantes de esquerda, sindicalistas e estudantes foram presos e processados. A restituição política de mandatos é, portanto, um esforço que a CEV-PR tem empreendido no sentido de fazer o resgate histórico de mandatos populares que foram interrompidos.

3.22 AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE NA CIDADE DE LONDRINA, EM PARCERIA COM O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE LONDRINA, CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Nos dias 6 e 7 de agosto de 2014, realizou-se a audiência pública da CEV-PR na cidade de Londrina, em parceria com o Sindicato dos Bancários de Londrina e região e da Regional da CUT-PR, com a Câmara Municipal de Londrina, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e as vereadoras Lenir de Assis, do PT, e Elza Correia, do PMDB, filha do histórico dirigente comunista Manoel Jacinto Correia, forçado a se afastar do mandato pelas constantes prisões e perseguições políticas na época da guerrilha de Porecatu, entre 1848 e 1951. Participaram outras entidades parceiras, como a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Londrina.

No primeiro dia as oitivas foram realizadas no Plenário da Câmara Municipal de Londrina, com a presença de Márcio Kieller, representando a CEV-PR; de Wanderlei Crivellari, presidente do Sindicato dos Bancários de Londrina e Região; de Dirceu Quinelato, representante da Regional Norte da CUT-PR; da vereadora Sandra Graça, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Londrina (CML); de Ana Paula Bracarense, professora da UEL; de Mário Francisco Barbosa, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Londrina; e de Paulo Magno Barbosa, da OAB-Londrina.

A seguir, foi dado início às oitivas: foram ouvidos diversos relatos, consistentes e emocionados, de Elza Correia, vereadora na cidade de Londrina pelo PMDB, filha do comunista e também ex-vereador pela cidade de Londrina, no final da década 1940 e início da década de 1950, preso por 17 vezes e alvo de cinco inquéritos policiais, inclusive do IPM Zona Norte do Paraná. Elza, a princípio, pensou em não fazer o depoimento, mas reconsiderou, compreendendo que a história de seu pai é um importante legado para a sociedade paranaense.

O segundo depoimento foi o do senhor Oscar Nascimento, advogado civil, que durante anos atendeu a algumas entidades sindicais e a militantes políticos, atuando por muito tempo na defesa dos trabalhadores da região. O terceiro depoente foi o também advogado Amadeu Felipe, preso político, um dos líderes da guerrilha do Caparaó bem como líder e ex-presidente do PCB na região de Londrina. O quarto depoimento foi do sobrinho do professor Tsutomu Higashi, que insistiu em depor em nome do tio, cujo título de doutor foi cassado pela UEL. O quinto depoimento foi de Mário Seki, companheiro de Tsutomu Higashi. O sexto depoimento, a pedido da organização do evento, foi o de Marília Polís, proprietária da antiga empresa Reta Táxi Aéreo. Segundo a depoente, ela foi obrigada a fazer o transporte de corpos a pedido do governo do Paraná, no final da década de 1950, em função dos conflitos de terras na região. Depois, os proprietários foram forçados a entregar parte da empresa às Forças Armadas. Como se recusaram, perderam o direito de operar na região. O sétimo depoimento foi o do dirigente sindical bancário Geraldo Fausto dos Santos (conhecido como Ceará), que atuou no movimento sindical bancário desde o início dos anos 1980 e forneceu um panorama do movimento sindical naquele período. Por fim, o oitavo depoimento foi do doutor Roberto Morita, também advogado de presos políticos.

Em 7 de agosto, a audiência pública na cidade de Londrina foi realizada nas dependências da UEL e teve os trabalhos coordenados pela professora da UEL Ana Paula Bracarense, juntamente com a CEV-PR.

Os depoimentos do segundo dia obedeceram à seguinte ordem: senhor Ascênio Garcia Lopes, primeiro reitor da UEL, que foi monitorado pelas forças da repressão política no Paraná; José Tadeu Filismino, do jornal *Poeira*, militante do movimento estudantil; José Luís da Silveira Baldy, professor aposentado da UEL, que relatou a demissão sumária de cinco professores da universidade, entre eles, o professor Tsutomu Higashi, e falou, também, sobre as atividades das Assessorias de Serviços e Informação (ASI), que existiam nas universidades, inclusive na UEL. Ressaltou, ao final, a importância de se pensar na possibilidade da UEL instalar a sua própria comissão da verdade. O professor Tsutomu Higashi,

quarto depoente a ser ouvido, relatou que não teve a oportunidade de defender seu título de doutorado e foi exonerado da universidade juntamente com outros professores. Por fim, também a pedido da organização, foi ouvido o depoimento de Clarice Valença.

Todas as oitivas realizadas nos dois dias da audiência pública da CEV-PR, realizada em Londrina, foram gravadas e os documentos fornecidos pelos depoentes compõem o acervo do banco de dados e imagens da comissão.

3.23 PROJETO DHPAZ/PARANÁ – DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA: RESUMO DAS OITIVAS⁶ – ENTREVISTAS CEDIDAS À CEV-PR

3.23.1 EDÉSIO FRANCO PASSOS

Idade: 74 anos

Cidade: Tomazina (PR)

Profissão: advogado

Depoimento: CEV-PR e Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento ao qual pertencia: Movimento Estudantil e Sindical (Sindicato dos Trabalhadores) – AP

Partido político: PCB, PT

Repressão: DOPS, Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Ficou impedido de advogar.

Prisões:

- 1971 – Dops – Quartel (Juiz de Fora-MG) – Quartel da Polícia Militar, em Curitiba (Rua Mal. Floriano), onde ficou preso por 01 ano e 06 meses.
- 1976 – Polícia Federal (Curitiba), situado na Rua Ubaldino do Amaral

Empresa pública que colaborou com a ditadura: Cenimar

Filho de pais agricultores, pequenos lavradores, acha que a diversidade familiar (sua mãe era filha de libanês com italiana e o pai, filho de português com indígena) proporcionou-lhe um grande aprendizado. Admirava muito seu pai, ficando

6 Todas as oitivas e coletas de depoimentos foram feitas para a CEV-PR, inclusive os depoimentos realizados por convênios com a Comissão Estadual da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil, da Comissão da Verdade da UFPR, do Projeto de Mapeamento das Elites Políticas; *Velhos vermelhos: memória e história dos dirigentes do Partido Comunista do Paraná – 1946-1964*; do Projeto DHPAZ – Depoimentos para a História e do Projeto de Memória e História dos 80 anos do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região estão à disposição no acervo de imagens e documentos da CEV-PR.

órfão aos 11 anos, e por impossibilidade de a família prover seu sustento, teve que aprender “a se virar”, correr atrás do que precisava, tendo, inclusive, aprendido a ler e escrever sozinho.

Devido à grande força de vontade, seu pai foi trabalhar como contador na primeira agência da Caixa Econômica de Londrina (PR).

Edésio veio para Curitiba em 1957 para estudar e afirma que as dificuldades vivenciadas por ele e sua família lhe deram forças, uma vez que, assim como seu pai, teria que viver e sobreviver sozinho na capital.

Em 1957 existiam somente dois cursos de direito em Curitiba, o da UFPR e do atual Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Ele, então, prestou vestibular e passou na UFPR, quando sua vida mudou completamente, pois vivia sozinho e tinha que trabalhar para garantir seu sustento.

Nessa época, havia democracia, era o governo de Juscelino Kubitschek, um período altamente positivo para a UNE, a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) e para o Centro Acadêmico Hugo Simas. Eles eram extremamente ativos e as entidades eram respeitadas.

Foi nessa época que descobriu o marxismo e passou a ter uma base ideológica. Os estudantes, porém, não se filiaram ao PCB, pois queriam ser independentes, desvinculados da ideia geral que se tinha sobre o comunismo e a União Soviética.

Por essa época foi contratado pelos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná* como jornalista. Não atuava, porém, como mero redator, mas ia atrás da notícia, tinha contato com as mais diversas situações políticas e sociais (isso em 1957), o que foi muito importante para ter uma outra visão de mundo.

Em 1961, último ano da faculdade, o candidato por eles escolhido perdeu a eleição para Jânio Quadros, mudando totalmente a situação em que viviam. No Paraná foi eleito o governador Ney Braga, mas vários jornalistas amigos seus foram para a estrutura do governo.

Na renúncia de Jânio Quadros, a qual acreditava que o povo não aceitaria, o vice, João Goulart, foi impedido de assumir e Brizola encabeçou uma campanha pela legalidade, pedindo ao povo que se unisse para que João Goulart pudesse tomar posse.

A Prefeitura de Curitiba, que na época era do PTB, abriu um voluntariado para que as pessoas se inscrevessem para a luta armada, caso fosse preciso. Para a surpresa de todos, já que Curitiba era considerada uma cidade conservadora, foram milhares os inscritos.

Edésio Passos formou-se em 1961 e em 1962 resolveu advogar para o Sindicato dos Trabalhadores para atuar com o sindicalismo e a Justiça do Trabalho, a qual, na época, era muito incipiente, existindo apenas uma junta de conciliação e julgamento.

Era uma estrutura frágil a do direito do trabalho e sindical, mas era o que ele queria fazer e o fez até o golpe de 1964, que veio mais rápido do que se esperava.

O Exército tomou conta do país, cassou os mandatos, fechou o Congresso Nacional e deu início a um processo político violento. Nessa época, Passos estava na sede do PSB fazendo uma reunião quando centenas de colegas seus foram presos. Ele e sua esposa não chegaram a ser presos, mas ele foi proibido de advogar, passando por grandes dificuldades financeiras.

Sua esposa Zélia, que era professora, também foi demitida. Nesta época havia um processo de controle total sobre as pessoas, que passaram a ter medo de represálias, instalando-se um regime de terror, onde somente poucos se organizaram para resistir.

Entre 1965 e 1966, Edésio passou a procurar pessoas que pudessem compor uma força de resistência, entrando, assim, para a AP e passando a atuar na clandestinidade. Todas as organizações políticas, incluindo os partidos, atravessavam um período extremamente difícil, restando, ao final, apenas dois partidos, a Arena e o MDB.

Com o passar do tempo, o número de movimentos de resistência se ampliou. Contudo, em 1968, o AI-5 deu fim a qualquer organização nesse sentido. A partir daí, a sociedade brasileira foi ainda mais instigada pelo governo na reprovação ao comunismo, alegando, entre outras afirmações, que os comunistas iriam acabar com a liberdade do povo e, inclusive, abolir a religião no país. Nesse cenário, Edésio e sua esposa passaram a atuar na clandestinidade.

Por questões de segurança, Edésio mudou para Minas Gerais e sua esposa para o Rio de Janeiro para militar clandestinamente na AP. Em 1969, 1970 e início de 1971, resolveu voltar ao Paraná, pois sua esposa já havia voltado, a organização estava praticamente eliminada e os companheiros presos. A AP procurou fazer a fusão com o PCB, pois estava se extinguindo. Eventualmente, Edésio acabou sendo preso juntamente com sua esposa em 1971.

O processo de prisão não obedecia a critérios rígidos, dependia de quem era preso. Quando Edésio foi preso (ressaltando que se apresentou voluntariamente, com um advogado da OAB, seu amigo, na Polícia Federal) foi mantido no DOPS por 15 dias, trancado numa salinha sem nada, nem mesmo janela. Depois, foi transferido para o quartel, onde foi interrogado, mas não sofreu tortura física, somente psicológica. O Cenimar era a instituição que controlava as prisões.

Não foram feitas muitas perguntas, pois já sabiam o que precisavam saber a seu respeito. Informaram que ele ficaria preso por mais alguns dias ali, sendo enviado, posteriormente, para Minas Gerais, onde tinha mais um processo a responder.

Chegando à cidade de Juiz de Fora, foi encaminhado para o quartel onde ficou preso por mais de 15 dias, sendo, então, mandado de volta para Curitiba.

Chegando lá, foi libertado por um juiz, e voltou para casa com sua esposa. Tentou retomar a vida advogando e sua esposa passou a trabalhar na Prefeitura.

Responderam a dois processos, o de Minas Gerais, no qual foi condenado, ficando um tempo preso, e o processo de Curitiba, no qual foi absolvido. Depois de algum tempo preso em Minas Gerais, solicitou sua transferência para Curitiba, ficando preso no quartel da Polícia Militar, na Rua Marechal Floriano. Lá permaneceu preso por um ano e seis meses.

Em 1973, os movimentos sociais e o MDB começaram a se reorganizar e os dois anos seguintes se constituíram em um período de reintrodução na vida política.

Em 1975-1976, fundaram uma escola cooperativa, na qual os pais definiam a linha pedagógica e alguns atuavam como professores. Tratava-se de uma pedagogia mais aberta. Edésio foi presidente da cooperativa e a escola começou a ganhar destaque por ser diferente. Isso despertou a atenção dos organismos de segurança. Foi novamente preso sob a alegação de se envolver em atividades comunistas e a escola foi fechada.

Ficou preso na sede da Polícia Federal, na rua Ubaldino do Amaral, por duas semanas. O fechamento da escola e as prisões tiveram grande repercussão. O interrogatório era exclusivamente político: queriam saber se as pessoas que participavam da escola eram comunistas e se pregavam o comunismo. Durante o interrogatório foi mantido no centro de um círculo formado pelos investigadores e foi torturado psicologicamente pela Polícia Federal.

Em 1979, com a Anistia, foi editada a Lei de Recriação dos Partidos Políticos. Estabeleceu-se a legislação partidária, e Edésio optou por participar da criação do PT, junto com Luiz Inácio “Lula” da Silva, tendo se filiado ao partido.

O ano de 1980 foi especialmente importante: foram criados os partidos políticos e a CUT, e teve início a campanha para eleições diretas. Em 1982, Edésio concorreu ao cargo de governador do Estado, perdendo para José Richa. Três anos depois, em 1985, candidatou-se na eleição para a Prefeitura de Curitiba, tendo sido eleito Roberto Requião. Nesse mesmo ano, Curitiba sediou a primeira campanha oficial pelas “Diretas Já”. Para Edésio, esses movimentos foram responsáveis pela elaboração da Constituinte, uma vez que o movimento de esquerda era muito forte.

Destacou ainda que o país vivia um momento bastante singular, pois, de um lado, a ditadura militar ainda persistia e, de outro, ganhava força a campanha “Diretas Já”, com eleições diretas para governador, prefeito etc.

Em 1990, foram eleitos para deputado federal Pedro Tonelli, Paulo Bernardo e ele próprio, Edésio Passos, que destacou a década de 1980 como a mais produtiva em termos políticos, assinalando ainda que em 1988 estabeleceram-se as bases do cenário que persiste até os dias de hoje.

Outros fatores determinantes, segundo Edésio, foram a eleição e a reeleição de Lula, que fez um governo bastante popular. Ele acredita que a política é um exercício de realidade, mas acha que somente um desgaste muito grande do capitalismo poderia gerar uma mudança significativa, como uma mudança de regime político.

Foi anistiado pela Comissão Nacional e indenizado pela lei do então deputado Carlos Alberto Richa, atual governador.

No que se refere a tudo aquilo que se investiga e divulga sobre a ditadura e suas consequências no Brasil, Edésio acredita ser de suma importância que todos tenham livre e pleno acesso às informações do que aconteceu naquele período e que isso se deve a todos que participaram daquele momento histórico e sofreram para que a democracia se tornasse, de fato, uma realidade no país. Para ele, “cada pessoa tem a sua parte na história e cada parte ouvida irá compor o todo”. Finalizou seu depoimento destacando a qualidade do acervo da CEV-PR, pois “foi plantada uma semente que poderá gerar frutos”. Sobre sua trajetória de vida, considera que fez o que pôde com todo o coração e com lealdade à sua família e a seus amigos, para um mundo melhor.

3.23.2 *HIRAN RAMOS DE OLIVEIRA*

Movimento ao qual pertencia: PCB e o movimento estudantil

Repressão: DOPS

Prisões:

- 1976: foi preso pelo DOPS para averiguação.
- 19 de setembro de 1977: foi novamente preso pelo DOPS, em Curitiba, ficando no Quartel da Praça Rui Barbosa e interrogado sem a presença de um advogado. Estavam presentes o major Índio do Brasil e o major André.
- 5 de outubro de 1977: interrogado sob forte assédio moral, confessou que era comunista. Também ficou preso no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

Tortura: não sofreu tortura física, somente psicológica.

Como líder estudantil filiado ao PCB, ajudou a fundar o Conjunto Paranaense de Teatro, onde atuava como ator e também como escritor (usava pseudônimo). Manteve uma vida clandestina por mais de dez anos, de modo que sua família não

pôde manter regularidade em escolas e moradias e passasse pelo constrangimento moral de mudar de nome.

*DEPOIMENTO DO FILHO CYRO VIEGAS DE OLIVEIRA À CEV-PR SOBRE
HIRAN RAMOS DE OLIVEIRA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2013*

Essa história é baseada na memória coletiva da minha família, incluindo a mim, nas fontes oficiais da repressão (DOPS e IPM), e em documentos deixados pelo meu pai: o diário de xadrez, cartas dele para minha mãe e ainda o diário dela.

Hiran Ramos de Oliveira foi dirigente estadual do PCB entre 1966 e 1968. Líder estudantil, ator, estrategista, professor de gramática e literatura da língua portuguesa, Hiran foi um dos principais articuladores da resistência da esquerda no Paraná entre 1966-1968.

O início – militância pelo teatro: Hiran foi líder do Conjunto Paranaense de Teatro, fundado em 1965. O conjunto era uma célula do PCB na área cultural, seguindo a tradição política estudantil da época (UNE). O grupo se apresentava em Curitiba e no interior do Paraná. A atuação cultural chamou a atenção dos agentes da ditadura. Em agosto de 1966 foi detido pela primeira vez para “prestar esclarecimentos”.

O partido – Hiran foi eleito para o Comitê Estadual do PCB em 1967. Além do teatro, suas principais funções no partido eram a de dirigir o Comitê Universitário Municipal de Curitiba, que traçava a política estratégica para o movimento estudantil. No mesmo ano, Hiran foi aprovado no curso de Letras da UFPR. Ele participou do 29º Congresso da UNE, em Valinhos, interior de SP.

A prisão – Hiran foi preso em 19 de setembro de 1968, por dois agentes do DOPS, dentro da Faculdade de Letras da UFPR. É levado para o quartel da Praça Rui Barbosa onde é interrogado, sem direito a advogado. É ameaçado com a possibilidade de sofrer torturas que o fariam “perder a saúde”.

No mesmo dia, por volta da meia-noite, foi transferido para o CPOR. Continuou sendo ameaçado e ficou sem poder tomar banho. Ao denunciar os maus tratos e as ameaças de tortura ao comandante do CPOR, coronel Ferdinando, recebeu voz de prisão por “desacato à autoridade”.

Hiran ficou incomunicável durante vários dias, sem receber a visita de advogado ou de parentes, especialmente de sua esposa, Núbia Viegas. Ela foi assediada moralmente por militares que a visitam frequentemente, sob a desculpa de vasculhar a casa.

Hiran vira Damaso – Em novembro de 1967, Hiran foi solto por meio de *habeas corpus*. Acompanhou o processo em liberdade e fugiu para São Paulo em junho de 1968, para evitar a prisão que viria com a condenação iminente. Na capital

paulista, mudou de nome e viveu na clandestinidade com seu filho Cyro, nascido em 1968, e sua esposa Núbia, que morreu em janeiro de 1973. Sob o nome de Damaso, Hiran casou-se novamente e teve mais duas filhas: Camila, em 1975, e Juliana, nascida em 1977.

Entre 1968 e 1979, Hiran ganhou a vida como professor do cursinho Santa Inês, cujos donos eram simpáticos ao PCB. Nesses anos de clandestinidade, a ditadura quase o prendeu em duas oportunidades, em 1972 e 1975, mas sua identidade falsa não foi descoberta. A família morou em diversos bairros de São Paulo para despistar os órgãos da repressão.

Na fase final da ditadura, Hiran militou na oposição do Sindicato dos Professores da Rede Particular de São Paulo. Com a Lei da Anistia, em 1979, Hiran retomou sua identidade e voltou para Curitiba com a família.

3.23.3 ELIZABETH FRANCO FORTES NASCIMENTO

Data de nascimento: 12 de junho de 1945

Cidade: Quatiguá (PR)

Depoimento: Grupo de Trabalho “Tortura Nunca Mais”

Movimento ao qual pertencia: Movimento Estudantil

Partido político: não era filiada a nenhum partido

Intervenção: AI-5

Repressão: DOPS

Prisões:

- 1968: Presídio Bandeirantes em São Paulo (1 semana);
- 1968: Presídio do Ahú (1 ano e 6 meses). Não foi torturada.

Depois de libertada, teve seu pedido de retorno à UFPR recusado por duas vezes devido à sua militância. Mesmo após ter seu pedido finalmente aceito, sofreu perseguições por parte da instituição. Por fim, para que fosse possível concluir seu curso, teve que pedir transferência para a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Em depoimento ao Grupo “Tortura Nunca Mais”, Elizabeth relatou que passou a infância e parte da juventude no interior do Paraná. A família veio para Curitiba em 1964. Na capital iniciou seus estudos no Instituto de Educação, tendo posteriormente prestado vestibular para Jornalismo. Coursou um ano na PUC, em 1966, e depois solicitou transferência para a UFPR (o curso de Jornalismo, nessa época, tinha a duração de três anos; a partir de 1968, foi estendido para quatro anos, época em que ficou presa). A escolha da profissão, segundo a depoente, deu-se, em grande parte, por

influência de sua mãe, que gostava muito de ler e mantinha sempre muitos livros à disposição da família para incentivá-los à leitura.

Ao ingressar na faculdade, começou a ter contato com os diretórios acadêmicos e com a UNE, iniciando, assim, sua militância no Movimento Estudantil. Em outubro de 1968, com o AI-5 e com a dissolução da UNE, teve início a perseguição aos estudantes que insistiam em resistir à ditadura. Sua primeira prisão ocorreu em Ibiúna (SP), com aproximadamente 20 pessoas, quando estavam organizando a eleição para membros da UNE. Ficaram uma semana presos em São Paulo, no Presídio Bandeirantes, e foram fichados pelo DOPS. Relatou, ainda, que dormiam no chão, com a roupa do corpo, que a comida servida na prisão era intragável, que chegaram a fazer greve de fome para que a alimentação fosse melhorada e que ficaram isolados e desesperados durante a prisão. Depois de uma semana, foram colocados em um ônibus e enviados para Curitiba. O ônibus parou em frente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), mas ficaram com medo de descer, pois não sabiam o que poderia acontecer.

No final do ano de 1968, em uma reunião realizada na Chácara do Alemão para votação da UNE, foram novamente presos pela polícia, que havia cercado a área toda.

Mais de 40 estudantes foram presos, levados em camburão fechado e, ao chegarem ao presídio, já estavam presentes o DOPS, a Polícia Militar e jornalistas.

Todos foram interrogados, mas somente 15 estudantes permaneceram presos, 13 homens e duas mulheres – Elizabeth e sua colega Judite Trindade. As duas foram mantidas em cela separada dos homens, no Presídio do Ahú. Foram julgadas no quartel que ficava na Praça Rui Barbosa, por militares, embora fossem civis, sendo condenadas a quatro anos de prisão, mas conseguiram, por meio de seus advogados, responder em liberdade. Porém, assim que chegaram às suas casas foram novamente presas, sob a alegação de que o benefício havia sido revogado.

Recorreram novamente, e a pena foi fixada em um ano e seis meses de prisão, sendo a de Judite em um ano. Nesse tempo foi inaugurada a prisão feminina; optaram, porém, em permanecer no Presídio do Ahú, onde ficariam todos juntos.

Quando sua amiga Judite foi solta, ela ainda ficou presa por mais seis meses e, pouco antes de sair, ficou sabendo que sua irmã também havia sido presa e torturada física e psicologicamente, e que depois de uma semana presa foi solta sob a alegação de que a prisão teria sido um engano.

Após ser libertada, continuou amedrontada, e tanto ela como a família continuaram por um bom tempo sendo vigiadas. Ao requerer sua volta à universidade, teve seu pedido negado por duas vezes pela UFPR por causa de sua militância. A universidade dizia não ter interesse em seu retorno e somente na terceira vez seu pedido foi aceito.

Mesmo assim, ao final do ano letivo foi reprovada em algumas disciplinas, justamente naquelas sobre as quais tinha grande conhecimento, pois conforme informação de sua professora Lúcia Camargo havia uma determinação da UFPR para que ela fosse reprovada diversas vezes, até que jubilasse.

A professora Lúcia Camargo disse que se Elizabeth tivesse interesse em concluir o curso deveria ser transferida, tendo-a auxiliado a conseguir sua transferência para a PUC-PR.

Depois de formada, quando foi ingressar no mercado de trabalho, enfrentou diversas restrições devido à sua militância. Recebeu, então, ajuda de seu antigo professor João Fides para ingressar em um dos canais de televisão, presidido por Paulo Pimentel.

Ao ser perguntada sobre como era o comportamento dos jornalistas na época da ditadura, Elizabeth afirmou que a maioria publicava somente o que era permitido ou se calava. Na época da “Operação Marumbi”, ela já não militava mais no Movimento Estudantil, participando apenas como cidadã.

3.23.4 GERSON ZAFALON MARTINS

Profissão: médico

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento ao qual pertencia: Movimento Estudantil

Partido político: não era filiado a nenhum partido

Repressão: DOPS (não sofreu tortura)

Prisões: foi preso, em 1970, com mais onze colegas no Presídio do Ahú com base na Lei de Segurança Nacional

Empresa pública que colaborou com a ditadura: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) – Embora tenha prestado concurso público em 1977 e ter sido aprovado, nunca foi chamado, nem conseguiu prestar serviços em órgãos públicos.

Pneumologista e perito judicial, graduou-se em 1971 pela UFPR. Foi presidente e tesoureiro do Conselho Regional de Medicina (CRM) e professor da Faculdade Evangélica do Paraná, e desde 1999 tem representado o Paraná no Conselho Federal de Medicina (CFM), onde ocupou os cargos de 3º vice-presidente e 2º secretário. É, ainda, o coordenador das atividades das comissões de Morte Encefálica, Telemedicina, Controle do Tabagismo, Perícias Médicas e de Recadastramento e Registro dos Médicos no Brasil, além da Câmara Técnica de Geriatria, e como

diretor cuida do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC). É, também, o editor responsável pela revista *Bioética*.

Veio para Curitiba em 29 de dezembro de 1963 para estudar e prestar vestibular para o curso de Medicina, tendo sido aprovado em 1965. Por essa época teve seu primeiro contato com a política, destacando os professores Gigante, Sebastião e Dante Romanó, hoje falecidos.

Foi presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo entre os anos de 1967 e 1968, e uma de suas primeiras providências foi registrar os funcionários do Centro Acadêmico para que tivessem seus direitos trabalhistas garantidos. Aliava os estudos aos interesses políticos.

Durante o curso de Medicina apresentou uma proposta de mudança para que o curso passasse de seis para cinco anos, porém a proposição não foi aceita. Ressaltou ainda que havia intercâmbio entre os diretórios da universidade.

Em 1970 foi preso com mais onze colegas. Passaram mais de um ano no Presídio do Ahú, denunciados com base na Lei de Segurança Nacional. Seu julgamento foi em março de 1970.

Cursava, então, o 3º ano de Medicina. Foi defendido pelo advogado Francisco Molin, o qual, tempos depois, necessitou de seus serviços como médico. Após a prisão, concluiu seu curso, sem qualquer cerimônia de graduação, concluindo a residência somente após cinco anos.

Relatou ainda que, durante o tempo em que ficou preso, circulava muita droga na cadeia e poderia experimentar se tivesse interesse, mas nunca o quis. Afirmou que a convivência com os demais presos era boa, e que na prisão os estudantes não jogavam baralho como os demais, apenas estudavam. Uma exceção foi no período da Copa do Mundo, quando pediram uma televisão para assistir aos jogos, a qual era ligada apenas durante o jogo, e foi retirada com o término da Copa. No dia 29 de março de 1970 ficou noivo ainda no presídio.

Quando saiu da prisão, retomou seus estudos e foi trabalhar. Para isso, precisou de atestado de antecedentes, por volta de 1978 a 1979. Somente mais tarde soube que o pedido foi negado. Nesse período foi trabalhar em um hospital localizado no município de Piraquara.

Embora tivesse sido aprovado no concurso do então INAMPS, em 1977, devido à sua atuação no Movimento Estudantil, nunca foi chamado e nunca conseguiu prestar serviços em órgãos públicos.

Em 1976 foi trabalhar no Rio de Janeiro, sempre ligado às atividades médicas. No que se refere à política, nunca foi filiado a nenhum partido. Ajudou o PT,

mas ficou decepcionado com a política, não assumindo compromisso, portanto, com nenhum partido.

Participou de todas as comissões que analisaram os pedidos de indenização de presos políticos, entre eles, Richa, Lerner e Requião, falando ainda da importância de algumas pessoas que sofreram com a ditadura, como Dante, Amilcar e dr. Paulo.

Destacou o trabalho desenvolvido pelos monges beneditinos em Piraquara (Mosteiro da Anunciação) e o de Tereza Romanov, que continua viva até hoje. Acompanhou a Constituição de 1988, hospedando-se na casa de Euclides Scalco e participando de todas as manifestações.

Em sua opinião os jovens atualmente não participam, não têm mais ideologia. Os partidos políticos se distanciaram do povo e só visam o poder. Considera também que no Brasil não há uma política de saúde pública e nem mesmo de estímulo do governo para que os médicos possam trabalhar no SUS.

Relembrou ainda que na sua época de estudante ficou durante um mês em uma fazenda que não tinha luz, e ele aproveitava a luz do sol para trabalhar. Nunca foi candidato por nenhum partido político, apenas ajudou, mas ficou decepcionado.

Finalizou seu depoimento dizendo que, embora os policiais fossem agressivos, nunca foi torturado, mas presenciou a tortura praticada contra outros colegas. Perguntado sobre como definiria tudo o que passou, disse que “tudo vale a pena, se a alma não é pequena”.

3.23.5 ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA

Data de nascimento: 22 de novembro de 1937

Cidade: Curitiba (PR)

Profissão: advogado e engenheiro

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento ao qual pertencia: Movimento Estudantil (teatro engajado: organizou, juntamente com Edésio Passos, Walmor Marcelino e mais alguns amigos um grupo de teatro voltado aos trabalhadores) e Movimento Sindical (Sindicato dos Metalúrgicos)

Sindicato: Sindicato dos Metalúrgicos de Cubatão

Repressão: DOPS

Prisão: preso pelo DOPS, no Sindicato, em 31 de março de 1964 com os trabalhadores durante uma vigília. Foi levado depois para o navio Raul Soares, pela polícia marítima, onde ficou preso por oito meses, mas não sofreu tortura. Liberado, foi para o exílio no Uruguai e Chile, depois para a França em 1967 e, posteriormente, para Argélia e Alemanha, retornando ao Brasil após a anistia.

Sua vida toda foi marcada por atividades políticas. Filho do deputado estadual Alcides Pereira Junior, Alcidino lembra que o final da década de 1950, quando terminava o curso de direito, na UFPR, foi um período rico de discussões sobre as possibilidades para o Brasil. No meio estudantil, a polarização entre nacionalistas e imperialistas monopolizava o cenário político. Estudou no Colégio Marista Santa Maria, no Colégio Estadual do Paraná e na UFPR.

Pela via do teatro engajado, Alcidino e um grupo de amigos, como Edésio Passos e Walmor Marcelino, organizaram o Teatro Popular de Curitiba, encenando para os trabalhadores peças e esquetes que apresentavam novas teses para melhorar a vida das pessoas.

Já graduado, Alcidino deixou Curitiba para trabalhar no Sindicato dos Metalúrgicos de Cubatão, no litoral paulista, para onde levou sua experiência do teatro.

Ele lembra que os meses que antecederam o golpe de 1964 foram intensos e ricos para o debate. Na véspera do dia 31 de março, convocou os trabalhadores para uma vigília no sindicato. Ao chegar já encontrou os agentes do DOPS e foi “convidado”, junto com mais de 100 trabalhadores, a ir para sede da delegacia. “Lá eu tive a dimensão da tragédia”, conta. Foram vários dias presos sem quaisquer condições. Alcidino foi, então, levado pela polícia marítima para o navio Raul Soares, embarcação que serviu de cárcere para presos políticos de 1964.

Foram oito meses de completa segregação, isolamento total, interrogatórios durante a madrugada, sem acusação formal ou julgamento, incomunicáveis e submetidos a intermináveis interrogatórios. Diz que não sofreu tortura física, mas que chegou a ouvir os gritos dos que eram torturados, o que lhe causou grande trauma.

A família permanecia em Curitiba e o pai, ao saber de sua prisão, conseguiu permissão para visitá-lo no navio Raul Soares. Conversaram por aproximadamente uma hora, mas sempre com a presença de um guarda, que os ficava observando, pois nos julgamentos feitos pelos militares o que valia era a declaração da polícia política.

Em 1967, graças a um *habeas corpus* obtido pelo jurista Sobral Pinto, Alcidino foi liberado e, temendo nova prisão, foi para a clandestinidade e parte para o exílio no Uruguai e no Chile. Em 1967, chegou à França, na mesma época em que foi condenado à revelia no Brasil. No exílio, intensificou seus estudos em planejamento urbano e de Paris seguiu para Argélia e Alemanha.

Voltou ao Brasil após a anistia e em 1981 foi convidado para presidir o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) pelo então prefeito

de Curitiba Maurício Fruet; depois, em Brasília, no Ministério dos Transportes Urbano, com Afonso Camargo, até chegar à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), na gestão do governador Roberto Requião.

Atualmente, reside em Paranaguá e trabalha no Departamento de Desenvolvimento. Em seu depoimento, Alcidino ainda se define como um marxista – acredita na utopia realista do desenvolvimento da ciência e das tecnologias para garantir ao homem condições de igualdade numa sociedade mais justa e fraterna.

Entrou com um processo e foi indenizado. Em sua opinião, o sofrimento maior, na época, foi daqueles que não estavam engajados em nenhum partido, em nenhum movimento e que sequer sabiam por que estavam sendo presos.

3.23.6 LUIZ ALBERTO AMARAL MANFREDINI

Data de nascimento: 27 de fevereiro de 1950

Cidade: Curitiba (PR)

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimentos a que pertencia: Movimento Estudantil (teatro engajado); Teatro Popular de Curitiba (organizou, junto com Edésio Passos, Walmor Marcelino e mais alguns amigos, um grupo de teatro voltado aos trabalhadores); Ação Popular; PCB.

Partido político: PCB

Intervenção: AI-5

Repressão: DOPS

Prisões: foi preso em 1967, no Rio de Janeiro, por atuar no movimento estudantil. Foi preso mais três vezes, uma delas em 17 de julho de 1969 em São Paulo pela Operação Bandeirantes, aos 19 anos, sofrendo as mais bárbaras torturas quando estava sob custódia do Exército. Ao retornar a Curitiba, foi preso novamente, sendo absolvido em 1973. Em março de 1978, foi processado no caso Escola Oficina.

Seu avô Júlio Manfredini era dirigente do PCB e, assim, Luiz Alberto começou a simpatizar com o partido, adotando as ideias que ouvia das conversas de seu avô com seu pai desde aquela época. Sua militância começou na época da ditadura, em dezembro de 1966, na busca de uma alternativa socialista contra a repressão.

Em 1967 ele saiu do colégio e se tornou militante na Ação Popular, que na época era dirigida por Edésio Passos, Romão Marcelino e outros. Um ano depois esteve à frente do movimento da Ação Popular e participou da tomada da Reitoria, em 1968, estando presente em todas as manifestações. Havia muita repressão e a Ação

Popular resolveu deslocar seus militantes para áreas estratégicas, no caso dos estudantes que estavam muito visados, e o restante foi para o campo. A Ação Popular não pregava o enfrentamento direto com o regime militar, mas desenvolvia a consciência social, e só então partia para o enfrentamento.

Diante daquele cenário, o movimento resolveu que os estudantes que estavam muito expostos e que corriam o risco de serem presos deveriam sair dali. A opção foi a cidade de São Paulo, onde ele passou a ter a missão de se integrar ao movimento operário, e os demais colegas foram encaminhados para o interior do Paraná.

Manfredini seguiu para São Paulo em abril de 1968 e foi preso em julho, na “Ação Bandeirante”. Ficou preso por pouco tempo, por haver discórdia entre os órgãos repressores. Mesmo assim, permaneceu preso durante três dias, sofrendo tortura. Foi, então, transferido para o DOPS, onde ficou mais três dias e depois foi mandado embora.

Embora livre, permaneceu escondido, pois sabia que essa soltura não seria para sempre, estava permanentemente sob o risco de ser preso. Resolveu voltar para Curitiba, onde tinha família. Voltou em abril de 1971 e em agosto começou a trabalhar no jornal *O Estado do Paraná*. Foi preso novamente quatro meses depois, desta vez por 35 dias. O jornal manteve seu emprego e ele foi absolvido do processo.

Em 1975 o próprio regime militar começou a se sentir pressionado e havia ainda a rearticulação dos movimentos sociais de esquerda. Desde o golpe, pela primeira vez um militar da ativa criticava abertamente a ditadura, como o fez um comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, a mais destacada unidade da 5ª Região Militar (Paraná e Santa Catarina), sediada na cidade de Ponta Grossa, a pouco mais de 100 quilômetros de Curitiba.

O coronel Tarcísio ficou dois dias em prisão domiciliar e inaugurou o curto período de três semanas em que o país se agitou a partir de Curitiba. Após a entrevista, ele foi novamente detido, dessa vez por trinta dias.

Ao final da tarde do dia 17, uma sexta-feira, o coronel já cumpria prisão no 5º Grupamento de Artilharia de Campanha, no bairro do Boqueirão, quando paramilitares sequestraram a jornalista e professora Juracilda Veiga na saída do colégio Cônego Camargo, onde lecionava.

Treze horas depois, já no amanhecer de sábado, a Polícia Federal prendia 11 pessoas ligadas às escolas de Educação Infantil, Oca e Oficina. Além de Manfredini, estavam presos o também jornalista Walmor Marcelino, o advogado Edésio Passos, o engenheiro Paulo Sá Brito, os publicitários Reinoldo e Sueli Atem, o professor Léo Kessel, a pedagoga Silvia Magalhães e as sociólogas Bernadete Zaneti

Sá Brito, Lígia Mendonça e Ana Lange. Segundo nota oficial da Polícia Federal, “as escolas vinham doutrinando crianças dentro de princípios marxistas, desenvolvendo uma visão materialista e dialética do mundo, incutindo nelas a negação de valores como a religião, a família e a tradição história”.

Os detidos, no caso das pré-escolas, foram escolhidos a dedo entre aqueles com os mais extensos antecedentes na luta contra a ditadura. No caso de Manfredini, ele havia tido com a Escola Oficina, anos antes, uma relação meramente pontual, seu prontuário na polícia política, e o fato de haver entrevistado o coronel do 13º Batalhão, de Ponta Grossa, agravou sua situação.

Isso ajudava a ditadura a compor seu raciocínio: ela não poderia retroceder, pois os subversivos – como eram chamados, na época, os opositores mais firmes – tanto se mantinham atuantes que agora se infiltravam até mesmo em pré-escolas e açulavam militares contra seus superiores.

A professora e jornalista Juracilda e o clero local estiveram à frente das mobilizações. Nas missas celebradas no domingo dia 19, nas mais de cem paróquias de Curitiba, foi lida uma carta aberta à população assinada pela Comissão de Justiça e Paz do Paraná e outras 34 organizações da sociedade civil, reunidas em assembleia permanente na Cúria Metropolitana. A carta manifestava preocupação com o “clima de terror e insegurança”. Exigia a imediata libertação dos presos, esclarecimentos sobre o sequestro de Juracilda da Veiga e “apuração de atos ilegais do clandestino Comando de Caça aos Comunistas”.

As prisões em Curitiba ecoaram por todo o Brasil, provocando condenações generalizadas, e a imprensa repercutiu à larga os acontecimentos. Curitiba ficou lotada de correspondentes dos jornais nacionais.

Além da violência, o episódio continha também boa dose de ridículo, pois a alegação de que os 11 detidos ensinavam marxismo-leninismo às crianças das duas pré-escolas foi logo incorporada ao anedotário nacional.

Luiz Fernando Veríssimo produziu uma hilária “cartilha marxista” que estaria sendo aplicada aos meninos e meninas de Curitiba, em sua coluna do *Jornal do Brasil*. O poeta Carlos Drummond de Andrade noticiou declarações do garoto Fifico, de três anos e meio de idade, segundo as quais sua professora trocou o livro *Circo de Coelhoinhos*, do escritor Marques Rebelo, pelo *O Capital*, de Karl Marx. “Marques e Marx, tudo é a mesma coisa”, teria alegado a professora.

No *Jornal do Brasil*, Carlos Eduardo Novaes, em longa crônica intitulada “A subversão infantil”, informou que nas duas pré-escolas de Curitiba as aulas começavam com historinhas que tanto poderiam ser “Chapeuzinho Vermelho e

o Lobo Reacionário”, como “A Branca de Neve, Lacaia do Capitalismo, e os Sete Anões Explorados”, ou ainda, “Pluf, o Fantasma do Imperialismo”.

A pressão foi tal que os detidos acabaram sendo soltos já a partir do terceiro dia após as prisões. Uma semana depois, no domingo dia 26, os três últimos deixaram as celas: Manfredini, o jornalista Walmor Marcelino e o advogado Edésio Passos. Juracilda Veiga permaneceu 24 horas nas mãos dos sequestradores, sempre encapuzada, sofrendo choques elétricos e ameaças em dez longos interrogatórios.

O revés na capital paranaense, no entanto, não impediu que a extrema direita voltasse a agir: explodiram bombas em bancas de jornal de várias capitais, nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da OAB, no Rio de Janeiro. Lideranças da oposição foram ameaçadas, sequestradas e espancadas.

O prenúncio da derrocada do regime de repressão ocorreu nas eleições de 1974, quando o então MDB – o partido de oposição no bipartidarismo consentido pelos militares – derrotou a governista Arena. O MDB passou de 7 para 20 senadores e de 87 para 165 deputados federais.

Também a sociedade civil começava a se posicionar francamente contra a ditadura, o que se confirmou nas maciças reações à morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do DOI-CODI paulista, em outubro de 1975 e 1976, respectivamente.

Em 1981, em 31 de abril, uma bomba detonou por acidente no colo de um dos terroristas – um capitão do Exército – antes que ele a armasse nas instalações do Riocentro, onde cerca de 20 mil pessoas comemoravam o 1º de Maio.

Quando a Ação Popular adotou o marxismo, ela integrou-se ao PCdoB. Em 1982, a eleição para governador passou a ser direta e alguns candidatos da oposição venceram a disputa eleitoral. No Paraná, foi eleito José Richa, e Manfredini participou do governo na Secretaria de Educação.

O gigantesco movimento das “Diretas Já” em 1984 e, no ano seguinte, a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, fez a ditadura perder força diante da oposição no terreno que ela própria criara para se preservar: venceu a disputa com o candidato Paulo Maluf.

Em seu depoimento, Manfredini levantou algumas questões relacionadas ao cenário político e social contemporâneo. Para ele, as mídias estão politizadas em relação ao governo, porém acha que é uma guerra, pois vê muitos absurdos e muita manipulação. Destaca que não aceita imprensa militante, entendendo que elas possuem mais facilidade para investigar, mas investigam e passam para o parlamentar, que a vai realimentar. Em sua opinião, não existe mais Constituição.

Hoje, as relações pessoais estão sendo substituídas pela Internet, não existe mais interação, até mesmo dentro de casa. Como ele é otimista, acha que a sociedade encontrará uma solução. Afirma que no tempo da ditadura tinha outro tipo de percepção, e que ele sempre se moveu pela História. Hoje, está ligado no que está acontecendo no mundo, não pensa no dia a dia, mas no processo histórico. Acha que esse é o grande legado, que a Lei de Anistia deve ser revista e que todo esse levantamento realizado pela CEV-PR é de grande valor histórico.

3.23.7 LUIZ SALVADOR

Nascimento: 1940

Cidade: Morro Agudo (SP)

Profissão: advogado trabalhista

Fez concurso para o Banestado e foi transferido para Curitiba em 1966. Em 1967, participou da greve dos bancários. O sindicato estava em intervenção e, em 1968, foi eleito seu presidente. Foi cassado e afastado do sindicato pelo Ministério do Trabalho em 1971, e em razão da cassação passou a atuar como estagiário na advocacia trabalhista com Edésio Passos, Cláudio Ribeiro e outros.

Em 1975, ocasião em que estava em curso a “Operação Marumbi” (que resultou em 60 presos), foi advogado de doze deles, entre eles Rubens Paiva. Nessa operação, ficaram recolhidos na prisão provisória do Ahú e no Quartel “Coronel Dulcídio” os presos mais perigosos. Foi um processo político de repressão e punição contra as eleições de 1974, que havia levado o MDB a vencer um grande número de eleições.

A criação da escolinha Oficina, em 1974, ocorreu antes da “Operação Marumbi”, e, conforme noticiado na manchete de capa das revistas *Veja* e *Época*, houve a prisão dos donos da escolinha. O general Fleury foi o responsável pela prisão da professora Juracilda. A OAB e o presidente do Comitê de Anistia publicaram reportagens repudiando sua prisão arbitrária e o regime então a soltou na cidade de Registro, em São Paulo.

Luiz Salvador declara que nunca havia sido preso. Quando da intervenção do sindicato, ele residia em uma república na rua Dr. Muricy, no centro da capital.

Um batalhão de soldados o levou para o DOPS, em 1971, junto com Claudio Ribeiro. Luiz foi solto, mas Claudio foi mantido preso e ficou desaparecido por 40 dias.

Em 1967, durante a Intervenção dos Bancários, Luiz trabalhou no jornal *O Bicudo* e no Restaurante Popular, para os bancários.

3.23.8 DAVID PEREIRA DE VASCONCELOS

Idade: 70 anos

Cidade: Janaúba (MG)

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento a que pertencia: Movimento Sindical/Pastoral Operária

Partido político: MDB; atualmente PT

Intervenção: AI-5

Repressão: DOPS

Prisões: nunca foi preso, só detido.

Começou a vida política muito cedo aos 17 anos. Saiu de casa aos 15 anos e aos 19 chegou a São Paulo, seguindo para Santos com a finalidade de trabalhar na colheita de banana. A região onde morava era muito pobre. Por meio de um colega conheceu o Partido Comunista (PC) e começou a militar.

Em 1962, veio para Londrina, seguindo depois para Terra Roxa, ainda no Paraná, onde viveu durante 14 anos, vindo a se casar em 1965. O governo mecanizou a lavoura e ele veio para Curitiba no dia 17 de maio de 1975, para morar na casa de um cunhado com a mulher e quatro filhos.

Já em 1978, arrumou emprego na construção civil, conseguiu um barraco para morar, na favela. No final de 1978, Jaime Lerner (então prefeito de Curitiba) falou que iria acabar com as favelas da cidade e David, preocupado, encontrou um companheiro que estava com o mesmo problema, com o qual participou de uma reunião na Vila São Carlos, onde conheceu um grupo de intelectuais que propunham a criação de um tipo de organização que ele não conhecia, que tratava de habitação e de moradias.

Ele resolveu participar, pois entendia que com isso não iria defender somente sua família, mas um grupo grande de pessoas. Os intelectuais que compunham o grupo eram Edésio Passos, Claudio Ribeiro, Geraldo Correia Vaz, Roberto Requião, Zélia Passos, Narciso, Alberto Salomão, entre outros. Segundo relatou, Narciso foi de grande ajuda, mas Edésio Passos foi quem mais ajudou.

Um ano depois, em 1979, fundaram uma associação na qual ele reside até hoje – na Vila Nossa Senhora das Graças, no bairro Pinheirinho. No total foram fundadas 43 associações. Narciso ajudava na área de comunicação, imprimindo os boletins e jornais.

David destacou ainda que muitos trabalhadores naquela época moravam em favelas. Conseguiram a instalação de água e luz para os moradores, e ele participou

do Comitê da Anistia, sendo que um dos coordenadores era Narciso. Eram, porém, sempre seguidos de perto pela Polícia Federal.

Em uma reunião participavam dois policiais do DOPS. Eles então pediram para se retirarem da reunião, foi feita uma votação e os participantes pediram que eles saíssem.

Foi realizada uma passeata a favor da anistia no centro de Curitiba, que partiu da Praça Generoso Marques. Durante o trajeto muitos moradores se manifestaram contra o movimento, atirando ovos e farinha sobre os participantes. Estes, porém, não se intimidaram e seguiram até a Rua XV de Novembro. Participaram do movimento cerca de 300 pessoas.

Quando David conheceu Narciso, este já tinha sido preso e era muito visado nas passeatas. David, porém, nunca tinha sido preso. Participava de vários grupos, mas pensou em deixar de participar dos movimentos, porque ele não estava conseguindo emprego, sua família estava passando necessidades, e já faltava o básico em casa.

Em 1979 os companheiros passaram a ajudá-lo para que ele não saísse do movimento, e em dezembro participou da greve da construção civil, que durou 23 dias, foi preso e condenado a uma pena de três meses. Ficou, porém, pouco tempo detido.

O movimento, conforme David, concentrava-se na praça do clube de futebol Atlético Paranaense. Ele sempre procurava incentivar os companheiros para a luta. Desta vez foi preso também; depois, foi preso novamente no bairro Vila Isabel: parou em uma casa para ir no banheiro, ficou para trás do grupo e foi detido novamente. Desta vez, foi colocado dentro do carro da polícia, levaram-no para a região da Serra do Mar e depois mandaram que ele saísse do carro e corresse.

Foi ofendido durante todo o trajeto pelos policiais. Em sua opinião, fizeram isso só para assustá-lo. Esperou que os policiais fossem embora para voltar. Foi resgatado por um companheiro que tinha seguido o carro da polícia.

A greve não foi bem-sucedida, não conseguiram nenhum benefício. Passou, então, a participar da Pastoral Operária, ajudando a organizar um sindicato de trabalhadores rurais. No entanto, foi impedido de se filiar, o que só foi possível depois de casado.

Em 1980, David não se mantinha nos empregos que conseguia devido, principalmente, à sua revolta com as injustiças cometidas contra os trabalhadores. Houve eleição e o Sindicato da Construção Civil ganhou uma posição junto dos militares. Em sua opinião, o presidente do sindicato tinha medo dos militares, e quem mandava era Adalberto Mazza, delegado do Trabalho.

Acha que a greve não teve sucesso por causa de Ivan Ribas, na época vereador, que prometia ajudar os trabalhadores, mas nada fez. Foi criada a Comissão de Justiça e Paz, mas não havia liderança. No vigésimo dia de greve foi apresentada proposta: sem desconto dos dias parados e mais 60% de aumento; mas Ivan Ribas pediu para não aceitar que ele conseguiria mais. Para David, foi nesse momento que ele destruiu o movimento.

À noite o então governador Nei Braga disse que eles deveriam voltar a trabalhar, que o presidente Figueiredo viria para Curitiba fazer uma visita. No dia seguinte, os participantes do movimento se reuniram na Praça do Atlético, onde foram espancados pela polícia, que pôs fim à greve.* Houve eleição no sindicato e eles ganharam, mas não puderam assumir. O escritório de Edésio Passos entrou com mandado de segurança. A princípio, era para assumirem no dia 25 de setembro; porém, só foram assumir no começo de novembro e David ficou como vice-presidente.

Assumiram com muita vontade de mudar, mas o grupo tinha várias tendências. Sendo assim, havia muitos desentendimentos entre eles, o que fez o mandato ser ruim, pois não havia consenso entre o grupo.

Ficaram cinco meses sem receber salário e sem poder pagar o salário dos funcionários, pois não tinham dinheiro para nada. Quando conseguiram o dinheiro necessário, colocaram as contas em dia. Muitos médicos fraudavam o sindicato, pois recebiam e não trabalhavam atendendo o povo. Prestavam atendimento apenas em seus próprios consultórios. Por isso, quando assumiram, mandaram todos eles embora.

Em 1986 venceram as eleições. O delegado do trabalho cassou alguns membros do Sindicato, alegando, ainda, que Osni Santana não trabalhava na área de construção civil e, assim, não poderia concorrer. David realizou uma assembleia convocando todos os associados para que respaldassem a permanência dos membros do sindicato que haviam sido cassados e a manutenção dos seus salários. Santana ficou como presidente e ele, David, como vice-presidente.

Já se passaram 70 anos, mas David tem orgulho de tudo que conseguiram realizar. Lembra que na época que eram operários ganhavam muito pouco, que tinham até vergonha dos colegas verem o que eles traziam na marmita para comer. Foi por isso que resolveu entrar para o sindicato e lutar pelos seus companheiros.

Acha que certas situações, hoje, estão piores, porque mesmo na época da ditadura não era permitido abuso dos empregadores com os empregados, bem como não era permitido que fosse cobrada mensalidade dos associados.

* Nos termos da sentença proferida no Habeas Data n.º5004879-06.2016.4.04.700/PR, impetrado por Marcus Vinícius Braga Alves e Sílvia Maria Rocha Braga, anexa-se, ao final (páginas 382-385), o **item IX da respectiva petição inicial**, conforme decisão do Juiz Federal Friedmann Anderson Wendap.

Eles sempre foram contra que houvesse mensalidade, nunca aprovaram a inclusão de serviços médicos, dentistas e odontológicos, acham que os associados devem ter lazer, assistência jurídica, pois consideram que o sindicato deveria oferecer apenas serviços como lazer e assistência jurídica. Hoje são aproximadamente 12 mil sócios, de uma base de 60 mil. Os trabalhadores não se interessam mais em se associar. David declara que sente vergonha quando um dirigente é banido por roubar.

Continua sendo filiado ao PT. Apesar de todos os problemas que ocorreram no partido, foi o seu primeiro partido. Já foi filiado ao antigo MDB, mas sua ficha foi cassada; afirma que se tivesse que voltar atrás, faria tudo de novo. Acha que todos os trabalhadores devem cumprir com seu dever, mas exigir os seus direitos. Quanto aos estudos, declara que se formou no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) aos 28 anos e em 2002 voltou a estudar, tendo concluído o segundo grau. Tem orgulho do seu filho que continuou a estudar e está cursando a Faculdade de Administração de Empresas.

3.23.9 ANTÔNIO PEREIRA SANTANA

Cidade: Orandi (BA)

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento: Sindical/Pastoral Operária

Partido político: MDB, PT

Intervenção: AI-5

Repressão: DOPS

Prisões: nunca foi preso

Chegou ao Paraná com 7 anos. Moravam em uma fazenda de cana no município de Porecatu. Certo dia, quando tinha aproximadamente 10 anos, ao ir comprar carne, viu um caminhão coberto de encerado e cheio de sangue, perguntou o que era e lhe disseram que eram de pessoas mortas na Guerrilha de Porecatu. Descobriu, depois, que o comandante daquela ação se chamava Nei Amintas de Barros Braga, que mais tarde viria a ser o governador do estado.*

Em 1964, foi trabalhar na cidade, na construção da usina nova. Achava que os militares estavam lá para fazer justiça. Trabalhou durante dez anos e oito meses sem registro em carteira. Fez denúncia no Ministério do Trabalho, em Londrina, sem resultado, e denunciou também na Delegacia do Trabalho, em Curitiba, e na Federação dos Alimentos, que abrangia a usina. Depois, o presidente Matias Alenor Martins lhe encaminhou ao Sindicato da Construção Civil e, por fim, o presidente

* Nos termos da sentença proferida no Habeas Data n.º5004879-06.2016.4.04.700/PR, impetrado por Marcus Vinícius Braga Alves e Sílvia Maria Rocha Braga, anexa-se, ao final (páginas 386-391), o **item IV da respectiva petição inicial**, conforme decisão do Juiz Federal Friedmann Anderson Wendap.

Aguinaldo Ramos Folpeci o encaminhou para a Federação dos Alimentos, onde deixou seus documentos.

Antes disso, porém, foi para Brasília e no Ministério do Trabalho pediu para falar com o então ministro Jarbas Passarinho. Antônio conta que todos os presentes riram muito e mandaram que ele fosse para o 9º andar, marcando uma audiência para uma sexta-feira. Sem dinheiro para comer, pediu ajuda a um encarregado de uma obra, que permitiu que ele ali ficasse. Quando retornou ao município de Porecatu, foi impedido de entrar na obra.

Conforme lhe informaram, ele deveria falar com o gerente, sr. Moacir, que o encaminhou ao setor jurídico, onde lhe propuseram um acordo para que retirasse a denúncia contra a usina. Como ele não aceitou, foi retirado da empresa. Procurou um advogado para lhe ajudar, mas esse advogado também ficou noventa dias com sua documentação sem fazer nada por ele, e não deu entrada no processo.

Até aos 19 anos era analfabeto, quando entrou para uma escola de alfabetização de adultos por seis meses e fez, também, o curso de admissão ao ginásio.

Quando retornou à Curitiba, já com os documentos que estavam retidos com os advogados para entrar com uma ação, foi chamado várias vezes na delegacia para falar sobre o denominado “Grupo dos Onze”, que ele nem sabia quem eram. Procurou o MDB para que lhe ajudassem, mas eles não podiam fazer nada e lhe propuseram entrar na política pelo MDB e se candidatar a deputado. Porém, ele não quis, ficou com medo, mas tempos depois foi eleito com 208 votos.

Encontrou, então, um grupo do MDB, entre eles, Roberto Requião, Nestor Batista etc., e começaram a discutir política. Criaram uma associação de moradores, a Associação Vila Formosa, ficaram acampados lá com uma equipe de advogados, entre estes, Roberto Requião. Na época, Jaime Lerner era o prefeito.

Dividiam-se em dois grupos, a Pastoral Operária e o MDB, que tratavam de política. A Pastoral, porém, não queria interagir com eles sob a alegação de que eram comunistas. Houve um evento na Pastoral Operária do qual Antônio e mais alguns colegas resolveram participar. A Pastoral era, então, comandada por Gilberto Carvalho, que hoje é ministro da Secretaria da Presidência da República.

Antônio conversou com Gilberto e disse que não era comunista, que nem sabia o que era isso. Gilberto aceitou, então, que ele participasse da Pastoral juntamente com as categorias operárias. A primeira reivindicação de aumento de salário partiu dos metalúrgicos, porém a greve foi julgada ilegal.

No dia do término da greve, tinham orientação dos advogados, Edésio Passos, Geraldo Correa Vaz, Claudio Ribeiro etc., para que durante todo o dia um deles estivesse presente em um dos sindicatos para ver o que acontecia. Ele, Antônio,

resolveu ir ao Sindicato da Construção Civil e ficou admirado de ver várias mulheres participando do movimento, e a reclamação mais frequente era a de que faziam muitas horas extras, mas não recebiam.

Foi, assim, proposto que elas entrassem com uma ação coletiva. Antônio se recorda de que elas perguntaram quanto tempo demoraria mais ou menos a ação – disseram que por volta de dois anos, o que as deixou bastante descontentes.

Quando elas saíram, Antônio as abordou e sugeriu que fizessem uma greve, impedindo os homens de trabalhar. Muitas obras pararam no primeiro dia, e no dia seguinte todas as obras estavam paradas. Resolveram ajudar e foram ao sindicato, onde falaram com o advogado Paulo César Bastos, e também com a Delegacia do Trabalho, que não quis fazer nada, alegando que não eram trabalhadores, mas comunistas.

A Comissão de Justiça e Paz entrou nas negociações para ajudar, mas foi somente por meio do bispo Dom Pedro Fedalto que conseguiram que o Ministério do Trabalho marcasse uma audiência. O delegado do trabalho perguntou a Antônio se ele tinha estudos, ao que ele informou que tinha feito o Mobral. O delegado falou para eles sobre o comunismo nos outros países, e disse que Antônio era mentiroso e que não tinha feito o Mobral; queria, assim, expulsá-lo da reunião, sob a alegação de que ele estava mentindo.

Não houve, portanto, acordo, e foi criada uma comissão para arrecadar alimentos para os trabalhadores, usando as dependências da Igreja Guadalupe. Um dos coordenadores dessa comissão era Antônio Narciso Pires.

Aconteceu, então, no tribunal, o julgamento da greve, que tinha como principal reivindicação o aumento de 80%. Foram, inclusive, feitos cartazes que mostravam esse índice de reajuste e que foram mostrados nos jornais e nos canais de televisão. Os meios de comunicação que mais divulgaram foram o jornal *Correio de Notícias*, *Gazeta*, *Folha de S.Paulo* e os jornais do Grupo Paulo Pimentel. Todos os jornais e televisões deram ampla cobertura, tanto aqui como fora do estado.

Entraram no julgamento às 13h e saíram por volta das 20h. Antônio lembra que era um dia chuvoso e que quando chegaram havia em torno de umas 800 pessoas presentes. A proposta que tinham era de 60%, o que até então, no Brasil, ninguém tinha conseguido. Porém, ela não foi aceita. Ao longo do dia compareceram ao julgamento mais ou menos 4 mil pessoas.

O clima geral era de agressividade e até os advogados foram agredidos. Não houve nenhum acordo e a greve foi julgada ilegal. No dia seguinte, porém, decidiram continuar a greve. A praça onde estavam concentrados foi cercada para que ninguém pudesse se reunir em assembleia. Neste dia o presidente do Brasil João

Batista Figueiredo chegava à Curitiba e não poderia se permitir que visse aquela greve, que foi encerrada “na base da bordoadá”.

Antônio conseguiu trabalhar, depois, na construtora Mendes Júnior. Quando estavam organizando a chapa no sindicato, o delegado do trabalho chamou Antônio e comunicou que ele não poderia se candidatar. Contudo, depois de muita argumentação, o delegado resolveu liberar para que ele concorresse, embora dissesse que ele, Antônio, era “meio vermelho”.

Conseguiram 57 votos a favor, mas o general anulou as eleições, alegando que tinha havido interferência na boca da urna. Assim eles ficaram fora do sindicato. Não desistiram, porém, e entraram com uma ação pelo escritório do dr. Edésio Passos, que era bem equipado e contava com vários advogados. Quem deu entrada ao mandado de segurança foi o dr. Geraldo Correia Vaz. Ganharam a ação e puderam, assim, assumir o sindicato.

O sindicato contava, então, com seis dentistas e oito médicos, mas estava envidado e eles tinham que administrar. Logo em seguida, iniciava-se a negociação coletiva de trabalho; tiveram que fazer uma greve e conseguiram alguns resultados. A ação também foi a julgamento e conseguiram o melhor salário na negociação, além do sindicato de São Bernardo do Campo.

Eles continuaram investindo no sindicato, auxiliados por vários colaboradores. Veio uma nova eleição, ganharam novamente e esta foi novamente anulada. Entraram, então, com um mandado de segurança, que levou noventa dias para ser julgado, e o delegado do trabalho colocou pessoas de sua confiança para trabalhar no sindicato, demitindo os funcionários que lá trabalhavam, exceto um deles, que já contava mais de trinta anos de atuação no sindicato.

Quando reassumiram o sindicato, eles davam ordens aos funcionários, que não obedeciam. Inclusive o funcionário mais antigo (Arnaldo) ficou de “olheiro” do delegado do trabalho. Pensaram, então, numa forma de se “livrarem” dele. O funcionário foi demitido e lhe pagaram tudo, embora fosse uma alta quantia.

Restou uma moça que estava grávida, mas que não tinha sido contratada por eles e acabou sendo também demitida. Acolhiam presos políticos e lhes forneciam algum dinheiro para viajarem, quando necessário.

Foram fazer manifestações no Chile, mas ficaram presos na aduana chilena. Um senador argentino conseguiu liberá-los e eles tiveram que retornar. Seguiram, então, para a Argentina com registro de indigente, mas não podiam desembarcar do ônibus. Depois foram realizadas novas eleições no sindicato, que eles novamente venceram, mas Antônio foi cassado e desta vez não conseguiu obter o mandado de segurança.

Na época existiam 16 sindicatos. Eles foram pressionados para entrar na chapa da Federação, e o resultado foi de 8 a 8. O desempate seria dali a quinze dias, na sexta-feira anterior à votação. Antônio lembra que foi à casa de um dos operários e conversou com ele para votar a favor. Eles conseguiram vencer, mas ficaram apenas seis meses. Antônio foi expulso e entrou com uma ação. Depois de seis meses foi reintegrado, porém deixaram de pagar seu salário para ver se ele desistia, mas ele permaneceu, embora tenha ficado um ano e seis meses sem receber.

Depois de quatro a cinco anos, ele conseguiu receber o seu salário, concorreu pelo sindicato, ganhou novamente, mas continuou sofrendo pressão por não concordar com as propostas do próprio sindicato. No dia da votação ele foi preso porque estava entregando cartazes, mas logo foi liberado. Venceu, mas novamente não deixaram que ele tomasse posse.

Resolveu, então, pesquisar no Arquivo Nacional para ver se havia algum registro sobre ele e ficou surpreso ao descobrir que tinha muita coisa. Foi, depois, consultar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), onde também havia registros de todos os seus passos. Lá, ele pediu uma certidão.

Conforme menciona Antônio, foi a época em que começaram a falar do PT aqui no Paraná e o primeiro candidato a governador foi Edésio Passos. A partir disso, ele passou a ser petista. Começaram, então, a viajar e foram para Porecatu fazer campanha. Porém, sem dinheiro, Antônio lembra que comiam marmiteix.

Hoje ele vê o PT sob o seguinte prisma: não concorda com a ex-presidenta, que gastou “o que tinha e o que não tinha com estádios de futebol na última Copa do Mundo, e a população sem saúde; o Legislativo é uma verdadeira bagunça, a esperança é que um dia o Sarney morra para mudar”.

Diz que hoje existem seis centrais sindicais, “mamando na teta do governo”. Quando alguns sindicalistas foram chamados para depor na CEV-PR, ele não foi chamado e foi o único que participou da greve de 1979. Contaram uma história que não era verdade, pois não estavam lá.

Em sua opinião, ele poderia ter feito mais se tivesse mais conhecimentos, só não sabe, porém, se estaria vivo. Mesmo assim, cursou o ginásio, o científico, prestou vestibular e se graduou em direito, no ano passado. Relata, porém, que está tendo dificuldade para passar no exame da ordem (OAB), mas terminou o curso, que era o que queria, e tem certeza que ainda vai passar.

Espera ainda ver, antes de morrer, um estado democrático de direito funcionar, porque atualmente não está funcionando. Segundo ele, existe uma Constituição Federal muito boa, mas que também não está funcionando. Cita como exemplo a Câmara Municipal de Curitiba. O presidente da Câmara, Paulo Salamuni, foi seu

advogado no sindicato. Antônio conta que “esses dias foi lá e soube, por ele, que rescindiu o contrato de 270 pessoas que não apareciam para trabalhar”.

Ao longo de sua trajetória, ele não foi preso por prevenção, pois seus advogados alertavam para que ele fugisse sempre que a polícia aparecesse, tanto que no dia do debate no Sindicato, durante a visita do presidente Figueiredo, que a polícia reprimiu, ele foi tirado de lá pelo seu advogado, tendo recebido voz de prisão somente no Chile, mas não chegou a ser preso.

Diz que hoje está com “dois pés atrás” com o PT, que não concorda com o modo pelo qual o PT vem sendo gerido, e acredita que “o Lula descobriu um modo de governar com a maioria (o PT nunca foi maioria)”. Não acredita que houve mensalão, que foi uma invenção do Roberto Jefferson.

3.23.10 JOSÉ FERREIRA LOPES (DR. ZEQUINHA)

Idade: 71 anos

Cidade: Marília (SP)

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento a que pertencia: Movimento Estudantil AP; PCB

Partido político: PCB, AP.

Intervenção: A Lei Suplicy proíbe as entidades estudantis pré-1964, no lugar dos centros acadêmicos, cria os diretórios acadêmicos (DAS) que se agrupam em DCE por universidade, diretórios estaduais estudantis (DEE), por estado, e um diretório nacional estudantil (DNE), sendo que eles só poderiam se reunir nas férias. Os estudantes rejeitaram a lei, algumas correntes mantêm os centros acadêmicos livres, outras atuam nos DAS. Além disso, o AI-5 dissolveu a UNE (perseguição ao Movimento Estudantil).

Repressão: UFPR – Universidade pública que apoiava o regime da ditadura.

Prisões: foi preso pelo DOPS (1967) por 36 horas – torturado e solto devido à grande mobilização. Preso novamente pelo DOPS, quando estava na clandestinidade, em Minas Gerais, foi levado depois para o Rio de Janeiro, onde sofreu mais torturas, retornando novamente para Belo Horizonte, onde continuou sofrendo torturas. Mesmo tendo sofrido várias torturas nunca confirmou participar de nenhum partido político.

Nascido em Marília (SP), ainda como estudante secundarista, teve seu primeiro contato com o movimento estudantil na década de 1960. Lembra muito bem da eleição de Jânio Quadros e da história da vassoura, que varria a corrupção. Sua irmã Lúcia Helena é quem teve os primeiros contatos com o PCB por meio de um

vizinho em Marília, tendo logo depois se filiado ao partido. De lá, ele veio para Curitiba cursar Medicina na UFPR, e já no início do curso teve o primeiro contato com a política universitária, em 1965. A partir daí, entrou para o Diretório Acadêmico Nilo Cairo, para o DCE e para a UPE, e o contato com todos esses órgãos o influenciou a exercer uma militância mais ativa.

Na disputa na chapa da UNE foi eleito vice-presidente. Após assumir o cargo passou a ter uma participação mais ativa no movimento estudantil. Em 1967 o movimento estudantil e o movimento operário contra a ditadura ficaram mais intensos. Relembra que resolveram fazer pichações na cidade, inclusive no muro da empresa Matte Leão com a frase “Abaixo a Ditadura”.

Foi preso e levado para o DOPS na sede da rua Carlos de Carvalho, onde ficou preso por 36 horas. Foi o seu primeiro processo de tortura; batiam na altura dos rins, para que não ficassem marcas. Foi solto porque houve uma grande mobilização para isso; mesmo assim, estampou a primeira página do jornal *Tribuna do Paraná*, identificado como comunista.

Em 1967-1968, o então reitor da UFPR Flávio Suplicy de Lacerda tomou uma decisão: a universidade, uma instituição pública, passaria a cobrar por seu ensino. Os cursos noturnos, teoricamente voltados para estudantes que trabalhavam durante o dia para se sustentar, passariam a ser pagos e esse novo sistema passaria a vigorar quando os calouros daquele ano fossem aprovados.

No dia do vestibular de 1968, os estudantes da universidade, sob a liderança do DCE, da UPE e da UPES impediram, com sucesso, a realização da prova no Centro Politécnico, adiando o concurso. Suplicy insistiu em manter sua decisão e realizar uma segunda prova. Novamente os movimentos estudantis se mobilizaram para impedir o vestibular, porém a presença da polícia montada fez com que a operação falhasse.

Com o AI-5 ele estava na iminência de ser preso. Já havia sido preso algumas outras vezes, em Curitiba, e também pertencia à AP. Assim, decidiu que continuaria na militância política, mas em caráter clandestino. Conversou com amigos da república estudantil em que morava, com Joel Maia, e então saiu de Curitiba. Foi conversar sobre isso com o pai e com a mãe, e lembra até hoje que estavam na varanda da casa, comentou o que iria fazer e a resposta deles foi: “É isso que você quer? Então seja feliz”.

Disse que quando entrou para a clandestinidade foi, com certeza, o momento mais difícil. Seguiu para Minas Gerais para trabalhar como operário metalúrgico e foi preso dentro da fábrica. No primeiro momento não disse nada; foi levado para o DOPS e torturado com choques elétricos em todas as partes do corpo, bem como por afogamentos, com os agentes do DOPS sempre querendo informações.

Houve um período de sete ou dez dias, não pode dizer com clareza, em que eles não sabiam quem ele era, não sabiam que ele era o Zequinha do Paraná, pois ele vivia com o nome falso de Isaías José de Souza.

Acharam que ele poderia estar envolvido com “subversão” e com questões do partido. Ele, contudo, sempre negava, até que um dia, após as sessões de tortura, foi levado a um lugar onde estava um coronel do Exército brasileiro, um torturador, que lhe mostrou uma foto sua. Disse que ele estava sendo procurado, que ele era o Zequinha. Negou, pois precisava de tempo para organizar seus pensamentos, saber o que estava acontecendo, se alguém sob tortura havia dito que era ele na foto.

Depois de muita insistência e de muitas sessões de tortura, decidiu se identificar: confessou que era de fato José Ferreira Lopes, o Zequinha, líder da UPE, e que não tinha mais nada o que falar.

Foi levado para o Rio de Janeiro, submetido a mais torturas, até que aplicaram uma modalidade especial, chamada “cabine de som”. Eles torturavam, deixavam os presos bem mal por uma noite, e de manhã cedo os jogavam em uma cabine pequena, na qual ligavam um som muito alto, com ondas supersônicas e temperatura altíssima. Depois, variavam a temperatura até abaixo de zero e tudo ficava em absoluto silêncio. Abriam a porta e diziam “fala, fala, fala”; ficou muito tempo assim, até perceberem que ele não iria falar nada, que não iria entregar ninguém e não iria comprometer a vida de mais pessoas.

Foi, então, levado novamente a Belo Horizonte. Lá continuaram as torturas e passaram a simular fuzilamentos. Levavam os presos para uma área, pegavam a metralhadora e diziam “apontar... fogo!”. A bala não saía, mas os presos ficavam cada vez mais assustados. Além disso, havia ainda os afogamentos.

Algum tempo depois, entregaram-lhe um papel e uma caneta para que ele fizesse uma declaração política em que assumiria que era contra a ditadura militar, que era a favor da democracia e da liberdade. Mesmo assim, nunca assumiu que fazia parte de um partido político, pois era exatamente o que queriam saber para lhe comprometer.

Durante essa trajetória viu assassinatos de companheiros seus, como José Carlos da Mata Machado, que foi vice-presidente da UNE, assassinado no Recife, além de outros estudantes, barbaramente assassinados e torturados.

Foi morar em Jequié (BA), onde montou uma olaria. Lá vivia na clandestinidade, embora ainda mantivesse contato com outros militantes, embora o único companheiro que sabia onde ele estava era Haroldo Lima. Permaneceu na cidade baiana até 1977.

Também foi para Recife, onde permaneceu escondido em uma fazenda de parentes de sua esposa Fátima. Acabou perdendo o contato com o partido: viajou a São Paulo e não encontrou ninguém, e o mesmo ocorreu em Recife.

Em 1980, teve o seu direito de retorno ao curso de medicina reconhecido por intermédio de uma ação impetrada pela dra. Clair, também reconhecido pelo Conselho Federal de Educação.

Decidiu, então, retornar à Curitiba, não somente para retomar o curso, mas também para rever seus pais. Apesar da universidade não querer seu retorno, ele conseguiu voltar ao curso de medicina, mas permaneceu no partido, tendo sido eleito presidente estadual e municipal.

Perguntado se tinha marcas psicológicas desse tempo, disse que não, e que se sentia muito tranquilo para depor. Permaneceram somente algumas marcas físicas, como dificuldades na sua saúde bucal.

José Ferreira Lopes (dr. Zequinha) iniciou no movimento estudantil secundarista, seguiu na UFPR no curso de medicina, foi para a clandestinidade durante os anos de chumbo da ditadura militar pela AP, migrou para o PCB e continua até hoje na diretoria do Sindicato dos Médicos/PR-PCB.

Uma das imagens mais marcantes da militância do dr. Zequinha: uma foto dele enfrentando a PM com um estilingue na mão durante a invasão do Centro Politécnico, em 1968, uma imagem que rendeu ao fotógrafo Edson Jansen o Prêmio Esso de Jornalismo.

3.23.11 HASIEL PEREIRA

Cidade: Vitória da Conquista (BA)

Profissão: advogado

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento a que pertencia: Movimento Estudantil; AP

Intervenção: AI-5

Repressão: DOPS

Partido político: PMDB; atualmente PTB

Prisões: 1971 – Preso pelo delegado Paranhos (SP), ele e sua esposa dra. Clair, presos no DOPS e no Presídio Tiradentes.

Em 1967, começou no Movimento Estudantil em Salvador, participando ativamente. Em 1968, lutou no Movimento Estudantil contra a ditadura em Osasco (SP) e Minas Gerais. Em 1969, com o AI-5, fugiu de Salvador para não ser preso e seguiu para São Paulo. Pertencia à AP e o objetivo era levar à população a importância da

luta e da liberdade democrática. Para isso deixou de estudar para fazer a integração na fábrica e no campo.

Em 1969, em São Paulo, foi trabalhar em uma fábrica. Usava o codinome de Hamilton e vivia com tranquilidade, embora na clandestinidade. Em 1971, foi preso pelo delegado Paranhos e sua equipe no dia 21 de novembro de 1971, por volta das 16 horas, no Largo do Paissandu, no ponto de ônibus do bairro da Freguesia do Ó, em São Paulo.

Foi levado para o DOPS juntamente com sua esposa, a dra. Clair. Foi torturado na garagem e no 2º andar do prédio do DOPS. Cercado pelos policiais, que sem perguntarem nada só lhe batiam; teve braço e cotovelo deslocados e fraturas na cabeça.

Durante o espancamento, o delegado Paranhos entrou e achou um absurdo o que estava acontecendo. No entanto, conforme Hasiel, ele próprio falou que Paranhos era “pau mandado, que não era diferente dos outros torturadores” e por isso levou alguns tapas no rosto e choque elétrico. Continuou a ser torturado por mais de um mês (do dia 21 de novembro até o dia 22 de dezembro), para que delatasse os companheiros. Como insistia em não delatar, as torturas continuaram.

A acusação que recaía sobre ele e sua esposa era a de que militavam no partido da AP, que operava na clandestinidade combatendo a ditadura militar naqueles anos de chumbo.

Foram sequestrados, sem direito à defesa, sem se comunicar com a família ou com companheiros, e durante 32 dias foram barbaramente torturados. Relata que ficou muito machucado e tinha dificuldade até para tomar banho.

Como resultado dos choques elétricos caíram todas suas obturações e tinha muita dor nos dentes; foi, então, levado ao dentista, que extraiu seus dentes e aliviou a dor. Mesmo assim ele refere que encontrou boas pessoas, como seu Amadeu, chefe da carceragem, que sofria vendo os presos serem torturados, comprava remédios e pomadas para aliviar um pouco o sofrimento dos presos. Nunca deixou de lembrar dele e de seu Adão, que também ajudava o fotógrafo, no DOPS.

Foi mantido no Presídio Tiradentes, na cela 14. Depois de um ano preso, foi solto, sendo preso novamente uma semana depois, quando estava na casa de sua tia, com a desculpa de que queriam prender sua esposa Clair.

Quando sua esposa veio para Curitiba, o juiz a soltou e mandou que ela sumisse de Curitiba. Ela seguiu então para Porto Alegre. Quando Hasiel foi solto, ele foi ao encontro da esposa. Sem ter sido julgado, entre 1971 e 1972, ficou trabalhando na Cia. Geral da Indústria, uma fábrica de parafusos.

Em 1974, o casal veio morar em Curitiba. A partir de então participaram de todas as lutas democráticas que ocorreram em Curitiba, como o Movimento pela Anistia, as eleições de 1982 para prefeito etc.

Em 1979, participou da Luta pela Anistia juntamente com o companheiro Narciso, que foi muito atuante e teve muito destaque nos movimentos sociais da época. Cita, também, sua participação na greve dos trabalhadores da construção civil.

Em 1980, filiou-se ao PMDB. Hoje é filiado do PTB. Lembra que na época em que era militante os grupos eram muito unidos, existia fraternidade entre eles, que eram capazes de dar a vida pelo outro. Hoje, em sua opinião, isso não existe mais, nem nos partidos, nem nos movimentos existentes, não há projetos, não existe cultura política, é a cultura da alienação.

Tudo que motivava a luta pela democracia era o amor à liberdade, à liberdade pública. Com a redemocratização, segundo Hasiel, “as cabeças pensantes fizeram muita falta, pois o corpo não caminha sem cabeça; no regime da ditadura a proposta era liquidar os líderes estudantis e intelectuais, e por isso houve dificuldade na formação de novos líderes”.

Em sua opinião, hoje não há uma movimentação sobre a dívida pública, que é muito alta, porque os bancos, muitas vezes, são patrocinadores, mencionando como exemplo o *Jornal Nacional*, que é patrocinado pelo Banco Bradesco. Como a dívida pública é alta, falta dinheiro para educação, saúde, segurança pública etc. No cenário atual, não existe nenhum candidato que tenha perfil para enfrentar o problema da dívida pública, mas sem participação do povo isso não é possível.

Acha que o resgate da memória é importante para que não mais se repitam as torturas e para que os jovens tenham conhecimento de todos os fatos. Esse resgate tem um papel positivo e preponderante para pregar consciência cívica no Brasil.

Hasiel defende a moratória da dívida pública, acha que devem ser organizados comitês para essa discussão, que deveria ser de interesse de todos. Pretende se dedicar nos próximos anos a essa luta.

Atualmente, ele votaria no hoje senador Roberto Requião a governador, pois acha que é o melhor candidato. No cenário nacional acha que não há opção. Para tirar o país do atraso faltam políticas. Tem como exemplo seu pai, que foi voluntário na Segunda Guerra Mundial, e sua mãe, que também era muito politizada. Já seus filhos não têm interesse em política, não querem militar porque acham que a militância é muito sacrificante, obrigando a se deixar muita coisa de lado para poder se dedicar verdadeiramente.

3.24 PROJETO DE MAPEAMENTO DE ELITES POLÍTICAS: VELHOS VERMELHOS (MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS DIRIGENTES DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL)

3.24.1 ESPEDITO OLIVEIRA DA ROCHA

Nasceu em 21 de janeiro de 1921, na Vila de Santa Clara, no estado de Pernambuco. Participou do quadro de dirigentes do Partido Comunista do Paraná desde a segunda metade da década de 1940.

Movido pela propaganda do Governo Lupion, mudou-se para o Paraná por volta de 1938, já fazendo parte do Partido Comunista de Pernambuco. Instalou-se, inicialmente, no norte do Paraná e, em seguida, em Guaratuba e, finalmente, em Curitiba, quando se encontrou com os trabalhadores da construção civil, por volta de 1951, 1952, dando início à militância política no Paraná.

Teve participação ativa no partido e viveu os períodos mais conturbados de sua história, que vai desde 1945 até 1964, destacando-se a criação do Sindicalismo Rural. Cerca de 75 sindicatos e associações foram criados. Participou das inúmeras crises do Partido Comunista entre 1945 e 1964, sobretudo das cisões do Partido que resultaram na fundação do PCdoB. Com o golpe civil-militar de 1964, teve que se mudar do Paraná e foi preso em 1976 ou 1977, no estado do Mato Grosso.

3.24.2 HERMÓGENES LAZIER

Nasceu em 19 de abril de 1931, em União da Vitória, no Paraná. Iniciou os primeiros contatos com a ideologia comunista em 1944, em sua cidade natal, com 15 anos de idade, por meio de um trabalhador de uma madeireira.

Em 1951, foi para Curitiba. Um ano depois, foi levado à força para a prisão por causa da publicação de um artigo no jornal *Tribuna do Povo* em que acusava as arbitrariedades cometidas contra trabalhadores da empresa ervateira Leão Júnior. No período entre 1945 e 1964, participou ativamente na organização do Partido Comunista no Paraná.

Também foi preso outras vezes. Em 7 de abril de 1964 foi preso novamente na Faculdade de União da Vitória, onde cursava História. Foi conduzido algemado até Curitiba, para o Presídio de Ahú, ficando detido até 8 de junho de 1964. Foi condenado pela auditoria militar e retornou ao Presídio do Ahú para cumprir pena até 27 de fevereiro de 1970.

3.24.3 ODÍLIO CUNHA MALHEIROS JR.

Nasceu na cidade de Lages, em Santa Catarina, em 4 de fevereiro de 1932. Em 1950, mudou-se para Curitiba, por ocasião da unificação dos comitês estaduais do Paraná e de Santa Catarina, que passou a ser o Comitê Regional, conforme orientação

do Comitê Nacional do PCB. Saiu do PCB em 1962, mas não deixou de participar ativamente da política. Buscou uma aproximação com a ala mais à esquerda do PTB.

Em Curitiba, participou da elaboração do jornal *Tribuna do Povo*, sobretudo no período de 1945 a 1947, na gráfica de Orlando Ceccon. Participou, também, do processo de distribuição do jornal para vários municípios, entre os quais Paranaguá, Ibaiti e Londrina.

3.24.4 NELSON TORRES GALVÃO

Nasceu em Ourinhos (SP), em 24 de janeiro de 1923. Iniciou sua trajetória política muito jovem, quando trabalhava na estrada de ferro em Sorocaba (SP).

Como funcionário do Banco do Brasil, foi transferido para Curitiba, onde teve contato com uma ala de esquerda do Banco. Foi preso por três dias, em 1947, após um comício.

Em 1948, foi preso novamente em Curitiba, na delegacia do DOPS, na Rua Barão do Rio Branco, e em 1954, em razão da militância política no PCB.

No período de legalidade do partido (1945-1947), atuou abertamente com uma militância ostensiva de apoio ao partido. No período da ilegalidade, procurou manter uma atuação mais cautelosa.

Em 1947, o partido elegeu Vieira Neto como deputado estadual e Nelson Torres Galvão como suplente.

3.24.5 MILTON IVAN HELLER

Data de nascimento: 20 de maio de 1931

Cidade: Curitiba (PR)

Profissão: jornalista

Depoimento: *Velhos vermelhos* (CODATO; KIELLER, 2008); Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento a que pertencia: nenhum, trabalhava como jornalista e fazia denúncias através da imprensa

Intervenção: AI-5, que intervinha na liberdade de imprensa

Partido político: não era filiado

Prisões: nunca foi preso, somente interrogado e respondeu a processo no qual foi inocentado

Não foi preso nem torturado, mas processado pelo IPM da última hora, que durou quatro anos. Foi absolvido por ausência de justa causa, concluindo que ele não era “tão subversivo”.

Em razão da greve de 1934, da qual seu pai participou, seu pai acabou sendo demitido e nunca mais conseguiu ser readmitido, sob a alegação de que ele era estrangeiro (seu pai nunca se naturalizou). Os demais grevistas, no entanto, foram readmitidos.

Quando começou como jornalista não havia cursos de Jornalismo, e teve que aprender passo a passo a profissão. Tinha mais ou menos 32 anos na época, e chegou ao jornalismo por uma causalidade: foi trabalhar no jornal *Diário da Tarde*, onde conhecia o diretor. Era um jornal muito pequeno, que funcionava na rua Dr. Muricy. Conta que entrou com a cara e a coragem, aprendendo sozinho a profissão.

Trabalhou nos jornais *Correio do Paraná*, *Diário do Paraná* e *O Estado do Paraná*, na Rádio Cultura, no *Jornal do Brasil* etc. Para ele, “apesar da ditadura, quando se fechava uma porta, abria-se outra”. No golpe de 1964 era repórter político do jornal *Última Hora* e também trabalhava na Rádio Independência, que funcionava no mesmo prédio. No entanto, mesmo patrocinado pela Petrobras, foi à falência.

Era uma época em que havia muitos debates e muitas denúncias. O Paraná naquela época era considerado o celeiro do Brasil, mas os jornais eram muito pobres do ponto de vista tecnológico. Os jornalistas, porém, tinham liberdade para escrever, se sentiam valorizados, podiam criticar sem serem punidos, sem medo de perder o emprego.

Em 1964, no dia 1º de abril, alunos do Colégio Santa Maria cercaram o jornal *Última Hora* ameaçando depredar a redação porque era o único jornal que apoiava João Goulart, e assim passou a ser um jornal “maldito”. Milton lembra que o jornal não tinha assinantes, porém circulava mais que a soma de todos os outros jornais.

Além dele, vários bons jornalistas trabalhavam ali e havia uma equipe considerada a melhor entre todas, da qual faziam parte Jaime Reis, Victor Civita, Valmor Marcelino, Cícero Catani, Adherbal Fortes, Vinicius Coelho, Nelson Comel e Celina Luz (coluna social), que fez muitas matérias sobre a Aliança Francesa. Depois do golpe, Celina conseguiu ir para Paris pela Aliança Francesa e nunca mais voltou ao Paraná.

Com o golpe e com o jornal considerado “maldito”, muitos jornalistas ficaram desempregados, sem conseguir trabalho. Milton conseguiu porque fazia o noticiário político e foi trabalhar em outros jornais; nunca parou de trabalhar apesar da ditadura.

Como o jornal *Última Hora* apoiava João Goulart, os jornalistas que cuidavam da parte política foram acusados e responderam ao processo denominado “Última Hora”. Os jornalistas que atuavam em outras áreas não foram acusados. Uma equipe de advogados se propôs a defender os acusados, uma vez que eles

foram enquadrados em todos os artigos da Lei de Segurança Nacional e poderiam pegar até 49 anos de cadeia.

Benedito Felipe, que era o promotor nessa época, gostava de assistir aos interrogatórios, e segundo Milton, “era sádico”, tendo passado, mais tarde, por exames de sanidade mental e depois afastado. Milton lembra que aquela época não permitiam que os presos falassem com os advogados. Os presos ficavam detidos no quartel da Praça Rui Barbosa. Milton, porém, não ficou preso, foi somente interrogado.

Os advogados foram muito dedicados, entre eles, o dr. Rene Dotti, que comandava a equipe, da qual também faziam parte Elio Nazarezzi, Alberi de Matos Guedes, Aurelino Mader Gonçalves (militar) e Ademar Teixeira, que era coronel do exército, mas muito digno, e apesar de ser militar defendia os presos. Depois de quatro anos, Milton foi absolvido antes do AI-5, que proibia recursos.

Naquele tempo era moda ser de esquerda. Em 1968, a rebelião estudantil abrangeu vários países, entre eles o Brasil. Nos Estados Unidos, o cantor John Lennon mobilizava os estudantes, pois eram contra a Guerra do Vietnã; no Brasil, o motivo da luta dos estudantes era a ditadura militar.

Milton chegou a participar da juventude comunista quando morava no Rio de Janeiro. Até hoje acha que a filosofia de esquerda é a correta. Quando estava sendo processado, muitas pessoas que considerava amigas passaram a evitá-lo, com medo de sofrerem alguma retaliação.

Cita Cesar Hipercalia, que foi preso, denunciado pelo pai, sofreu toda sorte de tortura na prisão, e continuou escrevendo sobre a humanização do sistema penal.

A ideia do livro surgiu nessa época. Resolveu escrever para que a memória não se perdesse. Foi na justiça militar atrás de informações, o que lhe foi negado. Fez também um levantamento sobre as torturas. O que mais lhe deixava indignado eram as pessoas que eram acusadas sem ter participado de nada, inclusive padres e freiras que foram torturados sem nada dever.

O seu primeiro livro *Resistência democrática* foi publicado em 1989, como parte de um projeto feito pela Secretaria de Cultura. Como havia eleições, Álvaro Dias pediu para segurar o livro, que foi só lançado em 1990.

Uma das pessoas que ele lembra ter sido presa e torturada foi Teresa Urban, que sofreu muito. Quando libertada, foi para o Chile, pois acreditava que se fosse novamente torturada não aguentaria. Após algum tempo, voltou para o Brasil. Ela, que tinha sido condenada há dois anos, ficou quinze dias solta sob supervisão e depois foi novamente presa. Milton se recorda que ela tinha medo até

de dormir, e foi novamente torturada para que fornecesse informações, porém “aguentou firme”.

Diz que até hoje os presos comuns sofrem torturas nas delegacias, que estamos numa época de barbárie. Acha que a Comissão da Verdade deveria, em vez de olhar pelo retrovisor, olhar o presente; que a tortura é histórica, sempre existiu, mas que não se pode admitir que presos comuns continuem a sofrer esse mesmo tratamento.

Ele é autodidata, nunca fez curso superior de jornalismo, sempre foi um devorador de livros e isso o ajudou muito. Era muito pobre, e acha que já está “fazendo hora extra na vida”, mas que o lançamento do livro *50 anos do Golpe* foi uma realização, e que gostaria de deixá-lo como um legado. Em sua opinião, as reuniões da CEV-PR são muito cansativas, e que, embora o coordenador seja uma pessoa bem-intencionada, “há muita vaidade e isso atrapalha um pouco o trabalho”.

3.24.6 IRACI SOARES DE OLIVEIRA

Data de nascimento: 21 de setembro de 1922

Cidade: Canoinhas (SC)

Depoimento: *Velhos vermelhos* (CODATO; KIELLER, 2008)

Movimento a que pertencia: não era sindicalizada

Partido político: PCB

Intervenção: DOPS

Prisão: nunca foi presa

Começou a se interessar pelo PCB quando conheceu seu marido. Ele trabalhava no teatro da Sociedade Batel e eles fizeram muitas peças juntos. Declara que gostou muito de entrar no PCB, pois suas causas faziam parte do seu cotidiano, uma vez que trabalhavam e se sentiam explorados.

Em 1937, Getúlio Vargas deu um golpe de estado e implantou a ditadura do Estado Novo. Nessa época foram perseguidos pela polícia, mas Iraci não foi presa e nem seu marido Walfrido. Com o fechamento do partido, houve uma grande correria para queimar documentos que pudessem comprometer e, embora não tivessem sido procurados em sua casa, esconderam e queimaram os documentos para que se a polícia aparecesse por lá não encontrasse provas.

Em 1945, o partido entra na legalidade. Havia a formação de células, que eram escolhidas pelo Comitê Estadual. Conforme Iraci, “tudo era de baixo para cima, da base para o topo, discutiam as questões, depois mandavam para o pessoal de cima analisar, para aprovar ou recusar”. Ela fazia o trabalho de massa na célula, e, apesar de ser esposa de Walfrido Soares de Oliveira, a sua militância foi limitada, pois

trabalhava arrecadando fundos para o partido. Sua participação como militante foi de 1945 até os anos 1960.

Quando teve início o período da ditadura, o PCB entrou na ilegalidade, e ela e seu marido Walfrido foram se afastando gradualmente do partido até não haver mais militância. Na época em que Nelson Torres Galvão assumiu o comando do partido, em Curitiba, Irani e Walfrido se afastaram definitivamente, pois tinham ideias divergentes.

No Paraná foi eleito como deputado estadual José Rodrigues Vieira Netto, com 775 votos; e como deputados suplentes, foram eleitos Manuel L. da Costa, Antônio Carlos Raimundo, Nelson Torres Galvão, Mozart de Oliveira, Valin e Miguel Pan.

Em 1951, o governador era Bento Munhoz da Rocha Netto. Havia muitas discussões com o governo, pois quando se falava em reforma agrária, as pessoas achavam que os comunistas roubariam tudo o que elas tinham. Além das questões regionais, havia as questões nacionais em que eles militavam, entre elas, o abaixo-assinado do apelo de Estocolmo pela Paz e a questão “O Petróleo é Nosso”.

As influências externas que o partido sofria, no Paraná, vinham por meio de João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Luiz Carlos Prestes, entre outros.

Iraci foi militante do partido de 1945 a 1960, ocupou os cargos de dirigente de célula, secretária de massas da Executiva do Diretório Municipal de Curitiba e também participou da direção estadual do PCB do Paraná. Apesar de sua militância, nunca foi presa nem torturada.

3.24.7 IZAURINO GOMES PATRIOTA

Data de nascimento: 10 de dezembro de 1925

Cidade: Angelim (PE)

Profissão: advogado

Depoimento: *Velhos vermelhos* (CODATO; KIELLER, 2008)

Movimento a que pertencia: não era sindicalizado

Partido político: PCB

Intervenção: DOPS

Prisão: nunca foi preso

Izaurino atuou no PCB de 1945 a 1963, foi suplente e depois secretário de Agitação e Propaganda, além de fundador e diretor-geral do jornal *Tribuna do Povo*. Entrou para o PCB em 1945. Nessa época fazia o curso clássico no colégio, atual ensino médio. Sua primeira militância teve início na célula Presidente Roosevelt.

Em 1950, foi indicado para secretário de Agitação e Propaganda, cargo em que seria responsável pelo jornal e publicidade. Fundou e foi editor do primeiro jornal *Tribuna do Povo*. Quando deixou de ser militante, saiu da direção do jornal; porém não saiu do jornal imediatamente, uma vez que era diretor do jornal e do partido.

Izaurino falou sobre a revolta de camponeses de Porecatu, dizendo que foi “o fato mais relevante na história política do Paraná”, o qual “não teve divulgação maior, porque a censura não permitiu”.

Acrescentou, ainda, que se tratou de um movimento sério, que deu trabalho ao governo para poder vencer, e que ali se revelaram líderes camponeses que lutavam pelos seus ideais, pela terra e “essa coisa toda”. Foi um levante armado que como muitas outras revoluções históricas no mundo inteiro, foi abafado e esmagado.

Destaca que o levante foi dirigido, no partido, pelo deputado de Pernambuco Gregório Bezerra, e também por João Saldanha. Relata, ainda, que como consequência do levante de Porecatu, fossem organizadas inúmeras uniões de trabalhadores.

Sobre os seguintes períodos: 1930-1945 (Governo Vargas) – 1935 (Levante Comunista) – 1937-1945 (Estado Novo) – 1964 (Golpe de Estado); perguntado sobre como viviam os comunistas nesses períodos, Izaurino afirma que quanto à Intentona Comunista só tinha informações pela literatura; que a ALN, que não era um movimento exclusivamente comunista, era integrada por muitas personalidades não comunistas e que os castigos aplicados aos comunistas e aos participantes da ANL, de modo geral, eram terríveis.

Izaurino afirma também que Prestes ficou preso por nove anos e na cadeia as condições eram tão drásticas que Sobral Pinto, na época seu advogado, invocou a Lei de Proteção aos Animais para melhorar o tratamento dado a Prestes.

Com Olga Benário, esposa de Prestes, não foi diferente: mesmo grávida, foi deportada para a Alemanha, onde morreu num campo de concentração, sendo sua filha, após muita luta, entregue à avó materna, que estava refugiada no México. Não veio para o Brasil por causa da simpatia de Getúlio pela Alemanha.

No golpe de 1937, Izaurino era estudante secundarista em Londrina e não tinha, ainda, visão política. Contudo, quando o Brasil foi forçado a entrar na guerra, ele foi capaz de discursar em uma manifestação feita no único cinema que existia na sua cidade.

A Maçonaria uniu-se ao Partido Comunista, influenciando nas manifestações de 1942, forçando o governo a dar meia volta e se posicionar ao lado dos aliados.

Em 1964, o partido se enganou sobre a situação da democracia no Brasil, pois acreditavam estar na iminência de tomar o poder. Jango, ao fazer declarações

apoiando manifestações dos sargentos, provocou a ira dos generais e veio a sublevação. Prestes, que era um idealista, também foi pego de surpresa, segundo Izaurino.

Somente Brizola se rebelou, gritando no programa da Rádio da Legalidade (RS); porém estava sozinho, quando deveria haver uma organização do partido. Sustentando o governo, teve espaço para um golpe, que se iniciou em Minas Gerais.

Os generais do Rio de Janeiro tomaram a frente no movimento, que começou em 31 de março e terminou em 1º de abril, em Minas Gerais. O general Olímpio Mourão Filho encabeçou a ação, mas não teve grande influência no resto do país, onde outros passaram a ser os “donos da situação”.

Vieram, assim, os governos militares. Havia certa liberdade, no início; depois a situação se agravou no governo de Castelo Branco, que veio a falecer em um desastre de avião, e endureceu ainda mais no governo de seu sucessor Costa e Silva (1967-1969).

Izaurino conta que nessa época não chegou a conhecer ninguém que tivesse sido torturado, pois estava afastado do partido. Era conselheiro da OAB, mas tinha mais informações que o resto da população, porque a Ordem sempre foi um organismo de resistência. Então, tendo mais conhecimento, participou de muitas manifestações e atos relacionados a presos políticos e desaparecidos.

Como destaque nas fileiras partidárias, cita um fato relevante na política do Paraná, que foi a revolta dos camponeses em Porecatu, um levante armado em que lutavam pelos ideais e pela terra.

Uma das principais bandeiras levantadas pelos setores progressistas e de esquerda, na capital, eram os problemas no transporte coletivo. A Cia. Força e Luz fez uma proposta de vender os bondes e os trilhos por um conto de réis. O partido “achou a proposta uma cama de gato, pois os que iriam tocar os bondes seriam os estrangeiros, que podiam tarifar como bem entendessem os custos de energia”, conforme Izaurino.

O partido achava que o estado deveria encampar a proposta, pois não gastaria nada e organizaria o transporte. Porém, foi por meio de uma empresa particular que o transporte coletivo foi organizado. Os bondes foram dispensados e começaram a ser utilizados os ônibus; mas não demorou muito para que a empresa viesse a falir. Vieram depois várias companhias que assumiram legalmente o serviço de transporte pela prefeitura.

Sobre o período de 1945 a 1964, Izaurino fala dos diversos dirigentes do partido, no Paraná, tais como Agilberto, emissário do Comitê Central. Nesse período, o partido precisava de pessoas que ficassem à disposição 24 horas por dia, que pudessem viajar para qualquer lugar e lá permanecessem até concluir suas tarefas.

Perguntado sobre a transição do partido da legalidade para a ilegalidade, Izaurino disse que uma das mudanças foi a quebra dos cuidados em relação às reuniões, pois quando era marcada uma reunião, todos compareciam como se fosse uma visita.

Em Minas, quando tornou-se ilegal, foi preciso aumentar os cuidados, os militantes passaram a adotar nomes de guerra, não se conhecia todos. Quando havia uma reunião, aquele que era convocado não sabia. Era necessário encontrar uma terceira pessoa que levava os convocados, não por conta de desconfiança, era melhor não saber, pois as pessoas podiam entregar sob tortura.

Em 1947, o partido continuou atuando politicamente por meio de mandatos de comunistas com outros partidos, como Maria Olímpia. No caso de Vieira Neto, ele foi cassado, pois se candidatou pelo Partido Comunista (PC). Todos o apoiaram, quando de sua cassação. Foi muito traumatizante, pois ele era um grande homem que estava, inclusive, ajudando a elaborar a Constituição Estadual. Além de Maria Olímpia, tiveram outros candidatos em outras legendas, mas não foram eleitos. Em outros estados onde o partido era forte, elegeram Diogo Arruda e Pedro Pomar. Assim, quando o PC foi cassado, eles continuaram com seus mandatos, pois estavam em outras legendas; no entanto, continuaram fiéis ao PC.

O PCB estava organizado em Curitiba, Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Paranavaí e nos principais municípios. Se não existia um comitê, havia ao menos uma célula.

No tempo em que Izaurino militava, o secretário político era Walfrido Soares de Oliveira, que veio da clandestinidade. Como era um dos elementos principais, passou a exercer a Secretaria Política, que era aquela que determinava a política do partido.

Destacaram-se, nesse período, Adão Aghar Toledo do Nascimento, doutor Jorge Karan, Jacob Schmidt, a família Previde; no campo estudantil, havia Joaquim Rodrigues Mochel, que passou, depois, a ser o dirigente principal no Paraná, embora fosse nordestino. A liderança entre os estudantes de medicina, em 1945, era exercida por Castelutti, dirigente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, e fomentou a formação da UPES.

Dentre as células existentes no PC, a maior era a de Olga Benário, composta por mais de cem pessoas, onde as tarefas eram divididas entre os grupos e todos participavam.

No período de 1945 a 1964, houve um racha no partido, mas Izaurino só ficou sabendo disso pela imprensa, não participou de nenhuma reunião ou discussão. Hoje, segundo ele, existe um PCB de pouca expressão e um PCdoB, que seria a continuação de 1922. Acredita que o destino dessas correntes conflitantes no partido deveria ser o de se unirem, pois os objetivos são os mesmos.

Ressalta, ainda, que a imprensa, destacando-se o jornal *Tribuna do Povo*, de circulação estadual, editava informes do Comitê Central, que foi o meio de divulgação do PCB não só para os comunistas, mas para a população em geral. A intenção era fazer o maior número de publicidade das ideias do partido.

Eram feitas campanhas financeiras que ajudavam a manter o jornal. Muita gente importante colaborava, e o principal instrumento de arrecadação, na época, era Jorge Karan, que tinha um grande prestígio na sociedade.

Izaurino acredita que o PCB teve um importante papel no esclarecimento e na conscientização dos trabalhadores e operários porque iam nas fábricas e faziam preleções a respeito dos problemas locais e do país.

Para ele, a atuação do PCB foi positiva, porém não houve grande organização, tampouco houve condições de se organizar como foi feito no Rio de Janeiro e em São Paulo, estados nos quais o partido tinha mais força, como até hoje tem.

3.24.8 HUGO MENDONÇA DE SANTANA

Data de nascimento: 25 de março de 1936

Cidade: Canoinhas (SC)

Profissão: jornalista

Depoimento: *Velhos vermelhos* (CODATO; KIELLER, 2008)

Movimento a que pertencia: não era sindicalizado

Partido político: PCB

Intervenção: DOPS

Prisão: nunca foi preso

Militou no PC de 1954 a 1959 e foi secretário da Agitação e Propaganda do PCB. Seu pai veio de Portugal para o Brasil em 1926 e estava envolvido com o PCB de Vitória (ES). A mãe, nascida em Florianópolis (SC), professora, foi lecionar na cidade de Canoinhas, onde conheceu seu pai, que estava fugindo da polícia política. Era o único comunista de Canoinhas, mas nunca teve contato nem com o núcleo e nem com células do PCB.

Em 1952, em Florianópolis, no primeiro ano do curso científico, teve contato com o doutor Patrocínio Galloti, com quem participou do movimento “O Petróleo é Nosso”. Em 1953, veio para Curitiba, e no primeiro ano não teve participação política, apenas estudava e trabalhava. Em 1954, iniciou a militância trabalhando no semanário *Tribuna do Povo*. Depois foi promovido a secretário da Agitação e Propaganda, por mais ou menos três anos.

No período de 1945 a 1964, o partido estava passando por crises internas, havendo rachas, mas ele estava fora das crises. Acompanhou a situação como qualquer outro cidadão, mas como antigo militante achava absurda aquela divisão, em 1962, em dois partidos comunistas no Brasil, de modo que não via sentido nisso.

Ainda no mesmo período, esclarece que durante a sua militância no PCB não aconteceram fatos políticos relevantes, o regime democrático restabeleceu-se depois da guerra.

Hugo relata, ainda, que nesse período havia uma séria disputa pela hegemonia dos movimentos de esquerda e existiam três grandes partidos: PSD, UDN e PTB, que tiveram uma grande atuação. Hugo afirma que o PCB sofria influência da União Soviética, onde o socialismo estava implantado. Recebiam publicações, como a *Classe Operária*, e também outros jornais, acompanhando as atividades de outros partidos comunistas, principalmente do Partido Comunista Francês.

Falou sobre as cidades do Paraná onde o PCB estava organizado, como Paranaguá, Ponta Grossa e Antonina. Acredita que a organização, no Paraná, era dividida em um comitê do norte (do estado) e outro do sul. Apesar de sua pouca idade, na época, chegou a ser o terceiro na escala de composição do partido, como secretário de Comunicação, Agitação e Propaganda.

Em 1945, 1950 e 1954, houve eleições no país inteiro. Tudo ocorreu normalmente. O trabalho do PCB se desenvolvia principalmente por meio do jornal *Tribuna do Povo* e do trabalho junto das fábricas.

De 1945 a 1947, o PCB viveu um curto período de legalidade. Porém, mesmo depois na ilegalidade, o partido conseguiu manter diversos órgãos de imprensa comunista, como a *Tribuna do Povo*, que era bancada pelo Setor de Finanças. Havia, também, contribuições de alguns militantes, como Chaim Israel Jugend, da Relojoaria Progresso etc. A tiragem mínima do jornal era de mil exemplares, que eram distribuídos em Curitiba, mas também em outras cidades, como Paranaguá, onde o partido era forte.

Achou um erro o partido se subdividir. Se voltasse hoje à militância em um partido político seria em um partido comunista unificado. É a favor da lei que restringe o número de partidos, pois acredita que se o partido não consegue empolgar 5% do eleitorado se transforma em uma sociedade filosófica.

3.24.9 WILSON PREVIDI

Data de Nascimento: 20 de dezembro de 1932

Cidade: Curitiba (PR)

Depoimentos: *Velhos vermelhos* (CODATO; KIELLER, 2008); Grupo “Tortura Nunca Mais”

Movimento a que pertencia: União da Juventude Comunista – UJC/Sindicalismo

Partido político: PCB

Intervenção: DOPS

Prisões: nunca foi preso

Começou a trabalhar aos 14 anos em uma fábrica de artefato de couro. Conheceu o PCB na década de 1940. Naquela época, escrevia palavras de ordem com lápis de cera nas paredes, aprendeu a fazer isso com seu padrinho Nilson Previdi. Escreviam nos muros os nomes dos candidatos do partido que concorriam a cargos políticos.

Por intermédio de seu pai, que era comunista, conheceu o comunismo. Lembra-se de Maria Olímpia Carneiro, que naquela época foi a primeira mulher a disputar um cargo político, como vereadora pelo PST, pois naquela época o PCB ainda não era legal. Mais tarde declarou-se comunista e quase teve seu mandato cassado, só não o foi por falta de provas.

Wilson era da UJC e, junto com outros membros, participou da criação da União Paranaense de Jovens, grupo que se reunia em um edifício na rua dr. Muricy, no centro de Curitiba, no fim da década de 1940 para conversar e trocar conhecimentos.

Pichavam também a frase “O petróleo é nosso”. Um dia resolveram pichar o muro do Tribunal de Justiça. Quatro dias depois passaram no escritório do Vieira Neto, que perguntou quem pichou o muro do Tribunal de Justiça e levaram uma “bronca enorme dele”, Wilson se recorda.

Começou a trabalhar para o PCB, e mandaram-no para Paranaguá, onde ficou de 1957 a 1958. Lá conheceu funcionários do Banco do Brasil e o partido tomou a decisão de ajudar os moradores, pois havia dificuldades entre continente e a Ilha de Valadares, pois havia na ilha terras de posse.

O prefeito foi eleito com a ajuda do partido. Assim, eles conseguiram uma barca para a travessia dos moradores, somente os turistas pagariam, e por meio dessa arrecadação conseguiram uma segunda barca, o que ajudou muito na época.

Começou a estudar com o pessoal do Banco do Brasil para fazer concurso no banco. Em 1959 veio para Curitiba, prestou concurso para escriturário em 1959, mas não passou nas provas de contabilidade e de francês – no entanto, como não passou muita gente, o banco decidiu que quem tivesse notas suficientes em português, matemática e ciências fosse aproveitado como auxiliar de escrita.

Ficou cinco anos na cidade de Assaí trabalhando pelo banco, ajudou a fundar a Associação Banco do Brasil (ABB) e o pré-sindicato enfrentou, em 1961 e 1963, duas grandes greves, e incentivava os colegas a lutar pelo que reivindicavam.

Mais tarde fez concurso interno, passou para escriturário e depois para fiscal da carteira agrícola. Em 1964 destacou-se nas greves e ajudou a criar o sindicato e a ABB. A polícia então o considerou como subversivo.

Costumavam organizar encontros para lazer na sede da ABB, mas depois que se espalhou a notícia de que ele era subversivo, ficou isolado na cidade, ninguém mais o cumprimentava, até mesmo os colegas de banco o isolavam, uma vez que a polícia controlava todos os seus movimentos. Foi um período difícil, ele tinha comprado uma casa para morar, porém se viu obrigado a vendê-la para ir embora, mas ninguém queria comprar.

Em 1965, pediu transferência para Curitiba, deixando a chave da casa com o gerente para que pudesse ser vendida. Algum tempo depois, o gerente ligou avisando que tinha aparecido um comprador, mas que pagaria somente a metade do valor. Como ele precisava, vendeu a casa.

Foi detido algumas vezes pelo DOPS, mas nunca ficou preso. Continuou militando no partido, em Curitiba e Londrina também, usando o nome de guerra Bruno.

Em 1968, organizou uma chapa para o sindicato dos bancários, mas não participou como candidato. Ganharam a eleição, mas ela foi cancelada. Criaram uma nova chapa e venceram novamente a eleição. O diretor de publicidade era designado pela diretoria, e ele foi, então, designado.

Participaram de uma reunião na qual estava presente um informante do DOPS que relatou tudo que aconteceu, inclusive afirmando que teriam que prender o Bruno. Porém, ninguém sabia que ele, Wilson, era o Bruno.

Soube, também, que um sargento de nome Alberi se infiltrava nas facções de esquerda se dizendo revolucionário, entrava em contato com os refugiados no exterior, dizia que iria trazê-los de volta com segurança, mas quando os encontrava, ele, com apoio de um esquadrão, os matava.

Em 1975, estava em Curitiba militando no partido. Não foi preso na Operação Marumbi. Seu pai foi acusado por Felipe Benedito de querer transformar as igrejas em depósito de cereais, motivo pelo qual ficou em torno de noventa dias preso. Foi solto porque a acusação era frágil.

Participou de todas as lutas dos bancários, inclusive na fundação da CUT. Tiveram algumas vitórias, como a jornada de oito horas para os trabalhadores e seis horas para os bancários, e o 13º, que começou com um abono de natal e, com o tempo e luta, transformaram o abono em 13º salário.

O partido participava de todas as lutas, inclusive das “Diretas Já”. Embora tenha participado como candidato nas eleições, nunca foi eleito, pois falavam que ele era comunista. Acabaram elegendo o hoje deputado Tadeu Veneri.

Permaneceu por volta de dez anos como presidente do partido. Hoje, é tesoureiro; nunca se desligou. Nessas eleições, talvez o partido faça alianças, ainda não sabe. Wilson acusa Gilberto Freire de fraude pela mudança do nome para Partido Popular Socialista (PPS), e ainda de causar prejuízos ao partido quando transferiu tudo que tinha em nome do partido, inclusive o telefone, que transferiu para o PPS.

Nessa mudança muita gente mudou para o PPS e outros continuaram no PCB, inclusive ele, que continua até hoje como tesoureiro, e afirma que não teve e não tem interesse em abandonar o partido.

3.25 PROJETO DE 80 ANOS DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA – REALIZADO COM PESSOAS LIGADAS AO MOVIMENTO SINDICAL

3.25.1 ZAINA

Foi nomeado para o sindicato em 1964. A Delegacia do Trabalho homologou três nomes que foram indicados, sendo três para o sindicato e três para a Federação.

Durante esse período o sindicato estava sob intervenção das Forças Armadas.

3.25.2 LUIS CARLOS SALDANHA

No período entre 1970 e 1975, assumiu o sindicato com uma junta interventora, época em que a atividade sindical limitava-se a algumas atividades esportivas.

Quando assumiu o sindicato, em 1975, a categoria estava desmobilizada. Concorreram três chapas: uma interventora, a de Saldanha e outra de oposição. Sua chapa venceu a eleição, e ele permaneceu na diretoria do sindicato por doze anos, de 1975 a 1987.

Ocorreram muitas intervenções nos sindicatos de Curitiba, Londrina e Maringá, inicialmente sem prisões. Participou, em 1984-1985, do movimento de redemocratização do país. Ressalta que o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana foi essencial na formação de lideranças que até hoje estão atuando, como Tadeu Veneri, Ângelo Vanhoni e outros.

Destaca que politicamente o movimento foi muito importante e rico na formação dos quadros da política paranaense. Entre as conquistas obtidas durante os seus mandatos, destaca as renovações nas convenções coletivas, pois até então não havia discussões, permanecendo apenas no âmbito jurídico.

Não havia mobilização da categoria por conta do período da ditadura militar, que não foram recompostas após a intervenção. Até 1980, aproximadamente, eram feitos acordos. Só em 1984 deu início a um processo de luta juntamente com o Banestado. Ocorreu uma paralisação por um dia, que foi muito importante, pois deu início a muitos avanços para a categoria. O processo culminou com a greve nacional de três dias, em 1987. Ressalta que o seu grupo era muito ativo/forte, mas não tinha “coloração” partidária.

3.25.3 DR. NILO IZIDORO BIAZETTO

Dr. Nilo foi funcionário do Banestado. Jogou no time juvenil do Coritiba e depois no Atlético. Participou da discussão da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) no governo de Getúlio Vargas. Foi preso várias vezes, ficou 45 dias na Polícia Militar em 1967 e 1968. Foi constantemente chamado para responder às indagações da PM durante a “Revolução” (expressão utilizada por ele).

3.25.4 CLAIR DA FLORA MARTINS

Nascimento: 1946

Cidade: Porto União (SC)

Profissão: advogada – defendeu presos políticos e sindicatos

Depoimento: Grupo “Tortura Nunca Mais”; Direitos Humanos para paz (DHPAZ)/Oitiva no Ato Unitário Sindical

Militante da AP com participação no movimento estudantil e ligação estreita com o movimento operário e bancário. Com a ampliação da mobilização, as repressões cresceram contra as manifestações pela liberdade e pela democracia, no Paraná e no Brasil.

Com o AI-5, passou a militar na clandestinidade, assumindo tarefas de direção da AP, vinculada ao movimento operário, para fazer a articulação política de resistência com outros setores organizados de resistência política.

Em 1971 foi presa em São Paulo e lá sofreu todo tipo de tortura física e psicológica. Começou a ser agredida já no momento da prisão. Foi presa pela equipe do delegado Fleury, junto com alguns companheiros de militância e seu companheiro Hasiel da Silva Pereira. Foram levados ao DOPS e brutalmente espancados. Sofreram choques elétricos, pau de arara e outras formas de tortura. Ficou presa por oito meses em São Paulo e depois foi transferida para Curitiba, onde ficou mais alguns dias presa na sede da Polícia do Exército (PE), na Praça Rui Barbosa.

Em 1972, já fora da prisão, viveu na clandestinidade quando foi para o Rio Grande do Sul até sua absolvição pela justiça militar, quando retornou à militância em Curitiba.

Depois da abertura política, filiou-se ao PMDB e, ao final da década de 1990, filiou-se ao PT, partido pelo qual se elegeu vereadora, em Curitiba, no ano de 2000. Em 2002, foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal pelo Paraná.

3.25.5 CLAUDIO ANTÔNIO RIBEIRO

Nascimento: 1943

Cidade: Nova Resende (MG)

Profissão: advogado

Movimento a que pertencia: Líder Sindical Bancário; Secretário-geral do Sindicato dos Bancários, nas gestões 1967-1969 e 1969-1972

Depoimento: Projeto DHPAZ⁷

Sua família se deslocou para uma região de ocupação de terras próxima de Londrina, mais especificamente Centenário do Sul. Lembra Ribeiro que o interventor Manoel Ribas e o governador Moyses Lupion distribuíram títulos naquela região, levando à grilagem de terras e expulsão dos colonos. Ocorreu, então, um longo processo de resistência armada. Cláudio recorda de algumas cenas, como cinco assassinatos que testemunhou quando era criança, mas admite sua incapacidade para compreender seu sentido naquela época.

De família católica, julga ter herdado alguns valores dessa tradição, como solidariedade e percepção de justiça. Estudou em Porecatu, nos anos de 1950, presidindo o Centro Estudantil Castro Alves, nutrindo forte gosto pela leitura e acompanhando os noticiários por intermédio do rádio.

Mudou-se para Curitiba no começo dos anos 1960, após aprovado em concurso público para o Banco do Estado do Paraná, em 1963. Passou no vestibular da Faculdade Federal de Direito e ali, com as conversas daqui e de acolá, acabou de certa forma tomando conhecimento sobre questões políticas, e quando veio o golpe de 1964 já sabia de que lado ficar. Foi, em seguida, escolhido para presidir o Partido Acadêmico Renovador (PAR), da UFPR, exatamente porque tinha um discurso muito claro sobre o que deveria ser feito. Por não ter uma lealdade organizacional definida, conseguia unificar as diferentes correntes. O PAR, que disputava as eleições para

⁷ O resumo feito aqui é base integral do depoimento dado ao DHPAZ – Depoimentos para história: a resistência à ditadura militar no Paraná. Disponível em: <<http://bit.ly/2fPdVdH>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

o Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), aglomerava estudantes com pensamentos de esquerda e foi, paulatinamente, assumindo um caráter de resistência.

Ribeiro lembra que, ao mesmo tempo que eles tentavam organizar os jovens na universidade (da qual saiu formado em 1967-1968), a ditadura reprimia os sindicatos, especialmente o dos bancários. Foi, então, formado um grupo para retirar o sindicato da categoria da intervenção sofrida, o que conseguiram no primeiro semestre de 1967 com uma votação esmagadora que elegeu Ribeiro secretário-geral, assumindo a condição de dirigente de uma chapa de composição com pessoas de diferentes tendências políticas (PCB, PCBR, entre outros).

A ausência de vínculos orgânicos com algum grupo específico o possibilitou exercer seu cargo com desenvoltura, conduzindo o sindicato em um momento de claro favorecimento do capital em detrimento do trabalho. Participou do primeiro Encontro Nacional dos Bancários, no Rio de Janeiro, logo após a posse da chapa, começando ali as discussões sobre a necessidade de uma greve geral contra a política macroeconômica e o arrocho salarial imposto pelo regime.

Relembrando a aguerrida resistência interposta por diversos setores sociais contra a ditadura em 1968, recorda que foi ao Rio de Janeiro mobilizar os bancários para os protestos ocasionados pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto (Passeata dos Cem Mil).

Ainda nesse ano ocorreu outro encontro nacional de bancários, agora em São Paulo, e Ribeiro foi para defender a necessidade iminente de se realizar greve geral. Com ampla articulação nacional favorável a essa tese, saíram do encontro com a deliberação de realizar a greve, caso as negociações não avançassem no sentido do governo atender às exigências de restituir os salários defasados.

Além dessa questão, Ribeiro lembra que por meio do sindicato também atuavam em outras frentes, como forma de mobilizar os bancários e a população, a exemplo da construção de cerca de quatro mil unidades residenciais em um projeto firmado em parceria com o recém-criado Banco Nacional de Habitação. Também promoviam jogos, campeonatos e outras ações para agregar os sindicalizados.

Próximo da greve dos bancários em Curitiba, em 1968, foi recrutado por Edésio Passos para integrar a Ação Popular Marxista Leninista, participando de reuniões em Curitiba e em outras cidades, onde eram discutidas questões internas, documentos, sobretudo de teor maoísta, e cursos de sindicalismo. Mas admite que sua formação se deu muito mais por meio da poesia engajada que de leituras teóricas. Foi um relacionamento esporádico com a organização, uma vez que divergia de algumas diretrizes, como a fusão com o PCdoB.

O endurecimento do regime atingiu Ribeiro, que foi preso no dia 4 de novembro de 1970 “já de uma forma mais dura” no Quartel da Polícia do Exército. Lá foi torturado e testemunhou as sevícias impostas a dois presos políticos do PCBR: “Xanha” e Elinor Mendes Brito.

Ribeiro lembra que foi preso e interrogado como se fosse da ala do Marighella. Ficou nessa condição de sequestrado pelo regime por cerca de sessenta dias, sendo transferido para outros locais para ser interrogado. Como não foi processado, ao final desse período foi libertado.

Voltou a exercer atividades sindicais, reassumindo suas funções. Porém, logo foi cassado e o sindicato colocado sob intervenção. Algum tempo depois, a direção do banco, pressionada, o demitiu e foi avisado que prenderiam sua companheira. Decidiram, então, fugir, passando um tempo escondidos em uma fazenda de sua família em Minas Gerais.

O casal retornou ao Paraná entre 1971 e 1972, e enfrentou sérias dificuldades, até que Ribeiro recomeçou sua vida profissional, advogando em Pato Branco. Após esse período, já no final dos anos 1970, retornou a Curitiba e fundou um escritório de advocacia trabalhista para reconstruir as atividades sindicais e auxiliar os movimentos populares nos bairros. Envolveu-se também com a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita e no processo de fundação do PT e da CUT.

Nos dias de hoje, Cláudio Antônio Ribeiro é referência de militância e de resistência política sobre a história do período, com frequência convidado para proferir palestras sobre a história do movimento sindical dos bancários. É um dos personagens principais do projeto “80 Anos do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região”. Já deu depoimentos para o DHPAZ, para a CEV-PR, para a Comissão Estadual da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil, para o Ato Unitário Sindical da CEV-PR, entre outros.

3.25.6 ANGELO CARLOS VANHONI NASCIMENTO

Data de nascimento: 19 de junho de 1955

Cidade: Paranaguá (PR)

Profissão: professor

Movimento a que pertenceu: movimento estudantil e sindicalista (Sindicato dos Bancários)

Atualmente: deputado federal

Depoimento: Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana

Partido: PT

Intervenção: DOPS

Prisão: não foi preso

Empresa que colaborava com a ditadura: Banco do Brasil

Iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil, militando no Grupo Trotskista Liberdade e Luta (Libelu), pertencente ao PT.

Participou, junto com os estudantes da UFPR, das greves e passeatas pela liberdade de expressão e pela anistia. Afirmou que o estudo da filosofia, curso no qual se formou, o ajudou na compreensão dos movimentos contra a ditadura no Brasil.

Em 1980, elegeu-se diretor e vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba, atuando no movimento sindical e sendo eleito secretário-geral da CUT do Paraná. Filiou-se ao PT em 1981.

Entre 1982 e 1983 já não participava mais do movimento estudantil, pois tinha que se dedicar mais aos estudos, uma vez que precisava concluir seu curso de filosofia.

Em 1984, começou a trabalhar no Banestado. Nesse período, o sindicato chamou os trabalhadores para uma assembleia no Colégio Estadual do Paraná e ele foi com seus companheiros para incentivá-los.

O sindicato sugeriu uma paralisação de uma hora dentro do banco para que os patrões atendessem às suas reivindicações. Vanhoni propôs que a greve fosse fora do banco. A greve foi deflagrada no dia seguinte à assembleia.

A diretoria do banco fez uma proposta para que os bancários retornassem ao trabalho. O resultado foi que todos os bancários tiveram um ganho real, porém os do Banestado tiveram um acréscimo a mais, de 20% do que aquele dado aos outros bancários. Depois disso, Vanhoni não saiu mais do movimento sindical.

Em 1986 o PT lançou candidato entre os bancários a deputado estadual, mas não conseguiu eleger nenhum, embora tivesse votação expressiva. Vanhoni concorreu à eleição no sindicato. Foi feita uma composição com os antigos dirigentes e assim ganharam a eleição, dobraram os números de sindicalizados, equiparam o sindicato para passeatas e greves e ajudaram a organizar outros sindicatos, como o da saúde, dos petroleiros etc. Junto com o movimento sindical veio o movimento político.

Em 1987, morreu seu companheiro sindicalista e amigo Arlindo Martin. Vanhoni ficou muito abalado e demorou muito para se recuperar. Voltou a se candidatar em 1989, mas perdeu as eleições. O sindicato voltou às mãos dos dirigentes conservadores e ele se voltou para a política.

Em 1988, foi escolhido, pela direção do PT, para disputar o mandato de vereador, elegendo-se com 3.470 votos. Quatro anos depois foi reeleito com 2.931 votos como vereador em Curitiba. Além disso, em 1994, foi eleito deputado

estadual com 9.468 votos. Nessa legislatura atuou como líder da bancada petista na Assembleia Legislativa.

Em 1998, reelegeu-se deputado estadual pelo PT, com 44.670 votos, exercendo o cargo de quarto secretário da mesa executiva da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) durante esta legislatura. Quatro anos depois foi eleito para seu terceiro mandato consecutivo como deputado; ao longo do mandato, foi líder do governo de Roberto Requião (PMDB), na Alep. Em 2006, Vanhoni foi eleito para o seu primeiro mandato de deputado federal com 111.036 votos.

Atualmente é deputado federal pelo PT.

3.25.7 MOACIR VISINONI

Cidade: Irati (PR)

Formação acadêmica: ciências contábeis, economia e direito

Depoimento: Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana

Movimento a que pertencia: movimento sindical

Partido: não era filiado

Intervenção: DOPS

Prisão: nunca foi preso, só perseguido

Empresas que colaboravam com a ditadura: Banco do Brasil/Banco Central

Em 1958, começou a trabalhar no Banco do Brasil, um ano depois passou a atuar no sindicalismo, na cidade de Paranaguá, por um período de nove meses. Depois, foi morar em União da Vitória, onde criou o Sindicato dos Bancários.

Em 1962, em Pato Branco, criou a Cooperativa de Consumo de Bancários e foi eleito presidente. Um ano depois tornou-se funcionário do Banco do Brasil em Curitiba. Nessa época, participava da diretoria do Sindicato.

Em 1967, criaram uma chapa para disputar as eleições, tendo Luiz Carlos Betenheuser como presidente, e Moacir concorria como vice. Ganharam as eleições, mas os votos foram incinerados à noite, pelo interventor do sindicato, sob a alegação de que não havia guardas à noite, na sede do sindicato. Fizeram outra eleição e o presidente eleito foi Athos Freceiro. Nessa chapa, Moacir ficou como tesoureiro. Candidatou-se, ainda, como conselheiro, e depois para presidente da Federação dos Bancários, mas não conseguiu se eleger.

Em 1967, no Encontro Nacional dos Bancários, realizado em São Paulo, no momento de sua fala, todos os presentes começaram a correr para fora por causa do DOPS. Ele também fugiu para Curitiba e conta que ficou sem dormir até chegar à cidade. Alguns foram presos, mas ele não chegou a ser preso.

Após esse episódio, sofreram intervenção no sindicato e o motivo alegado foi que o sindicato “havia comprado alface e não tinha nota fiscal” (o sindicato havia comprado a alface na feira livre).

Em 1968, na greve do sindicato, Moacir comandou a greve na praça central da cidade e a ordem que a polícia tinha era bater em todo mundo. Segundo Moacir, a Federação teve pouca participação, que era mais administrativa. Seus colegas desapareceram, demoraram muito para se recuperar, levaram mais ou menos vinte anos para isso.

Em 1974, Moacir trabalhava no Banco Central. Nessa época não havia sindicalismo no Banco Central, que controlava todos os bancos. Sua participação no movimento sindical se encerrou nesse ponto. Durante sua participação no sindicato, atuava mais na área administrativa e social.

Moacir diz que, embora fizesse parte do movimento sindical, nunca foi preso, nem sofreu tortura, mas sofreu perseguições, sendo que buscas foram feitas em sua casa, nos seus livros, para tentar prova que ele era comunista. Porém, nada foi encontrado. Ele acha que nunca foi preso porque não era da área política, só atuava no setor administrativo do sindicato.

3.25.8 FERNANDO TRISTÃO FERNANDES

Data de nascimento: 3 de setembro de 1927

Cidade: Linhares (SP)

Profissão: advogado

Depoimento: Sindicato dos Bancários de Curitiba

Movimento a que pertencia: movimento sindical e estudantil

Em 1949, começou a trabalhar no Banco do Brasil, na agência de Aimorés (MG), onde ficou pouco mais de um ano. No ano seguinte foi transferido para a cidade do Senhor do Bonfim, onde trabalhou como caixa do Banco do Brasil.

Quando chegou à cidade percebeu que os cortes de água eram frequentes e a população ficava sem abastecimento, pois a água era priorizada para abastecer a estrada de ferro. Ele então passou a divulgar as reclamações e a população, revoltada, quebrou as instalações que levavam água para a estrada de ferro. Por esse motivo tentaram responsabilizá-lo por incentivar a população à revolta. Enviaram três funcionários do banco para analisar os fatos e eles concluíram que ele, Fernando, não tinha culpa pelo ocorrido, uma vez que não havia participado da quebra das instalações. Isso, porém, acabou resultando na sua transferência para Curitiba.

Já em Curitiba, fizeram a primeira manifestação contra o Decreto-Lei nº 9.070⁸, que veio a dificultar ainda mais as negociações de aumento de salário, que já era um processo longo. A manifestação saiu da frente da UFPR e seguiu até a Rua XV de Novembro. Participavam do movimento sindical dos bancários em Curitiba o Banco do Brasil e o Banestado, que se uniram na luta por melhores condições. Lutaram e conseguiram que o delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) em Curitiba fosse escolhido pelo Sindicato dos Bancários. Essa regra passou a valer, depois, para todas as capitais do Brasil.

Em 1958, formou-se em direito, em Curitiba. O exercício da coerência com suas ideias e valores já o havia tornado, àquela altura, vice-presidente da primeira diretoria da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Paraná.

Em 1959, foi eleito presidente da primeira diretoria da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Paraná. Quatro anos depois assumiria a presidência da Federação dos Bancários.

Em 1964, após o comício promovido pelo presidente João Goulart, no Rio de Janeiro, começava a repressão política em todo o país. No Paraná, Tristão foi convocado, por edital, e se apresentou ao Banco do Brasil. Depois foi levado para o Quartel da Polícia Militar, onde ficou preso por vários dias, e respondeu, após a soltura, a inquérito policial. O Banco do Brasil transferiu-o para o estado de Mato Grosso, na cidade de Ponta Porã.

Por serviços advocatícios prestados ao próprio Banco do Brasil, foi designado como advogado da instituição, naquela região, e ali lançou as bases do seu escritório, que iria se ampliar e se tornaria um símbolo.

Não houve reação ou resistência nos primeiros momentos. Todos os dirigentes sindicais que não eram ligados ao patronato foram presos. Fernando Tristão Fernandes era o presidente da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná, que congregava os sindicatos da categoria em Curitiba, Paranaguá, Jacarezinho, Maringá, Apucarana e Ponta Grossa. Além disso, ocupava o posto de secretário-geral para a organização do II Congresso dos Trabalhadores. Pretendia reunir trabalhadores de todas as categorias organizadas: algo como um presidente informal da Confederação Geral dos Trabalhadores no estado.

Enquanto isso, Fernando Tristão continuava, junto com toda a cúpula sindical atuante no Paraná, como réu no processo militar derivado do IPM do Partido Comunista instaurado em Curitiba.

8 Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências.

Incurso na Lei de Segurança Nacional, foi processado “por traição à pátria”. Teve então de comparecer a todos os atos do processo na Auditoria da 5ª Região Militar de Curitiba e, por isso, viajou várias vezes de Ponta Porã em avião do Correio Aéreo Nacional.

Gostava de futebol. Costumava organizar os jogos em Paranaguá e criou uma liga de futebol, da qual foi o presidente. Começaram a jogar descalços, só depois é que foram usar chuteiras. Ganharam quatro campeonatos em dois anos, de futebol de salão e de gramado. Depois entrou para o Banco do Brasil, onde foi, inclusive, presidente da ABB.

Em 1962, com a criação de um fórum sindical, no dia 1º de maio, resolveu participar e foi eleito, por aclamação, para presidente. Participou da reunião dos estivadores e então começou uma luta mais intensa: a primeira contra o monopólio de café para o Porto, que era realizado por empresas fantasmas, e a segunda contra a situação calamitosa dos motoristas do sindicato, pois eles não tinham fretes, que ficavam somente para os particulares.

Conforme relata Fernandes, “reclamaram ao Nei Braga, que proibiu essas empresas de participarem e passou tudo para o sindicato, e para que os motoristas dessas empresas não ficassem desempregados foram todos para o sindicato, e o sindicato cresceu muito, se tornou uma potência”. Depois disso, houve a greve dos bancários. Em Curitiba, porém, foram colocados policiais nas portas. No início, alguns trabalhadores “furaram” a greve, como os comissionados, gerentes e chefes, que sofriam pressão muito grande. Como a greve começou a esvaziar por causa da pressão, Fernando resolveu ir para Paranaguá, onde fizeram uma reunião com o sindicato dos arrumadores para pedir apoio ao dr. Artur, superintendente do Porto.

Ele foi à reunião. Foi, então, convidado para sentar junto com eles, mas na abertura da reunião propuseram a saída dele – como ninguém se opôs, ele educadamente se retirou.

Foram ao sindicato dos ensacadores, que também garantiu apoio. Quando o governo tomou conhecimento que estava sendo organizada uma greve geral, resolveu negociar com os bancários. Foi estabelecido um acordo, e a greve terminou.

O capitão dos portos, que tinha outro entendimento, resolveu suspender os sindicatos da orla marítima, mesmo a greve já tendo se encerrado. O então prefeito Joaquim Tramujas foi procurado e informado de que a greve iria continuar em razão da atitude do capitão dos portos.

O prefeito, assim, conversou com o capitão dos portos, que resolveu não fazer mais nada, cancelando a greve por portaria, a qual foi entregue pelo prefeito aos

grevistas no dia seguinte. Naquela época, quem dominava o cenário econômico era o setor cafeeiro.

O fórum foi muito importante para fortalecer os trabalhadores, mas foi também um fator politizador, o que deveria ser feito hoje. Foi criado um armazém no posto para vender produtos a preço de custo. As assembleias eram livres, democráticas e pacíficas.

Em 1964, quando foi instaurada a ditadura, o primeiro prefeito a ser cassado foi o de Paranaguá. Ainda nesse ano, Fernandes foi preso por dois meses. Depois de solto, foi demitido do Banco do Brasil.

Em 1975, conseguiu retornar ao Banco do Brasil por uma ação judicial. Depois foi para o município de São José dos Pinhais, onde tentou implantar ideias, como a da universalização do conhecimento, implantado no bairro Cidade Jardim naquela cidade.

O princípio norteador era de que o conhecimento se transmitia a quem não tinha. Eram, assim, aproveitados os espaços ociosos das escolas. Ele acha que muitos projetos que existem hoje nas escolas se espelharam nesse período de 1968 a 1975. Nunca se filiou a partido político. Até hoje simpatiza com os partidos de esquerda, como o PTB.

3.25.9 HORÁCIO VITOR COSTA

Movimento a que pertencia: movimento sindical

Partido: PCB

Intervenção: DOPS

Prisão: 1964, no quartel da Polícia Militar na rua Marechal Floriano por dois meses

Empresa que colaborava com a ditadura: Banco do Brasil

Morava no bairro da Costeira, em Paranaguá. Gostava de futebol, costumava organizar os jogos e conseguiu organizar uma liga de futebol. Os jogadores dos times que participavam do campeonato jogavam descalços, mas já no segundo campeonato conseguiram as chuteiras. Lembra que ao terminar o segundo campeonato os times da primeira divisão queriam os jogadores em seus times. Hoje não tem conhecimento da existência de futebol amador em Paranaguá.

Começou a trabalhar aos 15 anos de idade em uma empresa de café. Horácio se recorda de que via os trabalhadores carregarem sacos muito pesados. Seu pai sempre foi um homem bondoso que ajudava muita gente, e ele começou a se interessar pelo sindicalismo da empresa onde trabalhava.

A empresa era ligada ao Bradesco. Prestou, então, concurso no Banco do Brasil, saiu do Bradesco e começou a ter contato com pessoas mais politizadas. Em 1º de maio de 1962 foi criado um fórum sindical do qual ele resolveu participar e foi eleito por aclamação para presidente do sindicato.

Já como presidente sindical, tinha um problema com os motoristas autônomos. A parte das empresas eram “fantasmas”, não pagavam impostos, e os motoristas associados ao Sindicato, por sua vez, não tinham serviços, pois essas empresas monopolizavam o trabalho no porto.

Reclamaram ao então governador Ney Braga, que proibiu essas empresas de participarem e passou tudo para o sindicato, e para os motoristas dessas empresas não ficarem desempregados, foram todos para o sindicato, que cresceu muito e se tornou uma potência.

O sindicato encerrou-se em 1964 com o golpe. Foram cassados aqueles que eram simpáticos ao presidente João Goulart, prenderam os dirigentes sindicais e ele, Costa, ficou em uma situação insustentável, passou a ser vigiado e foi demitido do banco.

O presidente da Federação foi transferido para a cidade de Ponta Porã e, então, o convidou para trabalhar no seu escritório de advocacia. Costa aceitou, pois era formado em direito, e ficou lá por dois anos, mas depois de algum tempo passou a ter problemas, uma vez que ele tinha dois processos: um na justiça militar e um na justiça comum (Ministério do Trabalho). Nesse período, ele casou.

Retornou para Paranaguá, pois no Poder Judiciário as coisas estavam complicadas. Sofreu alguns reveses, sendo que um deles foi o julgamento de reclamatória trabalhista. No dia do julgamento, uma juíza substituta foi designada, pois o juiz não queria dar a sentença. Ela leu a sentença e disse que “quando eu cometo uma injustiça e a pessoa recorre, eu fico muito satisfeita”. Ela pediu, assim, que ele recorresse e pediu isenção das custas, mas naquela época não era mais possível pedir essa isenção. Ele, então, deixou dinheiro para pagamento das custas, mas o colega que o representava não o fez e ele acabou perdendo a ação por falta do pagamento das custas.

Apesar disso, nunca guardou mágoa de seu colega, que mais tarde viria a lhe pedir perdão, que foi aceito por ele. Depois foi apresentado para Milton Viana, seu professor, que lhe ajudou a conseguir uma decisão parcialmente favorável. Porém, quando foi recorrer novamente, seu professor já havia falecido.

O general Alípio Couto, que não admitia injustiças, assumiu o compromisso de ajudá-lo em relação ao seu processo contra o Banco do Brasil e resolveu tudo para ele, que conseguiu retornar às suas funções no banco, e se tornaram bons amigos.

Foi, então, advogar em São José dos Pinhais. Como lá não havia uma agência do Banco do Brasil, fez campanha para que fosse criada uma na cidade.

O dr. Dali Marquesino cedeu o escritório para Horácio, onde ele permaneceu de 1968 a 1975, até retornar ao banco. Teve que pedir para o banco para que fosse feita sua readmissão, o que foi cumprido pelo banco em 1975.

Em São José dos Pinhais tentou implantar ideias, como a da universalização do conhecimento que foi implantado na Cidade Jardim em São José dos Pinhais: consistia de que conhecimento se transmitia a quem não tinha, assim foram aproveitados os espaços ociosos das escolas, e Horácio acha que muitos projetos que existem hoje nas escolas se espelharam neste (que ocorreu no período entre 1968 e 1975).

Em seu retorno ao Banco do Brasil, passou a articular com o pessoal do banco, principalmente com a base do PT e da CUT, e ajudou naquilo que foi possível, principalmente em relação aos casos de funcionários que faziam o mesmo serviço, mas com cargos diferentes.

Foi preso em 1964. Foi convidado para vir no carro do advogado, pois estavam com medo de prendê-lo, achando que os funcionários poderiam se revoltar. Foi levado para a penitenciária. No dia seguinte foi transferido para o Quartel da Polícia, na Rua Marechal Floriano, onde foi bem tratado. Fez amizade com os soldados, então pediu para um sargento levar um recado para alguns companheiros que estavam presos em Paranaguá e o sargento levou.

Nunca se filiou a partidos políticos. Até hoje simpatiza com os partidos de esquerda, como o PTB. Ficou preso por dois meses, e quando foi libertado seguiu para Paranaguá.

Hoje não guarda mágoas daquele período, “que foi ruim para o Brasil e para a democracia”, mas destaca que hoje é outro tempo.

3.25.10 FRANCISCO LUIZ DE FRANÇA

Cidade: Taipu (RN)

Em 1969 mudou-se para Curitiba (PR). Em 20 de setembro de 1975 teve sua residência cercada por um forte contingente policial que invadiu sua casa sob a alegação de que estaria “envolvido com tráfico de drogas”. Foi levado ao DOI-CODI, quando então entendeu o motivo de sua prisão. Foi interrogado sem roupas, sendo submetido a torturas por várias vezes durante os interrogatórios. Foi colocado em um banheiro forrado com pedra britada e pendurado no pau de arara, sendo-lhe aplicado choques elétricos por todo o corpo, inclusive em seus órgãos genitais, assim como “telefones e afogamentos.

Permaneceu preso por mais ou menos dois anos e, em 11 de outubro de 1977, foi condenado pelo CEJ, preso na Prisão Provisória de Curitiba, a quatro anos de

reclusão, com base no art. 43, do Decreto-Lei nº 898/69. Em 27 de abril de 1978 foi posto em liberdade por “bom comportamento e no cumprimento de boa parte da pena a que foi condenado”.

Depois de solto, permaneceu sendo vigiado pelos policiais do DOPS. Foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar, em 9 de novembro de 1979. O seu pedido na Justiça Federal foi julgado procedente, sendo a União condenada à indenização por danos morais e materiais.

Requeru indenização junto à Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, por meio do processo nº 10.022/2002, a qual foi deferida e está em andamento conforme relatório da Comissão da Anistia, sendo a relatora dr. Sueli Aparecida Bellato, incluído na pauta do dia 21 de julho de 2014.

3.25.11 EMANUEL BARRETO DE MOURA

Maria da Glória Barreto de Moura ajuizou a presente ação contra a União, objetivando a reparação de danos morais decorrentes da prisão e da perseguição política sofrida por Emanuel Barreto de Moura, seu falecido esposo, durante o período do governo de exceção ocorrido no Brasil entre 1964 e 1979.

Afirmou que seu esposo foi preso por agentes da DOPS no dia 14 de abril de 1964, sob a acusação de ser comunista e suspeito de envolvimento com o PCB. Ele era advogado e vereador do município de Mandaguáçu (PR), à época, e por conta das suspeitas foi agredido, perseguido e teve sua carreira política e jurídica interrompida. Foi colocado em liberdade em 27 de junho de 1964 e faleceu em 5 de junho de 1970. Maria da Glória argumentou que o *de cujus* teve prejuízos profissionais até sua morte.

Ela ainda relatou que Emanuel foi espancado por várias pessoas, e que a família foi obrigada a se refugiar em uma fazenda de sua propriedade que, posteriormente, foi invadida por agentes do governo militar. Sustentou a imprescritibilidade da pretensão, justificando a existência do dano a ser indenizado. Defendeu ainda o direito à cumulação do dano material previsto na Lei nº 10.559/2002 e do dano moral buscado nesta ação. Maria da Glória requereu indenização junto à Comissão da Anistia, ao Ministério da Justiça, por meio do processo nº 29.354/2003, que foi julgado em 7 de novembro de 2012 e desprovido.

3.25.12 BRAULINO MARTINS DOS SANTOS

Ajuizou ação judicial postulando a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes de perseguição e tortura de que foi vítima, praticados pelos agentes do governo durante a ditadura militar. Disse que quando

tinha 29 anos de idade, já casado e pai, passou a ser considerado agente subversivo e participante do “Grupo dos Onze”.

Afirmou que após a promulgação dos Atos Institucionais, foi perseguido e preso em 14 de abril de 1964, na cidade de Espumoso (RS), e depois transferido para o município de Cruzeiro do Oeste (PR), onde permaneceu até o dia 19 de abril de 1964, quando foi conduzido à capital do estado do Paraná, onde permaneceu encarcerado por mais 104 dias na galeria 2 do Presídio do Ahú.

A ação foi indeferida, sendo reconhecida a prescrição, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos dos artigos 269, IV, e 295, IV, ambos do Código de Processo Civil.

Requeru indenização junto à Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, por meio do processo nº 72.840/2013, porém até a presente data não possui relator.

3.25.13 FRANCISCO JOÃO DOS SANTOS

Foi fichado pelo DOPS em 18 de novembro de 1965, quando trabalhava em Paranaguá (PR), sendo compelido a afastar-se de suas atividades profissionais remuneradas por motivos exclusivamente políticos. Exercia a função de movimentador de mercadorias no Porto de Paranaguá. Teve sua vida pautada na participação de Fórum Sindical de Debates e fundação do Sindicato dos Estivadores na mesma cidade. Foi perseguido e preso pelo governo militar.

A ação de reparação de danos morais movida contra a União Federal foi pronunciada à prescrição quinquenal do Decreto nº 20.910/1932, nos termos do art. 269, IV, do CPC. Recorreu da sentença. Requeru indenização junto à Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, pelo processo nº 50.263/2005, o qual foi deferido parcialmente, conforme relatório da Comissão da Anistia, sendo a relatora a dra. Marina da Silva Steinbruch, julgado em 5 de julho de 2013.

3.25.14 ILDEU MANSO VIEIRA

Jornalista e escritor, natural de Alfenas (MG), participou da UNE, foi diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e um dos fundadores da Confederação Nacional dos Empregados em Estabelecimentos de Crédito. Fichado na DOPS por sua militância, sofreu perseguição política em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

Durante o Golpe de 1964, refugiou-se com seus quatro filhos menores e esposa na cidade do Rio de Janeiro. Depois disso, viu-se obrigado a mudar-se para Maringá (PR), onde viveram até julho de 1971.

Na manhã do dia 14 de setembro de 1975 foi sequestrado em Curitiba por agentes do DOI-CODI, juntamente com seu filho Ildeu Jr. de 17 anos, como descrito no livro *Brasil: nunca mais*. O jovem, menor de idade, foi interrogado e agredido física e moralmente, presenciou a tortura contra seu pai e foi libertado na madrugada do dia seguinte. Ildeu pai permaneceu incomunicável durante 38 dias, sofrendo torturas em quartéis do Exército e da PM de Curitiba. Transferido para o Presídio do Ahú, aguardou julgamento até 1977. Condenado pela Justiça Militar a três anos de prisão, cumpriu pena e foi anistiado em 1979.

Redigiu diversos artigos para jornais, escreveu e publicou os livros *Memórias torturadas (e alegres) de um preso político*, *Jacus & Picaretas: a história de uma colonização*, *Mandassaia: naquela época, quando Furnas era o crime do século* e *As sequelas das torturas*.

Desenvolveu inúmeras doenças devido às sequelas físicas e psicológicas de sua prisão e tortura. Faleceu em Maringá em maio de 2000. Em seus momentos finais, imobilizado e delirante em uma cama de UTI, clamava: “Me libertem, sou comunista, mas não cometi crime algum! Tenho o direito de ir e vir e de me reunir com os meus companheiros!”.

3.25.15 LEONOR URIAS DE SOUZA

Natural de Maringá (PR), em 14 de outubro 1975, foi presa e permaneceu no Presídio de Mulheres, à disposição da Justiça Militar, até 20 de maio de 1976, quando foi solta. Em virtude de sua opinião cultural e sua participação política durante sua juventude, foi perseguida, humilhada, privada da prática normal de sua vida pelos agentes do governo militar, sendo submetida a constrangimentos, inclusive às torturas físicas e psicológicas, junto com sua família.

Respondeu ao processo-crime nº 745/1975, denunciada com base no artigo 43 do Decreto-Lei nº 898/1969, na Auditoria da 5ª CJM. Moveu ação de reparação de danos morais na Justiça Federal, perante a União Federal, e o seu processo foi julgado extinto sem apreciação do mérito, com fulcro no artigo 267, inciso V, do CPC.

3.26 RECOMENDAÇÕES DO GT “PARTIDOS POLÍTICOS, SINDICATOS E DITADURA”

O GT “Partidos, Sindicatos e Ditadura” da CEV-PR, a CUT e as demais centrais sindicais que compuseram o coletivo sindical de apoio ao Grupo de Trabalho “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” participaram de diversas reuniões, fóruns, audiências públicas e atos unitários sindicais.

Ali foram formuladas as recomendações do coletivo e entregues à dra. Rosa Cardoso, coordenadora do GT. Essas recomendações, quando pertinentes, devem ser incorporadas pelo estado brasileiro e pelo estado do Paraná para que ditaduras, como as instaladas no Brasil na era Vargas, ou mesmo as ditaduras parciais, como as que vivenciaram setores do movimento sindical e o PCB, a partir de 1947, não mais ocorram.

Transcrevem-se, abaixo, integralmente, as recomendações apontadas pelo Coletivo Sindical de apoio ao GT “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical”⁹.

3.27 RECOMENDAÇÕES AO GT “DITADURA E REPRESSÃO AOS TRABALHADORES E AO MOVIMENTO SINDICAL” DA CNV

3.27.1 DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

- Reconhecer e acatar as normas do direito internacional sobre crimes contra a humanidade. Ratificação da Convenção sobre imprescritibilidade dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) pela Resolução nº 2.391, de 26 de novembro de 1968;
- Supressão do artigo 1º, § 1º, da Lei nº 6.683/1979, que concedeu anistia, para que possam ser punidos os agentes públicos, ou não, responsáveis por crimes contra a humanidade praticados durante a ditadura civil-militar;
- Investigar, denunciar e punir os autores dos crimes de morte, tortura e desaparecimento forçado das vítimas do golpe e da ditadura civil-militar;
- Cumprir a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979) no que concerne à contagem do tempo de serviço para o anistiado afastado do trabalho ou o desempregado devido à perseguição política. Esta recomendação é dirigida principalmente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

9 Indicamos e reproduzimos, na íntegra, as recomendações que foram apresentadas pelo Coletivo Sindical das Centrais Sindicais de apoio ao GT “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” do qual a CUT-Brasil faz parte, representada pela CNV, e pelo coordenador do GT “Partidos Políticos, Sindicatos e Ditadura” da CEV-PR, que compõem a referida Comissão de Verdade, Memória e Justiça da CUT.

- Investigar, denunciar e punir empresários, bem como empresas privadas e estatais, que participaram material, financeira e ideologicamente para a estruturação e consolidação do golpe e do regime militar;
- Instituir um fundo, mantido por meio de multas e punições pecuniárias provenientes de empresas públicas e privadas que patrocinaram o golpe e a ditadura subsequente, para a reparação dos danos causados aos trabalhadores, às organizações sindicais e ao patrimônio público;
- Criar instrumentos que viabilizem ações coletivas de grupos de trabalhadores que sofreram prejuízos em decorrência da repressão política da ditadura civil-militar, sem a exigência de comprovação individual da perseguição sofrida;
- Ampliar e intensificar os esforços para localizar os restos mortais dos desaparecidos políticos, assim como dos locais destinados às torturas e aos assassinatos de opositores da ditadura civil-militar;
- Promover rigorosa apuração dos casos de massacres de trabalhadores e trabalhadoras durante o regime militar e que ainda carecem de profundas e cabais investigações, como os casos de Serra Pelada (PA), Volta Redonda (RJ), Ipatinga (MG), Morro Velho (MG), bombardeio do povoado de Sampaio (TO), entre outros passíveis de serem investigados;
- Garantir políticas públicas para eliminar a prática de tortura e de todas as formas de tratamentos cruéis e degradantes, inclusive desenvolvendo campanhas de conscientização;
- Reconhecer oficialmente como perseguidos políticos e conceder reparações aos(as) trabalhadores(as), seus(suas) apoiadores(as), assassinados(as) e desaparecidos(as), em razão da repressão política e social no campo e que foram excluídos da justiça de transição;
- Revisar a lei que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/1995) e as duas leis relacionadas promulgadas posteriormente, com a reabertura de prazo indeterminado para a entrada de requerimentos com pedidos de reconhecimento e reparação;
- Prover os meios para a execução de sentenças de reparação e pleno funcionamento da Comissão de Anistia e outros órgãos voltados à promoção dos direitos humanos com recursos para o seu pleno funcionamento;

- Criar um organismo permanente, com representação dos trabalhadores(as) e da sociedade civil, de maneira geral, objetivando dar continuidade à pesquisa e apuração das denúncias de graves violações dos direitos humanos;
- Repudiar a participação e sustentação do golpe civil-militar por governos estrangeiros, especialmente o governo estadunidense e seus agentes no país, além de institutos sindicais e outros mecanismos de controle ideológico, bem como exigir a retratação, indenização e pedido de desculpas;
- Fazer um levantamento, a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, de todas as entidades sindicais que sofreram intervenção no período investigado pela CNV, sendo que o Estado deve enviar oficialmente um pedido de desculpas, abrindo a possibilidade de serem indenizadas pela destruição de seus bens.

3.27.2 DA LEGISLAÇÃO AUTORITÁRIA, ANTIDEMOCRÁTICA E ANTISINDICAL

- Revogar a Lei de Segurança Nacional;
- Criar um grupo de trabalho interministerial, com prazo determinado de trabalho, para identificação de legislação antidemocrática, antitrabalhistas, antissindical e antissocial, incompatível com o Estado democrático de direito, para que sejam suprimidas, além da revisão da Lei do Servidor Público Estadual, que coíbe a prática sindical nas administrações diretas e indiretas por parte do estado;
- Revogar artigos do Código Penal que atentam contra o direito de greve, em especial os artigos 197 ao 203;
- Revogar a legislação autoritária imposta pela ditadura, em especial, a Lei de Imprensa de 1967, e democratizar os meios de comunicação;
- Impulsionar a reforma do Judiciário com a extinção da Justiça Militar;
- Promover a democratização dos critérios de seleção do concurso de ingresso na Magistratura e no Ministério Público, nos moldes da Lei

nº 12.990/2014, a qual prevê cotas nos concursos públicos federais para provimentos de cargos;

- Reforçar a implementação e as diretrizes previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3), desenvolvendo políticas públicas efetivamente inclusivas, com equidade e respeito à diversidade;
- Acelerar, priorizar e instituir políticas de incentivo para a criação da Secretaria de Direitos Humanos nos níveis estadual e municipal.

3.27.3 DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA ORGANIZAÇÃO POLICIAL E DAS FORÇAS ARMADAS

- Ampliar o controle do Estado sobre as polícias, incluindo a participação da sociedade, visando a aplicação do conceito de segurança cidadã;
- Democratizar o ensino e o conteúdo curricular nas escolas públicas e privadas visando promover os valores democráticos e os direitos humanos, incluindo nos currículos escolares a educação para a organização sindical e social;
- Democratizar o ensino e o conteúdo curricular das academias militares e policiais visando promover os valores democráticos e o respeito aos direitos humanos;
- Implantar programas de formação em direitos humanos dirigidos a todos os setores hierárquicos das Forças Armadas e das polícias, das guardas municipais, dos agentes penitenciários e da vigilância privada em suas respectivas esferas;
- Encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional para desmilitarizar as polícias militares e revogar o Decreto-Lei nº 667, de 1969, que estabeleceu que se tornassem “forças auxiliares, reserva do Exército”.
- Impedir que agências de informações públicas e privadas, bem como órgãos das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Militar e das empresas de vigilância privada exercitem qualquer tipo de monitoramento e

acompanhamento das ações do movimento sindical de trabalhadores e dos movimentos sociais;

- Acabar com os mecanismos de transferências das funções/atividades eminentemente civis para militares. A crescente militarização da fiscalização pública, por exemplo, tem gerado violência e morte de trabalhadores;
- Criar uma certificação em direitos humanos para as empresas que prestam serviço de segurança privada.

3.27.4 GARANTIA E PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A POLÍTICA DE ARQUIVO E DE MEMÓRIA

- Elaborar política pública de resgate da memória de luta dos(as) trabalhadores(as) que garanta a reparação histórica, somando-se à reparação econômica, sob responsabilidade do Estado e das empresas envolvidas com a repressão;
- Implementar políticas de arquivos, documentação e memória que promovam a defesa dos direitos humanos. Identificar e recolher ao Arquivo Nacional os arquivos e documentos produzidos por organismos públicos federais em todas as esferas, inclusive de empresas estatais, que possam servir de prova da repressão do Estado contra trabalhadores e a população brasileira no período ditatorial;
- Identificar e considerar de interesse público e social, nos termos da Lei de Arquivos nº 8.159/1991, os arquivos privados de empresas, das Forças Armadas e de pessoas que possam servir como prova do apoio às ações de repressão e perseguição praticadas contra os(as) trabalhadores(as) e a população no período ditatorial;
- Identificar, preservar, fazer o tombamento, desapropriar, se for bem privado, e transformar em centro de memória todos os imóveis urbanos e rurais que foram centros de graves violações dos direitos humanos;
- Assegurar o pleno direito de acesso à informação conforme previsto na Lei nº 12.527/2011, sendo que, para atingir essa finalidade, deve-se: a) desenvolver uma política de gestão documental, nos termos do parágrafo 2º,

artigo 216 da Constituição Federal e da Lei de Arquivos nº 8.159/1991; b) integrar os documentos digitais na política de gestão documental, visando assegurar o controle na produção, arquivamento e acesso; c) criar o Arquivo Nacional dos Meios Eletrônicos e Digitais como um órgão voltado à elaboração de políticas de gestão, à preservação de longo prazo e ao acesso contínuo e d) criar um sistema nacional integrado que registre e gerencie os pedidos de acesso à informação. A coordenação do sistema deve ser feita pelo Arquivo Nacional;

- Criar políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e aprofundamento das pesquisas referentes à perseguição política aos trabalhadores e às suas organizações;
- Criar política oficial de fomento que permita parcerias com universidades e institutos de pesquisa com a finalidade da busca da verdade e da preservação da memória coletiva das violações e perseguições sofridas pelos trabalhadores e suas organizações, bem como criar e manter museus e/ou centros de documentação de memória e luta dos trabalhadores;
- Alterar nomes de cidades, escolas e de outros locais públicos que homenageiam agentes e símbolos da ditadura civil-militar, com a contribuição de um programa federal que promova políticas públicas de ensino e memória das lutas dos trabalhadores.

3.27.5 DOS DIREITOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E SINDICAIS

- Ratificar a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da demissão imotivada, e regulamentar a Convenção 151, que versa sobre a organização sindical e negociação coletiva no setor público;
- Encaminhar ao Poder Legislativo, com mensagem de apoio do governo, o anteprojeto de lei apresentado pelas centrais sindicais ao Ministério do Trabalho, em 2013, que dispõe sobre a proteção das atividades sindicais dos trabalhadores e pune práticas antissindicais. O documento visa garantir a liberdade e a autonomia sindical, observando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos no mundo do trabalho, com especial atenção à garantia do direito irrestrito de greve, do direito de representação sindical na forma

que a categoria entender e por local de trabalho, assegurar a não intervenção do Estado, do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho na negociação coletiva, no exercício do direito de greve, finanças e organização sindical, garantia da estabilidade, fim do interdito proibitório, entre outros;

- Combater todas as formas de precarização do trabalho, criando e fortalecendo a agenda do Trabalho Decente, além de promover uma maior fiscalização neste âmbito.

3.28 DAS REPARAÇÕES HISTÓRICAS E RECONDUÇÃO DOS MANDATOS LEGISLATIVOS

Foram realizadas diversas cerimônias de restabelecimento de mandato durante a vigência dos trabalhos da CNV e da CEV-PR.

No Congresso Nacional foi realizada a devolução simbólica dos mandatos do senador da República Luís Carlos Prestes, que perdeu o mandato após a cassação do Partido Comunista do Brasil, em 1947, pelo estapafúrdio argumento usado pelos parlamentares, à época, em razão do uso da preposição “do Brasil”, entendendo-se, ou fazendo-se entender, que isso tornaria o Partido Comunista aqui no Brasil um braço do Comunismo Internacional. Dissemos estapafúrdio justamente porque o argumento feriu a liberdade de organização e de expressão do livre pensamento, ou seja, uma brutalidade antidemocrática que foi cometida por essa organização política que cumpria todos os requisitos legais para participar da vida política do Brasil.

Além da do líder máximo e senador da República, foram também cassados os mandatos de 14 deputados federais e muitos mandatos de deputados estaduais do Partido Comunista do Brasil, inclusive do deputado estadual pelo PCB do Paraná, dr. José Rodrigues Vieira Neto, catedrático de direito da UFPR, de onde também foi afastado em consequência de sua militância política no Partido Comunista.

Também diversos mandatos de vereadores foram cassados no período de exceção, ou foram obrigados a abandonar o exercício de seus mandatos por que estavam sendo perseguidos pela polícia em função dos IPM, casos de Bonifácio Martins, vereador de Maringá, e dos vereadores de Londrina, Manoel Jacinto Correia e Janeci Guimarães.

Acreditamos que um dos mais importantes legados das comissões da verdade são essas reparações históricas que mobilizaram cidades e trouxeram à tona a verdade histórica das graves violações cometidas contra as pessoas e contra a

democracia. Foi assim na restituição dos mandatos dos deputados federais comunistas, o qual eu, pela CEV-PR, tive o prazer de acompanhar, assim como a restituição do mandato de José Rodrigues Vieira Neto, ex-deputado do PCB do Paraná, que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado, ainda no ano de 2013.

Também é importante ressaltar que foi por meio dos esforços de pessoas ligadas à CEV-PR que se reestabeleceu simbolicamente o mandato de Bonifácio Martins, ex-vereador pelo município de Maringá, em uma bela solenidade na Câmara Municipal que coroou os dois dias de audiências públicas da CEV-PR, em Maringá.

Esperamos que esses atos de restituição simbólica de mandatos influenciem positivamente governadores, prefeitos e câmaras municipais onde existiram mandatos cassados, seja pela interrupção do funcionamento do Partido Comunista do Brasil, o PCB, em 1947, seja pelo golpe civil-militar de 1964, que cassou inúmeros parlamentares Brasil afora, os quais foram, muitas vezes, injustamente acusados de serem comunistas, ou defensores da democracia que não aceitaram calados a imposição da cruel ditadura civil-militar instalada no Brasil a partir de abril de 1964.

3.29 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, por fim, à última etapa dos trabalhos da CEV-PR. Os textos dos relatórios dos grupos de trabalho irão compor o relatório final da comissão, que será entregue a Carlos Alberto Richa, governador do estado do Paraná, com as devidas recomendações.

Deveríamos todos estar com a sensação de dever cumprido; afinal, deixamos uma importante contribuição à história política do estado do Paraná. Temos ainda, porém, o desejo de que sejam feitas reparações às injustiças cometidas contra pessoas, famílias e entidades em nome de um sistema excludente e autoritário, que foram os regimes de exceção no Brasil entre 1937 e 1945, quando perdurou o Estado Novo Vargas, o período de pseudoliberalidade vivida entre os anos de 1947 até 1964 pelo Partido Comunista do Brasil, o PCB, e pelos anos de chumbo da ditadura civil-militar de 1964.

Infelizmente, o sentimento não é o de missão cumprida, mas a sensação de que apenas começamos a mexer na ponta do iceberg, buscando restabelecer a verdade, a memória, a justiça e a reparação aos muitos que foram vítimas das graves violações cometidas contra os direitos humanos.

Apesar disso, muitos caminhos foram percorridos, muitas histórias levantadas e muitas pessoas deram seu depoimento à CEV-PR. Pode-se considerar como um alívio essas pessoas poderem hoje recostar a cabeça no travesseiro à noite e descansar dos pesados anos em que tiveram que carregar sua verdade escondida.

Foram formadas muitas comissões, grupos de trabalho, comissões da verdade extraoficiais ligadas às entidades sindicais ou de outra natureza, reuniões, dezenas de oitivas, o Ato Unitário Sindical, seminários sobre a “Operação Condor” e audiências públicas realizadas em todas as regiões do estado. As oitivas, dentro dessas audiências, trouxeram informações fundamentais aos diversos casos estudados pela CEV-PR.

Muitos documentos foram anexados aos processos pelas pessoas que forneceram seus depoimentos e muitos outros foram produzidos, levantados e encontrados pelos poucos pesquisadores que conseguimos integrar à comissão.

Com as parceiras e convênios estabelecidos pela comissão com entidades e outras comissões foi possível formar grande acervo documental e um arquivo de vídeos de entrevistas com mais de 300 depoimentos, se somados os produzidos pelas oitivas individuais, pelas audiências públicas realizadas pela CEV-PR e os produzidos pela Comissão Estadual da Verdade da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná.

Integram-se também ao acervo os depoimentos cedidos pelo projeto “Memória e História dos 80 anos do Sindicato dos Bancários de Curitiba”, os mais de 160 depoimentos do projeto “DHPAZ – Depoimentos para a História”,¹⁰ e os projetos de mapeamento das elites políticas intitulados “Memória e História dos Dirigentes do Partido Comunista do Brasil no Paraná – o PCB no Paraná 1946/1964”. Todo esse material se encontra sob a guarda da CEV-PR e deverá ser repassado, assim como muitos outros documentos, à CNV e ao Arquivo Nacional, a fim de que sejam disponibilizados para a consulta da sociedade.

É nosso dever, no entanto, reafirmar que, apesar do muito que foi feito, o trabalho foi apenas iniciado e há necessidade de que ele prossiga para que, de fato, possa se restabelecer toda a verdade sobre o período pesquisado pela CNV, entre 1945 e 1988.

Por fim, só nos resta propor que a CNV, ou outra a ser empossada, dê continuidade a esse valioso trabalho de garimpar informações que possam trazer à tona a verdade nos períodos de exceção que vivemos no Brasil. Muitas oitivas ainda necessitam ser realizadas, assim como outras audiências públicas para a coleta de depoimentos e de documentos.

Reforçando ainda mais o que foi dito anteriormente, a sensação é a de que, mesmo com os imensos esforços despendidos para realização deste valioso documento, descobrimos apenas a ponta do iceberg das possibilidades de reparação da verdade, da memória e da justiça.

REFERÊNCIAS

- ARNS, P. E. *Brasil: nunca mais* – um relato para a história. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. *Livro dos votos da Comissão de Anistia: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça; Florianópolis: Instituto Primeiro Plano, 2013.
- BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CARNEIRO, A.; CIOCARRI, M. *Retrato da repressão política no campo (Brasil 1962-1985): camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília, DF: MDA, 2010.
- CODATO, A.; KIELLER, M. (Orgs.). *Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná*. Curitiba: UFPR, 2008. 299p.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das visões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- HELLER, M. I. *Repressão democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KIELLER, M. G. *Elite vermelha: um perfil socioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná: 1945-1964*. 2004. 185f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- KIELLER, M.; STEDILE, P. (Orgs.). *80 anos: a história do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, suas lutas, suas conquistas*. Curitiba: Sindicato dos Bancários de Curitiba, 2012. 288p.
- OLIVEIRA, N. P.; SAHD, F. B.; CALCIOLARI, S. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPAZ, 2014.
- SIRKIS, A. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.
- VIANNA, G. A. (Coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

MUNIZ

— A D V O G A D O S —

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA __ VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA.

SILVIA MARIA ROCHA BRAGA, casada, professora aposentada, RG nº 306.209-0 PR, CPF nº 496.655.539-68, domiciliada na Av. Silva Jardim, nº 1502, ap. 61, CEP 80.250-200, Curitiba, Paraná e **MARCUS VINICIUS BRAGA ALVES**, brasileiro, solteiro, professor universitário, RG nº 3.878.515-0 PR/SSP, CPF nº 792.248.909-97, domiciliado na 1476 Hampton Knoll Drive, Akron, Ohio, Estados Unidos da América, vêm respeitosamente à presença de V. Exa, por intermédio de seus advogados, com fulcro no art. 5º, LXXII, b, da Constituição Federal e no art. 7º, II, da Lei 9.507/1997, impetrar o presente

HABEAS DATA

contra ato da **COORDENADORIA REGIONAL DO ARQUIVO NACIONAL NO DISTRITO FEDERAL**, localizada na Quadra 06, Lote 800, Brasília/DF, departamento regional do **ARQUIVO NACIONAL**, órgão autônomo da administração pública direta, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.374.067/0001-47, com sede principal na Rua Azevedo Coutinho, n. 77, Rio de Janeiro/RJ, vinculado ao Ministério da Justiça; e **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede em Brasília/DF, a ser citada na pessoa do Ilmo. Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado do Paraná, pelas razões de fato e fundamentos jurídicos adiante expostos.

Ocorre que NEY BRAGA foi Ministro da Educação entre 15 de março de 1974 e 30 de maio de 1978, conforme já mencionado no item II, acima. Dito em

outras palavras, isso significa que, em fevereiro de 1974 (três meses antes da rescisão de contrato mencionada por ASCÊNCIO), NEY não era ministro da Educação.

Tal fato, simples, não requer maiores explicações. Cabe, portanto, ser trazida à lume a referida por ASCÊNCIO, supostamente emitida por NEY BRAGA, para que se verifique a sua autoria e teor.

Caso não seja providenciada a referida correspondência na qual se baseia essa afirmação, é imperioso o reconhecimento de que a informação constante no Relatório carece de fundamento fático e, por esse motivo, referida passagem deve ser retificada, através da sua supressão.

IX- Quanto à Suposta Agressão a Grevistas

Segundo o que consta no Relatório, às fls. 545, DAVID PEREIRA DE VASCONCELOS menciona o seguinte:

Acha que a greve não teve sucesso, por causa do Ivan Ribas, na época era vereador, dizia que ia ajudar os trabalhadores, mas não fez nada, foi montada a Comissão de Justiça e Paz, não havia liderança, o dia 22 foi feita proposta, os dias parados mais 60% por cento, mas Ivan Ribas pediu para não aceitar, que ele conseguiria mais, acha que ele destruiu o movimento.

À noite o Governador Nei Braga disse que eles deveriam voltar a trabalhar, que o Figueiredo viria aqui para visitar, no dia seguinte eles estavam na Praça do Atlético, onde foram espancados pela polícia, que pôs fim a greve. (sem grifos no original).

Ocorre que referida greve, de trabalhadores da construção civil, extremamente tumultuada, inclusive com depredações de ônibus e agressões entre trabalhadores,²⁸ foi declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho à época (novembro de 1979).²⁹

Porém, o mais importante a salientar quanto a esse episódio é o Comunicado à População, emitido pelo Secretário de Segurança Pública, Haroldo Ferreira Dias, em 28/11/1979, o qual diz o seguinte:³⁰

28 Gazeta do Povo, edição de 26/11/1979.

29 Gazeta do Povo, edição de 27/11/1979.

30 Correio de Notícias, edição de 28/11/1979.

COMUNICADO À POPULAÇÃO

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, com a intenção de esclarecer a população curitibana sobre os acontecimentos relacionados com os movimentos reivindicatórios de trabalhadores, que têm obrigado a intervenção da polícia Civil e da Polícia Militar, comunica que:

1. A presença de policiais nas vias públicas, acompanhando tais movimentos está (...) relacionada com a sua principal atividade, ou seja, a de levar tranquilidade à população assim como proteger pessoas e o patrimônio público e privado;
2. Tem por objetivo, assim, proteger os próprios trabalhadores, garantindo aos mesmos o direito de reivindicação e impedindo, da mesma forma, que aconteçam infiltrações de pessoas estranhas à classe, que, por motivos vários, tentam levar os operários a outros objetivos.
3. A ação policial, portanto, é, em princípio, de orientação e controle da ordem, evitando-se por todos os meios, que haja confronto entre policiais e trabalhadores;
4. Entretanto, não poderá a Polícia deixar de cumprir sua missão principal, que é, repetimos, a de manter a ordem pública. Em qualquer ocasião em que seja necessária a pronta intervenção para que se evite a perturbação da ordem, tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil estão preparadas para assegurar o retorno à tranquilidade;
5. Assim, compreendendo a necessidade de ser atingido um ambiente favorável aos entendimentos, para que tenhamos o término dos eventuais impasses ocorridos durante tais movimentos, tem a Secretaria de Segurança Pública confiança nos trabalhadores, no sentido de que o caminho do diálogo seja retomado e, a exemplo da maioria, todos retornem ao trabalho, alcançando os objetivos de suas reivindicações na mesa de conversações.

Sente a Secretaria de Segurança Pública o dever de levar tais esclarecimentos à população, não só para reafirmar a confiança que todos podem ter no exato cumprimento da missão das corporações

policiais do Paraná, como também para manifestar sua gratidão pela compreensão demonstrada pelos curitibanos com relação à ação da Polícia, nestes momentos difíceis que estamos vivendo e que, através da ordem e do diálogo, serão superados rapidamente.

Curitiba, 28 de novembro de 1979
Haroldo Ferreira Dias
Secretário de Segurança Pública

Referido Comunicado ressalta o papel das forças públicas no sentido de **garantir aos trabalhadores o direito de reivindicação**. Além disso, explica que a orientação dada pelo alto comando da Segurança Pública paranaense foi o de **ser evitado, por todos os meios, o confronto entre policiais e trabalhadores**, desde que respeitada a ordem, bem como expressou a confiança de que **o objetivo das reivindicações poderia ser alcançado na mesa de negociações**.

Mais uma vez: **sem demonstração concreta de que um ato deliberado das autoridades públicas, imputável a NEY BRAGA, orientou a ação policial no sentido de causar dano físico a operários grevistas, o Relatório corre o sério risco de se tornar o mero registro de ilações, fuxicos e maledicências, a prejudicar a memória de quem não está mais aqui para se defender**. Atitude pouquíssimo republicana, para dizer o mínimo.

Diante do exposto, os Requerentes pleiteiam, respeitosamente, que, diante da completa ausência de evidências ou fontes históricas que lhes dê respaldo, a afirmação em análise seja retificada, via supressão, do RCEVPR.

X – Sobre a Legitimidade dos Requerentes, seu Interesse Processual e da Competência do Arquivo Nacional para Proceder Retificações e Complementações

Feitas as considerações acima, cabe reforçar as questões a respeito da legitimidade e o interesse dos Requerentes para pleitear as retificações e complementações mencionadas acima, bem como a fundamentação jurídica do pleito, e, por fim, enfrentar o tema da competência do Arquivo Nacional para proceder a esses reparos.

Os Requerentes, como já dito, são respectivamente filha e neto de NEY BRAGA. Nessa condição, enquadram-se como seus *sucessores*. É voz corrente no meio jurídico que familiares da pessoa falecida podem se valer de remédios judiciais que esta se valeria na defesa da sua honra e dignidade. Nesse sentido:

MUNIZ

— A D V O G A D O S —

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA __ VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA.

SILVIA MARIA ROCHA BRAGA, casada, professora aposentada, RG nº 306.209-0 PR, CPF nº 496.655.539-68, domiciliada na Av. Silva Jardim, nº 1502, ap. 61, CEP 80.250-200, Curitiba, Paraná e **MARCUS VINICIUS BRAGA ALVES**, brasileiro, solteiro, professor universitário, RG nº 3.878.515-0 PR/SSP, CPF nº 792.248.909-97, domiciliado na 1476 Hampton Knoll Drive, Akron, Ohio, Estados Unidos da América, vêm respeitosamente à presença de V. Exa, por intermédio de seus advogados, com fulcro no art. 5º, LXXII, b, da Constituição Federal e no art. 7º, II, da Lei 9.507/1997, impetrar o presente

HABEAS DATA

contra ato da **COORDENADORIA REGIONAL DO ARQUIVO NACIONAL NO DISTRITO FEDERAL**, localizada na Quadra 06, Lote 800, Brasília/DF, departamento regional do **ARQUIVO NACIONAL**, órgão autônomo da administração pública direta, inscrito no CNPJ/MF sob nº 04.374.067/0001-47, com sede principal na Rua Azevedo Coutinho, n. 77, Rio de Janeiro/RJ, vinculado ao Ministério da Justiça; e **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede em Brasília/DF, a ser citada na pessoa do Ilmo. Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado do Paraná, pelas razões de fato e fundamentos jurídicos adiante expostos.

NEY BRAGA não deixou sucessores políticos, mas é considerado um dos principais formadores de lideranças políticas no Paraná, dentre governadores, refeitos, deputados, senadores e ministros da República.

É comum ouvir a expressão “braguismo” para se referir a um grupo político e intelectual ligado ao modelo desenvolvimentista e cristão que se desenvolveu em torno de sua liderança.

Seu maior legado foi a ética na política e a disposição para modernizar o Paraná, tendo liderado um movimento de defesa dos interesses paranaenses, conhecido como *paranismo*.]

Eis o resumo biográfico desse grande político paranaense, através do qual é possível notar, como já dito parágrafos acima, ter sido NEY BRAGA uma liderança ímpar no seu Estado de origem e no País, certamente com viés conservador, porém humanista e aberto ao diálogo.

Essas balizas, sintéticas por evidente, auxiliam a compreender a figura pública em questão, cuja memória, por motivos obscuros e incompreensíveis, foi injustamente atacada no RCEVPR, o que merece reparo, nos termos a seguir transcritos.

IV – Massacre de Porecatu

Qualquer homem público, mormente alguém com a extensa vida pública relatada acima, não deixa de enfrentar questionamentos quanto às suas atividades políticas. Isso é natural. Ocorre que algumas passagens do RCVEPR extrapolam a simples crítica e resvalam, até, para a calúnia.

Exemplo disso é o que se depreende da transcrição do depoimento de ANTONIO PEREIRA SANTANA, que, às fls. 546 desse Relatório, retrata o seguinte:

Com 7 anos chegou ao Paraná, moravam em fazenda de cana em Porecatu. Um certo dia, com aproximadamente 10 anos ao ir comprar carne, viu um caminhão coberto de encerado e cheio de sangue, perguntou o que era e lhe disseram que eram de gente morta na Guerrilha de Porecatu. Descobriu depois que o comandante da ação chama-se Nei Amintas de Barros Braga, que mais tarde viria a ser o Governador do Estado.

Ocorre que, no depoimento em questão, logo no seu início, mais precisamente a partir dos 54 (cinquenta e quatro) segundos, o Sr. ANTONIO SANTANA disse o seguinte¹¹:

11 Cfr. <https://www.youtube.com/watch?v=wXO9YcU3vJ8>, bem como em <http://www.dhpaz.org/dhpaz/depoimentos/detalhe/20/eu-fiz-greve-sem-ter-conhecimento-se-fosse-hoje-eu-estava-morto>, além do que está transcrito na Ata Notarial que segue anexa ao presente requerimento (cfr. doc.).

Quando eu tinha uns dez anos, eu era encarregado de ir “nas” terça e “nas” sexta-feira comprar carne no açougue. E um dia me deparei com uma fila de caminhão coberto com encerado e pingando sangue daqueles caminhão. Um guri muito curioso, comecei a perguntar aos “menino” que “tava” por ali. Eles “disse” que era gente morta porque “tava” havendo a Guerrilha de Porecatu. Depois eu fiquei sabendo que o comandante daquela guerrilha era o, o comandante se chamava Ney Aminthas de Barros Braga. E por dedução vim saber que esse cidadão depois foi, ”venho” ser Governador do Estado.

ANTONIO SANTANA não disse que “...descobriu depois que o comandante da ação chamava-se Nei Aminthas de Barros Braga”, como afirma o Relatório. O Sr. ANTONIO, de fato, diz que NEY seria o “...comandante daquela guerrilha”, o que soa incongruente, contraditório, confuso, sem nexos até.

Ora, como dar crédito a esse depoimento? E pior: por que a Comissão Estadual da Verdade optou transcrevê-lo sem retratar com fidelidade o que foi dito pelo Sr. ANTONIO? Essas perguntas exigem resposta, especialmente a segunda, orque trazem consequências jurídicas relevantes.

Essa falta de compromisso com a “verdade”, **algo inadmissível vindo de uma Comissão que busca, em tese, resgatá-la**, causa extremo prejuízo à honra ao legado de NEY BRAGA, e, por esse motivo, não pode permanecer no Relatório, devendo ser suprimida o quanto antes.

Em segundo lugar, salta aos olhos que o Relatório não fez qualquer ressalva ao fato de o depoente mencionar suposta lembrança de fatos pretensamente ocorridos durante a sua infância!

ANTONIO SANTANA disse ter 10 (dez) anos de idade na época dos supostos fatos, ou seja, está-se a falar de eventos que teriam ocorrido há mais de 60 anos. O mínimo que se esperaria de uma Comissão que busca a verdade histórica seria a contextualização (e, porque não, a devida mitigação) desse depoimento, atitude que, infelizmente, não ocorreu e cujas consequências devem ser reparadas.

Em terceiro lugar, o *Relatório Final* da Comissão Nacional da Verdade conclui em seu Vol. II, fls. 95 a 98, que os assassinatos, perseguições e torturas referentes à guerrilha de Porecatu ocorreram entre 1947 e 1950, ou seja, antes sequer do Governo Bento Munhoz da Rocha Neto (1951 a 1955).

Ora, entre 1945 e 1948 NEY BRAGA cursou a Escola Militar do Realengo e, entre 1950 e 1951, esteve aquartelado no Regimento de Artilharia Montada de Curitiba, além de participar do Conselho Estadual de Desporto, em atividades

que **não guardavam qualquer vínculo com a repressão policial a movimentos de trabalhadores rurais, muito menos na região de Porecatu**, onde o depoente ANTONIO SANTANA disse residir.

Nesse sentido, os Requerentes trazem informações coletadas do Arquivo do Exército em Curitiba, referentes ao período de 1945 a 1952, que corroboram os lançamentos feitos nas “Folhas de Alterações” de NEY BRAGA, também anexas a este requerimento (cfr. docs. anexos).

Referidos documentos, em especial cópias autênticas (transcrições) de lançamento da vida funcional de NEY BRAGA nos Boletins Semestrais do então Ministério da Guerra, demonstram que, no mencionado período, **não há qualquer anotação sobre a passagem de NEY BRAGA pela região de Porecatu**, tampouco sobre participação sua nas guerrilhas que lá ocorreram.

Todas as saídas, licenças, férias e outros eventos funcionais desse período demonstram, de modo cabal, que NEY BRAGA **não transitou pela região de Porecatu nesse período, muito menos atuou em qualquer operação policial ou militar com objetivos de repressão política.**

Cabe registrar que, durante o governo de Bento Munhoz da Rocha houve, sim, prisões nessa região, porém elas foram realizadas em um período no qual, frise-se, **NEY BRAGA ainda não era Chefe de Polícia** (tal nomeação ocorreu somente em 29 dezembro de 1952, como já dito no item II, acima).

Ou seja, o período final de repressão à guerrilha de Porecatu ocorreu sob o comando do coronel ALBINO SILVA, Chefe de Polícia no início do governo de Bento Munhoz. Apenas para registro, ALBINO sucedeu o coronel PEDRO SCHERER SOBRINHO, que esteve à frente da Polícia do Paraná no final do governo de Moisés Lupion, anterior ao de Bento Munhoz, época em que também ocorreram conflitos na região.

Essas manifestas inconsistências cronológicas demonstram a total improcedência da aludida **acusação de homicídio, ou mesmo, que NEY BRAGA teria sido o “mentor” ou “mandante” de chacinas.**

Em quarto lugar, na obra de referência sobre essa guerrilha¹², não há menção e quer à presença de NEY BRAGA na região conflagrada, muito menos a qualquer papel desempenhado por NEY nos acontecimentos em Porecatu.

12 OIKAWA, Marcelo Eiji. Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram, São Paulo: Expressão Popular, 2011, 401 p.

Muito pelo contrário: nessa obra é possível destacar a seguinte passagem:

A existência de uma região controlada por posseiros e pelo PCB é inaceitável. E uma operação militar está em andamento desde o dia 1º de junho [de 1951] e será precipitada pela campanha eleitoral em Londrina. // O tenente coronel Albino Silva, Chefe da Polícia do Paraná, convida o delegado **Eduardo Louzada Rocha**, um especialista na repressão a comunistas em São Paulo, **para coordenar a operação em Porecatu e Londrina. Ganha plenos poderes sobre a Polícia Militar e Civil, além de todas as informações e relatórios disponíveis.**¹³

Nessa mesma obra, adiante, é registrado um fato de grande relevância ao tema que ora se discute, qual seja, o de que, na época em que NEY BRAGA assumiu a Chefia da Polícia do Paraná (final de 1952), os conflitos de terra na região de Porecatu já haviam terminado. Nesse sentido:

A partir de **1952**, consolida-se definitivamente a propriedade territorial em Porecatu, **não havendo mais notícias de tensões sociais pela posse da terra na região.** Após essa data apenas mais um processo, envolvendo posseiro e proprietário de terras na Colônia Centenário, município de Porecatu, dá entrada em dezembro de 1952.¹⁴

Por fim, em quinto lugar, cabe dar a NEY BRAGA a chance de falar como encaminhava conflitos fundiários durante o seu período como Chefe de Polícia:

Logo que assumi, ocorreram alguns violentos conflitos de terra em Cascavel. Fui para essa região e fiquei lá por alguns dias, conversando com posseiros e com proprietários, para evitar novos tiroteios. Percorri ainda a região de Pato Branco, também com problemas de disputa de terras, e houve até um problema mais sério na fazenda Ubá, hoje Ivaiporã. Na mata próxima à sede da fazenda tinha havido um tiroteio entre jagunços e policiais, que resultou na morte de um soldado. No dia seguinte fui até lá num avião pequeno, acompanhado

13 Op. cit., p. 214 e 215 - grifos e termos entre colchetes não constam no original.

14 Idem, p. 301.

pelo coronel Breno Pernetá, ótimo comandante da Polícia Militar. Demos uma batida na região toda. Tranquilizamos todos e no dia seguinte pudemos voltar a Curitiba, entregando o problema às autoridades competentes do setor de terras.

A questão da terra foi sendo resolvida aos poucos. Percorri toda a região de ocupação mais recente, no Sudoeste e Oeste. Sempre encaminhei as questões para o Departamento de Geografia, Terras e Colonização, transmitindo as informações que colhia. Entendia que a posse da terra não podia ser transformada em um caso de polícia.¹⁵

Referida postura é, em muito, distante do quadro descrito pelo então garoto de 10 anos de idade, que “ficou sabendo”, algo a respeito de NEY BRAGA e agora, mais de 60 (sessenta) anos após referido episódio, tem o seu depoimento acolhido de modo açodado, a-crítico e, muito mais grave, **editado** por quem redigiu o Relatório da Comissão.

Diante dessas evidências, torna-se nítido que a acusação extraída a partir da transcrição infiel do depoimento de ANTONIO SANTANA reveste-se de cores inverídicas e caluniosas.

Por esse motivo, esse depoimento, na passagem concernente ao suposto papel desempenhado por NEY BRAGA na repressão à guerrilha de Porecatu não só deve ser retificado, suprimindo-se a calúnia do RCEVPR, em respeito à memória de NEY BRAGA e dos relevantes serviços que prestou como homem público ao Paraná e ao Brasil.

15 BRAGA, Ney Aminthas de Barros. Ney Braga - tradição e mudança na vida política, cit., pp. 45 e 46.

TEXTOS TEMÁTICOS

Texto elaborado por:

Fátima Branco Godinho de Castro

Leitura crítica realizada por:

Angelo Aparecido Priori

Claudia Cristina Hoffmann

Jefferson de Oliveira Salles

4. FLÁVIO SUPLYCY DE LACERDA

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 1º de abril de 2014, o Levante Popular da Juventude e demais movimentos sociais arrancaram, pela segunda vez, o busto do ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e ex-ministro da Educação do Governo Castelo Branco. O ato simbolizou o resgate à memória dos muitos professores e estudantes que sofreram demissões, torturas e perseguições decorrentes das ações desencadeadas pelo regime militar quando Flávio Suplicy de Lacerda era ministro.

Para os propósitos deste breve texto, queremos destacar o papel desempenhado por Flávio Suplicy de Lacerda nos anos iniciais do golpe civil-militar de 1964. Nesse sentido, serão analisados três episódios que marcaram sua trajetória, como ministro da Educação e reitor da UFPR: 1) a “Operação Limpeza”, que resultou em inúmeras demissões de professores/servidores públicos das universidades nos primeiros meses do regime militar e as ações desencadeadas pelo então ministro Flávio Suplicy de Lacerda; 2) a Lei nº 4.464, de 6 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, que atacou frontalmente o movimento estudantil do ensino superior; 3) os episódios da retirada do busto de Flávio Suplicy de Lacerda das dependências da UFPR.

Flávio Suplicy de Lacerda nasceu no dia 4 de outubro de 1903 na cidade paranaense da Lapa. Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1928. Foi vice-reitor da UFPR na gestão de João Ribeiro de Macedo Filho, no período de 6 de julho de 1948 a 4 de agosto de 1949. Em 1949 assumiu a cadeira de reitor da UFPR, permanecendo no cargo oficialmente até abril de 1964, quando assumiu a pasta de ministro da Educação e Cultura (MEC) a convite do presidente Castelo Branco. Em 29 de maio de 1967 retomou suas atividades como reitor da UFPR, permanecendo no cargo até 30 de maio de 1971.

Foi durante sua gestão, em 1950, que a Universidade do Paraná foi federalizada e passou a denominar-se Universidade Federal do Paraná, bem como incorporou à universidade as escolas de agronomia e veterinária, de química, de ciências econômica e de florestas.

Suplicy de Lacerda foi ministro da Educação entre abril de 1964 e janeiro de 1966. Sua gestão ficou mais conhecida pelos atos repressivos colocados em curso nos anos iniciais do regime militar, do que pelo tradicionalismo conservador na

resistência da reforma universitária, que seria colocada em prática nos anos posteriores. Flávio Suplicy de Lacerda faleceu em Curitiba no dia 1º de julho de 1983.¹

4.2 A “OPERAÇÃO LIMPEZA”

*Se essa história de cultura vai-nos atrapalhar a endireitar o Brasil,
vamos acabar com a cultura durante trinta anos.*

Essas foram as palavras do coronel Darcy Lázaro ao comandar a primeira invasão à Universidade de Brasília (UnB), em 1964 (GERMANO, 1993, p. 105). Progressivamente várias universidades foram objeto de intervenção militar, resultando em demissão e perseguição de professores e alunos. O que o “Comando Supremo da Revolução” chamava de “Operação Limpeza”.

A expressão “Operação Limpeza” foi utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados – comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda, entre outros. A metáfora da limpeza implicava também na punição para os corruptos, mas, inicialmente, o alvo efetivo eram os inimigos políticos. (MOTTA, 2014, p. 25)

Tratava-se de realizar uma imensa devassa na sociedade brasileira, buscando, de diversas maneiras, eliminar, imobilizar ou controlar toda a possibilidade do que atribuíram à ação “contrarrevolucionária”.

Em 27 de abril de 1964, foi imposto por Castello Branco o Decreto nº 53.897 que, regulamentava os artigos 7º e 10º do Ato Institucional nº 1, que criava a Comissão Geral de Investigações (CGI), “com a incumbência de promover a investigação sumária a que se refere o artigo sétimo, parágrafo primeiro, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964”. O art. 2º, do referido Decreto, determinava a composição da CGI: três membros nomeados pelo Presidente da República, [...] O 1º parágrafo desse artigo determinava que, “em cada Ministério,

o respectivo Ministro poderá promover as investigações que julgar convenientes e encaminhar diretamente ao Presidente da República”. Efetivamente, as investigações promovidas no âmbito da “Operação Limpeza” nas universidades públicas brasileiras foram determinadas por ordem do então Ministro da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda. (MANSAN, 2010, p. 72-73)

Flávio Suplicy de Lacerda, em 15 de abril de 1964, assumiu o cargo de ministro da Educação e Cultura e já nos primeiros dias como ministro da Educação, com base no Ato Institucional nº 1, baixou a Portaria nº 259, determinando às universidades a “instauração de inquéritos administrativos”. Os reitores foram avisados por telegrama:

No firme propósito de prestar relevante serviço à causa nacional e à salvaguarda do regime, tenho a honra de sugerir a Vossa Magnificência as seguintes medidas:

- a) instauração de inquéritos administrativos que se façam necessários para a imediata apuração de responsabilidades;
- b) severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática.

Muito agradeceria que os inquéritos, como parecer conclusivo, me sejam remetidos no prazo de trinta dias. (MOTTA, 2014, p. 51)

Estava lançada a “Operação Limpeza” nas universidades brasileiras. De acordo com Motta (2014, p. 49), “calcula-se que apenas em 1964 foram estabelecidos aproximadamente 760 Inquéritos Policiais Militares (IPMs) espalhados pelo Brasil”. Tratava-se de expurgar das universidades todos os que eram contra o regime. Essas medidas visavam a segurança nacional, de acordo com os militares.

Os IPM foram utilizados para realizar as sindicâncias nas universidades. Centenas de professores e estudantes foram arrolados em diferentes IPM (MOTTA, 2014). Ainda segundo Motta (2014), os IPM eram procedimentos investigativos da Justiça Militar, os quais advinham dos códigos normativos das instituições militares e também da Lei de Segurança Nacional. Foram aproximadamente cem professores punidos “legalmente”, entre demitidos e aposentados. Não foram contabilizados os professores que abandonaram o emprego para fugir à repressão, ou que, em sinal de protesto, demitiram-se. Nesse sentido, a lista foi muito maior.

A “Operação Limpeza” não se restringiu a expurgos e cassações de representantes políticos e funcionários do aparelho de Estado. Imediatamente após o Golpe, foi crescendo a pressão no meio militar, promovida por setores alinhados ideologicamente com a “linha dura”, por uma repressão intensa e direta sobre a sociedade civil, visando especialmente os líderes (efetivos ou assim percebidos pelos agentes repressivos). Dessa maneira, nos primeiros meses posteriores ao Golpe de 1964, cerca de cinquenta mil pessoas teriam sido presas. (MANSAN, 2010, p. 74)

No que diz respeito às universidades², “tratava-se de expurgos das universidades e instituições sob o controle do MEC, arbitrária e sumariamente, todos aqueles que, na visão da comunidade de segurança e informações, estavam alinhados com a oposição ao regime” (MANSAN, 2010, p. 90). As ações repressivas nos anos iniciais do golpe de 1964 estavam alicerçadas no tripé “normatização, vigilância e punição”.

A atuação de Flávio Suplicy de Lacerda não se ateve a ações executivas de determinações advindas da Presidência da República. Ele agiu como um dos mentores das formulações repressivas desencadeadas pelo regime militar, como demonstram os discursos proferidos no V Fórum Universitário, realizado em outubro de 1964. Poucos meses após o golpe,

o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por iniciativa da Diretoria do Ensino Superior, publicou, em outubro de 1964, um opúsculo sob o título “A universidade e a revolução nacional”. Agregaram-se nele três discursos pronunciados no transcorrer do V Fórum Universitário³, considerados, no conjunto, a expressão do “pensamento do Governo resultante da revolução democrática, sobre o problema da

2 Anexo 1.

3 Cunha (2007) indica: “O Fórum Universitário, criado por portaria do Ministério da Educação em fevereiro de 1962, para servir de assessoria ao ministro, seu presidente, era constituído dos reitores de todas as universidades, do Diretor de Ensino Superior e de um representante da UNE. Em junho de 1963, portaria do ministro Paulo de Tarso incluiu entre os participantes do Fórum os presidentes de um terço dos Diretórios Centrais de Estudantes, a serem indicados pela UNE, em regime de rodízio. A derrota dos estudantes na luta por um terço de representantes nos órgãos colegiados das universidades foi ‘compensada’ ou ‘vingada’ por igual participação no Fórum Universitário que reunia, justamente, os reitores antagonistas. Em novembro de 1964, portaria do ministro Suplicy de Lacerda aprovou novo regimento do Fórum Universitário, restringindo suas atividades e incluindo um representante indicado pelo órgão nacional de representação estudantil, o Diretório Nacional de Estudantes, a ser organizado conforme as diretrizes da lei nº 4.464, promulgada no mesmo mês”.

Universidade e suas implicações no desenvolvimento econômico, na paz social e no futuro da nacionalidade”. (SANFELICE, 2008, p. 73).

Ainda, segundo Sanfelice (2008, p. 76),

os autores dos respectivos discursos foram: professor Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação e Cultura, que proferiu a aula inaugural do V Fórum; professor Raymundo Moniz de Aragão, diretor do Ensino Superior, que fez a saudação ao Presidente da República, em nome dos participantes, e o próprio Presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, que encerrou o evento.

Os discursos proferidos claramente registram os objetivos do golpe civil-militar de 1964 “[...] cumpre à Secretaria do Fórum Universitário o dever democrático de fazer saber à comunidade brasileira a doutrina e os rumos da ação política e técnica do Governo Revolucionário, com referência à magna questão do aperfeiçoamento das instituições universitárias” (BRASIL, 1964 apud SANFELICE, 2008, p. 79)

Flávio Suplicy de Lacerda, de acordo com Sanfelice (2008), pretendeu ser contundente em seu discurso, concentrando-se no que considerava o inimigo número um: o comunismo, a revolução comunista e os comunistas.

Todos os prezados colegas sabem [...] *dos perigos por que passaram as universidades brasileiras*, e sabemos todos também que não dispomos de tempo para perder porque, se os perigos maiores se foram, outros, na certa, poderão vir. *Continuamos ameaçados*. Não há professor de ensino superior no Brasil que não saiba disso.

A revolução comunista só se fará pela Universidade inautêntica. Os comunistas têm bem ciência desta meridiana evidência, e sabem melhor ainda do que nós que há dois meios infalíveis, que se empregam em separado ou em conjunto, para fazer surgir da Universidade o Estado comunista: a massificação do estudante e a omissão do professor, um desleixo e um crime. (BRASIL, 1964 apud SANFELICE, 2008, p. 77, grifos nossos)

4.3 A LEI SUPPLY

As mudanças colocadas em curso nos meses posteriores ao V Fórum (outubro de 1964) não deixam dúvidas de que as medidas governamentais da ditadura não

se restringiram a meros discursos proferidos no Fórum. Em 9 de novembro de 1964, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.464, que ficou conhecida como a Lei Suplicy (BRASIL, 1964).

Nos primeiros meses de 1964, enquanto a UnB e as demais universidades viviam o drama das invasões e desmandos do governo militar, o ministro da Educação Suplicy de Lacerda se voltou também para o movimento estudantil, sugerindo a extinção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Como consequência direta para os estudantes, a UNE teve sua sede invadida. Os estudantes foram alvos de uma grande ação repressora logo nos primeiros dias do golpe. A UNE teve sua sede, localizada na praia do Flamengo, Rio de Janeiro, invadida, saqueada e incendiada e, logo em seguida, foi posta na ilegalidade, passando a exercer, a partir daí, suas funções clandestinamente. Em dezembro de 1965, a UNE foi extinta por um decreto-lei que revogou o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, que a reconhecia como entidade coordenadora e representativa dos estudantes de estabelecimentos de ensino superior do país.

Os discursos feitos no V Fórum Universitário realizados em outubro de 1964 revelam o pensamento educacional dos homens que participavam do governo. Suplicy de Lacerda explicitou claramente os objetivos de sua gestão:

Uma organização qualquer e, em especial, instituição tão marcadamente humana como é a universitária, só pode formar-se e em seguida evoluir se colocar na base, justamente, o homem, mas o homem suficientemente preparado e disposto a ser elemento basilar e não decorativo. Desta verdade elementar *partiu este Governo Revolucionário da República* para formatar a Universidade, *cuidando do elemento humano, disciplinando-o*, porque *não há vida universitária sem condição de propósitos sadios.*

O homem é o aluno e é o professor, juntos e não separados, unidos e não desentendidos em *lutas falsas de classes inexistentes.*

Inicia-se com a regulamentação legal dos órgãos de representação estudantil, já submetida ao Congresso Nacional, que visa a dar estrutura e garantir a dignidade permanente à vida do estudante como tal [...].

(BRASIL, 1964 apud SANFELICE, 1986, p. 76, grifos nossos)

Como resultado, ao final do ano de 1964, precisamente em 9 de novembro de 1964, foi promulgada a Lei nº 4.464, que se tornaria conhecida como a Lei Suplicy.

Como previam os seus articuladores, era necessário “disciplinar e regulamentar os órgãos de representação estudantil”.

A Lei nº 4.464/1964 dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e é composta por 22 artigos. Já no Art. 1º estabelece as finalidades dos órgãos de representação estudantil. Destacamos: “d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária”. Em nenhum momento aponta como finalidade e ações de cunho político, destaca apenas o princípio de complementação da formação universitária.

A Lei Suplicy estabelecia que os órgãos estudantis teriam por finalidade defender os interesses dos estudantes, mas vetava ações de caráter político-partidário e também paralisações estudantis. Em outras palavras, e na prática, a lei visava o controle, o esvaziamento ou a extinção do movimento estudantil. (MOTTA, 2014, p. 62)

No Art. 2º, a lei previa a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE).

São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.) em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional Estudantes (D.N.E.) com base na Capital Federal. (BRASIL, 1964)

Como aponta Motta (2014, p. 62), “a tentativa de viabilizar o DNE (e suas frações estaduais, os Diretórios Estaduais de Estudantes) redundou em completo fracasso, e o próprio governo extinguiu a entidade em nova lei, editada em 1967, que manteve apenas os diretórios centrais de estudantes e os diretórios acadêmicos como entidades [...]”. Previa ainda a lei:

Art. 10 – O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, *que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura* e que, no seu

âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preceitos gerais desta Lei.

§ 1º – Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os *períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.*

[...]

§ 3º – O *Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministro da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.* (BRASIL, 1964, grifos nossos)

Suplicy de Lacerda sugeriu a extinção da UNE, argumentando que “mesmo aqueles contrários à formação cristã e democrática dos brasileiros, (mas que não teriam) a faculdade de subverter as instituições nacionais ou submeter a pátria brasileira ao calvário do antiDeus” (SANFELICE, 2015, p. 255-256; BRITO, [s/d], p. 191-240).

Para Fávero (1994), um dos motivos da rejeição à Lei Suplicy, por parte dos estudantes, deveu-se ao fato de que ela desfigurava a legitimidade da entidade estudantil, ao criar órgãos contra a vontade dos estudantes com atuação limitada. A lei limitava o direito de autonomia, de organização interna, de livre manifestação de pensamento e de associação. A lei previa

o exercício do voto, para os alunos regularmente matriculados, era considerado obrigatório nas eleições dos Diretórios Acadêmicos. *Ficariam privados de prestar o exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, os alunos que não comprovassem haver votado no referido pleito.* Só seria elegível o aluno não repetente, não dependente de disciplinas e que não estivesse em regime parcelado. *Quando da realização de eleições, as mesmas deveriam ser acompanhadas por representantes da Congregação ou do Conselho Departamental.* (SANFELICE, 1986, p. 81, grifos nossos).

E no “Art. 5º § 3º – O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que

não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado” (BRASIL, 1964). O autoritarismo da lei também pressupunha: “Art. 9º – *A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus regimentos que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15*” (BRASIL, 1964, grifos nossos). Sobre o artigo 15:

Art. 15 – A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à Congregação ou ao Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes. Parágrafo único – O Conselho Federal de Educação poderá *delegar poderes de fiscalização* aos Conselhos Universitários. (BRASIL, 1964, grifos nossos)

A Lei Suplicy procurou “acabar com a participação política dos estudantes”, procurou destruir a autonomia e a representatividade dos estudantes, reduzindo a atuação do movimento estudantil, transformando os órgãos estudantis em entidades dependentes do Ministério da Educação.

Protestos e passeatas estudantis começaram em 1965 e ficaram mais intensos em 1966, o que colocou os estudantes no foco principal das agências de informação e segurança. As forças de repressão eram obcecadas com a ideia de que os professores faziam a cabeça dos alunos [...] daí a necessidade de afastar docentes esquerdistas das salas de aula. Entretanto, fontes da época mostram que a esquerdização da juventude era um processo mais complexo. (MOTTA, 2014, p. 62)

No Paraná, Stênio Sales Jacob, então presidente da União Paranaense dos Estudantes (UPE), relatou:

Nós aqui no Paraná sempre tivemos a preocupação, em toda a nossa atuação no movimento estudantil, de discutir profundamente com os estudantes. Nós conseguimos agilizar o movimento estudantil porque mantivemos um trabalho permanente de discussão com os estudantes em todo o Estado. Percorríamos as salas de aulas, e assim, foi, por

exemplo, na luta contra a introdução do pagamento de anuidades na Universidade Federal do Paraná. O Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, dentro do programa MEC-USAID, como ministro da educação introduziu a famosa Lei Suplicy, que eliminava a organização estudantil, extinguindo os centros acadêmicos e as uniões estaduais. Mas os estudantes conseguiram resistir, ignorando o Diretório Estadual de Estudantes e mantendo a UPE como sua entidade representativa máxima. (HELLER, 1988, p. 293)

Segundo Motta (2014, p. 73-74):

Flávio Suplicy de Lacerda conseguiu se tornar consenso negativo, atraindo críticas dos estudantes, da imprensa e até dos americanos, aliados de primeira hora do governo Castello Branco. Suplicy mostrou-se muito empenhado na repressão, mas até aí sua “obra” foi precária, pois o projeto de criar entidades estudantis mais dóceis, ou “democráticas”, no jargão do governo (o DNE e os DEEs), naufragou completamente. Seu estilo rústico chocou os diplomatas americanos, que apoiavam a tentativa do governo de criar líderes estudantis “democráticos”, a ponto de financiar viagens de jovens para os Estados Unidos com este fim. A maneira como Suplicy lidava com os líderes estudantis parecia inadequada para alguém em cargo de responsabilidade. Por exemplo, *em reunião pública com estudantes fiéis ao novo regime, em novembro de 1965, ele os teria estimulado a invadir as sedes da União Estadual dos Estudantes (UEE) e centros acadêmicos controlados pela esquerda*. Segundo o comentário de um diplomata, a credibilidade de Suplicy atingia nível tão baixo que nem causava mais estranheza tamanha manifestação de inabilidade. Como poderia um homem de governo responsável pelo cumprimento das leis estimular jovens a fazer “justiça com as próprias mãos”, perguntou-se o diplomata.” (grifos nossos)

Segundo Sanfelice (1986, p. 89), Suplicy de Lacerda, em entrevista ao *Diário de Notícias*, de 13 de agosto de 1965, afirmou:

[...] ter encontrado a universidade com agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes. Quanto à implantação da lei que

disciplinava os universitários, ele disse que a simples história do assunto estava a demonstrar que havia colônias de vírus entre os estudantes a ameaçar o futuro do povo inteiro. Ainda segundo o ministro Suplicy de Lacerda, não era a lei em si que tinha importância capital, mas o pretexto da lei para se continuar a subversão nos meios universitários, “garantindo-se, assim, a contrarrevolução capitaneada por ladrões que fugiram da polícia, por corruptos e corruptores e por comunistas de várias tonalidades”. (SANFELICE, 1986, p. 89)

O editorial do *Correio da Manhã*, de 1º setembro de 1965, de autoria de Otto Maria Carpeaux, destacava:

Desconhecendo o movimento estudantil internacional, assim como desconhece o movimento estudantil nacional, o Sr. Flávio Suplicy de Lacerda declarou que não tolerará e não existirá movimento político nas universidades brasileiras, porque os estudantes seriam os homens de amanhã, mas Nós (plural majestático do Sr. Suplicy de Lacerda) “somos os homens de hoje”.

Os estudantes, acha, não se deveriam ocupar com política, mas estudar. Para tanto, oferece-lhes a recusa peremptória de fazer a reforma universitária que assim como o movimento estudantil, é assunto de uma movimentação internacional, que o Sr. Suplicy de Lacerda também parece desconhecer.

Desconhecendo, também, a etimologia da palavra UNIVERSIDADE, que implica o sentido UNIVERSAL, o Sr. Suplicy de Lacerda pretende transformar as escolas superiores em “centros regionais de cultura”. Para reestruturá-las nesse sentido, acaba de chamar técnicos norte-americanos, isto é, pessoas que ignoram tudo das regiões brasileiras. Para que esses técnicos não percam o seu tempo com os assuntos de que não entendem nada, poderiam pelo menos esclarecer o Sr. Suplicy de Lacerda acerca de coisas que sabem muito bem, mas que o Sr. Suplicy de Lacerda não quer saber nada, isto é, sobre o movimento político nas universidades americanas. (BRITO, [s/d], p. 208 apud SANFELICE, 1986, p. 90)

O editorial não deteve os atos repressivos do regime militar – as entidades estudantis foram fechadas e os estudantes foram perseguidos, presos e torturados.

O primeiro congresso da UNE, realizado após o golpe civil-militar, ocorreu em julho de 1965, tendo como principal tema o repúdio à Lei Suplicy. A UNE organizou, no dia 16 de agosto, o Dia Nacional de Repúdio⁴ à Política do Ministro da Educação e, no mesmo ano, 92,5% dos estudantes manifestaram-se contra a Lei Suplicy em um plebiscito estudantil nacional (MARTINS FILHO, 1987).

Em janeiro de 1966 Suplicy de Lacerda passou o cargo a Pedro Aleixo, sendo reconduzido à reitoria da UFPR em 1967.

4.4 O EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO RETORNA À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

O regime militar nos primeiros meses de 1964, como mencionamos, dedicou-se a fazer a “limpeza” nas instituições universitárias na tentativa de eliminar os inimigos da “Revolução”, o que resultou em prisões, demissões de docentes, violência, exílio e perseguições de estudantes e professores. O segundo passo era promover a chamada “modernização” das universidades, ou dito de outra forma, promover a Reforma Universitária.

Essa reforma previa a extinção da cátedra e o enfraquecimento das faculdades tradicionais, e o ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda “figurava entre os céticos à ideia de reforma. Exatamente por isso sua gestão, que terminou em 1966, pouco foi encaminhado na direção das reformas, sendo ele lembrado mais pelas ações repressivas” (MOTTA, 2014, p. 70).

Nos anos iniciais do golpe de 1964, o MEC “contratou como consultor Rudolf Atcon, personagem que ficou quase tão célebre quanto a Usaid (Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional) nas denúncias anti-imperialistas” (MOTTA, 2014, p. 77). Atcon foi contratado para fazer um diagnóstico nas universidades brasileiras e formulou um relatório propondo um conjunto de mudanças nas universidades.

As sugestões seguiam a mesma linha que os consultores da Usaid iriam propor: centralização administrativa, profissionalização da gestão das universidades, criação de departamentos, maior autonomia em relação ao Estado, diversificação das fontes de recursos, investimento em campi universitários, entre outras medidas (MOTTA, 2014, p. 77).

Entre as várias ações que seriam desencadeadas para efetivar a Reforma Universitária, temos a privatização das universidades, que vigorava como uma das mais importantes. A equipe econômica do Governo Castelo Branco estava dedicada a conter os “gastos” públicos e as propostas de cobrança das mensalidades dos estudantes universitários, que era a melhor alternativa prevista pelos técnicos e empresários aliados ao regime militar. A proposta de privatização das universidades foi incluída na Constituição de 1967, quando foram incluídos mecanismos que tornassem possível a cobrança de contribuições pelas universidades públicas, e também a desvinculação da União do compromisso com gastos mínimos em educação. (MOTTA, 2014)

Os protestos dos estudantes tornaram-se mais intensos entre 1967 e 1968, sobretudo com foco nas denúncias decorrente do acordo MEC-USAID.

A clandestina UNE convocou para o dia 2 de junho de 1967 uma jornada de lutas contra os acordos MEC-Usaid, e milhares de estudantes responderam ao apelo indo às ruas. [...] Em maio de 1968, as manifestações estudantis se intensificaram. Com o aumento dos confrontos, a temática antiamericana foi substituída na pauta principal pela denúncia da violência repressiva, sobretudo depois da morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em março, no Rio de Janeiro. (MOTTA, 2014, p. 96)

O movimento estudantil paranaense nos dias 30 e 31 de março de 1968 realizaram um grande protesto contra a morte do estudante Edson Luís. Outros protestos foram realizados naquele ano: de acordo com o relatório da DOPS (relatório de 8 de abril de 1968), no dia 2 de abril de 1968, houve uma assembleia no restaurante do DCE, com 600 estudantes, cujo protesto destacava a falta de verba para o restaurante. Seis dias depois, o restaurante foi invadido pela Polícia Militar, e o reitor Suplicy de Lacerda negou as verbas para o restaurante.

A repressão aos estudantes caminhava para um confronto mais intenso, quando o reitor Suplicy de Lacerda anunciou o pagamento da mensalidade para o curso de engenharia do ano de 1968. Segundo Stênio Sales Jacob: “O então reitor, Flávio Suplicy de Lacerda, tentando desmobilizar o movimento, introduziu o processo de pagamento de anuidades para os calouros de 1968. Os veteranos não pagariam nenhuma taxa. Uma estratégia inteligente, do ponto de vista deles, mas nós reagimos imediatamente” (HELLER, 1988, p. 293).

No dia 12 de maio de 1968, domingo, seria realizado a vestibular. Stênio Jacob relatou que havia um intenso aparato policial: “[...] Estávamos em número inferior

à polícia e ninguém estava preparado para enfrentar a situação. Estava lá a cavalaria, policiais com sabres e nós com estilingues, bolinhas de vidro e rolhas, o que dificultava a movimentação dos cavalos” (HELLER, 1988, p. 294-295).

A resistência ficou conhecida mundialmente em razão da premiação de uma foto que foi publicada na *Tribuna do Paraná*, que resultou no Prêmio Esso, do estudante José Ferreira Lopes, o *Zequinha prêmio Esso*, em que um estudante com apenas um estilingue enfrenta a cavalaria.

Sobre a cobrança de anuidade, o Reitor Flávio Suplicy de Lacerda declarava: “A cobrança de anuidades é um preceito constitucional. Impedir seu cumprimento é crime. Os estudantes coagidos a não pagar, poderão fazê-lo até o dia 30 do corrente, mediante cheque visado ao Reitor, escrevendo no verso do cheque o nome do estudante. A remessa será pelo correio, sob registro. Estudante não beneficiado com a gratuidade, que não efetuar o pagamento dentro do prazo previsto, não fará exames [...]” (*Diário Popular*, 14 de maio de 1968). (SZESZ; LEITE, 2014)

No dia 14 de maio de 1968, os estudantes tomaram a reitoria da UFPR, derrubaram o busto do reitor Suplicy e arrastaram a imagem pelas ruas em marcha contra a universidade paga. Stênio Jacob mencionou:

Tratamos dos detalhes para a ocupação da reitoria, sabendo que o governo ia jogar a sua força policial no Politécnico e que a reitoria estaria disponível. Quando saímos do Danc pela manhã e fomos para a praça Santos Andrade, cada um já tinha dito ao seu grupo o que fazer. Ocupamos a reitoria, fato que teve repercussão nacional. (HELLER, 1988, p. 295)

E ainda segundo Jacob: “a única coisa que fizemos, por não concordar com a homenagem a um cidadão que defendia a ditadura e o acordo MEC-Usaid, foi a derrubada do busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda” (HELLER, 1988, p. 296).

O protesto⁵ repetiu-se em 1º de abril de 2014. Transcrevemos a nota oficial sobre a derrubada do busto do reitor Suplicy de Lacerda, elaborada pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça da UFPR (NOTA..., 2014).

A derrubada do busto do ex-Reitor da UFPR e ex-ministro da Educação do regime militar Flávio Suplicy de Lacerda, no dia 1º de abril, quando se completaram 50 anos do golpe civil-militar que instaurou uma ditadura sanguinária no Brasil, insere-se no contexto do movimento de revisão da história oficial, de recuperação da verdade e da memória e de estabelecimento da justiça. Data marcada por extensas manifestações país a fora, organizadas pelos movimentos sociais e organizações políticas.

É a segunda vez que o busto de Suplicy é derrubado e arrastado pelas ruas de Curitiba. A primeira foi em maio de 1968. Porque Suplicy não era um qualquer. Foi o protagonista principal do acordo MEC-Usaid, que objetivava a instalação do ensino pago no país, e o promotor do sufocamento das entidades estudantis, através da lei Suplicy nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Chegou a ministro como homem de absoluta confiança dos generais ditadores. Por isso, tem todas as credenciais para merecer o repúdio dos estudantes e de todos os que têm a democracia como valor e não como mero discurso retórico.

O Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça manifesta sua irrestrita solidariedade aos jovens que promoveram a segunda derrubada do odiado busto, iniciativa organizada pelos jovens mobilizados pelo Levante Popular da Juventude. Entendemos que os símbolos da ditadura devem ser, para sempre, banidos e exilados para museus e memoriais, para que nunca se esqueça a tragédia que acarretaram para o Brasil e para os brasileiros.

As manifestações dos estudantes, seja em 1968 ou em 2014, não podem ser entendidas como vandalismo; ao contrário, constituem-se em ato político de manifestação de descontentamento dos estudantes.

A comunidade acadêmica da UFPR, desde abril de 2014, tem discutido os rumos do busto/monumento do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, ou seja, se recoloca ou não o busto no seu lugar de origem. Em 25 de maio de 2017, o Conselho Universitário da UFPR aprovou o relatório da conselheira Vera Karam de Chueiri que prevê a criação do Museu do Percurso como lugar de memória, que registrará lugares de repressão e de resistência, sendo eles: “1) marco na sede José Munhoz de

Mello; 2) recolocação do busto do Professor Flávio Suplicy de Lacerda; 3) marco nas proximidades do Ed. Dom Pedro II, referente à resistência estudantil em maio de 1968 e 4) e colocação do busto do Professor José Vieira Netto.” (Resolução nº 07/17-COUN-UFPR)⁶

História e memória foram as categorias utilizadas pela professora Vera Karam de Chueiri para o desfecho desse segundo episódio de retirada do busto do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, conforme:

História e memória também são categorias em disputa. [...] É, ainda, sobre a responsabilidade de tomar a história pela fratura, de forma que a suspensão e a imprevisibilidade dos acontecimentos qualifiquem o presente e, nessa dobra, o passado se torne acessível e se possa fazer alguma coisa com ele.

O relatório foi aprovado por unanimidade.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ministro da Educação entre abril de 1964 e janeiro de 1966, Flávio Suplicy de Lacerda ficou mais conhecido pelos atos repressivos colocados em curso nos anos iniciais do regime militar do que pelo tradicionalismo conservador na resistência da reforma universitária, que seria colocada em prática nos anos posteriores. Suplicy acumulou a função de reitor da UFPR até 1968 com a de membro do Conselho de Educação e, em 1971, deixou a reitoria, aposentando-se como reitor agregado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 fev. 1964. Disponível em: <<http://bit.ly/2qsrzqc>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BRITO, S. Documentário: a crise entre estudantes e o governo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [s.d.]. v.3, p. 191-240.

⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2wb5YUr>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

- CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.
- FÁVERO, M. L. A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.
- HELLER, M. I. *Resistência democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MANSAN, J. V. O ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). *Militares e Política*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 76-99, jul/dez. 2010.
- MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.
- MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- MOTTA, R. P. S. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 9-39, maio/ago. 2016.
- NOTA oficial sobre a derrubada do busto de Suplicy Lacerda. *Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça*, Curitiba, 7 abr. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2uRgwK3>>. Acesso em: 13 maio 2017.
- SANFELICE, J. L. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. *Revista Simbio-Logias*, Botucatu, v. 8, n. 11, p. 127-143, dez. 2015.
- SANFELICE, J. L. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 357-378, set/dez. 2008.
- SANFELICE, J. L. *Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.
- SZESZ, C. M.; LEITE, R. L. O maio de 1968 na UFPR – Parte 1. *A Rede*, Paraná, 11 abr. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2pXEvRf>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

Colaboraram com este texto:

Maria Aparecida Blanco de Lima

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Angelo Aparecido Piori

Jefferson de Oliveira Sales

Raquel de Souza Ferreira Osowski

Mauro Domingues dos Santos

5. O PAPEL DAS IGREJAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

5.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho foi escrito com base no texto “Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs”, da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014); nas entrevistas dadas ao projeto “Depoimentos para a História – a resistência à ditadura militar no Paraná”, do Instituto DHPAZ;¹ documentação coletada pelo Grupo de Trabalho “Operação Condor”, da CEV-PR e pelo Centro de Pesquisa “Documentos Revelados” (periódicos e alguns arquivos do DOPS, Aesi de Itaipu); documentos do Acervo “Brasil Nunca Mais” (IPM sobre estudantes em 1964) e nos dos depoimentos de clérigos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), concedidos à CEV-PR, e complementado por pesquisa acadêmica. O trabalho, é importante ressaltar, não tem a mesma estrutura e profundidade das pesquisas desenvolvidas por um GT de uma CEV. Não obstante, como “texto temático” amplia elementos desenvolvidos por um ou mais grupos de trabalhos desta edição.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira tratou-se da atuação de setores da ICAR que apoiaram o golpe. Na segunda parte, subdividida em dois tópicos, aborda integrantes da IECLB e ICAR que atuaram na resistência à ditadura civil-militar instalada a partir de 1964. Todas as ações das diferentes frações da ICAR e da IECLB em relação ao golpe e à ditadura, como demonstram os documentos, depoimentos e entrevistas utilizadas, inserem-se no complexo contexto político pelo qual passava a América Latina: “Guerra Fria”, governos populares ou populistas, golpes militares etc. A esses fatores somaram-se “questões do mundo moderno”, identificadas como profundas transformações do período: desde maio de 1968 na

1 Trata-se do trabalho desenvolvido pela “Sociedade DHPAZ – Direitos Humanos para a Paz”, pelo projeto “Depoimentos para a História – a resistência à ditadura militar no Paraná”. Neste texto, consideramos “depoimento” quando uma pessoa presta declarações mediante audiências ou reuniões públicas da CEV-PR. O termo “entrevista” é usado para as declarações que foram feitas a colaboradores da CEV-PR, produzidas pelo DHPAZ ou recolhidas de outras fontes (sejam acadêmicas, jornais etc.).

França, que se espalhou por vários países; o movimento pelos direitos civis contra o racismo nos Estados Unidos, entre outros (BOFF, 2011; KUZMA, 2009).

Tendo em vista tais premissas, sem a pretensão de esgotar a questão da participação de religiosos no golpe e durante a ditadura civil-militar, construímos este trabalho analisando especialmente os depoimentos e entrevistas que serão a seguir elencadas.

5.2 A EXTREMA DIREITA CATÓLICA NO APOIO AO GOLPE CIVIL-MILITAR NO NORTE PARANAENSE

Inicialmente, é importante reconhecer que as altas cúpulas da ICAR e da IECLB colaboraram para criar o clima de tensão que levou a diversos golpes militares na América Latina. No Brasil não foi diferente. Como registrado no relatório da CNV (BRASIL, 2041), o alto clero de diversas confissões religiosas participaram ativamente das articulações que determinaram o golpe civil-militar de 1964. Particularmente, no que se refere à ICAR, destaca-se o papel de bispos integralistas envolvidos na fundação e, até os dias de hoje, na manutenção da organização de extrema direita católica, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Não se pode afirmar que grupos extremistas eram hegemônicos quando a ICAR apoiou o golpe, porém é certo o incentivo de sua cúpula à quartelada e à ditadura civil-militar em seus primeiros anos. Tal fato, entretanto, não significa que inexistiram grupos contrários no interior das organizações e confissões religiosas. No Paraná houve segmentos da ICAR que, além de apoiar o golpe, colaboraram na repressão aos que o Estado ditatorial considerava “subversivos” ou “comunistas”. O caso mais conhecido de atuação militante da ICAR ocorreu no norte paranaense, conforme registram jornais de época e entrevistas, com ataques a sindicatos de trabalhadores rurais, considerados “subversivos” ou cujos dirigentes eram considerados “comunistas”. Entre os integrantes do clero que apoiavam e até coordenavam essas ações destacou-se o Padre Osvaldo Rambo (conhecido como Padre Rambo) que, em entrevistas recentes (SILVA, 2006), narrou alguns casos em que participou, sendo que, entre eles, está uma ação planejada para impedir uma reunião sindical em São Jorge do Ivaí, que iria ocorrer no início dos anos 1960 (teria dito: “Faz favor, ninguém leve arma, nem revólver, nem faca! Pode levar uns porretinhos de pau... Pode levar!” (SILVA, 2006, p. 252). Saliente-se que as ações da ICAR na região não se limitaram a pequenos eventos, mas também foram direcionadas a situações massivas, como ocorreu na tentativa de impedir a realização do II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná em Maringá em 1961, quando se procurou

impedir de todas as formas que o Congresso dos trabalhadores não pudesse acontecer. Desde a habitual acusação de “comunistas” de pedidos à polícia e aos poderes públicos constituídos, no sentido destes impedirem a realização do Congresso. Em relação ao ataque ao Congresso: “Segundo os jornais *Folha de Londrina* e *Terra Livre*, esses [2 mil manifestantes] eram estudantes das escolas católicas de Londrina, Maringá e Apucarana, que através de ônibus fretados pelas dioceses, foram deslocados para Maringá com intuito de protestarem contra a realização do II Congresso” (PRIORI, 1996, p. 89-90).

Falhada a tentativa de impedir o início do encontro, buscou-se agir de forma mais agressiva. Numa de suas entrevistas, Padre Rambo recordou o episódio:

Um grupo de marianos [integrantes da Congregação Mariana da ICAR] já foram [...] na frente [do local] da reunião deles, já começaram a [...] mexer com eles, a incomodá-los, atirando pedras pra dentro [do local em que ocorria a assembleia do sindicato] vaiando, gritando. E foi juntando sempre mais[...] Eles estavam já cheios de instinto combativo [...] pra combater os comunistas [...] já levados pela nossa orientação anterior [...] e a motivação toda para nossa reunião e fundação da Frente Agrária[...] e começou a dar discussões [...] os de dentro [...] baixavam as portas [...] e os de fora com paus em cima, batendo, atirando pedras [...] Eles não conseguiram mais fazer a reunião lá dentro [...] não havia como. Mas sair pra rua, ficaram todos com medo [...] e com isso a reunião estava estragada! (SILVA, 2006, p. 240).

Segundo Silva (2006), o ataque foi feito por centenas de pessoas levadas à cidade de Maringá por fazendeiros e pela Igreja Católica, para se manifestarem contra o congresso sindical promovido pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), cujas lideranças eram acusadas de ser comunistas. Segundo fontes e notícias de jornais de época, ocorreram também casos de agressão física a lideranças sindicais, ameaças, queima de sindicatos, entre 1962 e 1964. Destaca-se o fato de que, como declarado pelo Padre Rambo, os agressores agiram muitas vezes sem se preocupar em esconder suas identidades, com a justificativa de afastar o perigo comunista (PRIORI, 1996; PRIORI et al., 2012; PRIORI; BRITO, 2017; SILVA, 2006). Ressalte-se que tal forma de agir fazia parte do *modus operandi*

da TFP, a qual teve, como um de seus fundadores e dirigentes máximos, o integralista e bispo de Jacarezinho à época, Dom Geraldo de Proença Sigaud, ativo apoiador do golpe e da ditadura.²

Em 1964, nas semanas que antecederam e seguiram-se à quartelada ocorreram vários ataques violentos a sindicatos rurais no norte paranaense. Muitos sindicatos foram incendiados, como em Nova Esperança, Astorga, Cianorte, Terra Roxa e Mandaguari. Em relação a tais fatos, ressaltamos a entrevista, feita pelo sociólogo Osvaldo Heller da Silva, com Onofre Pimenta (ex-presidente do sindicato de Nova Esperança), que afirmou que o “presidente da Congregação Mariana” na época, Osmar Sarajoto, incentivou publicamente a depredação da sede daquele sindicato (SILVA, 2006, p. 281).³ Em Curitiba, como declarou Padre Paulo Botas no seu depoimento à CEV-PR, também ocorreram ações religiosas promovidas por grupos do ICAR em apoio ao golpe de 1964. Houve, inclusive, um manifesto, publicado no jornal *O Estado do Paraná*, em 1º de maio de 1964, assinado por vários bispos, entre eles Dom Geraldo Micheletto Pellanda, Dom Manuel da Silveira d’Elboux, Dom Antônio Mazzarotto (bispo de Ponta Grossa), Dom Geraldo Fernandes (bispo de Londrina), Dom Jaime Luiz Coelho (bispo de Maringá), em apoio ao golpe militar (KUNHAVALIK, 1999, p. 108-109). Em Curitiba também ocorreram ações de grupos ligados à TFP, com as famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, promovida pelo Arcebispo de Curitiba Dom Manuel da Silveira d’Elboux (CODATO; OLIVEIRA, 2004), contando com a participação do governador Ney Braga.⁴ As marchas, coordenadas por clérigos e leigos católicos, em favor do golpe e depois em comemoração ao golpe civil-militar ocorreram em diversas cidades, inclusive no interior do Paraná (PRIORI; BRITO, 2017).

Como veremos a seguir, pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra, reprimidos com apoio da ICAR no norte paranaense, contaram anos depois, no oeste e sudoeste do estado, com apoio de clérigos da IECLB e da ICAR para proteger seus direitos.

2 Conferir Silva (2006, p. 223), *Jornal do Brasil*, 24 jul. 1968 e *Jornal do Brasil*, 31 out. 1968.

3 Ressalte-se que esses relatos constam de mais de sessenta entrevistas coletadas pelo professor do curso de pós-graduação em Sociologia da UFPR, Osvaldo Heller Silva (2006, p. 422).

4 Depoimento de Padre Paulo Botas à CEV-PR, 2016.

5.3 INTEGRANTES DO CLERO QUE SE OPUSERAM À DITADURA CIVIL-MILITAR NO PARANÁ

Considerados os depoimentos e entrevistas coletados, a maior influência teológica do clero protestante e católico vai se dar com a Teologia da Libertação, que preconizava a ligação do ministério religioso com os movimentos populares, a ampliação da democracia e a superação de desigualdades sociais (KUZMA, 2009). Como levantou a CNV, a adoção dos referidos princípios levou seus adeptos, em diversos países latino-americanos, a serem considerados “subversivos”, “comunistas”, alvos, portanto, de perseguição política (sobre este aspecto consultar GT “Operação Condor”). Além das preocupações morais e éticas em relação à superação de desigualdades sociais, essas teologias se caracterizavam por uma proposta profundamente ecumênica. O fundamento deste “ecumenismo”, segundo constatou o texto temático da CNV citado, estava umbilicalmente associado

com engajamento social, especialmente, aqueles vinculados ao movimento ecumênico, eram identificados pelos agentes do sistema como inimigos da nação. Protestantes e o movimento ecumênico estiveram sob constante investigação das agências de inteligência, com base na compreensão de que tinham poder de disseminação de ideias contrárias à Doutrina de Segurança Nacional (BRASIL, 2014, p. 173).

No que se refere à ICAR, a CNV elencou diversas organizações que atuaram em oposição à ditadura. Entre as citadas, segundo depoimentos e entrevistas aqui analisados, algumas contavam com a participação de paranaenses, a exemplo da Ação Popular (AP), Juventude Católica (JUC), Movimento Popular de Libertação (MPL), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento de Educação de Base (MEB). A atuação dessas organizações consistiu em práticas diretas de resistência, apoio logístico a presos e perseguidos políticos e na colaboração para a mobilização popular contra a repressão. Ressalte-se que, como destacaram diversos depoimentos, havia parte do clero, tanto da ICAR quanto da IECLB, que, embora não fossem adeptos das concepções teológicas citadas, também atuaram em defesa de perseguidos, presos políticos e em prol dos valores democráticos.

5.3.1 DEPOIMENTO DO PASTOR GERNOTE KIRINUS

A ditadura acabou magicamente? Para mim isso não existe. O fascismo [...] ele não acaba assim. Os paradigmas não morrem da noite

para o dia, eles continuam vivos nas pessoas [...] Nós estamos vivendo uma crise muito semelhante à crise política que depôs o governo de João Goulart. O João Goulart caiu não por causa da corrupção, dos erros, ele caiu justamente pelos acertos, pela reforma de base.

Iniciando seu depoimento à CEV-PR em 2016, Kirinus declarou que começou sua “militância religiosa” no seminário da Igreja Luterana do Morro do Espelho, vizinho ao Seminário Teológico Jesuíta do Cristo Rei, da ICAR, ambos localizados em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Nesse período (1968-1970), tendo em vista os movimentos teológicos supracitados, particularmente no que se refere ao ecumenismo e comprometimento com lutas populares na América Latina, parte dos seminaristas protestantes e católicos estabeleceram profícua relação. Devido a tal convivência, ainda no seminário, Gernote conheceu Frei Betto, um dos expoentes da Teologia da Libertação que frequentava o Seminário Teológico Jesuíta do Cristo Rei (DHPAZ..., 2014; MEZZOMO, 2008, p. 287).

No final da década de 1960 e início da seguinte, os temores do grupo formado por Kirinus se concretizaram. Ocorreram prisões dos frades dominicanos, causando temor ao conjunto do clero vinculado às correntes teológicas aqui referidas e que, em conformidade com seus princípios, apoiavam grupos que resistiam à ditadura civil-militar, inclusive fazendo críticas públicas ao sistema. Com o agravamento da repressão, após 1968, os seminaristas estavam cientes dos perigos que corriam, notadamente no seio das próprias igrejas. Segundo Kirinus, como medida de segurança, todos os envolvidos com essas linhas teológicas citadas passaram a adotar codinomes para dificultar a identificação em caso de prisões, monitoramento de correspondências etc. – o codinome de Kirinus era “Taquara” (DHPAZ..., 2014). Nesse contexto, segundo o pastor, o grupo que integrava formou um “movimento de direitos humanos”.

No que se refere ao seminário luterano, além da formação religiosa para atuar nas comunidades, houve colaboração para proteger perseguidos políticos do regime. No depoimento à CEV-PR em 2016, Kirinus recordou que os seminaristas tinham uma rota de fuga, via Uruguaiana, para o Uruguai. Foi através dessa rota que conseguiram levar diversos “refugiados políticos [...] vestidos de capuchinhos” e que, após ultrapassarem a fronteira, não voltavam. Complementando essa informação, em entrevista ao DHPAZ, o registro de que parte desses refugiados dirigiam-se ao Chile (DHPAZ..., 2014). Com a radicalização da perseguição, parte do grupo que Kirinus integrava optou por manter sua militância na clandestinidade e outra parte acabou estabelecendo um autoexílio. O pastor optou pela segunda saída e dirigiu-se

ao Peru, onde trabalhou com “educação de base” e conheceu Gustavo Gutierrez (líder da Teologia da Libertação naquele país), aprofundando sua formação intelectual e prática, tendo em vista que a “educação de base” era a principal sustentação das “comunidades eclesiais de base”, metodologia mais conhecida de organização popular preconizada pelos princípios teológicos citados (MEZZOMO, 2008, p. 287).

Ainda na primeira metade da década de 1970, com a troca de comando na ditadura, por acreditar que o ambiente era mais seguro, Kirinus voltou ao Brasil, assumindo, em 1975, atividades como pastor no que é atualmente o município de Entre Rios do Oeste – na época pertencente a Marechal Cândido Rondon, oeste paranaense (DHPAZ..., 2014; MEZZOMO, 2008). A região vivia um contexto de tensão, associando conflitos fundiários e o fato de que os municípios limítrofes com fronteiras internacionais (entre eles, Marechal Cândido Rondon) haviam sido declarados pela ditadura civil-militar como “áreas de segurança nacional” e não tinham eleições para prefeitos, sendo estes nomeados pelo ditador de plantão – no Paraná, os municípios de Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Perola d’Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu (ZAGO, 2009, p. 51). Em entrevistas concedidas ao historiador Frank Antonio Mezzomo (2008) e ao DHPAZ (2014), o pastor afirmou que criticou a situação publicamente desde sua chegada ao município. Kirinus ressaltou ainda que, na mesma região, exerciam suas funções religiosas antigos companheiros de seminário adeptos do mesmo pensamento teológico, como é o caso de Kurt Hattje, que exercia suas funções pastorais no atual município de Pato Bragado, na época pertencente ao mesmo município em que atuava Kirinus.⁵ O fato de esses religiosos serem adeptos das teologias consideradas subversivas e estarem ligados à fundação de entidades de agricultores consideradas subversivas, fez com que acabassem qualificados pelos órgãos de repressão como “subversivos”, conforme inclusive registra a documentação do Batalhão de Fronteira do Exército, citando os pastores Kurt Hattje, Gernote Kirinus e, como veremos a seguir, Werner Fuchs. Segundo Kirinus, a presença do clero vinculado à Teologia da Libertação em um contexto tenso – conflitos fundiários, violação de direitos políticos e impactos da Itaipu – envolveu-os, assim como os não simpatizantes daquela teologia, com movimentos reivindicatórios da população rural. Um desdobramento disso foi a criação da primeira regional da CPT no estado, da qual Kirinus foi dirigente, como declarou:

5 Na entrevista Kirinus cita Maedche, Uwe Wegner, Edgar Ravache e Kurt Hattje (MEZZOMO, 2008, p. 287).

Geograficamente a CPT [Comissão Pastoral da Terra] estava localizada onde ela tinha oportunidade de preencher sua função historicamente prevista. [...] Os movimentos populares nascem a partir da consciência de uma determinada classe social ou segmento populacional circunscritos historicamente. Acabam se desenvolvendo nas frestas ou aberturas que encontram na estrutura das instituições oficiais, seja a Igreja, o sindicato ou o partido político. Na época do movimento dos expropriados da Itaipu, a Igreja Luterana e a Igreja Católica tinham um pequeno núcleo de sacerdotes progressistas no oeste e sudoeste do Paraná, aos quais já me referi anteriormente (MEZZOMO, 2008, p. 288-292).

Tendo em vista a importância da atuação da CPT na região, é necessário esclarecer o contexto no qual foi criada em nível nacional, a partir de diretrizes definidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e em encontro realizado em 1975. Nessa oportunidade, foram definidas tarefas especialmente relacionadas à promoção e defesa dos direitos da população rural excluída, cabendo a cada “Diocese e Prelazia” ou “conjunto de Prelazias” comprometer-se com tarefas relacionadas à questão agrária, notadamente com o cumprimento do Estatuto da Terra. Essa diretriz ligava-se ao compromisso assumido pela CNBB, definido no mesmo encontro, como

empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso País, dando cumprimento ao espírito e letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições sociais que trabalham por este mesmo objetivo. [...] Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural procurando divulgá-los de forma popular. [...] [Que] cada Diocese e Prelazia ou conjunto de Prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte: [...] 3.1 Organizar uma assessoria jurídica para tudo o que se refere aos problemas da terra [isto é, fundiários] e dos trabalhadores rurais (CPT, 2017).

A partir do momento em que assume integralmente as tarefas da CPT (criada na região em 1977) o pastor desvinculou-se de suas atividades no púlpito. Na nova função tomou conhecimento aprofundado dos conflitos fundiários coletivos na região, realizando levantamentos para defender direitos dos camponeses afetados e

requerer, através da CPT, providências. A partir dessa orientação, diversos conflitos foram tornados públicos, alguns com alto grau de violência, que persistiram por muitos anos. Os exemplos dados pelo pastor foram a Fazenda Rimacla e a localidade de Ponte Queimada, ambos no município de Santa Helena, com violentos conflitos entre 1960 e 1972, reavivando-se no início dos anos 1980 devido à atuação de movimento pela reforma agrária⁶ (SILVA, 2015). Sobre este caso e outros é ilustrativo o depoimento do pastor Werner Fuchs à CEV-PR em 2016:

o rio apareceu manchado de sangue, corpos boiando e tudo. Depois, na época já do MASTRO, eles identificaram áreas que poderiam ser desapropriadas e uma delas era aquela Fazenda Aparecida, Nossa Senhora Aparecida em Matelândia. Que encosta na Ponte Queimada pela qual também passou a Coluna Prestes, então eles viram que tinham posseiros lá dentro, e eles mesmos [posseiros] relataram então [...] histórias desses posseiros, o que eles já sofreram que eles já tinham sido despejados de outros lugares. Então, nesse sentido, assim... Sempre a situação precária.

Em depoimentos à CPI do Sistema Fundiário no Congresso Nacional, o bispo Dom Agostinho Sartori (Palmas-PR) e o pastor Kirinus ressaltam ainda mais essas questões, utilizando dados do livro-relatório *Terra*, com levantamentos de diversos conflitos. Retomando os conflitos fundiários, Kirinus recorda em seu depoimento à CEV-PR:

Nós fomos convocados pelo deputado federal Euclides Scalco do MDB. Criou-se a CPI da Terra em Brasília, no Congresso Nacional. Incentivada pelos bispos do Acre e os bispos do Norte e Nordeste [do Brasil] para investigar as questões o problema de posseiros, as matanças de posseiros e de índios etc. [...] fizemos um levantamento em todo o Paraná, em Assis Chateaubriand e encontramos a situação da Colonizadora Norte do Paraná. O vice-governador na época era Otávio Cesário, e ele era um advogado e era da colonizadora, a gente estava denunciando as mortes. Têm fotografias que nós conseguimos pegar nos arquivos do Fórum de ranchos queimados, de pessoas

6 Para mais detalhes consultar o Capítulo 5 do volume 1 deste relatório.

em cima de esteiras pra serem queimadas, corpos, cadáveres. Tem uma série de fotografias horripilantes da chacina que foi feita (Pastor Kirinus, depoimento à CEV, 2016).

Segundo Relatório final dessa CPI, publicado em 1979, os religiosos denunciaram

violências que vêm sendo praticadas por grupos econômicos, em decorrência da venda ilegal de terras, sendo que os maiores conflitos têm ocorrido nos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand, bem como na região noroeste do Estado. Uma das empresas acusadas de envolvimento nesses conflitos é a Colonizadora Norte do Paraná S.A., de propriedade do Senhor Oscar Martinez, acusada ainda de praticar escravidão branca na Fazenda Padroeira do Brasil, município de Matelândia. O grupo Coopersucar [Coopersucar ou Grupo Atalla], que domina quase totalmente o município de Porecatu, também foi acusado de escravidão em suas terras. Entre outras regiões em conflito, foram citadas a Gleba Areia Branca do Tucum, de propriedade do Desembargador Rocha Loures, no Município de São Pedro do Paraná; gleba São Pedro/Toledo, no Município de Assis Chateaubriand, onde existe um angustiante problema de terras entre o Banco do Estado do Paraná e o Senhor Antônio Padovani; gleba Tupassi, no Município de Assis Chateaubriand, onde há vários anos a Colonizadora Norte do Paraná vem cometendo irregularidades, motivo pelo qual já foi notificada pelo INCRA e teve ameaçado de cassação o seu registro. Os depoentes ainda teceram comentários sobre os problemas que advirão com a construção da Hidrelétrica de Itaipu (BRASIL, 1979, p. 79).

As afirmações de Kirinus, em depoimento à CEV-PR e do bispo Dom Agostinho (à CPI) em relação a Cesário, Martinez, à Colonizadora Norte do Paraná, Coopersucar e ao desembargador Rocha Loures, são respaldadas por diversas fontes nos textos dos citados GT da CEV-PR. Saliente-se ainda que Jorge Wolney Atalla, proprietário do grupo Atalla, é constantemente apontado como um dos financiadores da ação paramilitar chamada Operação Bandeirantes, a OBAN.⁷ Esse quadro é importante para se compreender o contexto em que atuou os cleros

7 Sobre a OBAN e a participação do empresário e/ou das empresas (grupo Copersucar/Coopersucar ou Atalla) ver Machado (2016, p. 73) e Payne (2013, p. 283).

da ICAR e da IECLB, que se opuseram à ditadura no Paraná. Ressalte-se que os atos violentos da luta pela terra não envolviam apenas camponeses, mas também indígenas e sindicalistas. Segundo depoimento do pastor Fuchs, em 1986 houve tentativa de assassinato a tiros de Miguelzinho (Miguel Sloar Sávio), então presidente do Sindicato Rural de São Miguel do Iguaçu. Jornais da época indicam que o atentado foi executado por jagunços, já que o sindicalista apoiava a fundação de sindicatos e as ocupações de terra promovidas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) (ATENTADO..., [2011?]). Ainda em seu depoimento, Fuchs relatou agressões contra o índio Guarani Nicolau que, em decorrência de conflitos internos com outros Guarani, foi denunciado por eles à Polícia Federal. Preso, levado a Foz do Iguaçu, foi tratado a “pauladas”. Além deste caso individual, em depoimento à CEV-PR, Kirinus também afirmou que os Guarani – que viviam em terras que seriam inundadas pela Itaipu – acabaram removidos “meio a força e muitos foram simplesmente expulsos”.

O primeiro ato oficial da repressão que atingiu o pastor Kirinus, ocorreu em 1976, quando foi indicado pelo Seminário onde estudou para participar de um encontro do Conselho Mundial de Igrejas, na cidade de Genebra, Suíça. No momento de retirar a documentação para a viagem foi informado que estava proibido de deixar o país em razão de inquérito no DOPS. Em depoimento à CEV-PR o pastor afirmou que foi tomado de surpresa, pois não estava ciente de qualquer processo ou investigação oficial. Anos depois, ao consultar o arquivo do DOPS de Curitiba, encontrou o inquérito que continha transcrições de suas “prédicas” e dos “programas de rádio” que fazia. Em razão de suas manifestações acerca de questões “políticas corriqueiras, locais”, era acusado de ser “comunista”. Além desse órgão do governo estadual, os clérigos do IECLB e da ICAR também foram monitorados e/ou perseguidos por órgãos do Exército, Polícia Federal e da AESI de Itaipu (MEZZOMO, 2008, p. 286). A vigilância exercida por órgãos da Itaipu, além do documento citado por Mezzomo (2008), também foi relatada por um anônimo, ex-servidor do Departamento Jurídico da Itaipu, que tinha como integrante o coronel Marius Vieira.⁸ Segundo esse anônimo, que trabalhou no departamento em questão entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, no período de remoção da população a ser afetada pelo reservatório de Itaipu, “teve muitas greves, tem fotografia aqui, teve greve também na Itaipu com os donos das terras, tem a

8 Para mais detalhes consultar o Capítulo 4 do volume 1 deste relatório.

gravação, acho que na Itaipu, tem muita gravação do padre contrariando a Itaipu por tirar esse povo daqui. Tem muitas coisas”.⁹

Além da atuação dos órgãos de repressão citados, é importante explicitar o fato de que estruturas do poder local também agiram contra os pastores. Em seu depoimento à CEV-PR, o pastor Kirinus, respondendo sobre quem eram os violadores de direitos humanos, declarou que os prefeitos nomeados “batiam duro”. Segundo o pastor, exemplo desse modo de agir ocorreu em 1977, quando o então prefeito Luiz Bonato determinou que delegados da comarca interrogassem Kirinus na delegacia – Bonato, nomeado pela ditadura, exerceu o cargo entre 1972 e 1982 (AOS 94..., 2014). Essa medida, segundo o pastor, ocorreu pelo fato de não ter “pedido licença” para fazer seu trabalho no município, lembrando que no território desse município ocorriam violentos conflitos fundiários, sobretudo causados pelo impacto da construção de Itaipu, situação que levou a população rural a pedir auxílio à CPT. A ação do prefeito e do delegado de polícia – que, nos termos da lei, sequer estava sob as ordens do prefeito – levou o pastor a fazer “a coisa meio clandestinamente, escondido na maternidade lá das freiras. [...] de noite, de madrugada a gente fazia, a gente tinha que fazer escondido o trabalho”. Este tipo de ação repressiva também foi relatada pelo pastor Fuchs, ao afirmar que havia “repressão política” na região, sendo que um dos maiores desafios da CPT foi a atuação dos “prefeitos nomeados” (MEZZOMO, 2008). Esse *modus operandi* também é explicado nas constatações do GT da CEV-PR que trata de violações no campo, quando fica evidenciado que, nos municípios do oeste e sudoeste paranaense, muitos prefeitos estavam intimamente ligados às colonizadoras, especialmente por terem atuado como seus dirigentes e/ou serem sócios dessas (SALLES, 2016).

Tendo em vista as perseguições, Kirinus acredita que não foi preso somente porque era membro da IECLB e, como secretário da CPT, contar com a proteção dos bispos Dom Agostinho Sartori, de Palmas, e Dom Pedro Fedalto, de Curitiba sendo tal circunstância anos depois confirmada pelo bispo Dom Agostinho (MEZZOMO, 2008, p. 290). Na fase final do trabalho de Kirinus como secretário da CPT ocorreu o início dos procedimentos necessários à construção de Itaipu.¹⁰ O pastor Kirinus afirma – tanto na entrevista ao DHPAZ (2014), como nos depoimentos para Frank Antonio Mezzomo (2008) e para a CEV-PR – que desde o início os responsáveis pela obra de Itaipu agiram sem qualquer transparência no

9 Entrevista cedida por Anônimo à CEV-PR, 2016.

10 Sobre a construção de Itaipu ver os Capítulos 4 e 5 do volume 1 deste relatório.

que se refere a indenizações aos pequenos proprietários rurais, posseiros etc., o que também ocorreu com os indígenas Guarani que foram simplesmente expulsos de suas terras.

Os conflitos fundiários que passaram a assombrar os pequenos proprietários atingidos pela construção de Itaipu também foram retratados pelo pastor Fuchs, em depoimento à CEV. Segundo ressaltou o pastor, devido ao caos fundiário instalado entre as décadas de 1940 e 1950, já que houve a emissão de milhares de títulos de propriedade sem lastro, havia muita insegurança sobre a indenização dessas terras. Com a insegurança, tanto aqueles que possuíam títulos de propriedade devidamente reconhecidos quanto os posseiros e os indígenas Guarani passaram a engrossar as mobilizações, que ocorriam tanto pela defesa da justa indenização das terras como também contra a conjuntura política e econômica estabelecida pela ditadura civil-militar, e ainda por questões próprias de Itaipu, empresa dirigida pelo general Costa Cavalcanti, um dos promotores do golpe de 1964, que exercia poder autocrático sobre a empresa e a região. Segundo depoimento de Kirinus à CEV-PR, a Itaipu

foi nada mais do que uma nova república dentro de duas repúblicas [Paraguai e Brasil]. E de república não tem nada. Mas um novo governo. Porque Itaipu não precisa prestar conta, nem pro Paraguai, nem pro Brasil. Não tem tribunal de contas sobre Itaipu. Então facilita o roubo e a corrupção, lógico, a Itaipu é binacional e, por ser binacional, criou território próprio. Então, lá dentro desse território quem manda era o Costa Cavalcanti, presidente [da Itaipu] na época. Era praticamente um presidente de um novo estado, era quase o estado de Israel dentro [...] numa Arábia, no oriente médio, e a gente tinha pouca força pra poder contestar esse novo estado que estava ameaçando os pequenos agricultores. Aí começamos a organizar os pequenos agricultores e, lógico, tivemos muita repressão, muita perseguição.

Outro ponto a se destacar era a espionagem realizada pela AESI de Itaipu contra as mobilizações dos camponeses. O pastor Fuchs, em depoimento à CEV-PR em 2016, relata que, em 1978, durante várias assembleias realizadas, constatou-se a presença de agentes da ditadura infiltrados nas manifestações. A repressão era tanta que foi “proibido” de participar, durante dois anos, dos encontros e das reuniões promovidas pela CPT com os representantes dos atingidos pela construção de Itaipu. Na entrevista à CEV-PR, ao tratar do poder exercido pela empresa na região, afirma que esta tinha um corpo de guarda próprio, uma “tropa de choque”

comandada por um coronel. Essa força policial atuava principalmente dentro do território administrado pela Itaipu (canteiro de obras, alojamentos etc.), porém, por outro lado, essa força policial tinha relação direta, muito próxima, com as forças policiais do estado, fato demonstrado quando a PM, armada de baionetas, bloqueia manifestações de atingidos pela Itaipu, cuja guarda se posicionou ao lado da chamada “Guarda Marrom”.

Também no depoimento do pastor Fuchs à CEV-PR, houve referência à “Polícia Marrom”, com a informação de que “eles tinham todos os equipamentos inclusive pra controlar eventuais reações de operários” e que alguns operários, os que executavam trabalhos braçais da Itaipu, acreditavam que tal força policial era usada para esconder corpos de operários mortos em acidentes de trabalho, observado que tais fatos seriam possíveis devido à fragilidade da situação dos trabalhadores que executavam trabalhos mais braçais, os “barrageiros”. Kirinus foi substituído como dirigente da CPT por Werner Fuchs em 1977, de quem passamos a tratar agora.

5.3.2 DEPOIMENTO DO PASTOR WERNER FUCHS

Mas acontece que, numa assembleia grande [composta por pequenos agricultores] que teve na Igreja Matriz de Medianeira, nós estávamos cercados pela Polícia Militar. E aí foi importante a presença do Bispo Dom Olívio. Que foi lá [conversar com a PM e] e questionou: “*Mas quem deu ordem [de cercar a Igreja]?*”. O comandante da PM não quis dizer quem foi. E ele insistiu, insistiu e ele [comandante] disse: “*Nós estamos aqui pra cuidar da ordem!*” [O Bispo respondeu:] “*Mas isso aqui são tudo gente excelente. São meus melhores ministros de eucaristia e tal. Como é que vocês tão achando que vão ser arruaceiros?*” [...]. Aí o Dom Olívio entrou na Igreja, pediu pra ligar os alto-falantes que irradiam as missas pra fora e falou tudo pra gente, [e] que os policiais tinham que escutar. Então foi assim, um fato interessantíssimo. (grifos nossos)

O pastor Werner Fuchs, segundo declarou à CEV-PR em 2016, desde sua juventude no Rio Grande do Sul participou de movimentos que, sob diversos aspectos, questionavam a ditadura civil-militar. Entre os acontecimentos em que esteve envolvido, destaca sua participação no encontro de jovens da IECLB, no México, durante o qual, aproveitando-se de maior liberdade da imprensa, deu entrevistas explicando e criticando a ditadura civil-militar brasileira. A atuação do jovem Fuchs não passou despercebida. Ao voltar, ficou sabendo que “tinha todo um esquema de

perseguição preparado” para expulsá-lo da faculdade de teologia. Porém, devido à “reação do próprio corpo docente e dos estudantes, [a expulsão] não aconteceu”. A partir de 1978, Fuchs passou a residir no Paraná, assumindo as funções de Gernote Kirinus na CPT (para qual reservava dez dias por mês), concomitantemente com as atividades de pastor em sua comunidade. No trabalho na CPT, Fuchs era acompanhado pelo Padre Claudino Veronese (MEZZOMO, 2006). Segundo lembrou o pastor no depoimento à CEV-PR, sua chegada ao Paraná ocorreu em um período de efervescência na região oeste (1978-1982), recordando que “aconteceram muitas coisas, até vários movimentos sociais e várias lutas simultâneas”. No seu depoimento Fuchs faz referência aos “brasiguaios”¹¹ (migrações de centenas de famílias de trabalhadores sem-terra para o Paraguai na década de 1970 e o retorno na década seguinte, ainda como sem terras), embates com o governo em razão da política agrícola (caso da peste suína), com grandes frigoríficos (caso das notas promissórias rurais), impactos da construção de ITAIPU, surgimento de movimentos de luta pela terra etc. (MEZZOMO, 2006).

Os envolvidos nesses episódios foram vítimas de violação em seus direitos fundamentais e humanos, uma vez que a resposta estatal era pensada e executada em contexto autoritário, sendo que os questionamentos às diretrizes governamentais eram vistos com desconfiança e considerados subversivos. Um exemplo do modo de agir da ditadura civil-militar em relação às mobilizações dos pequenos agricultores pode ser encontrado no episódio da “peste suína”, que atingiu o Paraná e levou o governo a decretar o abate dos animais infectados ou os que tivessem tido contato com eles. Ocorre que, para atingirem padrões exigidos pelos grandes frigoríficos, muitos suinocultores haviam tomado empréstimos para construir a infraestrutura necessária e, com o abate compulsório, sem reparação financeira, muitos se viram na eminência da falência total, inclusive com o risco de perder suas pequenas propriedades. Esse fato certamente poderia ter ocorrido num regime democrático, porém, tendo em vista o contexto autoritário e as particularidades de uma região de faixa de fronteira, a ação do governo ditatorial se fez agressiva como relatou o pastor Fuchs em seu depoimento:

Porque tinha vários frigoríficos [na região]. No sudoeste o pessoal bloqueou [...] praticamente todas as rodovias e estradas foram bloqueadas.

11 O caso dos “brasiguaios” poderia merecer reflexão à parte pela CEV-PR, todavia, mencionamos o trabalho acadêmico de Roberto Carlos Klauck (ele próprio filho de um brasiguaião), que analisou detidamente a situação desses camponeses migrantes (KLAUCK, 2012).

Mais ou menos 28 piquetes trancando todas as estradas. Então saiu o Exército de Francisco Beltrão, pra abrir os piquetes. [...] nós conseguimos trancar [a entrada] da FRIMESA em Medianeira. Aquele [frigorífico] de Cascavel foi um ou dois dias só [trancado]. Da Sadia em Toledo foram quatro dias [...], então eu estava indo no sábado de manhã de Santa Helena para [Marechal Cândido] Rondon. Escutei na rádio que o Exército de Guaíra estava vindo pra acabar com o piquete de Rondon e depois iria para Toledo. [...] O Exército chegou em Toledo às três da tarde mais ou menos [...] Andando pela cidade, sirenes abertas com todo o armamento, tudo assim ostensivo, que você pode imaginar. Circulando pela cidade. O comércio fechou em solidariedade aos agricultores [...] Então são essas lutas assim, no entorno.

Embora a discussão sobre a decisão governamental quanto à questão não seja objeto deste trabalho, o relato do pastor tem elementos significativos para compreendermos o período autoritário. Segundo Fuchs, em todos os bloqueios e mobilizações havia a presença da Polícia Militar monitorando os manifestantes. Foi sintomática a substituição da força policial militar pelo Exército que, ao fazer a demonstração das armas, representou séria ameaça aos manifestantes. Ao se analisar mais detidamente as empresas frigoríficas, tomando como exemplo a Sadia, constata-se que seus proprietários estiveram diretamente envolvidos com o golpe. Atílio Fontana, fundador e um dos proprietários da Sadia, foi, além de deputado estadual e federal de Santa Catarina, nomeado vice-governador do Estado pelo general Médici, ocupando o cargo entre 1971 e 1975. Seu sobrinho, Vitor Fontana, sócio e dirigente da Sadia, filiado à Arena-PDS, foi deputado federal (1979-1983 e 1987-1991) e, no intervalo dos mandatos, vice-governador de Santa Catarina (1983-1987).

A existência de empresários politicamente poderosos foi, certamente, decisiva para a intervenção das tropas do Exército nas manifestações. O Paraná, à época, era governado por Ney Braga, adesista de primeira hora do golpe, ministro da Agricultura e da Educação, respectivamente, dos ditadores Castelo Branco e Geisel (ATÍLIO..., 2009; NEI..., 2009; VITOR..., 2009). A atuação de Fuchs como agente da CPT não se restringiu ao Paraná. Como demonstram investigações do GT “Operação Condor” da CEV-PR, Fuchs, representando a CPT, foi convidado a auxiliar um grupo de famílias expulsas de suas terras para criar um campo de treinamento do Exército (Campo de Instrução Marechal Hermes, em Santa Catarina). O pastor manifestou-se por diversas vezes, inclusive em mobilizações públicas, na defesa das famílias, denunciando a expropriação das terras e reivindicando as devidas

indenizações. Tal atuação determinou a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM), culminando com a condenação inicial do pastor Fuchs em 1987, cuja decisão foi reformada pelo Supremo Tribunal Federal, com sua absolvição.

5.4 ATUAÇÃO DE FREIRAS E PADRES DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA (ICAR)

Este tópico foi construído especialmente a partir dos depoimentos do Padre Paulo Cezar Loureiro Botas e da Madre Teresa Chantal à CEV-PR, e da entrevista do Padre Orivaldo Robles ao Instituto DHPAZ (2014), além da pesquisa em fontes documentais e na bibliografia especializada.

5.4.1 DEPOIMENTO DO PADRE PAULO CEZAR LOUREIRO BOTAS

“Oh abre um vidro de loção/ e abafa/ o insuportável mau cheiro da memória”. Com esse verso de Carlos Drummond de Andrade, o Padre Paulo Botas iniciou seu depoimento à CEV-PR em 2016. O Padre Botas, que pertence à Ordem dos Dominicanos, frisou diversas vezes em seu depoimento que os dominicanos, durante o regime civil-militar e, em especial a partir de 1968, “entendiam que era um dever cristão não deixar ninguém ser capturado pelos órgãos de repressão do Estado; entendiam que deveriam conferir todo o apoio aos perseguidos de qualquer organização”.

O Padre Botas, natural de Jacarezinho (PR), relatou que chegou a Curitiba para estudar no Colégio Estadual do Paraná, fato que teria contribuído muito para sua formação, pois esse estabelecimento de ensino era um grande centro formador de militância no Paraná, tanto de esquerda como de direita. Destacou que Curitiba, embora fosse conhecida como uma cidade conservadora, foi palco de algumas iniciativas progressistas, como a experiência do secretariado formado pelo governo de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955).

Conta que Munhoz da Rocha acabou trazendo diversos pensadores para a cidade, fato que acabou contribuindo para se formar um pensamento mais progressista no Estado, inclusive em alguns setores da Igreja. O referido governador, visando alavancar um plano de desenvolvimento social no estado do Paraná, convidou religiosos da Igreja Católica para a formação política de determinados setores de seu governo. Entre os convidados, o Padre francês Louis-Joseph Lebret (Dominicano), o militante socialista Pierre Maurice Gervaiseau (casado com Maria Violeta Arraes de Alencar Gervaiseau, irmã de Miguel Arraes de Alencar), que esteve à frente da liderança da Juventude Universitária Católica (JUC) entre 1948 e 1951, e Joaquim Barreto de Matos (cunhado de Madre Belém), que se tornou Secretário de Estado

da Educação.¹² Daí a afirmação de Padre Botas sobre a existência de ilhas mais progressista na ICAR, vinculadas ao Movimento de Ação Católica em Curitiba e à Juventude Católica (JUC), da qual, inclusive, fazia parte Teresa Urban.

Nesse contexto, Padre Botas registra o papel fundamental de Maria Josephina Monteiro Franco, conhecida como Madre Belém, Madre Superiora e fundadora da Congregação das Irmãs Religiosas de Sion (ramo contemplativo). Entre as iniciativas importantes da Madre Belém está a criação do Centro Ecumênico de Curitiba (CEC), em 1965, com sede no Colégio Sion do Batel. O CEC contou com a participação dos pastores da Igreja Presbiteriana de Curitiba Oswaldo Enrich e Eber Ferrer, do pastor luterano Ricardo Wangen, do pastor metodista Jairo Porto Alegre, do pastor da Igreja Presbiteriana Independente reverendo Roberto Themudo Lessa e do arcebispo metropolitano de Curitiba Dom Manuel da Silveira d'Elboux (DIAS, 2007, p. 188). Agregando presbiterianos, católicos, luteranos e metodistas, o CEC se tornou um espaço de luta contra o regime militar, sendo responsável por encontros nos quais eram discutidos temas relacionados à situação política, social e econômica do país. Um desses encontros reuniu mais de 20 mil pessoas e foi dedicado ao estudo da encíclica *Populorum progressio*, de Paulo VI, que tratava do desenvolvimento dos povos (DIAS, 2007, p. 189).

Segundo Padre Botas, Madre Belém teria tido também uma atuação importantíssima no apoio aos perseguidos pelos órgãos da repressão, lembrando que ela escondeu um casal da ALN, Valdir e Lúcia, por três anos em seu convento. Em relação a esse episódio, diz que “eles ficaram morando na casinha do pai dela atrás do convento. Lá ele era o Antônio, o jardineiro, e ela a Vera, a ajudante de cozinha”. Além de Madre Belém, o Padre francês Felipe Leddet, do Mosteiro Beneditino da Anunciação, teve grande importância no movimento de auxílio aos perseguidos pelo regime, pois além de ter excelente formação política, devido à sua atuação junto à resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, tinha experiência em fuga dos campos de concentração do regime nazista. Padre Leddet seria um grande articulador, reunindo pequenos produtores, intelectuais, militantes políticos, médicos e advogados para discutir questões que iam desde o uso da pílula anticoncepcional até questões políticas relacionadas diretamente à repressão e ao regime militar. Conforme depoimento de Madre Marie Chantal à CEV-PR,

12 Maria Josephina Monteiro Franco era integrante da Congregação das Irmãs Religiosas de Sion e responsável pelo acolhimento ao padre francês Felipe Leddet, que formou o mosteiro beneditino Anunciação (próximo à Curitiba). Ela viria a ter papel expressivo na resistência à ditadura civil-militar no Paraná.

mais tarde, quando a repressão atingiu fortemente a Igreja, Padre Leddet teria ido para a clandestinidade, contando com o auxílio dela para se esconder. Outra importante iniciativa citada por Padre Botas foi a criação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), antes Centro Evangélico de Informação (CEI), fundado em 1965, na cidade de São Paulo, e que vinha sendo articulado na Argélia por Miguel Arraes, com participação do Comité Catholique Internationale de Paris, e a Secretaria Latino-americana do Conselho Mundial das Igrejas (CMI). A infraestrutura de apoio do CEDI tinha a participação de Padre Botas, Carlos Rodrigues Brandão, Diana Cunha, Jether Ramalho e outros religiosos militantes advindos de mosteiros, conventos, seminários e igrejas de confissões diversas. No CEDI eram produzidos materiais de educação popular e, ao mesmo tempo, o local servia para prestar assistência necessária aos perseguidos políticos de qualquer organização (inclusive dos movimentos armados), como a confecção de documentos, a liberação de passaportes e o transporte para auxiliar na fuga. Como rememorou o Padre Botas: “com a ajuda do Frei Sérgio Calixto, que aprendera a tirar fotos, montamos um laboratório no convento que tinha por objetivo auxiliar a elaborar documentos forjados, para facilitar possíveis saídas do país”.

Registra que os militantes tinham a Igreja como um setor inexpugnável, um local seguro para abrigar os perseguidos políticos. Eles não acreditavam que os órgãos da repressão fossem realizar buscas no interior dos conventos e das igrejas, até que depararam com a ação do delegado Sérgio Paranhos Fleury contra os dominicanos (BRASIL, 2014, p. 15). Depois desse momento, a igreja passou a ser direta e intensamente perseguida pelo regime. Vários padres, freis e bispos progressistas foram censurados, ameaçados, presos, sequestrados e torturados. Padre Botas contou a história da Madre Maurina, que teria sido presa, torturada e engravidada por seu torturador, bem como a prisão e a violenta tortura de Frei Tito, que teria culminado com seu suicídio no exílio. Nesse passo, a igreja de resistência passaria a ser a “Igreja das Catacumbas”, com vários padres tendo que ir para a clandestinidade. Surgiu então um movimento de denúncia, a “Igreja das Cartas”, correspondendo a uma estratégia política para garantir a sobrevivência dos presos políticos e denunciar, em âmbito internacional, as prisões e as torturas a que eram submetidos. Lembrou, ainda, que a Secretaria Latino-americana do CMI atuou como linha de financiamento aos projetos de formação política para a América Latina, como os movimentos de renovação teleológica, como o MPL, que tinha por objetivo formar lideranças políticas no interior das igrejas, as conhecidas nucleações. Esses líderes deveriam atuar em suas igrejas com projetos ideológicos mais comprometidos com

os ideais de justiça social. Padre Botas foi um dos incentivadores desse movimento. O MPL, com inspiração na Teologia da Libertação e no Concílio Vaticano II, criou em 1978 o Ecumenismo de Base, que unia, através da questão política e social, diversas organizações religiosas, cuja proposta principal foi instituir projeto de educação de base, inicialmente pela sensibilização social e num segundo momento pela mobilização, desempenhando um papel de apoio aos sindicatos e às organizações de classe. Esse movimento chegou a contar com 80 mil comunidades de base e foi fundamental no processo de redemocratização.

Salientou, por fim, que em 1978 todos os bispos da Igreja Católica do Paraná, sob a liderança de Dom Pedro Fedalto, lançaram um documento exigindo o cumprimento do Estatuto da Terra.

5.4.2 ENTREVISTA DO PADRE ORIVALDO ROBLES

Padre Orivaldo Robles prestou seu depoimento ao Instituto DHPAZ (2014). Suas declarações são importantes para registrar o monitoramento e a perseguição aos padres progressistas durante o regime civil-militar. Robles iniciou sua atuação em Maringá, quando foi convidado por Basílio Bacarin, ligado à Juventude Católica, para lecionar no Colégio Dr. Gastão Vidigal. Cita a prisão dos dominicanos como o início do acirramento à perseguição dos religiosos. Diz que, nessa época, estava desenvolvendo um projeto de pregação em diversas escolas de Maringá, tendo sido ameaçado de prisão pelo Capitão Aparecido, caso não modificasse o teor de seus discursos. Lembra que suas manifestações sempre tinham um conteúdo de alerta sobre a situação política do país, procurando informar especialmente a juventude sobre o que estava acontecendo, chegando, inclusive, a falar publicamente sobre a prisão dos dominicanos.

Em 1969, período no qual ministrava missas na Catedral de Maringá, recebeu a notícia, através de outro religioso, de que suas missas estariam sendo gravadas por agentes do DOPS. Posteriormente, foi transferido para Paranacity, quando foi proibido de lecionar na rede oficial de ensino por meio de ordem verbal, transmitida a funcionários locais, do coronel do Exército Haroldo Souto Carvalhido, então secretário de estado da Educação – militar que, entre 1968 e 1970, foi presidente do Conselho Estadual de Educação e, entre 1971 e 1973, secretário de estado da Educação no Paraná.¹³ Saliente-se que, segundo Robles, foi no ato de sua demissão, que descobriu possuir uma ficha no DOPS, da qual só pôde ter acesso muito tempo depois, quando

13 Dado disponível no site do Conselho Estadual de Educação (<http://bit.ly/2uRAAd1>) e da Secretaria de Estado da Educação (<http://bit.ly/2vgjffO>). Acesso em: 20 abr. 2017.

da abertura de seus arquivos em 1991. Além da ordem dada a seus subordinados na Secretaria da Educação, o coronel Carvalhido teria dito a Dom Jaime Luiz Coelho, arcebispo de Maringá à época, que a simples existência de ficha no DOPS seria suficiente para impedir que uma pessoa fosse professor na rede oficial de ensino.

Em relação à penalidade imposta ao professor Robles, destacam-se dois fatos de significativa importância: primeiro, foi aplicada sem o devido processo legal e por decisão de um militar que, como capitão, nos primeiros dias da quartelada, conduziu um IPM contra estudantes paranaenses acusados de subversão (DOPS, 1967). Saliente-se que, como outros militares que atuaram na repressão desde os primeiros momentos da ditadura civil-militar, esta rendeu-lhe benefícios imediatos e consideráveis, inclusive o de ser nomeado pelo governador como secretário de estado e, posteriormente, presidente do Conselho Estadual de Educação. Por outro lado, o fato de atuar contra estudantes propiciou experiência de perseguição política no sistema de ensino e, dentro deste, também de pessoas ligadas a grupos religiosos contrários ao regime ditatorial, ressaltando-se que, num período de seis anos, toda a política pública de educação no Estado do Paraná esteve sob supervisão e ingerência direta de um coronel do Exército que havia atuado em órgão de repressão.

O segundo aspecto importante é que, mesmo não tendo sido formalmente inquerido pelo DOPS – embora relato do DOPS enviado ao SNI em 1969 afirme ter havido forte reprimenda ao padre por parte da polícia política e que espias infiltrados nas missas informaram que comportamento considerado inadequado cessou –, Robles foi arbitrariamente e sumariamente demitido, bem como proibido de lecionar em qualquer escola da rede oficial de ensino do Estado (escolas públicas do ensino fundamental, médio e superior). Robles foi excluído do quadro de professores do Estado de forma arbitrariamente e unilateral, sem ao menos ter acesso ao conteúdo de sua ficha no DOPS.

Em relação à atuação de Dom Jaime Luiz Coelho, arcebispo de Maringá, Padre Robles afirmou que ele tinha uma personalidade contraditória, pois ao mesmo tempo que se autodefinia como conservador, tinha atitudes muito corajosas. Lembra da greve dos funcionários da Companhia Norpa Industrial, em 1968, quando Edésio Passos foi lhe procurar para pedir a interferência de Dom Jaime, que apoiou o movimento e chegou inclusive a ir para a frente da fábrica e dizer para os policiais: “se forem bater, batam em mim primeiro”.

5.4.3 DEPOIMENTO DAS FREIRAS MARIE CHANTAL E TEREZA PAULA

As monjas beneditinas Marie Chantal (francesa) e Tereza Paula (portuguesa) prestaram depoimento aos membros da CEV-PR Vera Karan e a José Antônio Peres Gediell, no interior do Mosteiro Beneditino do Encontro, localizado em Curitiba.

Elas iniciaram seu testemunho esclarecendo que, na ocasião em que chegaram ao Brasil, já tinham sido expulsos muito religiosos franceses, como o Padre Jentel.¹⁴ Assim, atribuem suas atuações restritas durante o regime civil-militar ao medo de serem expulsas do país. Mas citam a monja Anne, carinhosamente chamada de “vermelhinha”, como um exemplo de espírito revolucionário, muito influenciada pelo Concílio Vaticano II e também pela experiência de sua família durante a Primeira Guerra Mundial, quando teve dois tios mortos pelos alemães. Contam que Irmã Anne teria tido atuação expressiva em ações sociais voltadas aos pobres, bem como junto aos estudantes e presos políticos. Inclusive, teria criado um crucifixo que simbolizaria a dor da tortura. Esse crucifixo foi distribuído para muitos presos políticos no período.

As monjas Marie Chantal e Tereza Paula citaram também o Padre Felipe Leddet, vindo ao Brasil para fundar o Mosteiro da Anunciação, numa campanha estabelecida por Madre Belém na França. O Padre Leddet, que já havia vivido a experiência do autoritarismo na Europa, tinha uma sólida formação política e, entre seus seguidores, estava Elói Pietá, seminarista e estudante de filosofia da Universidade Federal do Paraná, que depois veio a ser prefeito de Guarulhos pelo PT. As monjas contam que Pietá chegou certo dia ao convento e pediu para esconderem alguns livros, pois a polícia já tinha estado na biblioteca dos monges do Mosteiro da Anunciação procurando “livros comunistas”, registrando que “a polícia cada vez que via um livro vermelho, com a capa vermelha, imaginava que era o livro vermelho de Mao”. Os livros teriam ficado escondidos no sótão do mosteiro até o final da ditadura. Recordam que o Mosteiro da Anunciação mantinha atividades religiosas em comum com o Mosteiro do Encontro por ambos serem beneditinos, mas, em relação ao engajamento político, o Mosteiro da Anunciação teria tido uma participação muito mais importante.

As monjas informaram também que o Padre Leddet, além de apoiar o movimento estudantil do qual fazia parte seu ex-seminarista Elói Pietá, também tinha uma intensa atuação política, sempre abrindo as portas do mosteiro para cursos e debates políticos. Segundo elas, essas atividades faziam com que o Mosteiro da Anunciação fosse constantemente vigiado pelos agentes da repressão, até que o Padre Leddet, depois da visita de alguns policiais às dependências do mosteiro,

14 Preso e acusado de crime contra a Segurança Nacional devido a sua atuação em favor dos posseiros e de indígenas de São Félix do Araguaia. Condenado a 10 anos de reclusão, a sentença foi reformada com a condição de que deixasse o país, como efetivamente ocorreu. Porém, retornou em 1975, sendo sequestrado e expulso definitivamente (CANUTO, 2012).

sentiu que precisava ficar na clandestinidade. Assim, com a ajuda de Padre Estevão, fugiu para o Mosteiro do Encontro. As monjas contam que ele passou a noite ali e, na manhã seguinte, vestido no hábito das beneditinas, no carro de Madre Belém e da Irmã Janine, do convento da Soletude, foi para o norte do Paraná, onde permaneceu na clandestinidade por alguns anos. Elas citam ainda as irmãs Cristina e Valéria, cônegas de Santo Agostinho, como apoiadoras de presos políticos, lembrando que esta última teria conseguido entrar na prisão como faxineira e, assim, identificar vários presos que estavam desaparecidos.

5.4.4 IRMÃ ARAÚJO (FREIRA TEREZA ARAÚJO)

Como já consignado, o posicionamento da Igreja Católica foi majoritariamente favorável ao regime instaurado a partir do golpe de 1964, com exceções exatamente daqueles segmentos religiosos que já dirigiam suas atividades pastorais voltadas aos mais pobres e vítimas da estrutura social injusta estabelecida no país.

Alguns religiosos católicos atuantes no Paraná no período da ditadura exerceram papéis relevantes no enfrentamento à repressão, apoiando e prestando solidariedade aos presos políticos e outras vítimas de violação dos direitos humanos pelos agentes do Estado. Tradicionalmente, as congregações religiosas femininas prestavam serviços na área da saúde e da assistência social, tendência que levou algumas delas a buscar formação específica e a trabalhar em hospitais. As Irmãs Vicentinas Teresa Araújo e Lídia Pansera, por exemplo, trabalhavam no Hospital de Clínicas do Paraná até decidirem mudar para a periferia da cidade e intensificar o atendimento à população desassistida do então distante bairro do Boqueirão. No início de 1973, acompanhadas das Irmãs Lídia Kohl e Adiles Zangrande, iniciaram trabalho comunitário focado em ações de saúde para a população pobre. Entre 1968 e 1983, segundo registro de Heller (2014, p. 281), os presos políticos da Prisão Provisória do Ahú contaram com a solidariedade e proteção das freiras Irmã Teresa Araujo, Irmã Lídia Maria Pansera, Irmã Lídia Kohl e Irmã Adiles Zangrande, todas da Ordem das Irmãs Vicentinas. Essas religiosas integravam a Pastoral dos Presídios e nesse trabalho mantiveram contato com as condições vividas pelos presos políticos, passando a auxiliá-los, inclusive estabelecendo contatos com familiares, intervindo junto às autoridades eclesiásticas e à própria Justiça Militar.

Segundo relato da jornalista Teresa Urban (SOUZA, 2007), em 1970, a Irmã Araújo criou uma rede de solidariedade e de apoio aos presos políticos, levando conforto espiritual àquelas pessoas mantidas isoladas da sociedade. Em 1973, quando Teresa Urban estava presa no Presídio de Piraquara em condições precárias e adversas, a Irmã Araújo buscou o apoio do arcebispo Dom Pedro Fedalto e ambos

conseguiram que o juiz auditor da 5ª Região Militar Ramiro Motta autorizasse a transferência dela para o Convento das Irmãs Vicentinas, no bairro curitibano de Mercês, onde continuaria tecnicamente presa, mas sob a responsabilidade da Madre Superiora Ana Maria.

Pelo seu exemplo humanitário e de luta política, em agosto de 1981 foi instituído o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), organização da sociedade civil destinada a fazer formação política e contribuir para articular os movimentos sociais que estavam se organizando após a ditadura civil-militar. Conforme consignado na página do CEFURIA, seu objetivo fundamental “é construir o protagonismo popular, contribuir na formação da cidadania plena, ajudar o povo a ter vez e voz. Um povo consciente e organizado não se deixa manipular, nem explorar. Não permite que seus sonhos sejam reduzidos à busca desenfreada pelo consumo, que só faz aumentar a distância entre pobres e ricos, além de destruir a natureza, inviabilizando a vida das novas gerações. O verdadeiro poder não está nos palácios, mas na força organizada e consciente de um povo. Os movimentos sociais são a expressão desta consciência”.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil e em outros países da América Latina que passaram por regimes autoritários, a ação do clero da ICAR e da IECLB não foi unilinear. Como demonstram registros históricos, setores da cúpula católica colaboraram para difundir um discurso contra os chamados “subversivos” ou “comunistas”.

No Paraná, desde meados dos anos 1940 até o limiar do golpe, em 1964, a Igreja Católica adotou um forte discurso anticomunista e contra os movimentos sociais. Um exemplo claro disso foi a redação, pelo então bispo de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud, de um livro intitulado “Catecismo anticomunista” (1963), libelo contra a reforma agrária e o sindicalismo dos trabalhadores rurais. A igreja católica, inclusive, foi conivente com alguns atos de violência contra movimentos sociais: como a invasão da reunião do II Congresso de Trabalhadores Rurais que aconteceu em 1961, na cidade de Maringá, ou os ataques e incêndios contra sindicatos rurais no Norte do Paraná, muitas vezes estimulados por padres contrários à reforma agrária, como apontam várias pesquisas acadêmicas referenciadas neste relatório.

Em Curitiba, a Igreja Católica realizou a grande mobilização denominada “Marcha do Terço”, versão paranaense da “Marcha pela Família com Deus pela Liberdade”, promovida por diversos bispos católicos, estimulando e depois comemorando o golpe. Em várias cidades do interior também ocorreram marchas

semelhantes (CODATO; OLIVEIRA, 2004; PRIORI; BRITO, 2017). Diversos bispos paranaenses produziram manifestos apoiando o golpe. Por outro lado, setores da ICAR e da IECLB, identificados como “progressistas”, ligados (ou não) às concepções teológicas já citadas, formaram ou integraram organizações que se opuseram à ditadura (JUC, AP, MPL, MEB e CPT). Freiras, padres e pastores agiram de diversas formas: anunciando em suas pregações as práticas antidemocráticas que ocorriam; compondo periódicos que denunciavam e criticavam o regime militar; colaborando com a fuga de perseguidos políticos; auxiliando os movimentos reivindicatórios de setores trabalhistas e marginalizados sociais; formando redes de solidariedade; ou denunciando as violações aos direitos humanos cometidas por agentes do governo autoritário. Nessas ações, mulheres e homens, leigos ou do clero, indistintamente, manifestaram-se contra a ditadura civil-militar, estiveram sob vigilância constante dos órgãos da repressão e muitos foram presos e torturados. Aliás, à época havia extensa rede de vigilância que passava pelo poder local (sobretudo com a atuação de prefeitos nomeados nos municípios da área de fronteira); pelas empresas estatais ou universidades (as AESI de Itaipu, da Rede Ferroviária, da Funai, da UFPR, da UEL e da UEM, como exemplos); pelos órgãos de repressão no âmbito dos estados (DOPS, P2) e pelos órgãos do governo federal (SNI, Exército, Polícia Federal, entre outros).

Saliente-se que este texto temático, restrito aos depoimentos e às entrevistas citados, contempla resultado parcial e limitado. Certamente, com o aprofundamento de investigações sobre a documentação do DOPS, dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) e dos julgamentos da Justiça Militar, muito pode ser ampliado sobre as perseguições e violências cometidas contra os religiosos no Estado do Paraná. Como se constatou, muitas vítimas sequer sabiam que estavam sendo vigiadas ou que tinham seus nomes fichados no DOPS, como são os casos do pastor Gernote Kirinus e do Padre Orivaldo Robles.

A atuação de agentes de repressão a serviço do estado autoritário, como no caso do coronel Carvalhido, demonstra a existência de estratégia orientada contra religiosos, encontrando-se no arquivo do DOPS-PR um arquivo intitulado “Pasta Religiosos”, hoje sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. As formas de perseguição e punição foram arbitrárias e variadas: intimidação, negação de vistos para viagem ao exterior, censura (inclusive quanto às pregações religiosas), perda de emprego, afastamento das famílias e da convivência comunitária, impedimento de realizar atividades de apoio e de assessoria a movimentos sociais organizados ou sindicatos, prisões, tortura, entre outros. Ou seja, um rol de graves violações cometidas por agentes do Estado ou a mando do Estado que atingiram os direitos humanos de religiosos.

Com base no que ficou aqui registrado, recomenda-se a continuidade das investigações, tanto no que se refere à colaboração das igrejas para o golpe civil-militar e a ditadura civil-militar, quanto no que diz respeito à repressão do Estado aos homens e mulheres, religiosos e religiosas, que sofreram violência contra seus direitos humanos, sempre na perspectiva de resgate da verdade, memória e justiça.

DOCUMENTOS

AOS 94 anos, morre ex-prefeito nomeado de Medianeira, Luiz Bonatto. *GI*, Curitiba, 11 jul. 2014. Disponível em: <<https://glo.bo/2tVPxJG>>. Acesso em: 4 mar. 2016

ATENTADO a sindicalista desencadeia reforma agrária pioneira no Oeste do Paraná há 25 anos. *Jornal Mensageiro*, Santo Ângelo, 5 fev. [2011?].

ATÍLIO Francisco Xavier Fontana. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2uoDT9z>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Trecho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Diário do Congresso Nacional, Seção I, Suplemento. 28 set. 1979.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs. In: *Relatório: textos temáticos*. Brasília, DF: Comissão Nacional da Verdade, 2014. v. 2. Disponível em: <<http://bit.ly/2hiiOg2>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CANUTO, A. Há 40 anos nascia a CPT. *Comissão Pastoral da Terra*, Goiânia, 2 jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2uRXEOZa>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

D. GERALDO Sigaud justifica a ação do conselho de segurança. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1968.

DEPUTADO diz que D. Sigaud delata padre [ao SNI]. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 out. 1968.

DHPAZ Paraná - depoimentos para a história - Gernote. 126'06". Dh Paz, Youtube, 21 fev. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2vQ92bp>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

DHPAZ Paraná - depoimentos para a história – Pe. Orivaldo Robles. 87'13". Dh Paz, Youtube, 6 fev. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2vmLZ4R>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

DOPS – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Relatório do IPM contra estudantes conduzido pelo cap. Haroldo Souto Carvalhido*. 1967. Disponível em: <<http://bit.ly/2tSeQfI>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

DOPS – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Trecho do Relatório enviado ao Serviço Nacional de Informações. Curitiba. 29 maio 1969.

NEI Amintas de Barros. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2vZmKWb>>. Acesso em: 29 set. 2014.

VITOR Fontana. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2vbVfLo>>. Acesso em: 8 out. 2014.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. Quarenta anos da Teologia da Libertação. *leonardoBOFF.com*, Rio de Janeiro, 9 ago. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2tVgQEc>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CANUTO, A. Eu estive com Dom Eugênio. *Revista IHU*, São Leopoldo, 18 jul. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2tVAakz>>. Acesso em: 29 set. 2016.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CARAVANA da anistia: homenagens a ex-presos políticos. *Fórum paranaense de resgate da verdade, memória e justiça*, 13 ago. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2tSeS7k>>. Acesso em 20 abr. 2017.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Há 40 anos nascia a CPT*. 2 jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2xNCoUy>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

DIAS, A. C. *O movimento ecumênico no Brasil (1954-1994)*. A serviço da Igreja e dos movimentos populares. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2iG8zT9>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

HELLER, M. I. *A Cia e a Quartelada: os 50 anos do golpe de 64*. Curitiba: Edição do autor, 2014.

KLAUCK, R. C. *A luta dos “brasiguaios” pelo acesso à terra (1971-2006)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Paraná, Maringá, 2012.

KUNHAVALIK, J. P. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://bit.ly/2vxyMZU>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

KUZMA, C. A. A esperança cristã na “Teologia da esperança”: 45 anos da Teologia da Esperança de Jürgen Moltmann: sua história, seu caminho, sua esperança. *Revista Pistis Prax*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 443-467, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/2w26MdW>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

MACHADO, R. C. Conspiração, golpe de estado e ditadura bonapartista: Alfredo Buzaid e o Livro da verdade (1970). *Rev. Verinotio de Filosofia e Ciências Humanas*, ano XI, n. 21, abr. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2vpko5N>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

MEZZOMO, F. A. Pastor Werner Fuchs: uma biografia construída numa práxis política-religiosa. *Revista Alamedas*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2u0BG95>>. Acesso em: 21 set. 2016.

MEZZOMO, F. A. A cruz e a política: leituras do pastor e político Gernote Kirinus. *Revista História*, São Leopoldo, v. 12, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2vjCky7>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

PAYNE, L. Cumplicidade empresarial na ditadura brasileira. *Rev. Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, DF, n. 10, jul./dez. 2013.

PRIORI, A. *O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná (1954-1964)*. Maringá: Eduem, 1996.

PRIORI, A.; BRITO, A. Comunismo e anticomunismo nas páginas do jornal Folha do Norte do Paraná. In: PRIORI, A.; MATHIAS, M.; FIORUCCI, R. (Orgs.). *O anticomunismo e a cultura autoritária no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2017. p. 171-195.

PRIORI, A. et al. A Igreja Católica e a Frente Agrária Paranaense (FAP). In: PRIORI, A. et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

SALLES, J. O. Bagatelas e Bedengós: empresas colonizadoras na formação da propriedade fundiária no Paraná 1940-1960. In: SOUZA FILHO, C. F. M. (Coord.). *Os*

Avá-guarani no oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavira. Curitiba: Letra da Lei, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2vjRdAj>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SIGAUD, G. P. *Catecismo anticomunista*. 4. ed. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

SILVA, T. K. M. *Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiências de disputa por terras em narrativas (1960-1972)*. 2015. Tese (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2uRvoaL>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

SILVA, O. H. *A foice e cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, A. I. (Org.). *Irmã Araújo: vida e obra*. Curitiba: Cefuria, 2007.

ZAGO, L. G. *Fronteira e Segurança Nacional no extremo oeste paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

Este livro foi composto em Minion Pro, tamanho 11,5 pt, e impresso sobre papel Offset 90 g/m² no parque gráfico da Imprensa Oficial do Estado do Paraná em setembro de 2017.

COMISSÃO ESTADUAL
DA VERDADE
TERESA URBAN

